REVUE HISPANIQUE

Numéro 93

OCTOBRE 1916

REVUE HISPANIQUE

ABBEVILLE. — IMPRIMERIE F. PAILLART

REVUE HISPANIQUE

Recueil consacré à l'étude des langues, des littératures et de l'histoire des pays castillans, catalans et portugais

DIRIGÉ PAR

R. FOULCHÉ-DELBOSC

TOME XXXVIII

NEW YORK
THE HISPANIC SOCIETY OF AMERICA
AUDUBON PARK, WEST 156 th STREET

PARIS
LIBRAIRIE C. KLINCKSIECK, 11, RUE DE LILLE

1916

143066
9/6/17

PQ
6001
R5
t.38

FREI GONÇALO VELHO

(COMMENTARIOS)

1416-1916

Este trabalho celebra o V centenario da abertura do caminho maritimo da Europa á India, porque Frei Gonçalo Velho abriu esse caminho, indo muito além do Bojador, á Terra Alta, em 1416.

ANTES DOS COMMENTARIOS

I

Ha quinhentos annos, em 1416, passava o cabo Não e dobrava o cabo Bojador [1], o primeiro descobridor portuguez, antecessor de

---

1. « O cabo Bojador está em 26° 7' 10" latitude N., 14° 30' 30", longitude W. G. W.

E' baixo, pedragoso, coroado por dunas de areia e desce em suave ladeira para o mar. Perto d'elle é a costa emparcellada, a corrente violenta para o sul, e de verão rija a nortada, de modo que ás aguas, ao sopé andam revoltas, de cor barrenta e turvas.

Começa ali o deserto do Sahara El-Baba Billa-Maã dos moiros, o mar sem agua.

O Bojador é o extremo noroeste d'aquella planicie enorme, e ali inflecte-se a costa que desde o cabo Não vem correndo ao sudoeste, e que vae depois a sudeste, alongando-se para o sul.

Chamam-lhe Bojador porque a costa vae bojando para o poente, e por isso haviam medo os navegantes, por tão acentuadamente mudar de rumo o litoral africano, como maneira a vedar as regiões equatoriaes onde o sol era tão ardente. »

Bartholomeu Dias e de Vasco da Gama, para o Sul ; quinze annos depois, n'uma façanha que só elle demonstrou não ser sobrehumana, mas que, até ali, era considerada como irrealisavel, o mesmo, que dobrára, pela primeira vez, o cabo Bojador, emgolphou-se no mar Tenebroso, e descobriu as ilhas dos Açores, onde ninguem, até elle, havia chegado ; antecessor de Christovam Colombo, de Pedro Alvares Cabral e dos Corte-Reaes, para o Oeste.

N'estes Commentarios, analysam-se os pontos que não foram desenvolvidos, ha quinze annos, em *Frei Gonçalo Velho*, porque, de facto, e em clara expressão, nós não julgavamos que os portugueses estivessem tão atrasados que produsissem o que, depois de 1900, foi publicado, ácêrca dos descobrimentos, applaudindo alguns inscientes extrangeiros que encontraram, na ignorancia e falta de amôr patrio d'esses homens, um publico insciente que não tiveram nos seus proprios paises.

Que lhes teria dito, a esses portugueses, o grande Santarem, se fosse vivo ?

Em face d'essa campanha, em que se empenharam as pessoas a que alludimos, decidimos exclarecer quem se interessa pelo estudo da verdade historica, ácêrca das deturpações que serviram a esses detractores ; para isso, aqui publicâmos o que temos a diser, a este respeito.

II

Agradecemos, aqui, a collaboração dos senhores directores da Sociedade Real de Geographia de Madrid, da Bibliotheca Real da Côrte e Estado da Baviera, em Munich, do Museu Nacional Germanico, em Nuremberg da Bibliotheca Provincial de Palma de Malhorca, da Bibliotheca Nacional de Paris, e a das pessoas mencionadas, em seu logar.

III

No trabalho, que publicámos em 1899-1900, delineámos o quadro em que se salientaram os navegadores do seculo XV; historiámos os repositorios de documentos, quasi desconhecidos, para os faser realçar; como era necessario mostrar o que tinham sido os Velhos, familia do navegador biographado, publicámos os documentos que, ácêrca d'elles, encontrámos, até ao fim do seculo XV, e ainda além, porque até ao meado do seculo XVI podiam viver os homens, nascidos no seculo XV; depois, no vol II, historiámos os conhecimentos, ácêrca da Terra, e fisemos, sobre tudo isto, apparecer a figura, magestosa, do Heroe, honra da Humanidade, arrancando-o, assim, do logar em que a ignorancia o tinha posto.

Por serem parentes de Frei Gonçalo Velho, publicámos os documentos que encontrámos, na Torre do Tombo, ácêrca de D. Ignez de Castro e de Nuno Alvares Pereira, esperando que a litteratura os soubesse utilisar, o que não succedeu, até hoje (Novembro de 1913).

Publicámos todos os documentos, que encontrámos, ácêrca do Almirantado, porque esse assumpto liga-se aos descobrimentos; transcrevemos todas as noticias, ácêrca do grande navegador; justificámos, publicando os textos e commentando-os, o que escreveramos ácêrca da sua ascendencia paterna; finalmente, como complemento, démos uma noticia do ramo, seu representante, em quanto não apparecer outro que de maior proximidade apresente documentos; n'esta noticia, tivemos em vista salientar a figura do almirante Antonio Cabral, notavel por muitas causas, especialmente por ter ido ao Japão, commandando uma armada, em ocasião dificil; o documento DXCIV é de alta importancia nas nossas relações com aquelle Estado; copiámos algumas genealogias, para dár noticia da maneira como se pensava das familias

cujo estudo já ficou feito, tirámos, emfim, da pedra, a figura do primeiro navegador; por termos de trabalhar d'esta fórma, servimonos de maços, burís e cinzeis que despresariamos se fallassemos de Affonso de Albuquerque, de Vasco da Gama, de D. Francisco de Almeida ou de Camões.

IV

Os Commentarios, que se seguem, fórmam um conjuncto de critica dos documentos, ácêrca das origens dos descobrimentos maritimos, que não foram minuciosamente estudados no trabalho *Frei Gonçalo Velho*, pela rasão já indicada.

I. — Importancia das leis d'el-rei D. Fernando, de Portugal, acêrca da marinha.

As leis d'el-rei D. Fernando[1], com respeito á marinha, promulgadas quatro annos depois da devastação de Lisboa, por Henrique II, de Castella, e da derrota da armada portuguesa, em

1. N'um artigo, intitulado *Talent de bien faire*, dividido em dois capitulos, publicados na *Revista Portugueza Colonial e Maritima*, volume 9º, pag. 97-108 e 145-155; volume 10º, pag. 121-129, 155-171 e 211-214, estudámos a marinha de guerra portuguesa, até aos ultimos desastres, no fim do seculo XIV, remediados pela intervenção inglesa, de que não tratámos, por ser muito explicita a *Chronica de el-rei D. Fernando*, attribuida a Fernão Lopes, e estarem muito vulgarisados os acontecimentos militares, portugueses, desde o fim do seculo XIV; ahi, fallámos, tambem, de marinha commercial, a proposito do corpo de documentos que, para a historia do Almirantado, publicámos (*Frei Gonçalo Velho*, vol. II documentos DCCVI-DCCVII), os quaes, n'esse trabalho, tivemos por fim especial, analysar, comparando os documentos com as chronicas.

Saltes, provam a consciencia do crime que praticara, deixando o reino em estado de ser entrado, da fórma que foi e pela causa pretextada; constituem uma expiação; não têem o caracter nobre das leis de D. Diniz, que, levantando sempre o prestigio de Portugal, nada esquecia que podesse honrar esta nação; ao contrario, servem para desculpar faltas graves, imperdoaveis que o rei muito bem reconhecia.

Diz a chronica, attribuida a Fernão Lopes, no cap. XCI, intitulado « Como el-rei D. Fernando ordenou companhia das náus, e da maneira que mandou que se em ello tivesse. », que as providencias, ordenadas, déram bons resultados « Trabalhando-se muitos de faserem náus e, outros, de as comprarem »; por isto, el-rei fundou a « companhia das náus », « pela qual se remediasse todo contrario perque seus donos não caissem en áspera pobresa », e, instituindo-a, mandou que todos os navios telhados, portugueses, que tivessem « des cincoenta toneis pera cima », fossem inscriptos, notando-se quando foram feitos, ou o dia em que foram comprados, o preço, o valor real, e o dia em que foram lançados á agua. Feito isto, garantiu, aos donos, a propriedade e os ganhos, com as seguintes restricções:

De tudo quanto os navios ganhassem, dariam duas corôas, por cento, para a bolsa; formando um fundo que serviria para comprar navios que substituissem os que se perdessem, e para outras necessidades da companhia.

Perdendo-se um ou mais navios, fosse como fosse, todos os proprietarios de navios estavam obrigados a concorrer, em harmonia com os seus haveres, para pagar esse prejuiso, quando, na bolsa, não houvesse com que satisfaser esse encargo.

Todos os concertos, até ao terço do valor do navio, ficavam por conta do dono; e, sendo o navio damnificado, sem malicia, além d'esse valor, estava a companhia obrigada ao concerto, descontando-se-lhe os salvados.

Estas disposições ficavam sem effeito se o proprietario do navio, ou navios, os perdessem, fretando para terra inimiga, sem

passaporte; e o mesmo succederia se, em desserviço d'el-rei, perdessem os navios, atacando os extranhos.

Se acontecesse perderem-se muitos navios e não haver dinheiro, na bolsa, pagaria, a companhia, metade, e ficaria, o resto, em divida.

Se o Estado precisasse dos navios mercantes, para a guerra, tomal-os-hia, pagando os destroços, aos proprietarios, e entregando-lhes as presas, que, com elles, se fisessem, metade para a bolsa, metade para elles, guardando, o Estado, os seus direitos, costumados.

Todos os que logo entrassem e viessem, ao depois, a entrar n'esta companhia, gosariam dos previlegios dados na Vacariça, a 6 de junho de 1377, aos que fisessem navios « e quitava a chancellaria aos que tiravam a carta de tal ordenança. »

Para vigiar a boa execução d'estas disposições, existiam, nas bolsas, de Lisboa e do Porto, « homens bons » que sentenciavam a este respeito, sem appellação nem aggravo, executando os bens dos proprietarios de navios, quando estes não quisessem pagar.

« E, porque, alguns mestres e senhores dos navios, sob esperança que lhe haviam de ser pagados, ainda que se perdessem, não curariam de os fornecer d'ancoras e calabres, e outros fullames, e, isso mesmo, d'armas e gentes, e d'outras coisas que pertencem pera defensão do mar e dos emigos; mandava, el-rei, que os védores e escrivão chegassem ás náus e que se escrevessem todolos apparelhos e gentes que levava pera se ver se se perdiam, per mingua das coisas que lhe eram compridoiras, para seguirem sua viagem, e, assim, lhe serem pagadas ou não. »

Os executores d'estas ordens nomeavam mareantes que serviriam nos navios, por elles indicados. Foram executores, em Lisboa, Lopo Martins e Gonçalo Peres Canellas; com elles, havia um escrivão da receita, da despesa e de tudo que, na lei, se prescrevia; a bolsa, estava n'uma árca de tres chaves; cada um, tinha a sua. Cada anno, os dois executores e o escrivão, davam contas, perante « dois homens bons sem sospeita ». O escrivão ganhava trinta libras, por anno, e os executores, cin-

coenta; estes ordenados, eram tirados da bolsa; emfim, mandou el-rei que todas as justiças cumprissem as ordens d'este tribunal, logo que d'ellas tivessem conhecimento, « poendo mui grandes penas aos que o contrario fisessem. E, assim se costumou d'ahi em deante, em seu reino. »

Entre estas disposições, ha uma de que fallâmos, em especial, pela sua importancia:

« E mandou el-rei que as suas náus, que eram dose, entrassem em esta companhia e que não fossem de maior condicção que os outros navios de seu senhorio; mas que, nos fretamentos e mareantes e nos apparelhos e em todalas outras coisas, fossem julgadas como se todas fossem de pessoa d'uma condicção; e, não o querendo, el-rei, assim faser, e indo contra ello, que a companhia não valesse nada, quanto aos navios d'el-rei, e a companhia dos outros navios ficasse firme pera todo o sempre. »

D'este artigo, conclue-se que el-rei queria, por todas as fórmas, attenuar o erro que praticara, e fica-se sabendo o numero de navios a que estava redusida a marinha de D. Fernando.

De todas estas leis, infere-se que D. Fernando corrigiu, quanto poude, os males em que lançara este paiz; mas, não se poderá diser, perante a Historia, que este rei augmentou a nossa marinha [1] e ajudou a iniciar os nossos descobrimentos, porque destruiu

1. No *Diario do Governo*, de 2 de outubro de 1845, pretende, Santarem, demonstrar que era importante a marinha de guerra portuguesa, nos primeiros tempos da monarchia, mencionando as seguintes datas e indicando os seguintes factos que nós já estudámos e redusimos ao seu verdadeiro valor, n'outros estudos. Vamos dispôl-os por ordem chronologica.

Foral de Lisboa. Concede previllegio de cavalleiro aos constructores e capitães de navios.

1147. Muitos navios portugueses, cooperam na tomada de Lisboa.

1189. Uma numerosa armada portugueza, junta-se com [illegible] de [illegible] para a conquista de Silves (Sancho I).

1190. Estando, no Tejo, uma frota ingleza, de sessenta e tres velas, os tripulantes ingleses commetteram excessos contra os moiros, protegidos pelas leis portuguesas, de onde resultou setecentos ingleses serem presos; depois, foram soltos e concedida licença á frota para sair do Tejo. « Não [illegible] and

tudo quanto, no mar e em terra, melhor assignalava o nosso progresso de tres seculos, antes de ordenar o que, só de per si, não podia restabelecer Portugal da devastação que a sua má politica lhe causou.

Para julgar uma lei não basta lêl-a, é necessario apreciar o meio em que foi feita e executada; aqui está um exemplo. Estas leis, feitas por D. Pedro I, seriam d'alto valor, ordenadas por D. Fer-

---

n'esse tempo artilheria, parece fóra de duvida que tendo o porto de Lisboa duas leguas de largura devia de necessidade achar-se defendido antes por navios do que por fortalezas. No caso contrario a frota ingleza não teria mister da authorisação mencionada para fazer-se á vela. »

1199. (30 de julho). João I, de Inglaterra, manda escrever uma carta que mostra as relações que tinhamos com esse reino, n'esse tempo.

Seculo XIII. Ha relações commerciaes com Flandres, Bretanha, Normandia, Inglaterra, terras do Norte, e norte da Africa (Santarem, *Quadro elementar*, tit. III).

Sancho II. Forças navaes portuguesas bloqueiam e rendem algumas villas da Peninsula.

1294 (24 de abril). Concede, Eduardo I, de Inglaterra, que os negociantes, portugueses e ingleses, nomeiem árbitros, nas questões commerciaes, entre elles.

1295. Uma fróta portuguesa, sáe de Lisboa e dá batalha, no mar alto, ao rei de Castella, e toma outra fróta do mesmo rei, a qual conduz ao Tejo.

1297 (17 de fevereiro). Eduardo I, de Inglaterra, manda dar salvo conducto aos portugueses que vão negociar a Inglaterra.

1303. Eduardo I, de Inglaterra, determina os direitos que os negociantes portugueses deviam pagar, nos portos ingleses (Santarem, *Quadro elementar*, tit. I).

1308 (3 de outubro). Carta patente de Eduardo II, de Inglaterra, pela qual se concede aos portugueses, que possam residir em Inglaterra, e ali tratar dos seus negocios.

1317. Entra, ao serviço de Portugal, o almirante Peçanha.

Tudo isto se resume no seguinte:

1147, 1189 e 1190, crusados.

1199, 1294, 1297, 1303 e 1308, commercio com Inglaterra e outros paises do Norte.

Sancho II e 1295 (D. Diniz), vide *Talent de bien faire*, na *Revista portugueza colonial e maritima*, 1901-1902.

nando, depois de vêr os resultados das suas loucuras, têem o mesmo valor absolucto, mas não têem valor relativo.

II. — O que disem os foraes e constituições, acêrca da marinha.

E' vulgar fallar-se de barcos e barcas, nos foraes; no foral de Penacova (1192), lê-se: « Aquelle que houver barco com aljariffe dê a dizima, e ao alcaide sua alcaidaria ».

Fallam da « barca do pescado », tributando-a com um dinheiro, os foraes de Lisboa (1179), Coimbra (1179), Santarem (1179), Leiria (1195), Povos (1195), Alcobaça (1210 ?), Montemor Velho (1212), Alemquer (1212), Villa Franca de Xira (1212), Beja (1254), Silves (1266), Aguiar (1269), Villa Viçosa (1270), etc. N'alguns foraes, por exemplo o de Povos, além de se diser: « et de barca de piscato I denarium », diz-se: « Et de barca de piscato minuto II denarios ».

Lendo-se os costumes e fóros de Castello Bom (1188-1230), encontra-se:

« Nullus homo non ponat barco in rio. — Et nullos homo non ponat barcho in flumen in illo loco ubi est barcho de concilio, sin autem si voluerit passare homines de concilio. Et qui ibi alio barcho posuerit perda el barcho e pectet II morabitinos a los alcaldes. Et fratres del perero et de hospitali mittant suos barchos in illo porto et passent suos homines et homines de concilio qui passare voluerint. »

Com pequena alteração, lê se, na relação dos costumes e fóros de Castello Rodrigo (1209):

« Que não ponham barco em rio — Nenhum homen não ponha barco em nosso rio, em aquelle logar onde é o barco de concelho, senão quem quiser passar homens por sua alma, do concelho; e quem outro barco ahi poser perca o barco e peite dois morabitinos. E frades do Pereiro ou de outras ordens mettam seus barcos, se quiserem passar seus homens e homens de concelho, em salvo. »

Quasi o mesmo lê-se na relação dos costumes e fóros de Castello Melhor (1209):

« Que não ponha barco em rio — Nenhum homem não ponha barco em nosso rio, em aquelle logar onde anda barco do concelho, se não quiser passar alguns, por sua alma, de concelho; e quem outro barco ende (para isso) poser, perca o barco e peite dois morabitinos; e frades do Pereiro ou de outras ordens mettam seus barcos, se quiserem passar seus homens e homens de concelho, em salvo. »

Já nos referimos a este genero de transporte fluvial, quando mencionámos, n'outro estudo, as cartas datadas de Almodovar, 15 de desembro de 1361, e de Santarem, 22 de junho de 1371; vêmos, por estes documentos, que eram usadas, havia muitos seculos, e que constituiam monopolio de viação para o concelho, exceptuando os frades que podiam atravessar o rio, com a sua gente, sem se utilisar da barca do concelho, e os que, para salvarem as almas, segundo a crença, condusissem gente do concelho. Outras barcas, pertenciam a particulares, segundo vimos nos referidos documentos.

Das barcas, passemos ás fustas. No foral de Pombal (1176), dado pelo mestre Gualdim Paes, com os outros freires do Templo, lê-se: « Pro omnes feridas de quibus satisfacere debet intret in fustam secundum veterem forum colimbriensis aut comparet eas cui satisfacere debet ».

Pulindo este máu latim, transcreve Brandão, *Mon. Lus.*, part. V, liv. XVI, cap. XII, este artigo, do foral de Pombal, e accrescenta:

« Signal de que havia, de tempos antigos, fustas no Mondego, e pode ser que chegassem até Coimbra, por não estar tão espraiado e areado aquelle rio, como o vêmos hoje, que, abaixo, mais perto do mar, teve sempre bom sugidoiro. »

Esta conclusão, do chronista citado, merece ser estudada, porque, admittida, poria o paragrapho, indicado, em primeiro logar, tratando-se da historia da marinha portuguesa.

Este foral, refere-se a um velho uso de Coimbra, mas não diz

se as fustas vogavam no Mondego, nem tal se póde concluir d'essa fórma de expressar, porque, então, as fustas, a que se refere o foral de Pombal, haviam de navegar no Arunca, uma vez que tinham de estar junto do concelho que tivesse tal costume. Ainda mais: vinte e cinco annos depois (1201), D. Pedro Affonso, irmão d'el-rei D. Sancho, dava foral a Arega; n'este foral, lê-se a mesma disposição, porque foi feito pelo typo do foral de Thomar; logo, segundo Brandão, as aguas da ribeira d'Alje, quando muito as do Zezere, eram sulcadas pelas quilhas das fustas, o que, attendendo ao tamanho d'este genero de embarcação, e á largura e profundidade da ribeira e rios indicados, era difficil. D'esta fórma, dos dois documentos a que nos referimos, um dos quaes foi conhecido por Brandão, só se póde concluir que, antes da fundação da monarchia portuguesa, era costume, em Coimbra, condemnar os criminosos ás fustas, e que, nos fins do seculo XII e principios do seculo XIII, assim se usava em Pombal e em Aréga; quanto ao logar onde essas fustas se encontravam, seria onde fossem precisas e podessem navegar. É isto que disem os documentos; não era preciso, ao chronista mór de Portugal, para dar outro sentido á phrase dos templarios, alterar a fórma do Mondego, sem se lembrar do Arunca e sem conhecer o documento que se referia á ribeira d'Alje e ao Zezere.

Com respeito á denominação, ao depois generica: navio, encontramos o seguinte. Diz o foral de Santarem (1179): « De navigio De navigio vero mando ut alchaide et duo spadelarii et duo pronarii et unus petintal habeant forum militum »; na traducção, junta ao mesmo foral: « Do navio aquisto mando: que o alcaide e dois espadeleiros e dois proeiros e um petintal, hajam fóro de cavalleiros. » Com leve alteração, na graphia, lê-se o mesmo nos foraes de Lisboa (1179), Coimbra (1179), Almada (1190), Povos (1195), Montemor Velho (1212), Alemquer (1212), Villa Franca de Xira (1212), Torres Vedras (1250), Beja (1254), Odemira (1255), Monforte (1257), Extremoz (1258), Aguiar (1269), Villa Viçosa (1270); os foraes de Silves (1266) e Cas

tromarim (1277), fallando do navio, não se referem aos proeiros. No foral d'Almada (1190), lê-se:

« E certas, mando que o meu alcaide da villa, nem no alcaide dos navios, nem nos alvazis, nem nenhum outro, não ouse aforçar nenhum homem do concelho, do seu vinho, nem do seu pão, nem do seu pescado, nem das suas carnes, nem das outras suas coisas. »

No foral, dado por Nuno Soares « prelatus ecclesie sancti Martini de Citofacta et ejusdem ecclesie conventus », a Cedofeita (1237), está escripto: « Et si aliquis homo extranens venerit ad portum illum cum navigio qui ibi ancoram posuerit, det tres denarios Maiordomo ipsius cauti » etc.

O previllegio, concedido aos espadeleiros, aos proeiros e aos petintaes, é grande [1], porque lhes permitte testemunhar com os infanções de Portugal, segundo se vê em quasi todos os foraes, com respeito aos cavalleiros. Do foral de Almada, conclue-se que já no fim do seculo XII havia um alcaide dos navios, que tinha força igual á do alcaide da villa e á dos alvazis; estes foraes, revelam a importancia da marinha de transporte, apreciada pelo Estado, que começava a desenvolvêl-a. O foral de Cedofeita, no

1. Carta de el-rei D. João I, confirmando outra carta de el-rei D. Diniz, em que concedia aos alcaides do mar, arraeses e petintaes « das minhas galés, os fóros e costumes que houveram com os outros reis que ante mim foram »; quitava-os de hoste, anuduva, fossadoria, « e d'outras peitas que a mim pertencem », os « alcaides e arraeses e petintaes que hi forem, assim elles como seus filhos que hi ficarem, depois elles, devem a vir perante o meu almirante e escreverem-se no livro do meu escrivão, por seu mandado, salvo se o concelho foser calçadas ou pontes ou muros ou outras cousas que pertençam a prol do concelho, que não sejam escusados que com elles não paguem como fôr direito e mandar seu fôro; e os alcaides das ditas galés (de el-rei) hajam honra de infanção »; eram isentados do fôro civil e sujeitos ao almirante e alcaide do mar; ao que se chama fôro privilligiado; perante o almirante ou perante o alcaide do mar, os crédores ou demandistas apresentariam a sua queixa que ahi seria sentenciada. Lisboa, 6 de janeiro de 1298 (Ch.). A confirmação é de Lisboa, 17 de setembro de 1399 (Ch.). (Chancellaria de D. João I, liv. 2, fl. 158 v.)

artigo em que manda pagar tres dinheiros pela ancoragem dos navios extrangeiros, documenta o que se sabe acêrca das relações commerciaes dos extrangeiros com Portugal, para além do seculo XIII. Nas leis dos wisigodos, encontram-se referencias á marinha mercante. Quanto á marinha, chamada, impropriamente, de guerra encontramos estas noticias, no foral dado a Setubal (1249), por D. Pedro Paes, mestre da Ordem de Santiago, e por Gonçalo Peres, commendador de Mertola, com os freires da mesma Ordem: Concedem, aos moradores de Setubal, os fóros de Palmella « Excepto quod damus eis pro benefactoria quod non vadant in exercitu nec in cavalgada nec per terram nec per mare » etc. N'este mesmo foral, encontra-se um artigo que confirma o que pouco acima dissémos, ácêrca da marinha mercante: « Et nos debemus habere de foru decimas de omnibus illis que venerint per mare vel que acquisiuerint per illud. » O foral de Villa Nova de Gaia (1255) é o mais interessante a respeito da historia da marinha da Peninsula; os foraes, citados, fallam de barcos e barcas, fustas e navios; este foral falla de barcas e navios, de náus, de caravellas, de « barca seeyra », de « burcardus trincatus », de « burcia » e de « pinatia ». Aqui estão os artigos que se referem á marinha: « et si Maiordomus sive portarius pignoraverit sive filiaverit navigium de rivo aut de mari mando quod dominus de navigio sine achat (?) custodiat illut de Pedra de boy usque ad Vilar » etc. Logo abaixo: « Item mando quod piscatores dent maiordomo de unaquaque caravela unum piscem postquam fuerit tres pisces ». A seguir: « Item si piscatores iuerint ad Galleciam ad piscandum et exiverint de mari et fecerint pousadas et salgaverint piscatum quando venerint mando quod dent maiordomo decem pissotas et de unaquaque caravela sive navigio » etc. Depois:

« et quicumque tabernarius fecerit in sua barca et in villa de Gaia et in terminis super forciam quam sibi fecerint pro suo habere mando quod it[illegible] columpnia (*sic*) preter mortem hominis; et caravela extranea que intraverit per focem de Porti cum mercaturis, mando quod det maiordomo [illegible] solidum de intrada, et si venerit ad G[illegible] de quanto vendiderit [illegible]

verit duos denarios det maiordomo de marabitino : et de barca seeyra que non fuerit de vicino det maiordomo unum marabitinum de intrada, et de quanto vendiderit sive comparaverit det duos denarios de marabitino : et si burcardus trincatus qui non fuerit de vicino intraverit per focem cum mercatura det maiordomo unum marabitinum de intrada : et de quanto vendiderit sive comparaverit duos denarios det de marabitino de illo habere quod non fuerit decimatum : Et Burcia que venerit cum pannis mando quod det maiordomo quatuor marabitinos de intrada. »

Por fim :

« et caminos do vobis inquam et concedo, quod omnes naves et barce et navigia que fuerint maiora quam pinatia que intraverit per focem dorii quod medietas eorum stet in portu de Gaya, et alia medietas in portu de villa Episcopi : et omnes naves que portaverint in ipso Portu de Gaya, mando et concedo quod carreguent et descarreguent in villa de Gaya. »

No primeiro artigo, transcripto, falla-se em navios de rio ou de mar. No segundo artigo, falla-se das embarcações de pescadores, chamadas caravellas. No terceiro artigo, falla-se de caravellas e navios e nota-se que os pescadores portugueses iam até á Gallisa.

Na quarta transcripção, falla-se em barca de transporte no Doiro ; em caravella extrangeira que ahi entre ; em « barca seeyra », tambem extranha, que entre no Doiro ; em « burcardus trincatus », extrangeiro, que fosse ao mesmo porto ; em « burcia », carregada de pannos, não diz se extrangeira. As barcas seiras, os burcardos trincados e as burcias, eram navios de commercio, que largavam e tomavam mercadorias, nos nossos portos ; as caravellas, além de servirem para a pesca, eram utilisadas da mesma fórma que as embarcações, supracitadas. É isto que apprendemos d'este foral.

Na quinta transcripção, falla-se em náus, barcas e navios « que forem maiores que pinaça » ; estes tres generos de embarcações, serviam, tambem, para o commercio de carga e descarga nos portos da Peninsula.

D'aqui, conclue-se que as aguas dos nossos rios, que offerecem bom porto, Tejo, Sado e Doiro, eram sulcadas, para além do

seculo XIII, por : barcas, barcas seiras, barcos, burcardos trincados, burcias, caravellas, fustas, náus, navios de mar, navios de rio e pinaças. Para conhecer estes typos de embarcações, encontramos bom auxiliar no *Diccionario de la lengua castellana*, publicado, de 1726 à 1739, pela Real Academia Española. Vamos tradusir o que, de mais importante, diz, ácêrca d'este assumpto.

Barca. — « Embarcação sem quilha, que, ordinariamente, serve nos rios caudalosos, que não têem ponte, para passar, de um lado a outro, os passageiros e outras coisas ; e, tambem, se chamam assim outras embarcações pequenas, com quilha, com que se acarréta nos rios, e os pescadores sáem a pescar no mar. »

Barca seira. — Aqui, só nos auxilia a conjectura ; será, talvez, uma barca de muito bojo, á maneira d'uma seira ; a denominação refere-se ao feitio, não ao genero de carga que transportava ; na parte do foral de Villa Nova de Gaia, que transcrevemos, está claramente dito que as barcas seiras vinham e voltavam carregadas. A palavra « ceira » liga-se, como se sabe, a um rio.

Barco. — « Embarcação pequena e com quilha correspondente ao seu tamanho, no que se differencía da barca chata, ainda que é costume confundir esta com aquelle ; usando promiscuamente de ambos os nomes como se designassem a mesma coisa. »

Burcardo trincado. — O diccionario, citado, não falla de burcardo, que deve ter intimas relações com burcho, burco ou burcia ; quanto a trincado, ainda se usa este termo na construcção naval ; « pôr a náu á trinca », significa voltal-a a estibordo ou a bombordo ; o diccionario, citado, dá-nos os termos « trincar a náu » e « trincar os cabos » ; o primeiro, significa « ir a náu á bolina, continuamente orçando, levando a próa contra o vento » ; o segundo : « apertar as voltas, quando, á arvore, se trincam as gimelgas e chapuzes. » Vide :

Burcia. — Burcho é « Especie de barco, capaz e grande ». Vicenzo Coronelli, cosmographo publico, na sua *Biblioteca Universale* (Veneza, 1706), diz, a respeito de burchio : « Especie de barca de remo que serve para commodo dos viandantes » ; explica, depois,

que esta especie de embarcação era empregada, no transporte de generos destinados ao commercio, no Adige, no Pó e n'outros rios, e de Veneza a outros portos. Logo, a burcia, era uma embarcação movida a remos e o burcardo trincado uma embarcação movida á vela, naturalmente da tonelagem da burcia.

Caravella. —

« Embarcação de uma coberta, comprida e estreita e com um esporão á prôa; tem tres mastros, quasi iguaes, com tres vergas muito largas, e, em cada uma, põe-se uma vela latina. É embarcação de carga, mui ligeira e perigosa, se não se sabe manejar com destresa e promptidão ao voltar as velas; porque, se não estão uniformes, voltam-se facilmente. »

Ácêrca das caravellas, deve lêr-se o interessante trabalho de Lopes de Mendonça: *Estudos sobre navios portuguezes, nos seculos XV e XVI* (Lisboa, 1892), pag. 40 a 75, 98 a 104 e 115.

N'outra significação, da palavra caravella, diz o diccionario, citado: « Carabela — Chamam, em Galiza, uma cesta muito grande que, as mulheres, levam na cabeça; n'esta cesta, vão coisas comestiveis e o que hão-de gastar quando vão ás romarias, que são tão frequentes n'aquelle reino. » É, talvez, o caso inverso de « seira »; ceira daria nome a certas barcas; e as cestas das mulheres da Galliza tomal-o-hiam d'estas embarcações.

Fusta. — « Navio (Buque) de carga, cuja fórma é alguma coisa differente dos baixeis ordinarios; de lotação até tresentas toneladas; costuma ter só um ou dois mastros, e usa velas latinas. » Já vimos que havia fustas movidas a remos.

Náu. — « O mesmo que navio ».

Navio de mar. — « Baixel grande, de alto bordo, ou armado em guerra, com artilheria, ou que só serve para o commercio. » Ajusta melhor á significação de navio, para além do seculo XIV, esta deffinição de nave: — « Embarcação, de coberta, com velas; distingue-se das barcas e das galeras em não ter remos. Ha — as de guerra e mercantís. As partes de que se compõe e com que se governa, explicam-se nos seus logares. » Porque já duas veses foi dado o baixel por typo de comparação, convem transcrever o que,

a respeito de baixel, diz o diccionario, citado : — « Embarcação grande, com todos os seus mastros e apparelhos correspondentes a navio por ser o mesmo que qualquer nave que anda pelos mares. »

Navio de rio.— Eram, naturalmente, todas as embarcações que vogavam nos rios, nada encontramos que especialise esta denominação.

Pinaça. — « Embarcação pequena, de remo e vela, é estreita e ligeira, com tres mastros e a pôpa quadrada ; serve para correr o mar, para descobrir, e, tambem, para deitar gente em terra. » Fallando d'este genero de embarcação, accrescenta o « *Dictionnaire universel* françois et latin vulgairement appellé *Dictionnaire de Trevoux* » (Paris 1743) : « deriva o seu nome de se terem construido, as primeiras, com pinheiros » ; com isto, concorda o *Elucidario* de Santa Rosa Viterbo ; o diccionario, de 1743, colloca-a entre as fragatas e bargantins.

Os portugueses têem sido pobrissimos em diccionarios, de iniciativa particular, não possuem um diccionario official ; assim, é necessario soccorrer-m'o-nos dos hespanhoes que, sempre, estudaram, a fundo, a sua lingua, merecendo, por isso, os maiores louvores, em particular, os louvores dos portugueses, a quem tocam, de perto, os estudos da linguistica dos povos latinos, especialmente das linguas falladas na Peninsula.

O foral de Lisboa, na parte que se refere á marinha e que ainda não foi estudada até aqui, vae ser, agora, analysado.

Na collecção intitulada « *Portugaliae Monumenta Historica*, Leges et consuetudines », encontra-se o foral de Lisboa, onde não se lê a passagem citada por Brandão, no logar já indicado, quando fallámos do foral de Pombal ; mas, na copia do foral de Lisboa, que está na Torre do Tombo, no m. 12 de Foraes Antigos, liv. n.º 3, fl. 8, lê-se : « Concedo etiam uobis ut nunquam intrent in nauigium meum pedites Vlixbone contra suam uoluntatem et in eorum sit beneplacito uenire per terram aut per mare ad obsequium meum. »

As transcripções feitas, no referido *Portugaliae*, etc., não são, em geral, comparadas; d'ahi, esta divergencia d'um outro texto.

Esta concessão, feita aos moradores de Lisboa, por D. Sancho I, muito mais liberal que as leis d'hoje, leva-nos a duas conclusões:

Primeira: A marinha do Estado era muito pequena e, portanto, não precisava de gente forçada.

Segunda: As vantagens, feitas aos homens do mar, eram grandes e, portanto, a marinha do Estado não precisava de gente forçada.

N'este caso, podia compor-se de muitas embarcações. Na primeira conclusão, temos de admittir a nenhuma importancia d'essa marinha; tal não se dava, segundo o que se sabe da expedição a Silves; logo, é a segunda conclusão que prevalece, assegurando que a marinha de transporte, pertencente ao rei, tinha, no seculo XII, algum valor, accentuado, mais tarde, no foral d'Almada e n'outros documentos que, em seu logar, estudaremos.

Citaremos, aqui, o que se encontra a folhas 46 v., do livro I da Chancellaria d'el-rei D. Diniz, em que, este senhor, dirigindo-se a Domingos Giães, alcaide do mar, em Tavira, no Algarve, e aos alvazis d'essa villa, lhes manda que cumpram, no exercicio das suas funcções, os costumes de Lisboa, onde, segundo a informação que, diz, terem-lhe dado o alcaide e alvazis de Lisboa, o alcaide do navio, dois espadaleiros, dois proeiros e um petintal, tinham fôro de cavalleiros; os mordomos, de Lisboa, penhoravam no mar e em terra, salvo os marinheiros do conto, que deviam ser sessenta e seis, os quaes eram pedidos, primeiro, ao alcaide do mar, e gosavam honras vitalicias de cavalleiros, adstrictas ao cargo e, por isso, intransmissiveis, nem mesmo para a mulher e para os filhos; descreve a maneira que se usava na competencia dos dois fóros, terreste e maritimo, e contêm estes dois itens, interessantes:

« Item. Se frota fasem, e algum se amóra, com direito ou é revel, que o alcaide do mar os penhore e os constrange e é constrangedor e arranjador das coisas da frota e dos navios, quando se armam. »

« Item. Me mandaram diser (O alcaide e alvazis, de Lisboa) que Martim Annes,

que foi irmão do chanceller, quando era alcaide do mar e da terra, que mettia alcaides em Cascaes e em Cesimbra, e nos outros logares, quando os pescadores estavam na costeira, e que, se se chagavam, ou alguma coisa fasiam, sem guisa, que esses alcaides os prendiam e disiam que esto era por rasão da alcaidaria do mar. »

A carta, é dada em Evora, a 11 de maio da era de 1320; anno, de Christo, 1282. De tudo isto se deduz a importancia já, por nós, notada, n'este estudo, que o Estado dava ás coisas do mar, naturalmente, enfeudado ao territorio portuguez; essa importancia, ia além do que se tem visto, chegava a instituir a policia das costas maritimas; D. Affonso II, em 1211, ordena « aos seus almoxarifes que não levem nenhuma coisa d'aquelles a que acontece perigo no mar. » « assim dos da nossa terra como dos das outras; se acontecer, por britamento de nave ou de navio, alguma coisa que andasse na nave ou no navio, que aportasse na ribeira ou em algum porto » essa coisa, que assim désse á costa, continuaria pertencendo ao mesmo dono, e os ovençaes, almoxarifes e todas as mais auctoridades, estavam obrigadas a entregal-a a quem a perdera. Se alguem fosse contra esta constituição: « feita, primeiramente, entrega das coisas que lhe filharam ou perderam, perca quanto houver. »

A causa, porque, el-rei, assim ordenava, é sobremaneira poetica, envolve a fórma de sentir d'uma epocha e faz-nos applaudir o legislador que tal ordena « Ca (Porque) sem rasão parece, que, áquelle que é atormentado, dár-lhe homem outro tormento. »

III.— O documento citado por Herculano, na historia de Portugal.

Tendo analysado a legislação d'el-rei D. Fernando, ácêrca da marinha mercante, e estudado a parte legislativa, que respeita á marinha, nos foraes e constituições, vamos fallar do celebre documento do Mosteiro de Chellas, apresentado por Herculano;

assim, iremos, estudando a legislação maritima, para além do seculo XV, segundo os corpos de documentos ; é, ás veses, necessario esclarecer pontos obscuros e, então, seguiremos n'esse vieiro, e tornaremos, depois, ao caminho que levávamos. Este systema de explorar os documentos, da mesma naturesa, segundo os grupos em que se encontram, parece-nos o melhor, porque, nas cathegorias de documentos, ha uma certa homogenidade que é perigoso destruir ; nem o espirito segue, socegadamente, os factos ; antes, se revolta contra a má comprehensão da verdade, derivada da agglomeração de elementos de analyse. Cada documento, tem de ser estudado no meio em que está, para corresponder aos que o precedem e seguem ; depois, esse corpo de documentos, aproxima-se d'outra collecção ; já não é o documento, em separado, é a conclusão do estudo de muitos documentos ; por fim, encontramos a conclusão das conclusões, que é a lei historica, a verdade irrefutavel.

A 23 de abril (9 das kalendas de maio) de um anno ignoto, estando, D. Sancho, I ou II, de Portugal, em Arriel, aldêa proxima de Montemór o Velho, segundo Herculano encontrou n'um documento de 1091, existente no *Livro Preto*, fl. 145, que diz : « in loco qui dicitur Arriel justa civitatis Montis Maioris ad orientem subtus monte molinus, secus flumen Mondecum. », escreveu ao alcaide de Lisboa, ao seu almoxarife, Pedro Paes, e ao seu escrivão, Gonçalo Soares, queixando-se do aggravo que d'elles recebera, não fasendo caso das cartas e do porteiro que lhes enviara, ácêrca da bôa paz dos seus marinheiros, e disendo-lhes que, agora, lhes mandava, terminantemente, que, vistas as cartas, pelo que achassem a Pedro Raolis, a Martinho Rebolo, a Rodrigo Pires e a seu irmão, a Estevam Fernandes, a Fernando Moniz, a Martinho Vallada, a João de Veriel, a Estevam Peliteiro, e a Gonçalo Fernandes, fizessem dár, a João Gordo, a paga de quanto mal e perda lhe tinham feito ; de maneira que, ao depois, não houvesse queixa, d'isso, a elle, D. Sancho ; que, tambem, mandava o seu porteiro, João Paes, para, em nome

do alcaide, do almoxarife e do escrivão, executar esta ordem.

Dito isto, ordenava terminantemente : que ninguem ousasse faser mal aos seus marinheiros, sob pena de pagar, para a corôa, mil maravedís, e de ser considerado seu inimigo ; que, mais do que nunca, estivessem amparados e defendidos por el-rei ; que não fossem almotaçados ; e que ninguem, de Lisboa, tivesse poder sobre os marinheiros do Estado, a não ser el-rei e o alcaide d'elles.

Este documento, encontra-se na Torre do Tombo, na collecção vinda do Mosteiro de Chellas, onde tem o numero 254 ; foi ahi que o vimos, pela primeira vez, ha tempos, certificando-nos da sua authenticidade, de que duvidavamos, porque, Herculano, apresentou, na sua *Historia de Portugal*, uma copia que parece ser feita d'um documento apocripho ; não se conhecendo a respeitabilidade do auctor, até se concluiria que a copia, apresentada, não se referia, nem mesmo, a um documento apocripho. Não é facil explicar como foi que Herculano commetteu tantos erros, transcrevendo um documento de tão alto valor.

Quanto ao anno, em que seria escripta, esta carta, não concordamos, como já dissémos, com a determinação de Herculano, pela rasão apontada ; póde ser de Sancho I ou de Sancho II, fins do seculo XII, primeira metade de seculo XIII. É um espaço de sessenta e dois anno (1185 - 1247), interronpido por dose annos (1211-1223) de reinado de D. Affonso II ; sessenta annos, é muito, quando se trata de um periodo de formação ; portanto, séria da maior conveniencia fixar, pelo menos, qual dos dois Sanchos mandou lavrar e expedir esta carta. Em 1212, deu, Sancho I, foral a Montemór o Velho ; póde ser que fosse vêr o concelho, novamente constituido, e se demorasse, algum tempo, em Arriel : Sancho II, tambem lá podia ir ; de fórma que, por estes caminhos, nada se conclue, ácêrca da data da carta ; talvez que, um dia, se possa faser essa determinação, encontrando-se os dois primeiros nomes, citados, e o ultimo, ligados aos respectivos cargos ; nós, procedemos a uma investigação minuciosa, nos docu-

mentos dos seculos XII a XV, existentes na Torre do Tombo, e nada encontrámos de positivo; appareceram-nos um Pedro Raolis, tabellião de Lisboa, a quem, el-rei, faz doação, em Lisboa, 6 de maio de 1217, (Ch.) de um pardieiro, na freguesia da Sé de Lisboa (Maço 12, de Foraes Antigos, nº 3, fl. 37); e um Martin(h)o Roolis, que não se sabe o que fosse, a quem, el-rei, faz doação da barbacã da Porta do Mar, em Lisboa, datada, a carta, da mesma cidade, a 10 de julho de 1255 (Ch.) (Chancellaria de D. Affonso III, liv. I, fl. 8, v.). Se aquelle Pedro Raolis, tabellião em Lisboa, é, como parece, o que aggravou os marinheiros do tempo de um dos Sanchos, em Lisboa, a data, de 1217, colloca o documento no reinado de Sancho I, com o argumento de ser improvavel vêr-se um homem, occupando o logar de tabellião d'el-rei e agraciado com mercês da corôa, a aggravar marinheiros do Estado; mas, este argumento não é absolutamente consistente, nem, mesmo, perante a chronologia, decisivo. *Roolis,* appellido de Martin(h)o, deverá lêr-se Raolis, visto que, em dois documentos, se lê Raolis, e são provaveis, sempre, os erros dos escribas, registadores; assim, teremos que Martin(h)o era parente, talvez filho, de Pedro.

No cap. XII, do liv. XVI, da parte V, da *Monarchia Lusitana*, fr. Francisco Brandão, cita mais dois documentos, relativos á marinha; um d'esses documentos, de outubro de 1237 (Ch.), era do Mosteiro de Chellas (Torre do Tombo — Cartorio de Chellas, m. 9, nº 175) e menciona o «palatium nauigiorum Regis», «in parochia sancte marie magnadalene»; o outro, sefere-se ás terecenas, no tempo d'el-rei D. Affonso IV.

De 18 de maio de 1426, um documento de Chellas (Torre do Tombo — Cartorio de Chellas, m. 3, nº 41) diz que «os navios que uaam e ueem pera frandes e pera aragam e outras partes», costumavam ancorar junto da «porta chamada do furadouro freeguisia da egreia de senhoane da praça» (S. João da Praça, em Lisboa). Esta indicação, é muito importante, para se faser idéa do desenvolvimento commercial, pela via maritima, no

principio do seculo XV. Outros muitos documentos existem, na Torre do Tombo, que, n'um estudo, ácêrca das terecenas, occuparão o logar que lhes convem ; este estudo, já foi começado no sexto anno (1901) da *Revista de Engenheria Militar*.

IV. — Os documentos da camara municipal do Porto. I.

A publicação, intitulada « *Corpvs Codicvm Latinorvm et Portvgalensivm eorvm* qvi in Archivo Mvnicipali Portvcalensi asservantur antiqvissimorvm jussv Cvriae Mvnicipalis editvm », é uma honra para o municipio do Porto e um exemplo dado a todos os municipios que concorreriam para a formação da Historia, se podessem publicar os documentos dos seus archivos, na fórma que se adoptou na parte intitulada « Diplomata, chartae et inqvisitiones — Volvmen I : Fascicvlvs I — Diplomata et chartae », publicada em (Portvcale — MDCCCXCI) [1] ».

Por este systema, é que se collabora na grande obra dos seculos XIX e XX, publicando os documentos que, ao depois, hão-de servir para escrever a Historia. A collecção, intitulada *Portvgaliae Monvmenta Historica*, foi a primeira publicação d'este genero, em Portugal ; este *Corpvs* junta-se a esse magnifico subsidio e constituem fortissima base para estudo. Com respeito á historia da marinha, encontramos, ahi, o seguinte.

No foral dado em 1123, por D. Hugo, bispo do Porto, aos moradores do seu bispado, lê-se : « De vno capvd de fustam duos denarios. »

Estando, D. Diniz, em Lisboa, a 13 de maio de 1316, resolve a contenda em que estavam, de um lado, o concelho do Porto, representado por João Martins, ou João da Guarda, e Pero Bicos,

---

1 N'este estudo, acceitamos os documentos tal como se acham transcriptos, sem averiguar se estão exactas as transcripções.

e, da outra, o bispo do Porto, D. Fernando, e o cabido d'essa Sé, representado pelo deão D. Gonçalo Pereira. Estes queriam, segundo o costume, usurpar os previllegios e regalias do povo, que reclamara, pelos citados procuradores; na carta de sentença «escripta em pergaminho de coiro e sellada do seu verdadeiro sello, pendente por corda de seda vermelha com cera vermelha sellada », que o sobredito rei mandou lavrar, n'esse dia, lê-se: «Outro sim disiam que os agravavam, constrangendo-os, ora, novamente, que lhes dêem almudes de vinho, que vem de Riba Doiro, que se vende na villa, contra seu uso e costume, filhando-lhes os penhores por esto », e, mais adeante : « Outro sim disiam que os agravavam embargando e tapando-lhes os rocios da Ribeira, onde carregam as barcas que vão para França e onde descarregam os baixeis que trasem a madeira e o ferro e pescado »; o mesmo se diz no « estromento escripto em pergaminho de coiro, por Affonso Romães, tabellião do Porto e assignado do seu signal, segundo em elle parecia. » Contendo o « estromento escripto por mão de Lourenço Esteves, tabellião da dita cidade, e do seu signal assignado », feito em 20 de junho de 1316, no qual foram copiados os artigos de aggravos, feitos pelo bispo e cabido, á cidade do Porto, e se relata o que aconteceu na posse tomada, pelos procuradores do concelho, dos direitos usurpados. Falla-se, n'este documento, de um Domingos Pires Marinheiro « domjngos pirez Marinheiro » que tinha umas casas, a cujo respeito é citado.

Na mesma cidade de Lisboa, a 20 de julho 1317, ordenou, o mesmo rei, « que se vendessem os vinhos de Riba de Doiro sobella agua », resolvendo, assim, a contenda entre o concelho da cidade do Porto, representado por Domingos Joanes e João da Guarda, e o concelho da villa de Gaya e de Villa Nova, representado por Martim Barreiros e Estevam Annes Cavaco; estes, disiam que os do Porto vendiam o vinho nas casas, nas adegas, devendo vendel-o « sobella agua », e aquelles, disiam que o deviam vender onde melhor conta lhes isesse, segundo fasiam os de Gaya e os de Villa Nova, « como era contheudo em uma com-

posição feita por mim e por D. Vicente, bispo que foi do Porto, com seu cabido, a qual eu vi »; é assim que el-rei se expressa:

« tenho por bem e mando que todollos vinhos que veerem, para vender, de Riba de Doiro, tambem (tanto) dos visinhos do Porto, como dos visinhos de Gaya e de Villa Nova, como dos outros extranhos, que todos se vendam nas barcas sobrela agua, e que nenhum não « n »os tire em essas villas nem em seus termos. » excepto o que fôr para gasto dos donos, em suas casas, comtanto que não seja « vinho de regataría »;

E, diz mais:

« Outro sim, todollos vinhos que entrarem pela foz de Doiro para vender, vendam-se todos assim como se sempre costumou de tempo vedro ácá, convem a saber: venderem-se sobrela agua ou na areia atá dia de São Martinho; e des(de) São Martinho adeante mettam-n'os nas casas se quiserem e façam d'elles sua prol. »

E só n'este ponto ficava alterada a composição com o bispo D. Vicente.

Na mesma cidade de Lisboa, el-rei D. Affonso IV, mandou lavrar uma carta, dirigida ao alcaide e juises de Gaya, em 3 de julho de 1325, disendo que « mestre Francisco, procurador do cardeal abbade de Cedofeita » lhe dissera que, no couto de Cedofeita, havia uma aldêa chamada Maçarellos « e que os homens que moravam na dita aldêa viveram sempre por pescaria e que, dos saveis e das lamprêas que pescam no tempo, dão a mim a oitava parte, e que, d'esso e do al, dão a disima á egreja de Cedofeita e não mais. » e que usavam com a corôa, e com os de Villa Nova como usavam visinhos, « E que, ora, esses homens de Cedofeita não ousam a ir pescar no mar, nem em Doiro, nem ir á Gallisa por suas merchandias (Mercadorias) assim como ante sohiam, porque disem que os achacades e se temem de lhe faserdes mal e desaguisado. E esto não tenho eu por bem, se assim é », portanto, ordenava, aos sobreditos alcaide e juises, que deixassem, os pescadores de Maçarellos, pescar no Doiro e ir até Gallisa, e não lhes fisessem estorvo algum.

Em 25 de julho de 1339, estando « o honrado barão D. Lopo Fernandes, senhor de Ferreira », « no mosteiro de S. Domingos da cidade do Porto, no virgeu atrallo paço grande », disse que el-rei D. Affonso « mandava saber o que rendia a dita cidade e o que ahi o bispo e o cabido e a egreja do Porto ham. pelos artigos que lhe da parte de bispo e cabido foram dados. » Por ordem do sobredito D. Lopo Fernandes Pacheco, compareceram, no dito logar, da parte d'el-rei : Vasco Gil, cidadão do Porto, fr. Affonso, frade de S. Francisco e escrivão d'el-rei, e um homem bom ; por parte do concelho, um ou dois homens bons, e, por parte da egreja, D. João Palmeiro, deão de Braga e conego do Porto. Juntos, perante o commissario d'el-rei D. Affonso IV, começou a inquirição, escripta por Affonso Annes, tabellião d'el-rei, na cidade do Porto ; encontram-se, n'esta inquirição, as seguintes passagens interessantes : No artigo 4°, refere-se que o alcaide e os seus homens guardavam, de noite, a villa, prendendo e pondo á disposição dos juises quem encontravam a deshoras « depois que tangem o sino tres veses. » Respondem que assim se cumpria.

« E se, os que assim andam de noite, forem d'aquelles que andam para guardar seus navios, ou se veem de lá para suas casas, ou saem das barcas que veem de Riba de Doiro e veem-se para suas pousadas, ou veem de caminho, ou vão em mandado de seus senhores, ou se trouverem candêa acesa, ou lume, ou lanterna nem os devem de prender. E, se os prenderem, ou lhes filham suas armas, mandam os juises que não paguem carceragem e que lhes entreguem suas armas e entregam-lh'as logo. » Respondem que assim se cumpria.

O artigo 13°, começa assim :

« Item a egreja do Porto está em posse de pôr mordomos e officiaes na dita cidade que sacam os direitos do senhorio da dita egreja ; convem a saber : portagens e coimas, e ancoragens e aforamentos dos barcos e barcas novas e novos, velhos e velhas ; e d'outros navios que andam por Doiro e que carregam vinhos e pão e outras coisas. »

Respondem que assim se cumpria.

No artigo 29°, recorda-se que estava estabelecido pagar dois dinheiros sobre cada maravedí de preço de ferro, « para levar pelo mar », e seis dinheiros por quatro quintaes d'agua que

levasse o mesmo destino; salvo do que ia para Riba Doiro.

Nos artigos 56º a 59º, referem-se, com seus tributos, os generos de commercio fluvial, nas barcas, no Doiro: vinho, cera, vinagre, coiros, sumagre, cereijas e « outra fructa ». O artigo 60º refere-se á madeira « que veer de Riba Doiro para barcas ou para casas ». O artigo 61º, falla do pescado « que veer pela foz da cidade, que não seja de visinho quer venha de Gallisa, quer de outros logares ». O artigo 62º, diz: « *Item* se veerem coiros, ou unto, ou cebo, ou cera, pela dita foz, aquelle que assim trouver pagará da entrada da agua, de cada carrega, seis dinheiros; e se vender pagará portagem; convem a saber: do maravedí dois dinheiros; e outro tanto pagará da saída. » Respondem que assim se cumpria.

Merece especial menção, pelos generos de embarcação que indica, o artigo 63º: « *Item* todo navio, que de fóra parte fôr, se trouxer batel ou gondora pagará tres soldos e quatro dinheiros de mealha; e se fôr navio que não traga batel nem gondora pagaram, os de fóra parte, seis dinheiros d'ancoragem. » Respondem que assim se cumpria.

O artigo 64º, diz: « *Item* se fôr náu grande que venha, com panos de França, pagará dois maravedís ao dito senhorio; e se fôr navio maior que baixel pagará ao dito senhorio um meio maravedí d'ancoragem; e esto se entende em nas náus e nos baixeis que não sejam de visinhos da dita cidade. » Respondem que assim se cumpria.

Diz assim o artigo 65º: « *Item* se vinho pelo mar veer ou de Riba de Doiro, ou se vender na dita cidade que não seja visinho d'ella, pagará dois dinheiros do maravedí, quer se venda na area, quer na casa. » Respondem que assim se cumpria.

O artigo 66º, principia assim: « *Item* se algum comprar vinho sobella agua pagará um dinheiro do livrar, sem retorno nenhum. » Respondem que assim se cumpria.

O artigo 73º, começa:

« *Item* todas barcas, tambem (tanto) náus como baixeis, como outros navios,

quaesquer que corram o mar com cargas de quaesquer que sejam visinhos da dita cidade e filhem (Tomem) fretes ou náu carregada[s] ou venham com haveres e com quaesquer merchandias (Mercadorias) d'aquelles cujas as ditas náus baixeis e navios são, hão-de pagar de quantos milheiros forem estimados que podem levar de sal pelo milheiro do Porto. »

Respondem as testemunhas que assim se cumpria.

D'este estylo, os artigos 74° a 77°, determinam os direitos das cargas que vierem ao Porto, nos sobreditos navios ; fallando, o artigo 74°, das cargas que veem de França, o 75°, das que se carregarem em Lisboa « e forem além mar » ; não indo as cargas para o Porto, pagariam, ao senhorio d'esta cidade, certos direitos; o artigo 76°, faz estensivos aos marinheiros d'essas náus, baixeis e navios, o pagamento de direitos pelas viagens que fiserem. Cumpriam-se estes artigos.

O artigo 77°, depois de mandar pagar direitos de saída, do porto, diz que, se assim não pagassem, ser — lhes-hia extranhado.

« E esto se entende, tambem, nas ditas náus, baixeis e navios, como nas pinaças que saírem e partirem da dita cidade, com alguns haveres ou com algumas cargas, que não sáiam pela foz da dita cidade atá que primeiramente contem com o dito mordomo por rasão dos ditos haveres e cargas que levarem. » etc.

Na resposta, diz-se « que as náus e baixeis que vão para França mandam os mestres e carregadores lançar pregão que vão contar a S. Nicoláu com os mordomos » ; succedia, os mordomos, não irem, ou deixarem partir os navios e irem ás casas e tomar-lhes os penhores. A resposta é longa, mas não interessa, além do que fica exposto.

O artigo 78°, multa o barqueiro que passasse, para A'lêm Doiro, pannos que não fossem manifestados ; o que se cumpria ; e o artigo 79°, tributa as « barcas pequenas dos moradores da Villa de Gaya, que andam na passagem », « E se fôr grande barca pagará, de cada anno ao dito senhorio, um meio maravedí ; as pequenas pagavam « seis soldos e nove dinheiros » ; cumpria-se.

O artigo 81º, manda pagar direitos de « toda madeira, resina e pez e todollas outras coisas que venham pela foz do Doiro, de que el-rei não leva disimo ». Respondem « que madeira e sardinhas não pagam nem migalha d'entrada, nem de saída. »

A'cêrca do artigo 83º, que se refere a « toda a besta que veer á dita cidade, que trouver ollas » :

« Perguntados se sabiam que os juises haviam mais que esto, responderam, que os juises que soíam ser na dita cidade, haviam do bispo disimo de uma pinaça na lada, e de um barco; e que os procuradores do bispo e do cabido, quando arrendavam o mordomado, tiravam esta pinaça e barco da renda e disiam que o dava o bispo ao juiz; e que, ora, o bispo ha a dita pinaça e barco. »

O artigo 98º, diz :

« *Item* todollos visinhos; moradores da dita cidade, que quiserem metter « em » no rio savàres ou lampreiros, não os metterão atá que o digam ao dito senhorio da egreja; e se lh'os, o dito senhorio, mandar metter, e estes que o assim metterem darão o primeiro savel e primeira lamprêa ao dito senhorio ».

Respondem que assim se cumpria.

Diz o artigo 112º :

« *Item* o bispo e a egreja do Porto estão em posse de levar e haver a disima de todollas coisas que el-rei levar e houver na dita cidade e que veerem pela foz do Doiro, onde quer que venham pela foz, e assim de pannos como de ferro, oiro, prata, dinheiro, como de metal e d'outras especias e d'outra qualquer coisa. »

Respondem que assim se cumpria.

A seguir, a este corpo de cento e dose artigos, lê-se : « Estas são as côimas que a dita egreja leva, pelos mordomos da dita cidade do Porto. »

O artigo 26º, começa : « *Item* As barcas, navios e baixeis que trouverem sal devem aportar direito da rua da Robaldeira e ahi descarregarem, » etc. « Declaram as testemunhas d'este artigo, que, della (Desde a) pedra do porto acima, descarregão onde se pagarem de descarregar o sal, » etc.

Estando em Coimbra, a 10 de janeiro de 1348, mandou el-rei

D. Affonso IV, escrever a André Domingues, seu tabellião na cidade do Porto, disendo-lhe que soubesse, « por homens bons anciãos e por onde melhor poderdes mais declaradamente », qual era a demarcação do couto dado por D. Theresa, á Sé do Porto ; desejava, el-rei, vêr se o bispo se alargara, e enviava, para isso, a André Domingues, un escripto d'essa demarcação « dentro em esta minha carta », feito segundo a sobredita doação « que eu achei acá registada na minha chancellaria ».

Entre outras coisas, diz André Domingues : « dos navios do sal que aportavam no dito logo (Logar) de Miragaya, que havia, el-rei, de cada um baixel e de cada uma viagem uma quarta de maravedí. » Segundo parece, este rei seria D. Sancho I. Este documento é importantissimo para se apreciarem as continuadas extorsões dos bispos do Porto, até ao seculo XIV.

Logo a seguir, á inquirição, lê-se ; « Por quaes rasões el-rei disse que mandara faser o almasem e alfandega do Porto » ; aqui, deduz, el-rei, estes motivos que se oppõem ás contestações do bispo do Porto, D. Pedro : o armasen estava fóra do couto do bispo e pertencia á corôa ; « o dito senhor e os outros reis, d'ante elle, houveram e hão a disima de todollas coisas que entram pela foz do mar d'essa cidade, em navios, e que dão e deram, sempre, á egreja do Porto, a redisima » ; antes que houvesse armasem, sendo « gram perigo de estar nos navios no mar » era a carga mettida em « casas alheas », alugadas « e do aluguer pagava a egreja sua parte e assim das outras coisas que tomavam a seus donos » ; n'estas casas perigavam as cargas, porque os ladrões e o fogo as disimavam ; outras veses, succedia não haver espaço, n'essas casas, para as metter, de fórma que as armasenavam nos mosteiros, onde tambem estavam « a gram perigo e a gram dano que ahi, por veses aconteceu. » Considerando isto, mandou, D. Affonso, comprar casas e terrenos que, tambem, obteve, por escambo, e fez o armasem ; juntou-lhe outras casas « porque em esse almasem, muitas vogadas, não podiam ser descarregadas todas as mercadorias que vinham pela dita foz á dita cidade » ;

as quaes casas, eram alugadas a livre arbitrio do almoxarife de el-rei, por expressa determinação do mesmo senhor ; o qual não entendia que, faser os armasens, fosse motivo para se aggravarem o dito bispo o cabido.

De novo, encontrâmos estes generos de embarcações :

Batel. — « Um genero de barco pequeno e o mesmo que esquife. Parece corrupção do nome baixel. »

Gondola. — « Especie de barco com remos e toldo, a modo de uma pequena chalupa. » Diz o diccionario que seguimos, da Real Academia Española ; e, fallando de chalupa :

« Barco prolongado, maior que esquife ou bote, o qual tem dois mastros pequenos para uso das velas, e costuma ter seis ou oito remos por banda. Trasem-n'a os navios de alto bordo, para seu uso, de embarcar e desembarcar a gente, por ser mais capaz e ligeira que o esquife ou barcaça. Chamam lhe em Italia *falucas*, de onde pode ter vindo. ».

Define esquife : « Barco pequeno que se leva dentro dos navios grandes, para se saltar em terra e para outros misteres. Deriva do grego *scaphe* ; e, ainda que, segundo a origem, devia escrever-se esquiphe, o uso commum está em contrario », e bote : « embarcação muito pequena, ou lancha que se leva dentro do navio, para deitar á agua promptamente e desembarcar algumas pessoas. Póde diser-se assim, pela facilidade com que se bota ou deita á agua. »

Fallando de lancha, diz que é « uma embarcação que, ordinariamente, serve aos navios para embarcar e desembarcar o que se offerece. Navegam com remos, ainda que talvez usem, algumas, de velas » ; e quanto a barcaça : « Augmentativo de barca. Nos navios de alto bordo e de guerra dão este nome a uma embarcação que levam, maior que esquife ou lancha, a qual, ordinariamente, serve para deitar os ferros, transportar coisas de grande peso e fazer aguada. »

Lampreiros. — Talvez muito semelhantes aos savares, eram destinados, segundo se deprehende do documento e da etymologia da palavra, á pesca das lampreias.

Savares. — Deve ser a embarcação comprida, estreita, sem quilha e com a prôa e a pôpa levantadas e iguaes, a que hoje chamam saveiros e se destinavam e destinam á pesca nos rios, especialmente á dos sáveis.

As inquiriçoes, feitas mais modernamente que o foral de Gaya, em 1258, referindo-se ao mesmo tempo, fallam em pinaças, caravellas, barcos e barcas, navios e baixeis ; vêjam-se as que se fiseram nos julgados de Bouças e da Maia (*Port. Mon. Hist.* « Inquisitiones », vol. I). Os de S. João da Foz, do julgado de Bouças, tinham seis pinaças, e uma caravella e vinte barcos saveiros « barci savalorum » que sahiam ao mar alto pela foz do Doiro ; os de Lordello, no mesmo julgado, pescavam « dulfine et hyrcis et tunine et balene, et aliis piscibus » ; das inquiriçoes, feitas em Pindello, no julgado da Maia, deduz-se que as pinaças, caravellas, barcos e barcas, serviam, especialmente, para a pesca, e que os navios e baixeis, para carga ; estes ultimos, entravam pela foz do Ave, com pannos, chumbo, estanho, linho e sal.

Quanto ás barcas, além d'este serviço, eram usadas nos rios, segundo disem os foraes, outros documentos, e as inquiriçoes ; n'estas, de 1258, referem os de S. Pedro da Torre, julgado de Fraião :

« que ouviram diser que a metade da egreja de S. Pedro da Torre, com a metade da villa, que a dera a rainha D. Theresa, por mercê, á Sé de Tuy, que andasse a barca no porto de Tuy e passasse, essa devandita barca, quantos quisessem passar, sem dinheiros, por sua alma e de quantos reis viessem depois d'ella » ;

Confirmam isto os de S. Cosme de Azere, julgado de Valle de Vez ; chamando « barca de mercê ».

Nas inquiriçoes, feitas nos logares habitados por pescadores, falla-se n'estes generos de transporte maritimo e fluvial, porque deviam pagar certa contribuição ao Estado ; tambem mencionada nos foraes, já aqui estudados, que as determinavam em harmonia com o uso. A'lêm d'isto, encontram-se terras usando nomes de embarcações, por exemplo : S. Martinho de Nao, no julgado de

Santa Cruz de Sousa, citada nas inquirições de 1220 ; e de pessoas, exemplo : Affonso Barco, em S. João de Rio Frio, julgado de Val de Vez, a quem D. Affonso I dera terrenos, coutados, que, depois, constituiram bailiados da Ordem de Templo ; por isto, parece que era da nobresa. Pedro Barqueiro, deu um filho a crear em Santa Maria de Duas Egrejas, julgado de Penela, a João Joannes ; devia ser da nobresa. D. Orraca Gil Caravella, moradora em Alemquer, casada com João Mendes Fafes, filho de Mem Fafes, neto de D. Fafes Godins, bisneto de D. Godinho Fafes, terceito neto do famoso D. Fafes Luz, rico-homem e alferes do conde de Portugal, Henrique.

Todos estes elementos são objectos de estudo, quando se quer conhecer a sociedade que viveu n'um tempo tão simples, que os chefes do Estado (Paraphrase feita por D. Affonso II, em 1211) expressavam-se d'esta maneira, defenindo, perfeitamente, um periodo de organisação :

« Porque a sanha soe (Costuma) a embargar o coração que não póde vêr direitamente as coisas : por ende (Isso) estabelecemos que, se, por ventura, no movimento do nosso coração, a alguem julgarmos morte, ou que lhe cortem algum membro, tal sentença seja prolongada atá XX dias : e, dès hi adeante, será a sentença e a execução, se a nós em este comenos, não revogarmos. »

V. — Os documentos da Camara Municipal do Porto. II.

No citado *Corpus*, da Camara Municipal do Porto, encontram-se mais duas cartas de el-rei D. Affonso IV, publicadas depois de 1350, que trasem subsidios para o nosso estudo ; veem a seguir ás cartas identicas, dos fins do seculo XIV e primeira metade do seculo XV.

A 12 de setembro de 1352, estando, el-rei, em Lisboa, escreve a Fernão Annes, seu almoxarife e aos seus escrivães da cidade do

Porto, com effeito para os successores, ordenando que se use, na alfandega do Porto, da mesma fórma que se usava na alfandega de Lisboa, a respeito da isenção de disima sobre os pannos e outras mercadorias que vinham de Flandres e de outros logares, em navios, não sendo para vender. Esta carta foi expedida porque o concelho e homens bons da cidade do Porto se tinham queixado ao rei, pedindo que esses officiaes lhes guardassem a carta que a tal respeito fôra dada, pelo mesmo senhor.

A 6 de agosto de 1355, estando, o mesmo senhor, no Porto, manda escrever uma carta, disendo que alguns mercadores do Porto, Braga, Guimarães, Viseu, Chaves e d'outros logares se lhe queixaram porque « recebiam grande aggravamento dos juises e véreadores e de alguns homens bons do dito logo do Porto per rasão de uma postura que fiseram em rasão do fretamento das náus » ; e, logo, se transcreve a postura, datada de domingo, 25 de março de 1324, que foi apresentada ao rei, em presença dos ditos, aggravantes e aggravados ; n'ella, determinavam, o concelho e homens bons do Porto, para evitar as especulações que se fasiam :

« que as náus que se houverem de fretar em no Porto, para carregar d'haver de peso, e, outrosim, algumas náus, se as aqui fretarem para Lisboa os visinhos da villa, para haver de peso, que sejam fretadas por quatro homens bons da villa, os quaes homens bons sejam daquelles que para França carregam em nas náus », etc.

Estes quatro homens, encarregavam-se de saber, dos mercadores, que fazendas queriam exportar, calculavam quantas náus eram precisas e fretavam-n'as. « E estes quatro homens bons devem entrar para esto em cada um anno por Paschoa, per concelho apregoado áquelles que para esto ellegerem. » Encarregavam-se, tambem, da descarga, « E os que forem carregadores devem haver quarenta soldos de torneses, por seu affan, cada um ; e os descarregadores em Normandia, outro tanto e não mais. » Quem fosse contra o estabelecido, n'esta postura, pagaria quinhentas libras para o concelho, e deixaria de ser visi-

nho. Para esta companhia, muito semelhante ás modernas companhias de navios de carga, foram, logo, nomeados Ruy Mendes, Pero Simões, Paschoal Annes e Vicente Pires; lavrou este documento Affonso Romães, tabellião publico da cidade do Porto; sellou-o Vasco Gil, chanceller do concelho, e testemunharam Lourenço Esteves, Francisco Annes, Estevam Annes, tabelliães, João Gordo, almoxarife do infante, talvez neto do outro João Gordo a que se refere o documento que estudámos no Commentario III, ao qual encontrámos, na chancellaria de D. Affonso IV, liv. 4º, fls. 89 v., uma carta de quitação, em que se diz « que foi meu almoxarife no Porto », desde 1 de abril de 1324 (Christo) até 6 de outubro de 1339 (Ch.); a carta é datada de Coimbra, 30 de janeiro de 1342 (Ch.); os generos quitados, são: « pannos, pennas, sendaes, oiro, prata, dobras, florins e outras moedas, aço, estanho, chumbo, ferro tirado, maçoque, armas, e dinheiros portugueses »; Martim Paes, juiz da cidade do Porto, Gonçalo Nogueira, cavalleiro, João Duraz, Martim Pires Alvarinho, Vasco Gil, Miguel Perro, João Vicente, Gomes de Freitas, Estevam de Freitas « e outros muitos ». El-rei, lida a postura, diz que se cumpra, e paraphrasia-a, explicando-a, assim:

O mercador, que tiver tomado logar na náu e não o occupar, será punido, como fica dito, e o mestre da náu, que levar mais carga do que ordenaram os fretadores, seja castigado; os tabelliães e escrivães, que escrevessem que parte, nas náus, os fretadores, davam aos mercadores, seriam tidos por falsarios, se minguassem ou accrescentassem o que se estabelecia; a eleição era feita pelo povo.

Na carta, enviada de Elvas, a 27 de maio de 1361, por el-rei D. Pedro I, aos juises, véreadores e homens bons de concelho da cidade do Porto, corrige, o mesmo senhor, certos aggravos mandados referir, em um escripto, pelos sobreditos; apresentaram-n'o, a el-rei, Gil Lourenço e Domingos Pires; na relação d'esses aggravos, encontra-se:

« Outro sim disiades que fóra minha mercê de entregar ao meu almirante

que houvesse uma dobra d'oiro de cada navio grande, e meia dobra dos outros navios mais pequenos e que esto era grande aggravamento aos d'essa cidade porque havia mais naves e navios que em todo meu senhorio; e que este encarrego recodia sobre os mercadores e mercadorias porque os mestres dariam mais caros os fretes ca assaz avondava aos mercadores quanto damno haviam e houveram até aqui por as guerras de França e de Inglaterra. E pediades-me por mercê que escusassse de tal encarrego os navios d'essa cidade. »

Assim concede, el-rei, ordenando, ao almirante, que só receba, esse tributo, dos navios extrangeiros.

Por uma carta, datada de Santarem, a 21 de junho de 1366, prohibe, D. Pedro I, visto o pedido dos homens bons e concelho do Porto, que « os molleiros que móem e dão farinha á dita cidade » e para as « naves e baixeis e navios que a ella veem » sejam constrangidos a « irem nas minhas galés » ; o que succedia, por culpa dos vinteneiros que os punham nas vintenas dos homens do mar, « quando acontece que eu mando armar a minha frota » ; isto, dava em resultado, os da dita cidade, não poderem « haver mantimento de farinha para si e para as carregações dos navios e baixeis ; sendo esses molleiros homens que não sabem de mar », e os molleiros fugirem.

Este privillegio é confirmado, por el-rei D. Fernando, em Evora, a 8 de desembro de 1368.

A carta de D. Fernando, ao seu almoxarife e aos escrivães da alfandega ou armasem do Porto, datada de Tentugal, 25 de janeiro de 1377, é um dos mais interessantes documentos que se encontram no citado *Corpus* ; narra os ardís dos contrabandistas maritimos e refere varios generos do commercio do norte de Portugal, não se sobordina a um assumpto, tem o caracter de carta particular.

Primeiro, manda apregoar, em Villa do Conde e n'outros logares, onde se fabricavam pannos de treu, que os façam de um palmo e dois dedos de largura « pela guisa que antes fasiam em tempo antigo », porque precisa mandar comprar

grande porção « para armação das nossas galés » e não serve o panno estreito que fabricavam ; outro sim, ordena que fiquem fasendo o panno pela marca de ferro, acima dita, sob pena de perderem os pannos que forem estreitos. Depois, manda policiar a costa, guarnecendo-a de requeredores, de maneira que os mercadores, que trasem pescado, ferro e outras mercadorias extrangeiras, não as desembarquem, salvando-as aos direitos. A seguir, diz saber que os mercadores extrangeiros, não ousando comprar o pescado, na costa, porque isso lhes é defeso, o compram aos naturaes, que, por seu turno, o tem comprado na costa ; quem tal fiser, ficará preso, á mercê de el-rei. Tambem soube, D. Fernando, que alguns mercadores carregavam sal, no Porto, para Flandres, França e Inglaterra, e não queriam pagar direitos de exportação, disendo que pagavam os de importação ; el-rei, ordena que paguem ambos os direitos. Logo a seguir, diz-se que os mestres dos « navios ou bateis », que trasiam mercadorias ao Porto, antes que lá chegassem, punham as companhas « fóra e tiram haveres e outras coisas, escondidamente », livrando-se de levarem as mercadorias á alfandega e, portanto, de pagarem a disima a el-rei, que ordena não sejam, os mestres, ousados

« de pôr nem consentir pôr nenhuma companha que em esses navios venham fóra em bateis, salvo ao cáes onde soem descarregar os haveres, fasendo, antes, saber, esses mestres, a vós que vades escrever essas coisas que assim vierem pera nós havermos todo o nosso direito pela guisa que se costumou de faser. »

Quem fosse contra isto seria preso e ficaria á mercê de el-rei.

No Molledo, a 9 de janeiro de 1379, escreve, D. Fernando, ao coudél dos cavalleiros da cidade do Porto « e a quaesquer outros coudéis, juises e justiças que esto, por nós, houverem de ver », disendo que os homens bons e concelho do Porto lhe tinham mandado

« diser que alguns moradores, em essa cidade, trasiam cabedaes d'algumas

outras pessoas, com os quaes compravam e carregavam seus haveres para Flandres e para em outros logares; de que a nós seguia serviço, dando a nós a disima d'essas mercadorias, e, outro sim, os nossos direitos. »

Nos aconteamentos que se fiseram, então, mandaram a estes homens, que d'isto viviam, « que tenham cavallos ou arneses, segundo essas contias que assim trasem », o que lhes dava prejuiso, « E que aquellas pessoas cujos eram esses cabedaes os tomaram áquelles que os d'elles trasiam » ; por tudo isto, el-rei, isenta-os d'esta obrigação.

Da mesma data e do mencionado logar, existe outra carta, de D. Fernando, dirigida aos sobreditos, ordenando que não obriguem as mulheres dos mercrdores, que vão a França com os cavallos que teem para serviço da corôa, temendo que sejam maltratados na sua ausencia, a mostrar cavallos e armas.

De D. Fernando, ainda se encontra, n'esta preciosa collecção, um documento de alto valor ; é uma carta, datada de Lisboa, a 21 de março de 1381, em que el-rei, attendendo ao pedido dos mercadores, moradores no Porto, lhes dá os mesmos privillegios, que concedeu aos mercadores, moradores em Lisboa, a respeito « da ordinhação (Ordenação) das náus dos nossos reinos » ; a carta, d'estes privillegios, vem inclusa, é datada d'esta cidade, 8 de desembro 1380, e escripta ao corregedor e juises de Lisboa e a todos os outros juises e justiças do reino ; completa o que foi prescripto na da Vacariça, a 6 de junho de 1377, e na que refere a chronica de D. Fernando, attribuida a Fernão Lopes, cap. XCI. Começa, el-rei, por diser que tem por serviço de Deus e seu, e por prol e honra do reino, considerado a maneira de faser muitas mercês aos seus naturaes « para elles ha verem talante de nos servir bem e lealmente, como sempre fiseram » ; entre outras, as que já fez, com respeito

« áquelles que quiserem faser ou comprar naves ou baixeis tilhados, de cincoenta toneis acima. As quaes graças e mercês os escusâmos que não

tenham cavallos, nem sirvam por mar nem por terra com os concelhos onde forem moradores, nem sem elles; salvo se fôr com o nosso corpo, nem pagarem em fintas e talhas, nem em sisas que sejam lançadas por nós, nem por os concelhos nem outra nenhuma coisa, salvo tão solamente nas aduas dos muros onde forem moradores; segundo, mais compridamente, em elles é contheudo. »

Os mercadores de Lisboa, proprietarios de navios, queixaram-se de que, indo ou mandando comprar « vinhos e haver de peso, por algumas partes dos nossos reinos », não lhes guardavam os privillegios, obrigando-os a pagar « as sisas d'elles que são postas em esses logares e em nas outras coisas de que, por nós, são privillegiados, como dito é ». O rei, mandava, aos que taes sisas levavam, que não as levassem « se não sêde certos que nós vol-o extranharemos nos corpos e nos haveres, como áquelles que vão contra mandado de seu rei e senhor ». Os já citados, pela chronica attribuida a Fernão Lopes, Lopo Martins e Gonçalo Pires Canellas, mercadores, moradores, em Lisboa, seriam os executores e juises dos protestos que contra esta determinação de el-rei se levantassem. Isto, diz a carta inclusa ; depois, manda, o mesmo senhor, que sejam executores, no Porto, Affonso Diniz e Estevam Lourenço, « moradores em essa cidade do Porto », e ordena a Lopo Gomes, seu meirinho-mór na correição de Entre Doiro e Minho, e a todas as outras justiças, a que a carta fôr mostrada, que lh'a cumpram.

Assim, D. Fernando, remedeia os seus erros, á custa dos concelhos, em plena dictadura.

D. João I, estando em Guimarães, a 5 de novembro do anno de 1385, em que foi acclamado, escreve aos juises do Porto e a todos os outros juises, justiças e anadéis, disendo que

« vimos uma carta do nosso almoxarife e escrivães do armasem nosso d'essa cidade, que nos foi mostrada por os molleiros d'arredor da dita cidade, em que nos enviavam diser, entre as outras coisas, que os ditos molleiros moem as farinhas para o biscoito que hi mandamos faser para a nossa fróta, e que as trasem uas suas azêmellas para o dito armasem. »

Por isto, foram escusados pelos reis, seus anteccessores, de cederem as bestas, o que não era attendido e tomavam-lh'as para cargas, o que el-rei prohibe, terminantemente, sob pena de entregarem as bestas e, além d'isto, ir contra quem tal fiser « como áquelles que não fasem nem cumprem mandado de seu rei e senhor. »

Apesar d'esta ordem, estando el-rei na cidade de Braga, em 24 de novembro de 1387, manda escrever uma carta, determinando, ao seu capitão-mór, aos védores da sua fazenda « e a outros quaesquer que armadores forem da nossa fróta », que não prendam nem obriguem, nem mandem os molleiros do Porto por galiotes, nem os mandem ir nas galés; e, aos juises e mais justiças do Porto, ordena que não mandem tomar as bestas aos ditos molleiros ; confirmando, assim, a pedido, feito em côrtes, do concelho e homens bons da cidade do Porto, o que fôra mandado por seu irmão e por seu pae.

De Villa Real, a 8 de outubro de 1395, é datada uma carta, de el-rei, mandando entregar aos marinheiros, moradores na cidade do Porto, um pardieiro « o qual está ermo e descoberto ha gram tempo », sito « em o logar que chamam Lordello, que é terra de Bouças, junto com o rio Doiro, em um oiteiro », para que ahi se faça uma egreja, de Santa Catharina, « por quanto em a maior parte dos bons portos do mar se acostumava d'haver egreja de Santa Catharina e a não havia no porto da dita cidade » ; isto, a pedido dos sobreditos marinheiros.

Em Lisboa, 18 de agosto de 1410, determina, el-rei, por uma carta, « como se hão-de tirar os direitos que el-rei ha na cidade do Porto », refere-se, em especial, ao que vem pelo mar, de Flandres, Biscaya, Gallisa, Castella, França, Inglaterra e Irlanda, a saber : opas empennadas, pelles, oiro, prata, ferro, aço, chumbo, estanho, cobre, breu, resina, madeiras para torno ou de outra qualidade, toneis, pipas, pannos de côr, lonas para trens, etc. ; determina que

« quando algum trouver bordalha das partes de França, ou de Inglaterra, ou de Irlanda, para faser navio ou navios, que passem o mar de Hespanha, ou para refasimento d'elles, que seja escripta no livro do nosso armasem quanta é, e o nome d'esse que o trouver e ponha penhor pela disima. E se, d'ahi atá um anno, poser no estaleiro o navio que ha-de faser, ou renovar ou adubar, mandamos que lhe seja entregue esse penhor que poser pela disima d'essa bordalha, sem pagando d'ella disima. E, se não poser no estaleiro, nem começar a renovar o dito navio ou navios atá o dito anno, mandamos que pague a disima d'essa bordalha e tornem-lhe seu penhor. »

Os que mandassem vir « mastro ou verga, garoupeses, ancoras, breu ou resina, alcatrão, ou outras guarnições, e aparelhos para seus navios » só pagavam disima se revendessem. « Outro sim mandamos que, quando alguns mercadores ou outras pessoas dos nossos reinos, trouverem, comprados alguns navios, que não sejam constrangidos de pagar d'elles disima, nem de seus aparelhos porque achamos que se não costumou pagar d'elles disima. »

Determina, depois, que se façam vistorias na bagagem dos mercadores e marinheiros, quando o navio vier de fóra do reino; manda que, de roupa, gibão, um par de calças novas

« e uma duzea de tacas para seu calçar », « que algum marinheiro, ou grumete, ou moço de mercador ou pagem de navios que veer de fóra de nossa terra » trouxer, a não ser que seja de panno de oiro, de seda, de grã, ou de outro panno de tal valor que logo se veria ser contrabando, não pague sisa. »

O mercador ou marinheiro que carregasse no Algarve e viesse, de torna viagem, ao Porto, não pagaria sisa até tres quarteirões de figos, de passas, ou de amendoas; sendo para sua casa. D'este genero, ha varios artigos, só interessa, aqui, o que citamos, indicando as viagens de ida e volta, do Porto ao Algarve.

Por fim, diz, el-rei, que lhe constam os roubos feitos pelos mercadores, occultando a fazenda; e manda que,

« como a náu ou navio chegar davante essa cidade, que o nosso almoxarife e disimeiro e escrivães ou outros que, por nós, esto hajam de faser, vão, logo, a essa náu ou navio e deem juramento ao mestre e mercadores e marinheiros, que bem e direitamente digam todollas coisas que trasem, de que nós havemos d'haver disima. E se, depois que o juramento for dado e o navio

buscado, segundo é de costume, achando pannos ou outras coisas escondidas nos ditos logares ou em outros semelhantes, como dito é, mandamos que essas coisas sejam, logo, de todo perdidas para nós. »

e os que juraram falso, presos, á mercê de el-rei.

O disimeiro e o juiz do mar eram juises dos feitos « em que conhece o nosso disimeiro da alfandega de Lisboa ».

Estando, el-rei, em Estremoz, a 22 de fevereiro do anno em que Frei Gonçalo Velho descobriu a Terra Alta, 1416, escreve a Pedro Affonso da Costa, « corregedor por nós na correição de Entre Doiro e Minho », e aos que do theor da carta conhecessem, disendo que o concelho e homens bons da cidade do Porto lhe tinham mandado diser, por João Affonso d'Arrifana e Alvaro Affonso Diniz, entre outras coisas « que alguns marinheiros se alugavam em náus e navios da dita cidade, para irem e virem em os ditos navios que assim são obrigados, por o mestre d'elles, atá que tornem aos portos d'onde partem », e que, em algumas partes, onde os navios aportavam, succedia os marinheiros e serventes procurarem outros amos, sem licença, « do que, ás ditas náus e navios e mestres d'elles, vinha gram prejuiso » ; d'isto, pediam remedio a el-rei, o qual manda que sejam presos os que tal fiserem e, se provarem terem rasão, os deixem ir livremente, e, se não provarem, sejam castigados.

A proposito das terecenas, leiam-se as duas cartas de el-rei D. Duarte, datadas de Almeirim, 5 de janeiro de 1434, publicadas no citado *Corpvs*.

A carta, d'este senhor datada de Extremoz, 12 de abril de 1436, em que responde aos capitulos que lhe deu, nas côrtes de Evora, a cidade de Porto, é um dos mais importantes documentos para a historia de Portugal, depois da morte de el-rei D. Fernando ; o que interessa, n'este estudo, é o seguinte : relatando os serviços, feitos pelo Porto a el-rei D. João I, disem os d'esta cidade « que a nossa senhoria podia saber que os antigos edificaram ahi sua povoação sómente por viverem pollo trafego das mercadorias e o

ajuntarem em ella, porquanto, de Lisboa atá Gallisa, não acharam outro porto de mar mais seguro que esse, » e não edificaram a povoação porque quisessem viver da agricultura, sabendo bem que o terreno não prestava para isso ; depois, falla da prohibição da assistencia de fidalgos, na cidade ; conta que seguiu a voz de el-rei D. João e pediu a muitos fidalgos e grandes senhores que seguissem essa voz,

« dando-lhes muitos dinheiros e pagando-lhes grande soldo, assim como fiseram a Ruy Pereira e (a) outros fidalgos que mandaram, com grande armada a descercar Lisboa, onde el-rei jasia cercado d'el-rei de Castella, seu adversario ; e que despenderam, em aquella armada, por conto, trinta e uma mil libras d'affonsins. »

E' curioso vêr a nobressa a mover-se por dinheiro : « E que, depois, deram a Gonçalo Vasques Coutinho, por ir com elles até o castello da Feira, mil libras da dita moeda, porque d'outra guisa, o não queria faser » ; o conde D. Pedro tambem custou ao Porto muito dinheiro, emquanto lá esteve, sem se saber para quê, e tres mil libras d'affonsins, para o caminho, quando el-rei o mandou chamar, a Thomar.

« E que, ainda, mandaram um barinel a Inglaterra por traser ingleses, para ajuda da deffensão da cidade e da terra ; porquanto, a maior parte dos fidalgos eram contra el-rei, em tanto que os que tinham villas e castellos entre Doiro e Minho as deram a el-rei de Castella, salvo o Porto e Monção, que não tinham capitão sobre si. E que tiveram estes ingleses muitos tempos consigo, pagando-lhes grande soldo, cada anno, em que gastaram muito. »

Nuno Alvares Pereira e sua mulher, receberam mil e dusentas libras d'affonsins, que lhe deu o Porto, por ser. o condestavel, bom servidor de el-rei ; e Gonçalo Vasques Coutinho, já citado, e Martim Vasques da Cunha, tambem receberam « muitos dinheiros », « por terem a batalha de Transcoso ».

O conde D. Gonçalo, para que fosse por el-rei, recebeu, em Coimbra, pannos e muito dinheiro, e, no Porto, « porque se um dia queria partir porque lhe não davam pós para cosinha, déram-lhe mil libras d'affonsins ».

Fiseram muito mais, em serviço de D. João, « E deram, em Inglaterra, dez mil francos, com que mandaram vir muitos inglezes, archeiros e homens d'armas, para deffensão do Reino ».

« E vendo el-rei (D. João I) esto, em como houve, em ella (Cidade do Porto) grande poderío de náus, quando passou a Ceuta, que foram, bem, setenta náus e barcas, afóra outra muita fustalha, que não sabieis um só logar na Hespanha de que tão poderosa armada podéra sahir. », o que se attribuia ao crescimento da população, derivado da bôa guarda dos privillegios,

« porque, por rasão d'elles, corriam as gentes a ella, onde trafegavam, com suas mercadorias, a muitas partes do Mundo, durando, como duram allá, muitos tempos trafegando, por mar e por terra, de umas partes em outras, sem fazerem grande estimação de virem tão cedo a suas casas, porque sabiam que suas mulheres e outras estavam em logar exempto e seguro. »

A tudo isto e a mais, responde el-rei : « A esto nós respondemos que nós escrevemos sobrello ao conde, em tal maneira que vossos privillegios vos sejam guardados [1]. »

É interessante ser o municipio da cidade do Porto, onde se defendeu, por tanto tempo, o exercito que libertou Portugal do absolutismo, o unico municipio, d'este paiz, que nos conta as suas glorias ; como soube, sempre, manter os seus privillegios de

1. Nas Chancellarias, encontram-se os seguintes documentos que provam o interesse que o governo do Estado, na primeira dynastia, ligava ao commercio maritimo :

Carta de confirmação de postura, sobre o que haviam de pagar, das náus que carregassem, para Flandres e outros portos extrangeiros, os mercadores portugueses. — Livro de Extras, fl. 237.

Carta concedendo, á Ordem de Santiago, a dizima das náus que saíssem da foz do Sado (Setubal). — Chancellaria de D. Diniz, liv. 3, fl. 61.

Lei determinando que não se leve para fóra do reino : oiro, prata, etc. — Chancellaria de D. Affonso IV, liv. 4, fl. 85 v.

Carta de confirmação de privillegios aos mercadores escoseses, de Lisboa. - Chancellaria de D. Pedro I, liv. I, fl. 3.

Carta de confirmação de privillegios aos mercadores genoveses, de Lisboa. - - Chancellaria de D. Pedro I, liv. I, fl. 30 e 81.

behetria, chegando a tratar os nobres, do seculo XIV e XV, á maneira de servos, a quem se paga o serviço, e a impedir que o proprio rei se demorasse muito tempo dentro dos seus muros, para não dar exemplo á nobresa. Depois, explica-se a prosperidade da colonia commercial, demonstrando a segurança d'essas isenções, que deixavam desçancados os habitantes, quando sahiam em busca da riquesa, ácêrca das suas familias e fazendas. A pár d'isto, é notavel a maneira como sempre se declarou a cidade, nas luctas, a favor da independencia do Reino, e até que ponto vae o bom auxilio dado a el-rei, emprestando-lhe mil e quinhentos marcos de prata, para as despesas da guerra.

Este sentir, independente, que relaciona o Porto com as cidades maritimas e commerciaes do norte da Europa, livres por excellencia, deriva, em grande parte, do contacto com o mar, é o caracteristico dos homens que vivem a luctar com as tempestades, é a causa da formação do caracter emprehendedor que tornou famosos os phenicios, tornou prosperas as cidades livres allemãs, e que nos levou aos descobrimntos, cujos verdadeiros antecedentes estão traçados n'este *Corpus* e no foral de Gaya, os quaes narram o desenvolvimento maritimo de Portugal, fallando do desenvolvimento da cidade do Porto, onde nasceu o duque de Viseu, synthese do sentir dos honrados portugueses que elle soube encaminhar para as terras desconhecidas.

VI. — Retrato de Frei Gonçalo Velho.

N'um dos quadros de S. Vicente, ha poucou restaurados, apparece, com as dignidades ecclesiasticas, um homem corpulento, cara rugosa, rapada, segundo a moda, com expressão insinuante e firme de acostumado aos perigos da terra e do mar; um alto barrete, em fórma, tanto ou quanto, semelhante aos modernos chapeus de seda, sem abas, cobre-lhe parte das orelhas; está de meio perfil; os homens, que o cercam, encobrem-lhe mais de meio

corpo, de maneira que não se vê toda a figura, inteiramente vestida de uma só peça, sem insignias, tal como estão vestidas a do infante D. Henrique e a de quasi todos os personagens alli retratados.

A serenidade hieratica, da physionomia, a magestade do olhar, marcam, no quadro, um logar de attracção em que se prende a vista do observador; altivez e bondade, firmesa e experiencia, soube fixar o pintor das táboas de S. Vicente, magistral artista.

Na mão esquerda, sobraçando, tem um livro atado, como era e é uso traserem-se os livros de orações, para que não cáiam os signaes volantes, venerados, com que é costume marcal-os.

Na palpebra direita ha uma cicatriz, d'um fundo golpe.

A Historia, diz-nos o seguinte: Frei Gonçalo Velho, era, o titulo o indica, monge militar da Ordem de Christo, com as melhores commendas da Ordem, em especial a de Almourol; estava perfeitamente entre as dignidades ecclesiasticas.

Frei Gonçalo Velho, era « de tantas forças que podia espremer um homem e esmiuçal-o entre as mãos; além d'isto, muito animoso », diz Gaspar Fructuoso, nas *Saudades da Terra;* sabe-se, por este escriptor e por Azurara, na *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, que Frei Gonçalo Velho se encontrou em combates com homens e até com um toiro, dando evidentes signaes do seu grande valor e da sua herculea robustez, sem referir os seus feitos maritimos, que são prova de força e exforço pasmosos.

Frei Gonçalo Velho, usava traser consigo um livro de Horas; Fructuoso, conta, nas *Saudades da Terra:*

« Indo elle para a sua commenda de Almourol, acompanhado de vinte homens de cavallo, fóra outra gente de pé, recolheu-se em certa pousada, e, passando de noite, resava vésperas e completas por umas Horas: atiraram-lhe, por um buraco da porta, com uma bésta, e o quadrelho lhe deu e pregou(-se) nas Horas, por onde resava, sem lhe faser damno algum. »

É provavel que o glorioso navegador ficasse considerando, o seu livro de Horas, um maravilhoso escudo, um talisman, e que, por isto, se retratasse com elle.

E, a cicatriz ?

Conta-nos Gomes Eannes de Azurara, na *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, parte II, capitulo IX, que o iniciador do descobrimento dos caminhos maritimos da India (1416) e das Americas (1431-1432), não sendo, ainda, commendador da Ordem de Christo, portanto, muito novo, querendo tomar Gibraltar, aos moiros,

« recebeu uma ferida por ácêrca do olho, perque lhe ao deante conveio (Resultou) perder gram parte da vista, e foi derribado, com um penedo, sobre umas daroeiras, onde lhe fez grande proveito a defensom de seu escudo, em que recebia a multidão das setas e pedras que lhe de cima eram lançadas, nom sendo menos ajudado da bastura dos ramos da arvore, que o susteve, que nom caíu a fundo, como quer que, com a queda, quebrasse tres ramos assaz grossos e fortes. »

Continuou commandando a acção, com a costumada valentia, até que foi soccorrido. Nuno Gonçalves, retratador, pintou, com especial cuidado, esse ferimento.

Frei Gonçalo Velho, era o unico navegador fidalgo e altamente collocado na Ordem de Christo, o seu logar estava marcado entre as grandes dignidades da egreja ; além d'isto, Frei Gonçalo Velho, « commendador das ilhas dos Açores », como lhe chama o rei D. Affonso V, na carta escripta em Lisboa, a 3 de abril de 1443 (*Frei Gonçalo Velho*, doc. CXIX), passava temporadas nas suas ilhas, e, assim, teria entrado no quadro, onde tivesse logar quando estava no Reino ; não ha duvida de que, no quadro da varinha, está um homem que tem os signaes historicos do famoso descobridor, gloria da sua patria e do Mundo.

Ainda, convem notar, ácêrca da disposição que os pintores primitivos davam, nos seus quadros, aos seus retratados, que Nuno Gonçalves foi nomeado ou confirmado pintor régio em 1450, em 1471 ainda tinha este cargo ; parece que levou cinco ou seis annos (1459-1464) a pintar os quadros votivos a S. Vicente ; assim se explicará que o principe D. João, depois D. João II, nascido em 1455, tendo, á data da morte do infante D. Henrique, em 1460,

cinco annos, no quadro onde se encontra o mesmo infante, seu tio-avô, mostre ser de oito ou nove annos; o quadro em que está o duque de Viseu, seria começado por 1459; o infante, fica dito, morreu em 1460, 13 de novembro; por 1463, entraria, no quadro, o futuro D. João II, que não teria podido ser posto de joelhos, como, parece, se pretenderia, ficando de pé, em harmonia com a perspectiva.

O descobridor e commendador das ilhas dos Açores, teria, quando foi retratado, uns setenta annos; logo, nasceu por 1390; na tomada de Ceuta, em 1415, contraria vinte e cinco annos (*Frei Gonçalo Velho*, nota 1 ao doc. DCXLI, doc. DCL e nota 1 a este doc.); aos vinte e seis annos [1], iniciava o descobrimento maritimo da India, passando o cabo Bojador e chegando á Terra Alta, em 1416; entre os vinte e nove e os trinta e cinco annos (1419-1425), vae a Ceuta, percorre o estreito de Gibraltar, guerreando os moiros, é ferido quando tentava tomar Gibraltar; aos quarenta e um e quarenta e dois annos (1431-1432), inicía o descobrimento maritimo das Americas, descobrindo os Açores: aos quarenta e cinco annos, já commendador de Almourol, volta a Ceuta (1435); depois, colonisa a sua commenda, os Açores; em 1455, com sessenta e cinco annos, vive nas suas ilhas; em 1460, data da morte do grande infante, seu primo, tem setenta annos e recebe, se é effectivamente 1460, uma carta d'este senhor, escripta em Lagos, a 19 de maio (*Frei Gonçalo Velho*, vol. II, pag. 222-223) determinando-lhe a jurisdição das ilhas que governa. Teria nascido cinco annos depois da batalha de Aljubarrota e alcançado os reinados de D. João I, D. Duarte e D. Affonso V; em desembro de 1467, já era commendador do castello de Almourol, seu sobrinho herdeiro das commendas, Ruy Velho (*Frei*

1. Parece que as edades dos grandes navegadores, ao partirem para os descobrimentos que os immortalisaram, são: Pedro Alvares Cabral, 32 ou 33 annos; Vasco da Gama, 28 annos. D. Francisco de Almeida, commandava uma armada, na India, aos 19 annos.

Gonçalo Velho, doc. CXXXVIII); teria morrido com setenta e tantos annos, entre 1460 e 1467, pouco antes da tomada de Arzila, em 1470.

VII. — Em que dia de 1416 foi descoberta a Terra Alta?

Em que dia passou, o joven navegador, o cabo Não? Em que dia passou além do cabo Bojador? É facil conjecturar em que epocha do anno foi aberto o caminho maritimo da Europa á India.

A carta que nós descobrimos e publicámos (*Frei Gonçalo Velho*, doc. CLXV), de capitão da fróta de descobrimento do Brasil, dada a Pedro Alvares Cabral, tem a data de 15 de fevereiro de 1500; na segunda feira, 9 de março, partia; a 13, d'este mez, estava nas Canareas; em 22, chegava a Cabo Verde; um mez, depois, a 22 de abril, avistava o Brasil.

Gama, tinha partido em 8 de julho; ha, portanto, duas epochas de partidas, escolhidas pela experiencia das navegações anteriores, a primavera e o estio, adoptadas alternadamente [1]; no estio ou na primavera, foi dobrado o cabo Bojador [2].

Por simples convenção, dividâmos ao meio o espaço de tempo que vae de 1 de março a 31 julho, meses em que se realisavam as saídas, á descoberta, são cento e cincoenta e tres dias; metade, são setenta e seis e meio; sommando os dias de março e abril, temos sessenta e um, mais quinze e meio, de maio; convencio-

1. Os milhafres, desde a primavera e no verão, teem as pennas da cor das pennas dos açores que não existem no archipelago d'este nome; conclue-se que foi na primavera ou no verão que Frei Gonçalo Velho descobriu estas ilhas, dando-lhe o nome de uma ave que julgou vêr, á sua chegada.

2. Na costa Oeste da Africa, descendo para o Sul, encontram-se, no mappas, estes nomes: Tanger, Rabat, Cabo Branco, Azamor, Mazagão, Cabo Cantim, Mogador, Agadir, e, muito mais abaixo, Bojador.

nalmente, escolhemos o dia 16 de maio, de 1916, para e celebração do quinto centenario da abertura do caminho maritimo da Europa á India, por Frei Gonçalo Velho, indo muito além do Bojador, á Terra Alta, em 1416.

VIII. — Historia da carta de Valsequa.

No *Compte rendu des séances* da Sociedade de Geographia de Paris, de 1891, pag. 407-410, diz-se que, na sessão de 19 de junho, Paul Pelet, offereceu, em nome de Léon Leleux, uma photographia da carta hydrographica de Valsequa, e, a proposito, falla-se da historia d'este documento artistico, onde se vê, minuciosa e exacta, a orographia do Mediterraneo e do mar Negro, « Les côtes de l'Europe occidentale sont moins exactement figurées; les contours des Iles Britanniques sont encore informes. » Como é de cabotagem, o interior dos continentes, coberto de torres, bandeiras e figuras de reis, não mereceu grande cuidado ao auctor. Uma inscripção, que se vê na carta, prova que pertenceu a Americo Vespucio : « Questa ampla pelle di geografia fù pagata da Amerigo Vespucci CXXX ducati di oro di marco ».

O cardeal D. Antonio Despuig y Dameto, comprou-a, em Florença, com outras preciosidades bibliographicas, e enviou-as para Mallorca; guardada na bibliotheca de seu sobrinho, o conde de Montenegro, ahi a viu George Sand, quando visitou o palacio d'este conde. No artigo, por ella escripto e publicado em tres numeros da *Revue des Deux Mondes*, de 1841, tomo I, conta, da seguinte fórma, o desastre que succedeu á referida carta :

« Estavamos na bibliotheca de Montenegro, e o capellão, do conde, desenrolava, deante de nós, esta mesma carta nautica, este monumento, precioso e raro, que Americo Vespucio comprara por cento e trinta ducados de oiro, e Deus sabe quanto custara ao amador de antiguidades, cardeal Despuig!... eis que, um dos quarenta ou cincoenta creados da casa, teve a idéa de pôr um tinteiro de cortiça sobre um dos cantos do perganinho, para o conservar estendido. O pergaminho, que se costumara a estar enrolado, impellido por algum

espirito maligno, desembaraçou-se, estalou, deu um salto e rolou sobre si mesmo, envolvendo o tinteiro, que desappareceu no solo, saltando absolutamente livre. Ouviu-se um grito, de todos, o capellão ficou mais palido que o pergaminho. Lentamente, a carta foi desenrolada, ainda havia uma esperança! O tinteiro fôra cheio; mas, cheio até acima! A carta ficara inundada e os lindos reisinhos, pintados em miniatura, vogavam, literalmente, n'um mar mais escuro que o Ponto Euxinio. Então, todos perderam a cabeça; creio que o capellão desmaiou; os creados, acudiram com baldes de agua, como se fosse um incendio, e, á força de esponja e vassoira, poseram-se a esfregar a carta, levando, de mistura, reis, mares, ilhas e continentes. Antes que podessemos oppôr-nos, a este zelo fatal, a carta foi, em parte, destruida; mas, não sem remedio. M. Tastu tinha-lhe tirado um *calque* exacto, que servirá para reparar, tanto quanto possivel, o desastre.

Qual seria a consternação do capellão, quando o seu amo soubesse do caso? Nós, estavamos todos a tres passos da mesa, no momento da catastrophe; mas, creio bem que nem por isso deixavamos de partilhar da responsabilidade, e que, este caso, attribuido aos franceses, não contribuiu para os deixar em bom cheiro, em Mallorca.

Este acontecimento tragico impediu-nos de admirar e, mesmo, de vêr algumas das maravilhas que contem o palacio de Montenegro, o gabinete de medalhas, os bronzes antigos e os quadros; só queriamos fugir, antes que o dono da casa entrasse, e, certos de lhe ser denunciados, não nos atrevemos a voltar lá. »

Escripta em linguagem, assim, falta de espirito, mereceu, esta narrativa, áspera censura de Cesáreo Fernández Duro (*Boletin* da Sociedade de Geographia de Madrid, tomo XVII, segundo semestre de 1884, pag. 230-237), no artigo intitulado *Cartas de marear*, disendo: « Gloriese la Francia con la posesión de un sér por tantos títulos despreciable, y pronuncie Mallorca una maldición eterna contra el nombre criminal de Jorge Sand! ». Assim fallava, principalmente, porque Sand descreveu, o acontecimento, nos termos, com pretenção a humoristicos, que vimos.

A parte da carta, onde estão as costas occidentaes de Portugal e Africa, o Atlantico, e, n'elle, os Açores, a Madeira e as Canareas, ficou deteriorada.

A proposito da citação, feita por Sand, ácêrca de Tastu, notaremos que, nos *Comptes rendus hebdomadaires des séances de l'Aca-*

démie des Sciences (Paris), anno 1837, tomo V, pag. 544-545, diz-se que Tastu escreveu que a carta de Valsequa « concourt avec le précieux atlas catalan de 1375, à prouver que l'invention des cartes nautiques plates n'est pas due au prince Henry de Portugal, comme l'ont dit beaucoup d'écrivains, mais qu'elle remonte à une époque antérieure. » Porquê ? Não o diz o *Compte rendu*, nem o podia diser, porque é asserção improvada. (Vide *Bulletin* da Sociedade de Geographia de Paris, de 1836, série 2ª, 5 e 6, pag. 239-245) [1].

Fallando da carta de Valsequa, nas *Recherches*, depois citadas, Santarem, é de opinião que as cartas planas foram inventadas pelos portugueses.

Desejando saber noticias d'esta carta, e obter uma photographia dos Açores, n'ella desenhados, escrevemos para a Bibliotheca Nacional de Paris, de onde, amavelmente nos responderam :

« Bibliothèque Nationale.

Paris, le 29 décembre 1909

MONSIEUR

La carte de Gabriel de Vallsecha qui vous intéresse, celle de 1439, n'est point à la Bibliothèque Nationale, mais bien à Palma dans le cabinet de Monte Christo. Une autre de 1447 faisait partie, à Venise, de la collection de mon ami, feu le Commandeur Barozzi.

Des fragments d'une 3ᵉ carte, relatif à l'Italie et la Mer Noire, sont entrés dans nos collections en 1897. De la carte de 1439, nous possédons bien un facsimile fait par Tastu avant la célèbre tache d'encre. Mais cette carte est muette ; les légendes n'y ont point été reportées. Vous connaissez sans doute l'article

1. Ao infante D. Henrique, attribue-se a invenção das cartas hydrographicas planas ; ao portuguez, Fernão, a invenção da primeira bussula, completa, com a rosa dos ventos, no anno de 1483 ; ao piloto, João de Lisboa, a contagem das longitudes, pelo relogio, (1514) ; á junta de cosmographos, de D. João II, o aperfeiçoamento do astrolabio e a applicação das tábuas astronomicas, á navegação ; aos portugueses, em geral, a explicação do fogo de Sant'Elmo ; das trombas de agua, da declinação da agulha, das marés, das monsões e dos tremores de terra submarinos ; foram os portugueses que primeiro conheceram e desenharam o Cruseiro do Sul.

du Dr Hamy sur une 4e carte de Vallsecha, publié dans ses *Études Géographiques* parues à Paris, chez Leroux en 1896, in-8o.

Avec mes regrets de ne pouvoir satisfaire à votre question, je vous prie d'agréer, Monsieur et cher Collègue, mes meilleurs vœux et l'expression de ma considération la plus distinguée

Ch. DE LA RONCIÈRE
Conservateur adjoint des cartes et portulans ».

Dirigimo-nos, então, ao director da Bibliotheca Provincial de Palma de Mallorca, que teve a amabilidade de nos responder :

« Biblioteca Provincial de Palma de Mallorca,

30 setiembre de 1910

ILUSTRISIMO SEÑOR

La carta geográfica de Gabriel Valseca que á V. E. interesa no está ya en Mallorca. Años hace que el dueño, ó sus acreedores, la sacaran subrepticiamente de la isla y se la llevaran á Italia con el proposito de venderla y sacar el mayor provecho posible; pero yo no sé que obstáculos se han presentado que ni han podido venderla ni restituirla á España, y alli se ha quedado, depositada, segun se dice, en un Banco ó casa de crédito.

En Madrid no obstante, en alguno de los Depósitos ó museos oficiales de Marina, ha de existir una copia de dicha carta hecha con toda fidelidad y exactitud hacia los años 1890 ó 91 por los delineantes de la Comisión Hidrográfica bajo la dirección de D. José Gómez Ímaz. Dicho señor publicó además entonces un estudio sobre la misma con el titulo : Monografía de una carta Hidrográfica del mallorquin Gabriel Valseca (1439) por D. José Gómez Ímaz, capitán de Navío..... Madrid, R. Alvarez, 1892. Acompáñalo también una reproducción de la carta, pero en escala tan pequeña que las leyendas resultan ilegibles aun con ayuda del lente, y es imposible garantizar ninguna lectura hecha en ella.

Lamentando no poder ofrecer á V. E. más satisfactoria respuesta á su demanda, tengo el honor de manifestarme de V. E. atento s. s.

ESTANISLAO AGUILÓ. »

A importancia da communicação, levou-nos a escrever ao nosso erudíto informador, pedindo-lhe auctorisação para publical-a ; em carta, datada da mesma Bibliotheca, 1 de Março de 1911, teve a bondade de nos dizer :

« Tengo por exactas y verídicas las noticias que le comuniqué respecto al paradero de la carta geográfica de Gabriel de Valseca, y me confirman

en ellas los informes que nuevamente he procurado adquirir, » e que podemos « por consiguinte hacer de ellas y de mi carta el uso que estime conveniente. »

IX. — Leituras erradas da carta de Valsequa.

As leituras erradas da carta de Valsequa, foram conscienciosamente feitas, porque dão a verdadeira, ou o que lá estava.

É notoria a incompetencia dos leitores dos mappas e portulanos primitivos, citaremos estes casos, que bem provam a de muitos dos que se occupam da historia da cartographia : O nome do auctor e a data d'um mappa, foram lidos :

Primeiro. — Angellinus de Dulceto. — MCCCXXX.

Segundo. — Angellinus de Dalorto. — MCCCXXV.

Amat di San Filippo, confundiu o nome, na primeira graphia, com Dulcert, tambem lido Dulceri, que nada tem com Dalorto.

O nome do auctor de outra carta, tem sido lido :

Mecia de Villa d'Estes.

Maciá de Villa d'Estes (Maciá é Mathias, em mallorquino).

Maria de Villa d'Estes.

(Vide, respectivamente : *Bulletin* da Sociedade de Geographia de Paris, anno 1836, 2ª série, pag. 239, e *Boletín* da Sociedade de Geographia de Madrid, anno 1884, tomo 17, pag. 230-237 e *Archivo dos Açores*, numero publicado em 1904).

No mappa de Dulceri ou Dulcert, é lida a data MCCCXXXIX e MCCCCXXXIX (*Bulletin* da Sociedade de Geographia de Paris, anno 1887, pag. 29), e basta, para exemplo.

Na carta de Valsequa, que é um dos documentos porque se prova o descobrimento dos Açores, por Frei Gonçalo Velho, em 1431-1432, ha uma inscripção que diz a data do descobrimento dos Açores e o nome do descobridor ; data e nome teem sido lidos das seguintes maneiras :

MCCCCXXII. — Diego Sunis.

MCCCCXXVII. — Diego de Gunll.

MCCCCXXVII. — Diego de Guullen.
MCCCCXXVII. — Diego de Sevilla.
MCCCCXXXII. — Diego de Senill.
MCCCCXXXVII. — Diego de Sivilla.
MCCCCXXXVII. — Drego de Sivilla.
Deve lêr-se :
MCCCCXXXII. — Gonçalo Velho.
Porquê ?

N'esta divergencia de datas, recorrendo a Martim Behaim [1], encontramos, transcrevendo de Luciano Cordeiro, para citar um logar de facil consulta, *De la découverte de l'Amérique* (Lisboa e Paris, 1876), pag. 15 : « Dans une note de son *Globe*, Martin Behain dit : « Deux navires préparés pour un voyage de deux années d'après les ordres de l'infant D. Henri, ont navigué en 1431 en se dirigeant toujours vers le couchant pendant à peu près deux cents lieues et ont découvert les Açores ». A pag. 31, d'este livro, lê-se: « Martin de Behain épousa en 1486 la fille du donataire de Fayal, il partit en 1491 pour Nuremberg et, en 1492, il y composa le célèbre *Globe* sur lequel il indique l'*Antilia* ou *Sete Cidades*, le Cipango, etc... ». Baseado n'este e n'outros testemunhos, fixou-se a data do descobrimento dos Açores em 1431-1432 ; esta data, encontra-se em Valsequa, na melhor leitura do nome, a qual leitura é tambem errada, porque tem um « de » a mais ; nas outras leituras, vêmos que, na primeira, faltou lêr um X ; na segunda, na terceira e na quarta, lêram um V, em vez de X ; na sexta e na setima, lêram um V, a mais ; todas estas divergencias, provam a incompetencia dos leitores.

Com respeito ao nome, nome e apellido, subsiste a mesma observação, não souberam lêr ; o nome portuguez Gonçalo (Gº),

1. Martim Behaim, de 1480 a 1484, faz parte da junta do astrolabio, de D. João II ; de 1484 a 1486, acompanhou, na qualidade de cosmographo, Diogo Cão, na expedição que descobriu o Congo ; de 1486 a 1490, residiu no Açores.

foi tradusido para Diego (D.º); os paleographos, sabem, muito bem, que, nos textos antigos, o G e o D parecem-se muito. Quanto ao appellido: Sunis, Sevilla, Sivilla e Guullen [1], uma leitura de S por G, que vem em appoio da má interpretação das letras iniciaes, provam, repetimos, a notavel incompetencia dos leitores; o que lêu bem a data, lêu bem o appellido Senil; senil, é velho, em portuguez; logo, temos: Gonçalo Senil, igual a Gonçalo Velho; fica:

« Aquestas illas foran trobadas per Gº Senill pelot del Rey de Portogall an l'an MCCCCXXXII ».

Ernesto do Canto, viu bem este problema, quando, a pag. 245, do vol. I do *Archivo dos Açores*, nota 1 de pag. 244, escreveu:

« A respeito de Diego Senill, lembraremos que costumando os antigos, escrever quasi sempre os nomes proprios em breve, muito bem poderia acontecer que Valsequa confundisse gº (abreviatura usada para o nome de Gonçalo) com dº (Diogo), lendo assim o tal nome em noticia que lhe fosse communicada.

Sobre o cognome de — Senill — cumpre notar, que ainda hoje em portuguez é synonymo de — velho — alem de ser a traducção latina do mesmo adjectivo, pelo que parece que o Diogo de Senill de Valsequa, não é senão Gonçalo Velho, com o nome do baptismo estropiado e o cognome tradusido em latim. »

Não offerece duvida que o argumento, apresentado pelos detractores da originalidade dos descobrimentos dos portugueses, tirado das cartas geographicas, é a melhor prova de que esses descobrimentos foram originaes dos portugueses, é a melhor prova de que o descobridor dos Açores foi Frei Gonçalo Velho; e noteramos que, apparecendo, n'uma carta de 1439 (Valsequa), uma legenda que se presta a ser interpretada, pelo menos, de sete maneiras, e todas ellas erradas, mal paradas andam as con-

1. No *Compte rendu des séances*, da Sociedade de Geographia de Paris, anno 1891, pag. 408, Hamy et Pelet, lêem: Drego de Sivilla-1437.

No *Boletin* da Sociedade de Geographia de Madrid, tomo 17, anno 1884, pag. 230-237, Duro, lê: Diego de Gunll, 1427.

clusões dos que pretendem tirar-nos as glorias dos descobrimentos do Oeste. Se, n'outro logar, apparecesse algum Diogo de Sevilha, Sunis, Guullen, ou nome parecido, outra era a argumentação; mas, não se comprehende o silencio das chronicas, sobre um facto, assim importante, referido a um notavel navegador, só pela carta de Valsequa, ou, melhor: não se comprehende que só em Valsequa apparecesse um nome que os portugueses não mencionaram em parte alguma; nome que, pela sua graphia, é igual ao de outro homem, de quem os portugueses muito fallaram, a proposito da mesma façanha, attribuindo-lh'a. Ainda se podia dar o caso de Valsequa, extrangeiro, ter recolhido mal a informação oral ou escripta, e tomar Gonçalo por Diogo; o Senil é que pôe a claro este caso.

Concluindo: é exactamente a carta de Valsequa que documenta a prioridade do descobrimento dos Açores, para os portugueses, e que certifica o nome do descobridor.

X. — As datas e as indicações dos mappas e portulanos.

Dêmos, agora, a palavra a um escriptor que lêmos, ha cêrca de dez annos, E. A. Bettencourt, *Memoria sobre a descoberta das ilhas de Porto Santo e Madeira, 1418-1419* (*Fragmento de um livro inédito* (Porto, 1875), pag. 21 e 22, ultimas do folheto; depois de assentar, especialmente, pelo aproveitamento da lenda de Machim, fundos golpes em Major, o grande detractor dos emprehendimentos portugueses, ácêrca do qual J. Codine, no artigo que publicou, dividido em quatro partes, no *Bulletin* da Sociedade de Geographia de Paris, 1873, 6ᵉ série, apreciando a famosa *Life of Prince Henry of Portugal*, a pag. 75-76, do vol. VI, escreve:

« Evidemment, nous marchons de surprise en surprise; la moindre de toutes n'est pas de les voir surgir de la plume de M. Major dont les méprises trop fortes ne peuvent être attribuées qu'à d'énormes distractions. » :

« Ha ainda um ponto que é preciso não deixar em vigor.

Como poderá entender-se que, se as ilhas de Porto Santo e Madeira tivessem sido descobertas entre os annos de 1317 e 1351, como diz o snr. Major, e sendo esse descobrimento tambem portuguez; como poderá entender-se, dizemos, que de tal descobrimento nos não ficasse noção alguma, escripta ou tradiccional; indo, pelo contrario, as indicações d'essas ilhas parar só ás cartas estrangeiras?

O alvoroço que causou em Portugal a noticia da descoberta d'essas terras em 1419, por Zarco e Tristão, e o afan com que muitas pessoas de todas as classes correram logo a povoar as novas ilhas, protestam bem alto contra a supposição de já terem sido estas mesmas terras descobertas por portugueses ou estrangeiros ao serviço de Portugal.

Nós entendemos que as indicações de terras e ilhas oceanicas, bem ou mal lançadas em cartas de épochas anteriores ao descobrimento d'essas terras, não passam de addicionamentos, feitos posteriormente, sem intenção de prejudicar a gloria dos seus verdadeiros descobridores, e tão sómente com o fim de augmentarem os conhecimentos geographicos, com a indicação da terras que se descobriam depois da construcção das referidas cartas.

Todas as pessoas que estiverem acostumadas a lidar com cartas geographicas, sabem muito bem que estes addiciomamentos são tão communs, que ainda hoje se praticam, sem ideia de falsificação; que no XV seculo, epocha das principaes descobertas, carta alguma poderia andar em dia com o rapido progresso d'estes feitos, e que por consequencia estes addicionamentos eram então uma necessidade tanto mais instante na occasião, quanto mais prejudicial para a historia; porque, sendo todas essas cartas manuscriptas, podiam n'ellas admittir-se muitas inserções nos espaços claros, sem deixarem vestigios de terem sido retocadas ou accrescentadas.

Os nomes, com que se designam na carta catalan de 1351, citada pelo snr. Major, as differentes ilhas do grupo da Madeira, são a mais evidente prova de não terem taes ilhas sido incluidas n'aquella carta antes de 1420, pois que, sendo opinião geral, tambem partilhada pelo snr. Major, que as ilhas da Madeira foram povoadas depois da descoberta de Zarco (1420), claro está que a denominação de *Deserta*, dada na referida carta a uma das ilhas, só poderia ter sido posta depois das outras ilhas se acharem povoadas, pois que antes, todas ellas eram desertas, e uma tal designação não poderia aproveitar só áquella. »

Joaquim José da Costa de Macedo, nos seus *Additamentos á primeira parte da Memoria*, etc. (Lisboa, 1835), escreve:

« Não vêjo como possa d'aqui seguir-se que nas Canarias se comprehen-

dam tambem as ilhas da Madeira. Se o sr. Ciampi se funda no portulano da Bibliotheca de Medicis, feito em 1351, que já traz o grupo das ilhas da Madeira com o nome de — lo legname — advertirei de passagem, porque reservo para outro logar tratar mais largamente d'este objecto que os portulanos antigos não foram feitos para se guardarem nas livrarias, serviam para uso da navegação : que n'aquelles tempos não havia ainda chapas gravadas para se multiplicarem as cartas, nem litographia ; e por consequencia nas cartas maritimas de que usam os pilotos e os capitães dos navios e que passavam de uns para outros, iam-se marcando, do modo que se podia, as terras que de novo se descobriam, e por isso n'um portulano catalão, curiosissimo, que vi na Bibliotheca Real de Paris, feito em 1346, vem já uma das ilhas dos Açores com o nome de Brasil, porem a simples inspecção occular basta para fazer conhecer que esta terra foi marcada no mappa muito tempo depois de feito, porque sendo elle colorido, como era costume, tem as côres apagadas no que primitivamente se tinha feito, e mui vivas nas terras que se foram ajuntando. Isto mesmo é o que ainda hoje acontece, quando algum navegante encontra um baixo desconhecido, etc., que o marca na carta. O mesmo nome de — lo legname — dado á Ilha da Madeira, prova o que acabo de dizer, porque é a traducção italiana de — Madeira — nome que os portugueses deram a esta ilha quando a descobriram. »

Não se comprehende que os contemporaneos do infante D. Henrique chamassem de *descobrimento* a uma expedição que chegava a um logar conhecido ; Diogo Gomes, Valsequa, Behaim, etc., não podiam classificar de *agora descoberto* o que já era conhecido ; aqui, entra a refutação do argumento apresentado por alguns inscientes : menção anterior nas cartas. Nas cartas antigas, mencionava-se o que se ia descobrindo, e até se iam deslocando denominações, por exemplo : Brasil, e, phantasticas : São Brandão, Sete Cidades, Atlantida, etc.

É impossivel demonstrar que os escriptores e cosmographos, coevos, portugueses e extrangeiros, não sabiam o que disiam, quando marcavam o novo descobrimento ; vide Diogo Gomes, Valsequa, Behaim, etc.

XI. — A duplicação de inscripções, nos mappas e portulanos.

Quando constou, em 1432, o descobrimento, feito por Frei Gonçalo Velho, no caminho de Oeste, os possuidores de mappas e portulanos, inscreveram-n'o, sem demora, nos pergaminhos manuscriptos, onde estava traçada a imagem do mundo conhecido; souberam que, n'esse anno, os portugueses tinham descoberto, n'uma linha perpendicular á costa poente de Portugal, a uma distancia medida pelo tempo, um archipelago de grandes ilhas, e marcaram, n'essa direcção, formadas em linha, mais ou menos paralella a essa costa, algumas ilhas, no mar, para elles, desconhecido; que era desconhecido está demonstrando essa mesma disposição errada; junto d'algumas, escreveram os nomes que, lhes constava, os portugueses lhes tinham dado: Corvo, S. Jorge, Santa Maria; junto d'outras, nomes fabulosos: São Brandão e, mesmo, Brasil; a uma, chamaram dos lobos; a outra, dos pombos; a outra, dos coelhos; por motivo que adeante analysaremos; e, mettendo as Canareas pelo novo archipelago (No mappa de Marino Sanuto, 1306-1321, as Afortunadas estão ao occidente da Irlanda; o que muito bem explicaria a menção authenticada, anterior, nas cartas, por simples confusão dos cartographos, marcando duas veses as Canareas), a uma ilha chamaram Caprara, a outra, Ventura, genero de denominações que, em geral, se davam a todas as ilhas, sem distincção, como veremos, quando estudarmos a carta de D. Affonso V, a João Vogado, na qual se documenta que Lovo e Caprara ou Capraria, nunca foram Santa Maria e S. Miguel (Açores), nem quaesquer ilhas dos Açores, porque muitos annos, depois do descobrimento d'este archipelago, andavam á procura d'estas duas ilhas. Valsequa, mudou alguns d'estes nomes; nenhum conseguiu acertar, porque o descobrimento era, quanto possivel, segredo dos portugueses, descobridores. Valsequa (1439), fez a sua carta sessenta e quatro

annos depois de ser elaborada, pelos seus compatriotas (1375), a carta chamada catalã ; Valsequa, dá nomes de phantasia ás ilhas dos Açores, se é que não são mal lidos, e, na carta chamada catalã, lêem-se, junto de tres d'estas ilhas, os nomes : Corvo, S. Jorge, Santa Maria (Santarem, notas a Azurara).

Da analyse ingenua d'estas duas famosas cartas, resulta a seguinte conclusão : em 1375 sabia-se melhor d'um descobrimento, feito em 1431-1432, do que em 1439.

N'algumas cartas italianas, do seculo XIV, tambem apparecem estes nomes. A causa d'isto estava no costume, que tinham, os cosmographos, de accrescentar, nos seus mappas, os descobrimentos que iam sendo feitos ; é para notar que o nome do santo, padroeiro de Inglaterra, que substituira São Thiago, no grito de guerra dos portugueses, no tempo do pae do infante D. Henrique, que o veneraria, em homenagem a sua mãe, a rainha D. Filippa de Lencastre ; nome, posto a uma das ilhas do archipelago, agora descoberto, em homenagem a essa devoção, que tinha origens anteriores, fosse escripto, pelos cartographos, junto a uma das ilhas dos Açores, na primeira disposição, errada, a pár dos nomes de phantasia, depois, emendados.

Os portugueses, ingleses, venesianos e os georginos, usavam, no Oriente, da bandeira e da cruz de S. Jorge (Vêja-se Jacques de Vitry, liv. I°, cap. 79, e Sanuto ; vêja-se, tambem, Gauthier de Metz, poema do mappamundo, e os versos que veem na dissertação de Petitot, *Rem.* tit. 3°, pag. 236 ; citações de Santarem, no *Diario do Governo*, de 2 de outubro de 1845, nota).

S. Jorge, foi invocado pelos crusados e padroeiro da Allemanha, Genova, Inglaterra, etc., de tanta devoção que, mais tarde, os ingleses instituiram a Ordem da Jarreteira, sob a sua protecção, e, em chefe, nas armas do imperio da Russia, os czares, collocaram este santo, de devoção quasi geral ; do que se conclue que não pretenderam, os genoves, simular que ssas ilhas já eram d'elles conhecidas, quando deram, a uma d'ellas, o nome de S. Jorge ; conhecimento que a maneira de as dispôr estava negando. Se a sua inten-

ção fosse esta, o nome de S. Christovam, padroeiro dos maritimos de Genova (*Bulletin* da Sociedade de Geographia de Paris, 1873, 6ª série, pag. 88, nota 5, transcrevendo de José Joaquim Lopes de Lima, *Ensaios sobre a statistica das possessões portuguesas*, etc. (Lisboa, 1844-1846), teria apparecido, nos Açores, o que não succedeu, em vez de S. Jorge, que tambem era padroeiro de outros povos. A boa fé dos genoveses prova-se na ausencia, completa, de protesto. (*Frei Gonçalo Velho*, vol. II, doc. DCCXXXVII).

Sabe-se que o nome da ilha de Santa Maria foi posto pelos portugueses, « agora chamada Santa Maria », diz Diogo Gomes. Tão clara é a prova, derivada da nomenclatura, que, os detractores dos descobrimentos dos portugueses, agrupam as cartas que teem certos nomes, esquecem as que não lhes conveem e dedusem as conclusões que se podem esperar d'esses processos de critica. Do agrupamento de todas as cartas, conclue-se, como vêmos, n'este estudo, a explicação do erro grosseiro em que teem caído alguns auctores inscientes ; da mesma fórma que a inscripção da carta de Valsequa é um dos melhores documentos que provam que o descobridor dos Açores, se chamou Frei Gonçalo Velho ; as inscripções dos Açores, nas cartas e portulanos, são uma das melhores provas de que este archipelago era desconhecido antes de 1431-1432. Prova-se, tambem, esta conclusão, pela ausencia completa de noticias d'este archipelago, anteriores a 1431-1432, fóra das mencionadas cartas e portulanos, unicos documentos apontados ; descobria-se um archipelago, d'esta importancia, e guardava-se silencio em toda a parte, excepto nas cartas geographicas ; nem uma noticia, nem uma referencia, nada. Em seu logar, fallaremos da viagem fabulosa do fabuloso mendicante.

Conhecida, depois, a verdadeira situação dos Açores, que tinham mencionado, em erro, logo a seguir ao descobrimento, em 1431-1432, os cosmographos, desenharam, outra vez, essas ilhas, perto das que já tinham posto, ao acaso, e não podiam respançar, sem prejudicar a pintura do pergaminho ; assim, cons-

cienciosamente, emendaram uma inscripção feita algum tempo antes ; d'aqui, resultaram as duplas inscripções.

Por tudo o que fica exposto, se vê que de nenhuma fórma póde ser atacada a auctoridade de Diogo Gomes, Gabriel de Valsequa e Martim Behaim, quando disem que os Açores foram descobertos no tempo do infante D. Henrique ; o mesmo diria Affonso Cerveira, de quem Azurara copiou, muito mal, a chronica, infelizmente perdida, interpondo-lhe paragraphos inuteis que só tradusem pretenção litteraria, com grande prejuiso da narração, notabilissima em Diogo Gomes.

Concluindo : era bem lastimavel para os flamengos, catalães, italianos e outros povos que, á falta de glorias nacionaes, pretendessem as alheias, que podessem provar terem tocado nos Açores, antes de Frei Gonçalo Velho ter descoberto este archipelago, porque, encontrando ilhas d'aquella naturesa, deixavam-n'as sem as colonisar ; e,resalta mais surprehendente a gloria de Frei Gonçalo Velho, que, só por ser colonisador d'aquelle archipelago, por saber aproveital-o, mereceria a laudativa admiração da Historia, fundada nas censuras em que incorreriam os descobridores ingenuos que, nem, ao menos, souberam protestar, justificando o seu direito, quando os portugueses se apossaram d'aquellas ilhas, onde elles ou seus paes teriam chegado antes, quanto mais tendo-o, elle mesmo, descoberto. Nós, fasemos justiça aos flamengos, italianos, catalães, etc., n'esse tempo, bem longe de supporem o que alguns dos seus descendentes inventariam ; os quaes povos, temos em muito melhor conta do que os teem alguns dos seus escriptores, suppondo-os descobridores de terras que não ficavam conhecendo e onde não sabiam voltar.

XII. — Que parentesco havia entre Frei Gonçalo Velho e Luiz de Camões ?

« Vasco da Gama ne dut pas être moins émerveillé lorsqu'en 1498 il aborda la côte de Malabar. Alors, tout changé sur le globe : une nature nou-

velle apparaît ; le rideau qui depuis des milliers de siècles cachait une partie de la terre se lève : on découvre la patrie du soleil, le lieu d'où il sort chaque matin « comme un époux ou comme un géant, *tanquam sponsus, ut gigas.* » On voit à nu ce sage et brillant Orient, dont l'histoire mystérieuse se mêlait aux voyages de Pythagore, aux conquêtes d'Alexandre, au souvenir des croisades, et dont les parfums nous arrivaient à travers les champs de l'Arabie et les mers de la Grèce. L'Europe lui envoya un poète pour le saluer : le cygne du Tage fit entendre sa triste et belle voix sur les rivages de l'Inde ; Camões leur emprunta leur éclat, leur renommée et leur malheur ; il ne leur laissa que leurs richesses. Lorsque Gonçalo Velho, aïeul maternel de Camões, découvrit une partie de l'archipel des Açores, il aurait dû, s'il eût prévu l'avenir, se réserver une concession de six pieds de terre pour recouvrir les os de son petit-fils. »

Porque diria, Chateaubriand (*Mémoires d'outre-tombe*, tome I, liv. VI) que Luiz de Camões era neto materno de Frei Gonçalo Velho ? E', em todo o caso, muito interessante esta citação do nome do descobridor dos Açores.

Emendámos as graphias erradas : Gonzalo Villo, Camoëns e Vasco de Gama.

XIII. — Mappas e portulanos accrescentados.

Corroborando o que ficou escripto, nos precedentes commentarios, diremos, agora, que, no *Compte rendu des séances* da Sociedade de Geographia de Paris, anno de 1887, pag. 28-35 e no *Boletín* da Sociedade de Geographia de Madrid, anno 1887, tomo XXII, pag. 212-218, appareceu uma noticia da carta de Dulceri, que diz ser catalã, de 1339 ou 1439 ; o auctor, Gabriel Marcel, entende que este Dulceri é, tambem, auctor da carta catalã de 1375, e escreve : « Trouvé à Paris, acquis par un amateur parisien, M. Lesouef, bien connu des bibliophiles et des collectionneurs, il semble que ce portulan devait être tout d'abord signalé à Paris » [1].

1. No vol. X, do *Archivo dos Açores*, pag. 279-288, vem publicada uma nota dos mappas geraes e especiaes dos Açores, suas cidades, portos, etc.

Começa pelos mappas Dulcieri (1339), Mediceo (1351), Catalão (1375),

Foi achada, isto é suspeito ; mas, assim como succede com a carta de Valsequa, poderá ser authentica. Diz que se parece muito com a carta catalã de 1375 ; n'esta, as inscripções são em catalão, n'aquella são em latim ; é mais desenvolvida que a de 1375, o que admira, se fôr de 1339.

A perdida expedição da Jacques Ferrer é attribuida ao anno de 1346, e, já esta carta, de 1339 (?) « comprend une partie de l'Afrique septentrionale au-dessous du cap Nun ». Marca as Canareas, e diz : « de l'est à l'ouest, la carte de Dulceri court de l'archipel des Açores composé des iles de Saint-Brandan, Primaria sive puellarum, Capracia (*sic*) et Canarias, jusqu'à la moitié à peu près de la mer Caspienne, qui est appelée Mare de Bacu sive Caspium. » ; a collocação e os nomes d'estas ilhas, provam bem o que dissémos nos commentarios anteriores, quando fallámos na duplicação dos nomes, nos mappas e portulanos [1].

A data da carta, inserta, é lida com differença de cem annos ; no *Boletín* da Sociedade de Geographia de Madrid, não está a seguinte nota que se lê a pag. 29, do *Bulletin* da Sociedade de Geographia de Paris :

« Cette légende (A que diz o nome e a data da carta) à demi effacée pouvait prêter à quelque équivoque : bien que l'écriture fût incontestablement du quatorzième siècle, quelques personnes avaient cru lire la date 1439 ; aussi avons-nous tenu à consulter M. Léopold Delisle dont la science paléographique est impeccable. Il a lu comme nous : 1439. »

Nas partes, onde esteve Marco Polo, esta carta seguiu a relação

---

Pinelli (1384), Viladestes (1413), Geroldi (1426), Beccario (1435), Valsequa (1439), Benicasa (1471), Behaim (1492), Ancona (1497), Cantino (1502), todas estas cartas, aqui designadas pelos nomes porque são mais conhecidas, teem accrescentados os Açores, Cantino, á ilha Graciosa, chama Palma.

1. Sophus Ruge e Hamy, são de opinião de que os nomes citados estão no logar da ilha da Madeira ; sabe-se, muito bem, que os cartographos, do sec. XV, extrangeiros, não conheciam a situação dos Açores, que, assim, deslocavam.

dictada pelo célebre viajante, quando estava preso em Genova, em 1298, tres annos depois do seu regresso á patria.

XIV. — O FRADE MENDICANTE.

« Ricardo Beltrán Rózpide
Secretario general de la Real Sociedad Geografica
Saluda
al Sr. Ayres de Sá y tiene el gusto de participarle que se han buscado los datos que desea, y no se encuentran más que los que constan en el *prólogo* del manuscrito, publicado en el *Boletin* que por este correo le envio, certificado.
Madrid,
Calle del León, 21.
21 de Marzo de 1910 ».

(Vide *Boletín* da Sociedade de Geographia de Madrid, tomo VII, nº 2, Febrero de 1910, pag. 72) [1].

Foi esta a resposta que teve um pequeno questionario que dirigimos áquella Real Sociedad, ácêrca da authenticidade do *Libro del conoscimiento*; aqui, a agradecemos ao senhor secretario geral, que não podia ser mais amavel, e á benemerita Real Sociedad Geográfica. Cumprido este dever, vamos fallar, agora, do mendicante, depois, do *Libro del conoscimiento*, fundando-nos no prologo de Marcos Jiménez de la Espada, que nos offereceu, em resposta ás nossas perguntas, aquella erudita Sociedad.

---

9. Nós, não publicámos o nosso estudo *Frei Gonçalo Velho*, ácerca dos erros, mas dos acertos, e, assim, deixámos, de parte, o que era inutil ponderar: mas, alguns inscientes, portugueses, copiando, escravamente, auctores extrangeiros, que davam como se fôra coisa nova o que era velho, e julgando que era alta sciencia o que não passava de baixa mystificação, já analysada e pulverisada pela critica, encostaram-se ao extrangeiro, para atacarem a prioridade dos descobrimentos dos portugueses, isto, não esqueça, feito por portugueses. Não a esses inscientes, mas á critica erudita, portuguesa e extrangeira, pertence a leitura do nosso estudo, ácêrca do *Libro del conoscimiento*.

O padre Jean le Verrier e fr. Pierre Bontier, capellães e chronistas de Jean de Béthencourt, foram encarregados, por seu amo, depois de 1404, de saber informações da costa da Africa, que fica em frente das Canareas, onde, Béthencourt, tencionava procurar o Velo de Oiro que não encontrava nas Afortunadas. Os dois chronistas redigiram uma memoria, onde disiam :

« & si les choses de pardeçà sont elles comme de liure du frere Espagnol le deuise, & aussi ceux qui ont frequenté en ces marches disent & racomptent, à l'ayde de Dieu & des Princes & du peuple Chrestien, l'intention de monsieur de Bethencourt est d'ouurir le chemin du fleuve de l'Or. »

O rio do Oiro [1], um simples braço de mar, de seis leguas de extensão, era a ilha das Sete Cidades, era a Ventura, era a riquesa, era o sonho de Jasão ; não tinha existencia real ; os portugueses, encontram-n'o na India e no Brasil ; os hespanhoes no Perú.

No principio do livro, lê-se : « yo fuy nasçido en el Reynado de castilla Reynante en vno El muy noble Rey don fernando fijo del muy noble Rey don sancho » e fixa o anno de 1304 para o seu nascimento, em alguma divergencia com as eras em que diz ter caído aquelle anno, e segue, logo : « En onze dias del mes de setienbre e avia en el Reynado del dicho Reyno veynte e ocho çibdades » etc., de maneira que parece que, nascendo n'aquelle dia, começou, logo, a instruir-se para viajar ; mais, ainda : acabada a pequena descripção da Peninsula, de que transcrevemos o principio, diz, sem explicações : « E party del Reynado de castilla e fuy al Reinado de portogal », etc., não se sabe quando. Não se sabe que nome tinha, nem que appellido usava, nem a que familia pertencia ; não se sabe onde nasceu, onde viveu ; não ha noticias d'elle, na ordem dos francis-

1. O *fluxius aureus*, a que os escriptores arabes se referiam, era o *Velo de oiro ;* ahi, nascia o oiro, nas areias, como nascem as plantas na terra.

O *fluxius aureus*, não é o *rio do Oiro*.

canos, nem em parte alguma ; Jiménez de la Espada, escreve, a pag. 13-14 do *Boletín* que nos enviou a Real Sociedad Geográfica de Madrid (Tomo II, nº 1º, Enero, 1877) :

« A pesar de las obsequiosas advertencias del Sr. Morel-Fatio y de los atinados consejos del sabio P. Fr. Marcelino Civezza, cronista de la Orden franciscana, con quien he consultado el punto repetidas veces, y no obstante mis propias indagaciones, el fraile, peregrino ó geógrafo, continúa tan anónimo como ántes, y yo sigo ignorando las particularidades de su vida, á excepcion de que nació en España ».

Major, o detractor, elle mesmo, não acreditou na existencia do mendicante, disendo:

« O leitor achará que a linguagem do franciscano não é mais que um amálgama da confusa geographia de Edrisi ; devendo não perder de vista os disparates do bom do frade quando falla do Euphrates, para julgar se são fundados os receios dos chronistas (Bontier e le Verrier), com respeito ao crédito que merece o que elle diz. »

O mendicante não existiu ; é uma creação phantastica, uma fórma de transformar a geographia estatica, dos mappas, na geographia dynamica, das viagens ; nem era preciso grande trabalho para conhecer o engano ; aquelle homem phantastico, vôa sobre a terra, cita os nomes dos mappas e desapparece ; não diz nada de novo, não lhe acontece nada digno de ser contado, é o inverso de Fernão Mendes Pinto ; o que elle diz é o que diz qualquer mappa primitivo ; navega em rios que nunca existiram e vae ao Gog e Magog. Nos seculos seguintes, e nos anteriores, houve muitos d'estes viajantes, menos sensabores, que viajaram sem saírem dos seus gabinetes.

XV. O *Libro del conoscimiento.*

« En el siglo XIV, según un franciscano español que atravesó el Africa del O. a E. (Cita o *Libro del conoscimiento*) había en Africa tres estados cristianos : el imperio de Abdeselib, es decir del servidor de la Cruz (en la Etiopía abisinia), el reino de Nubia y el imperio de Magdasor.

Aun cuando se duda de la autenticidad del viaje, no se puede negar que esta relación es una recopilación de los conocimientos geográficos de la época, con tanto mayor motivo cuanto que reproduce las indicaciones de un portulano, del cual (para los que dudan de su autenticidad) sería la copia puesta en forma de narración de un viaje. » (*Un imperio cristiano en Africa al comenzar el siglo XIV y la identificación de Uganda con el imperio cristiano de Magdasor*, por F. Romanet du Caillaud, no *Boletin* da Sociedade de Geographia de Madrid, Tomo 48, 2º trimestre de 1906, pag. 270-271).

No *Boletín*, a que nos temos referido, escreve Jiménez de la Espada « tomando por base el extracto debido á los padres Bontier y le Verrier, no ha faltado quien lance sobre su autor los denigrantes epítetos de necio y embustero », pag. 8.

No capitulo LVII, da sua chronica, disem os citados capellães que omittem certas coisas maravilhosas, contadas pelo frade hespanhol, ácêrca da cidade de Melea, para abreviar, e temendo que, ao leitor, pareçam mentiras.

Otto Peschel « *Geschichte der Erdkund*, pag. 74, nota », entende que o *Libro del conoscimiento* não é trabalho serio, e Major, já citado, diz que este livro é uma confusa compilação das tradições geographicas d'aquelle periodo [1].

O mesmo Jiménez de la Espada, na sua nota LXVII, ao *Libro del conoscimiento*, mostra-se, instinctivamente, da opinião de Major : « Siendo este brazo (do Euphrates) pura fantasía de los cartógrafos del siglo XIV, mal pudo bajar por él á Trípoli ni á ninguna parte el buen franciscano. »

Com os proprios defensores, ficou demonstrado que o mendicante não existiu e que o redactor ou os redactores, do *Libro del conoscimiento*, errou ou erraram muitas veses :

1. Acêrca do livro do mendigante, diz Santarem, na nota ao que escreve a respeito do mappa-mundo de 1417, da collecção Pitti (*Notice sur plusieurs monuments géographiques inédits du moyen âge et du XVIe siècle qui se trouvent dans quelques bibliothèques de l'Italie*) que o *Libro del conoscimiento* é « un livre rempli de fables et absurdités, et qui au surplus n'est pas parvenu jusqu'à nous, et que nous ne pouvons pas examiner. »

« Y porque erró en una ó dos citas históricas, ó confundió un país ó un rio con otro, ó porque acogió en su relato maravillas, fábulas y leyendas, debe negársele en definitiva lo que hoy nadie niega á Benjamin de Tudela, Pian de Carpino, Ruisbroëk, Oderico de Friuli y John de Mandevillle, entónces me contentaré », etc.

Jiménez de la Espada (*Boletín* citado, pag. 13) não poude accrescentar que estes viajantes fossem tão futeis e ignorantes como foi o auctor ou foram os auctores do *Libro del conoscimiento*, e não accrescentou, honra lhe seja.

Mas, não é isto que nos interessa ; vamos transcrever, d'esse livro, o que diz respeito ao nosso estudo :

« Parti de la çucia e entre por la gazula una provinçia muy viçosa e muy grande çercada de sierras muy altas e abondada de aguas e muy frias e sabet que es a la parte do se pone el sol en el mes de dezienbre e por eso la gazula es fria en el estio e caliente en el ynvierno e los pobladores della nunca quysieron Rey. Pero que han un juez e son gentes muy esentas e party de la gazula e torne a la marisma a un puerto que dizen zamatana e dende fuy al cabo de na[1] en el mar oçidental e tierra yerma pero que ay gentes malas crueles que viven en los canpos e fuy por la Ribera adelante sienpre en un panfilo fasta que llegue al cabo de sant bin e toda la marisma desabitada que non ay çibdat nin villa nin logar e andove por la marisma muy grand camino e atravese todas las playas arenosas que non abitadas de omes e llegue a la tierra de los negros a un cabo que dizen de buyder que es del Rey de guynoa çerca de la mar e ally falle moros e judios e sabet que desdel cabo de buyder fasta

1. Os direitos de Portugal ao descobrimento para além do cabo Bojador, e até do cabo Não, foram, sempre, reconhecidos por Castella.

Vide o tratado celebrado em Toledo, 6 de março de 1480 (Torre do Tombo, Livro das Pases, fl. 136), entre D. Affonso V e Fernando e Isabel, publicado em *Alguns documentos*, pag. 42. Vide o tratado, ácêrca de pescarias, entre os reis de Castella, Fernando e Isabel, e o rei de Portugal, D. João II, assignado em Tordesillas, a 7 de junho de 1494 (Torre do Tombo, gaveta 17, m. 4, nº 17), publicado em *Alguns documentos ;* n'este livro, vide pag. 84. Vide, tambem, a capitulação entre el-rei D. Manuel e a rainha D. Joanna, de Castella, assignada em Villa Franca de Xira, a 23 de setembro de 1509 (Torre do Tombo, gaveta 17, m. 3. nº 2), publicado em *Alguns documentos ;* n'este livro, vide pag. 214.

el Rio del oro son ochoçientas e sesenta millas toda tierra desabitada e deste logar se torno el panfilo e yo finque ally un tiempo e fuy ver las islas perdidas que llama tolomeo las islas de la caridat e sabed que desde el cabo de buider fasta primera isla son CX millas.

Sobi en un leño con unos moros e llegamos a la primera isla que dizen gresa e apres della es la isla de lançarote e dizen le asi porque las gentes desta isla mataron á un ginoves que dizian lançarote e dende fuy a otra isla que dizen bezimarin e otra que dizen Rachan. E dende a otra que dizen Vegimar e otra que dizen forte ventura e otra que dizen canaria e fuy a otra que dizen tenerefiz e a otra que dizen la isla del infierno e fuy a otra que dizen gomera e a otra que dizen la isla de lo fero e a otra que dizen aragavia e a otra que dizen salva e a otra que dizen la isla desierta e a otra que dizen lecmane e a otra el puerto santo e a otra la isla del lobo e a otra isla de las cabras e a otra la isla del brasil e a otra la colunbaria e a otra la isla de la ventura e a otra la isla de los Cuervos marines e en tal manera que son veynte e çinco yslas [1]. »

Deve notar-se que, segundo as notas de Jiménez de la Espada, n'este ponto divergem os codices, disem as notas que esses codices não fallam na ilha de Vegimar e que onde este diz vinte e cinco, disem os outros: « son veynte e seys islas ». Escreve o annotador: « Número inexacto, pues légos de nombrar-se una isla más en los Codices R. y N., se omite la de Vegimar, con lo cual resultan 24 en vez de 26 ». Nos dois codices, accrescenta-se ao

1. Segundo as theorias da egreja, á qual se devem as lendas oceanicas, que Frei Gonçalo Velho destruiu, inventadas para fundamentar os erros do *Genesis*, tudo quanto se descobriu já estava descoberto. Vêja-se, a este respeito, o folheto, publicado em Napoles, 1884, intitulado: *Le studie letterario archeologico istorico fatto sul problema dè primi abitatori d'America* « dal P. M. Fr. Alberto Radente dell'ordine dei predicatori », etc., especialmente, pag. 6.

Conclúe, o frade, que a America era conhecida, antes do descobrimento, porque o contrario oppunha-se ás theorias da egreja: é a mesma historia da viagem d'um grego, aos Açores; ahi se prendem Machim e monges mendicantes: e, ha-de notar-se a despretenção com que o redactor do *Libro del conoscimiento*, simula que o imaginado frade, viajante, visitou os Açores, como se fosse sitio do maior conhecimento da gente, como se fossem ilhas perdidas, para dár a entender que eram logares conhecidos dos redactores do *Genesis*, essas ilhas, só conhecidas no seculo XV.

que fica transcripto : « Despues contaré de la marisma de ginobia (Diz um, outro, R., diz grinoya) E de nubia e de etiopia. E de todas estas yslas non eran pobladas de gentes mas de las tres que son (O codice R. diz non) canaria e lançarote E forte ventura E las gentes que ende moran son a tales como estos ». Diz o annotador : « Sigue en el codice N. (Da Bibliotheca Nacional) la pintura de un *sciápoda ó monópoda* ; y el códice R. (Do rei) la misma figura perfilada solamente con la pluma. ». Estas alterações indicam, com muita claresa, a facilidade com que se modificavam os originaes, nas transcripções.

« Torneme al cabo de buyder donde sally e fuyme por la zaara con unos moros que llevavan oro al Rey de guinoa en camellos e fallamos unos montes muy grandes e muy altos enmedio de la zahara e dizenles zichialhamera e despues andovimos muy grand camino por la zaara fasta que llegamos a otro monte que dizen isfurent e deste isfurent me parti de los dichos moros e falle otros que venian al algarve e vineme con ellos por la zahara fasta que llegue a mascarota que es una villa del Rey de benamarin que esta al pie de la sierra de la çuçia e alli more un tiempo e despues fuy a sulgumença una Rica çibdat que es en la zaara e çercala un Rio que viene de los montes claros e el Rey della a por señales un pendon blanco con una Raiz de palma verde desta maneira [1]. »

E, assim, segue, com a rapidez que os expressos, na sua maior velocidade, até hoje nunca poderam attingir, atravez do Sahara, dando principal importancia aos brasões de cada estado, que atravessa, e chega

1. No *Bulletin* da Sociedade de Geographia de Paris, anno 1846, janeiro, 3ª série, tomo 5, pag. 5-17, está um artigo de Santarem, ácêrca de uma *Memoria* de Silveira, relativa ao descobrimento da Guiné, em que se documenta, mais uma vez, que foram os portugueses os primeiros que lá chegaram. A pag. 6, lê-se :

« Le document que l'auteur produit à l'appui est une Charte d'Alphonse V, datée du 7 mai 1481. Ce souverain y dit qu'il avait, bien avant l'année précitée, chargé le prince son fils des affaires qui concernent la Guinée, et de l'exploration des mers, des terres et de leurs habitants, *lesquelles terres étaient toujours restées inconnues tant à ceux qui vivaient alors qu'à ceux qui étaient déjà morts jusqu'à l'époque de l'Infant D. Henri.* »

« a los dos montes que dichos son llegan al Rio del oro de que ya conte le suso e alli cogen los dientes de los marfiles que crian Ribera del Rio e cogen oro en los formigueros que fazen las formigas Ribera del Rio e las formigas son grandes como gatos e sacan mucha tierra e con este Reinado confina el Reynado de organa ».

e, volta, pelo Egypto ; depois, n'uma galé ou galeota, com uns moiros, vae, de Marrocos, ao chamado rio do Oiro, passando os cabos Não, Sabião e Bojador, e chega ao rio do Oiro, que julga, apesar de viajar por toda a parte, que se liga ao Nilo ; o qual Nilo, nasce, diz o redactor, no polo antartico, onde é o paraiso terreal ; tambem diz que nos montes da Lua nascem os cinco maiores rios do mundo « e van todos caer en el Rio del Oro » ; este rio do Oiro é uma preoccupação que o absorve, que não comprehende, e ácêrca da qual dá por verdadeiras todas as invenções arabes, que elle, redactor, se fôra viajante, e viajante tal como finge, isto é, se tivesse ido onde diz que foi, teria destruido, assim como nós as destruimos, quando lá fômos ; vae, depois, á ilha Gropis, que Jiménez de la Espada diz ser uma das Bissagós, e á lha de Quible

« esta isla Quyble es ya en el mar meredional », e encontra a Torre de Babel : « esta caldea es una tierra mucho poblada e Rica e abondada e sabet que en esta provinçia es la torre de bavel que fezieron los gigantes en medio de un gran Canpo que dizen el agro de senabar e aqui fue la gran çibdat de bavilonia que agora es destruida » ;

por alli anda, algum tempo, até que volta, por terra, chegando á Etiopia, á cidade de Malsa « do mora sienpre el preste iohan patriarcha de nubia e etiopia » ; aqui, pede e dão-lhe noticias phantasticas do paraiso terreal, de cuja situação refere algumas lendas que tem por factos ; dirige-se para Este, e vae á India, chegando aos montes Caspios, onde esteve, algum tempo, ouvindo muitas maravilhas, no castello de Magog, que diz ser de pedra iman, « piedra magnita ferria todo entero que lo fizo desta manera la natura e confina con las nuues » ; note-se que, sendo o codice feito depois de 1470, o mendicante chega só

aos logares que, por essa epocha, os portugueses tinham já descoberto.

Enfim, o mendicante viu tudo que não existia e tudo que os portugueses, com muito trabalho, muito dispendio, de vidas, de dinheiro e de tempo, descobriram *depois*, sem que os possuidores do livro do mendicante se lhes adeantassem, sem que, de taes viagens, houvesse noticias; os escriptores, portugueses e hespanhoes, contemporaneos, eram todos, todos ignorantissimos; os navegadores, iam vêr o que já todos conheciam; os terrores do mar Tenebroso nunca existiram; Azurara, por exemplo, é um falsario; toda a geographia arabe foi construida hontem; são estas as conclusões que se tiram da fórma, devéras ousada, porque se pretendeu impôr o livro do mendicante, feito no seculo XV, depois dos descobrimentos dos portugueses, como vamos vêr, melhor, no seguinte Commentario. Até aqui, vimos que o mendicante é phantasia e que o *Libro del conoscimiento* é um compendio de viagens, feito sobre mappas e portulanos accrescentados ou de differentes epochas, porque assignalam conhecimentes verdadeiros e lendarios, aproveitados, sem nexo, nem critica, pelos redactores do livro; estudêmos, agora, a historia e a fórma d'este contradictor de todos os escriptores respeitados e documentos authenticos do seculo XV. Mas, não passaremos adeante, sem dizer que Jimémez de la Espada devia notar todas as incoherencias, supra ditas, que destroem esta série de mystificações, chamada *Libro del conoscimiento*, em vez de diser (Nota XLVI) que Santarem occultou tudo quanto se oppunha ao seu modo de vêr, d'elle Santarem, ácêrca do conhecimento do rio do Oiro, anterior ao seculo XV; e, sabendo, Jimémez de la Espada, que, pelo contrario, Santarem discutiu esse ponto com d'Avezac (*Boletin* que nos foi enviado pela Sociedade de Geographia de Madrid, já citado, pag. 12), escreve uma nota rectificando o texto, assim offensivo; ora, Jiménez de la Espada, confessando (Nota XLI) que não conhecia toda o obra de Santarem, não podia escrever o que escreveu, ácêrca do consciencioso investigador.

Dissémos « série de mystificações » e vamos já notal-a :

Primeira : Simular-se uma viagem, n'uma simples descripção geographica.

Segunda : Collocar-se, essa viagem, n'uma data certa.

Terceira : Mencionarem-se, n'essa descripção, logares que não existiam, com suas respectivas descripções.

Quarta : Accrescentarem-se, nas transcripções, noticias que não estavam no original, se é que a transcripção do seculo XV não é o original, referindo-as á data em que diz ter sido feita a viagem.

Quinta : Attribuir, tudo isto, a um frade mendicante, de que o proprio Marcelino Civezza, chronista da ordem franciscana, não deu noticia.

XVI. — Authenticidade e mechanica do *Libro del conoscimiento.*

De pag. 14 a pag. 19, do *Boletín* citado, descreve, Jiménez de la Espada, os tres codices que existem. No fim do *Boletín*, está a reproducção, a côres, dos brasões que acompanham as descripções, d'este estylo : « e las señales del Rey deste Reyno son vn pendon con castillos al derredor y quynas en medio como aqui se siguen », e, logo, o desenho illuminado, das armas de Portugal ; assim, por deante. No *Boletín*, todos os brasões estão, como dissémos, no fim, n'uma só folha. Até n'isto se vê que a viagem foi feita nos mappas que era costume illuminar com as armas dos estados que representavam.

O mais antigo codice, de pergaminho, esteve na bibliotheca de Estébanez Calderon, de onde passou á Nacional.

« El Sr. D. Francisco González Vera, persona, como todos saben, competentísima en materias de bibliografía, me asegura que este códice lo adquirió el Sr. Estébanez Calderon de un matutero de libros que hubo de procurárselo no se sabe como ni dónde, si bien las armas, la miniatura y otras señas,

hacian sospechar que hubiese sido en la biblioteca del Infantado, cuando, no há muchos años y ántes de incorporarse á la de Osuna, fué vergonzoso baratillo de gente rapaz é indocta, donde se profanaron los venerables restos de la librería del Marqués de Santillana. » (Pag. 16).

Depois de varias reflexões, em que, por estarem impressas, não nos detemos, conclue, Jiménez de la Espada, que o manuscripto pertenceu ao marquez de Santillana.

A seguir, na ordem chronologica, escripto em papel, pertence á Bibliotheca Nacional e intitula se : *Este es el libro del conoscimiento de todos los regnos e tierras e señorios que son por el mundo e de las señales e armas que han en cada tierra e señorio por sy e de los reys e señores que las proueyen.*

O terceiro codice, na mesma ordem, escripto em papel, pertence ao rei ; no titulo, tem estas differencias : principia pela palavra *Jhus* (Jesus), e, depois : *Este Libro es del conoscimiento*, etc.

Diz Jiménez de la Espada : « Los tres códices de que hablé más arriba, son copias echas en el último tercio del siglo XV » (Pag. 14). Fica, por conseguinte, bem esclarecido que são tres copias, uma em pergaminho e duas em papel, de um original desconhecido, feitas depois de 1470, pelo menos, cincoenta e quatro annos depois de Frei Gonçalo Velho passar o cabo Bojador, trinta e oito annos depois de Frei Gonçalo Velho descobrir os Açores.

Os capellães de Béthencourt, referiram-se ao *Libro del conoscimiento* ; mas, quando foi que estes capellães concluiram o seu trabalho que Béthencourt não utilisou ? É provavel que depois da morte de seu amo, fallecido em 1422 (*Bulletin* da Sociedade de Geographia de Paris, Abril de 1875, pag. 413), seis annos depois de Frei Gonçalo Velho ter ido á Terra Alta, dez annos antes de Frei Gonçalo Velho descobrir os Açores ; e, com respeito a este descobrimento, se o codice, que pertenceu a Santillana, não é o original, nada prova que não fosse accrescentado com os nomes das ilhas descobertas em 1432, por signal que copiando-

se a nomenclatura phantastica, a que já nos referimos; é o proprio, consciencioso Jiménez de la Espada, que diz, no citado *Boletín*:

« Cotejados los tres MSS., hallo que sus textos, conformes en lo sustancial, han padecido la misma desgracia que la inmensa mayoría de los copiados en su tiempo: los amanuenses no sabian una jota en lo que copiaban; cambiaron, suprimieron ó aumentaron palabras y frases enteras: mudaron pasajes de un capítulo á otro, y corrompieron y desfiguraron los nombres geográficos. » (Pag. 17).

Os amanuenses não eram tão ignorantes como póde parecer, as alterações, em muitos casos, são intencionaes; assim o observámos em muitos documentos dos seculos XIV e XV (*Frei Gonçalo Velho*, vol. II, doc. DCLII-DCLXV). Sabe-se que os livros, dos auctores gregos e latinos, foram alterados, nas copias, feitas nos conventos; não ha confiança na redacção que, á semelhança das más traducções, em muitos casos trahirá a idéa do pseudo-auctor; quanto mais n'este caso, em que interessa ao copista a modificação, a favor da negação de prioridade; e, mesmo, é admissivel que, em muitos d'estes casos, os accrescentamentos, ainda mais do que as suppressões, fossem feitos, sem idéa malevola, para illustrar o original, aproveitando o pergaminho, tão caro que era costume respançal-o, para o cobrir de outras escripturas.

O cuidado na authenticidade não preoccupava os copiographos e quem os dirigia, assim, por exemplo « Las viñetas se suprimen, valen muy poco, y, á mi juicio, están tomadas, la mayor parte, de algun códice historiado de Plinio ó del libro de John de Mandeville. ». Isto, diz, Jiménez de la Espada, a pag. 19 do *Boletín* citado, fallando do codice, em pergaminho, que bem podéra ser todo feito por imitação do livro de Mandeville, viajante inglez. Este codice « lleva en la página primera una orla de oro y colores por el estilo de las que adornan el famoso devocionario de Isabel la Católica, aunque más pobre y mucho ménos primorosa », diz Jiménez de la Espada, no citado *Boletín*, pag. 15.

Isabel, que mandou o discipulo dos pilotos portugueses, Christovam Colombo, á America, talvez já nossa conhecida, não exitaria em mandar faser aquelle livro, ou, pelo menos, accrescental-o, a seu gosto, com os descobrimentos já feitos, pelos portugueses.

N'alguns pontos, Jiménez de la Espada, *Boletín* citado, é apressado nas conclusões, assim succede quando chama « imágen del autor » (Pag. 17), sem disei porquê, ao retrato que está no E inicial do codice de pergaminho, a que sempre nos estamos referindo :

« La E capital de dicha primera página es grande, matizada de oro y colores, y sirve de marco á la figura de un personaje que, vestido de ropa azul y manto rojo, cubierto de un gorro negro del mismo corte que los que usaba don Enrique IV de Castilla, y sentado á una especie de consola, escribe sobre un pergamino á modo de los antiguos volúmenes, teniendo el tintero en la mano izquierda. » (Pag. 15-16, do citado *Boletin*).

Algumas pratas adornam o gabinete de trabalho, que tem uma janella de onde se descobre uma paysagem. Ora, este personagem, assim vestido, assim rodeado, não era, com certesa, um frade mendicante ; mas, bem póde ser que seja o auctor, porque está vestido á moda de Henrique IV, de Castella, rei na épocha em que Jiménez de la Espada diz que foi feito este manuscripto, a que chama copia ; póde ser que queira referir-se ao copista ; em qualquer caso, o certo é que, talvez sem o saber, acertaria.

Conhecida a origem e a mechanica do *Libro del conoscimiento*, especie de juramento das famosas côrtes de Lamego ; tendo-o estudado, pelo que diz o proprio Jiménez de la Espada, sem ter addusido, no Commentario precedente, os argumentos de Morel-Fatio e Hamy, etc., contra a existencia do frade, terminamos este Commentario que se liga ao que analysará a expedição de Béthencourt.

XVII. — Valor historico do *Libro del conoscimiento.*

Plutarco, na *Vida dos homens illustres*, começa, assim, a historia de Theseu, a primeira de que trata :

« Da mesma fórma que os geographos costumavam pôr, nos extremos dos seus mappas, as regiões que não conheciam, e escrever, ao lado de algumas : « Para álêm, só existem desertos arenosos e povoados de animaes feroses », ou : « pantanos impenetraveis », ou : « os gelos da Scythia », ou : « o mar gelado », da mesma fórma, meu caro Senecião, n'estas comparações das vidas dos homens illustres, depois de ter percorrido todos os tempos, que uma conjectura admissivel poude penetrar, ou que uma historia, circumstanciada e seguida, nos tornou conhecidos, podemos diser de tudo que é mais antigo : « Para álêm está a região das ficções e dos monstros » ; os poetas e os fabulistas habitam essas regiões, tudo que lá se encontra é falso, sem fundamento. »

Isto mesmo se póde diser do conhecimento geographico antes do seculo xv. Não é com os mappas e portulanos accrescentados, não é com a chronica dos capellães de Béthencourt, concluida depois da morte do mesmo Béthencourt, depois da ida de Frei Gonçalo Velho á Terra Alta, nem com o *Libro del conoscimiento*, citado n'essa chronica, feito, ou accrescentado, depois 1431-1432, que se póde provar o conhecimento da costa ao sul do Bojador e o das ilhas dos Açores, antes de 1416 e 1431-1432 : « os poetas e os fabulistas habitam essas regiões, tudo que lá se encontra é falso e sem fundamento. »

Deixando a critica dos mappas e portulanos, já feita n'estes Commentarios, referindo-nos, em especial, ao *Libro del conoscimiento*, notaremos que o caso, em si, é innacreditavel, porque não se comprehende uma tal facilidade de viagem e um tal esquecimento d'ella, a ponto de ser dado, mais tarde, (Valsequa, Diogo Gomes, Behaim. etc.,) por descobrimento, um encontro que, esse frade, tivera e contára, havia oitenta e sete annos. Mas, os hespanhoes não reclamaram a favor da sua prioridade ; porquê ?

É extranhavel que, assim, se deixassem desapossar de uma gloria e de uma propriedade, sem a mais ligeira menção, nas suas chronicas, ao passo que tanto brigaram por Béthencourt. O silencio dos genoveses tambem seria muito para admirar, se o mendicante tivesse existido e o *Libro del conoscimiento* remontasse ao seculo XIV. Não só admittiram, sem protesto, o descobrimento portuguez, mas, até acceitaram a nomenclatura portuguesa.

D'um lado, os testemunhos de Valsequa, Diogo Gomes e Behaim, toda a documentação das chancellarias da Torre do Tombo, referida á colonisação dos Açores, e toda a tradição, desde o seculo XV, recolhida por Fructuoso e por todos os escriptores extrangeiros. D'outro lado, alguns mappas e portulanos, accrescentados, sem a menor noticia documental ou dos chronistas, e uma relação que se diz ter sido feita em 1350 e que só é conhecida por *copias,* feitas depois do descobrimento dos Açores, referindo-se a uma viagem e a um viajante, que não existiram.

Compete aos detractores provarem :

Primeiro : que os mappas e portulanos não foram addicionados, o que é impossivel, visto ser esse costume até dos pintores de quadros (Vide táboas pintadas por Nuno Gonçalves, chamadas de S. Vicente).

Segundo : que os manuscriptos, chamados *Libro del conoscimiento,* são copias d'um original do seculo XIV.

Terceiro : N'este caso, que a parte relativa á costa da Africa, ao sul do Bojador, á Madeira e aos Açores, não foi addicionada, nas copias.

Até que se provem, pelo menos os dois ultimos numeros, ninguem, absolumente ninguem, que mereça consideração scientifica, tem o direito de duvidar de que fossem os portugueses que primeiro chegaram, por mar, á Terra Alta e os primeiros homens que viram o archipelago dos Açores.

Frei Gonçalo Velho, desfez os terrores (Gomes Eannes de Azu-

rara, seculo XV, e toda a tradição escripta, anterior ao seculo XV) do Tenebroso, dobrando o cabo Bojador, indo á Terra Alta, em 1416 (Diogo Gomes, seculo XV); descobriu (Gabriel de Valsequa, seculo XV; dr. Gaspar Fructuoso, seculo XVI, e toda a tradição) em 1431 (Martim Behaim, seculo XV, commentado com o dr. Gaspar Fructuoso, seculo XVI) as Formigas, e, em 1432 (Gabriel de Valsequa, seculo XV, commentado com o dr. Gaspar Fructuoso, seculo XVI) as ilhas dos Açores, e colonisou-as (Diogo Gomes, seculo XV; Gomes Eannes de Azurara, seculo XV; Valentim Fernandes, seculo XVI; dr. Gaspar Fructuoso, seculo XVI; chronistas e documentos, publicados, das chancellarias da Torre do Tombo).

XVIII. — Uma das maiores glorias de Frei Gonçalo Velho.

Foi a colonisação dos Açores.

Vimos que alguns escriptores, extrangeiros, querem faser representar, nos descobrimentos, aos seus compatriotas, o papel dos analphabetas nas bibliothecas: viram; mas, não souberam aproveitar o que viram. N'este caso, os portugueses foram eruditíssimos, souberam transformar em colonias florescentissimas, no espaço de poucos annos, aquellas ilhas que os extrangeiros não sabiam para que prestavam, foram mais do que descobridores, foram colonisadores; mostraram que eram perfeitamente civilisados, que conheciam o valor das ilhas onde chegavam as suas caravellas; dos continentes, onde tocavam, nas suas expedições; povoaram as ilhas da Madeira e dos Açores, fundaram colonias na Africa e na America; mais tarde, Affonso d'Albuquerque, enfeudou a Asia; para que, no fim de tantas grandesas, caíssemos em tão grandes miserias. Povoar, é ainda mais do que colonisar, é construir desde os alicerces, são benemeritos João Gonçalves Zarco, Tristão e Perestrello, no archipelago da Madeira; Frei Gonçalo Velho, foi incansavel nos Açores. Vamos dár a nota chronologica das cartas

que existem, a este respeito, e das referencias dos chronistas, coevos do descobrimento:

1439 — 2 de julho (Lisboa). — D. Affonso V, com auctoridade da rainha, sua mãe, na qualidade de tutora e de accordo com o infante D. Pedro, seu tio, defensor do reino e senhorios, ordena aos védores da fazenda real, corregedores, juises e justiças, e a todos a quem isto pertencer, que deixem ao infante D. Henrique, seu tio, mandar povoar as sete ilhas dos Açores, onde já mandára lançar ovelhas (Chancellaria de D. Affonso V, liv. 19, fl. 14). Em 10 de março de 1449 (Villa de Santarem), foi renovada, nos mesmos termos, esta auctorisação, pelo mesmo rei, ao mesmo infante (Chancellaria de D. Affonso V, liv. 20, fl. 37 v.).

1443 — 3 de abril (Lisboa). — D. Affonso V, por auctoridade do infante D. Pedro, seu tio, tutor e curador, regedor e defensor do reino e senhorios, isenta da disima e portagem, por cinco annos, as mercadorias exportadas das ilhas dos Açores, para a metropole, por « faser graça e mercê a Gonçalo Velho, commendador das ilhas dos Açores, e a todos os povoadores que estão e vivem nas ditas ilhas », a pedido do infante D. Henrique, tio de el-rei. (Vide *Frei Gonçalo Velho*, vol. I., doc. CXIX).

1444. — Depois de diser que o descobrimento dos Açores foi feito em 1443, escreve, Valentim Fernandes, que, n'aquelle anno:

« mandou, o infante D. Henrique, por capitão, um cavalleiro chamado Gonçalo Velho, commendador da Ordem de Christo, a povoar esta ilha e outra, e poz, a esta, seu nome: ilha de Gonçalo Velho; e, depois de sua morte, lhe poseram: ilha de Santa Maria. Este capitão lançou, n'ella, porcos e vaccas e ovelhas e cabras. E viveu, n'esta ilha alguns annos. » (Vide *Frei Gonçalo Velho*, vol. II, pag. LXX).

De Evora, 15 de março d'este anno (*Livro das Ilhas*, fl. 14), expediu, D. Affonso V, uma carta, isentando de disima e portagem todos os generos exportados da « Madeira, ilha do Porto Santo e ilhas do infante D. Henrique », para Portugal.

1445. — Azurara, *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, diz que, n'este anno, o infante D. Henrique mandou « um caval-

leiro que se chama Gonçalo Velho, commendador que era na ordem de Christo, que fosse povoar » as duas ilhas, Santa Maria e S. Miguel

« e uma d'estas começou o infante D. Pedro a mandar povoar com prasimento de seu irmão e seguiu-se sua morte, em breve, pelo que ficou depois ao infante D. Henrique ; e a esta posera o infante D. Pedro nome : a ilha de S. Miguel, pela singular devoção que elle sempre houvera em aquelle santo. »

Diz, tambem, que o espiritual e temporal das ilhas de Santa Maria e de S. Miguel foram dados á Ordem de Christo, da qual o infante D. Henrique era governador, e que, o mesmo senhor, fisera commendador da ilha de Santa Maria Frei Gonçalo Velho. (*Frei Gonçalo Velho,* vol. I, pag. CLXXXIII). Vê-se que Azurara, o pernicioso guarda-mór da Torre do Tombo, foi um imperfeitissimo chronista, o documento, a que já nos referimos, mostra que até as datas estão erradas.

Sem data. — Diogo Gomes, sem diser a data, escreve que :

« O infante D. Henrique mandou um certo cavalleiro, por nome Gonçalo Velho, que nomeámos acima ao tratar do descobrimento da Guiné, por capitão das caravelas que levavam animaes domesticos que enviava para cada uma das ilhas : e, chegando á primeira, que se chamava ilha de Gonçalo Velho, agora chamada Santa Maria, lançaram ali animaes : porcos, vaccas, ovelhas, etc., de que ha, ali, agora, grande quantidade. N'esta ilha habitou, aquelle cavalleiro, por algum tempo. » (*Frei Gonçalo Velho,* vol. I. pag. CIII-CV.)

Para completa imparcialidade, seguimos a traducção publicada no *Boletim* da Sociedade de Geographia de Lisboa, decima setima série, 1898, 1899, nº 5, (Lisboa, 1900). Foram lançar o mesmo genero de animaes na ilha de S. Miguel. O infante D. Pedro, pediu a ilha a seu irmão e « mandou homens para ali povoar esta ilha e enviou para ahi muitos trotones, cavallos da Allemanha, onde, por isto, se encontram, agora, em grande quantidade ».

1447 — 20 de abril (Lisboa). — D. Affonso V, querendo faser graça e mercê ao infante D. Pedro, seu tio e curador, regedor do reino e senhorios, para que « possa melhor encaminhar como a

sua ilha de S. Miguel seja bem povoada », concede, para sempre, a abolição « da disima de todo o pão e vinho e pescado e madeira e legumes e todas as outras coisas que n'ella houverem e trouxerem a estes nossos reinos, por qualquer guisa. » (*Livro das Ilhas*, fl. 26 v.). Manuel de Faria y Sousa, *Asia portuguesa* (Lisboa, 1703), tomo I, parte I cap. *II*, pag. 17, diz : Anno « 1449 — Diòse licencia al Infante para que pudiesse poblar las Islas de los Açores, descubiertas por Gonçalo Velho Comendador de Almourol. », em consequencia de só conhecer a carta de 1449, que copía a de 1439, sem allusão a esta carta ; vêja-se a nota de José de Torres, no *Archivo dos Açores*, vol. I, pag. 8.

1453 — 20 de janeiro (Evora). — D. Affonso V, fez simples, pura e livre doação, para sempre, ao duque de Bragança, seu tio, seus herdeiros e successores, da ilha do Corvo, para que a possuam, inteiramente, assim, « despovoada, como ella ora é ou vindo a ser povoada » « resalvando somente a nós e a nossos successores e corôa real, que os moradores da dita ilha, que a Deus aprouver que se povoe, façam guerra e paz » e só podesse ser dada a portuguez, e correrá, na dita ilha, moeda portuguesa. (Chancellaria de D. Affonso V, liv. 3°, fl. 2).

1454 — 18 de maio (Salvaterra de Magos). — D. Affonso V, perdoa a Affonso do Porto, o resto da pena de degredo, para as ilhas dos Açores, a que o condemnara, por ter roubado um saio, sem fórma de processo, o corregedor de Entre Doiro e Minho, a quem o infante D. Pedro « tinha mandado que encaminhasse quaes quer homens, por degredo, que podesse, para lhe povoarem as ditas ilhas, que, então, começava a povoar e que ora, haverá seis annos, com muito trabalho e muito seu merecimento », habitava ; e, diz : « e por esta presente mandamos, ao que tem cargo das ditas ilhas, que liveremente deixe vir o dito Affonso do Porto, quando lhe prouver, sem sobre ello pôr outro embargo algum, em nenhuma guisa que seja », assim se dirige a Frei Gonçalo Velho (*Frei Gonçalo Velho*, vol. I, doc. CXXVII). Este documento e os seguintes mostram que o

povoamento dos Açores foi, em parte, constituido por degredados.

De Lisboa, 9 de abril de 1455 (Chancellaria de D. Affonso V, liv. 15, fl. 46), ha uma carta de el-rei, perdoando a João Escudeiro, marinheiro do infante D. Henrique, o degredo a que fôra condemnado, para os Açores ou Madeira « para as ilhas », onde estivera um anno, porque ferira Pero Crespo « homem bragante » ; a sentença mandara-o para Ceuta, e obrigara-o ao pagamento de dez mil e tantos reaes, ao aggredido ; e, por contemplação do infante, lhe mudaram, o dito degredo, para as ilhas, onde estava, havia um anno ; pagou, mais, quinhentos reaes, para a arca da piedade.

De Lisboa, 10 de abril d'este anno (Chancellaria de D. Affonso V, liv. 15, fl. 34) ha uma carta de el-rei, perdoando a Catharina Fernandes, que aos dez anno de edade, fôra degradada, havia dez annos, para os Açores « ilhas de S. Miguel », pelo infante D. Pedro, porque testemunhara n'um feito crime.

1455 — 22 de maio (Lisboa). — D. Affonso V, perdoa a João de Lisboa, o resto da pena de degredo, para as ilhas dos Açores, a que fôra condemnado por matar, n'uma estalagem da rua das Esteiras, com uma punhalada, na testa, a Affonso Sanches, em 1 de janeiro de 1446 ;

« pedindo a justiça contra elle que morresse por ello e que fora tanto de feito contra elle que por nossa sentença fôra degradado para as ilhas de que Gonçalo Velho tem o cargo, por quinze annos ; em as quaes ilhas havia nove annos que elle estava mantendo seu degredo ». « E por esta carta mandamos ao dito Gonçalo Velho que deixe vir livremente o dito João de Lisboa, para os nossos reinos, para em elles viver e estar e morar. » (*Frei Gonçalo Velho*, vol. I, doc. CXXVIII).

1460 (?) — 19 de maio (Villa de Lagos). — Carta do infante D. Henrique, a « Frei Gonçalo Velho meu cavalleiro e capitão por mim em minhas ilhas de Santa Maria e S. Miguel dos Açores, ácêrca de toda a jurisdição, civel e crime, que pertencia ao infante, delegada em Frei Gonçalo Velho, que podia condemnar, sem appellação, a multas, prisão, degredo e açoites ; as penas

de mutilação ou morte só poderiam executar-se com vista ao infante e ordem de el-rei, sob pena de mil reaes de multa; ordena-lhe, tambem, que suspenda os tabelliães que errarem no officio, por falsidade, e, logo, lhe dê parte; e se lá fossem Diogo Lopes e Rodrigo de Bayona, sem lhe mostrarem licença d'elle, infante, que os prendesse, até receber instrucções ácêrca da fórma porque havia de proceder com elles. (*Frei Gonçalo Velho*, vol. II, pag. 222-223).

Na colonisação, apparece-nos mencionado o nome de Frei Gonçalo Velho, desde o inicio, durante uns trinta annos; foi uma obra colossal, de que estes documentos, a menção de chronicas contemporaneas e Fructuoso (*Frei Gonçalo Velho*, vol. II, doc. DCXXXVII-DCXLIX) nos dão tenuissima idéa.

Depois, as concessões aos flamengos, protegidos da duquesa de Borgonha, irmã do infante D. Henrique : Jacome de Bruges (Terceira), Guilherme van der Haegen (S. Jorge, Flôres e Corvo) e Josse van Huerter (Fayal e Pico), augmenta a população, n'estas ilhas, e completa a obra, já agora, imorredoura, do descobridor dos Açores.

XIX. — Sequencia no descobrimento das ilhas dos Açores.

Na parte da segunda carta do Atlas de Vaz Dourado, publicada no volume I de *Frei Gonçalo Velho*, marcámos duas viagens, de ida e volta, aos Açores, creando uma fórma que deriva da leitura de Diogo Gomes e Fructuoso, e das legendas de Valsequa e Behaim; a paginas CLXXXVII, escrevemos :

« Tudo leva a crêr que o descobridor de Santa Maria, tivesse descoberto as ilhas de S. Miguel, Terceira, S. Jorge, Pico, Fayal e Graciosa. É inverosimil que Frei Gonçalo Velho, navegador experimentado, não visitasse as ilhas que ficavam tão proximo da que primeiro descobriu : As do Corvo e das Flores, por estarem mais distantes, talvez não fossem conhecidas pelo commendador de Almourol. »

melhor diriamos : descobertas.

Não é admissivel a fórma apresentada por Fructuoso (*Frei Gonçalo Velho*, vol. II, doc. DCXXXVIII) concluindo que a ilha de S. Miguel fôra descoberta dose annos depois do descobrimento da ilha de Santa Maria ; porque, d'esta ilha, avistam-se as brumas que denunciam a ilha de S. Miguel, e ninguem, melhor que os maritimos portugueses, conheceria tal proximidade ; mas, tambem, não se deve concluir que toda a narração é inutil, porque Fructuoso colheu honradamente a tradição oral e escripta e, em tal colheita, ha sempre joio ; expõe, este caso, de maneira que bem se vê querer subordinar-se á narração que obteve, sem, com tudo, lhe dár toda a sua confiança. Fructuoso, é um escriptor conscienciosamente exacto, actuado pela educação seiscentista, prestou á historia dos Açores relevante serviço, que tem na historia de Portugal, assignalado merecimento. Ha, em Fructuoso, confusão, suppõe que em 1444, data em que vae adeantada a colonisação, é o descobrimento de S. Miguel ; n'este anno, teria aportado, a esta ilha, alguma leva de colonos, já vimos o que diz Valentim Fernandes, Azurara cita o anno de 1445 ; foi uma expedição de colonisação, que, aos informadores de Fructuoso, pareceu de descobrimento.

Nas legendas de Valsequa e Behaim, está que, os Açores, foram descobertos en 1431-1432 ; são dadas duas datas, uma a cada um, como vimos, que se harmonisam com as duas expedições de descobrimento, mencionadas por Fructuoso (*Frei Gonçalo Velho*, vol. II, doc. DCXXXVII-DCXXXVIII).

Diogo Gomes, *De prima inventione Guineae*, escreve : « Do descobrimento das ilhas dos Açores.

Em tempo, o infante D. Henrique, desejando conhecer as regiões afastadas do oceano occidental, se acaso haveria ilhas ou terra firme, além da descripção de Ptolomeu, enviou caravellas para procurar terras. Foram e viram terra a occidente : além do cabo Finisterra, umas tresentas leguas ; e viram que eram ilhas ; entraram na primeira, acharam-na deshabitada, e, percorrendo-a, acharam muitos açores e muitas aves ; e foram á segunda, que ora é chamada ilha de S. Miguel, igualmente despovoada, tendo, tambem, muitas aves e açores, onde, além d'isto, encontraram muitas agoas quentes naturaes, de enxofre,

D'ahi, viram outra ilha, agora chamada ilha Terceira, que era assim, como a ilha de S. Miguel, cheia de arvoredos, aves e muitos açores; e descobriram, ali perto, outra ilha, agora chamada ilha do Fayal; e immediatamente outra ilha, a duas leguas da ilha do Fayal, agora chamada ilha do Pico; esta ilha é um monte de sete leguas de altura, tanto que, muitas veses, os habitantes accendem luses, julgando ser noite, e ainda se vê o sol, no cume do monte.

Os navios voltaram a Portugal, annunciando esta noticia ao senhor D. Henrique, o qual se alegrou muito. »

Por esta narração, na primeira viagem, foram descobertas cinco ilhas: Santa Maria e S. Miguel, do primeiro grupo, indo de Portugal; Terceira, Fayal e Pico, do segundo grupo; as ilhas Graciosa e S. Jorge, d'este grupo, que ficam entre a Terceira e o Fayal, não foram vistas, segundo esta narração. Se Diogo Gomes, olhasse para um mappa ou portulano, quando ia a escrever isto, buscaria melhor informação; passar por duas ilhas, sem as descobrir, é inacreditavel; se Frei Gonçalo Velho, chegou ao Fayal, na primeira expedição, n'essa expedição, descobriu a Graciosa e S. Jorge (*Frei Gonçalo Velho*, vol. II, pag. 220); vêja-se qualquer mappa do Atlantico norte.

Não era preciso dividir em duas a viagem em que quasi tudo fosse descoberto, se, de facto, Diogo Gomes, transmittisse uma informação authentica; nem a maneira de diser de Valsequa e Behaim póde ser tomada em absoluto, porque bastava descobrir uma ilha para se poder diser que fôra descoberto o archipelago, sendo, de mais a mais, essa ilha a principal; e, aqui, vem notar que o eruditissimo Behaim teve mais informações do que as que lhe deu Diogo Gomes, porque marca a data d'este descobrimento, data que não vêmos na relação do almoxarife do paço de Cintra, a quem máus criticos pretenderam enfeudar o nobre cavalleiro de Nuremberg, completamente independente, nas suas informações historicas, que analysaremos n'um Commentario especial.

Tudo isto nos leva a crer que ha verdade em Gomes e Fructuoso, os quaes, sendo confrontados com mappas e documentos, como já fisemos, ficam de accordo, estabelecendo-se a conclusão

a que chegámos no traçado das viagens de descobrimento, de Frei Gonçalo Velho : 1431, descobre as Formigas ; 1432, descobre todo o primeiro grupo e todo o segundo grupo dos Açores. O terceiro grupo (Flôres e Corvo) foi descoberto, depois, por Frei Gonçalo Velho ou por outro navegador.

XX. — Graciosas ingenuidades.

N'este assumpto, de descobrimentos, teem vindo dár a sua opinião muitos escriptores extrangeiros, e, alguns, portugueses, copistas, sem critica alguma, d'um ou d'outro malicioso extrangeiro, detractor dos emprehendimentos portugueses, do seculo XV ; porque, é necessario não esquecer, em Portugal, decadente, o extrangeiro tem sempre rasão : se diz mal, é consciencioso ; se diz bem, é captivante ; e vão-n'o incensando, sem um vislumbre de criterio que destrince o bom, que é raro, do máu, que é vulgarissimo.

Comecêmos pelos extrangeiros, mentores de portugueses [1].

Um professor de uma faculdade de lettras, de França, escreve, em 1892 : « Les Açoréens portent encore le même costume qu'au temps de Strabon, costume qui les faisait ressembler aux furies vengeresses » ; não sabia, este auctor, que os Açores foram povoados no seculo XV.

Um doutor, allemão, escreve, em 1901 : « Os maritimos genoveses devem ser considerados, sem duvida, como descobridores dos Açores. Estas ilhas figuram, nos portulanos do seculo XIV, com legendas latinas ou italianas e, por conseguinte, foram achadas por italianos », e, mais adeante, diz que o mendicante tra-

1. O systema de citar documentos que conveem e não citar documentos que não conveem e são conhecidos do auctor, é vulgar nos que simulam serem eruditos conscienciosos.

dusiu os nomes das ilhas, do italiano. Tal fórma de critica é impropria da capacidade allemã.

Um doutor em philosophia e lettras, belga, escreve, n'este mesmo anno : « Un examen attentif des originaux (Portulanos anteriores e posteriores a 1431-1432) dont nous en avons eu un grand nombre sous la main, permet d'assurer que tous les noms ont été écrits de la même main et par conséquent à la même époque. »

Primeiro. — Todos os paleographos sabem que a graphia anterior ao seculo XVI, é impessoal, está no mesmo caso da moderna lettra de imprensa ; portanto, não se póde diser que tal lettra é de tal ou tal mão.

Segundo. — Quando houvesse accrescentamentos, tambem havia imitadores, houve-os sempre, que soubessem imitar a lettra do tempo em que o portulano foi feito.

Terceiro. — Vide Commentarios anteriores.

Toda a critica, d'este auctor, é constituida sobre argumentos da especie do que fica transcripto, pelo que não transcreveremos mais, com que encheriamos muitas paginas, n'este Commentario.

Um diccionario geographico, francez, de 1813, diz, na palavra Açores : « Elles furent découvertes au milieu du XVe siècle par Josua Vanderberg, marchand de Bruges en Flandre, qui, dans un voyage à Lisbonne, fut porté par la tempête vers ces îles qu'il trouva inhabitées » e, em vez de as offerecer ao seu paiz, deu-as a Portugal.

A respeito do nome d'este povoador, na *Memoria* academica de Sebastião Francisco Mendo Trigoso, adeante citada, vimos escripto Job de Huerter ; Ernesto do Canto, no *Archivo dos Açores*, escreve Jobs Van Huerter ; sendo esta a graphia do nome, parece que Huerter era judeu ; ainda hoje se usa este nome, na fórma Jos.

O que Damião de Goes diz, na *Chronica de D. Manuel*, a respeito de sereias, homens marinhos e elephantes que fallam, prepara o leitor para a famosa patranha do cavalleiro da ilha do

Corvo; veja-se, d'este escriptor, a *Chronica do principe D. João*, cap. IX. Damião de Goes era um grande ingenuo ou um grande mystificador.

D. José Martinez de la Puente, no *Compendio de las historias* (Madrid, 1681), pag. 91, diz: « Despues corriendo Alvaro Fernandez de Camara la costa de Guinea, cien leguas más al Sur de Cabo Verde, se descubrieron las siete islas de los Azores ». Os Açores, a cem leguas ao sul de Cabo Verde.

Suppondo tradusir os nomes da primeira nomenclatura, feita logo depois do descobrimento dos Açores, escrevem, os copistas portuguezes de d'Avezac, que á ilha de Santa Maria se chamou ilha do Ovo, e poem, nas Canareas, os Açores, copiando, mal, varios detractores extrangeiros: ainda, n'um fasciculo de uma revista publicada em 1904, vimos a repetição das opiniões de d'Avezac, feita por um investigador de merecimento, mas infeliz, n'aquella occasião.

Este Commentario é feito para mostrar que o systema de discutir todos os auctores torna-se nocivo, porque obriga a acompanhal-os nos seus erros, emquanto que a construcção, indepente de preoccupações de corrigir, encaminha, com segurança, ao conhecimento da verdade.

XXI. — O descobrimento das Canareas.

No capitulo III, de *Frei Gonçalo Velho*, demonstrámos a antiguidade do conhecimento das Canareas, que, ficando proximas da costa, muito frequentada pelos arabes, facilmente foram habitadas, entrando em relações com o continente visinho: a paginas XII-XIII, d'esse capitulo, dissémos: Primeiro. — que as Canareas foram sempre conhecidas na Europa. Segundo. — que só no seculo XV os portuguezes estavam aptos para colonisar. Terceiro. — que, na expedição genovesa, partida de Lisboa, não ha menção de portuguezes. Quarto. — que a carta de Affonso IV, ao papa Clemente VI,

e a relação da viagem dos genoveses, de Lisboa ás Canareas, collocada n'esse reinado, carecem de authenticidade.

Foi isto que dissémos, e é isto que repetimos, a pesar de quaesquer auctores que, não produsindo documentos novos, que valham de per si ou que authentiquem esses dois papeis, venham afirmar o contrario : até, já vimos um que, nomeando-se curador de defuntos e ausentes, sustenta que são authenticos os dois documentos, porque taes e taes escriptores, fallecidos, assim os julgaram, e é uma desconsideração, aos que morrem, duvidar-se do que elles não duvidaram, faz a questão pessoal, e defende-os a seu modo, etc.

Diser que o encontro, em logares differentes, dos dois papeis, é prova de que são authenticos, é ingenuidade, porque um póde ter sido consequencia do outro : mas, deixemos, de parte, o auctor, a que nos referimos e que, pela fórma porque misturou e baralhou o que lêu. no logar citado, não nos póde merecer mais attenção, e tendo notado que, n'uma publicação, avulsa, appareceu, ha tempos, em fac-simile, da escriptura do copista, a supposta carta de Affonso IV, a Clemente VI, acompanhada de uma nota que merece a pena comparar com os logares n'ella citados, no que diz ácêrca da Madeira. analysemos, um pouco, os dois documentos que considerâmos apocriphos.

Diz o que o prof. Sebastião Ciampi extrahiu dos apontamentos autographos de Boccaccio, achados na bibliotheca Magliabechiana, de Florença, e publicou, n'esta cidade, em 1827, que em 1 de julho de 1341 :

« Duas náos, providas pelo rei de Portugal, de todo o necesssario, para a viagem e, com ellas, uma embarcação mais pequena, armada, dando á vela, da cidade de Lisboa, se engolpharam no mar alto, levando florentinos, genoveses, castelhanos e outros hespanhoes, e, além d'isto, cavallos, armas e vários instrumentos bellicos, para expugnar cidades e castellos, demandando aquellas ilhas (Canareas) que, segundo a opinião vulgar, disemos terem-se descoberto e que todos chegaram a ellas, ajudados d'um vento favoravel, em cinco dias, e que voltaram felizmente a suas casas. em novembro ; » (*Frei Gonçalo Velho*, vol. II, doc. DCCV).

Não é preciso mais, para que se entenda que se a expedição demandava estas ilhas é porque estavam descobertas, nem póde haver duvida, lá diz : « segundo a opinião vulgar, disemos terem-se descoberto », é segundo o vulgo que tal se diz.

Um dos navios, era commandado por Angiolino del Teggia de Corbizzi, florentino. e o outro por Niccoloso de Recco, genovez ; dos tripulantes, mesmo que « aliorum hispanorum » queira diser que tambem iam portugueses, em miseravel situação iam na fróta, e de fórma tristemente despresivel foram designados ; por isto, nos parece que não é decoroso acceitar essa injustificada traducção.

O outro documento, que. já dissémos, foi republicado, ha tempos. com a originalidade de se faser um fac-simile da lettra do copista, é a carta (*Frei Gonçalo Velho*. vol. II, doc. DCCIV) do rei, ao papa, datada do Monte-Mór o Novo, 12 de fevereiro de 1345, pouco mais de tres annos e meio depois de ter partido, de Lisboa, a expedição italiana, é a resposta, ao papa, que lhe pedira auxilio. a favor de D. Luiz de Lacerda, na conquista da Canareas. Diz o rei :

« Respondendo, pois, á dita carta, o que nos occorreu, dirêmos reverentemente, por sua ordem, que os nossos naturaes foram os primeiros que acharam as mencionadas ilhas (Canareas). E nós, attendendo a que as referidas ilhas estavam mais perto de nós de que de qualquer outro principe, e a que por nós podiam mais commodamente subjugar-se, dirigimos, para ali, os olhos do nosso entendimento, e, desejando pôr em execução o nosso intento, mandámos lá as nossas gentes e algumas náos para explorar a qualidade d'aquella terra, as quaes, abordando ás ditas ilhas, se apoderaram, por fôrça, de alguns homens, animaes e outras coisas, e as trouxeram, com grande praser, aos nossos reinos. Porem, quando cuidavamos em mandar uma armada, para conquistar as referidas ilhas, com grande numero de cavalleiros e peões, impediu o nosso proposito a guerra que se ateou, primeiro, entre nós e el rei de Castella, e, depois, entre nós e os reis sarracenos. »

Primeiro. — Sendo. como está provado, as Canareas, conhecidas desde a antiguidade, não foram os portugueses quem primeiro achou as mencionadas ilhas.

Segundo. - - De Lisboa ou da Hespanha do sul, ás Canareas, não ha grande differença, na distancia.

Terceiro — Na relação, encontrada por Ciampi, diz-se, logo a seguir ao que já transcrevemos :

« Trasendo comsigo, o seguinte : primeiramente trouxeram quatro homens, dos habitantes d'aquellas ilhas, e, além d'isso, muitas pelles de bodes e cabras, cebo, aseite de peixe e fragmentos de phocas, páu vermelho, para tingir, quasi como o brasil, que os experimentados disem ser como elle, porem, que não é o brasil ; e, além d'isto cortiça de arvores, que igualmente tinge de vermelho, e, tambem, terra vermelha, e outras coisas para o mesmo fim. » (Joaquim José da Costa Macedo, *Addimentatos á primeira parte da Memoria*, etc., lidos na sessão de 8 de abril de 1835 ; *Memorias da Academia*, tomo XI, parte II (Lisboa, 1835), pag. 179, nota 4, define a palavra brasil).

É a esta expedição que o documenso se referirá, porque, n'ella, trouxeram o que a carta diz, e, assim, a carta confirma a relação, anterior ; mas, as discordias com o rei de Castella, a que allúde o rei de Portugal, terminaram em 1339, e a batalha do Salado, a que este rei, tambem, se refere, foi ferida em 1340, de maneira que não é verdade que a rasão, allegada pelo rei, caiba no tempo em que elle a collocou, porque, exactamente quando estava livre d'esses dois embaraços, Castella e sarracenos (1340), é que partiu a expedição (1341), e, então, o rei podia proseguir na conquista das Canareas, visto que não tinha obstaculos no reino ; se não é essa a expedição referida, na carta, e se foi anterior, á guerrra com Castella (1336-1339), tambem não é verdade o que diz o rei, porque a referida expedição, de 1341, está demonstrando que, de Portugal, voltaram a essa conquista; e, assim, concluimos, sempre, perante o pretenso documento, datado de 1345, e a chronologia, que o rei faltava á verdade, n'um assumpto que estava bem patente e em que, sem duvida, seria logo desmentido, em Roma, em Portugal e em toda a parte.

A admittir o seguinte, que diz Costa Macedo (*Historia e Memorias* da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 2ª série, tomo I, parte I (Lisboa, 1844), pag. 181, tambem dito a pag. 99 e 167) : « De tudo o que fica expendido, parece-me concluir-se

que D. Affonso IV teve constantemente guerra com os moiros, desde 1327 até 1354 », teremos de admittir, tambem, que o rei alterou a sequencia exacta dos factos, na ordem chronologica, dedusida pelo proprio Costa Macedo, e, então, ainda resultará maior convicção da falsidade do supposto documento : redusindo a simples auxilios as expedições militares, contra os moiros, anteriores a 1340 e seguintes a esta data, até 1345, cairá, esta argumentação, no dilemma proposto, d'onde, em qualquer caso, não sairá inteiro o documento que serve, apenas, para certificar a leviandade dos que o teem acceitado, que são todos, e a total ignorancia de quem o defendeu, depois do que dissémos (*Frei Gonçalo Velho*, cap. III).

As discordias com Affonso Sanches, foram antes da guerra com Castella e a desavença com D. Pedro, seu filho, foi em 1355.

Aqui, estão algumas das rasões, de observação nossa, porque nós não acreditâmos no que disem esses dois papeis, e escrevemos (*Frei Gonçalo Velho*, vol. II, pag. XIII) e repetimos : « Apesar de serios estudos, no fim do seculo XIX, é preciso apontar estes documentos por apocriphos e refutar asserções que, desde longa data, deviam estar postas de parte. »

Fomos nós que afastámos da memoria de Affonso IV, o labéo de faltar á verdade, no que pese ao senhor curador dos defuntos e ausentes, que, por falta de critica, teimou em a infamar, esquecendo, a respeito d'este rei, o cargo em que, por seu gosto, se investiu ; e, d'ahi, talvez fosse bom, para a boa comprehensão das coisas, que nos levassem a desenvolver este ponto, o qual, pelo que vémos, ainda ninguem tinha estudado antes de nós.

Petrarcha, referindo-se ás Canareas, diz : « N'ellas (Afortunadas) segundo a memoria dos nossos paes, penetrou uma armada de genoveses, e, ha pouco, deu o papa Clemente VI, um principe áquelle paiz. » Petrarcha, nasceu em 1304 ; refere-se, em erro, á expedição de 1275, 1285 ou 1291, de Theodosio d'Oria e irmãos Vivaldi, que se perdeu, se chegou a existir.

Voltando ao assumpto d'este Commentario, os chronistas, portugueses e extrangeiros, não podiam faser menção do que não tinha succedido. e, portanto, não ha motivo para as lamentações de alguns inscientes.

No tomo VI, parte I, 1ª série de *Memorias* da Academia, publicado em 1819, está uma *Memoria* de Joaquim José da Costa Macedo, pag. 1-19, em que, a paginas 17-19, vem publicada a supposta carta de Affonso IV, ao papa Clemente VI, salientando-se. nas paginas precedentes, o valor que o auctor julgava ter este supposto documento. Note-se, 1819 ; em 1827 Sebastião Ciampi, publicou, como dissémos, em Florença, a narração da ida dos genoveses ás Canareas, partindo de Lisboa, em 1341 do anno da Encarnação, que é o mesmo que o de Christo : « L'Ere de Jesus-Christ, ou de l'Incarnation, est proprement l'Ere des Latins. » (*L'art de vérifier les dates* (Paris, 1770), pag. iij, § II) : vê-se, portanto, que o apparecimento não foi simultaneo e que o argumento de terem apparecido, estes dois documentos, apocryphos, em logares differentes, é inadmissivel, porque um documento póde ter sido consequencia de outro.

A respeito do anno da Encarnação. vêja-se, tambem, João Pedro Ribeiro, *Diss. chron.*, vol. II (Lisboa, 1857), pag. 2-13.

Concluiremos, notando que, desde 1341 a 1416, não constam navegações de portugueses, em procura de novas terras, o que era deveras extranhavel se fosse verdadeira a imaginada expedição de 1341.

XXII. — O livro dos capellães de Béthencourt.

No principio do seculo XVII, publica-se um livro (*Histoire de la première descouverte et conqueste des Canaries faite dès l'an 1402 par Messire Jean de Béthencourt, chambellan du roy Charles VI.* « Escrite du temps mesme par F. Pierre Bontier religieux de S. François et Jean le Verrier prestre, domestiques du dit sieur de Béthencourt.

Mise en lumière par M. Galien de Béthencourt, Conseiller du Roy en sa Cour de Parlement de Rouen ».— « Plus un *Traicté de la navigation et des voyages de descouverte et conqueste modernes et principalement des François* ». (Paris, 1630). Um volume in-8°. Bergeron, foi editor do primeiro e auctor do segundo livro) que se diz ser a copia de um manuscripto de que, tambem se diz, foram auctores dois capellães de Béthencourt ; o representante do normando, diz que esse manuscripto estava na sua familia, desde os principios do seculo XV ; pelo menos, assim o julga ; dada a authenticidade da viagem de Béthencourt, é natural acceitar estas asserções como se fossem documentadas. Não se trata de um explorador anonymo, inventado pelos detractores da verdadeira historia dos nossos descobrimentos, d'um addiccionamento n'um mappa, d'uma viagem que não tivesse ido além das Columnas de Hercules ; falla-se de Béthencourt, um explorador authentico, citado pelos chronistas, mencionado nos documentos ; n'este livro, cita-se o *Libro del conoscimiento ;* é, a todos os respeitos, uma publicação interessante, a que fez Bergeron, editor, na critica tão ingenuo que diz ser de justiça que revertam para a França as glorias dos descobrimentos dos portugueses, porque os reis de Portugal eram de origem francesa ; é d'estes e outros que taes argumentos que se servem os extrangeiros para entreterem a ignorancia dos seus leitores e dos portugueses que os acreditam, pretendendo levar para a sua Historia o que nunca será arrancado da nossa, emquanto, nós, completamente independentes de seitas partidarias, formos demonstrando que os nossos chronistas e os nossos documentos, disem toda a verdade, ácêrca dos descobrimentos que só os portugueses realisaram, e que, até ao seculo XV, ninguem conhecia o Atlantico.

Santarem, analysa a ignorancia de Bergeron, n'uma nota do *Diario do Governo* de 18 de desembro de 1845, assentuando que Bergeron nem sabia a chronologia da historia dos descobrimentos.

Antes de proseguir, é necessario dar uma idéa do que fosse a

construcção de um manuscripto pre-incunabulo, desde ab-inicio até Laus Deo.

Um redactor, escrevia uma narração ; um outro, dias, meses, annos ou seculos, depois, accrescentava, á margem ; um outro, respançava o texto e escrevia outras palavras, no logar onde estavam as escriptas pelo primeiro redactor ; outro, escrevia tudo, de novo, mettendo as notas no texto, e, assim, successivamente, quando chegava a ser transformado n'um incunabulo, pouco teria do original ; e, quando o manuscripto se conservava sem ser impresso, atravez dos seculos XVI e XVII, e era publicado, n'este seculo ou depois, muito difficil é, agora, separar o que foi primitivo, do que foi accrescentado ; assim succede com os livros de linhagens que nós estudámos no vol. II de *Frei Gonçalo Velho*, demonstrando, plenamente, o que fica dito ; outros manuscriptos, conservavam-se no original, estes são os de maior confiança, dignos de crédito ; se se trata d'uma chronica, o estylo do chronista é uma das maneiras de averiguar a authenticidade ; mas, n'este caso, ainda nos póde fugir a redacção primitiva, como succedeu á chronica de Duarte Galvão, de onde os editores tiraram os capitulos que se referiam ao bispo negro. Admittâmos, aqui, a authenticidade do manuscripto publicado por Bergeron, visto que se refere a um facto. Béthencourt, morreu em 1422 (J. Codine, *Le Canarien*, *Bulletin* da Sociedade de Geographia de Paris, abril 1875, pag. 417 « Compte rendu d'ouvrages ») ; para quem não possa lêr o livro raro, dos capellães, diremos que, a interessante chronica, dividida em noventa e sete capitulos, começa quando Béthencourt parte da Rochella « le premier jour de mai mil quatre cent et deulx » e acaba no dia em que « il trépassa en l'an mil CCCCXXII ». N'uma nota á palavra « deulx », lê-se que na *Histoire générale des voyages*, a data da partida é 1417, geralmente acceitada pelos escriptores portuguezes e hespanhoes ; se esta data se authenticasse, concluir-se-hia que Béthencourt singrára na esteira de Frei Gonçalo Velho, que partira em 1416, como sabemos.

Quanto á chronica, teria sido concluida depois d'elle morrer ; o

Libro del conoscimiento sendo, como está provado, um compendio de cosmographia ecclesiastica, isto é: do conhecimento da Terra, segundo as doutrinas dos doutores da egreja, não era preciso aos referidos chronistas de Béthencourt; a citação póde, muito bem, ter sido introdusida, depois do manuscripto concluido ou, mesmo, quando estava sendo elaborado; poderemos admittir que o *Libro del conoscimiento* estivesse concluido em meiados do seculo XV, servindo, então, para os capellães de Béthencourt saberem o que disiam os antigos, da fórma da Africa; dedusindo, assim, o raciocinio, é perfeitamente admissivel que a compilação, chamada *Libro del conoscimiento* estivesse concluida no seculo XIV, e os accrescentamentos, resultado dos descobrimentos dos portugueses, juntos ao nucleo, dessem os manuscriptos a que nos referimos, no respectivo Commentario; sommando: conclue-se que, sendo feita, durante annos e annos, a elaboração d'estes trabalhos, é impossivel saber-se em que estado se encontravam quando d'elles se iam servindo taes ou taes escriptores; estas difficuldades não foram, de todo, resolvidas com a imprensa, porque as differentes edições, não sendo citadas com as datas, estabelecem grande confusão, exemplo: a primeira dos *Lusiadas*, em que chegou a haver falsificação. Não é á priori, mas com este processo de critica, que se avalia um documento, antes de ser aproveitado.

Foram grandes e fórtes os erros que sustentaram Santarem e d'Avezac, na polemica, ácêrca da nacionalidade preponderante na expedição de Béthencourt; lendo-se o que disemos, n'estes Commentarios, e o que se vê no *Diario do Governo*, de 5 de setembro, 1, 2, 23, 28 de outubro e 18 de desembro de 1845 (Santarem), e *Bulletin* da Sociedade de Geographia de Paris, anno 1846, vol. V, 3.ª série, pag. 167-190 e, mesmo *Bulletin*, anno dito, vol. VI, 3.ª série, pag. 73-83 (d'Avezac), vêr-se-ha que descordâmos de grande numero de pontos de vista de um e de outro escriptor, especialmente de Santarem que acreditava nas expedições portuguesas ás Canareas e no grande poder maritimo dos portugueses, anterior ao seculo XV (Vide os nossos artigos: *Os portugueses e o*

Atlantico, na *Revista portuguesa colonial e maritima*, outubro e novembro de 1899, e *Talent de bien faire*, na mesma *Revista*, desembro de 1901, janeiro, junho, julho e agosto de 1902).

D'Avezac, rebateu bem a lenda do poder maritimo dos portugueses, anterior ao seculo XV, mas não viu a conjuncção de argumentos que demonstram a falsidade das expedições, anteriores ao seculo XV; se os vira, decerto os apresentára; a pag. 188, do citado *Bulletin*, vol. V, diz: « Rien donc, dans tous les arguments qui se sont produits jusqu'ici, ne contredit l'énonciation formelle de Barros, qu'on ne savait en Portugal, jusqu'en 1420, que caboter le long des côtes »; esta data, deve ser mudada para 1416.

N'esta maneira de expôrmos, queremos que se note bem a nossa imparcialidade, dando, n'este caso, rasão a d'Avezac, contra Santarem.

Esta polemica, ácêrca da nacionalidade das tripulações dos navios de Béthencourt, não nos interessa e póde ser lida, nos logares que citâmos, o que precisamos é mencionar as datas das viagens do normando, ás Canareas, idas e voltas: chegou ás Canareas, pela primeira vez em julho de 1402; voltou á Europa (Hespanha), na primeira quinzena de outubro, d'esse anno, e ahi passou todo o de 1403, fasendo, n'esta occasião, menagem ao rei de Castella, sem protesto de Portugal, note-se, e leva gente, munições e navios, de Castella, para a conquista d'essas ilhas, onde chega, a Lançarote, no começo de fevereiro de 1404; volta a Hespanha, alguns meses depois, e torna ás Canareas, a Forte Ventura, onde chega em 7 de outubro d'este anno; em 31 de janeiro de 1405, volta das Canareas e vae á Normandia; torna ás Canareas, em junho seguinte, d'este anno, e deixa-as, para sempre, em 15 de desembro do supradito anno de 1405.

Em 6 de outubro de 1405, uma tempestade atira com Béthencourt para a costa da Africa, junto do porto do Bojador, onde desembarcou, penetrando algumas desenas de leguas no interior. Dis-

cutiram, Santarem e d'Avezac, onde ficava este porto, se ao norte, se ao sul do cabo, no mesmo cabo ; Santarem, disse que ao norte; d'Avezac disse (*Bulletin* da Sociedade de Geographia de Paris, anno 1846, vol. VI, série 3ª, pag. 73-83, já citado) que ao sul ; a discussão perdeu a importancia, perante o progresso do conhecimento geographico, sabe-se hoje, bem, que ir á tal bahiasinha ou ansa, não é dobrar o cabo Bojador, na significação exacta da palavra. Dâmos uma noticia mais minuciosa da fórma como foi dirigida a polemica : No *Bulletin* da Sociedade de Geographia de Paris, anno 1846, vol. V, série 3ª, pag. 192, na acta da sessão de 6 de março de 1846, lê-se que Santarem « lit une Mémoire dans laquelle il signale l'erreur des cartes du XIVᵉ et XVᵉ siècles qui placent un port au sud du cap Bojador. » D'Avezac fez algumas reflexões verbaes, a esta Memoria, que não veem transcriptas ; na sessão de 20 de março de 1846, foi apresentada uma Memoria ácêrca d'este assumpto, por d'Avezac ; Santarem, fez reflexões verbaes, que, tambem, não estão na acta impressa.

Santarem, a pag. 165-181 das *Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique au-delà du cap Bojador* (Lisboa, 1842) ; pag. 165-181, prova, sem refutação possivel, que nem o frade mendicante, imaginado, nem Béthencourt, nem os dieppeses do seculo XIV, souberam onde ficava a Guiné. A pag. 171-172 d'estas *Recherches*, escreve Santarem :

Do exame do livro, de que Béthencourt se serviu, n'esta viagem, resulta que o frade viajante não teve conhecimento algum da costa d'Africa que se estende para lá do cabo Bojador e que foi, depois, descoberta pelos portugueses ; que os seus conhecimentos geographicos eram apenas os que tinham os povos christãos, da edade media, a respeito da Africa que só conheciam pelas narrações dos viajantes que acompanhavam as caravanas. Mas, a passagem mais importante d'esta relação é a que diz respeito á Guiné, porque esta passagem prova que o viajante, bem longe de lá ter ido, não tinha conhecimento algum da verdadeira Guiné dos portugueses, porque colloca este paiz junto do cabo Bojador. Este erro, em que estavam as nações christãs no seculo XIV, começo do seculo XV, a respeito da situação da verdadeira Guiné, descoberta pelos por-

tugueses, depois de 1433 (É 1416)[1] deu occasião, suppomos nós, a esta confusão, que se observa nos escriptos de alguns escriptores extrangeiros, publicados, depois d'esta epocha, confusão que foi a causa primaria das pretenções dos hespanhoes, dos genoveses e dos normandos, n'uma epocha posterior ás nossas descobertas. Esta passagem prova, igualmente, que os normandos não tinham de fórma alguma, visitado a verdadeira Guiné dos portugueses ; porque, se assim houvesse acontecido, os capellães de Béthencourt, d'isso teriam feito menção, mostrando um conhecimento mais exacto da posição geographica da Guiné do que mostrou o religioso hespanhol, cujo livro lhes serviu de guia ».

Santarem, conheceu o *Libro del conoscimiento* atravez da relação dos capellães de Béthencourt ; commentando uma passagem, que copía do cap. 89 d'este livro, diz : « Béthencourt ne doubla point le cap Bojador » (*Recherches* citadas, pag. 176, nota 3).

Isto, escripto, pedimos ao sr. prof. Pedro A. de Azevedo, socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, o favor de vêr, na bibliotheca d'aquella Sociedade, o livro *La conquête et les conquérants des Iles Canaries*. « Nouvelles recherches sur Jean IV de Béthencourt et Godifer de la Salle. Le vrai manuscrit du Canarien. Par Pierre Magry. » (Paris, 1896) ; o sr. Azevedo, amavelmente acquiesceu ao nosso pedido, e, depois de estudar o livro, informou-nos de que :

Primeiro. — O manuscripto, que estava na posse dos herdeiros

1. Santarem, nas *Recherches*, nas suas memorias apresentadas á Sociedade de Geographia de Paris, em todos os seus trabalhos, insiste sempre, porque não conhecia Diogo Gomes, em que nada se sabia de além Bojador, até que, em 1433-1434, lá foi Gil Eannes ; mas, então, não lêu a carta, dada em Penela, a 22 de outubro de 1443 ?

É singular que elle, guarda-mór da Torre do Tombo, não conhecesse uma carta que está e estava no indice do archivo em que superentendia.

Deixâmos, aqui, notado que Santarem não quiz aproveitar, por motivo inexplicavel, a mina inexgotavel de conhecimentos exactos ácêrca dos descobrimentos, que estava á sua disposição, e, assim, escreveu centenares de paginas de argumentação que duas palavras, dos documentos, hoje publicados nos nossos trabalhos, no livro *Alguns documentos* e n'outros logares, suppriam, sem discussão.

de Béthencourt e que serviu a Bergeron, existe, actualmente, no British Museum, e é publicado no livro de Pierre Magry; tudo leva a crêer que é o mesmo.

Segundo. — Este manuscripto, agora exposto, no referido Museum, ao exame dos que estudam, attribue a maior iniciativa das expedicões ás Canareas, a um cavalleiro chamado Godifer de la Salle, cujo nome, Bergeron, trocou, muitas veses, pelo de Béthencourt, para lisongear os herdeiros d'este, que lhe tinham confiado o manuscripto.

Terceiro. — N'esse manuscripto, não se falla em naufragio, algum, ficando, por isto, inutilisada toda a polemica havida entre d'Avezac e o perspicaz Santarem, que estudaram o manuscripto, atravez das mutilações e accrescentamentos de Bergeron; é a nossa these firmada de maneira indistructivel.

XXIII. — Viagens imaginadas.

Gabriel Gravier (*Bulletin* da Sociedade de Geographia de Paris, anno 1875, março, pag. 300-302) diz que, segundo as sagas da litteratura islandesa, onde se conservam as lembranças dos tempos heroicos, em que a verdade supre a imaginação, caracteristica dos poetas gregos, os normandos estiveram na America, onde fundaram colonias que desappareceram, pelos frios, peste e piratas, nos fins do seculo XIV, principios do seculo XV, quando estavam para chegar os portugueses e os hespanhoes; as sagas não serão de origem imaginativa; mas, produsiram este arrojo de imaginação.

Nas citadas *Recherches*, pag. 211-257, Santarem, desfaz a historia da expedição dos genoveses Theodosio d'Oria, dos irmãos Ugolino e Guido, e Vivaldi, no seculo XII, mencionada, aqui, nas *Recherches*, em 1291. Jacobo Doria, parente de Theodosio Doria, escreveu a historia de Genova, de 1289 a 1293 e não diz uma palavra d'esta expedição. Pedro d'Abano, coevo, diz que se

perdeu á saida do Estreito ; não menciona os nomes dos capitães das galleras e mostra-se mal informado a este respeito. No seculo XVI é que apparece Agustinho Giustiniani, a fallar n'isto e a diser os nomes dos capitães, na sua historia de Genova, citando o testemunho de Cecco d'Ascoli que nada diz a tal respeito (Santarem, *Recherches*, citadas, pag. 246-248). Na demonstração de que esta viagem não se realisou, Santarem, mostra grande merecimento scientifico.

Não passando o estreito de Gibraltar, se é que lá chegaram, Petrarcha não diz bem, quando refere que chegaram ás Canareas, Petrarcha fundou-se em Pedro d'Abano, naturalmente.

A'cêrca da inscripção da carta catalã, de 1375, que diz que Jacques Ferrer, partiu da ilha de Maiorca, em 10 de agosto de 1346, para ir ao rio do Oiro, cuja galé, galeaça ou uxer está pintada a oitenta leguas ao sul do cabo Bojador, no referido mappa, em posição desnorteada, seguindo uma róta inadmissivel, Walckenaer e Santarem não acreditaram em tal (*Recherches* citadas, pag. 227-241).

Santarem, deduz uma argumentação soberba, provando que tal viagem não se realisou.

A respeito das navegações dos dieppeses, que se teriam estabelecido na Guiné, em 1365, á Côte d'Or, diz J. Codine, no *Compte rendu* de abril de 1875, pag. 413-425, a respeito do livro de Gabriel Gravier, ácêrca da conquista das Canareas :

« A défaut des archives de la ville de Rouen incendiées en 1382, et des registres de l'amirauté de Dieppe détruits par le bombardement de 1694, c'est dans Villault de Bellefond que se trouve le récit sommaire de ces navigations. Mais, avant Villault, le Hollandais Dapper et, cinquante ans avant Dapper, le voyageur allemand Samuel Braun, à l'abri de toute prévention nationale, en avaient conservé la tradition appuyée même d'indices matériels. »

Este Villault ou Villaut de Bellefond, é um viajante da ultima metade do seculo XVII. Não deixaremos de notar que o incendio e o bombardeamento vieram muito a proposito, para desculpar a falta de justificação.

Santarem (*Recherches*, citadas) analysa e destroe esta invenção como vamos vêr, citando alguns dos seus argumentos.

Villaut, publicou o livro em que fallava de estabelecimentos dos negociantes de Rouen com os maritimos de Dieppe, no Senegal, Gambia, Serra Leôa e Costa da Malagueta, em 1666-1667, e Dapper publicou o seu livro, repetindo Villault, em 1686; vê-se que é modernissima a invenção da lenda, fundada, naturalmente nas taes provas materiaes encontradas entre os indigenas, pelo viajante Braun, e que Santarem analysa proficientemente.

De pag. 112 a 115 (*Recherches*, citadas) Santarem prova que d'álêm do Bojador, não havia conhecimento, até, 1434 (Gil Eannes), julga elle, até 1416, diz Diogo Gomes, que Santarem não conheceu. Só muito depois d'esse descobrimento é que os geographos começaram a traçar a Africa, ao sul d'esse cabo. Santarem não falla de mappa, portulano ou citação que diga que antes de 1416 fosse dobrado o cabo Bojador, é a carta de Gabriel de Valsequa (1439) que dá conta de todos os descobrimentos dos portugueses, pela primeira vez; vê-se que o systema de guardar reserva, ácêrca das terras achadas, foi sempre adoptado, não sendo iniciado por D. João II; o que se passou com as ilhas do archipelago dos Açores, que os possuidores d'alguns mappas e portulanos logo marcaram, sem saber onde ficavam e que posição tinham, é outra prova do que vamos disendo, que, por sua vez, explica o que, a este respeito, dissemos.

As viagens de Béthencourt, diz Santarem (*Recherches*, citadas), são a prova de que os normandos, do seculo XIV, não foram onde disse Villaut, porque os normandos, do seculo XV, Béthencourt e os seus, nada sabem e soccorrem-se d'um livro hespanhol, o *Libro del conoscimiento*.

Em 1406, data da expedição de Béthencourt, o papa

« Innocencio VII e o rei de Castella, julgavam que a Guiné estava situada defronte das Canareas, atraz do dito cabo (Bojador), porque a costa, para lá d'este cabo, e, por conseguinte, a verdadeira Guiné, ainda não tinha sido des-

coberta ; mas, na bulla de Sixto IV, de 1481, posterior aos nossos descobrimentos, a posição geographica d'esta região é já mais conforme á verdade. »

Santarem (*Recherches*, citadas, pag. 204-205).

O conhecimento que os extrangeiros tiveram das rótas descobertas pelos portugueses era adquirido á força de espionagem e de delações, provam-n'o os espiões que os extrangeiros tinham em Lisboa, Fernão de Magalhães, etc. ; o abbade Paulmier conta, na memoria que publicou em 1663, que, em Honfleur, foi armado um navio que, sob a commando do senhor de Gonneville, foi enviado, pelos mercadores franceses que traficavam em Lisboa, na esteira dos galões portugueses, para conhecer o caminho da India ; partiu em junho de 1503 ; álêm d'isto, conta que mandavam gente alistar-se nas nossas armadas, para espiar a róta e denuncial-a ; ao menos, é agradavel que, entre tantos forjadores, de invenções, haja alguem que, assim, narre, conscienciosamente, a fórma porque os extrangeiros chegaram a concluir que tinham descoberto o que nós descobrimos ; quem faz o que estes fiseram, facilmente accrescentava, n'um mappa, umas ilhas, sem ter a consciencia de diser quem as descobrira, para que se julgasse que remontava, o descobrimento, á data do mappa ou portulano ; nem todos eram Valsequa e Behaim ; muitos as accrescentavam sem má intenção ; quanto á costa ao sul do Bojador, fallou proficientemente Santarem que deve ser lido e transcripto nos livros das escolas, a pag. cj e conclusões de 258-262, das citadas *Recherches*, substituindo-se, 1433-1434, por 1416.

A viagem de Ibn Fathima, que embarca em Noul, ao norte do Bojador, e naufraga ao sul d'este cabo, andando, depois, pelo mar, n'uma chalupa, até ao cabo Branco e entrando no golpho de Arguim, onde desembarcam, é adornada por elle, Ibn-Fathima, de descripção maravilhosa, que a torna inacreditavel ; os arabes, que viajavam por terra, conheciam-n'a bem, para simularem uma passagem pelo mar. Santarem admittiu a viagem e discute-a, nas *Recherches* citadas ; Bakoui, Ibn-Khaldoun e Aboulféda, não fallam d'esta viagem.

Santarem (*Recherches*, citadas) nota que todas as nações acceitaram a nomenclatura portuguesa ao sul do Bojador; é argumento decisivo.

No tomo 8º, pag. 327-364, das *Memorias da litteratura portuguesa* (Lisboa, 1856) da Academia, está uma memoria de Antonio Ribeiro dos Santos *Sobre a novidade da navegação portuguesa no seculo XV*, em que, discutindo as inventadas viagens de Hanon, Sataspes, Polybio, Salomão, Meneláo, Mago, Necho, Eudoxo, etc. mostra que são mythicas.

Quanto á viagem dos almogarrirunes, aventureiros, a que Santarem se refere na X addição ás citadas *Recherches*, concluiu, José Joaquim da Costa Macedo (*Historia e Memorias* da Academia, 2ª. série, tomo I (Lisboa, 1844), parte 1ª, pag. 128) que é « um tecido de patranhas mal serzidas », esta narração, que só Edricí e Ibn Al-Vardi recolheram.

Até aqui, mencionámos as expedições phantasticas, pulverisadas por Santarem, attribuidas aos genoveses, catalães, normandos e dieppeses.

XXIV. — Casa de Frei Gonçalo Velho, na ilha de Santa Maria.

No ultimo numero do *Archivo dos Açores* (73-XIII vol., anno 1904), pag. 198-199, publicou o sr. prof. José Pedro da Costa, o seguinte artigo, muito interessante, que tomamos a liberdade de transcrever:

« Primeira igreja erecta nas ilhas dos Açores.

Casa de residencia de frei Gonçalo Velho na ilha de Santa Maria.

Reinando em Portugal o inclito D. João I, o nobre fidalgo e esforçado cavalleiro de sua casa, frei Gonçalo Velho, commendador do castello de Almourol, sobre o Tejo, pertencente á Ordem de Christo, que já havia feito uma viagem para alem das Canarias, em que descobriu a Terra Alta, e servido em Ceuta, foi pelo Infante D. Henrique, mandado fazer descobrimentos ou novos reconhecimentos no Atlantico para os lados do occidente.

Tendo para esse fim partido de Sagres em 1431, depois de alguns dias de navegação encontrou uns rochedos a que pôs o nome de Formigas, dos quaes o Dr. Gaspar Frutuoso faz uma minuciosa descrição nas suas *Saudades da terra*.

Enviado segunda vez no anno seguinte (1432) encontrou a 15 de agosto, a Ilha de Santa Maria, de que foi o primeiro donatario, bem como a de S. Miguel, que provavelmente tambem encontrou no mesmo anno ou no de 1433, residindo ora numa, ora noutra, mas mais tempo na de Santa Maria, por ser então mais povoada e cultivada.

Trouxera elle comsigo dois sobrinhos ainda crianças, Pero Velho e Nuno Velho, e pretendia deixar a um a donataria de Santa Maria, e a outro a de S. Miguel, mas o Infante D. Henrique quis que só fosse contemplado com a donataria de ambas as ilhas outro sobrinho do mesmo Frei Gonçalo, de nome João Soares de Albergaria, que residia em Portugal, e era valido do Infante.

Entre 1432 e 1439 lançaram-se algumas ovelhas nas duas ilhas, que começaram a povoar-se neste ultimo anno ou no seguinte ; e entre 1439 e 1449, pouco mais ou menos, erigiu-se a primeira igreja nos Açores a matriz da Villa do Porto, dedicada a Nossa Senhora da Assunção, em memoria de ter sido encontrada a ilha a 15 de agosto, dia em que a igreja commemora a Assunção de Nossa Senhora.

Fora de toda a duvida foi esta a primeira igreja erecta nos Açores, e em 1460, data do testamento do Infante D. Henrique, já estava fundada.

Esta igreja ardeu a 6 outubro de 1832, e foi reedificada em 1833, com esmolas do povo, pelo meu parente o vigario da mesma matriz e cavalleiro de Christo, padre Antonio do Rego Calisto.

Defronte desta igreja e voltada para o oriente edificou Gonçalo Velho a casa da sua residencia, de tal maneira situada que de uma das salas da frente se vê bem o interior do templo.

Por successivas heranças esta casa passou a Heitor Gonçalves Minhoto, o homem mais rico da ilha no seu tempo, que instituiu vinculo em 1520 e testou em 1551.

Era casado com uma parenta de frei Gonçalo, D. Joana da Cunha, ou Soares de Sousa, filha de João Soares de Sousa, 3º capitão donatario da ilha, e de D. Guimmar da Cunha, e foi por este casamento que lhe adveio aquella casa, que se conservou na posse dos seus descendentes, até o fallecido morgado Laureano Francisco da Camara Falcão, pae do Sr. Antonio do Canto Vasconcellos da Camara Falcão, que teve a bondade de me dar algumas informações sobre esta casa, que serviu durante seculos de residencia aos corregedores que iam em correição áquella ilha, até que o seu proprietario a vendeu a meu padrinho o Sr. Pedro Jacinto, a cujas filhas hoje pertence. Esta casa era a

unica da villa que tinha agua dentro, que do proximo, e então unico chafariz, lhe vinha encanada para o quintal.

Bem seria para desejar que a Camara Municipal da Villa do Porto mandasse collocar naquella casa uma lapide commemorativa de ter nella residido frei Gonçalo Velho.

Ponta Delgada, maio de 1905.

José Pedro da Costa. »

Lido este artigo, pedimos ao nosso bom amigo, senhor João Augusto da Silveira, velho e experimentado commandante de navios de longo curso, natural dos Açores, que nos obtivesse a photographia da egreja de Nossa Senhora da Assumpção, matriz da Villa do Porto, na ilha de Santa Maria (Açores) e a photographia da casa, voltada, para o Oriente, que, segundo este artigo, Frei Gonçalo Velho mandou edificar para sua residencia, defronte d'esta egreja ; podendo ser e ficando bem, que fosse tirada uma photographia da egreja e da casa.

O senhor João Augusto da Silveira, passado algum tempo, offereceu-nos gentilmente, duas photographias, feitas pelo sr. José Leandres, da ilha de Santa Maria (Açores), e obtidas pelo sr. Francisco Brito do Rio, commandante do vapor S. Miguel, a quem o sr. Silveira encarregara o nosso pedido. Aproveitámos a occasião para agradecer, aos senhores Silveira, Brito do Rio e Leandres, que não podiam ser mais amaveis.

XXV. — Onde jaz Frei Gonçalo Velho ?

O padre Cordeiro, na *Historia Insulana*, pag. 111, diz : « Renunciadas pois as Capitanias pelo primeiro Capitão Frei Gonçalo, deteve-se este tanto em Portugal, que lá morreu sem tornar ás Ilhas ; e jaz na sua capella da Igreja Matriz de N. Senhora da Assumpção da Villa do Porto. » Morreu em Portugal e jaz nos Açores.

Em vista d'esta informação, dada por um auctor que não

merece confiança, escrevemos ao sr. prof. José Pedro da Costa, formulando-lhe cinco perguntas, ás quaes teve a amabilidade de responder o seguinte :

« Ao postal de V. Exª. de 22 do passado respondo :

1º. Nos papeis de possuidor da casa nenhuma noticia ha ácerca de Frei Gonçalo Velho.

2º Esta casa nenhum valor artistico offerece.

3º Ha annos verifiquei pessoalmente que no archivo da Matriz da Villa do Porto nada se encontra com referencia a Frei Gonçalo.

4º e 5º Na capella (Esta capella da invocação de Jesus, sempre se chamou « a Capella de Duarte Nunes » seu fundador. (Dr. Fructuoso, *Saudades da Terra*, cap. 6º e cap. 18º do liv. 3º) não existem os ossos do descobridor, *nem a tradição tal refere.*

Varios documentos dos mais antigos da Ilha desapparecêram nas invasões dos francezes (1576), inglezes (1589), mouros (1616), e turcos (1676). Assim me referiu ha annos o ha pouco fallecido Escrivão da Camara Municipal daquella Ilha, Victorino Bento da Cunha. Finalmente direi a V. Exª que o Padre Cordeiro a este respeito e a outros nenhum credito merece. Era o juizo que delle faziam os fallecidos Dr. Ernesto do Canto e Manoel Barbosa da Camara Albuquerque, mariense, versado em cousas antigas da sua terra e genealogista, o qual consultou os archivos parochiaes da Ilha, o da Camara Municipal e os cartorios judiciaes e particulares, tendo examinado mais de 7.000 documentos. Manoel Barbosa era 11º neto de Nuno Velho Cabral sobrinho de Frei Gonçalo Velho.

Ponta Delgada 17 de abril de 1911.

José Pedro da Costa. »

XXVI. — Ilhas fluctuantes.

Os nomes postos ás ilhas, descobertas por Frei Gonçalo Velho, antes que se tornassem conhecidos os nomes verdadeiros, pelos possuidores das cartas e portulanos que nem as souberam marcar nos pergaminhos antigos, onde se gravavam, a pouco a pouco, os conhecimentos geographicos, constituem uma prova, a mais, entre tantas, de que essas ilhas eram desconhecidas de todos, antes de 1431-1432.

Já foi demonstrado (Vide, por exemplo, Ernesto do Canto, *Archivo dos Açores*, vol. I, pag. 249-251) que as duas ilhas do terceiro grupo do extremo Oeste: Flôres e Corvo, não foram logo conhecidas; alguns annos depois do descobrimento, feito por Frei Gonçalo Velho, é que foram descobertas; ora, é bem evidente que, sendo todas as nove ilhas, dos tres grupos, mencionadas nas cartas anteriores, ao descobrimento dos dois grupos, Éste e central, dos Açores, e, portanto, conhecidas dos que iam *reconhecer* e não *descobrir*, como querem ou quiseram auctores sem critica, ninguem deixará de pasmar ante a incoherencia de não serem *reconhecidas* as nove ilhas, visto que eram conhecidas; e, no entretanto, encontram-se documentos authenticos, em que se prova que Flôres e Corvo foram descobertas muito depois de 1431-1432 (Logar citado).

Com respeito á Guiné, não se atreveram, os extrangeiros, a inventar que lá tinham chegado antes dos portugueses? Santarem, explicou-lhes « Qual era a situação da Guiné, segundo os cosmographos da Europa, dos seculos XIV e XV, antes do descobrimento, feito pelos portugueses, da região d'este nome; e da falsa idéa que havia da verdadeira posição geographica d'esta parte da Africa, falsa posição que deu logar a injustas pretenções á prioridade d'este descobrimento, reclamada por certos escriptores extrangeiros do seculo XVII. » que é a these das *Recherches*, citadas, pag. 173, titulo do § XV; com respeito aos Açores, mais facil se torna esta demonstração, porque o unico argumento apresentado é que alguns mappas, anteriores a 1431-1432, trasem essas ilhas. Nas posições em que as trasem não são essas ilhas; os nomes que lhes dão são nomes de ilhas perdidas[1], não no oceano, mas na imaginação dos povos maritimos e, além de tudo isto, só uns dez mappas, anteriores a 1431-1432, entre muitas desenas, trasem essas ilhas;

1. Os habitantes da Ilha de S. Thiago (Cabo Verde) que foram fallar a Colombo, quando este ali passou, renovaram a lenda da ilha perdida, a Oeste, que D. João II desejava mandar descobrir.

isto é : só alguns possuidores de mappas accrescentaram, depois de 1431-1432, as ilhas então descobertas, nos mappas que possuiam ; mas, como não sabiam em que situação ficavam, nem que nomes tinham, deram-lhes um traçado phantastico e poseram-lhes os nomes das ilhas phantasticas, perdidas.

Não sendo, como não é, chronologico, é inutil o testemunho dos mappas, accrescentados e respançados ao talante dos possuidores; mas, de tal fórma tem servido aos detractores da evidencia, que é conveniente redusil-o ao valor intrinzeco, que é nada.

Referindo-se ao mappa-mundo que está no manuscripto do *Commentario do Apocalypse*, no Museu Britannico, diz Santarem, a pag. 125, do vol. II (Paris, 1850) do *Essai sur l'histoire de la cosmographie et de la cartographie pendant le moyen-âge*, etc. : « L'auteur de cette mappemonde, par une inconcevable extravagance, a placé l'Ecosse en face de Lisbonne, et en cela il a enchéri sur l'auteur de la mappemonde de Turin, qui a placé le même pays en face de la Galice ! ! » A pag. 396, do vol. II (Paris, 1852) do mesmo *Essai*, referindo-se ao mappa-mundo de Andrea Bianco, de 1436, diz Santarem : « Entre l'Afrique et l'Inde une autre île est nommée *Ixole di Colombi*, îles des Pigeons. » Joaquim José da Costa Macedo, a pag. 55, parte I do tomo I (Lisboa, 1844), da 2ª série de *Historia e Memorias* da Academia, publica o seguinte quadro comparativo dos nomes dados ás ilhas das Canareas :

NOMES MODERNOS	SEBOSO	JUBA	PTOLOMEU
Allegranza.	.....	.....	Aprositos.
Clara.	Junonia.	Junonia parva.	Junonia.
Lancerote.	Pluvialia.	Ombrios.	Pluitalia.
Lobos.	.....	Junonia.	.. ..
Forteventura.	Capraria.	Capraria.	Capraria.

Graciosa, Inferno e Lobos, são nomes de ilhas das Canareas. Temos, até aqui, já encontrado, fóra dos Açores, na nomenclatura phantastica d'este archipelago, os seguintes nomes: ilha dos Pombos, ilha das Cabras, ilha dos Lobos, ilha da Ventura; todos estes nomes são de ilhas fluctuantes, fixam-se nas Canareas, servem para os Açores, até no mar indico ha a Ixole di Colombi.

Gabriel de Valsequa, chama, a uma das ilhas, Inferno. Eram as ilhas perdidas que fluctuavam, agora, a oeste de Portugal, n'um mar desvendado por Frei Gonçalo Velho, depois de terem navegado ao poente da Africa e no Indico. Thule, Tile, ultima terra conhecida ou descoberta, é, segundo Rudbeck (*Atlantida*, tomo I, pag. 54, citada por Santarem, no mencionado *Essai*, tomo III, pag. 53, nota 2) Tiel, Tiule, que significa o limite, e extremidade da Terra; em 1431-1432, as ilhas dos Açores eram as Thules do Occidente; desnorteados, os cartographos, marcavam-n'as em direcções erradas e punham-lhes os nomes das ilhas fluctuantes.

Hesperides, Gorgonas, a Thule, a ilha dos Lobos, a ilha Caprara, a ilha de S. Brandão, o Purgatorio de São Patricio, ácêrca do qual se forjaram muitas lendas (Deniz le Chartreux, escriptor do seculo XV) é uma caverna d'uma ilha de Ultonia, a ilha das Sete Cidades, para a qual, ou Antilla, tinham ido sete bispos; a ilha dos Pombos, a ilha do Brasil (Vide, ácêrca d'esta palavra, a nota, citada, de Joaquim José da Costa Macedo); todas estas ilhas fluctuam, navegam, ora apparecem, ora desapparecem em densos novoeiros, todas ellas são a ilha da Ventura, o Tosão d'Oiro, figurado no mappa mundo da cathedral de Hereford, na Inglaterra, feito no seculo XIV, por Richard de Haldingham, que desenhou, na Colchida, um grande carneiro e a inscripção: *Velus aureum*; o velus que procuravam os argunautas d'então, do seculo XV e do seculo XVI; o Rujaura, rio do Oiro, em cujas margens, os habitantes recolhiam oiro em pó, segundo a phantasia dos escriptores; Rujaura, Tosão d'Oiro, a Ventura, não foi bem a Africa, nem, talvez a India, muito menos as ilhas do Atlantico, do Indico e do

Pacifico, onde se fixaram esses nomes, foi a America, e quem abriu o caminho da America foi Frei Gonçalo Velho.

Os detractores da prioridade dos descobrimentos dos portugueses não analysam, em publico, a origem das suas conclusões, por ignorancia ou falta de sinceridade; nós, desejâmos crêr que é por ignorancia e que nunca teriam estudado o problema, sob estes pontos de vista, quando não, não teriam caido nos erros grosseiros em que os vêmos; certos de que vamos tendo a sua attenção, continuemos.

Vimos que uma das ilhas fluctuantes era a dos Lobos; os italianos, accrescentando os seus mappas e portulanos, ao saberem do descobrimento d'umas ilhas a oeste da peninsula hispanica, em 1431-1432, escreveram as denominações em italiano, como era natural, já o tinham feito, quando os portugueses descobriram a Madeira e Porto Santo; um dos nomes de ilhas fluctuantes era *lobos,* chamaram, a uma das ilhas, ilha de *lovo*. Andrea Bianco, no atlas de 1436, chegou a escrever *lobo;* na ilha da Madeira, existe a Camara de Lobos [1], d'onde tirou appellido a familia Zarco que adoptou umas armas allusivas ao appellido: « em campo preto uma torre de prata, com ameias e coruchéo que remata com uma cruz de ouro, e dois lobos da sua propria côr, em pé, rompendo contra a torre, a qual fica posta em campo verde; e timbre um dos lobos », in D. Antonio Caetano de Sousa, *Memorias historicas e geneologicas dos grandes de Portugal* (Lisboa, 1755), pag. 512. Os lobos, adoptados n'estas armas, não são marinhos. Quasi todos os accrescentadores escreveram *lovo*; alguns, *louvo, luovo* e, até, *lono*. D'Avezac, Harrisse e os seus copistas, ignorando

1. Diz Bernardo Pimenta do Avellar, no seu Nobiliario, fallando dos « Condes de Villa Franca-Ruy Gonçalves da Camara de Lobos, filho segundo de João Gonçalves, o Zarco, foi o primeiro capitão da ilha de S. Miguel que lhe comprou seu pae, a Gonçalo Velho, estribeiro d'el-rei D. Affonso V, que lh'a tinha dado o Infante D. Henrique, filho d'el-rei D. João I ».

Torre do Tombo, Livraria-21-E-11.

o assumpto de que tratavam, adoptaram a fórma *uovo*, *ovo*, que, para extranhos aos progressos actuaes do estudo da cartographia antiga, é admissivel, porque, lendo-se *Isola da luovo*, logo se admitte que a graphia exacta será *Isola dal uovo*, ou *Ilha do ovo*; isola *degli ovi*, ou *uovi* — ilha dos ovos; isola *dell'ovo* ou *uovo* — ilha do ovo; do latim : ovum> ovo> uovo. D'Avezac, escreveu, nas *Iles de l'Afrique*, « Petite et ronde, Sainte Marie apparut comme un œuf à ses premiers découvreurs, qui l'appelèrent en conséquence l'Uovo, l'Ovo, l'Obo suivant la lecture douteusement exacte de Formaléoni. » D'Avezac, vae, assim, explicando todos os nomes da nomenclatura phantastica, fluctuante, de fórma ridicula; Ernesto do Canto (*Archivo dos Açores*, pag. 248, nota 1) assentúa, com claresa, a ingenuidade de d'Avezac; resta, mesmo, saber se se póde identificar uma nomenclatura phantastica com uma nomenclatura real; notaremos que Freducci, mappa de 1539, existente no British Museum, chama Santa Maria á ilha a que chamavam Brasil, a qual identificam com a Terceira; portanto, já não é a ilha do *lobo* a « Petite et ronde », do famoso detractor.

A não ser, o atlas Pinelli-Walckenaer, começado en 1384, e o portulano de Giacomo Giraldi (1426) que diz em *luovo*, todos os outros, anteriores ao descobrimento dos Açores, teem escripto *lovo* [1].

1. Na doação ao infante D. Fernando, de muitas ilhas (Açores, Madeira e Cabo Verde), feita por D. Affonso V, em Evora, 3 de desembro de 1460, que se encontra no Livro 3 de Misticos, fl. 58 v. lê-se :

« saber : da ylha da madeyra e da ylha do porto samto e da ylha deserta e da ylha de sam luis e da ylha de sam dinis e da ylha de sam Jorge e da ylha de sam tomas e da ylha de samta cyrea e da ylha de Jhũ xpo e da ylha graçiosa e da ylha de sam miguell e da ylha de samta maria e da ylha de sam Jacobo e fellipe e da ylha dellas mayaes e da ylha de sam xpouam e da ylha lana ».

Mais adeante, repete, n'esta carta, os mesmos nomes, e diz : « de sam xpouã e a lana ».

O infante D. Fernando foi perfilhado, por seu tio e padrinho, o infante D. Henrique, por alvará d'este senhor, escripto por sua propria mão, e datado de Extremoz, 7 de março de 1436.

Abrindo, por exemplo, o *Dizionario*, de Bernardo Bellini, vol. II (Turim, 1865), na palavra *Lova*, lê-se : « Lovo il lupo » temos, assim : lupo> lovo> lobo. Isola *dei lupi* — ilha dos lobos ; isola *del lupo*, ou *dell'lupo* — ilha do lobo. Os portugueses, disseram *Ilha dos lobos*, ou *Ilha do Lobo*, e os italianos, ouvindo a noticia do descobrimento dos Açores e o nome que os portugueses deram a uma ilha atlantica, estabeleceram a confusão ; uns escreveram *ovo*, outros *lobo*, nomes que, na audição, se confundem. A's mesmas ilhas, dos Açores, os cartographos, trocaram os nomes e punham-n'os umas veses no singular, outras, no plural.

Não é possivel annullar a palavra *lovo*, que quer diser *lobo*, assim escripta, como dissémos, por Bianco, usada na nomenclatura maritima (Vide Canareas e Ilha da Madeira) e mencionada na fórma lono-louo-lovo> lobo, no mappa de Freducci (1497) e na carta de D. Affonso V, datada de 19 de fevereiro de 1462, em que faz doação, a João Vogado, das ilhas que se disiam descobertas : Lovo e Capraria [1].

Estamos chegados a um dos pontos mais importantes da nossa deducção. Como é que sendo as ilhas Lovo e Caprara ou Capraria, mencionadas, nas cartas começadas antes do descobrimento dos Açores, 1431-1432, como pertencendo a este archipelago ; agora, trinta annos passados sobre o descobrimento, n'um documento genuinamente authentico, expedido por ordem do rei, registado na chancellaria real, se faz doação d'essas ilhas que,

1. Na chancellaria de D. Affonso V, liv. I, fl. 95, está a carta a « Joham vogado doaçam das ylhas chamadas louo e outras ». Note-se bem, no titulo lê-se, claramente « louo ». Na carta, lê-se :

a Don afonsso etc A quamtos esta nossa carta virem fazemos saber que em quellas partes do mar oucianno cuja comquista a nos he dada per priuilegio do samto padre nouamente ssom achadas duas ylhas as quaes ajnda nom som pouadas per pessoa alguũa nem dellas teemos feita merçee a pessoa que as aja de pouoar e aproueitar as quaes segumdo a carta de marear ssom chamadas huũa a ylha louo e a outra capraria ».

A carta é de Lisboa, 19 de fevereiro de 1462.

afinal, se julga estarem descobertas, n'outro logar que não é o mar dos Açores? Acêrca d'isto são mudos os detractores dos descobrimentos portugueses e falla com a maior claresa a nossa demonstração; outro archipelago que se descobrisse, depois do descobrimento dos Açores, 1431-1432, e lá appareceriam os mesmos nomes que marcam, nos Açores, as cartas accrescentadas; porque esses nomes eram anonymos, errantes, pertenciam á Thule, a tudo que, de novo se descobria. Brasil, navegou para o sud-oeste e fixou-se no continente americano; Colombi, estava no Indico e fugiu do Atlantico; Lovo e Caprara, erravam pelo Atlantico, ora no mar das Canareas, ora no mar dos Açores, ora onde João Vogado as fosse encontrar. De S. Jorge, já fallámos. Os nomes Li conigi e Corvi marini, só podiam ser escriptos muito depois de 1432, porque essas duas ilhas foram absolutamente desconhecidas, nas primeiras viagens aos Açores, como já demonstrámos. A Ventura, procuravam-n'a por toda a parte, encontraram-n'a na America.

Por fim, as ilhas dos Lobos e Capraria, vieram a parar, com a ilha do Inferno, da mythologia christã, e a ilha da Ventura, da mythologia plutonica, ao poente da Africa norte (Canareas), e aquella ilha das Sete Cidades está transformada n'um valle da ilha de S. Miguel, depois de ter sido o sonho doirado de Fernão Dulmo e de João Affonso do Estreito, que chegaram a firmar um contracto, entre si, para a descobrir, confirmado por D. Affonso V, em 24 de julho de 1486. A' procura d'estas ilhas, ou de outras que taes, andavam Ruy Gonçalves da Camara, a quem D. Affonso V fez doação da ilha que descobrisse, em 21 de junho de 1473; Fernão Telles, que teve doações, do mesmo rei, das ilhas que achasse, datadas de 28 de janeiro de 1474 e de 10 de novembro de 1475; Fernão Domingues do Arco, a quem o mesmo senhor fez doação da ilha que descobrisse, em 30 de junho de 1484; a João Affonso do Estreito, ainda, D. Affonso V, fez doação da ilha que descobrisse, em 4 de agosto de 1486. Até, á infanta D. Brites, fez el-rei doação d'uma ilha que apparecera

atravez da ilha de S. Thiago (Cabo Verde), a 3 de julho de 1472; além das doações que, anteriormente, tinham sido feitas por el-rei, ao infante D. Fernando, das ilhas que mandasse descobrir. De 28 de outubro de 1499, ha uma carta de promessa de capitanía, feita, por el-rei, a João Fernandes, da ilha ou ilhas que descobrir. (Vide estas cartas no livro intitulado *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo* (Lisboa, 1892) e no *Archivo dos Açores*, vol. IV, pag. 433 e seguintes).

A carta de Christofalo Soligo (1455 ?) é um dos mais concludentes documentos que provam tudo quanto temos dito, ácêrca do descobrimento dos Açores. Soligo, quando soube do novo descobrimento, dispoz as ilhas, de fórmas exoticas, em linha perpendicular, parallela á costa de Portugal, com estes nomes, phantasticos, errantes (Leituras de Sophus Ruge):

a/y di corbi marina

a/y deli conilgli

a/y de san zorzi

a/y de la ventura

a/y de colonbi

a/y de brazil

a/y caprara

a/y de luovo

mas, conhecendo os nomes que lhes davam os descobridores e qual era a disposição d'essas ilhas, gravou-as, ou quem o continuou, com fórmas approximadas, á esquerda das que já lá estavam, mais ao mar, n'esta disposição:

A Este { a y de sam michiel
a y de santa maria

Ao centro Este { a y de Jesus Christo
a y de san piero
a y de san dinis
a y de san luis

Ao centro Oeste { a y gracioxa

A Oeste { a y de santana
a y de san tomas

e, para não esquecer as ilhas fluctuantes, abaixo e junto da ilha de S. Thomaz, em linha perpendicular, marcou uma ilha maior que qualquer das supra citadas, a que deu o nome de :

a y de sete zidades

e, logo a seguir, na mesma perpendicular, outra ilha mais pequena de que qualquer das outras supra mencionadas :

a y de monte cristo

Ao lado de Soligo, as cartas de Dulcert, Bianco, Soleri, Pinelli, Viladestes, Giraldi, Becharius e outras muitas cartas accrescentadas ou feitas logo depois do descobrimento, o Atlas nedicêo, a carta catalã, marcam os Açores de fórma que bem demonstra que os portugueses souberam guardar o segredo d'esse descobrimento, durante algum tempo.

O erudito professor doutor Sophus Ruge, auctor do trabalho *Valentin Ferdinand's Beschreibung*, in « Jahresbericht des Vereins

fur Erdkunde zu Dresden, 1901 » ; retratou-se com dignidade, na carta que nos dirigiu, em 23 de janeiro de 1902, da pessima orientação d'este seu trabalho, em que, entre muitas asserções sem prova, chegava a identificar os nomes phantasticos, errantes, com taes e taes ilhas dos Açores. Diz a carta, em que se vê que o auctor citou *Frei Gonçalo Velho*, no referido trabalho, publicado em 1901, sem o ter lido.

Traducção :

23 de janeiro de 1902.

Muito Illustre Senhor,

V. proporcionou-me uma grande alegria com o seu insigne trabalho sobre Frei Gonçalo Velho e agradeço-lh'o com a maior sinceridade.

Contem tantos documentos preciosos para a historia dos descobrimentos que a gente é levada a rever os seus proprios trabalhos.

Acceite a segurança da minha maior consideração com que me assigno

De V.

Prof. Dr S. Ruge. »

XXVII. — O conhecimento dos Açores.

Está provado que antes de 1431 ninguem sabia da existencia de ilhas a oeste de Portugal, foi preciso que apparecessem um infante D. Henrique e um Gonçalo Velho para que se quebrassem as lendas do mar tenebroso e se navegasse pelo oceano, immenso, até alli desconhecido ; Frei Gonçalo Velho, realisou a obra de um deus, porque, da façanha extraordinaria que praticou, afrontando pela primeira vez, na historia da Humanidade, o Mar, sem terra á vista, proas ao ignoto, ensinou ao Mundo o que ninguem sabia. Frei Gonçalo Velho, afrontando os perigos do mar fechado a toda a navegação, destruiu os monstros de que a phantasia o povoara, e foi estabelecer, n'um encantador archipelago, onde nunca abordara embarcação alguma, a base de operações para a conquista de todo o Globo ; elle, que abrira, em 1416, o caminho da India. Dos Açores, partiram Leme,

Telles, Arco, Dulmo, Labrador, Barcellos, Corte-Reaes, todos; aos Açores, foi Colombo, apprender o caminho da America. Açores, é o monumento erguido, entre as ondas atlanticas, ao Homem immortal que primeiro navegou o mar ignoto. Quando elle descobriu aquellas ilhas, chamaram-lhes — ilhas de Gonçalo Velho — e, n'este diser, simples, confirmaram, ha cêrca de cinco seculos, tudo que vâmos disendo e dissémos ha quatorze annos.

Da maneira de expressar de Behaim, deprehende-se que as ilhas dos Açores foram descobertas, quasi todas, na primeira viagem, accordando Behaim com Fructuoso, já vimos que resulta a convicção de que nas duas primeiras viagens, se realisou o descobrimento das Formigas, 1431, e das sete ilhas, grupo oriental e central; foi por isto que na carta de Vaz Dourado, que publicámos no volume I, estão marcadas, d'aquella maneira, as rótas de Frei Gonçalo Velho, no descobrimento dos Açores. No *Archivo dos Açores*, vol. I, pag. 86, escreveu Ernesto do Canto, depondo como testemunha erudíta, que era:

« Tudo faz crer que Frei Gonçalo Velho, crusando no mar dos Açores descobriria não só Santa Maria mas ainda S. Miguel, perfeitamente visivel d'aquella ilha nos dias claros. Achadas estas duas primeiras, e tão juntas, deveria buscar outras nas paragens visinhas. Não conhecendo a direcção que havia de tomar, gastaria sem duvida muito tempo em baldadas correrias e talvez só no seguinte anno recomeçaria a empresa. Logo porem que o acaso o encaminhasse na direcção de Oeste o apparecimento da ilha Terceira devia animal-o a progredir além d'ella, e por pouco que o fizesse devia ver e descobrir todas as outras, com exclusão das Flores e do Corvo, que por demorarem mais afastadas escapariam a suas pesquisas. E esta a marcha rasoavel que se póde suppôr, houve na descoberta do Archipelago Açoriano, marcha que até certo ponto se acha confirmada pelo que atraz se vê na relação de Diogo Gomes, a pag. 78 e 79 (Do *Archivo dos Açores)* e pelo dizer de Martim Behaim em uma das notas do seu afamado Globo de Nuremberg, que adeante se reprodusirão.

E. do C. »

Ernesto do Canto, não acreditava nos mappas accrescentados, espirito esclarecido e sabedor; um seu collaborador, no *Archivo dos Açores*, já depois da sua morte, escreveu: « As cartas geo-

graphicas da edade media, anteriores ao tempo do Infante D. Henrique, contem indicações, se não foram additamentos lançados posteriormente sobre ellas »; este mesmo auctor, diz, tambem : « o que se vê, por alguns *roteiros* e *tratados* existentes, é que cada um se apoderava dos escriptos anteriores e os modificava a seu geito. Quasi o mesmo succedia com os chronistas e outros escriptores. » Isto, vem a proposito, n'este trabalho, de alguns Commentarios anteriores, e val como opinião d'um collaborador de Ernesto do Canto.

A primeira ilha descoberta foi Santa Maria, diz Fructuoso que em 15 de agosto; podia muito bem ser; a segunda ilha descoberta foi S. Miguel. Já está discutido e averiguado, pelo documento de 1439, que não houve boa informação nos que disseram que esta ilha fôra descoberta muito depois, nem tal podia succeder, como vimos, in Ernesto do Canto, acima transcripto. Fructuoso, diz que a ilha foi descoberta em dia de S. Miguel; ha dois dias d'este santo, no calendario: 8 de maio, dia do apparecimento do archanjo S. Miguel, e 29 de setembro, dia da dedicação do archanjo S. Miguel. Fructuoso, vae pelo dia do apparecimento; não póde ser, collocado o descobrimento das duas ilhas, no mesmo anno, temos que S. Miguel não foi descoberta antes de Santa Maria, se é certo que Santa Maria foi encontrada em 15 de agosto; será o dia da dedicação: a 15 de agosto, Santa Maria; a 29 de setembro S. Miguel; não vêmos argumento em contrario, ainda que, a primeira ilha achada teve o nome de: ilha de Gonçalo Velho, antes do nome: ilha de Santa Maria. Diogo Gomes, escreve, com grande claresa (*De prima inventione Guineae*) : « a primeira que se chamava ilha de *Gonçalo Velho*, agora chamada *Santa Maria* »; tambem, fallando da ilha de S. Miguel diz : « que ora é chamada ilha de S. Miguel »; é fórma de diser que não exclue a probabilidade de ter sido descoberta a 15 de agosto a ilha de Gonçalo Velho, a primeira descoberta, que, por algum tempo, deu nome a todo o archipelago.

Valentim Fernandes, como vimos, escreveu : « e poz (Frei Gonçalo Velho) a esta seu nome : ilha de Gonçalo Velho ; e, depois de sua morte, lhe poseram : ilha de Santa Maria. »

Ernesto do Canto (Logar citado), consulta Azurara e deprehende que foi dado o nome de S. Miguel á segunda ilha, porque o infante D. Pedro tinha grande devoção com este santo ; Azurara, diz (*Chronica de Guiné*) : « e a esta posera o infante D. Pedro nome a ilha de S. Miguel, pela singular devoção que elle sempre houvera em aquelle santo » ; mas, Azurara, que foi tão máu chronista como foi pessimo guarda-mór da Torre do Tombo, é, sempre, laconico em informações e prolixo em estylo ; do descobrimento dos Açores, não falla, a colonisação mereceu-lhe quatro linhas ; não sympathisava com o grande navegador, ou temia que não parecesse bem ao rei, fallar muito do cunhado de Diogo Gonçalves de Travaços, grande amigo e companheiro do infante D. Pedro, morto, talvez mortos ambos, em Alfarrobeira, a 20 de maio 1449. A data de 1445, que Azurara dá para o inicio do povoamento de Santa Maria e de S. Miguel, é erradissima ; não admira que a informação, a respeito do nome d'esta ilha, tambem esteja errada.

Ernesto do Canto, foi consultar fr. Luiz de Sousa, na *Chronica da Ordem de S. Domingos*, parte I, liv. VI, cap. xv, e encontrou que as balanças que se vêem na Batalha, junto da sepultura do infante D. Pedro, aludem á devoção do infante com S. Miguel, « por certo milagre que se lhe attribuiu em seu nascimento » ; mas, as balanças foram, sempre, symbolo da justiça e o infante D. Pedro presava-se de justiceiro ; a divisa *Dézir*, junto das balanças, significa ; « desejo de ser justo », segundo nós julgâmos, e o infante D. Pedro tinha-o, por tradição de seu avô, pae de seu pae ; não vêmos, por estes motivos, que se confirme a asserção de Azurara ; podendo, em todo o caso, ser como elle diz.

Frei Gonçalo Velho, tinha organisado a colonisação com toda a força que lhe dava o seu nome, herdado e adquirido, e dispunha de recursos, na sua propria familia ; de certo que o cunhado, de

quem fallámos, ha pouco, d'accordo com o regente, teria concorrido na colonisação dos Açores; assim se explica, na conjunção de todos estes elementos, a grande força que, logo a principio, tomou a colonisação; o pedido que fez o infante D. Henrique, a Frei Gonçalo Velho, que deixasse a capitania ao filho da irmã, casada com o Albergaria, e não ao filho de Diogo Gonçalves de Travaços, que elle tanto estimava e levara para Santa Maria, mostra quanto foi perniciosa, aos Açores, a triste jornada d'Alfarrobeira, onde morreram dois grandes amigos e parentes do colonisador dos Açores; o regente e Travaços, cujos bens foram, segundo a lei especial, tirados aos filhos que não tinham, naturalmente, acompanhado o pae, no partido de D. Pedro. Frei Gonçalo Velho, continuou a governar as ilhas, os documentos o disem, a prestar relevantes serviços á sua patria; homem superior, não se teria inclinado para um ou outro campo e, assim, não foi desagradavel ao rei; as suas ilhas eram o seu enlevo, disem-n'o os documentos, nada mais o preoccupava.

A cooperação dos extrangeiros, pareceu, depois, indispensavel para o povoamento de todas as ilhas e, ao findar o seculo XV, os Açores eram uma excellente colonia de Portugal.

Terminando este Commentario, referir-nos-hemos a mais dois documentos que provam, se ainda fossem precisas provas, que as ilhas dos Açores foram descobertas no tempo do infante D. Henrique. N'um dos capitulos das Côrtes reunidas em Evora, em 1481, diz-se:

« Senhor, não consinta vossa senhoria, nas ilhas estarem extrangeiros por estantes, que fasem grande damno e perda a vossos reinos e, por ello, o Infante D. Henrique, inventor d'ellas, sentindo o damno que os taes estantes podiam fazer, defendeu que não fossem ahi consentidos. » (*Archivo dos Açores*, vol. III, pag. 10-11).

A pag. 493, 494 e 496 do vol. X, do *Archivo* citado, refere-se Ernesto do Canto, ao livro de registo da alfandega de Ponta Delgada, onde, fl. 62, se encontra o alvará, feito, em Lisboa, a 16 de maio de 1583, por Manuel Franco, assignado por

Filippe II, subscripto por Ruy Dias de Menezes, no qual accrescenta 600 reaes, aos 2.400 reaes que os vigarios das ilhas dos Açores recebiam, por diser uma missa, todos os sabbados, pelas almas dos « Infantes que foram descobridores das ilhas dos Açores », sendo pagos, duas partes em trigo e uma em dinheiro, da mesma maneira que recebiam os seus ordenados.

Ernesto do Canto, explica a rasão do plural « infantes » que é proveniente de D. Manuel, rei, ter tambem estabelecido missas por alma de seu pae, o infante D. Fernando, herdeiro do infante D. Henrique[1], o qual, para si, instituira missas no seu testamento; assim, passou a diser-se: infantes. Estes dois documentos mostram que sempre foi sabido que os Açores tinham sido descobertos, no tempo do infante D. Henrique.

XXVIII. — A inscripção no globo de Nuremberg.

Não faremos, aqui, a historia do sabio Behaim que acompanhou Diogo Cão no descobrimento do Congo, por 1484, e foi, segundo parece, com os portugueses á America, antes de Christovam Colombo; só diremos que o seu testemunho tem, para a cosmographia, um valor que não é susceptivel de duvida, e, mesmo, de ser discutido. Behaim, allemão, andou com os portugueses, no segundo periodo dos descobrimentos, aprendeu, com elles, e soube vêr o que viu; Behaim, está estudado de maneira

1. Carta de D. Affonso V, dada em Cintra, 10 de novembro de 1457 (Chancellaria de D. Affonso V, liv. I, fl. 118 v.), fasendo mercê ao infante D. Fernando « duque de Beja, senhor de Moura, condestavel de nossos reinos, regedor da ordem e cavallaria de Santiago, nosso muito presado e amado irmão » por irrevogavel doação, para elle e todos os seus descendentes e successores, « de quaesquer ilhas que, depois da dada desta carta em deante, per elle e seus navios e gente forem achadas novamente », nas costumadas condições. Está no Livro 2 de Misticos, fl. 156 v.

que a critica, erudita e imparcial, tem por elle um profundo respeito.

No seu Globo, que se guarda no Museu Nacional de Nuremberg, escreveu, o sapiente cosmographo, a respeito do Archipelago dos Açores :

« Nach Cristi unsers lieben herrn gepurt 1431 Jar als regirt in portugal Infante don pedro wurden nach notturft zugericht zway Schiff auf 2 Jar gespeisst von den hochgepornen Infanten don Heinrichen des Konigs aus portogal bruder zu erfahr wos do war hinter Capo Fynisē terre weliche Schiff also gerüst seegelten allweg gegen Untergang der Sonnen bey 500 deutscher Meilen zuletst wurden sy ains tags ansichtig diese 10 Inseln und aufs land trettend funden nichts dañ Wildnuss und Vögel die waren so zam dass sy vor niemand Flohen aber von leutten oder tieren mit vier Fucssen war von wegen der Wiltniss kains dar khumen zu wohnen deswillen die vögel nit scheuh waren also wurden Sy gehaissen Insulen dos Azores das ist auf teutsch so viel als der Habichen Inseln und umb welchs willen der König von portugal das ander Iahr schickk 16 Schiff mit allerley zamē thieren und liess auf ain jede Insel sein tail thun umb dar zu multipliciren. »

que diz, tradusido em portuguez :

« No anno 1431 depois do nascimento de Christo nosso adorado Senhor quando governava em portugal o Infante dom pedro foram conforme necessario apparelhados 2 Navios com provisões para dois annos pelo illustre Infante dom Henrique irmão do rei de portugal para conhecerem o que havia por detraz do Cabo Finisterra os quaes navios assim preparados navegaram sempre contra o poente do Sol cerca de 500 Milhas allemãs por fim um dia foram avistadas estas 10 Ilhas e saltando em terra nada encontraram senão uma região Selvagem e Aves que eram tão mansas que deante de ninguem fugiam mas gente ou animaes com quatro pés nenhuns tinham vindo ali habitar por ser a região selvagem por isso as aves não eram timidas então foram ellas chamadas Ilhas dos Açores isto é em allemão o mesmo que Ilhas dos Falcões e eis porque o rei de portugal no outro anno enviou 16 Navios com toda a especie de animaes domesticos e mandou deixar em cada ilha a sua parte para ali se multiplicarem. »

Analysemos. « No anno 1431 depois do nascimento de Christo nosso adorado Senhor », concorda com o dr. Gaspar Fructuoso; n'este anno, descobriu, Frei Gonçalo Velho, as Formigas.

« quando governava, em Portugal, o Infante D. Pedro », o qual foi co-regente, com a rainha, desde 1438 até novembro de 1439, e, desde este mez, tomou toda a regencia sobre si, por vontade das Côrtes, até 1449; de maneira que ha, aqui, um lapso de Behaim, o qual lapso tem servido para deslocar o descobrimento dos Açores para mais tarde, 1437, por exemplo, segundo uma das leituras da carta de Valsequa, sem que, apesar, d'este erro, se alcance a regencia d'este infante; a primeira carta conhecida, de colonisação, é de 1439; oppõe-se, a este deslocamento, a data expressa, 1431, e o que diz Fructuoso; a data da carta de colonisação, não serve de argumento, porque se ignora se é a primeira, e, mesmo que seja, toda a historia dos descobrimentos prova que houve, sempre, grandes demoras na colonisação, e, mesmo, na partida das expedições; ainda que, no fim da inscripção, Behaim, diz que a colonisação foi no anno seguinte 1432; o lapso resultou de Diogo Gomes diser, quando falla da colonisação da ilha de S. Miguel, que « o infante D. Pedro, irmão do infante D. Henrique, pediu, a seu irmão, esta ilha », e, mais adeante, « O infante D. Pedro, que n'aquelle tempo (Do povoamento) era regente do reino de Portugal, mandou homens para ali, a povoar esta ilha ». Behaim, lêu isto e escreveu, junto da data do descobrimento, que obtivera n'outra fonte ou que, talvez, n'esse tempo, estivesse na propria *Relação* de Diogo Gomes, que então era regente o infante D. Pedro, resultando este anachronismo.

« foram especialmente apparelhados 2 navios », se seriam caravellas e que nome tinham não sabemos.

« com provisões para dois annos »; note-se: para dois annos; n'uma viagem em que se occupariam umas ilhas, conhecidas, junto da costa de Portugal, gastavam-se dois annos; a expedição ia a um logar conhecido, que fica a algumas horas da costa de Portugal, alguns dias, com vento contrario, e equipava-se para dois annos; gastavam-se dois annos de Portugal aos Açores; sobre, ou antes, sob isto passam sem discutir os de-

tractores dos authenticos descobrimentos, realisados pelos portugueses; pois, esta phrase, escripta por Behaim, é concludente; está bem claro que Frei Gonçalo Velho foi encarregado, pelo infante, de navegar durante cêrca de um anno, sempre, com prôa ao Poente, talvez, de descobrir a India, pelo Occidente; n'esse caminho, encontrou, primeiro, as Formigas, depois, o archipelago dos Açores que era desconhecido; alvoraçou-se, com o descobrimento, e voltou, a noticial-o ao infante; se aquellas ilhas fossem conhecidas, passava ávante ou não teria equipado para dois annos.

« pelo illustre Infante D. Henrique, irmão do rei de Portugal »; fica bem patente que foi o infante D. Henrique quem ordenou e pagou a expedição, naturalmente com dinheiros da Ordem de Christo e das pescarias fluviaes e maritimas, e que o infante é que mandou apparelhar para dois annos.

« para conhecerem o que havia por detraz do cabo Finisterra »; os gregos (*Frei Gonçalo Velho*, vol. I, cap. I), tinham descoberto que a Terra era espherica, não sendo conhecido o continente americano, era claro que, pelo Occidente, se iria ao Oriente; mais tarde, Toscanelli, segundo Pedro de Ailly, Roger Bacon, Averroës, Alfergami, que tinham lido Séneca, Strabão e Aristoteles não disse coisa nova; os paises, além do cabo Finisterra, eram a India, para lá julgava encaminha-se, Frei Gonçalo Velho, quando encontrou o nunca visto archipelago dos Açores. Finisterra, é denominação de muitos cabos, no extremo Occidente.

« os quaes navios, assim preparados, navegaram sempre contra o poente do Sol »; navegaram sempre para Oeste, repetimos.

« cerca de 500 milhas allemãs »; na fórma de diser, vê-se, bem, que Behaim estava descrevendo um acontecimento novo.

« por fim, um dia, foram avistadas estas 10 Ilhas »; no numero, ha erro, porque descobriram sete; mais tarde, em 1452(?) é que foram descobertas as ilhas do Corvo e Flôres; mas, não admira que Behaim não attentasse n'isso, porque bastava descobrir uma ilha, para estar descoberto o archipelago das dez ilhas, entrando as

Formigas que darão uma ilha. A data official do descobrimento da America é o dia em que foi avistada por Colombo ; e, n'esse dia, nem Colombo sabia que existiam tres Americas, e, até morrer, julgou que tocara na India. Behaim, disse bem.

« e, saltando em terra, nada encontraram senão uma região Selvagem e Aves que eram tão mansas que deante de ninguem fugiam, mas, gente ou animaes com quatro pés, nenhuns tinham vindo ali habitar, por ser a região selvagem, por isso as aves não eram tímidas » ; foi, portanto, um descobrimento em fórma ; a naturesa, vegetal e animal, da região, nunca tinha soffrido a acção do homem.

Nunca vimos analysar esta inscripção, de Behaim, pelos detractores da prioridade dos nossos descobrimentos, é para sentir, porque, por exemplo, esta noticia da mansidão das aves, não concorda bem com os mappas accrescentados.

« então, foram ellas chamadas Ilhas dos Açores, isto é, em allemão, o mesmo que ilhas dos Falcões » ; é sabido que a plumagem dos milhafres, no verão, semelha-os aos açores, foram milhafres que os navegadores viram. Estas ilhas (Vide *Frei Gonçalo Velho* e *Archivo dos Açores*) foram, tambem, chamadas, nos documentos officiaes, « Ilhas de Gonçalo Velho » e « ilhas de S. Miguel ».

« e eis porque o rei de Portugal » e o infante D. Henrique, com certesa.

« no outro, anno enviou 16 navios com toda a especie de animaes domesticos e mandou deixar em cada ilha a sua parte para ali se multiplicarem » ; note-se o cuidado com que Behaim menciona, sempre, o numero dos navios que Frei Gonçalo Velho commandou, n'estas duas expedições, de descobrimento e de colonisação.

Resumindo : Em 1431 reinando D. João I, Frei Gonçalo Velho

1. Christovam Colombo que, como dissémos, morreu persuadido que descobrira a India, pelo Occidente, honraua-se muito de ser « piloto mayor de Indias ».

descobriu os Açores[1]. Onde se lê « regente » leia-se « rei ». Behaim, confundiu, como vimos, o fim do reinado de D. João I (1433, 14 de agosto) com o principio da regencia de D. Pedro (1438-1439). O reinado de D. Duarte, que falleceu em 9 de setembro de 1438, perdido na expedição de Tanger, e na peste, que matou o rei em Thomar, teve absorvidas as attenções na Africa e no reino, impedindo grande desenvolvimento na colonisação dos Açores. Aqui, notaremos que a data mais moderna, lida na carta de Valsequa, depois de 1432, é 1437, anno da expedição a Tanger, começada e preparada em 1435 e partida em 22 de agosto de 1437. Acêrca do lapso de Behaim ser vulgar, vêja-se *Frei Gonçalo Velho*, vol. II, pag. 218.

Foi, principalmente, n'estas viagens, para o Occidente, d'uma temeridade inaudita, que Frei Gonçalo Velho conquistou o reconhecimento da Humanidade (Vide *Frei Gonçalo Velho*, vol. II, pag. XIII-XV).

XXIX. — A copia authentica da inscripção de Behaim.

A inscripção do Globo de Nuremberg, decisiva, na affirmação do descobrimento dos Açores, pelos portugueses, em 1431, foi, sempre, o ponto negro nas argucias dos que atacaram a verdade; na copia que a Academia das Sciencias de Lisboa mandou faser do Globo de Nuremberg guardada na mesma Academia, não existe essa parte da inscripção; pagou, o dinheiro portuguez, uma copia em que era ommittida a parte da inscripção que diz respeito ao primeiro descobrimento portuguez, para o Occidente; e lá está, e lá se mostra esse documento, truncado, sem valor algum; não houve ninguem que protestasse; nós queremos crêr que ali

1. Sabe-se, muito bem, que as ilhas eram concedidas aos descobridores, vide concessões a João Vogado, Fernão Telles, Ruy Gonçalves da Camará, etc.

não ha falta de patriotismo, não foram conniventes na deturpação, a causa é a ignorancia. N'outras copias, publicadas, ommittiram, tambem, esta inscripção, de maneira que, estando costumados a estudar nas fontes, dirigimo-nos ao primeiro director do Germanisches Nationalmuseum in Nürnberg, doutor Gustav von Bezold, disendo-lhe que, nos trabalhos de Christovam Theophilo de Murr e nos trabalhos do portuguez Trigoso, estava transcripta e tradusida uma inscripção do Goblo, existente no Museu a seu cargo, a qual inscripção era omittida n'outras transcripções; logo, o illustre director nos respondeu:

Nürnberg, den 6. Octobre 1911.

MONSIEUR.

L'inscription se trouve sur le globe. Elle est très obscurcie et difficile à lire. Sur Martin Behaim et son globe un ouvrage de E. G. Ravenstein a paru en 1908 chez George Philip & Son à Londres, 32 Fleet Street. Il contient une reproduction assez exacte des dessins et des inscriptions du globe. Mr. Ravenstein lit l'inscription de même que Murr.

Agréez Monsieur

l'expression de ma considération parfaite.

G. BEZOLD. »

N'este caso, não sendo possivel obter-se uma photographia aproveitavel, escrevemos ao doutor Bezold, pedindo-lhe que, por sua mão, se dignasse transcrever a inscripção e faser o favor de nol-a mandar, ao que elle, amavelmente accedeu:

Nürnberg, den 20. Octobre 1911.

MONSIEUR!

J'ai l'honneur de vous adresser ci joint la transcription de l'inscription sur le globe de Martin Behaim.

Agréez, Monsieur, l'assurance de mes sentiments très distingués.

G. BEZOLD. »

Fasendo táboa rasa de qualquer conhecimento anterior e não querendo introdusir, n'este assumpto, quem se julgasse no direito de modificar o texto, pedimos a um germanista, com Curso Superior de Lettras e outros cursos, largamente via-

jado na Allemanha, que a tradusisse, favor que elle nos fez, obsequiando-nos. A carta, que acompanhou a traducção, diz assim.

« B. dos Santos Leitão

Lisboa 26 Outubro 1911.

Exmo. Am^o e Sr. Ayres de Sá

s/c

Tendo tido hontem mesmo a fortuna de ler por completo a inscripção de Behaim, apresso-me a enviar-lh'a com a respectiva traducção feita o mais litteralmente possivel, o que equivale talvez a dizer o mais exactamente possivel.

De V. Exª.

Att^o Ad^or Obg^o.

B. Leitão.

P.-S. O diccionario a que hontem me quiz referir é o de Jacob Grimm. »

Trasia estas variantes : « especialmente » ou « conforme necessario », « saberem » ou « conhecerem. »

A traducção portuguesa, feita sobre o livro de Murr, diz assim : « No anno de 1431, depois do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, sendo regente, em Portugal, o infante D. Pedro, dois navios foram equipados com o necessario para dois annos de viagem, por ordem do infante D. Henrique, irmão do regente, para irem ao descobrimento dos paises, além do cabo Finisterra ; os quaes, assim apparelhados, navegando, sempre, para o Occidente, espaço de umas quinhentas leguas, descobriram estas dez ilhas ; e, tendo desembarcado n'ellas, só acharam desertos e aves tão domesticas que não fugiam de ninguem ; pois, como não havia vestigios de homens, nem de quadrupedes, esta era a causa de não serem as aves espantadiças ; e, assim, deram a estas ilhas o nome de Açores. Depois, para cumprir as ordens do regente, foram enviados, no anno seguinte, desasseis navios, com toda a especie de animaes domesticos, e lançaram uma porção em cada ilha, para multiplicarem. »

XXX. — De prima inventione Guinae.

Este preciosissimo livro, escripto por Diogo Gomes, moço da camara do infante D. Henrique, almoxarife do Paço de Cintra e notavel navegador, que serviu a Martinho Behaim, para traçar o seu Globo, que se guarda em Nuremberg, além da narração oral

que lhe fez o auctor, está em Munich, onde obtivemos uma photographia da primeira pagina, e foi tradusido, no *Boletim* da Sociedade de Geographia de Lisboa, 17ª série, 1898-1899, nº 5 (Lisboa, 1900), pag. 270-293.

D'estas 23 paginas, deve ser feita uma edição, para as escolas.

Segue-se a communicação, em que o senhor Leidinger, da secção de manuscriptos da Bibliotheca de Munich, nos diz que receberiamos, juntamente, como, de facto, recebemos, enviada, directamente do photographo que serve na referida bibliotheca, J. Val. Schädler, a photographia, que pediamos, do codice hespanico, 27.

Antes, porem, notaremos que foi Valentim Fernandes, allemão, quem fez a copia da *Relação* de Diogo Gomes, existente na Bibliotheca de Munich, publicada pelo dr. Schmeller (Vide *Frei Gonçalo Velho*, vol. I, pag. cv):

« K. B. Hof-u. Staats-
Bibliothek

Munchen. 21. III. 12.

SEHR GEEHRTER HERR!

Sie erhalten gleichzeitig, durch unsern Photographen direkt übersendet, die gewünschte Photographie aus unserem Cod. hisp. 27. Martin Behaim hat den Codex nicht selbst geschrieben, doch ist die Handschrift aus der gleichen Zeit.

J. A.
Handschriften-Abteilung
LEIDINGER. »

XXXI. — O PILOTO NO DESCOBRIMENTO DOS AÇORES

D. Balthasar de las Casas, bispo de Chiapa [1], conta que o seu

1. Las Casas, refere que os de Cuba disiam que, antes de lá chegarem os hespanhoes, tinham visto homens brancos e barbados, que aportaram, a essa ilha, tempos antes.

biographado, Christovam Colombo, obtivera (De Martim Vicente), piloto do rei de Portugal, as seguintes informações:

Que, encontrara, a quatrocentas e cincoenta leguas a Oeste do cabo de S. Vicente, no már, um madeiro lavrado, sem o emprego de ferro, o qual suppunha que teria vindo de alguma ilha ou ilhas que houvesse ao Occidente, porque, havia muitos dias, o vento suprava de Oeste [1].

Fructuoso, diz, nas *Saudades da terra :*

« O que cumprindo o dito Frei Gonçalo Velho, e o piloto que trasia, por nome Vicente, natural do Algarve, cujo nome não soube (Sube) quasi dose annos inteiros », descobriu a ilha de S. Miguel.

O piloto, que foi com Frei Gonçalo Velho ao descobrimento dos Açores, teria o mesmo nome que o piloto do rei de Portugal, que informou Colombo. Vivia em 1490 (Colombo, saíu de Palos em 1492) um piloto (Vicente) que dava enformações maritimas a Colombo; em 1432, tinha, este piloto menos cincoenta e oito annos ; contando vinte e cinco, quando foi o descobrimento dos Açores, n'esta data (1490), teria oitenta e

1. O sr. João Augusto da Silveira, que passou quasi toda a sua vida, a navegar no Atlantico, informou-nos de que aos Açores, de onde é natural, vão ramos de arvores da America, e, até, corpos de americanos; as correntes levam, a esse archipelago, um fructo da America, a que chamam fava, do qual os maritimos fasem caixas para tabaco, tirando-lhe a parte de dentro; tem o tamanho e o feitio de um relogio de algibeira; lançado a terra, germina e cresce.

No livro *Alguns documentos*, pag. 22, lê-se uma carta, precedida d'este resumo: « Carta de confirmação ao Infante D. Henrique da compra da capitania da ilha de Porto Santo, que Pedro Corrêa, genro de Bartholomeu Perestrello (o 1º, e portanto cunhado de Christovam Colombo) fez a Bartholomeu Perestrello (o 2º), dando-lhe em troca 10.000 reaes de tença, (Chancellaria de D. Affonso V, I v. 36º, fl. 215 v.) » Datada de Lagos, 27 de maio de 1458.

Este Pedro Corrêa, casado com uma irmã da mulher de Christovam Colombo, disse a este seu cunhado, segundo Las Casas, que tinha visto, na ilha do Porto Santo, um madeiro igual ao que vira Martim Vicente, trasido pelo mesmo vento e lavrado da mesma maneira, e cannas muito gróssas.

tres annos, porque nascera em 1407, quando Frei Gonçalo Velho tinha desassete annos.

Nasceria nos primeiros annos do seculo XV, o piloto que foi na viagem do descobrimento dos Açores, e que informou Christovam Colombo, da existencia de signaes de uma terra a Oeste, a America.

No trabalho que fisemos, na Torre do Tombo, estudando a existencia de Martim Vicente, appareceram-nos os seguintes documentos, relativos a Vicentes.

Os documentos de Tentugal, 26 de setembro de 1443, Cintra, 7 de setembro de 1450, Setubal, 4 de setembro de 1484, podem muito bem referir-se ao Martim Vicente, que se procura; os documentos de Santarem, 27 de julho de 1487, e de Almada, 1 de agosto de 1488, e os mais que collecionámos, merecem estudo, n'esta hypothese.

« Doaçam de beẽs a *vicente domingues*.

Carta perque o dicto senhor fez doaçam pera sempre a *vicente domingues* morador em almada alcaide das suas gallees e a todos seus herdeiros e sucesores de todollos beẽs mouees e de raiz que em estes regnos ha gonçallo esteves de cascaes escripvam do conde dom amrrique o qual os perdeo por seer em deserujço destes regnos e senhorios etc em lixboa xiiij dias doutubro de mjl iiij xxij annos. »

Chancellaria de D. João I, liv. I, fl. 58.

Carta de perdão a *Martim Vicente*, morador na cidade de Silves, que deixára fugir um preso. — Santarem, 11 de junho de 1440.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 20, fl. 144 v.

« Dom atomso etc. Item Outra tall priuilegio de *martim vicente* piloto n.orador em lagos servidor do dicto Ifante Dom anrrique destas mesmas condiçoces e crausolas que teem este outro suso escripto Dante em tentugell xxbj dias de setembro per autoridade do senhor Ifante Dom Pedro tetor e curador do dicto senhor Rei Regedor e com ajuda de deus defenssor por ell de seus Regnos e Senhorio pero de lixboa a fez ano do senhor de mjll iiij R iij ».

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 27, fl. 146.

« Dom afonso etc A quantos esta carta virem fazemos saber que nos que-

remdo fazer graça e merçee a *martim vicemte* piloto morador em lagos a rrequerimento do jfamte dom hemrrique meu muyto prezado e amado tyo por quamto nos disse que he muyto sseu seruidor e foy (a) algũas partes fora destes rregnos por sseu seruyço Teemos por bem e priujligiomollo o queremos que sseja escusado de pagar em nehuũas peitas fimtas talhas que agora ou daquy em diamte per Nos nem per o comcelho da dicta villa som ou forem lamçadas per qualquer guissa. Outrosy queremos que o nom ponham por beesteiro do comto nem o costramgam que sseja titor nẽ curador de nehuũas pessoas saaluo sse a titoria for lidema. nem vaa com pressos nem com djnheiros nem sirua em outros nehuũs emcarregos e servedojes do dicto Comcelho outrossy queremos que nom poussem com elle em suas cassas de morada adegas nem caualariças nem lhe filhem delas rroupa de cama alfayas de cassa pom vinho palha lenha galinhas gaados bestas de ssella nem dalbarda nem outra alguũa cousa do sseu comtra sua vomtade nem lhe tomem ssua carauela pera nehũa seruidom do comcelho. E porem mandamos aos Juizes e justiças da dicta villa e aos veedores da nossa fazenda sacadores e Recebedores dos nossos pedidos e ao nosso poussentador moor e ao da Rainha mjnha molher e dos Jfamtes meus Jrmaãos e tyos e a outros quaaes quer a que esto pertemcer e esta nossa carta for mostrada que o nom costramgam nem mamdem costramger pera nenhũa das ssobre dictas coussas e lhe comprar (Compram-cumpram) e guardem e façom bem comprir e guardar esta nossa carta como aqui he comtheudo e lhe nom uaão nem conssemtam hir comtra ella em algũa maneira e sse lhe alguem comtra ela for mandamos a qualquer tabeliam dos nossos Regnos que o empraze que do dia que o emprazar a oyto dias primeiros seguimtes pareça per amte Nos a dizer qual he a Razom por que lhe esto nom comprijs Dada em simtra bij dias de ssetembro gonçalo de moura a fez anno de nosso Senhor de mjl iiij^c L Ruy galuã a fez screpuer [1]. »

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 11, fl. 109 v.

Carta de perdão a *Martim Vicente*, escudeiro do infante D. Fernando « meu muito amado irmão », morador na villa do Crato, de

1. Outra carta, igual, a Gil Vaz, morador em Lagos, a requerimento do infante D. Henrique. Cintra, 7 de setembro de 1450 ; a seguir á carta transcripta acima.

Esta carta, de Gil Vaz, está, por extenso, no liv. 27, fl. 146, da Chancellaria de D. Affonso V, e segue-se-lhe o resumo, aqui transcripto, ácêrca de Martim Vicente. Ambas, teem a data de Tentugal, 26 de setembro de 1443. A rasão das repetições, na Chancellaria, é que o rei deu por nullas as cartas do tutor e fez as mercês de novo, como se nunca tivessem sido feitas.

ter fugido da cadeia em que estava preso com ferros. — Santarem, 1 de desembro de 1454.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 15, fl. 94.

Carta de relativo perdão a *Martim Vicente Chelleiros*, homisiado na villa de Castro Marim, pertencente ao infante D. Fernando, irmão de el-rei D. Affonso V, « meu muito presado e amado irmão », por ter sido culpado na morte de um homem, assassinado em Valle de Boi, termo de Lagos. *Martim Vicente Chelleiros*, tinha setenta annos, e fraca disposição; a familia, filhos e netos, iam-se para a ilha de S. Thiago, e era preciso que este *Martim Vicente*, seu pae e avô, fosse administrar os bens que tinham na villa de Sagres; o infante, pediu ao rei que assim permittisse, e dá, a *Martim Vicente Chelleiros*, a villa de Sagres, por couto; isto é: deixa que vá para lá e de lá não sáia. E' necessario notar que Castro Marim era couto de homisiados. — Lisboa, 2 de setembro de 1469.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 31, fl. 114 v.

« Dom afomso a quamtos esta carta virem fazemos saber que a Nos desseram que huu Joham esteues despenseiro e Joham gomçaluez e lopo de solazar e fernam de lixboa e simom Rodrjguez moradores em esta cidade com tres genoeses estamtes na jlha da madeira seus parceiros carregarom na dicta ylha huũa caravella todos jumtamente de passas e azeites e outras mercadorjas pera o cabo de geer sem teerem pera ello nosa licemça E comtra nossa hordenaçom pella qual Rezom se asy he como nos disserom per bem da dicta nosa hordenaçom sobre tal caso fecta os sobre dictos emcorrerom em pena de perderem pera nos a dicta carauella e mercadorja E o rresgate que por ella ouueram e podiamos de direito todo dar a quem nosa merçee fosse E ora queremdo nos fazer graça e merçee a *vicemte arraez* noso escudeiro se asy he como nos disserom Teemos por bem e lhe fazemos merçee da meatade da dicta pena e bens se os per a dicta rrezom pera nos tambem perdem E Porem mandamos a todollos nosos corregedores juizes e justiças e a quaaesquer outros nossos officiaaes e pessoas a que o conheçimento desto perteemcer que seemdo per ante elles citados e ouujdos os sobre dictos e partes a que esto perteemçer segumdo dereitamente devem saibham desto o certo tiramdo sobre ello jmquiriçom judiçeall etc carta em forma dada em lixboa bj dias doutubro ElRei o mandou per lopo dalmeida etc pero de payua a fez de lxxiij ».

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 33, fl. 217.

« Dom Joham etc carta de priujlegio de beesteiro da camara em forma de *martim vicente* piloto morador em a vylla de laguos per que o filhamos ora nouamente por nosso beesteiro da camara e priujligiamollo etc em forma dada em setuval a iiij de ssetembro ElRej o mandou per francisco porto carreiro fidalgo de sua casa e anadell moor dos sseos beesteiros da camara Christovam de bairros a fez de mil e iiij^c lxxxiiij ».

Chancellaria de D. João II, liv. 22, fl. 121.

« Dom Joham etc Item outra tall como a de cima nõ maijs nẽ menos de *vicente esteuez* seu pilloto morador em a uilla de laguos asignada pello dicto Senhor escrjpuaão ja dito em ssãtarem no dicto dia mes e era de iiij^c lxxxvij » [1].

1. A carta a que este documento se refere diz : « Dom Joham etc A quantos esta nossa carta virem ffazemos saber que avendo nós Respeito ao muyto seruiço que nos them feito e esperamos que ao diante faça Joham de cojmbra nosso piloto das partes de gujnee morador em a nossa villa de satuuel querendo lhe ẽ algũna parte gallardoar e asy por lhe fazermos graça e mercee. Teemos por bem queremos e nos praz que daquy em diante sera priuyllegiado e scusado e gardado que nõ pague em nehuus nossos pedidos nem emprestidos nem em outras peitas fintas talhas serviços emcarregos que per nos ou per o conçelho som ou forem lançados per qualquer guisa que seja nem vaa com presos nem com dinheiros nem seja titor nem curador de nehũas pessoas que sejam salvo se as titurjas forem lidimas nem sirva em outros nehũus emcarregos nem seruidoees do dicto concelho nem seja oficial delle contra sua vontade. Outrosy queremos que nom pousem com elle em suas de moradas nem adegas nem cauallariças nem lhe tomem seu pam vinho Roupa palha ceuada lenha galinhas gaados bestas de sella nem dalbarda nem outra algũua cousa do seu contra sua vontade. E per esta lhe damos licença e lugar que elle possa trazer quaees e quantas armas lhe aprouuer e por bem teuer per todos nossos Reynos e senhorios de noite e de dia asy em a nossa cidade de lixboa como em quaees quer outros lugares honde forem defessas sem embargo de quaeesquer lex hordenaçõees defesas que hi aja em contrajro. Outrossy queremos que seos caseijros sejam prujllegiados escusados de todallas liberdades aquy contheudas e declaradas. Soomente Reseruando nossos pididos e finta per nos lançada e asy dar armas porque desto nom auemos por bem que o sejam. Outro sy queremos que os dictos seos caseiros nom sejam beesteiros do conto se o atee ora nom som. Nem isso meesmo sejam costrangidos que andem na vinteena do mar porque tambem os auemos dello por escusos. E porem mandamos a quaeesquer nossos contadores corregedores ouujdores

Chancellaria de D. João II, liv. 21, fl. 12.

Carta de D. Affonso V, concedendo a *Vicente Esteves*, morador em Punhete, pescador, « a rrequerimento de Ruy velho caualeiro da cassa do princepe meu ssobre todos muito amado e prezado filho e comemdador dalmouroll », que « nom pague nas peitas fintas talhas pididos » etc., de privilegio em forma. — Porto, 28 de janeiro de 1466. Confirmada por D. João II, em Santarem, 3 de setembro de 1487.

Chancellaria de D. João II, liv. 21, fl. 154 v.

« Dom Joham etc A quamtos este nossa carta virem fazemos saber que queremdo nos fazer graça e merçee a *vicemte annes* pelo serujço que delle temos Recebido na embaxada com que o emviamos aas partes de gujnee ao Rej de mandemamsa Temos por bem e queremos que des primeiro dia de janeiro do anno que vem de iiij^c lxxxix em diamte em cada huu anno em quamto nosa merçe for elle tenha e aja de nos de temça quatro mjll reaes. E porem mandamos aos veadores de nosa fazenda que lhe mamdem assemtar os ditos dinheiros em os nossos liuros della e dar carta pera lugar omde delles aja muj bõo pagamento dada em a villa dallmadaa ao primeiro dia dagosto amtoneo carneiro a fez anno de nosso senhor Jhuu xpto de mjl e iiij^c lxxx biij [1]. »

---

jujzes e justiças ofeciaees e pesoas a que esta nossa carta for mostrada e o conhecimento desto perteençer e esta nossa carta for mostrada que lhe cumpram e gardem e façam muy jnteiramente comprir e gardar esta nossa carta e todallas cousas e cada huma dellas aqui contehudas. Sem lhe hirem nem consentirem hir contra ellas « hir » em parte nem em todo perque assy he nossa merçee so pena de qualquer que lhe contra ello for e de assy nom comprir emcorrer em pena de nossos emcoutos de sex mjl soldos os quaees mandamos ao nosso almoxarife do lugar honde contra este priujllegio forem que seemdo per o dicto joham de cojnbra requerido os recade e receba per nos. E ao escripuom de seu ofiçio que os asente sobre elle em recepta so pena de os pagarem ambos em dobro ambos de suas casas. Dada em a nossa villa de santarem aos xxbij dias do mes de julho. Joham lopez a fez anno de nosso senhor Jehu xpto de mjl iiijc lxxxbij annos.

Chancellaria de D. João II, liv. 21, fl. 11 v.

1. Outra carta igual, a Gil Vaz, a seguir, na fl. 52. Tudo igual; adeante de reaes, diz «brancos ».

Na mesma carta, a Gil Vaz, ha mais, a seguinte alteração : « e dár carta d'ella em cada um anno pera logar onde d'elles ».

Chancellaria de D. João, II liv. 14, fl. 51 v.

Na carta de aforamento de uma córte de terra, no paul de Lagos, a *Vicente Moreira*, escudeiro da casa de el-rei D. Manuel, apparece, n'uma escriptura, de Lagos, 4 de novembro de 1494, um Gil Eannes, cavalleiro da casa de el-rei, tutor de Isabel de Paiva, sua neta; o qual, em nome da dita sua neta, dá de aforamento uma córte de terra do paul que a esta pertencia, com seu reguengo e pertenças; no termo de Lagos, a *Vicente Moreira*, precedendo praça. — Evora, 2 de maio de 1497.

Liv. 4 do Guadiana, fol. 292.

Carta nomeando *Vicente Gil*, marinheiro, morador na cidade de Lisboa, « mestre da nosa naao sam mateus ». — Cintra, 17 de novembro de 1498.

Chancellaria de D. Manuel, liv. 31, fl. 143.

« Dom Manuel etc. outra tall carta de priuilegio [1] em forma a *martim vicente* morador na lagoa termo de silues em lixboa a vij dias do mes de dezembro de 1504 ».

Chancellaria de D. Manuel, liv, 22, fl. 98.

Carta de el-rei D. Manuel, confirmando um alvará de D. Francisco de Almeida, que principia assim: « dom francisquo dalmeida do consselho delRey meu senhor e visso Rey por ssua alteza nas partes da jndia », no qual foi feito cavalleiro, *Vicente Gil*,

« mestre piloto da naao sam bertollameu bota foguo do dicto senhor na tomada rroubo e destrujmento da cidade de monbaça e asy no poer do foguo e queymamento de casas naaos cambucos almadijas da dicta cidade e da cidade de amur teer mujto serujço feito ao dicto senhor ».

Fal-o cavalleiro. O alvará, do vice-rei, é datado da fortalesa de Cochim, 6 de novembro de 1505. A carta, do rei, é dada em Almeirim, 10 de fevereiro de 1508.

Chancellaria de D. Manuel, liv. 5, fl. 4 v.

1. De besteiro do monte.

XXXII. — Qual rei D. João mandou lançar um toiro a Frei Gonçalo Velho?

Diz Fructuoso: « Mandando, el-rei D. João, correr toiros em Evora », Frei Gonçalo Velho, atravessava a praça, acompanhando suas sobrinhas, a uma tribuna que mandara faser, para assistir á toirada; « estava para se correr um toiro, poderoso e bravo; mandou, el-rei, o lançassem, no curro (Na praça) a Gonçalo Velho, que ia passando com as sobrinhas ». Frei Gonçalo Velho, afastou, com o braço esquerdo, para traz de si, as sobrinhas e um pagem que as acompanhava, e, desembainhando a espada, enterrou-a no gergilho do toiro que, tendo avançado para elle, curvava a cabeça para o matar.

Depois, limpando a espada no toiro, disse, com muito socego:

« Os rapases que cá vos mandaram, outro tanto lhes fisera eu, se cá os apanhara. »

E, continuando o seu caminho, condusiu as sobrinhas á tribuna.

« João Rodrigues da Camara, quarto capitão d'esta ilha de S. Miguel, contava, pela ouvir na côrte, onde andava esta historia, miudamente. »

D. João I, morreu em 14 de agosto de 1433, tendo, Frei Gonçalo Velho, quarenta e tres annos.

Já vimos que o descobridor dos Açores, teria morrido por 1470, no reinado de D. Affonso V, pae de D. João II; logo, o rei que lhe mandou lançar o toiro, que o lançou ás feras, com sua familia, chamava-se D. João I.

Nos documentos CIX a CXI de *Frei Gonçalo Velho*, vê-se que D. João I esteve em Evora desde 14 de fevereiro até 22 de agosto de 1421.

XXXIII. — *Alguns documentos do Archivo nacional da Torre do Tombo ácêrca das navegações e conquistas portuguezas* « PUBLICADOS POR ORDEM DO GOVERNO DE SUA MAJESTADE FIDILISSIMA AO CELEBRAR-SE A COMMEMORAÇÃO QUADRI CENTENARIA DO DESCOBRIMENTO DA AMERICA » (LISBOA, IMPRENSA NACIONAL, 1892).

Este trabalho, importante, mas muito mal organisado, começa por um erro : « Carta de El-Rei D. Affonso V » etc. « Extremoz, 18 de Fevereiro de 1416. (Chancellaria de D. João I, liv. 5°, fl. 91 v.) ». Taes são as palavras, desenvolvido o etc, que se lêem a seguir ao titulo, no principio da primeira pagina ; e não houve revisor que visse que, sendo a carta da Chancellaria de D. João I, e de 1416, D. Affonso V, nada tinha com ella.

Depois, resume documentos importantes, sem diser porquê, e até commette erros gravissimos, como succede, a pag. 8, onde diz, na copia de um documento : « mandou la bem xiiij (14) vezes » ; quando, o que se lê no original, copiado, é : « xiiiij » veses, e não quatorze ; o escriba, da Chancellaria, ao copiar a carta, escreveu xiij, mas, depois, viu que era quinze, e fez o seguinte : sobre o lado direito do x, direito do observador, traçou um i, e, no fim, poz mais um j ; de maneira que ficou assim : xiiijj.

Isto, escapou aos paleographos, em assumpto de tamanha importancia, porque, naturalmente, seguiram a errada Leitura Nova [1],

1. Os livros de Leitura Nova são destituidos de crédito : aquelle documento, que transcrevemos, da chancellaria de D. Affonso V, liv. 1 fl. 95 de doação das ilhas de Lovo e Capraria a João Vogado, está copiado no Livro das Ilhas, fl. 97, de Leitura Nova, da fórma que serviu para a transcripção dos copistas de *Alguns documentos ;* assim o titulo diz : « Joham voguado doacam das ilhas chamadas Lono e outra capraria », e, na carta, lê-se da mesma fórma, em harmonia com o titulo.

onde se lê quatorze, em vez de copiarem, como deviam, a Chancellaria; e só isto nos parece que dirá tudo, n'um trabalho feito por tanta gente que se julgava competente.

As bullas, em latim, não foram tradusidas.

Os documentos, são virgulados de maneira, que se lhes conservam os signaes divisorios, primitivos, e a ortographia coeva.

Onde deviam estar, entre parenthesis, as correcções aos enganos dos escribas, vê-se, simplesmente, um sic.

Referindo-se aos reis do Oriente, emprega a fórma hispanica: « el-rei », ex., pag. 480, onde se lê: « Mahamede Xaa, filho del-rei Çafadim Abanadar ».

No fim, n'uma inadvertida *Advertencia*, repete-se o costumado refrain dos trabalhos em que não ha confiança: « Não nos permittiu a estreiteza do tempo ».

Estudemos os documentos.

Em Cintra, 17 de novembro de 1457 (Chancellaria de D. Affonso V, liv. 1, fl. 118 v.) o rei faz doação, ao infante D. Fernando, seu irmão das ilhas que descobrir, depois d'esta data, por sua gente e navios.

Em Lisboa, 19 de fevereiro de 1462 (Livro das Ilhas, fl. 97), D. Affonso V, faz mercê a João Vogado, cavalleiro de sua casa e escrivão da sua fazenda, das ilhas deshabitadas de Lono e Capraria « que em aquellas partes do mar oceano, cuja conquista a nós é dada, por privillegio do Santo Padre, novamente são achadas », com os costumados privillegios para os que as fossem povoar « porque a nós pertencem, principalmente, as coisas desertas e não aproveitadas, faser provoar e aproveitar (o) que por Deus nos é dado ».

Em Lisboa, 29 de outubro de 1462 (Livro 2 de Misticos, fl. 155) D. Affonso V assigna uma carta que começa assim:

« D. Affonso, etc. A quantos esta carta virem fasemos saber que o infante D. Fernando, meu muito presado e amado irmão, nos disse que um Gonçalo Fernandes, morador em Tavira, em vindo elle das pescarias do rio do Oiro, sendo no pego, a loes nor-oeste das ilhas da Canarea e da ilha da Madeira,

houve vista de uma ilha, e que, por lhe o tempo ser contrario, não podera a ella chegar, a qual, o dito meu irmão, já mandára buscar, por certos signaes que lhe, d'ella, deram, e não lh'a acharam ; e que, por quanto elle a queria, ora, outra vez, mandar buscar, nos pedia, por mercê, que lh'a dessemos, assim e pela guisa que lhe temos dadas as outras sete ilhas que Diogo Affonso, seu escudeiro, achou, atravez de Cabo-Verde. »

Faz mercê, d'esta ilha, ao infante.

Em Evora, 12 de janeiro de 1473 (Chancellaria de D. Affonso V, liv. 33, fl. 33 v.), o rei dá uma carta, assim começada :

« Dom Affonso, etc. A quantos esta carta virem fasemos saber que a infanta D. Beatriz, minha muito amada e presada irmã, nos disse que o infante, meu irmão, que Deus haja, havendo alguma informação de uma ilha que, atravez da ilha de S. Thiago parecera (Apparecera), algumas veses, a mandara buscar, e que, como quer que, então, se não achasse, que ella tinha tenção de a, outra vez, mandar buscar, se lhe della fisessemos mercê para seus filhos, e que, porem (Por isso), nos pedia, que, achando-se, lh'a outorgassemos. » Outorga-lh'a.

Em Carnide, 21 de junho de 1473 (Livro das Ilhas, fl. 1 v.) D. Affonso V, concede a Ruy Gonçalves da Camara [1], fidalgo da casa do duque de Viseu, o qual « disse que o seu desejo e vontade era buscar, nas partes do mar Oceano, uma ilha, para a haver de povoar e aproveitar », essa ilha que elle, ou quem elle mandar, descobrirem ; de juro e herdade, nos seus successores.

1. D. Francisco Manuel, na « Epanaphora amorosa » das *Epanaphoras de varia historia portuguesa* (Lisboa, 1660), pag. 346, teve a intuição de que era moiro, pela sua ascendencia Camara, quando diz : « Outros querem se lhe (João Gonçalves Zarco, povoador e não descobridor da ilha da Madeira ; não, pelo que diz D. Francisco Manuel, attribuindo o descobrimento aos ingleses ; mas, pelo que disem todos os documentos, attribuindo o descobrimento a outro portuguez) transferisse o appellido : Zargo, havendo morto em Africa um capitão moiro d'este proprio nome. » E refere « como se lê na chronica d'aquelle rei » (D. João II), que este senhor mandara diser ao filho segundo de João Gonçalves da Camara, o qual, morto o irmão primogenito, era senhor da casa e continuava a assignar-se Simão de Noronha, pela mãe, D. Maria de Noronha, que : ou se chamasse da Camara, como seus antepassados, ou largasse a casa ao irmão que conservaria o appellido. Ibidem, pag. 345-346.

Em Extremoz, 28 de janeiro de 1474 (Livro das Ilhas, fl. 5 v.), D. Affonso V, concede a Fernão Telles, do seu conselho e governador da casa da princesa, sua filha, em attenção aos seus muitos e assignalados serviços, as ilhas que elle pessoalmente descobrir ou mandar descobrir, « não sendo, porem, as taes ilhas, nas partes de Guiné » ; com os previllegios costumados, aos que as fossem habitar, do tipo dos que tinham sido dados aos moradores da ilha da Madeira, que era paradigma d'estas doações. « Outro sim, nos praz e queremos que, o dito Fernão Telles, tenha e haja, e, assim, seus successores, as ilhas que chamam as Foreiras, que pouco ha que acharam Diogo de Teive e João de Teive, seu filho, e, elle, dito Fernão Telles, ora houve, por um contracto que fez com João de Teive, filho de dito Diogo de Teive », que morrera. Tudo, nas condições do contracto.

Em Samora, 10 de novembro de 1475 (Livro das Ilhas, fl. 5), o rei, ratificando a mercê, que fisera ao mordomo-mór da princesa, sua filha, Fernão Telles, diz :

« E porque, em a dita carta, não declara de ilhas despovoadas, e que o dito Fernão Telles, por si ou por outrem, mande povoar, e poderia ser que, em elle as, assim, mandando buscar, seus navios ou gente achariam as Sete Cidades ou algumas outras ilhas povoadas que, ao presente, não são navegadas, nem achadas, nem trautadas (Com as quaes não ha commercio) por meus naturaes, e se poderia diser que a mercê, que lhe, assim, tenho feita, não se deve a ellas estender, por assim serem povoadas »

esclarece que é e foi sempre sua tenção que, despovoadas ou povoadas, pertençam, logo, a Fernão Telles, e concede-lh'as, como concedera as partes da Guiné ao infante D. Henrique, e, agora, a seu filho, d'elle rei, D. João, que depois foi D. João II, com o direito de não permittir que, fosse quem fosse, navegasse para essas ilhas, sem licença d'elle, Fernão Telles

« e, isto, com condição que as ditas ilhas não sejam nos mares cercanos a Guiné, que já (a)o dito meu filho tenho dado, e que até o presente não sejam trautadas, navegadas por meus naturaes d'estes meus reinos de Castella e de Portugal. »

Em Toledo, 6 de março de 1480 (Livro das Pases, fl. 136), assigna-se o tratado, entre os reis de Portugal e de Castella, em que se fixa que as Canareas são d'este reino, e a Guiné e as ilhas descobertas, ao norte das Canareas, e por descobrir, das Canareas para baixo, com a conquista de Fez, pertence tudo a Portugal.

Em Viana, 6 de abril de 1480, mesmo anno (Chancellaria de D. Affonso V, liv. 32, fl. 63), ordena, o rei, que não se consintam extrangeiros na navegação da Guiné, os quaes serão deitados ao mar e os navios tomados, se lá apparecerem, sem mais fórma de processo; « encommendamos, ao dito meu filho, que assim o mande faser aos ditos seus capitães que, d'aqui ávante, á dita Guiné enviar »; o qual principe, herdeiro, n'isto, da Guiné, governava, como lhe fôra concedido e melhor se vê na carta de Torres Novas, 4 de maio de 1481 (Chancellaria de D. Affonso V, liv. 26, fl. 102 v.).

Em Santarem, 30 de junho de 1484 (Livro das Ilhas, fl. 19 v.), el-rei D. João II, diz:

« D. João, etc. A quantos este carta virem, fasemos saber que, a nós, praz que, achando, Fernão Domingues do Arco [1], morador na ilha da Madeira, uma ilha que ora vae buscar, lhe fasermos, como, de facto, por esta, fasemos mercê da capitania da dita ilha, na fórma e maneira que « a » tem João Gonçalves da Camara a capitania da dita ilha da Madeira. »

Em Lisboa, 24 de julho de 1486 (Chancellaria de D. João II, liv. 4, fl. 101 v.), confirma, el-rei, o contracto feito entre Fernão Dulmo, cavalleiro da casa real e capitão da ilha Terceira, e João

1. D. Affonso V, fez nobre e deu armas a João Gonçalves da Camara (Zarco), em Santarêm, 4 de julho de 1460 (Livro 3 de Misticos, fl. 56 v).

D. João II fez nobres e deu armas o Diogo Cão, em Santarem, 14 de Abril de 1484 (Chancellaria de D. João II, liv. 23, fl. 99), e a João Fernandes do Arco, provavelmente, filho de Fernão Domingues do Arco, em Viana de apár de Alvito, 28 de fevereiro de 1485 (Livro 2 de Misticos, fl. 120), e accrescentou, com um castello, o de S. Jorge da Mina, as armas de Diogo de Azambuja, em Beja. 17 de março de 1485 (Liv. 3 de Misticos, fl. 241).

Affonso do Estreito, morador no Funchal, ilha da Madeira ; o qual contracto, que vem incluso, na carta, e fôra feito em Lisboa, no paço dos tabelliães, em 12 de julho de 1486, estabelecia as condições em que ambos ficariam, na expedição de descobrimento da ilha das Sete Cidades, começadas a regular, já, n'uma carta de el-rei, datada de Santarem, 3 de março de 1486, que está inclusa, no contracto, e começa assim :

« D. João, por graça de Deus rei de Portugal e do Algarve, d'áquem ed'álêm mar en Africa, senhor de Guiné, fasemos saber que Fernão Dulmo, cavalleiro e capitão na ilha Terceira, por o duque D. Manuel, meu muito presado e amado primo, veio ora a nós e nos disse como elle nos queria dar achada uma grande ilha ou ilhas ou terra firme, per costa, que se presume ser a ilha das Sete Cidades, e isto tudo á sua propria custa e despesa, e que nos pedia que lhe fisessemos mercê e real doação da dita ilha ou ilhas ou terra firme que elle, assim, descobrisse ou achasse, ou outrem, por seu mandado, e, assim, lhe fisessemos mercê de toda a justiça, com alçada de poder enforcar, matar, e de toda outra pena criminal, da dita ilha ou ilhas e terra firme, povoadas ou despovoadas, com todas as rendas e direitos que, em as ditas ilhas e terra, se podér haver, pera elle, dito Fernão Dulmo, e herdeiros e descendentes » e que lhe possa, em todo o poder, succeder seu filho primogenito, e que, não havendo filho, que lhe succeda, nem filha, fique ao parente d'elle, Fernão Dulmo, mais chegado, ou a parenta ; o que, tudo, el-rei lhe concede, e « esto, com tal entendimento e condição, que nós hajamos as dizimas de todas as rendas e direitos que elle, dito Fernão Dulmo, poder haver, nas ditas ilhas e terra firme que, assim, descobrir e achar »

e, só podendo, o descobridor, haver os dizimos ; metade d'estes seriam para o rei ;

« e, sendo caso que se não queiram sogiguar (Deixar subjugar), as ditas ilhas e terra firme, nós mandaremos, com o dito Fernão Dulmo, gentes e armadas de navios, com nosso poder para sogiguar as ditas ilhas e terra firme, e elle, dito Fernão Dulmo, irá, sempre, por capitão-mór das ditas armadas, e, esto, reconhecendo a nós, sempre, por seu rei, como nosso vassallo. »

Por este contracto, ficava assente que João Affonso do Estreito fosse meeiro com Fernão Dulmo, nos direitos concedidos na carta de 3 de março de 1486, em paga da ajuda que fasia ao concessionario, porque este « não estava em tal disposição para

poder faser a dita armada e despesas que para ella pertenciam ».

Isto, na generalidade ; na especialidade, as condições eram estas :

1ª João Affonso do Estreito, armaria duas caravellas bôas, com todo o mantimento, tudo « á sua propria custa e despesa ».

2ª Fernão Dulmo, « buscará (As ditas duas caravellas) e fará prestes, com bons pilotos e marinheiros pertencentes para tal armada, e pagará, elle Fernão Dulmo, os soldos ».

3ª João Affonso do Estreito, « pagará o fréte d'ellas, aos senhorios d'ellas. »

4ª « se farão, ambos, prestes, per a maneira que dito é, per todo e mez de março, primeiro que vem » de 1487, na ilha « Terceira dos Açores ».

5ª « iriam, ambos, por capitães, cada um em sua caravella ».

6ª « antes que partam, o dito Fernão Dulmo, escolherá nos pilotos, que tiver tomados, um d'elles, e o dito João Affonso, o outro, e, se forem mais, que o dito João Affonso escolha, nos que ficarem, um, primeiramente que o dito Fernão Dulmo. ».

7ª « quanto é ao cavalleiro allemão que, em companhia d'elles, ha-de ir, que elle, allemão, escolha de ir em qualquer caravella que quiser ». Este cavalleiro era o famoso Martim de Behaim.

8ª « do dia (em) que ambos partirem, da dita ilha Terceira, o dito Fernão Dulmo, fará seu caminho por onde lhe aprouver, até quarenta dias primeiros, seguintes ».

9ª « o dito João Affonso, seguirá, com a dita caravella, de que, assim, fôr capitão, a róta e caminho que o dito Fernão Dulmo fiser, e seguirá seu farol, segundo o regimento que lhe, o dito Fernão Dulmo, der, por escripto ».

10ª « tanto que passarem os ditos quarenta dias, o dito Fernão Dulmo, não levará mais farol, nem mandará faser caminho, pera nenhuma parte ; mas, antes, seguirá e fará seu caminho e róta por onde o dito João Affonso requerer, sem outra contradição alguma, com sua caravella e companha, e seguirá o farol do dito João Affonso, e cumprirá, em tudo, seu regimento, como de capitão principal, até, elle, João Affonso, tornar para Portugal. ».

11ª Nas terras descobertas, n'esta expedição, « que um, sem outorgamento do outro, não fisesse, na sua parte da capitanía, nenhuma ordenança, postura, nem regimento, para governança da terra ; e, posto que a fisesse, que não valesse,nem se usasse d'ella, sem consentimento de ambos »; e, havendo n'isto divergencia, o rei seria arbitro.

12 ª « quanto á justiça, que se regesse e governasse segundo ordenações d'estes reinos, e que, o dito João Affonso, possa pôr e levar e pôr escrivão na sua caravella quem lhe aprouver e por bem tiver ».

13 ª Fernão Dulmo, pagaria « o soldo que elle (Escrivão) merecer ».

14ª « E mais disse, o dito Fernão Dulmo, que, por o dito João Affonso assim supprir a estas despesas e dár tão grande aviamento a se esta armada pòr em obra, e por elle, Fernão Dulmo, não ser em tal disposição para ello e para todo o dito, João Affonso dá seis mil reaes brancos (Cêrca de 150.000 réis, de agora) os quaes, logo, recebeu do dito João Affonso, perante mim tabellião e testemunhas, por dez justos de oiro, para supprir algumas despesas, para logo partir para a dita ilha Terceira ».

15ª Se o rei não confirmasse, este contracto, ficaria nullo, e os seis mil reaes seriam devolvidos a João Affonso do Estreito.

16ª O que não cumprisse este contracto, confirmado, pagaria, de multa, ao que o cumprisse, dois mil crusados de oiro ; a cuja multa, hypothecavam a sua fazenda.

Em Lisboa, 4 de agosto de 1486 (Chancellaria de D. João II, liv. 19, fl. 87 v.), o rei, faz

« doação e mercê das ditas ilhas e terras povoadas e despovoadas que elle (« João Affonso do Estreito, nosso escudeiro, morador na ilha da Madeira ») descobrir ; assim, e pela guisa e com todas as condições e declarações, privillegios, liberdades e franquesas que temos outorgado ao dito Fernão Dulmo, e em a dita sua carta é conteudo. »

N'esta carta, feita a pedido de João Affonso do Estreito, lê-se :

« Pedindo-nos, por mercê, o dito João Affonso, que, por quanto elle faz preparatorio, as ditas caravellas bastecidas e armadas por seis meses, e, passados os ditos quarenta dias, em que está obrigado de seguir e acompanhar o dito Fernão Dulmo, e espera de gastar todo o outro tempo, até cumprimento dos ditos seis meses, em trabalhar de descobrir as ditas ilhas e terras, que nos aprouvesse de lhe outorgamos e fasermos doação e mercê, por nossa carta, de quaes quer ilhas e terras, que, depois de passados os ditos quarenta dias, elle achasse e descobrisse, assim e pela guisa que (a)o dito Fernão Dulmo, por a dita nossa carta, outorgado e dado tinhamos. »

Em Lisboa, 28 de outubro de 1499 (Livro das Ilhas, fl. 63 v.) o rei D. Manuel concede, a João Fernandes, o que, na seguinte carta, inédita, se lê :

« Dom Manuell etc A quamtos esta nossa carta virem fazemos saber que Joham fernamdez morador em a nossa Ilha terceira nos dise que por seruiço de deus e nosso se queria trabalhar de hyr buscar e descobrir algũas Ilhas de nossa comquista aa sua custa e vemdo nos seu bõo desejo e preposito alem de lho termos em seruiço a nos praz e lhe prometemos por esta de lhe darmos

como de feito daremos a capitania de quall quer Ilha ou Ilhas assy pouoadas como despouoadas que elle descobrir e achar nouamente E esto com aquellas Remdas homrras proueitos e jmtareses com que temos dadas as capitanias das nosas Ilhas da madeira e das outras e por sua guarda e nossa lembrança lhe mandamos dar esta carta per nos assinada e asellada com o nosso sello pemdemte dada em a nosa çidade de lixboa a xxviij dias do mes doutubro amdre fernamdez a fez anno de nosso Senhor Jhũ xpo de mill e quatroçemtos e lRix annos.

Em Cintra, 11 de maio de 1500 (Chancellaria de D. João III, liv. 35, fl. 2 v. e liv. 5 de Misticos, fl. 46) el-rei D. Manuel faz mercê e doação a Gaspar Corte Real, fidalgo da sua casa, das ilhas ou da terra firme que descobrir á custa da fazenda d'elle, Corte Real; na fórma costumada, que nos

« dias passados, se trabalhou, por si e á sua custa, com navios e homens, de buscar descobrir e achar, com muito seu trabalho e despesa de sua fazenda e perigo de sua pessoa, algumas ilhas e terra firme, e, pelo conseguinte, o quer ainda continuar e pôr em obra, e faser n'isso quanto poder por achar as ditas ilhas e terra ».

Esta carta, é confirmada a seu irmão, Vasco Annes Corte Real [1], do conselho de el-rei e veador da sua casa, em Coimbra, 17 de setembro de 1506 (Logares citados); disendo-se:

« e havendo respeito e lembrança, como o dito Gaspar Corte Real, seu irmão, foi o primeiro descobridor das ditas terras, á sua propria custa e despesa, com muito trabalho e risco de sua pessoa, e como, finalmente, com muitos creados, e homens que comsigo levava, n'isso acabou, e, assim mesmo, como despois Miguel Corte Real, seu irmão, que foi nosso porteiro-mór indo em busca do

1. A Vasco Annes Corte Real, cavalleiro da casa de el-rei, foi feita mercê « de todos os bens moveis e de raiz de Lourenço Martins Pardo, morador em Leiria, por ser com o infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira, contra a pessoa e real estado do dito senhor rei. » Evora, 25 de desembro 1449. — Chancellaria de D. Affonso V, liv. 37, fl. 123. *Archivo dos Açores*, vol. IV, pag. 473.

Ao mesmo, foi feita doação dos bens perdidos, de igual fórma, por Antão Rodrigues, morador em Podentes. Santarem, 15 de Março de 1451. — Chancellaria de D. Affonso V, liv. 37, fl. 28 v. *Archivo dos Açores*, vol. IV, pag. 473.

dito seu irmão, com navios e gente, que, á sua propria custa e despesa, armou; no que gastou muito de sua fazenda, por buscar e achar e remir o dito seu irmão e, assim, por nos servir no descobrimento das ditas terras, em que trabalhou quanto possivel foi, no que, outro sim, após o dito seu irmão, falleceu e acabou, e, com elle, muitos creados de seu pae e seus e do dito Vasco Annes, que, comsigo, levava », e, attendendo a que Vasco Annes Corte Real perdeu o que fica dito e está pagando as dividas que seus irmãos fiseram, em proveito da sua patria, lhe confirma a dita doação, como fica dito « como se propriamente, no principio, fôra feita ao dito Vasco Annes Corte Real. »

Em Lisboa, 15 de janeiro de 1502 (Chancellaria de D. Manuel, liv. 4, fl. 3 v.), faz, el-rei, doação e mercê a Miguel Corte Real, fidalgo de sua casa e seu porteiro-mór, « de toda a terra firme ou ilhas [1] que, o dito Gaspar Corte Real, até ora tem achadas ou descobrir d'aquella parte que elle denomear e demarcar, ao dito Miguel Corte Real, por sua », mesmo que se tenha perdido o dito seu irmão que

« havia dias que partira d'esta cidade, com tres navios, a descobrir terra nova, da qual já tinha achada parte d'ella, e como, depois de passado tempo, vieram dois dos ditos navios á dita cidade (Lisboa) haveriam cinco meses, e elle não vinha, que elle o queria ir buscar, e que, porquanto, elle, dito Miguel Corte Real, tinha feito muito gasto e depesa de sua fazenda, no dito descobrimento, assim, nos ditos navios, que, o dito seu irmão, para ella armou, por a primeira vez que a dita terra achou, e, assim, d'esta segunda, que ora foi, como com elle », pedia a confirmação referida, que o rei lhe concedeu.

Ao mesmo Vasco Annes Corte Real, do conselho de D. João III, veador de sua casa, fez, el-rei, mercê « dos officios de almoxarife e escrivão do almoxarifado e juiz dos orfãos e escrivão da camara da ilha da Garça que elle ora mandou descobrir, de que lhe temos feita mercê », por alvará de Lisboa, 23 de agosto de 1521 (Chancellaria de D. João III, liv. 35, fl, 5).

---

1. « a terra annunciada » como se diz na carta de D. Manuel, dada em Lisboa, a 27 de janeiro de 1501 (Chancellaria de D. Manuel, liv. 17, fl. 5) em que toma João Martins, escudeiro e creado de João Vaz Corte Real, por vassallo, em attenção aos serviços de Gaspar Corte Real, filho d'este João Vaz, « no descobrimento da terra annunciada ».

XXXIV. — Invenções de detractores.

Ha detractores conscientes e inconscientes; ha os que inventam e os que acceitam, sem critica; a respeito dos Açores, vêja-se o que diz Ernesto do Canto, no *Archivo das Açores*, vol. III, pag. 97-117, demonstrando que a Atlantida nada tem com aquellas ilhas; que nunca se acharam moedas phenicias, na ilha do Corvo; que não se encontraram monumentos em S. Miguel, e que a estatua da ilha do Corvo é a continuação d'um mytho geographico. A respeito d'esta phantasia, do phantasioso e inverosimil Damião de Goes, está, no mencionado *Archivo*, vol. II, pag. 522-526, a resposta de E. A. de Bettencourt, publicada, antes, no *Commercio de Portugal*, nº 517, de 17 de março de 1881, a um qualquer ignorante que publicara, no referido jornal, um artigo, a respeito da estatua inventada por Damião de Goes. Bettencourt, prova, ao insciente, que tal estatua nunca existiu. Vêja-se o artigo que precede este, de Bettencourt, tambem publicado no referido jornal, e que é esclarecido. José de Torres, mostrou, na *Originalidade da navegação do Oceano Atlantico*, etc. que tal estatua nunca existira; é, observação nossa, uma especie do mastro, com a véla, que os da expedição de Reccho, viram nas Canareas; é uma das estatuas que os arabes phantasiaram nas Canareas; mais uma vez poseram as Canareas nos Açores.

Santarem (*Recherches*, citadas, pag. LXXXV e *Diario do Governo*, de 23 de outubro de 1845), a respeito das ingenuas pretenções dos extrangeiros, ao descobrimento da Guiné, onde foram, depois dos portugueses lá irem, e, assim mesmo, guiados por pilotos portugueses, pôe estes detractores, que se baseiam na ignorancia de quem lê, no seu logar, disendo-lhes : « para um descobrimento merecer este nome, e ser a justo titulo, honrado e reputado como uma verdadeira prioridade, é mister que seja universalmente admittido e que tenha redundado em proveito da sciencia e da humanidade ».

Foi por este motivo que as expedições portuguesas, para Oeste, anteriores á primeira de Colombo, se tocaram na America, ficaram condemnadas ao esquecimento. A certesa com que Colombo assegurava que tocaria na India, pelo Occidente, n'um espaço de tempo certo, as relações que teve com os nossos navegadores, são indicios de que a America já era conhecida, antes de lá chegarem os navios hespanhoes; os nossos escriptores, recolheram a tradição de uma revelação feita ao genovez, na ilha da Madeira, por um piloto que teria visto a America; mas, tudo isto, julgamos, na nossa imparcialidade, vago, que deve ser crivel, mas não acreditado, sem mais elementos.

Que pelo Occidente se descobriria o Oriente, disiam-n'o já os gregos; Toscanelli e Monetario, nada disséram de novo, já o assentuámos; estando admittido, pela incommensuravel sciencia grega, que a Terra era espherica, lá se iria abordar. O que ninguem sabia era da existencia de um continente intermedio, ao occidente da Europa, ao oriente da India; é sabido que Colombo jurava e obrigava a jurar que descobrira a India, e que morreu, como já dissémos, n'essa presuação errada; d'aqui, veio chamar-se-lhe Indias Occidentaes.

O facto de apparecer uma terra, ao occidente do Atlantico, nos mappas mundi, antes do descobrimento do Colombo, tem levado alguns máus cultores da geographia historica a vêrem ahi a Antilha, a America, e a tirarem conclusões; essa terra, é a India, pelo Occidente, que os gregos, sabendo a Terra espherica (*Frei Gonçalo Velho*, cap. II) julgaram, com logica, ser abordavel pelo Atlantico.

Já vimos considerar a ampliação, feita em 10 de novembro de 1475, a Fernão Telles, da carta que lhe fôra concedida em 28 de janeiro de 1474, como bom elemento de prova do descobrimento da America, por Fernão Telles, n'este lapso de tempo; na primeira carta, concede-lhe, el-rei, a posse de qualquer ilha ou terra desaproveitada e despovoada; quasi vinte meses depois, na segunda carta, amplia-se-lhe, a concessão, ás ilhas e terras aprovei-

tadas e povoadas, que encontrar. Suppõe, o auctor, que esta fórma de diser indica terem tocado em terra povoada, os navios de Fernão Telles, e que essa terra só podia ser a America, « e como esse caso estava da primitiva concessão, solicitou e obteve que ella lhe fosse ampliada » ; nos vinte meses, Fernão Telles, teria armado navios, ido, voltado e preparado segunda expedição, e, conclue : « Se Fernão Telles não tem fallecido, desoito meses depois, no primeiro de abril de 1477, que provaveis empresas se não teriam seguido ? » Lembra se seria algum piloto de Fernão Telles o que, segundo alguns auctores, indicára a Colombo o caminho do Occidente. São hypotheses rasoaveis, diz ; mas, esqueceu que a ilha phantastica, das Sete Cidades, era povoada e que Fernão Telles esperaria achal-a ; na mythologia geographica, christã, havia imaginação para tudo ; modestamente, Fernão Telles, procurava as ilhas dos Lobos, Caprara, a ilha da Ventura ; mas, depois, lembrou-se de arcar com a das Sete Cidades ; o certo é que não acreditâmos que a America fosse descoberta em 1474-1475, e se guardasse um silencio de tantos annos, fasendo-se uma grande bulha, quando se descobriu o Brasil.

Ao lado d'esta phantasia, alguns auctores querem vêr, na seguinte passagem, do *Esmeraldo de situ orbis*, que Duarte Pacheco tivesse ido á America do Sul, em 1498, seis annos depois de Colombo ir á central :

« por tanto, bem aventurado Principe, temos sabido e visto como, no terceiro anno do vosso reinado, do anno de Nosso Senhor de 1498, d'onde nos V. A. mandou descobrir a parte occidental, passando alem a grandesa do mar oceano onde é achada e navegada uma tão grande terra firme com muitas e grandes ilhas adjacentes a ella, que se estende a setenta gráus de ladesa da linha equinocial contra o polo artico » etc.

Isto, não prova, de fórma alguma, que Duarte Pacheco descobrisse o Brasil, antes de Cabral ; que o grande rei D. Manuel, o mandasse, é provavel, D. Manuel era o continuador, benemerito, do infante D. Henrique, o qual adoptara (Extremoz, 7 de março de 1436) por filho, seu sobrinho e afilhado, o infante

D. Fernando, pae de D. Manuel, instituindo-o por universal herdeiro; a sua figura magestosa, na historia dos descobrimentos e na do povo portuguez, ha-de merecer, quando se generalisar a instrucção scientifica, em Portugal, grandes homenagens.

Duarte Pacheco, não diz que foi lá, diz que o rei o mandou lá, e, na sua linguagem especial, explica: « onde é achada e navegada »; não diz que foi elle quem a achou; melhores titulos julgam apresentar os hespanhoes que disem que chegou, antes dos portugueses, ao cabo Santo Agostinho, Vicente Annes Pinzon, etc.

Esta facilidade com que, sem critica, se admitte tudo que parece, aos escriptores, que póde ser agradavel aos seus conterraneos, é que tem dado causa ás pretenções dos escriptores aventureiros, d'outros paises; sem deixarmos de notar que o proprio Santarem, foi, como temos provado, largamente enganado por elles; acceitando-lhes conclusões que nunca acceitámos, e aqui temos rebatido. No prologo do *Esmeraldo de situ orbis*, o editor diz que, esse livro, foi começado a escrever em 1505, cinco annos depois do descobrimento do Brasil, por Pedro Alvares Cabral, em cuja armada não foi; decerto, iria ensinar o caminho, se se tivesse realisado a expedição que D. Manuel ordenara em 1498; seis annos depois do descobrimento da America, por Colombo.

Argumentam, tendo na mão as cartas de marear [1]; mas,

1. « Ora manifesto he que estes descobrimentos de costas, ylhas, e terras firmes, nam se fezeram, indo a acertar: mas partiam os nossos mareantes muy ensinados, e providos de estromentos e regras de astrologia e geometria: que sam as couzas de que os cosmographos ham d(e) ãdar apercebidos, segundo diz Ptolomeu, no primeiro livro da sua Geographia. Levavam cartas muy particularmente rumadas: e nam ja as de que os antigos uzaram; que nam tinham mais figurados que doze ventos, e navegavam sem agulha. E pode ser que seja esta a razão porque nam se atreviam a navegar, se nam com vento prospero, que he à poupa: e hiam sempre ao longo da costa, em quanto podiam: como vera quem deligentemente ler em Ptolomeu as navegações que os antigos faziam pelo mar da India. As nossas cartas sam muito diferentes

« As cartas (De marear) teem falsidade, por mil maneiras : a uma, é falsidade que n'ellas se não póde emendar por nenhuma maneira, nem, ainda, pela que Simão Fernandes diz que achou, a meu vêr, por a differença que ha hi (N'ellas) de plano e esperico (Espherico) ; d'onde, não sómente ha hi (N'ellas) falsidade nos circulos menores ; mas, d'esta falsidade dos circulos menores, resulta gram falsidade no circulo maior, como se mostra, por experiencia, na poma (Esphera), pelo papel (Traçado) da costa que o duque fez, desde o Estreito até o cabo de Guardafui ; d'onde resulta emfinda falsidade no circulo maior, assentada a costa na poma (Esphera).

Item. Ha hi, nas cartas, outras muitas falsidades, saber : que ellas mesmas, entre si, são diformes, as mais d'ellas ; e, nas coisas que temos usitadas (Esperimentado), de muitos annos para cá, quanto mais as que novamente se descobriram ; e não póde ser menos, que o que se faz por estimativa de muitos, cada um julga segundo a sua, assenta e emenda e corrige, como lhe apraz.

Item. As cartas do descobrimento da India são muito mentirosas, porque os pilotos, que descobriam, queriam mostrar que fasiam grandes serviços, cada um, em poêr muitas legoas que descobria, e quem punha milhares de legoas,

---

d'ellas : por que repartimos as agulhas, que em todo o logar nos reprezentam o horizonte, em XXXII partes iguaes, e podemos governar a hũa parte d'estas quanto espaço queremos sem embargo que no processo do caminho se mudem os orizontes, e as alturas. E assi como o caminho que fazemos faz, com os novos meridianos, igual angulo ao com que partimos ; assi memo na carta, que reprezenta o Universo, faz sempre a mesma rota, com os meridianos, angulos iguaes : pelos ditos meridianos serem linhas direitas e equidistantes que, com a terceira linha, que he a per que se faz o caminho, cauzam de dentro e de fora angulos iguaes. E esta he a razam por que foi necessario serem os rumos de Norte Sul, e quaes quer outros de hum mesmo nome, linhas dereitas equidistantes. Nem se pode fazer de linhas curvas nenhum planispherio, que tanto conforme seja ao nosso modo de navegar, como he a carta. A qual, posto que faça todolos parallelos iguaes á equinocial ; e os polos, que são pontos, linhas dereitas ; disto nam se segue mais, se nam que a carta nam he planispherio que nos faça, quanto á vista, aquella imagem e similhança do Mundo, que fazem os de Ptolomeu, e outros que hi ha, nos quaes ha somente parallelos e meridianos ».

Isto diz Pedro Nunes, no tratado que escreveu a respeito da carta de marear. Transcripto por Francisco de Borja Garção Stockler, no seu *Ensaio historico sobre a origem e progressos das mathematicas em Portugal* (Paris, 1819), pag. 100-102.

havia (Suppunha) que era um Hercules; e isto se acha, agora, por experiencia, porque, por todos los pilotos e homens que entendem em mar, afirmam ser o caminho da India muito mais curto do que, nas cartas, esta ».

E, depois de diser que cada piloto navega como quer [1], com differenças de centenares de legoas, da róta d'uns, para a róta dos outros, e que os grandes pilotos se enganam mais do que os que teem menor fama, não sendo possivel emendar as cartas, sem risco de ficarem muito peores, escreve que

« Não se deve faser a demarcação por cartas, segundo a capitulação antiga, porque certo está que, já aquelle tempo, havia cartas de marear em Castella e Portugal, em que se podessem assignalar tresentas e setenta legoas ao poente das ilhas do Cabo Verde; mas, porque, por ellas, não se podia faser coisa certa, não se fez, nem signalou (Marcou) n'ellas, aqui, e se determinou que fossem lá faser a mesma demarcação, por experiencia, porque, na capitulação diz que se fará por grados (Gráus), ou por qualquer outra maneira que mais verdadeiramente se poder faser; e, porque, os que capitularam, não estavam tão instructos (Instruidos) das coisas da marinha, cosmographia e astrologia, para, logo, determinarem o modo que se, n'isto, havia de ter, para, verdadeiramente, se haver de faser, disséram que se ajuntassem, na raia, os deputados das ditas faculdades, para, alli, darem, segundo suas sciencias, o modo e maneira como se esta demarcação podesse faser, mais verdadeiramente. »

Depois, diz que se fosse feita, a demarcação, pelas cartas, escusado era terem nomeado « astrologos », « porque, das cartas, não pertence nada á astrologia »; e nota que Ptolomeu disse que estas demarcações se devem faser de accordo entre os astrologos que, n'este caso, são astronomos, e os navegadores; isto é: entre os theoricos e os praticos; e, que, « Pelas pomas (Espheras), não se póde faser demarcação, porque as pomas são feitas a beneplacito (Phantasia) e não por experiencia e sáem de fontes turvas e falsas, que são as cartas ».

---

1. João « artium et medicine bachalarius », diz, no fim da carta a el-rei D. Manuel, de Vera Cruz, 1 de maio de 1500:

« Pera la mar mejor es rregyrse por el altura del sol que non por ningunas estrellas e mejor con astrolabjo que non con quadrante njn con otro ningud estrumento ».

Nota a contradicção entre as observações dos eclipses, feitas por Bernaldo Pires e Diogo Lopes de Sequeira, e diz:

« Quando se houvesse de medir o Mundo, e pelas legoas, o qual (Que) está provado ser tão falso, havia-se de medir todo ao redor, e não por uma só parte, saber: navegando-se pela nossa navegação, certos navios, e pela navegação que o emperador, agora, achou, do seu Estreito, por onde foi Magalhães, outros certos navios; então, ajuntando-se uns com outros, lá no cabo (Da Boa Esperança) estimariam (Calculariam) o que, cada um, tivesse andado, e, assim, se poderia partir, posto que, como acima dito é, a estimação (Calculo) é coisa tão enganosa e se deve de insistir nas coisas de Demonstração (Pratica) que não teem contradição. »

E, termina assim:

« E, ainda se não pode faser a demarcação, verdadeiramente, indo ao Levante, sem primeiro se faser a demarcação do Poente, que, nas capitulações, faz menção; e, feita, alli, pelas experiencias, com que se deve faser, d'alli resulta a se faser a do Levante, porque mal se poderá faser a do Levante, sem ser verificado o ponto da do Poente, segundo se ha-de partir pela metade. »

Assim, n'estes « Apontamentos que mandou o senhor duque (De Bragança; o que conseguiu que o rei fisesse D. Vasco da Gama, conde da Vidigueira, que era logar da casa de Bragança) do que toca ao negocio de Maluco » (Torre do Tombo, gaveta 18, m. 5, nº 3. — *Alguns documentos*, pag. 492-495), responde, com notavel sciencia e consciencia, um enthusiasta dos descobrimentos dos portuguezes, no seculo XVI, aos inscientes e inconscientes escriptores phantasistas, dos seculos XIX e XX, que dão ás cartas geographicas, antigas, e medições por gráus e legoas maritimas pre seculo XVI, uma importancia que, vê-se bem explicitamente, nunca tiveram.

Nem mais era preciso que a questão das Molucas, para provar os erros do tratado que dividia o Mundo entre Portugal e Hespanha.

No tratado de Lerida, 23 de abril de 1529 (Torre do Tombo, gaveta 18, m. 8, nº 29), entre o rei D. João III, de Portugal, e o

imperador Carlos V, se vê a confusão em que estavam, quando se diz:

« Y, siendo caso que las dichas yslas estiem y di tem de Maluquo mas o menos (Que os graus que indica), todavia, han por bien y son concordes que la dicha lynia quede lançada a las dichas dozientas y novienta y sete legoas y media mas a oriente, que hazen los dichos diez e nueve grados al nordeste y quarta del este de las dichas yslas de Maluquo ».

Tal era a confiança que havia n'estas medições, meio seculo depois do celebre tratado, entre os reis catholicos e D. João II, cujas medições theoricas teem servido para se crearem phantasias, ácêrca do descobrimento da America, como se fossem medições exactas, chegando a pretender-se, por exemplo, que o Brasil estava descoberto, pelos portuguezes, antes de 1500, quando as cartas de Pero Vaz de Caminha e de João « artium et medicine bachalarius », a el-rei D. Manuel, são documentos authenticos e irrefutaveis de que essa terra era absolutamente desconhecida.

Este, diz:

« Quanto, señor, al syto d'esta tierra, manda Vossa Alteza traer un mapamundj que tjene Pero Vaz Bisaguedo, e por ay podria ser Vossa Alteza el syto d'esta tierra; en pero aquel mapamundj non zertyfica esta tierra ser hallada, o no. Es mapamundj antjguo, e ally fallara (Achará) Vossa Alteza escripta tan bien la Mina. Ayer casy entendjmos por achos que esta era yslla, e que eran quatro e que de otra ysla vienen aqui almadjas a pelear con ellos e los llevan catjvos. »

A terra estava marcada, porque, desde a sciencia grega, se sabia que a Terra era esphérica, tanto que se esperava encontrar a India pelo Occidente. Colombo, morreu julgando que descobrira a India. Era conhecimento theorico; se fosse pratico, não julgariam que era illha, já saberiam que era continente; nem Pero Vaz de Caminha, começaria assim, a carta ao rei: « Senhor. Posto que o capitão mór d'esta vossa fróta e, assim, os outros capitães, escrevam a Vossa Alteza, a nova do achamento d'esta vossa terra nova, que se, ora, n'esta navegação, achou », e, tudo que se lê e com que se continuam estas duas cartas, até final, e não transcrevemos por ser bem

conhecido, prova que essa terra era nova, como diz, bem claramente, Pero Vaz de Caminha, descrevendo como foi achada e disendo os nomes que o capitão mór lhe foi pondo ; e João, descreve e desenha o cruseiro que já seria bem conhecido de el-rei D. Manuel, se de lá tivesse recebido noticias.

Concluindo : A leitura dos documentos, citados, que se encontram em *Alguns documentos*, convence, quem lêr, de que a terra de Santa Cruz foi descoberta por Pedro Alvares Cabral.

XXXV. — Cartas ao infante D. Henrique.

Os documentos, das chancellarias, que se referem aos trabalhos do infante D. Henrique [1], nos descobrimentos, foram, por nós, interpretados e transcriptos da fórma que se segue.

---

1. « Resoluto, em fim, a fazer a Deos este seruiço, & este beneficio ao mundo todo ; para melhor executar seus propositos, recolhêdose da jornada de Ceita se ficou no Algarue ; donde em a Angra de Sagres hũa legoa apartada do antigo Promontorio, que Sacro, disserão os Romanos & dahi Sagro, a Sagres, a quem chamamos hoje Cabo Sam Vicente) fundou hũa villa, em ordem á sua assistencia, & mayor comodo das nauegaçoens que intentaua : á qual deu por nome : Terça Nabal, quasi Nabal Tercena ; denotando o exercicio, para que a hauia leuantado. Darsena, & Arsenal, chamão os Venezianos a seu famoso Almazém de galés, donde se fabricão, & guardão ; a que nós dizemos : Tercena, Taraçana, & Ataraçana, os Espanhoes. He nome célebre, a quem muytos tem por voz Persiana ; & dos Persas difundida aos Arabes ; porque Ters, em idioma Persico, sinifica nauio, & Hane, casa : como se dissessemos casa de nauio. Outros querem que seja nome Arabigo : quasi obrador, ou casa donde se trabalha : deduzindose, da raiz Darsenaà : & algũs dizem que Hebreo, dizendo : Darasinaá : que tudo difere pouco ; cujas memorias trazemos ; porque se veja cò quanta erudição, aquelle sabio Principe, pos o nome a sua villa : Terçana Nabal. Que despois em mais Portugues, & grato modo, foi dita : Villa do Infante ».

Epanaphoras, de varia historia portugueza, por F. Francisco Manuel (Lisboa, 1660), pag. 313-314.

Antes, daremos conta, por extracto, de cinco documentos, ao mesmo respeito :

Carta cedendo, ao infante D. Henrique, o direito do quinto das presas que fossem feitas no corso do estreito de Gibraltar. — Santarem, dia e mes illegiveis, 1433.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 19, fl. 85.

Alvará privilligiando, de bésteiros de cavallo, trese marinheiros do infante D. Henrique ; dos quaes, oito, estavam em Lisboa, e, cinco, no Porto ; o infante, podia substituil-os, com tanto que nunca passassem de trese. — Restelo, 21 de agosto de 1437. Confirmado por D. Affonso V.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 19, fl. 17 v. e liv. 20, fl. 38 v.

Carta dando, ao infante D. Henrique, « logar e licença, emquanto nossa mercê fôr, que elle mande cortar, nos nossos pinhaes de Ribatejo, aquella madeira, que lhe cumprir para seus navios e casas e para outras quaes quer suas obras » [1]. — Almada, 1 de junho de 1439.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 19, fl. 17 v.

---

1. Era tão grande o atraso scientifico na cadeira de Historia, do Curso Superior de Lettras, ha vinte annos, que o respectivo professor emsinava que o pinhal de Leiria fôra mandado plantar por el-rei D. Diniz e que, d'ahi, eram tiradas as madeiras para se construirem as caravellas. Nem o pinhal de Leiria foi mandado plantar por el-rei D. Diniz (*Frei Gonçalo Velho*, vol. I, pag. LXXXII) ; nem os córtes de madeiras para as caravellas, eram feitos n'esse pinhal, mas nos do Ribatejo que ficavam perto dos arsenaes.

Para se faser idéa do atraso em que se encontram os portugueses, ácêrca da Historia, em geral, do seu paiz, e dos descobrimentos, em particular, léia-se qualquer dos livros, a este respeito, adoptados nas escolas ; os seus auctores e consentidores, demonstram a mais crassa ignorancia.

A uma náu, que foi, ha pouco, fabricada pela orivesaria portuguesa, toda a emprensa chamou caravella ; a mesma emprensa, falla n'uma visita, de homens de Borgonha, ao campo de Ourique, celebrando um acontecimento que lá não se deu (Vide : Alexandre Herculano, *Historia de Portugal*, e David Lopes, *Os arabes nas obras de Alexandre Herculano* (Lisboa, 1911).

Carta, ao infante D. Henrique, privillegiando-lhe vinte homens « que continuadamente morarem no seu logar da Baleia [1] e esto para ser aso de a poborarem ». — Beja, 14 de janeiro de 1445.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 25, fl. 72.

Carta privillegiando, de bésteiros de cavallo, quatro marinheiros que o infante D. Henrique tivesse em Lagos, os quaes havia de nomear, em um rol. — Evora, 18 de novembro de 1449.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 34, fl. 86.

Seguem-se as cartas, na integra.

Dom Eduarte etc A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merçee ao Ifante dom anryque meu Irmaão Teemos por bem e quitamoslhe o quinto que a nós perteençe dauer de todallas cousas que filharem e prearem quaaes quer nauyos e fustas que ell armar e trouuer darmada aa ssua custa daquy em dyante em que andarem sseos capytaaes E porem mandamos a todollos nossos oficiaaes que o dicto quinto pera nos ajam de Requerer e reçeber que sse nom empachem dello e lho leixem todo liuremente aver ao dicto Ifante meu Irmaão a que dello fezemos merçee como dicto he Unde al nom façades dada em syntra xxb dias de setembro gomez martins de moscoso a ffez era mil iiij^c xxxiij anos E esto lhe fazemos em quanto nossa merçee for.

Confirmada por D. Affonso V.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 19, fl. 19 e liv. 20, fl. 39.

Dom afomso etc a quantos esta carta uirem fazemos saber como o Ifante dom anrrique meu muyto prezado e amado tyo entendendo que fazia seruiço a Noso senhor deus e a Nos se meteo a mandar seus naujos a saber parte da terra que era alem do cabo de bojador por que atee entam nom auja njngem na cristendade que dello soubese parte nem sabiam se avia la poboraçam ou nom nem direitamente nas cartas de marear nem mapamundo nom estauam de buxadas senom a prazer dos homens que as faziam des o dicto cabo de bojador por dhiante e por ser cousa duujdosa e os homes se nom atreuerem de jr mandou la bem xiiijj ueses [2] atees que soube parte da dicta terra e lhe trouue-

1. Vide o nosso artigo *O infante D. Henrique pescador*, n'*A Caça*. Anno XIV, nº 9, pag. 141-144.

2. Lê-se Xiij (13), ao que accrescentaram : um i e um j (2), d'esta fórma : Xi iijj (15) : primitivamente, tinham escripto Xiij^o ; depois, transformaram o

ram dela per duas vezes hũs xxxbiij mouros presos e mandou dela fazer carta de marear e nos dise que sua vontade era de mandar seus nauyos majs adhiante saber parte da dicta terra e que nos pedia por merçee que lhe desemos nosa carta que nehuũ nom fose aquelas terras sem seu mandado e liçença asy per agraado como pera mercadarias e que daqueles a que elle asy mandase ou dese liçença lhes desemos o djreito do quinto ou dizima do que dela trouuesem segundo a Nos pertençese E por quanto nos somos certo de suso escripto e da grande despesa que feita teem e entende de fazer defendemos que em ujda do dicto meu tyo nengem nom pasem alem do dicto cabo do bojador sem seu mandado e liçença e os que pasarem nos praz que percam pera o dicto Ifante meu tyo o nauyo ou nauyos em que asy la forem e todo o que de la trouuerem e mandamos ao Noso corregedor da corte e a todalas nosas justiças que assy o compram sem algũa duujda nem embargo que a elle ponham e fazendo o contrairo sejam certos que tornaremos a ello como aos que nom comprem noso mandado E por lhe darmos ajuda ao que asi tem compeçado e por lhe quere(r)mos fazer graça e merçee Teemos por bem e lhe damos daqui em dhiante emquanto nosa merçee for o quinto e dizima do que asy de la trouxerem os dictos naujos que elle la mandar ou per sua liçença forem E porem mandamos aos almoxarifes das Nossas alfandegas que comprem e guardem esta Nosa carta segundo em ela per Nos he mandado e leixem auer e recadar os dictos direitos a quem o dicto Ifante Dom anrrique mandar Unde al nom façades dada em a ujla de penela xxij dias doutubro per autorjdade do senhor Ifante Dom pedro Regente etc. afonso anes a fez ano do senhor de mjll iiij^c R^ta iij [1].

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 24, fl. 61 e liv. 3 de Misticos, fl. 278 v.

Dom afonso etc a quantos esta carta uirem fazemos saber que o Ifante dom anrrique etc nos dise que elle entendia de fazer çerta poboraçam ou poboraçoes çercadas ao cabo de tras falmenar e que nos pedia por merçee que lhe desemos lugar a ello que lhe desemos o dicto cabo e hũa legoa aredor delle de termo E Nos vendoo que nos asy pedia e avendoo por noso seruiço lhe damos o dicto cabo com o dicto termo pella gisa que tem o noso castello e vila de

---

o n'um burrão e fiseram o accrescentamento do i e do j. O o põe-se em ij e em iij. não se põe em iiij, logo, fica bem visto que tinham escripto 3 (iij) e que foi para escrever 4 (iiij) que tiraram o o; e carregaram o X com um i.

1. Vide *A Caça*. Anno XIII, nº 11, pag. 165-166.

coujlhãa resaluando que o nom posa vender a nehũa pesoa e que depois de sua morte fique a Nos ficando Nos ou nosos herdeiros obrigados a refazer a quem o dicto Ifante leixar em seu testamento todas as despesas que formos certo que elle fizer nas fortelezas e poboraçam da dicta ujla E nos praz que aja o dicto termo per a gisa que nos per elle he demandado E outrosy nos praz que elle lhe ponha foro ao dicto lugar ou lugares aquelle que por bem teuer e que aja todollos direitos do dicto lugar ou lugares resaluando pera nos as dizimas de todalas cousas que vierem de fora do Regno que se tirarem per mar ou per terra do dicto lugar ou lugares pera nosos Regnos o quaaes queremos que logo ali sejam reçebjdas per nosos almoxarifes e que dem çertos recados pera aqueles lugares a que vaão como já pagaram a dizima e que lhe nom seja majs demandada por que nosa merçee he como o ala pagarem nom a pagem em outras partes E majs nos praz das cousas que trouxerem pera o dicto lugar pera despeza dos moradores delle que nom page em nehũa dizima e ajmda que hi descaregem algũs nauyos com mercadorias nom pagem dizima e as posam leuar seus donos pera honde lhes aprouger saluante se dhi forem tiradas per mar ou per terra pera os dictos Nosos Regnos como dicto he e jndo pera fora dos Regnos que nom pagem nada E eso mesmo nos praz polo bem e poboraçam do dicto lugar que os que hi morarem sejam escusados e liberdados segundo sam escusados os da alcaçoua de lixboa resaluando os encarregos que lhe o dicto Ifante quiser dar por serujço de deus e noso e de nossos Regnos e proll deles E que esto nom faça perjuizo a Nossos priuilegeos por que queremos que todo seja fecto asy como elle hordenar e de toda cousa que se hi vender ajamos Nossas sisas recadadas per Nossos ofiçiaaes segundo se faz nos outros lugares de nosos Regnos e Nos praz que o dicto Ifante aja toda a jurdiçam do dicto lugar ou lugares e todolos outros direitos resaluando pera Nos a correiçam e a mor alçada segundo se faz no dicto lugar de couilhaã e nas outras suas terras e as dezimas e sisas segundo dicto he e que sejam recadadas per Nosos ofiçiaaes per a gisa suso dicta e per çertidõe dello lhe mandamos dar esta nosa carta selada com o Noso sello de chumbo Dante em leirea xxbij dias doutubro per autorjdade do senhor Ifante Dom pedro Regente etc rruy Vaaz a fez ano do senhor de mjll iiij^c R^ta iij.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 24, fl. 61.

Dom affomso etc A quantos esta carta virem fazemos ssaber que a nós disse O Iffante dom henrrique meu mujto preçado e amado thio como lhe Nos demos nossa carta que nehuũas pessoas nom fossem aas terras de que elle mandou saber parte que ssom allem do cabo de bojador asy pera guerra como pera mercadorias ssem ssua licença e que daquello que de lla trouuessem asy de mouros ou mouras ou quaaes quer outras coussas lhe pagassem o quinto que

a nos erom theudos de pagar e esto pellas mujtas despesas que em ello mandou fazer segundo em a dicta carta mais compridamente era contheudo Outrosy Nos disse que quando elle mandaua asy os dictos Naujos aas dictas terras passauam pellas Ilhas de canarea em as quaaes por coussas que em ellas faziam com o nom deujam lhes enbargauam ssua hida e boom encamjnhamento do que mandaua fazer em o que elle reçebya grandes perdas e dessaujamento de ssuas armadas. E que por quanto Nos ssabiamos bem como nunca aquellas Ilhas destes nossos regnos forom naujos nehuũs[1] atees que elle alla mandou nem agora geeralmente nõm hiam lla ssenom os de ssuas armadas e por elle sseer o primeiro que destes nossos regnos alla mandou fazendo muy grandes despesas ssobre ello asy como ora fezera por ssaber parte das dictas terras daallem do cabo de bojador obrando ssenpre nello espeçealmente por nos fazer seruiço e por honrra dos nossos regnos Nos pedia por merçee que asy por as despesas que fez como por sseus naujos e jente non receber dapno nem torua em ssua hida lhe mandassemos dar nossa carta per que nenhuũas pessoas non vaão as dictas Ilhas ssem sseu mandado e que os que lla forem lhe paguem ho quinto do que dellas trouuerem asi como das ssobre dictas. E Nos veendo sseu requerimento o quall nos pareçe justo sseendo certo como todo asy fez e faz por nosso seruiço e honrra de nossos regnos e por sseer asy ho primeiro que destes nossos regnos alla mandou[2] e jsso meesmo sseermos em conhecimento das grandes despesas que fez em ello e por esquiuar de sseus naujos non reçeberem perda nem a toruaçom sobre dicta A nos praz e queremos e mandamos que em vida do dicto Iffante meu thio nehuũas pessoas de nossos regnos non vaão aas dictas Ilhas ssem ssua licença e mandado e os que lla forem lhe paguem o quinto de quanto dellas trouuerem asy como lhe teemos outorgado das dictas terras. E os que ssem sseu mandado passarem aas dictas Ilhas percam pera o dicto Ifante ho naujo ou naujos que leuarem ea mercadaria que trouuerem Porem mandamos ao nosso corregedor da corte e a todallas outras nossas Justiças e a outros quaees quer que esto ouuerem de

1. Isto, escripto n'um documento official, é mais uma prova de que a simulada expedição ás Canareas, pósta em 1341, é uma phantasia, admittida por escriptores inscientes.

2. N'este documento, o infante D. Pedro, em nome de el-rei D. Affonso V, e o infante D. Henrique, um disendo, o outro confirmando, asseguram que é falso tudo que se disse, depois, ácêrca da imaginada expedição ás Canareas, a que nos referimos, na nota anterior a esta. Entre o rei de Portugal, no seculo XV, e o infante D. Henrique, d'um lado, e os escribas ignorantes do seculo XX, nos vamos, e comnosco toda a gente que aprecia a verdade, pelo que disséram os dois primeiros, a quem conviria diser o contrario.

ueer per quall quer guissa que seja que asy o compram e façom comprir e guardar ssem alguũa duujda nem enbargo que a ello ponham e os que nom comprirem ssejam çertos que lhe daremos por ello escarmento como aaquelles que nom comprem nosso Mandado Unde al nom façades Dada em a muy nobre e ssenpre leal cidade de Lixboa tres dias de feuereiro per autoridade do Senhor Iffante dom Pedro curador do dicto Senhor Rey e curador e Regedor por ell de sseus Regnos e Senhorio matim aluarez a fez ano de nosso Senhor Jhesu xpo de mjll iiij^c Rbj Joham de lixboa a fez escrepuer.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 5, fl. 17 v.

Dom Afomso etc A quamtos esta carta virem fazemos saber como o Ifante dom amrrique meu muyto preçado e amado tyo entendemdo que fazia seruiço a nosso Senhor deus e a nos se moueo a mandar seus nauios a saber parte da terra que era allem do cabo do bojador por que atees emtam nam auia nimguem na xptimdade que dello soubese parte nem sabiam se auya alla pouoraçam nem dereitamente nas cartas do marear nem mapamundo nam estavam debuxadas senam a prazer dos homees que as faziam des o dito cabo do bojador por diamte e por seer cousa duuydosa e os homeẽs se nam atreuerem de hir mandou alla muytas vezes ata que soube parte da dita terra e lhe trouueram della per uezes mais de mil corpos demfieẽs presos e mandou dello fazer carta de marear e nos disse que sua vomtade era de mandar seus nauios mais adiante saber parte da dita terra e que nos pedia por merçee que lhe dessemos nossa carta que nenhuũ nam fosse aquellas terras sem seu mandado e liçemça asy per a guerra como pera mercadorias e que daquelles que elle asy mandase ou dese liçemça lhe desemos o direito do quinto ou dizima do que della trouuesem segundo a nos pertemçese E por quamto nos somos çerto do suso escripto e da grande despesa que feita tem e emtemde de fazer defemdemos que em vida do dito meu tyo nemguem nam pase allem do dito cabo do bojador sem seu mandado e liçemça e os que passarem nos praz que percam pera o dito Ifante meu tyo ho nauyo ou nauyos que asy la forem e todo o que della trouuerem e mandamos ao nosso Corregedor da corte e a todallas nossas justiças que asy o cumpram sem nenhuũa duuida nem embargo que a ello ponham e fazendo o comtrairo sejam çertos que tornaremos a ello como aos que nam cumprem mandado do seu Rey e Senhor e por lhe darmos ajuda ao que asy tem compeçado e por lhe querermos fazer graça e merçee Teemos por bem e lhe damos daquy em diamte em quamto nossa merçee for o quimto e dizima do que asy de lla trouuerem os ditos nauyos que elle la mandar ou por sua liçemça forem E Porem mandamos aos nossos almoxarifes das nossas alfandeguas que cumpram e guardem esta nossa carta segumdo nella he comtheudo e per nos he mandado e leixem auer e Recadar os ditos direitos a quem o dito Ifamte dom amrrique meu tyo mandar

damte em a nossa muy nobre e muy leal çidade de lixboa a dous dias de setembro Ell Rey o mamdou martim gil a fez anno de nosso Senhor Jhuũ xpo de mjll iiijc R biijo annos [1].

Livro 2 de Misticos, fl. 26.

Dom afomso per graça de deus Rey de portuguall e do alguarucc e Señor de çepta A quantos esta carta virem fazemos saber que o Iffante dom anrique meu muyto preçado e amado tio nos dise como lhe teemos outorgados os dereitos que a nos perteençem de todallas cousas que trouuerem os Naujos que vierem de canarea e do cabo do bojador pera alem e que temos defeso que nenhuũ naujos nom vaao as dictas terras de paz nem de guerra sem sua licença segundo mais compridamente he contheudo nas cartas nosas que dello tem e que por quanto a mor parte daquella terra nom he pouoada e ha grandes tempos que destes nosos rregnos se nom trautaram nenhuũas mercadarjas pera elle Nos pedia por merçe que lhe desemos os direitos que a nos perteencesem auer de toda mercadarja e cousas que se trautasem des o cabo de cantim ataa o cabo do bogador por quanto ho entendia por serujço de deus e noso de encamjnhar como se da dicta terra pera nosos rregnos trautasem algũas mercadarjas E nos visto seu Requerjmento e porque fomos çerto que pasa de trinta annos [2] que na dicta terra numca foy trautada mercadarja dos dictos nosos Regnos e querendollhe fazer graça e merçee Teemos por bem e damoslhe que tenha e aja de nos daqui em diante em quanto nosa merçee foor todo o dereito que a nos pertençe auer das coussas que da dicta terra vierem a nosos Regnos resaluando pera nos a sysa que a nos amontar dauer das dictas cousas que se venderem porque estes queremos que se Recadem pera nos nos lugares de nosos Regnos e senhorjos em que se venderem e eso mesmo nos praz que todollos naujos e homeens e mercadarjas que ella dicta terra mandar per suas cartas e leçeença sejam seguros de todallos nossos naturaaes que lhes nom façom nenhuũa sem rrazom nem lhes tomem contra suas vontades nenhuũas cousas do que leuarem e trouuerem e hjndo algũs naujos darmada de nosos Regnos aas dictas terras e filhando algũs outros naujos que lla forem com mercadarjas asy de nosos Regnos como de fora delles

1. Esta carta, é inédita, foi escripta porque a de Penela, 22 de outubro de 1443, expedida pela auctoridade do infante D. Pedro, devia ser renovada.

2. Conjugada, esta affirmação, com a que notámos na carta de Lisboa, 3 de fevereiro de 1446, documenta-se, mais uma vez, que foi o infante D. Henrique quem primeiro enviou expedições para o sul, e que essas expedições começaram a ir antes de 1419.

sem leçeença do dicto meu tio de taaes como estes queremos que se Recade pera nos o quinto de todo E porem mandamos aos veedores de nosa fazenda contadores almoxarifes e Reçebedores Corregedores juises e justiças, oficiaaes e pesoas e a outros quaees quer a que o conheçimento desto pertençer que asy o compram e façaam comprir sem outro embargo que a ello ponham E em testemunho dello lhe mandamos dar esta nosa carta asynada per nos e selada do noso sello de chumbo dante em a nosa villa de santarem xxv dias de fevereiro ElRey o mandou Ruy diaz a fez ano do Sehor mjll e iiij^c Rix. E eu martim gill a fiz escrepuer e aquj soescrepuj.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 35, fl. 60.

Dom afomso etc a quamtos esta carta uirem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merçee ao Ifante dom henrrique [1] meu muyto prezado e amado thio Teemos por bem e damoslhe que tenha e aja de nos daquy em diante emquamto nosa merçee for as duas casas das nosas tarçenas da çidade de lixboa que a em anbas duas naues que estam junto com as casas de çepta das quaaes tarçenas se ora o dicto Ifante serue com tanto que elle as adube e correga de todo o que lhe mesteer for a sua custa em quanto as asy teuer E porem mandamos aos nossos almuxarifes das dictas tarçenas e do noso almazem da dicta cidade e a outros quaaes quer que esto ouuerem de veer que lhe leixem teer as dictas tarçenas e seruir dellas no que lhe prouuer em quanto nosa merçee for como dicto he e façam registar esta carta em seus liuros do tombo pera se per ela saber como as de nos teem e ell tenhaa pera sua guarda Unde al nom façades Dada em santarem biij dias de março ElRey o mandou Ruy Diaz a fez ano do Senhor Jhu x^o de mil iiij^c Rix.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 20, fl. 37 v.

---

1. A respeito do captiveiro do infante D. Fernando (Vide *Frei Gonçalo Velho*, vol. I, pag. XCII), lêia-se o seguinte, que está na *Chronica do senhor rei D. Duarte,* (Apud *Inéditos,* tomo I, pag. 165-166), cap. XXXIII.

« Como quer que ho Ifante Dom Amrrique, com hum Sancto e proveytoso proposito, assaz insistiu pera ficar em a refeẽs, e nom seu irmaaõ, com fundamento depois que os christaõs visse salvos, nom consentir que Cepta, nem outra cousa que muito relevasse se desse por elle, mas os do Conselho por justas causas que teverom, nom derom a ysso consentimento ».

XXXVI. — Foi nulla a tradição geographica pre-seculo XV.

Fallar-se, nos documentos, em indios tomados nos navios de Portugal, em 1493, não prova que os portugueses conhecessem a America ; os indios, tomados e reentregues, pelos hespanhoes, a Portugal, em 1493, seriam captivos conquistados ao Preste João das Indias, que era o negus da Abyssinia, ou na Guiné, porque a Guiné e a Abyssinia, collocadas nos extremos Oeste e Este da Africa, confundiam-se, no conhecimento inexacto pre-seculo XVI, vêja-se a compilação geographica, chamada, impropriamente : *Libro del conoscimiento*, cujo estudo constitue alguns Commentarios d'este trabalho.

Diogo Gomes, falla dos indios do infante D. Henrique. Disia-se « indios das Canareas » : a denominação « canarim », designa habitantes da India ; ha pouco, encontrámos, na Torre do Tombo, um documento de 1690, em que se lê : « disseram (As testemunhas) que ouviram que a mãe de seu avô paterno, Christovam Botelho, era cabra que viera da India ; e supposto este impedimento, e não entrarem, na India, no serviço do Santo Officio, estes cabras, que é o mesmo que canarim ». (Torre do Tombo Santo Officio — Habilitações para familiar, de Luiz Botelho de Sequeira, natural de Obidos, e ahi morador, casado com D. Isabel Moniz de Carvalho, m. 7, diligencias 184. Foi admittido a familiar, apesar d'este impedimento). Melhor se entendia por indios os que não eram negros. A bulla de Julio II, diz que, D. João II e D. Manuel, mandavam seus navios ás terras dos moiros, negros e indios ; indios, eram os americanos ; seria confusão de factos, passados no tempo de D. Manuel, com os factos passados no tempo de D. João II ; ou, então, chamava, a bulla, indios, aos canareos ; sãs as denominações errantes que viajam com a deslocação dos conhecimentos ; a impropriedade de denominações, resultado de confusão da geographia anterior aos

descobrimentos, é uma das mais vulgares e fortes provas de que élo algum prendeu os navegadores portugueses ao conhecimento geographico pre-seculo XV ; foi, quando poderam cortar com essas noções erradas, que poderam abrir o caminho que essa tradição lhes fechava.

No Curso Superior de Lettras, cadeira de Historia, disia o professor, ha vinte annos, exactamente o contrario. N'um paiz que tem nos descobrimentos a causa da sua existencia, a cadeira official de Historia, n'um instituto superior de Lisboa, era regida, até ha pouco, hoje não sabemos como é, por esse professor que desconhecia as causas dos descobrimentos dos portugueses, nas vésperas da celebração do quarto centenario da chegada de Vasco da Gama á India (*Vide Frei Gonçalo Velho* vol, II, cap. III).

O infante D. Henrique exortava os navegadores ao descobrimento de novas terras, disendo-lhes que os perigos, do mar Tenebroso, não existiam, e Duarte Pacheco, escreve, no seu *Esmeraldo* : « pelos livros que dos antigos cosmographos ficaram, para esta navegação, nenhuma coisa nós podemos d'elles aproveitar » e afirma que os antigos nada souberam do que nós soubemos, nos descobrimentos ; accrescenta que Vasco da Gama « achou o contrario do que os antigos escriptores disseram ».

Pedro Nunes, escreveu que os descobrimentos dos portugueses :

« Tiraram-nos muitas ignorancias e mostaram-nos ser a terra maior do que o mar, e haver ahi antipodas, que até os santos duvidaram, e que não ha região que, nem por quente, nem por fria, se deixe de habitar. E que, em um mesmo clima e igual distancia do equinocio, ha homens brancos e pretos e de mui differentes qualidades. E fiseram o mar tão chão que não ha hoje quem ouse diser que achasse novamente alguma pequena ilha, alguns baixos, ou sequer algum penedo que por nossas navegações não seja descoberto. »

A tradição geographica, foi um conto de lareira ; a obra dos portugueses, nos descobrimentos, foi a sciencia exacta.

XXXVII. — Documentos dos Velhos, Cabraes, Travaços, Figueireros e Loureiros.

Tendo posto de parte, no *Frei Gonçalo Velho*, muitos nomes que pertenciam a pessoas não identificadas, a respeito do nosso estudo, que usavam do appellido Velho e do appellido Cabral, damos, aqui, a lista de alguns d'esses nomes, na chancellaria de D. João III : Agostinho Cabral, André Velho, Anna Cabral, Antonia Cabral, Antonio Andrade Velho, Antonio Cabral, Antonio Velho, Ayres Pires Cabral, Balthasar Velho, Braz Velho, Catharina Cabral, Diogo Cabral, Diogo Fernandes Cabral, Diogo Velho, Duarte Cabral, Duarte Velho, Fernando Alvares Cabral, Fernando de Andrade Velho, Fernando Cabral, Fernando Velho, Francisca Velho, Francisco Cabral, Francisco Velho, Gaspar Velho, Gil Velho, Gonçalo Velho, Heitor Velho, Isabel Cabral, Isabel Velho, João Cabral, João Fernandes Cabral, João Nunes Velho, João Rodrigues Cabral, João Velho, Jorge Cabral, Jorge Dias Cabral, Lasaro Velho, Luisa Cabral, Luiz Alvares Cabral, Luiz Cabral, Manuel Cabral, Manuel Fernandes Cabral, Manuel Velho, Martinho Velho, Miguel Velho, Nicolau Cabral, Nuno Fernandes Cabral, Nuno Lourenço Cabral, Nuno Rodrigues Cabral, Pedro Alvares Cabral, Pedro Velho, Rodrigo Velho, Ruy Lopes Cabral, Ruy Velho, Sebastião Velho, Simão Velho, Simão Velho de Carvalho, Vasco Velho, etc.

Seguem-se os extractos dos documentos, de relativa importancia, que vimos, ultimamente, e um documento, na integra.

Carta de doação, a Diogo Gonçalves de Figueiredo, escudeiro de D. Beatriz de Vilhena, dos bens que tinha Fernando, filho da ama de *João de Loureiro*[1], morador em Paços de Sirgueiros, o qual

1. Vide *Frei Gonçalo Velho*, vol. II, doc. DCXXX e DCXXXI.

estava nos reinos de Castella, « fallando e obrando de coisas em nosso desserviço. » — Leiria, 20 de agosto de 1443.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 27, fl. 147.

Dom affonso etc Item carta de martim esteuez escudeiro de *Diego Gonçalves de travaços*[1] per que o dam por tabeliam em serpijs asy e pella guisa que o era Joham rrodrigues que o dito ofiçio tijnha e sse finou em forma Dada em santarem xij dias de março elrej o mandou pello douctor rruy gomez daluarenga sseu vassallo e do seu dessembargo e peticoees vice chançeler diego afonso pero gomez borges a fez ano de nosso Senhor Jehu xpto de mjll iiij^c R bj.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 5, fl. 18 v.

Carta, confirmando os privillegios de coutada, que começa :

« Dom affonso etc a quantos esta carta uirem fazemos saber que *gonçalo de figuereido*[2] fidalgo da nossa cassa nos disse que a ssua qnintaa com sseus cassaaes e terra que esta na rribeira de palma fora senpre priuillijiada e liberdada per os rex nossos anteçessores » etc. — Alcacer, 10 de desembro de 1451.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 12, fl. 20 v.

Carta de « nosso geral notario em todos nossos reinos e senhorio sem nos dello pagar nenhuma pensão do dito officio » a « *Diogo de Figueiredo*, escrivão da nossa camara ». — Evora, 17 de abril de 1453.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 3, fl. 57.

---

1. Acêrca da origem dos Travaços : na Chancellaria de D. Diniz, liv. 2, fl. 62, apparece um Diogo Domingues, filho de Joanna Martins ; na Chancellaria do mesmo senhor, liv. 3, fl. 49 v., apparece um Diogo Domingues, irmão de Lourenço Domingues, naturaes do Barreiro ; no liv. 2, de Direitos Reaes, fl. 172, um Diogo Domingues, casado com Maria Domingues, compra a herdade da Sorthelha, a el-rei D. Diniz ; na Chancellaria de D. Fernando, liv. 3, fl. 55 v., está uma carta, concedendo licença para que Domingos de Santarem, seu filho, Diogo Domingues, e dois homens seus, tragam armas « vista a necesedade que el ha ». Nada mais encontrámos, ácêrca d'este nome e do nome Catharina Dias. (Vide *Frei Gonçalo Velho*, vol. I, doc. XCIII).

2. Vide *Frei Gonçalo Velho*, (Vol. I, doc. CCXLIII).

Gonçalo de Figueiredo, senhor de Palma, era filho de Ayres Gonçalves de Figueiredo e de sua mulher, D. Leonor Pereira ; neto paterno de Gonçalo

Carta de mercê, a *Rodrigo Annes de Travaços* [1], dos bens sequestrados a João Affonso, castelhano, clerigo, morador em Montemór o Velho, por comprar certos bens de raiz, sem ter licença. — Lisboa, 24 de maio de 1456.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 13, fl. 23 v.

Carta fasendo mercê, pela segunda vez, a *Diogo de Figueiredo*, escrivão de camara real, da capella da Rebouça, instituida na egreja da Azambuja :

« Teemos por bem e per esta presente carta ho auemos por Relleuado de

---

Garcia de Figueiredo ; bisneto paterno de Garcia Vasques de Figueiredo ; terceiro neto, na mesma linha, de Vasco Esteves de Figueiredo (*Frei Gonçalo Velho*, vol. II, doc. DCXXIX).

Vasco Esteves de Figueiredo.

Garcia Vasques de Figueiredo.	Affonso Vasques de Figueiredo.
Gonçalo Garcia de Figueiredo.	Diogo Affonso de Figueiredo.
Ayres Gonçalves de Figueiredo.	D. ... de Figueiredo, c. c. Alvaro Gil Cabral.
Gonçalo de Figueiredo, senhor de Palma, que vendeu a D. Fernando Mascarenhas, ascendente dos condes de Palma, Sabugal e Obidos.	D. Maria Alvares Cabral, c. c. Fernando Velho.
	Frei Gonçalo Velho, descobridor da Terra Alta (1416) e dos Açores (1431-1432).

1. A respeito de um Pedro de Travaços, cavalleiro da casa de el-rei, vêja-se, no Livro de Extras, fl. 253, uma carta, datada de Setubal, 4 de maio de 1496, de quitação da náu bretã que levou a Flandres, carregada de fructa, por ordem de el-rei D. João II.

A respeito de um Pedro Travaços, cavalleiro da casa de el-rei, vêja-se, na chancellaria de D. Manuel, livro 38, fl. 50, uma carta, datada de Coimbra, 16 de agosto de 1506, de quitação de tudo o que recebeu e despendeu nas obras de Nossa Senhora de Bellem, desde 13 de março de 1501, até 12 de Abril de 1505.

qual quer erro se em ello encorreo atee ora nom aministrando como deuia e ora nouamente lhe fazemos mercee e doaçom da dita aministraçom da dita capella de Rebouça pera elle dicto *diego de figueiredo* e pera todos seus herdeiros descendentes per linha dereita »,

cumprindo os encargos que tinha a capella, impostos pelo instituidor, Rebouça, por sua alma. Esta administração, tinha-lhe sido tirada, e fôra dada a Lopo de Almeida, do conselho de el-rei e védor da fazenda real, com quem *Diogo de Figueiredo* teve demanda, até que se composeram — Evora, 10 de março de 1461.

Livro 5° da Extremadura, fl. 154 v.

Carta de mercê, a *Ruy Dias Cabral*, cavalleiro da casa de el-rei, morador na villa de Extremoz, filho de Diogo Annes, de qualquer direito que el-rei tivesse no morgado instituido por Domingos Esteves Bem-lhe-quero, bis-avô do dito *Ruy Dias Cabral* — Aviz, 26 de janeiro de 1469.

Livro 6 do Guadiana, fl. 203.

Carta de mercê, a *Henrique de Figueiredo* [1], cavalleiro da casa d'el-rei e escrivão da fazenda, dos bens que pertenceram a João Annes, morador em Freixo de Espada Cinta. — Evora, 16 de março de 1473.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 33, fl. 41.

Carta a *Diogo de Figueiredo*, escrivão da camara e notario geral d'estes reinos, concedendo-lhe que possa usar do seu officio em todo o reino, e residir em Santarem, onde é morador. — Evora, 14 de abril de 1475.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 30., fl. 81.

Carta a *Henrique de Figueiredo*, cavalleiro da casa de el-rei e escrivão da fazenda real, de doação do « lezirão que está na cabeça da nossa leziria de Alcoelha, termo de Santarem ». — Arronches, 10 de maio de 1475.

1. Tem muitas mercês, na Chancellaria de D. Manuel.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 30, fl. 70.

Carta de doação a *Henrique de Figueiredo*, cavalleiro da casa de el-rei e escrivão da fazenda, dos lezirões que estão no Tejo, á Ponte de Almonda, junto da Azinhaga, termo de Santarem. — Arevalo, 4 de setembro de 1475.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 30, fl. 52 v.

Carta concedendo a *Henrique de Figueiredo*, cavalleiro da casa d'el-rei e escrivão da fazenda real, que combatera nas guerras com Castella e Africa, dos direitos que o rei tinha nos linhos e jugadas de Santarem, e seu termo. — Samora, 24 de outubro de 1475.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 9, fl. 12 v.

Carta de perdão a *Fernão Velho*, morador em Cabeceiras de Basto, por ser culpado, com outros, na morte de um Affonso Pires, de Villa Pouca, morador em Moreira de Rei, julgado de Monte Longo. — Guimarães, 22 de junho de 1476.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 7, fl. 27.

Carta a *Fernão Cabral*, do conselho d'el-rei, tornando a dar-lhe o officio de regedor da justiça na comarca da Beira e Riba de Côa, tirado, nas côrtes d'Evora, onde, tambem, fôra exonerado o conde de Penella. — Torres Vedras, 19 de agosto de 1476 [1].

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 7, fl. 42 v.

Carta a *Gomes de Figueiredo*, cavalleiro da casa de el-rei e armador-mór, concedendo-lhe, em attenção aos seus serviços, os direitos que

1. No mesmo dia, foi expedida outra carta, ao mesmo (*Frei Gonçalo Velho* vol. I, doc. CXLVI e CCCIX). Por lapso, provediente de serem da mesma data, foi substituido este extracto pelo que se lê no doc. CCCIX, que é o resumo do doc. CXLVI.

Aproveitámos a occasião, para notar que o doc. CCXXX, é extracto do doc. CXXI; e doc. CCLXXVIII, é extracto do doc. CXXXIII; o doc., CCLXXIX, é extracto do doc., transcripto do segundo logar citado, CCXXXIV; o doc. CCLXXXII, é extracto do doc., transcripto do segundo logar citado, CCXXXVII.

pagavam os judeus de Fronteira, Borba e Villa Viçosa. — Lisboa, 24 de agosto de 1476.

Chancellaria de D. Affonso V, liv. 7, fl. 47.

Carta de mercê do logar de contador e arrendador das rendas e direitos reaes, em Evora, Extremoz e Portalegre, a *Gomes de Figueiredo*, cavalleiro da casa de el-rei e seu armador-mór. — Montemór o Novo, 4 de fevereiro de 1482.

Chancellaria de D. João II, liv. 6, fl. 10 v.

Carta de confirmação da mercê de administração da herdade, situada na ribeira de Anha Loura, termo da villa de Extremoz, pertencente á capella de Vasco Esteves Gatuz (Na carta de Vianna, 22 de março de 1482, diz Gatiz), a Isabel de Lemos, filha de *Ruy Dias Cabral*, cavalleiro, morador na dita villa ; a qual capella, ella, herdara de seu pae. — Vianna d'apar de Alvito, 18 de março de 1482.

Chancellaria de D. João II, liv. 6, fl. 31 v.

Carta a Isabel de Lemos, filha de *Ruy Dias Cabral*, cavalleiro, morador em Extremoz, coutando-lhe a herdade, « na ribeira da Anha Loura, termo da dita villa », que pertencia á capella de Vasco Esteves Gatiz, na dita villa ; a qual capella, ella, herdara de seu pae. — Vianna, 22 de março de 1482.

Chancellaria de D. João II, liv. 2, fl. 152 v.

Carta de mercê, a *Gomes de Figueiredo*, védor da casa « do principe meu filho cuja alma Deus haja », attendendo aos seus serviços, do cargo de provedor da fazenda real, na comarca e almoxarifado de Evora. — Lisboa, 18 de outubro de 1491.

Chancellaria de D. João II, liv. 11, fl. 77.

Carta á villa de Belmonte, a pedido de *João Fernandes Cabral*, concedendo metade das penas da chancellaria, para reparo do relogio da dita villa. — Evora, 19 de fevereiro de 1495. Confirmada por el-rei D. João III.

Chancellaria de D. João III, liv. 42, fl. 6.

Carta de doação, a *João Fernandes Cabral*, de todas as rendas e fóros da villa de Belmonte. — Setubal, 19 de junho de 1496.

Chancellaria de D. Manuel, liv. 41, fl. 89.

Carta de confirmação dos privillegios de coutada á quinta, com seus casaes e terras, da ribeira de Palma, que tinham sido confirmados, em 10 de desembro de 1451, a *Diogo de Figueiredo*, a « dom fernando mazquarenhas do noso conselho que a dicta quymta ouue » e que isto pedia [1]. — Lisboa, 18 de janeiro de 1499.

Chancellaria de D. Manuel, liv. 41, fl. 73 v.

Livro 1 do Guadiana, fl. 167 v.

Carta a *Fernão Cabral* [2], fidalgo da casa de el-rei, disendo que « sem embargo de a egreja de S. Gião (Julião) de Azurara ser nomeada para as commendas, a doação, que elle tem do padroado d'ella, se cumpra ». — Evora, 19 de janeiro de 1520.

Chancellaria de D. João III, liv. 42, fl. 7 v.

Carta a *João Rodrigues Cabral*, fidalgo da casa de el-rei, filho mais velho de *Fernão Cabral*, que « tinha e havia de mim as rendas, fóros e direitos da villa de Belmonte que são da corôa de meus reinos », confirmando-lhe o que tinha seu pae. — Lisboa, 8 de agosto de 1538.

Chancellaria de D. João III, liv. 21, fl. 121 v., liv. 42, fl. 7, e liv. 61, fl. 106.

1. Vide, n'esta collecção, o extracto da carta de Alcacer, 10 de desembro de 1451, e respectiva nota. Vide *Frei Gonçalo Velho*, vol. I, doc. CDXXIII.

2. Vide *Frei Gonçalo Velho*, vol. I, doc. CXXX.

XXXVIII. — O descobrimento do Brasil.

A bulla do papa Alexandre VI (Vide o nosso artigo *Os portugueses e o Atlantico*, na *Revista portugueza colonial e maritima*, de 20-X-1899 e 20-XI-1899, vol. V, nos 25 e 26, 3º anno, pag. 1-11 e 90-101), de 4 de maio de 1493, dividindo o Mundo, em duas partes, uma para Portugal, outra para Hespanha, é expedida pouco depois da primeira ida de Colombo á America; n'essa bulla, a linha divisoria foi lançada de Norte a Sul, como se vê no mappa de Alberto Cantino. D. João II, cujo papel deploravel, nos descobrimentos, já demonstrámos, n'esse artigo, não devia ter acceitado bem esta bulla, que representava uma concessão, a elle, do que era d'elle, mas conformou-se; e, quando o escrevemos, em 1899, ainda não lêramos os *Dialogos de varia historia* (Lisboa, 1749), onde, Pedro Mariz, disse, a pag. 243: « E se elle (Infante D. Henrique), quando Christovam Colon veio a este reino, fôra vivo, com quanto alvoroço o recebera, ajudara e favorecera. »

A linha da bulla, de 4-V-1493, ainda não parou a cem leguas a Oeste das ilhas de Cabo Verde, onde a deixara Alexandre VI; Duarte Pacheco, Ruy Leme e João Soares de Sequeira, tendo discutido, com os hespanhoes, os direitos de Portugal, obtiveram, no tratado de Tordesillas, firmado em 7 VI-1494, que a linha ficasse a tresentas e setenta leguas a Oeste das ilhas de Cabo Verde.

A unidade legua, n'aquelle tempo, era muito incerta, e Roma, antigo tribunal da Haya, muito pouco digna de confiança, tendo no throno pontificio um Alexandre VI e um Julio II, fautores do protestantismo; por isso, toda esta machina, de bullas e tractados, era de movimento instavel, e, por isto, sobre o seu trabalho, são muito difficeis as conclusões; mas, inferir-se que os portugueses supplicavam, ao papa e aos reis de Hespanha,

que lhes dessem, por estes deslocamentos da linha de partição do Mundo, para Portugal e para Hespanha, o que já lhes pertencia, antes que Christovam Colombo fosse á America, é ir muito além na supposição de falta de brio nacional. A nós, repugnanos acreditar que esses homens, que brigavam com o Tenebroso, e o venciam, se rojassem a pedir, aos seus inimigos, que lhes concedessem o que tinham conquistado, que lhes dessem o Brasil [1], que era d'elles; no emtanto, já vimos, com tristesa, essa theoria escripta em portuguez e perfilhada, sem citação do enunciador, d'onde resultou que, o mesmo enunciador, denunciou o plagiador das suas theorias, expostas n'um livro publicado em 1900, na segunda ediação, que fez d'esse livro, em 1908. Crêmos que foi mais a inconsciencia do que imaginou, que a falta de boa vontade, que levaram o enunciador por esse caminho. A carta de Estevam Froes, a el-rei D. Manuel, diz que João Coelho — o da porta da Cruz — fôra á America, antes de 1494, e fr. Diogo das Chagas, citado por Drumond, *Annaes da Ilha Terceira*, tom. I, pag. 71, diz que João Coelho, mal havido com João Vaz Corte-Real, deixara os Açores, n'um navio, armado á sua custa, e dera com terras desertas, ao Sul. [2] João Vaz Corte-Real, morreu em 1496.

Vasco da Gama, viu signaes de terra, quando passou perto do Brasil, na sua primeira viagem á India: aves, do feitio de garções, que, ao anoitecer, voavam com grande velocidade, « como aves que iam para terra », e viram uma baleia; no diario

1. Herrera diz que Pinzon descobriu o Brasil, pondo o nome de Cabo de Consolacion ao que os portugueses chamaram Terra de Santa Cruz.

2. No seu testamento, feito em 1580, disse, um João Ramalho, que residia, no Brasil, havia noventa annos, portanto, desde 1490, dez annos antes do descobrimento por Pedro Alvares Cabral; mas, esta asserção, não tem valor algum, porque um homem d'aquella idade bem póde ter falha a memoria, e o testamento é authentico?

Disse, em 3-VII-1784, fr. Gaspar da Madre de Deus, que tinha a cópia do testamento de João Ramalho, feito nas notas do tabellião, Lourenço Vaz, na villa de S. Paulo, em 3-V-1580.

de bordo, que era a relação da viagem, não se diz que soubessem que terra era aquella, logo, não a conheciam; não a foram procurar porque não era esse o seu objectivo; Pedro Alvares Cabral[1], é que, depois, a procurou e achou; ou, não deviam diser, porque era segredo, que sabiam que terra era a que esses signaes indicavam, os quaes não se podiam occultar de tanta gente que ia nos navios de Vasco da Gama?

Na carta de capitão da fróta, que nós encontrámos e publicámos (*Frei Gonçalo Velho*, vol. I, doc. CLXV), dada a Pedro Alvares Cabral, quando partiu para a viagem em que descobriu o Brasil, nem uma palavra se diz, a esse respeito; a carta começa: « Dom Manuel, etc. fasemos saber a vós capitães, fidalgos, cavalleiros, escudeiros, mestres e pilotos, marinheiros e companha, e officiaes e todas outras pessoas que ides, e enviamos na fróta e armada que vae para a India ». Esta carta, que, até nós a encontrarmos, era desconhecida, foi por nós identicada com o descobridor do Brasil, porque n'ella se lê Gouvêa, appellido materno que, primeiro, usou, o descobridor, antes de se assignar Cabral, é datada de 15 de fevereiro de 1500.

Este silencio, ácêrca do objectivo da viagem, seria propositado, guardando o segredo, até que, officialmente, fosse declarado que os portugueses tinham descoberto uma terra ao sul da terra encontrada pelo genovez Colombo, ou tudo se teria passado tal qual o disem os documentos, na sua apparente ingenuidade[2]?

---

1. São dados por descobridores do Brasil, pre Cabral: Vicente Yanez Pinzon, Diogo de Lepe e Alonso ou Affonso Hojeda.

Pinzon, pretendeu dar-se por descobridor da America, antes de Colombo; Lepe, foi enforcado em Portugal, por ir tocar na parte da America, pertencente á corôa portugueza, segundo a bulla divisoria; vindo de lá, tocou em Portugal, e, D. João II, mandou-o justiçar, com approvação do rei de Castella; Hojeda, foi accusado de roubos, a bordo de navios portugueses, em Cabo Verde.

2. N'uma nota, ao fim das suas *Notes additionnelles*, ácêrca de Americo Vespucio, publicadas no *Bulletin* da Sociedade de Geographia de Paris, fevereiro

Parece que D. João II tinha concluido que, ao austro-sul, havia terra firme, dil-o Colombo, aggravando, ainda mais, a situação desse rei, a quem Isabel — a catholica —, só por ironia chamaria — El Hombre , que se deixou esbulhar, pelo genovez, Colombo ; talvez que D. João tivesse esperança em que Colombo morresse, na viagem ; era duvidosa, essa esperança. Colombo, teria sido, para D. João II, o mesmo que Fernão de Magalhães foi, para D. Manuel ? Isto é : Colombo, teria ido buscar, publicamente, para Hespanha, o que occultamente pertencia a Portugal ? « prasa a Deus, todo poderoso, que tal viagem façam como os Corte-Reaes, e Vossa Altesa fique descansado, e seja sempre, assim, invejado, como é, de todos os principes. », escrevia, de Sevilha, a 18 de julho de 1519, Sebastião Alvares, feitor, consul, de Portugal, n'essa cidade, a el-rei D. Manuel, ácêrca da expedição de Fernão de Magalhães, que, d'ali, ia partir. De Palos, não escreveria ninguem, a D. João II, quando Christovam Colombo partiu, disendo-lhe o mesmo ?

Talvez que, baseados na theoria, errada, que lhes garantia o encontro da India pelo Occidente, julgassem, os portugueses, que ali havia terras, sem que nunca as tivessem visto ; mas, então, isto entrava na ordem dos conhecimentos geraes e era escusado vir a Portugal, para saber coisas novas e citar auctoridades portuguesas, como cita Colombo, fallando de D. João II.

Quando, Caminha, na carta a el-rei, descrevendo-lhe o descobrimento do Brasil, lhe diz que vêja a carta de Pedro Vaz Bisagudo, onde está marcada terra, n'aquellas paragens, referir-se-ha á costumada marcação da India, ao Occidente, como fez Behaim,

---

de 1837, a qual começa : « *L'auteur de la Corographia Brasilica* », Santarem, prova que Vicente Yanez Pinzon não avistou o cabo Santo Agostinho, mas o cabo Norte ; ficando, assim, este navegador, excluido da lista dos descobridores do Brasil. Na *Memoria*, lida na Sociedade de Geographia de Paris, em 18 de junho de 1847, ácêrca da representação da America meridional, em fórma de ilha, nas cartas geographicas, Santarem torna a provar, na primeira nota, que Pinzon não descobriu o Brasil.

no seu Globo, em obediencia ás citadas theorias gregas [1]. O certo é que, mesmo que lá fossem, não deixaram, os portugueses, documentos com que se justifique essa ida á America, antes de 1492, e tudo que se disser, a respeito do conhecimento da America, antes de Colombo — Corte Reaes, fica sujeito á critica, porque não é definitivo.

D. João II, mostrou a Colombo as cannas grossas, que vinham parar aos Açores; fallava com elle n'isto, mostrava-lhe o que tinha, para elemento de suspeita d'uma terra ao Occidente; confessava, ao extrangeiro, o que sabia, ou que não podia occultar; saberia mais?

Colombo, aprendeu em Portugal o pouco que lhe ensinaram, talvez menos do que aqui se sabia, de terras ao Occidente; e aquelle homen — El Hombre —, que tanta força tivera para imitar as chacinas de Luiz XI, necessarias, talvez, por uma fatalidade historica, mas, sempre, repugnantes, dispondo de gente apta, não mandou tomar posse d'essa terra ao Occidente, sendo o homem que melhor sabia da sua existencia, ainda que soubesse pouquissimo, e deixou que o extranho, seu inimigo, se lhe antecipasse; sabia que o caminho maritimo para a India seria descoberto pelo Oriente, como foi, mas, ignorava que a Oeste, um outro continente era muito maior e tão rico que, passados quatro seculos, ainda, uma pequena parte d'elle, sustenta Portugal, e que o descobrimento d'essa terra, daria a Hespanha um poder tão grande que lhe permittiria absorver este paiz.

E, D. João II, sem prever nada, ia mostrando as cannas, da America, a Christovam Colombo [2], ia-lhe ensinando como se apossaria do que melhor nos pertencia, e entendeu-se tão bem

1. Pigaffeta, que foi com Fernão de Magalhães, diz: « Este homem, tão habil como corajoso, sabia que era preciso passar um estreito muito occulto, mas que elle tinha visto representado n'uma carta feita por Martim Bohemio, muito notavel cosmographo, que o rei de Portugal conservava no seu erario ».

2. Já notámos que, tendo começado o periodo aureo dos descobrimentos, em 1416 (Terra Alta), só terminasse em 1500 (Brasil), oitenta e quatro annos

com elle que, á volta do descobrimento, Colombo, aportou a Lisboa e foi saudar o rei *magnanimo* que lhe dera, para entregar a Hespanha, dois continentes infinitos no tamanho, enexauriveis nas riquesas. Foi, talvez, em agradecimento de tanta generosidade que a astuta Isabel lhe chamou El Hombre, quando não passava de ser uma creança.

XXXIX. — O NOME DA AMERICA.

Santarem, nas suas *Notes additionnelles*, ácêrca de Vespucio, publicadas no *Bulletin* da Sociedade de Geographia de Paris, setembro de 1837, segue a opinião de Humboldt, que julgou que Hylacomylus ou Ilacomylus ou Ylacomilus (Vide, *Notes*, referidas) era o pseudonymo do geographo Waldseemüller, um erudito de Friburg. Veja-se, tambem, o *Bulletin* da Sociedade de Geographia de Paris, desembro de 1835 — Humboldt.

No *Bulletin* da Sociedade de Geographia de Paris, anno 1873 — 6, 6ª série, pag. 178-179, diz-se que Hylacomylus, pseudonymo, era o nome de Martim Woltzmüller. Este Martim Woltzmüller, disia que Americo Vespucio [1] é que descobrira a nova terra, á qual dava o nome d'elle, Americo.

---

depois. Na róta da India, temos as seguintes datas, principaes : 1416, Bojador ; 1486, Boa Esperança ; 1498, India. Da primeira á segunda, vão setenta annos ; da segunda á terceira, vão dose annos. Na róta da America, temos as seguintes datas principaes : 1431-1432, Açores ; 1500, Brasil. Da primeira á segunda, vão sessenta e oito annos.

Colombo, gasta oito annos, na côrte dos reis catholicos, a solicitar os tres naviosinhos em que foi á America, on dechega em 1492, e só em 1503, faz o reconhecimento da costa, desde o cabo Gracias a Dios até Porto Bello, onze annos depois.

Vê-se que foi muito demorada a actividade dos navegadores, naturalmente por motivos de ordem politica, ainda mais do que economica.

1. No *Bulletin* da Sociedade de Geographia de Paris, de 1836, segunda série, 5-6, pag. 129-167, expôe, Santarem, o que averiguou, ácêrca de Vespucio, considerando-o um aventureiro.

« Le nom du continent découvert par lui (Christovam Colombo) était un nom indigène, qui d'une petite localité limitée (« Amerique, Amerrique ou Americ est un nom de lieu dans la Nicaragua, qui désigne les hautes terres ou chaîne de montagnes entre Juigalpa et Libertad, province de Chontales ; et qui se prolonge, d'un côté, dans le pays des Indiens Carcas, et de l'autre, dans celui des Indiens Ramas ») s'est étendu à tout le nouveau monde, grâce à une erreur d'un libraire-éditeur (Hylacomylus) d'une petite ville perdue dans les Vosges (Saint-Dié). »

Diz Jules Marcou, no *Bolletin* da Sociedade de Geographia de Paris, junho de 1875, pag. 587-597, artigo intitulado : *Sur l'origine du nom d'Amérique.*

D'esta fórma, Americo Vespucio, nada teve com a denominação da America, nome d'um logar, onde havia minas de oiro, e que, por isto, se estendeu aos dois continentes.

Os companheiros de Colombo, referiram que, no logar chamado America, havia oiro ; o livreiro, Hylacomylus, ouviu fallar no novo continente, onde havia oiro, no sitio denominado America.

« Hylacomylus de Saint-Dié, ne connaissant aucunes relations imprimées autres que celles d'Albericus Vespucius, publiées en latin en 1505 et en allemand en 1506, crut voir dans ce prénom d'Albericus l'origine du nom pour lui corrompu et altéré d'Amérique ou Américc ; renouvelant la fable du dauphin, il prit le Pirée pour un homme et dénomma cette terre d'après le seul nom des navigateurs qui fut venu jusqu'à lui, et qui présentât quelque analogie avec le mot Amérique ou Américc. Pour cela il lui fallut modifier et torturer le prénom de Vespucius : d'Albericus, Alberico, Amerigo et Morigo, qui sont les diverses manières d'épeler le prénom de Vespuzio ou Vespuchy, il fit Americus ! Ainsi, d'après ma manière de voir, ce serait par suite d'une erreur d'Hylacomylus que le nom aborique du nouveau monde Amérique, Amerrique ou Américc a été européanisé, latinisé et rapporté au fils d'Anastasio Vespucci. »

Em summa, depois de dedusir, muito bem, os motivos porque sustenta esta opinião, escreve :

« Les accusations de plagiat, lancées contre Alberico Vespuzio, tombent et il n'y a plus de raisons pour lui reprocher d'avoir imposé son prénom, ou tout au moins d'avoir laissé imposer son prénom à tout un continent ; d'autant plus que son prénom n'a jamais été Américc, mais bien Alberico ou Amerigo. »,

e, conclue : « En un mot, le nom Amérique est américain. »

O nome America, foi acceito porque é breve e suave. Colombia, nome de um paiz americano, não tem euphonía ; os navegadores não costumavam pôr os seus nomes ás terras que descobriam ; muito especialmente, Colombo, não poderia atrever-se a pôr o seu nome a uma terra que elle encontrara, pelas indicações dos portugueses ; aquelle territorio infinito, era, para elle, a India ; onde os homens articos, nunca poderiam ter um conhecimento exacto, apesar das phantasias que se teem ideado e nunca se provaram ; aquellas raças, são muito poucou aventureiras, a prova está em que pouco avançaram para o Norte, seu visinho ; nunca viram o pólo ; depois de descoberta a America e patenteada ao Mundo, vieram diser que, já no seculo IX, tinham visto a America ; se tal succedesse, demonstravam uma incompetencia absolucta, sabendo guardar, durante seis seculos, um segredo que beneficiara todo o Mundo, não aproveitando, de fórma alguma ; quando se descobrir o polo Norte, virão declarar que já lá tinham ido ?

O facto de se terem conhecido as costas do Lavrador e da Terra Nova, sem mais reconhecimentos, não se póde chamar descobrir, porque de nada serviu á Europa esse conhecimento, onde só chegou, officialmente, quando Colombo o trouxe.

XL. — Depoimentos ácêrca de Colombo.

Com justesa e justiça se póde diser, na opinião dos mesmos hespanhoes, antigos, que o famoso jenovez não teria encontrado a America se, antes, não tivesse descoberto o segredo dos portugueses ; este ponto, tem sido, ultimamente, debatido, mas, nunca vimos que se fisesse o que vamos, aqui, faser : dár a palavra aos escriptores que, em Portugal, melhor discutiram este assumpto, e ao padre hespanhol Juan de Mariana, que, na sua *Historiae de rebus Hispaniae*, conta que Christovam Colombo, casado em Portugal, encontrou-se na Madeira, onde recebeu, em sua casa, o

mestre de um navio, que, indo negociar á costa da Africa, foi surprehendido por uma tempestade e levado, pelos ventos, a costas desconhecidas ; ahi, esteve algum tempo, esperando que a tempestade passasse e reparando as avarias ; depois, içou as vélas e voltou ; quasi todos os tripulantes tinham morrido ; o mestre e mais tres ou quatro companheiros, vieram aportar, extenuados de fadiga e de fome, á ilha da Madeira.

Christovam Colombo, recebeu, em sua casa, o mestre e os companheiros ; o mestre, não poude sobreviver á fadiga, e, morrendo, deixou a Colombo, em paga do serviço que este lhe prestára, tratando-o, as memorias, que tinha escripto, da viagem, trabalhosa, ás terras desconhecidas, de que voltava, e as instrucções precisas, para lá se ir.

Christovam Colombo, munido d'estes papeis, conhecia o que afirmava, com tanta fé, e não admira que afiançasse a Henrique VII, rei de Inglaterra, a Isabel, rainha de Hespanha, a D. João II, rei de Portugal, e a todos a quem propunha a viagem, que encontraria terra ao Occidente ; não admira que dominasse a revolta dos marinheiros, com a promessa dos tres dias ; quando, saindo de Palos de Moguer, na Andalusia, a 3 de agosto de 1492, navegou, tão firme, ás Canareas e se engolfou, tão fórte, no Oceano, bem sabia onde ia ter ; não foi a sciencia cosmogonica, nem Marco Polo, que lhe deram esta certesa.

Nicolau de Oliveira *(Livro das grandesas de Lisboa* (Lisboa, 1620), pag, 171 e v.), diz que Fernão de Magalhães facilitou e descobriu a navegaçaõ do Occidente-sul

« partindo de Sevilha por general de uma armada castelhana, seguindo a navegação dos mares já descobertos por outros portugueses, e ficando-lhe á mão direita as Antilhas de Castella, achadas tambem por portugueses e por elles reveladas a Christovam Colombo que n'aquelle tempo residia na Ilha da Madeira, o qual, por esta informação, fez depois um descobrimento e tão importante para a corôa de Castella. »

Gaspar Estaço *(Varias antiguidades de Portugal* (Lisboa, 1625*)*, dedica os capitulos 80 a 84 a este assumpto, sustentando, com

Gomara e outros auctores, que a America estava descoberta antes de Colombo lá ir, e que foram os portugueses que ensinaram o caminho ao genovez. Refere que Ludovico Domenichi, auctor italiano, e, portanto, insuspeito, « de grande eloquencia e nome, de quem Paulo Jovio fiou a traducção em volgar da sua Historia » (Pag. 290), (Domenichi, liv. 7, cap. 39, fl. 374), affirma que Christovam Colombo disséra, muitas veses, a el-rei D. Fernando, de Castella, que, em trinta e um dias, iria de Cadiz ás Indias, e assim o fez.

Effectivamente, tal certesa, n'um homen que tinha tão pouca sciencia que, feito o descobrimento, nunca soube o que descobrira, como é notorio, é suspeita e bem se vê que não veio por deducção scientifica, mas por conhecimento exacto de quem lá tinha ido em trinta e um dias.

Com logica, diz Gaspar Estaço : « No que parece ordenou Deus que nos ficassem estes rastos de ditos e feitos seus (De Christovam Colombo) pera, depois d'elle descobrir as Indias, o podermos descobrir a elle por segundo e não primeiro descobridor d'ellas. » (Pag. 290).

E, mais adeante (Pag. 294), diz « que eu não vêjo que elle (Christovam Colombo) fisesse aqui mais do que faz qualquer piloto que hoje vae áquellas terras e torna, usando dos instrumentos de que elle usou. ».

Fallando de Americo Vespucio dár nome ao novo descobrimento, tendo lá ido depois de Colombo, diz (Pag. 299) que Vespucio tirou, em publico, a Colombo, o que Colombo tirára, em segredo, ao portuguez, primeiro descobridor : gloria ; e, acrescenta (Pag. 299) :

« O que eu sei é que, d'aquelle descobrimento, Americo levou a fama, Colom o proveito, e o primeiro descobridor, as tormentas e tempestades, causadoras de sua morte, nas quaes elle semeou o que os outros colheram em bonanças. Tão desviado anda, muitas veses, o descanço do trabalho, e o premio da esperança. »

Em conclusão (Pag. 297) :

« Do que fica dito se entende que o primeiro descobridor das Indias occidentaes foi portuguez que morreu em casa de Christovam Colom, o qual elle agasalhou n'aquelle estado, ou polo interesse dos papeis, que d'elle esperava, ou por ser parente de sua mulher, que já se disse como se casou em Portugal, ou por tudo junto. »

Seguem-se as transcripções, em portuguez actual, para melhor comprehenção de todos, começando pelo citado capitulo 80.

Capitulo 80.

Que Christovam Colom, italiano, não foi o primeiro descobridor das Indias Occidentaes, senão um hespanhol que morreu em casa do mesmo Christovam Colom, na ilha da Madeira.

Os auctores italianos, como Sabellico, Francisco Guicciardini, Pedro Justiniano, Lourenço de Anania, Pedro Maffeio, João Botero, e outros, com muitos castelhanos, que n'isto consentem com elles, tem declarado e publicado a Christovam Colom, italiano jenovez, por descobridor das Indias de Castella, e assim diz João Botero (*Descripção da Europa*), nas suas relações universaes, que os hespanhoes descobriram o mundo novo, guiados de um italiano.

Está isto tão recebido, geralmente, que não será pequena novidade diser que Christovam Colom, italiano, descobriu o mundo novo, guiado de um hespanhol, que primeiro o descobriu, e vindo d'este descobrimento, destroçado e enfermo, morreu na ilha da Madeira, em casa de Christovam Colom, e lhe deixou os papeis da situação e altura d'aquellas novas terras que deixava descobertas, por cujas pegadas foi Christovam Colom a buscal-as, e, sem erro nem difficuldade, as achou.

O padre José da Costa (*Historia natural e moral das Indias*), refere, de passagem, o caso d'este hespanhol, disendo que, vindo de descobrir o novo mundo, deixou a Christovam Colom, seu hospede, noticia de coisa tão grande. Mais se estendeu Illescas na *Historia pontifical*, porque, tratando, de proposito, do descobri-

mento das Indias Occidentaes, conta que um piloto, que navegava pelo mar Oceano, teve um temporal tão fórte que, com elle, foi levado a terras nunca vistas nem ouvidas, de onde tornou tão perdido e destroçado que, em poucos dias, morreu, na ilha da Madeira, em casa de Christovam Colom, ao qual, em paga da hospedagem, deu certos papeis e cartas de marear e relação muito particular do que tinha visto n'aquelle naufragio. Pelos quaes papeis, foi Colom (Fasendo os reis catholicos as despesas) descobrir as ditas terras, a que chamou Indias. Isto, resumi, em poucas palavras, que Illescas diz em muitas mais.

Já consta, por estes dois auctores, que Christovam Colom não foi o primeiro descobridor das Indias, mas, passam elles tão apressados pelo nome e nação do que primeiro as descobriu como se não fosse este feito o maior e de mais excellencia de quantos alguma idade já mais viu, como diz o cardeal Pedro Bembo, italiano (*Historia de Veneza*), considerando-o na pessoa de Christovam Colom, tambem italiano.

O chronista Francisco Lopes de Gomara, assim como em muitas partes de sua historia se mostrou homem candido e singelo, assim se mostrou n'esta, por que falla, muitas veses, no primeiro descobridor das Indias, e lamenta a desgraça de não se lhe saber o nome, o qual é bem que oiçamos por suas palavras, tradusidas em portuguez, que são as seguintes (*Historia das Indias*) :

Navegando uma caravella pelo nosso mar Oceano, teve tão forçoso vento de Levante, e tão continuo que foi parar a terra não sabida, nem posta no mappa ou carta de marear. Tornou de lá em muitos dias, mais dos que (em que) foi, e, quando cá chegou, não trasia mais que ao piloto e a outros tres ou quatro marinheiros que, como vinham enfermos de fóme, e de trabalho, morreram dentro de pouco tempo. Eis aqui como se descobriram as Indias, por desdita de quem primeiro as viu, pois acabou a vida sem gosar d'ellas e sem deixar, ao menos, sem haver memoria de como se chamava, nem de donde era, nem em que anno as achou. Bem que não foi culpa sua, senão malicia de outros ou inveja da que chaman fortuna.

E, prosegue :

Ficara-nos, se quer, o nome d'aquelle piloto, pois todo o al com a morte se

acaba. Uns fasem andaluz, a este piloto, que tratava em Canarea e na ilha da Madeira, quando lhe aconteceu aquella longa e mortal navegação, outros, biscainho, que tratava em Inglaterra e França, e, outros, portuguez, que ía ou vinha da Mina ou India [1]; o qual, quadra muito com o nome que tomaram e tem aquellas terras.

E, mais adeante:

Tambem, ha quem diga que aportou a caravella a Portugal, e quem (diga) que na ilha da Madeira, ou outra das ilhas dos Açores, mais ninguem affirma nada, sómente concordam todos em que falleceu, aquelle piloto, em casa de Christovam Colom, em cujo poder ficaram as escripturas da caravella e relação de toda aquella longa viagem, com a marca e altura das terras novamente vistas e achadas. Tudo isto é de Cumara.

E, n'outro lugar, diz o mesmo auctor :

Christovam Colom, foi mestre de faser cartas de navegar, de onde lhe nasceu todo bem. Veio a Portugal por tomar conhecimento da costa meridional de Africa, e do mais que portugueses navegavam, por melhor faser e vender suas cartas. Casou-se, n'aquelle reino, ou, como disem muitos, na ilha da Madeira, onde cuido que residia ao tempo que ali chegou a caravella sobredita. Hospedou ao patrão d'ella, em sua casa, o qual lhe disse a viagem que lhe havia succedido e as novas terras que vira, pera que lh'as assentasse em uma carta de marear que comprava. Falleceu, o piloto, n'este meio (tempo), e deixou-lhe a relação, traça e altura das novas terras, e assim teve, Christovam Colom, noticia das Indias.

E, n'outro logar (Sempre, *Historia das Indias*), diz assim :

Tanto que morreu o piloto e marinheiros da caravella, hespanhol, que descobriu as Indias, determinou Colom de as ir buscar, mas, faltava-lhe cabedal e favor de rei pera o faser. E, vendo a el-rei de Portugal occupado na conquista de Africa e navegação do Oriente, que urdia então, e ao de Castella na guerra de Granada, mandou seu irmão, Bartholomeu Colom, que tambem sabia o segredo, a negociar com el-rei de Inglaterra ; e não trasendo de lá o despacho que queria começou a tratar o negocio com el-rei de Portugal, D. Affonso V, mas não se lhe deu crédito nem o favor que pretendia, o qual, ultimamente, foi pedir a el-rei de Castella, e d'elle o houve, com que foi buscar as Indias.

A causa de se chamarem, as Indias Occidentaes, por este

1. Não podia vir da India, pelo mar, antes de 1497.

nome, diz este auctor que é porque da India Oriental vieram indios, como diz Herodoto, a povoar a Ethiopia, que está entre o mar Roxo e o rio Nilo, que agora possue o Preste João, a qual Ethiopia, d'aqui, se chamou India, e d'ella tomaram o nome as Indias Occidentaes, porque ou ia ou vinha, de lá, a caravella que aportou n'ellas; e, como o piloto viu aquellas terras novas, chamou-as Indias, e assim as chamou sempre Christovam Colom. Isto, diz aquelle auctor, o qual nós ajudaremos com as rasões que se nos oferecerem e se verão nos capitulos seguintes. »

Rodrigo Mendez da Silva (*Catalogo real* (Madrid, 1656), fl. 128), diz: « guiado (Christovam Colombo) de los papeles que le dexó en la isla de la Madera, Rodrigo Faleiro, peritissimo marinero y gran cosmografo portugues », foi á America.

Francisco de Brito Freire, *Nova Lusitania Historica da guerra brasilica* (Lisboa 1675), pag. 8, § 10 e pag. 9, § 12, diz:

« Parecendo-nos as coisas que possuimos inferiores ás que esperamos e concebendo-se maior conceito das mais remotas, deixaram as armas portuguesas, empenhadas na conquista da Asia, de proseguir a da Africa. E quasi a mesma mudança que fiseram, n'aquelle tempo, da Africa para Asia, fasem, agora, da Asia para a America, que de Americo Vespucio tomou o nome, adquirindo a voz e explendor da posteridade, com mais dita que fundamento, no brado que então soou da fama inadvertida. A gloria de a haver descoberto d'esta banda a que chamaram Santa Cruz, e, impropriamente, chamam Brasil, é de Pedro Alvares Cabral. O louvor de achar primeiro diversas ilhas, d'aquella parte que se intitula Nova Hespanha, de Christovam Colom. A este, que se adeantou em o tampo, adeantaremos em a Historia.

Affonso Sanches, natural da villa de Guelva, na provincia de Andaluzia, saindo das Canarcas, correu tão furiosa tormenta que, obedecendo, muitos dias, á violencia do mar, na volta de Loeste, descobriu uma terra incognita. Não se deteve mais que em demarcal-a, porque a falta de mantimentos e a de animo, com maior espanto do que observação, o obrigou a fugir, do que a vêr a costa. E, buscando o porto mais visinho, mortos já quasi todos os companheiros, surgiu ou resurgiu para anunciador do outro Mundo (que assim chamam o Mundo Novo) na Ilha da Madeira, que alguns lhe dão por patria. Onde, como se esperára só acabar a viagem, acabou brevemente a vida, em casa de Christovam Colom. A quem, agradecendo a hospedagem, na carta em que havia demarcado a terra, deixou a verba do testamento de Adão, pela qual a Suprema

Providencia concedeu ás nações, para quem estavam guardadas, as riquesas da America.

Colom, discipulo da doutrina portuguesa, era, pela pratica e theoria da navegação, não menos cosmografo que marinheiro. Arrebatado da grandesa do seu animo e persuadido da noticia do seu estudo, com a informação do Sanches, correu a convidar, para tão generosa conquista, primeiro, os naturaes geneveses, depois, os principes da Europa, e muito particularmente, el-rei de Portugal, D. João II. Mas, aquelle mesmo Destino, que antes havia repartido a Hespanha, quiz agora repartir a America, entre portugueses e castelhanos. Assim, devemos, religiosamente, attribuir a maior causa, não admittirmos a grande instancia d'esta offerta, no mesmo tempo que empregavamos todo o desvelo em semelhantes descobrimentos. »

Falla, agora, Joannis Marianae Soc. Jesu *Historiae de rebus Hispaniae* (Hagae-comitum, 1733), pag. 186-187) :

« Navis quaedam in Africae commercio occupata superioribus annis, ventorum violentia ; abrepta ad ignotas terras & littora appulit. In reditu vectoribus & nautis fame extinctis, Navarchus cum tribus aut quatuor fociis Maderam insulam, quae in ditione Lusitanorum erat, tandem tenuit mortuo quam spirant similior. Agebat forte in ea insula Christophorus Columbus natione Ligur (nam & uxorem in Lusitania duxerat) ingentis animi vir, singulari industria, quod erat praecipuum rei nauticae imprimis peritus. Excepit is hospitio Navarchum : qui longiquae navigationis laboribus fracto corpore, brevi extinctus commentaria quae de tota navigatione confecerat, Columbo reliquit. Quae sivera causa fuit : sive ex Astronomica disciplina, aut á quodam Marco Polo medico Florentino edoctus statuit quasi remminime dubiam, trans noti orbis terminos etiam ad occidentem solem, magna terrarum spatia patere, novas & incognitas gentes habitare lingua, moribus, superstitionibus dissonas. »

Nas *Obras* do doutor Duarte Ribeiro de Macedo (Lisboa, 1743), tomo II, pag. 227-228, lê-se :

« Los Portuguezes fueran los primeros a desocupar sus tierras de los Moros, y los primeros a buscarlos en Africa, cerrando las puertas por onde passavan a España los socorros Africanos. Ellos con sus navegaciones prodigiozas desterraram del Mundo la ignorancia de los siglos passados, enseñaron que era habitable la Zona Torrida, que havia camino facil por los mares del Occidente al Oriente.

Ellos fueron los primeros hombres que vieron, e doblaron el Cabo de Buena Esperança, ignorado de tantos sabios griegos, e latinos, segredos que quiso communicar solo a ellos la Omnipotencia, aziendo por su industria

estupenda tratables los dos polos ; y cierta la opinion de que havia antipodas. Ellos fueron los maestros de Christoval Colon, y entre ellos tuvo las primeras noticias (Mariana lo dize) del nuevo Mundo, adonde llevò los Castellanos. Uno dellos mostró a los Castellanos la comunicacion de los mares. Y finalmente ellos tienen aun las manos calientes de la espada que acaba de ganar gloriosos triumfos.

Si quiere que le enseñe a hablar dellos, leya el padre Juan de Mariana, que non murió de amores por Portugal : pero que escrive como hombre docto, y entendido, como deve escrivir quien se erige su addicionador. En el tom. I, lib. 4, cap. II, habla de Portugal desta suerte :

« En la parte de España que oy se llama Portugal, y casi es la misma que la antiga Luzitania, un nuevo Reyno se fundava por estos tiempos, en su destricto no muy ancho, en el tiempo el postrero entre los reynos de España, con hazañas y valor muy noble, y muy dichoso, pues no solo antigamente pudo hechar de aquella tierra los Moros enemigos de los christianos, sino los años adelante en tiempo de nuestros abuelos, y de nuestros padres mostraran tanto valor los Portuguezes, que con invencible esfuerço y buena dicha, abrieran camino para passar a todas las partes del Mundo, y sugetar en la Africa, y la Asia muchos reyes, y provincias, y hazellas tributarias a su Imperio ; la luz de la verdadera religion la llevaron, y la mostraron entre naciones muy apartadas, y barbaras ; gran gloria de su nacion, y acrecentamiento de la religion christiana. »

Pedro de Mariz (*Dialogos de varia historia* (Lisboa, 1749), pag. 249, escreve : « E bem disem os que affirmam que os marinheiros, que a Christovam Colon descobriram a navegação do Mundo Novo, eram portugueses » ; e, a pag. 250 :

« E, se Christovam Colon, antes que fosse ao seu descobrimento, promettia, n'elle, grande somma de oiro e prata, e assim succedeu, claramente se póde inferir que d'alguma outra pessoa foi elle certificado, d'esta verdade, que a tivesse já visto com seus olhos, como fiseram aquelles portugueses, que, estando Christovam Colon em a ilha da Madeira, morador e bem pobre, se agasalharam em sua casa e n'ella logo morreram, deixando-lhe a informação que lhes tinha costado as vidas. »

Mas, de todas estas transcripções sobresae a ultima (pag. 243) que já fisemos, n'outro Commentario, e vamos repetir, a qual documenta as nossas asserções, continuadas, ácêrca da influencia nefasta de el-rei D. João II, nos descobrimentos para o Occidente :

« E se elle (Infante D. Henrique), quando Christovam Colon veio a este reino, fôra vivo, com quanto alvoroço o recebera, ajudara e favorecera [1] ».

XLI. — A Historia Insulana.

Ernesto do Canto, diz que o padre Cordeiro não merecia confiança (*Archivo dos Açores*, vol. IV, pag. 410); apesar d'esta apreciação, absolutamente justa, notaremos, aqui, alguns erros de Cordeiro, porque é um escriptor portuguez. Na sua *Historia Insulana*, este auctor, diz parecer-lhe que a ilha de S. Jorge teria sido descoberta por Vasco Annes Corte-Real, em 1450, no dia de S. Jorge, 23 de abril; mas, não apresenta rasão alguma a favor da sua graciosa hypothese. Os mesmos mareantes que descobriram a Terceira, descobriram S. Jorge e Faial, diz Cordeiro, a pag. 456, da mesma *Historia Insulana*; podia, muito bem, ter

1. *O seculo*, nº 10.952, de oito de junho de 1912, descrevendo a recepção que tiveram, na véspera, na Sociedade de Geographia de Lisboa, os delegados officiaes da America do Norte, que vieram convidar Portugal a representar-se na Exposição de S. Francisco da California, solemnisando a abertura do Canal do Panamá, depois de diser que o presidente da referida Sociedade, n'essa recepção, offereceu a esses delegados, « um exemplar de luxo dos *Lusiadas*, forrado com as côres Portuguezas e Americanas, destinado ao presidente Taft » escreve:

« Em seguida o sr. Joaquim José Machado referiu-se tambem, com enthusiasmo, á obra gigantesca levada a cabo pela livre America, affirmando que ella contribuirá para o engradecimento material d'este paiz, quer em Lisboa, quer nos Açores. Oilustre colonial entregou, por seu turno, á missão um exemplar magnifico da obra em dois volumes *Frei Gonçalo Velho*, de Ayres de Sá, luxuosamente encadernado e com dedicatoria, commemorando a estada dos delegados n'aquella agremiação. »

Foi muito agradavel, para nós que, a Sociedade de Geographia de Lisboa, tivesse escolhido, n'uma occasião assim, notavel, só o nosso trabalho, *Frei Gonçalo Velho*, para obsequiar missão da America do Norte, pondo-o ao lado dos *Lusiadas*.

Aqui, lhe renovamos o nosso agradecimento.

levado todos estes pseudo descobridores ás ilhas Graciosa, Pico, Flôres e Corvo; preferiu deixal-os n'aquellas ilhas.

Dá idéa perfeita da falta de critica, de Cordeiro, o seguinte, que elle escreveu :

« E não ha que admirar, de que escolhendo Christo, para em todo o mundo plantarem a fé catholica homens de menos nome, uns pescadores, quisesse que uns mareantes (que vinham das ilhas de Cabo Verde para Portugal e viram o norte da Terceira) fossem os que descobrissem a ilha Terceira ; pois tambem quiz que a Madeira fosse primeiro descoberta por um inglez Machim, e a do Porto Santo por uns pobres franciscanos naufragantes, e a ilha de São Miguel por um negro que primeiro a viu desde a ilha de Santa Maria, como já dissémos. » (Padre Antonio Cordeiro, *Historia Insulana* (Lisboa, 1717), pag. 242).

Quando falla no descobrimento da ilha do Porto Santo, não se refere a taes franciscanos, nem a coisa alguma que tenha relação com taes descobridores. De hypothese em hypothese, conclue que não se sabe quem foi que descobriu a ilha Terceira, diz que disem que foi Frei Gonçalo Velho; mas, extranha que este navegador a descobrisse e não tivesse a capitanía d'ella, a qual pertenceu a Jacome de Bruges, por alvará do infante D. Henrique, datado de 2 de março de 1450. Ora, o mesmo Cordeiro, diz, a pag. 167, da mesma *Historia Insulana,* que foi

« singular excellencia de ser (Frei Gonçalo Velho) juntamente donatario de duas ilhas inteiras quando de uma só, o Porto Santo, o foi o fidalgo Perestrello, como dissémos no liv. 3, cap. I, e nem o capitão João Gonçalves Zargo o foi de toda a Madeira, mas de só a metade d'ella, como da outra metade o grande Tristão Teixeira (Nunca foi Teixeira) [1], porem o famoso Fr. Gonçalo de ambas as duas ilhas de Santa Maria e São Miguel foi inteira e juntamente seu primeiro capitão e donatario. »

Logo, não admirava que, tendo já duas ilhas, a terceira fosse dada pelo infante, a Jacome de Bruges, talvez recommendado da irmã d'elle, infante, duquesa de Borgonha. Que Jacome de Bruges não a descobriu, é patente, pelo alvará que o infante lhe

1. Observação nossa.

deu, já citado, e que, Cordeiro, publica, a pag. 243-244 da referida *Historia Insulana :*

« veio a mim e me disse que por quanto desde ab initio e memoria dos homens se não sabiam as ilhas dos Açores sob outro agressor senhorio salvo meu, nem a ilha de Jesus Christo, terceira das ditas ilhas, a não souberam povoada de nenhuma gente que atégora a fosse no mundo, e ao presente estava erma e inhabitada, que me pedia por mercê que porquanto elle a queria povoar ».

Em 29 de setembro de 1445, teria aportado, Frei Gonçalo Velho, a S. Miguel, com os colonos; é o dia da dedicação do mesmo santo; de modo que duas veses teria havido motivo para dár o nome de S. Miguel áquella ilha. Descobrir-se a ilha de S. Miguel dose annos depois de ter sido descoberta a ilha de Santa Maria, é inadmissivel, porque, d'esta ilha, avistam-se as brumas indicadoras de terra, para o lado da ilha de S. Miguel, e os navegadores portugueses bem conheciam estes signaes; o motivo que serve para que o auctor da *Historia Insulana* ande á procura d'outro descobridor, e confira as honras do descobrimento aos taes mareantes anonymos, é o mesmo, segundo a propria deducção de Cordeiro, que nos leva a não extranhar que Frei Gonçalo Velho descobrisse a ilha Terceira, e o infante a désse a Jacome de Bruges, recommendado de sua irmã; e não só a Terceira que foi dada a flamengos, bem se sabe que um homem de Bruges, William Van der Haegen, teve a ilha de S. Jorge, e Joz Hürter, tambem flamengo, teve a ilha do Fayal; ambos com restricções. (Vide fim do Commentario XVIII).

Diser-se que em 1449 foram povoados os Açores, não é logico porque não se comprehende que só desassete annos depois do descobrimento fosse o povoamento. Este ponto ficou esclarecido n'outro Commentario.

Fructuoso, diz que Frei Gonçalo Velho descobriu as Formigas, em 1431; Santa Maria, em 15 de agosto, dia da Senhora da Assumpção, de 1432; S. Miguel, em 8 de maio, dia da apparição do anjo S. Miguel, de 1444; e que, em 1445, partiu, do Algarve,

para os Açores, com muita gente, a povoar. O padre Antonio Cordeiro, tem servido de auctoridade a muitos escriptores nacionaes e extrangeiros.

XLII. — Descendencia de Alvaro Velho.

N' *O Dia*, nº 350 (3ª série — 13º anno) — (22º anno), de segunda feira, 2 de desembro de 1912, pag. 2 e 3, e no *Brasil-Portugal*, transcripto d'*O Dia*, appareceu uma noticia, anonyma, d'um casamento, em que se disia que um dos conjuges era descendente de Alvaro Velho, irmão de Frei Gonçalo Velho ; o processo, seguido, é este :

« No numero dos seus antepassados — e esse foi, por certo, o mais glorioso — conta a noiva o grande Frei Gonçalo Velho Cabral, descobridor dos Açores, 1º capitão donatario das ilhas de S. Miguel e de Santa Maria, senhor dos morgados das Pias da Cardiga e da Beselga, commendador do castello de Almourol na Ordem de Christo, etc., que, sendo um dos fidalgos que, no promontorio de Sagres, cercavam o infante D. Henrique, e a quem este particularmente distinguia com a sua amisade ; com elle se achou na heroica tomada de Ceuta. — Era Frei Gonçalo Velho Cabral irmão de Alvaro Velho, decimo segundo avô, em linha recta, da noiva » etc.

Isto, tudo, prova que a mystificação foi grosseiramente feita. Se o anonymo conhecesse os elementos historicos verdadeiros, saberia : que Frei Gonçalo Velho, nunca se chamou Cabral ; que Frei Gonçalo Velho, era commendador, na Ordem de Christo, das Pias, da Beselga e da Cardiga, as quaes terras, pertencendo á Ordem de Christo, não eram morgados, etc.

Em vez de dedusir a linha, e de faser a prova, disse, o anonymo : « No numero dos seus antepassados » e, assim, pretendeu introdusir, nas veias da pessoa que lisongeava, um sangue que, por este processo, não podia lá entrar. Este genero de biographias, redicularisa os que as mandam faser e humilha os que não as encommendaram ; apesar de não termos visto o desmentido, que procurámos, nos numeros seguintes d'*O Dia*, julgâmos que os biographados estão no segundo caso.

O anonymo, chegou a diser que a familia da noiva representava o descobridor dos Açores.

A proposito d'esta ignara falsificação genealogica, que o auctor nem teve coragem de assignar, diremos que Fructuoso não soube da descendencia de Alvaro Velho, irmão de Frei Gonçalo Velho (*Frei Gonçalo Velho*, vol. II, pag. 248); os nobiliarios, disem que foi pae de um Leonel, o qual teve, por unicos filhos legitimos, um abbade, chamado André, e um Alvaro, que lhe succedeu; bastardo, houve frei Alvaro; d'aquelle Alvaro, foi filho, parece que bastardo, porque os nobiliarios não lhe mencionam a mãe, Martim; este, houve cinco filhos e seis filhas, legitimos, e um bastardo, frei Marcos; o filho, successor, chamou-se Antonio, o qual casou com Violante Brandão. Este casamento, foi registado no livro respectivo da freguesia de Santa Cruz do Castello, de Lisboa, onde vimos qus se realisou, em 12 de fevereiro de 1578; casou-os Bartholomeu Dias, cura d'esta freguesia, onde elles moravam, e foram testemunhas Francisco Rodrigues de Goes e Gaspar Raposo. D'este casamento, nasceu uma unica filha, segundo os mesmos nobiliarios, dos quaes se conclue que Alvaro Velho, irmão de Frei Gonçalo Velho, não teve descendencia legitima.

XLIII. — A'cêrca da genealogia de Frei Gonçalo Velho.

Demonstrámos *(Frei Gonçalo Velho)* que a genealogia do descobridor dos Açores é a historia geral, desde as invasões do Norte, de cujos chefes elle era descendente na varonía.

N'este Commentario, vamos notar, apenas, os logares onde se poderá estudar o que, mais de perto, interessa aos Velhos[1], observando o que julgarmos preciso.

1. *Portugaliae Monumenta Historica*, Inquisitiones, vol. I, pag. 317 (Pedro Velho), 326 (Pedro Velho), 331 (João Semeão Velho e Nuno Anayaz), 333 (Pedro Velho), 339 (Sueiro Velho), 347 (Sueiro Velho); 349 (Pedro Velho e Nuno Velho), 350 (João Velho), 404 (Pedro Velho e Pedro Soares-escaldado).

A ascendencia de el-rei D. Affonso III, de Portugal, está copiada do trabalho famoso de Père Anselm, na *Historia genealogica da casa real portuguesa,* por D. Antonio Caetano de Sousa, tomo I; ahi se vêem as tábuas de quatro costados do conde D. Henrique, da condessa D. Theresa, da rainha D. Mafalda, mulher de el-rei D. Affonso Henriques, da rainha D. Dulce, mulher de el-rei D. Sancho I, e da rainha D. Urraca, mulher de el-rei D. Affonso II. Deve-se notar que Sousa, altera, de arvore para arvore, as datas e os numeros de nome, no que prova pouquissimo cuidado.

O livro mestre, n'estas genealogias reaes, é o *Atlas universel d'histoire et de géographie,* de M.-N. Bouillet, editado pela « Librairie de L. Hachette et Cie »; edição exgotada.

Na grande tábua I, que publicou Sousa, vê, quem não poder consultar Bouillet, as allianças dos descendentes do conde de Portugal, D. Henrique, e, por ahi, as casas reinantes com que se alliaram os reis de Portugal, avós do descobridor da Terra Alta e dos Açores. As mais notaveis, são: a infanta D. Mafalda, filha de el-rei D. Affonso Henriques, casada com D. Affonso II, rei de Aragão; a infanta D. Urraca, filha do mesmo, casada com D. Fernando II, rei de Leão; a infanta D. Theresa, filha do mesmo rei, casada com Filippe I, conde de Flandres, e, depois, com Eudes III, duque de Borgonha; o infante D. Fernando, filho de el-rei D. Sancho I, foi conde de Flandres, pelo seu casamento; a infanta D. Theresa, filha do mesmo rei, casada com D. Affonso IX, rei de Leão; a infanta D. Mafalda, filha do mesmo rei, casada com D. Henrique I, rei de Castella; a infanta D. Berenguela, filha do mesmo rei, casada com Waldemar II, rei da Dinamarca; a infanta D. Leonor, filha de el-rei D. Affonso II, casada com Waldemar III, rei da Dinamarca.

A'cêrca da origem das raças carolina e capeta, tem-se escripto muito; em 1720, foi publicado, em Amsterdam, um *Supplément à l'Atlas historique,* que leva, de filho a pae, a origem de Carlos Magno, até Antenor, rei dos cimbros, junto do mar Negro, no

anno de 415, antes de Christo; o qual, Antenor, seria descendente dos troianos, ascendente dos reis cimbros, cicambros e francos, todos indicados, de nome a nome, passando por seu tregessimo sexto neto, Pharamont, que diz ser quarto avô de Arnoul, pae de Santo Arnoul que foi quarto avô de Carlos Magno; o pae de Arnoul, seria, segundo este livro, Ansbert, de quem procederam os Hohen-Zollern, Wolfenbutel, Brunswick, Cottingen, Capetos, Brandburg, os imperadores da Austria, os Harcourt, Armagnac, Aumale, Guise, Lorraine, etc.

D'esta fórma, o genealogista, facil, fez descender os merovingios, os carolinos e os capetos, da mesma origem; mas, o padre Anselme, mestre da genealogia francesa, dando as versões, que fasem Roberto — o forte —, descendente, respectivamente, de Witikind — o grande —, duque de Saxe; de Santo Arnoul, duque na Austrasia, e, depois, bispo de Metz, ascendente de Carlos Magno; de Nibelong, conde de Matrie; de Welphe da Baviera e de Carlos Magno; versões que se redusem a fasel-o descendente da mesma linha de Carlos Magno [1] ou dos duques allemães, conclue:

« Une si grande variété de sentiments, tous soutenus et appuyez sur des preuves plus ou moins fortes, doit empêcher qu'on ne prenne aucun parti, jusqu'à ce qu'il se soit fait de nouvelles découvertes qui obligent de donner la préference à l'un d'entr'eux. La quatrième opinion me paroit cependant la plus vraisemblable. »

1. Na nota 1 de pag. 257, do vol. II de *Frei Gonçalo Velho*, escrevemos a descendencia de José Cabral da Cunha Godolphin, sexto neto de D. Violante Velho, irmã de Frei Gonçalo Velho, descobridor da Terra Alta e dos Açores; n'outros logares, do mesmo volume e do primeiro, se lê que D. Violante Velho e seu irmão, Frei Gonçalo Velho, eram sextos netos de el-rei D. Affonso III, de Portugal; o que, até á publicação do nosso trabalho, não se sabia.

Succedeu que uma sobrinha de nossa terceira avó, D. Maria Ignacia Cabral da Cunha Godolphin, chamada D. Maria da Piedade, casou com o avô de qualquer influente que as actuaes circumstancias politicas de Portugal, levaram a logar disputado. Appareceram, logo, especuladores, nos dois campos, explo-

mas, não diz porquê; é a que faz Roberto — o forte —, filho de Conrado, conde de Altorf, e, depois, de Auxerre, casado com Adelaide de Alsace; o qual Conrado era filho de Welphe da Baviera, duque, que viveu em 800.

O mais seguro, é começar em Roberto — o forte —, para os Capetos. O mesmo *Atlas historique*, diz, assim, quando chega a Roberto — o forte —:

« Robert le Fort fils de Theodobert ou de Witekind ».

Até, o proprio genealogista, duvida da filiação de Roberto — o forte —.

Quanto aos Carolinos, diz o padre Anselme:

« L'origine de sa maison (De Pepin — le bref —) n'a pas besoin de fictions ni de fables pour la relever (Plusieurs ont prétendu qu'elle venoit des merovingiens), il suffit pour faire connoitre sa grandeur, de la tirer de Saint Arnoul, évèque de Mets, qui porta par son mérite Theodobert II roy d'Austrasie a l'honorer des plus grands emplois. »

De novo, n'esta linha real do commendador de Almourol, encontrámos que D. João Mendes de Briteiros (*Frei Gonçalo Velho*, vol. II, tábua XVIII), casado com a filha de el-rei D. Affonso III, D. Orraca, quintos avós de Frei Gonçalo Velho, era filho de D. Mem Rodrigues de Briteiros e de D. Maria Annes; neto paterno, de Ruy Gomes de Briteiros e de D. Elvira Annes; bisneto, por D. Elvira, de João Pires da Maia e de D. Guiomar Mendes de Sousa; terceiro neto, por D. Guiomar, do conde D. Mendo de Sousa — sousão —, e da condessa D. Maria Rodrigues; quarto

---

rando o que podesse beneficiar os seus interesses, e veio a proposito diser-se que a creatura, em evidencia, era descendente de D. Affonso III, e, d'ahi, que descendia de Carlos Magno e de Hugo Capeto; o fim, vê-se, era dar-lhe ensejo para que, duvidando das avós, creasse popularidade, á maneira de Égalité.

Com taes miserias não temos, felizmente, nada, e só notaremos que ha milhares e milhares, se não milhões, de descendentes do rei de Portugal, D. Affonso III, pelas vias, bem conhecidas, dos seus filhos legitimos e illegitimos.

neto, de D. Gonçalo Mendes de Sousa [1] e de D. Orraca Sanches; quinto neto, por D. Orraca, de D. Sancho Nunes de Barbosa e de D. Theresa Affonso [2]; sexto neto, por D. Theresa, de D. Affonso Henriques, primeiro rei de Portugal [3].

Assim, marido e mulher, eram descendentes de D. Affonso Henriques, primeiro rei de Portugal, que, pela linha de D. João Mendes de Briteiros, era decimo segundo avô de Frei Gonçalo Velho, e, pela linha de D. Orraca, mulher de D. João Mendes, era nono avô do mesmo navegador.

Quanto ás linhas genealogicas, portuguesas, não transcrevemos do *Portugaliæ Monumenta Historica*, Scriptores, a parte do nobiliario, attribuido ao conde D. Pedro, que se refere á ascendencia materna de Frei Gonçalo Velho; mas, démos, nas tábuas, essa ascendencia que se documenta n'esse mesmo nobiliario, attribuido ao conde D. Pedro, e nos outros nobiliarios que se publicam na mesma collecção.

Quem se interessar por este estudo, leia, n'essa publicação, dirigida por Herculano, no nobiliario attribuido ao conde D. Pedro, que nós chamâmos, pela ordem de publicação, no referido *Portugaliæ*, quarto, o que se diz de Espinheis e Valladares, ainda da ascendencia paterna de Frei Gonçalo Velho; e Azevedos, que é outra linha de Velhos, porque descendem de D. Arnaldo, senhor de Baião, Berredos, Castros, Cunhas, Gus-

1. O segundo nobiliario, apud *Portugaliae Monumenta Historica*, Scriptores, a meio da pag. 176, diz que a mulher de D. Gonçalo de Sousa era irmã de D. Affonso I, Henriques, e chama-lhe Theresa Saches.

2. Acêrca de D. Theresa Affonso, vêja-se D. Antonio Caetano de Sousa, *Historia genealogica da casa real portuguesa*, tomo I, pag. 63, e a *Monarchia Lusitana*, parte 3ª liv. X, cap. XX. E' muito interessante a historia d'esta senhora, contada no *Portugaliae Monumenta Historica* Scriptores, pag. 325.

3. O terceiro nobiliario, apud *Portugaliae Monumenta Historica*, Scriptores, in principio de pag. 192, diz que D. Gonçalo de Sousa, casou com D. Orraca Sanches, filha de D. Sancho Nunes e da infanta D. Theresa Affonso, filha de el-rei D. Affonso I, Henriques.

mães, Limas, Pereiras e Portocarreiros, da ascendencia materna [1].

Chamamos a attenção, de quem estudar essa genealogia, para paginas 253, titulo VII até pag. 254, fim de §; 265, tit. XI; 267, tit. XII; 268, tit. XIII (Limas); 271, tit. XVI; 272, tit. XVII; 280, desde « Estes som filhos », até pag. 288, fim de §; 289, desde « Do conde », até ao fim do §; 291, tit. XXIII; 295, « De Dom Manrique Gil (Valladares); 324, tit. XXXVII, até pag. 325, fim do primeiro §; 339, tit. XLIII, até pag. 340, fim de §; 349, tit. XLVII; 354, tit. LII, até pag. 355, fim de §; 368, tit. LX, até ao fim do §, em pag. 369; 369, desde « De Martim Pires », ao fim da pag., até ao fim de §, em pag. 370; 370, tit. LXI.

Com respeito ao primeiro nobiliario, de pag. 152 a pag. 153, fim de §; de pag. 157 a pag. 158; pag. 165; de pag. 166 a pag. 168 (Valladares).

No terceiro nobiliario, de pag. 184 a pag. 185; 190 a 193; 195 a 196.

De pag. 202 a pag. 229, fim do terceiro nobiliario, note-se o que diz a pag. 202 (Paivas); 204, tit. XXVII; 205, tit. XXVIII; 207, tit. XXX (Azevedos); 215, tit. XXXI; 219, tit. XXXII; 221, tit. XXXIII; 223, tit. XXXIV.

No « *Nobiliario de D. Pedro conde de Barcelos*, ordenado por João Baptista Lavanha » (Roma, 1640), leiam-se as notas escriptas pelo marquez de Montebelo e por Alvaro Ferreira de Vera e Manuel Severim de Faria, que se referem á ascendencia paterna e materna, de Frei Gonçalo Velho.

---

1. No quarto nobiliario, *Portugaliae Monumenta Historica*, Scriptores, tit. LV, pag. 356-358, lêse que Rodrigo Annes da Cunha, casou com Ignez Esteves de Azevedo, filha de Estevam Paes de Azevedo e de D. Guiomar Rodrigues de Vasconcellos. Quando falla dos Velhos, diz que esta, Ignez Esteves de Azevedo, era filha de Martim Velho e de D. Guiomar Lourenço. O documento, citado na tábua I (*Frei Gonçalo Velho*, vol. II), diz que esta se chamava Ignez Martins, e que era filha de Martim Velho.

Tambem, de novo, construimos esta chave que mostra o parentesco de Frei Gonçalo Velho com o grande Affonso de Albuquerque:

D. Affonso III

D. Orraca (Bastarda)	D. Diniz, rei
D. Gonçalo Annes de Berredo	Affonso Sanches (Bastardo)
D. Maria Gonçalves de Berredo	D. João Affonso de Albuquerque
D. Constança Rodrigues Pereira	D. Fernando Affonso de Albuquerque (Bastardo)
D. ... de Figueiredo	D. Theresa de Albuquerque (Bastarda)
D. Maria Alvares Cabral	D. Isabel de Albuquerque
Frei Gonçalo Velho — o famoso —	D. Leonor de Albuquerque
	Gonçalo de Albuquerque
	Affonso de Albuquerque — o grande —

Além d'isto:

Lourenço Fernandes da Cunha, teve dois filhos: Vasco Lourenço da Cunha e Martim Lourenço da Cunha; de Vasco Lourenço, foi setimo neto Affonso de Albuquerque — o grande —, e de Martim Lourenço, foi sexto neto Frei Gonçalo Velho — o famoso —.

A respeito de D. Orraca Affonso[1], quinta avó de Frei Gonçalo

1. « Quer dizer. Aquelle Principe Ordonho de quem a fama terá sempre que fallar, a quem nenhuns tempos cuido que darão outro semelhante, foi notavel em seus conselhos, e nos trances de armas executadas por seu braço. Deos

Velho, e filha de el-rei D. Affonso III, de Portugal, dâmos a palavra a tres chronistas:

« Em algũas escripturas de São João de Tarouca ha memoria de Dona Vrraca Afonso, que dissemos ser tambem filha del Rey. Hũa da era de mil trezentos & vinte & tres, que he anno de mil & duzentos & oitenta & sinco diz assi.

De mi Donna Orraca Afonso filha do muy nobre senhor Dom Afonso que foi Rey de Portugal & do Algarue, a vos todolos homẽs que morades na aldea do val do Carualho, saude em Iesu Christo. Vos bem sabedes que Dom Pedre Annes meu marido he passado deste mundo, & tomou sa sepultura em o mosteiro de São Joanne de Tarouca, cõ seu linhagem, & mandou por sa alma a este mosteiro essa aldea, & eu a entreguei ao Abbade, & por ende mando a vos, &c.

No liuro del Rey Dom Afonso ha hũa doação que el Rey faz a esta sua filha da aldea do Lamegal, & he sua data no mes de Mayo da Era de mil trezentos & tres que he anno de mil & duzentos & sessenta & sinco & nella se faz mençao das Arras que lhe derão em casamento, & ordena el Rey o que se ha de fazer de hũa & outra cousa por morte da dita Dona Vrraca, assi deixando filhos, como em caso que não os tiuesse.

Era este D. Pedre Annes com quem casou Dona Vrraca, filho de Dom João Martins & de Dona Vrraca Abril. O D. João Martins era decendente da antiga familia dos de Riba de Visella & dos Sousas, como se pode ver en o Conde Dõ Pedro titulo 26. & Dona Vrraca Abril foi filha de D. Abril Pires, de quem se falou em o capit. 5, do liuro 14. Tiuerão hũa filha por nome Dona Aldonça, de que não ficou decendencia. »

Fr. Antonio Brandão, *Mon. Lus.*, parte IV (Lisboa, 1632), livro XV cap. XXIX, fl. 220 v., 221.

---

omnipotente não te dê o que tuas culpas mereceram, Morreo aos vinte sete de Maio, da era de novecentos e quatro, que vem ao anno de Christo já referido. Houve da Raynha Dona Muria sua mulher, a Dom Affonso, Dom Bermudo, Dom Nuno, Dom Odoavio, e Dom Froila, e uma filha que alguns chamam Aragonta, outros Urraca, e Ambrosio de Morales affirma, ser tudo o mesmo nome, e que o de Aragonta corrupto veio a ficar em Urraca, tão usado entre as princesas de Hespanha, como iremos vendo no processo da Historia ».

Fr. Bernardo de Brito, *Mon. Lus.* parte II (Lisbôa, 1609), livro VII, cap. XV, fl. 320 v. e 321.

« Era morto já nesta tempo Dõ Pedre Annes casado com Dona Vrraca Afonso meia irmãa del Rey Dom Dinis, de que se falou em outra parte. Esta senhora viuia na villa de Tarouca, por ter naquellas terras a maior parte de sua fazenda, ou pelo que mais he razão se presuma, por ficar visinha do nosso Mosteiro de São João de Tarouca, aonde se enterrou o marido, por terem jazigo naquella casa os de sua ascendencia, que erão dos de Riba de Visela, Sousas, & outros ; se bem a deuoção ao conuento lhe entraria por sua mãy Dona Vrraca Abril filha de Dom Abril Pires grande bemfeitor daquelle Conuento, & neto de Egas Monis. Deixou Dom Pedre Annes ao mosteiro de São João a Aldea de Val do carualho ; Dona Vrraca que tinha mais cuidado de desobrigar a alma do marido, que de reter a fazenda, em que outros estudão dilações, com dispendio dos mortos, & perigo da consciencia dos herdeiros, escreueo logo aos moradores fazendo-lhe a saber, que deuião reconhecer ao Abbade, & Conuento por senhorio daquelle dia por diante. E remata a carta de que sabemos o tempo certo :

Dada em Castro Rey de Tarouca na Era M. CCC.XX iij. no mes de Agosto.

Desta irmãa del Rey Dom Dinis não achei mais memorias, que o dia de sua morte, sem saber o anno, que o não declara o Calendario da Sé de Lamego, aonde se le(e)m as palauras seguintes no primeiro dia do mes de Fevereiro.

Commemoratio D. Orracae Alfonsi sororis D. Dionis is olim Regis.

Não teue filhos, nem deixou decendencia [1] a Dona Vrraca, & assi não será descredito dizer que foy sua mãy Moura, como diz o liuro velho das linhagens a folhas dezoito.

Este Dom Pedre Annes foe casado com Dona Vrraca irmãa del Rey Dom Dinis de Gaança que fora filha de huma Moura, & nom onue della semen. A outro irmão della dá o Conde Dom Pedro esta mãy, e pode ser que fosse erro do tresladador, como adiante veremos. »

Fr. Francisco Brandão, *Mon. Lus.*, parte 5ª (Lisboa, 1650), livro XVI, cap. XLIII, fol. 105 v.

---

1. De D. Orraca Affonso, filha bastarda de D. Affonso III, diz Don Tivisco de Nasao Zarco, y Colona (Manuel de Carvalho e Atayde, pae do 1º marquez de Pombal) na *Pericope genealogica y linea real*, etc. (Sem data), pag. 21, que se engana o addiccionador, anotador do mobiliario do Conde D. Pedro, quando diz que de D. Orraca Affonso não houve descendencia « porque casó dos vezes, y la tuvo muy ilustre do primer marido, que fue Juan Mendez de Briteiros, como o escreve el Conde en el Titulo 21, y el segundo fue Pedro Añes Gogo, de quem trata en el Titulo 45. »

« Em tempo deste mesmo Abbade teue Dom João Mendes de Briteyros genro del Rey Dom Affonso III, casado com sua filha Dona Vrraca, algũa duuida com o Mosteyro de S. Thirso sobre alguns vinte casais, quintas, pomares, deuesas, & outra quinta de Paradella ; & tomarão por Juis arbitro a Don Gonçalo Pereira Deam do Porto a quem Dom João Mendes de Briteiros escreveu hũa carta do theor seguinte.

Deam do Porto, tanto bem, & saude vos dê Deos, quanta eu João Mendes vosso amigo para mim queria. Rogouos que o meu, feito & do Dom Abbade de Santo Thirso que o determinedes o mais toste que vos poderdes, como vos dirá Affonso Annes nosso procurador, & como o feito estiuer sentenciado, damos vos nosso comprido poder, pera que vos com vosso mandado façades entregar ao dito Abbade desses herdamentos sobre que foi feito compromisso entre nos, & elle. Em testemunho desta cousa mandouos ende esta nossa carta aberta, & sellada do meu sello nas costas. Dada em Sanctarem 20. dias andados de Ianeiro, era de 1348.

Que he anno de Christo 1310. Por esta carta, & por outra, que passou Dom Gonçalo Pereira, que está no cartorio depois da sentença, que deu foy entregue o Mosteyro dos 20. casais, quinta da Paradella casas, pomares deuesas com tudo o mais. »

Fr. Leão de Santo Thomaz, *Benedictina Lusitana*, tomo II (Coimbra, 1651), pag. 36.

Na Torre do Tombo, existem os seguintes documentos que devem ser lidos por quem fiser a biographia de D. Orraca Affonso ; § Gaveta 1, m. 3, nº 10, 20, 21 ; m. 4, nº 6; m. 6, nº 2; gaveta 3, m. 2, nº 5 ; m. 5, nº 6, 7 ; m. 12, nº 9 ; gaveta 7, m. 9, nº 9 ; m. 10, nº 13 ; gaveta 8, m. 5, nº 4, 8, 15 ; gaveta 11, m. 5, nº 9; m. 7, nº 27; gaveta 12, m. 11, nº 12, 13; gaveta 13, m. 4, nº 13; gaveta 14, m. 6, nº 19 ; gaveta 15, m. 17, nº 6 ; Chancellaria de D. Affonso III, liv. I, fl. 6, 29, 41, 56, 76 v, 77, 105 v, 120 v, 122, 130, 131 v ; liv. 3, fl. 2 v, 7 v, 30 v ; Chancellaria de D. Diniz, liv. I, fl. 241 v, 274 v ; liv. 3, fl. 4, 12, 83 v, 99 ; liv. 4, fl. 57 ; liv. 5, fl. 69, 71, 73, 74 v, 75 v ; Chancellaria de D. Affonso IV, liv. 4, fl. 30, 89 v, 91, 92 ; Chancellaria de D. Pedro I, liv. I, fl. 46, 90 v, 128 ; Chancellaria de D. Fernando, liv. I, fl. 2, 24, 98 v, 126 v, 159 v, 192, 200 v; liv. 2, fl. 10, 11, 68 v, 76 v, 98 v, 95 v; liv. 3, fl. 27 v, 43 v, 55, 57 v; liv. 4, fl. 6 v ; Chancellaria de

D. João I, liv. I, fl. 100, 144, 171 v, 180; liv. 2, fl. 188; liv. 4, fl. 98; Chancellaria de D. Affonso V, liv. 34, fl. 167 v; Chancellaria de D. Manuel, liv. 37, fl. 95; Chancellaria de D. João III, liv. 50, fl. 3; Leitura Nova: Extremadura, liv. 12, fl. 173; Direitos Reaes, liv. 1, fl. 223, 292; liv. 2, fl. 51 v, 53 v, 166 v, 173, 258 v, 272, 279 v; A'lêm Doiro, liv. 2, fl. 237, 239, 242, 257, 264, 266; Reis, liv. 2, fl. 45 e v, 65, 165; Guadiana, liv. 8, fl. 12 v; Beira, liv. 2, fl. 84, 332; liv. 3, fl. 119; Misticos, liv. 3, fl. 103; m. 8 de foraes antigos, nº 19.

As collecções, de documentos, que constituiam os cartorios de S. João de Tarouca e de Santo Thirso, foram queimadas.

Fr. Leão de S. Thomaz, diz o seguinte, ácêrca de alguns mosteiros, fundados e reedificados[1] pelos ascendentes de Frei Gonçalo Velho:

Capitulo XII

Do Mosteyro do Saluador de Paço de Sousa no Bispado do Porto.

Entre os Mosteyros grandes, & de majestade, que a sagrada Religião Benedictina teue na Prouincia de Entre Douro & Minho, hum delles foy o Mosteyro do Saluador de Paço de Sousa. Chamasse do Salvador por ser dedicado a elle; & de Paço, por estar fundado entre as obras do dito Mosteyro e Paço de D. Egas Monis. Chamasse finalmente Paço de Sousa, por que está edificado muy perto do Rio Sousa que tem sua fonte, & principio donde nasce junto á egreja de Moure, entre o nosso Mosteyro de Pombeiro, & o de Cramos, & fazendo seu curso por espaço de sete, ou oito legoas, vay morrer no rio Douro em que entra defronte do lugar de Aruelas duas legoas acima do Porto. Está afastado da dita Cidade do Porto cinco legoas pera o nascente,

1. Vide, tambem, ácêrca dos mosteiros fundados pelos Velhos, o padre Antonio Carvalho da Costa, *Corografia portuguesa* (Lisboa, 1706-1712) e João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal*, (Lisboa, 1747), terceira parte; a proposito, leia-se a *Historia del apostol de Jesus Christo Sanctiago Zebedeo patron y capitan general de las Españas* (Madrid, 1610), composta por D. Mauro Castella Ferrer de Luzon.

A parte III, da *Monarchia Luzitana*, liv. X, cap. XXI, diz que D. Troycosendo, fundou o mosteiro de Paço de Sousa, « edificado pelos annos de 1000 », e que D. Soeiro, seu irmão, fundou o mosteiro da Varzea.

& hũa só da Arrifana de Sousa. O sitio he algum tanto baixo, mas sadio. A terra vezinha he das mais frescas de Entre Douro & Minho, plantada toda de castanheiros, & carualhos muy grossos que se vam ás nuues, abastada, & abundante de todas as cousas necessarias pera a vida.

A Freguezia do Mosteyro he tão pouoada de gente, que tera 800. pessoas de Comunhão pouca mais, ou menos, & muyta della bem nascida. Tem por vezinhos tres solares da nobreza. Hum he dos Brandões que viuem na Torre de Coreyxas; Outro dos Azeuedos, & Ataydes que viuem na Honra que chamão Barboza; Outro dos Peyxotos da Silua, cujo morgado viue aonde chamão o Reguengo, & he Adail mor daquellas partes. Tudo isto aduertimos aqui, por ser necessario para o que abayxo ha de tratar.

§ I. Do Fundador do Mosteyro de Paço de Sousa.

Entre os Fidalgos, & Senhores Estrangeyros que das partes do Norte passarão a Hespanha, para lançarem fora os Mouros, que a occupauão hum dos principaes foy Dom Arnaldo[1], de quem trata o Conde Dom Pedro em seu Nobiliario, & do qual dizem alguns, que pertendendo em Alemanha hum Ducado, foy despojado delle por seu competidor, & vindosse a Portugal para seruir a Deos nas guerras contra Mouros (como então costumauão vir grandes Senhores), alcançou ser Senhor do Conselho de Bayão junto do Douro dez legoas do Porto pello mesmo Douro assima. E que fosse de geração Real, & Imperial, bem se pode entender, pois vindo a terras estranhas, foy nellas grande senhor, muy herdado, & respeytado, como forão todos seus descendentes. E o nosso grande João Rodrigues de Saa o velho o disse mais claramente no tratado, que fez sobre as armas da nobreza deste Reyno: Por que falando dos Azeuedos (cujo tronco radical foy Dom Arnaldo), lhe dá por armas hũa Aguia Real insigne do Imperio & diz assim.

1 Aguia celestial
Sobre excelente metal
Tirada sem a coroa
Os Dazeuedo a Hespanha
De sua grande nobreza

2 Aue que mais alto voa
Da Coroa Imperial
Trouxerão d'Alta Alemanha
Por testemunho & certeza
E razão porque se ganha.

Dom Arnaldo foy casado com hũa senhora chamada Dona Vfo, & teue della dous filhos, que forão D. Gozendo Araldes, & D. Guido Araldes, Dom Gozendo Araldes socedeo a seu pay no senhorio de Bayão, & o lugar em que

1. Acêrca da origem imaginada de D. Arnaldo, senhor de Baião, léia-se a *Genealogia dos Sousas da casa da Barca*, etc, pelo Padre Manuel Guedes (Lisboa, 1748), pag. 77-84.

tinha seu paço, & morava, ainda se chama oje a Honra de Gozende tomando o nome de seu primeyro fundador D. Gozendo. E em tempo del Rey D. Dinis se auerguou, que a dita Honra de Gozende era Honrrada de longe, & que era de filhos dalgo, como consta das inquirições da Beyra, & alem Douro, que estão na torre do Tombo, Hum neto, & descendente deste Dom Gozendo Araldes foy o primeyro que tomou o sobre nome de Azeuedo; Porque sendo filho de Mem Pays Bofino chamousse Pero Mendes, de Azeuedo, como se pode ver no Côde Dom Pedro titulo 52.

O outro filho de Dom Arnaldo de Bayão foy Dom Guido Araldes. Este teue tambem dous filhos; hum delles se chamou Dom Soyero Guedes, que reedificou o Mosteyro de São Bento da Varzea [1]. Outrou se chamou Dom Troycozendo Guedes, & este foy o que fundou o Mosteyro de Paço de Sousa, conforme diz o Conde Dom Pedro en dous lugares de seu Nobiliario allegados á margem. Tit. 41, §. 1. e 7.

O vulgo, & gente popular, vendo que Dom Egas Monis o que foy Ayo del Rey Dom Affonso Henriquez esta enterrado no Mosteyro de Paço tem pera si, que elle o fundou; mas a verdade he o que diz o Conde Dom Pedro de quem nem todos sabem. Egas Monis bemfeytor foy do Mosteyro, & memoria ha de obras que a elle se atribuem, como forão apozentos seus, que tiverão nome de Paço hum dormitorio grande pera os Religiosos, com hũa torre forte, & fermoza, que eu ainda alcancey siruindo de Hospedaria. O dormitorio (segundo dizem nossos mayores, & os Padres Frey Bernardo de Braga & Frey João do Apocalypse) mandarão derrubar os Padres da Companhia depois que se virão senhores da mesa Abbasial do Mosteyro, por merce do Cardeal Dom Henrique. Num terreyro ha defronte da porta principal da Igreja, hum carualho grande, & antigo, & junto delle hũa fonte, que tudo chamão terreyro, fonte, & carualho de Gamus corrompendo, & abreuiando deste modo o nome de Egas Monis.

E edificado o Mosteyro dedicousse a Igreja ao Saluador do mundo Christo Senhor nosso, a quem acòpanhauão aos lados do Altar mór os doze Apostolos de vulto, & todos de prata (segundo a tradição que há) mas prouauel he que siruissem, aos Reys de Portugal quando se aproueitarão da prata das Egrejas.

---

1. S. Bento, é o fundador da ordem que mais se propagou, depois de 500: a regra de S. Bento, serviu a quasi todos os mosteiros e ás ordens religiosas militares.

S. Tiago, é padroeiro dos Velhos: a Ordem de S. Thiago, tem a regra de S. Bento.

Os Velhos, fundam conventos que entregam á Ordem de S. Bento, havendo, já, então, outras ordens e outras regras.

E posto que o Mosteyro de Paço pertencia á Diocesi do Porto, foy rogado o Arcebispo de Braga Dom Pedro immediato antecessor do nosso glorioso S. Giraldo, pera sagrar a Igreja, assim pera se fazer aquelle acto com mayor authoridade, como tambem por não auer naquelle tempo Bispo no Porto, & gouernar aquelle Bispado hum Arcediago chamado Dom Payo como se pode ver na primeyra parte do Cathalogo dos Bispos daquella Cidade cap. 14 pagina 191. Fesse aquella sagração da Igreja de Paço de Sousa a vinte & noue de Setembro do anno de Christo 1088. cõ grande solemnidade, & com grande concurso de gente nobre Ecclesiastica, & secular, & muytos parentes de Dom Troycosendo Guedes.

§. II. Da obseruancia que se guardaua no Mosteyro de Paço, & do numero dos Monges delle.

Posto o Mosteyro de Paço de Sousa no estado que temos dito dotarãono seu fundador, & os parentes delle com tanta liberalidade, que o fizerão capas de poder sustentar grande copia de Monges. Porque so Dom Egas Hermiges parente por afinidade de Dom Troycozendo, & sua molher Dona Gomina (de quem falamos tratando do Mosteyro de S. Thirso) ou no dia em que a Igreja se sagrou, ou depois fizerão hũa larga doação ao Mosteyro de muytas terras, que tinhão em Coreyxas; a metade da Igreja de Galegos, Afoaris, Lagares, Figueyra, que são freguezias vezinhas do Mosteyro; & de muytas outras junto ao rio Douro, & ao Payua, & em outras partes, que todas se especificão na doação que faz, & he notavel. Começa Dominis Egas proles Hermingildi, & D. Gomini proles Eronis, &c acaba Era T. C. XXVI. que he era de mil, & cento, & vinte, & seis: Porque aquelle T. grande val mil Sub imperio Catholici Regis Adeffonsi, & Petri Erdeija Bracarensis Episcopi IIII calendas Octobris Ego Egas sintel cum vxore mea Gõtine, ob toleranti amfratrum victumque Monachorum. Esta era, mes, & dia responde ao anno de Christo 1068, que foy o mesmo da sagração da Igreja.

O parentesco que tinhão entre si Dom Troycozendo Guedes, & Dom Egas Hermiges procedeo por esta via Dona Toda Hermiges Alboazar descendente del Rey D. Ramiro II de Leão, irmam (segundo dizem) de D. Egas Hermiges, foy casada a primeyra vez com D. Egas Monis o Gasco, de quem falamos assima, tratando do Mosteyro de Penaforada, a qual viuuando deste seu primeyro marido, casou a segunda vez com Dom Pedro filho de Troycozendo Guedes fundador de Paço de Sousa, & assim ficaua o mesmo Dom Troycozendo sogro da Dona Toda irmã de Dom Egas Hermiges & este Dom Egas Hermiges era tambem sogro de hum primo de Dom Troycozendo, porque tinha hũa filha sua casada com elle. Como pois estes senhores estauão tão aparentados, & ligados entre si, & erao poderosos, ricos, & liberaes, por isso erão

tão deuotos do Mosteyro de Paço de Sousa, & lhe fazião doações tão grandiosas [1]. »

Frei Leão de Santo Thomaz, *Benedictina lusitana,* tomo II (Coimbra, 1651), pag. 261-263.

Seguimos pois o Conde D. Pedro, & temos para nos, que D. Touris foy o primeyro que fundou o Mosteyro de Vayrão sem aly auer dantes Mosteyro algum. E pera mayor clareza podemos aduertir com o Conde D. Pedro que aquelle famoso Capitão Frances D. Arnaldo teue dous netos D. Troicosendo, E D. Sueyro Guedes, & este teve hum filho chamado D. Nuno Soares por sobre nome o Velho, o qual foy casado com hũa filha de D. Touris chamada D. Eluira ; & como estes fidalgos estauão liados com este parentesco imetauão huns aos outros na deuação de edificar Mosteyros, & assim como D. Troiscosendo edificou o Mosteyro de Paço de Sousa, como fica dito assima junto ao rio Sousa assim Dom Sueyro Guedes reedificou o Mosteyro de Sam Bento da Varzea perto do rio Cadauo, & seu parsseiro D. Touris edificou o Mosteyro de Vayrão junto ao rio Aue como se diz assima.

Mas estou vendo, que pode alguem dizer, que assim como a fundação de São Bento da Varzia que se atribue a Dom Sueyro Guedes he reedificação, assim tambem a fundação de Vayrão seria reedificação que fez aquelle fidalgo Dom Touris. Porem a isto se responde facilmente, que ha diuersa razão em hum, & outro Mosteyro, porque pera dizermos que a fundação de São Bento da Varzia foy reedificação que Dom Suyero Guedes fez, temos outras memorias, & escripturas de que consta, que o dito Mosteyro foy fundado primeyro muyto antes em tempo do nosso Sam Martinho Dumiense Arcebispo de Braga, como se pode ver no primeyro tomo desta Benedictina pagina 358, no capitulo 16 que nella começa em a pagina 380. Porem pera dizermos que o Mosteyro de Vayrão foy reedificado por D. Touris, não ha outro fundamento senão o letreyro da pedra assima dita do qual não consta mais que ser edificado naquelle lugar hum templo, que hoje não existe, & não que nelle existisse algũa hora Mosteyro; Por onde dizemos que a fundação de Vayrão foy simplesmente edificação, & a de S. Bento de Varzea reedificação ou fundação segunda que fez D. Sueyro Guedes. »

Fr. Leão de Santo Thomaz, *Benedictina lusitana,* tomo II (Coimbra 1651), pag. 351-352 [2].

1. Segue o capitulo ; mas, ní intéressa até aqui.

2. O sr. prof. Pedro A. de Azevedo, primeiro conservador da Torre do Tombo, encontrou, n'este archivo (Mosteiro de Vairão, m. 17) o documento de que

XLIV. — A VIAGEM DOS ALMOGARRIRUNES.

Em *Frei Gonçalo Velho* (Vol. I, doc. DCCIV e doc. DCCV), publicámos, sob o titulo : « Documentos na integra — que nós considerâmos apocriphos », os documentos apocriphos da imaginada viagem ás Canareas, que tanto teem servido aos detractores dos descobrimentos dos portugueses ; aqui, publicâmos, não em arabe, nem em latim, mas, em portuguez, visto que não foi apresentada em fórma de documento, a inventada noticia da viagem dos errantes, como succedeu com a das Canareas, o que diz o capitão Luiz Marinho de Azevedo, na *Primeira parte da fundação, antiguidades e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa e seus varões illustres em santidade, armas e letras*, etc. (Lisboa, 1652), livro IV, cap. XX :

« Da viagem que fiserão certos moiros moradores em Lisboa, no tempo que eram senhores d'ella, com o que da mesma viagem se póde colligir.

Muitas coisas de importancia nos ocultou a antiguidade, de que tantas veses nos temos queixado, e de todas nos não ficaram mais poucas noticias que das succedidas no tempo que os arabes foram senhores d'este reino. E assim não

---

fasemos o extrato seguinte, agradecendo-lhe a communicação que teve a amabilidade de nos enviar :

Procuração dada, pela abbadessa do mosteiro de Vairão, da Ordem de S. Bento, Constança Paes, a Pedro Domingues, clerigo do Rodo, a Domingues Joannes, seu capellão, e a Estevão Domingues, homem de seu serviço, concedendo-lhes que, todos ou cada um de per si, « possam partir e demarcar e sortegar e sortes deytar com filhos e filhas que foram de Joham Uelho de Santa Luriça hyrmãos de Leonor Eanes que foy nossa companhoa e mõia do dito Moesteiro bees e heranças que lhis acaeçeram e de derecto deuiam acaecer de parte do sobredito seu padre en aqueles loguares ou loguar hu o el auya », podendo vender, esses bens, que tocavam á dita Leonor Eannes, e, agora, eram do dito mosteiro. Datada do mosteiro de Vairão, 22 de janeiro de 1202 (Ch.).

achamos que diser de nossa Lisboa, em os quatrocentos e trinta annos que o foram d'ella. Só temos achado uma celebre navegação e descobrimento que oito moiros fiseram, saíndo em uma náu, do porto de Lisboa, sem saber de certo o tempo em que foi, e d'ella nos deu noticia Gabriel Saonita, interprete de el-rei de França, com a traducção da geographia de um moiro, chamado Nubi, escripta em fórma de itinerario, como o de Antonino, sinalando os passos que havia nas distancias dos logares de Hespanha. E, falando em Lisboa, trata particularmente esta navegação, de que se póde inferir que fosse n'ella morador, no tempo que os barbaros africanos se introdusiram em seu dominio; e, para haver de discursal-a, nos pareceu traser aqui todo o texto da traducção, como se acha no auctor allegado, o qual diz assim, com o titulo que tem o livro:

« *Ex libro geographiae Nubiensis*, qui inscribitur, Relaxatio animi curiosi in climate IV. excussa Parisijs anno 1629. ex Arabico in Latinum per Gabrielẽ Sionitam Regiũ interpretem. »

Segue, em latim.

« Supposto que o latim é tão claro que não necessita de traducção, ditemos em sustancia o que significa, para os que o não sabem.

Lisboa está fundada na ribeira septentrional de Tejo, rio que passa por Toledo e se lança no mar, defronte da mesma cidade, em logar de seis mil passos, em que se continua por muita distancia com a vasante e enchente da maré.

A cidade de Lisboa, que está fundada na bocca do Oceano, olha, do lado meridional, para o castello de Almada, assim chamado pela mina de oiro que se descobre quando o mar se embravece.

D'esta cidade de Lisboa, saíram, a navegar pelo mar Oceano, os descobridores, dos quaes tomou nome uma rua da cidade, que está á borda do mar, que pelo tempo adeante se chamará a rua de Almaghurrim, e a historia d'estes foi:

Que, oito primos irmãos, armando uma náu de carga, com os mantimentos necessarios, começaram a navegar, cursando o vento oriental, que, sendo-lhes prospero, por espaço de onze dias, chegáram a certo mar de que eram grossas as ondas, o fedor molesto, muitos os cachopos, e a claridade com sombras, pelo que, tendo por certo algum náufragio se fiseram n'outra volta, e, navegando, dose dias, para a parte meridional, chegaram a uma ilha em que acharam grande quantidade de gado maior, e, desembarcando n'ella, acharam uma fonte de agua, que corria, a que fasia sombra uma figueira silvestre, e, matando algumas reses, era sua carne tão amargosa que de nenhuma maneira se podia comer, e comeram sómente os coiros; depois do que, navegando, outros dose dias, para o Meio Dia, descobriram, ao longe, uma ilha e, vendo n'ella povoa-

ções, chegaram com a náu, para vêr o que era, e, dentro de pouco espaço, foram sercados com barcos e tomados e levados, jutamente com seu navio, a uma cidade, fundada á borda do mar, e desembarcando n'ella, viram homens ruivos, de cabellos compridos, e bem dispostos, e suas mulheres muito formosas; e, detendo-os tres dias, em uma casa, ao quarto, veio fallarlhes um homem, na lingua arabica, e lhes perguntou por seu modo de vida, a que vinham, e quem eram; e, fasendo-lhe relação de todas suas coisas, lhes prometteu o bom successo d'ellas, disendo ser interprete do rei, e, no seguinte dia, foram levados deante d'elle, e, perguntando-lhes as mesmas coisas, que o interprete, responderam o mesmo que o dia antecedente lhe tinham respondido, e que ousaram navegar pelo mar, com ânimo de ver as coisas que n'elle havia, admiraveis e dignas de memoria, e chegar até onde se dilatavam seus fins mais remotos.

Riu-se el-rei, ouvindo estas coisas, e disse ao interprete que dissesse áquelles homens que seu pae tinha mandado, a certos vassallos seus, que navegassem pelo mesmo mar, e que andaram, por elle, um mez inteiro, até que, faltanlhes, totalmente, a claridade, lhes saíra vã e inutil a viagem.

Mandou, el-rei, ao interprete, que prometesse, em seu nome, áquella gente, bom successo e que o tivessem em boa opinião. E, tendo isto passado, os tornaram á sua prisão, « d' » onde os detiveram, até que começou a ventar o vento occidental, e, mettendo-os na sua embarcação, com os olhos atados, andaram, pelo mar, espaço de tres dias e noites, de sórte que, aquelles homens, cuidavam que não poderiam tornar, e, chegando a terra, foram levados e deixados junto ao mar, com as mãos atadas atraz a « d' »onde estiveram, até que, o outro dia, saíu o Sol, com grandes descommudidades e miserias, pela rigoridade de suas prisões; e, ouvindo estrondo e vozes humanas, deram todos grandes gritos, e, chegando aquelles homens, achando-os em tão calamitoso estado, lhes perguntaram por sua vida aos quaes contaram sua historia; eram barbaros, e, um, d'elles, lhes disse se sabiam quanto estavam apartados de sua patria, e, disendo-lhe que não, respondeu que espaço de dois meses de viagem.

Então, disse o capitão de nossa companhia: Vá Asfi! e, até ao dia de hoje, se chama, áquelle logar, Asfi, e é um porto que se acha no Occidente, mais conhecido, de que acima fisemos menção.

Da cidade de Lisboa, até á de Santarem, que fica para a parte oriental, ha oitenta mil passos, pelo rio, e ha outro caminho por terra. Entre estas duas cidades, ha um campo, chamado Balata, em que se colhe trigo, aos quarenta dias, que se semeia cento por um, confórme disem os moradores de Lisboa e do Algarve. —

Difficultosamente se poderá averiguar que ilhas fossem as que estes moiros

descobriram, n'esta navegação, supposta a confusão com que n'ellas falla o geographo, não tratando suas demarcações, alturas, nem situações, de que se necessitava para vir em cohecimento das que eram. E, como as innundações do Oceano tenham submergido muitas ilhas, de que hoje não ha memoria, e descobertas outras de que então não havia noticia, é caminhar a cegas querer atinar quaes estas fossem. Mas, parece confórme a bom discurso que não estariam mui longe da costa, porque estando por achar o uso da agulha e astrolabio, não se haviam de engolfar tanto, estes moiros, que perdessem a terra de vista.

E, ainda que póde faser alguma duvida, a ilha, de que trata o geographo, em que se fallava a lingua arabica, se deve presumir que fosse alguma, conquistada pelos moiros africanos e por elles povoada, quando passaram a Hespanha, e a subjugaram a seu imperio, a qual ficaria da parte do Algarve, até á bocca do estreito de Gibraltar, pois, o vento oriental, com que os navegantes saíram do porto d'esta cidade, lhes servia, em pôpa, para faser semelhante viagem.

Outros, querem que os navegantes se engolfassem, e, nos onze dias primeiros, houvessem vista de alguma das ilhas terceiras, e que, d'ella, atravessassem para a Madeira, e, logo, navegassem ás Canareas, as quaes não distam muito da terra firme de Africa, onde, pela visinhança, se poderia, n'aquelle tempo, fallar a lingua d'aquellas partes. E, quando não queiram que a viagem fosse tão larga, diremos que esta ilha era a do Mogador, visinha de Çafi, praça que foi da coroa de Portugal, largada, com outras, em tempo de el-rei D. João III.

Movo-me a cuidar que isto assim fosse, por diser a relação, que o capitão do navio, d'este descobrimento, tomando porto em uma terra firme, de barbaros, lhes chamou Asfi, que, com pouca corrupção, se mudaria em Çafi; e, pois que, uns e outros, se entendiam, falando a lingua arabica, muito possivel é que, das Canareas, viessem a Mogador, e, d'esta ilha a Çafi, que lhe fica mui perto. E, quem entender de outro modo esta navegação, logar lhe fica de seguir o que lhe ditar seu bom discurso, advertindo-nos e emendando-nos n'este.

E, porque se deve reparar em algumas coisas, das que o geographo tirou, n'estas palavras, nos pareceu advertil-as, para sua melhor intelligencia, como é o nome que dá á cidade de Toledo, chamando-lhe Tolaitela, pelo qual passa o nosso Tejo, pobre de aguas, antes que se engrosse das com que entra, poderoso, em Portugal. E, os seis mil passos de largura, que lhe assignala, defronte de Lisboa, é a legoa e meia que o rio tem de travessa, até ao Barreiro ou Seixal.

Mar Tenebroso, chama o geographo ao Oceano, não porque seja mais

escuro e medonho que os outros, mas pelos temores que causam suas tormentas. O castello de Almaden, é o de Almada, não o que hoje se vê, no alto da villa, mas outro, que estava á borda da agua, junto a Cacilhas, de que ainda estão as ruinas, como nos advertiu Diogo de Paiva de Andrade, bem conhecido n'este reino e fóra d'elle, por sua grande erudição, lettras, e conhecimento de todas as antiguidades.

Almaghurrim, é palavra arabica que val o mesmo que errantes, na latina, alludindo aos moiros navegantes que se acharam n'este descobrimento.

Nos oitenta mil passos, que o geographo signala, desde Lisboa a Santarem, navegando pelo Tejo, andou pouco acertado, pois, havendo de contar quatro mil passos, por legua, nas quatorze, que ha n'este caminho, ou seja por terra ou por agua, fasem cincoenta e seis mil passos.

O campo, chamado Balata, não póde ser outro que o de Vallada, por baixo de Santarem; no qual, e em todas as lizirias, tem succedido, muitas veses, semear-se e colher-se o trigo em quarenta dias, que tão grande é a fertelidade d'estes campos. »

Apparecendo as fórmas maghrurinos, almaghurrim, almogarrirunes, etc. consultámos o sabio orientalista, senhor professor David Lopes, que teve a amabilidade de nos diser, na sua carta, de Lisboa, 2-XI-1913 :

« O tal nome arabe deve escrever-se assim (na minha transcrição) : *almogarrirunes* (pron. — *ínes*) e foi traduzido por Dozy na sua edição de Edricí : *aventureiros* (Dozy e De Goeje, *Description de l'Afrique et de l'Espagne*, p. 223) ».

Vide fim do Commentario XXIII.

Ayres de Sá.

THE SOURCE OF JUAN DEL ENCINA'S

ÉGLOGA DE FILENO Y ZAMBARDO

When Juan del Encina left Salamanca for Rome [1], he had already written ten plays [2], the titles of which are as follows: The *Égloga representada en la noche de la Natividad de nuestro Salvador; Égloga representada en la mesma noche de Natividad; Representación á la muy bendita pasión y muerte de nuestro precioso Redentor; Representación á la santísima resurreción de Cristo; Égloga representada en la noche postrera de Carnal, que dicen de Antruejo ó Carnestollendas; Égloga representada la mesma noche de Antruejo ó Carnestollendas; Égloga representada en requesta de unos amores; Égloga representada por las mesmas personas que en la de arriba van introducidas; Égloga representada la noche de Navidad* (*Égloga de las grandes lluvias*), and *Representación del Amor*.

The subjects treated in these plays were well known in the

---

1. It is not definitely known in what year Encina left Spain. We only know that he was at Salamanca in 1498, and that Pope Alexander VI refers to him as *Clérigo salmantino, Bachiller, familiar de S. S. y residente en la curia romana*, in a Bull dated September 15, 1502. The best account of Encina's life and works is found in Dr. Eugen Kohler's introduction to his publication, *Sieben Spanische Dramatische Eklogen*, Dresden, 1911, pp. 7-50 and 68-136. See also Menéndez y Pelayo, *Antología de poetas líricos castellanos*, vol. VII, pp. i-lxvii; Cotarelo y Mori, *Estudios de historia literaria de España*, Madrid, 1901, pp. 103-81 and the introduction by Cañete and Barbieri to the Spanish Academy's edition of the *Teatro Completo* of Encina, Madrid, 1893.

2. This does not include the non-extant *Égloga interlocutoria*, probably composed in 1496 or 1497. See Kohler, *op. cit.*, pp. 32-34.

literature of the time and none of them shows the influence of foreign models. The two Christmas eclogues, as well as the Passion and Resurrection *representaciones*, were the logical outgrowth of liturgical plays. The *Égloga de las grandes lluvias* is also a Christmas play, in which the religious element is almost completely overshadowed by the attempt to portray in realistic fashion the rude scenes of the life of the shepherds. The theme of the two Carnival eclogues had been treated by the Archpriest of Hita in the fourteenth century. The subject of the two eclogues « *en requesta de unos amores*, » is frequently found in the Cancioneros of the fifteenth century, and the same is true of the *Representación del Amor*, composed in 1497 and dedicated to the Infante Don Juan. Although the name, *égloga*, was probably derived from the *Eclogues* of Virgil, which he himself had paraphrased, it is impossible to admit the influence of Latin pastoral poetry on the early plays of Encina.

During his sojourn in Italy, he became acquainted with new forms of the pastoral drama. Poliziano's *Orfeo* (1471), Nicolo da Correggio's *Cefalo* (1487), the *Arcadia* of Sannazzaro and Bernardo Pulci's translation of the *Eclogues* of Virgil were followed by numerous compositions dealing with pastoral themes. Mythological and allegorical plays and *ecloghe recitative* were presented at the great courts by actors dressed as shepherds. Some of these alluded to political events in terms easily understood by the audience, but as Carducci writes, « eterno e immortale motivo della favola pastorale è l'amore : onde il rivolgimento di fortuna, la crisi, è dal più al meno sempre una : chi, nel principio, uomo o donna, aborriva dall'amore, finisce, per una ragione o per l'altra, divina o umana, fatale o del caso, cedendo alle lusinghe della dolce passione e rendendosi al desiderio dell'amante [1]. » In certain

1. Carducci, *Su l'Aminta di T. Tasso*, Florence, 1896, p. 5. Other important works on the Italian pastoral drama are E. Carrara, *La Poesia Pastorale*, *Storia dei generi letterari italiani*, Milan ; D'Ancona, *Studj sulla letteratura*

eclogues, however, the tragedy of love appears. In the *Egloga di Flavia* of Phylenio Gallo[1], the shepherd Filenio is about to commit suicide, believing that his love for Flavia is not returned, when his sweetheart stays his hand. In the second eclogue of Antonio Tebaldeo, composed before 1499, the shepherd Damone commits suicide, a victim of unrequited love. It is certain that Encina was acquainted with some of these *ecloghe recitative*, and that he derived his own *Égloga de Fileno y Zambardo* from the second eclogue of Tebaldeo.

The 1509 edition of Encina's *Cancionero* contained two plays in addition to those published in the edition of 1507, namely : the *Égloga de tres pastores* (otherwise known as the *Égloga de Fileno y Zambardo*), and the *Coplas del Repelón*. Various dates have been assigned for the composition of the former play. Moratín states that it was composed in 1497, without however adducing any evidence. Cañete declares that it was composed between 1505 and 1509. Señor Cotarelo y Mori[2] assigns to it the date 1497 on the following grounds. In the *Farsa ó cuasi comedia del soldado* of Lucas Fernández, one of the characters alludes as follows to the *Égloga de Fileno y Zambardo :*

Y áun por zagales qu'he vido
    Y he oido
Que por grimas y cordojos
De amorío se han vencido,
    So aborrido
Verlos muertos por antojos.
De los cuales en mamoria
Tengo muchos perpasados,
Que murieron mal llogrados
Desta tan gran vanigloria.

italiana de'primi secoli, Milan, 1891, and *Origini del Teatro italiano*, Torino, 1891, vol. II ; Creizenach, *Geschichte des neueren Dramas*, vol. II and Marsan, *La Pastorale dramatique en France*, Paris 1905.

1. Carrara, *op. cit.*, p. 214.
2. *Op. cit.*, pp. 170-72.

Fileno él se mató
Y murió
Por amores de *Zefira*.
Decime, ¿ qué haré yo ?
Muerto so,
Si este mal ño se me tira [1].

In another passage, one of the shepherds speaks thus of Cupid [2] :

Desde aquí al diablo dó
A rapaz de tan ruin maña.
Este, cuido, en la montaña
Ogaño á un pastor hirió.

Señor Cotarelo believes that this is an evident allusion to Encina's *Representación del Amor*, which we know by internal evidence was composed in 1497. It would follow from this that Fernández's play was written in the same year, and that the *Égloga de Fileno y Zambardo*, and the *Égloga de Cristino y Febea*, which is also referred to in this play, must be assigned a still earlier date. There is no reason to believe that the above mentioned passage refers to the *Representación del Amor*, and the fact that the *Égloga de Fileno* is derived from an eclogue of Tebaldeo which was not published until 1499, proves that the date assigned to it by Cotarelo is incorrect. Lacking other evidence, we may accept Dr. Kohler's argument [3] that if the *Égloga de Fileno* had been composed before 1507, it would have been included in the edition of Encina's *Cancionero* of that year, which contained the *Égloga de las grandes lluvias* and the *Representación del Amor* in addition to the eight plays published in the edition of 1496.

1. *Farsas y Églogas al modo y estilo pastoril y castellano, fechas por Lucas Fernández*, Madrid, 1867, pp. 92-93.
2. *Ibid*, p. 104.
3. *Op. cit.*, pp. 34-35.

The argument of the *Égloga de Fileno y Zambardo* is briefly as follows. The shepherd Fileno tells his friend Zambardo of the grief which the indifference of the shepherdess Cefira has caused him, and asks to be allowed to relate his troubles. Zambardo offers to aid the hapless lover, but though his spirit is willing, his flesh is weak, and while Fileno pours out the story of the wrongs he has suffered, Zambardo falls asleep from fatigue. When Fileno sees that he can receive no sympathy from that quarter, he bursts out in a furious invective against the god of Love, and then summons his friend Cardonio, telling him the cause of his suffering. Cardonio urges moderation in his grief and objects that his friend blames all women for the cruelty of one. This is followed by a sort of *contrasto*, in which Fileno attacks women with the bitterness of Boccaccio in the *Corbaccio*, to which he himself refers. Cardonio replies, alleging the virtues of women and enumerating those whose memory is esteemed by men. As Cardonio departs to attend to the needs of his flock, Fileno intimates that he prefers to die rather than suffer the pangs of unrequited love. When left alone, Fileno curses Cefira [1], bids a tender farewell to his flock and stabs himself. Cardonio returns, troubled by the grief of Fileno, and sees him lying on the grass, his body stained with blood. He tenderly mourns the death of his friend, calls Zambardo to aid in the burial and inscribes an epitaph over the tomb of Fileno.

The play is composed of eighty-eight octaves in coplas of *arte mayor*, Encina's first and only attempt to use this meter for dramatic composition. The scene is no longer the country district in the neighborhood of Salamanca as in the earlier plays, but Arcadia, the land of poetry. The shepherds, Fileno and Cardonio, may wear the pastoral garb, but they express themselves

1. The octave beginning, *Maldigo aquel dia, el mes y dun el año*, p. 218 of the *Teatro Completo*, was doubtless suggested by Petrarch's sonnet,

Benedetto sia'l giorno e'l mese e l'anno.

like courtiers. This play, a combination of idyll and drama, shows more dramatic power than Encina had hitherto displayed, and in its ecessive sensibility, reminds us of *Werther*. Love is not here a trifling matter, as in the two eclogues « *en requesta de unos amores*, » but a consuming passion which drives the unfortunate Fileno to his death. It may well be called the first tragedy of the Spanish theatre and occupies the same place in the drama as the *Cárcel de Amor* of Diego de San Pedro in fiction.

The *contrasto* between Fileno and Cardonio concerning the worth of women is the first example of the dramatic treatment in Spain of a theme which occupied the attention of many of the poets of the fifteenth and sixteenth centuries. The slanderous attack made upon women by Boccaccio in his *Corbaccio* and by Alonso Martínez de Toledo in his *Reprobacion del amor mundano* (or *Corvacho*) called forth replies from Álvaro de Luna, Juan Rodríguez del Padrón, Mosén Diego de Valera and others, who strangely enough, made use of Boccaccio's *De mulieribus claris* to vindicate the gentle sex. Encina himself wrote a poem [1] « contra los que dicen mal de mujeres, » directed especially against Torrellas, who meets such a tragic end in Juan de Flores's novel, *Grisel y Mirabella*. The attack on women in the *Égloga de Fileno* is undoubtedly derived from the *Corbaccio*, while the names cited by Cardonio to refute the arguments of Fileno are taken for the most part from the *Liber de mulieribus claris* [2].

1. Gallardo, *Ensayo de una biblioteca*, vol. II, cols. 872-74. For this subject, see A. Farinelli, *Note sulla fortuna del Corbaccio nella Spagna medievale*, published in *Bausteine zur romanischen Philologie. Festgabe für Adolfo Mussafia*, Halle, 1905, pp. 401-60 and Menéndez y Pelayo, *Antología de poetas líricos castellanos*, vol. V.

2. The editor of the *Teatro completo de Juan del Encina*, p. 206, states that the lines :

Y aunque de fuera se muestran honestas,
Lo verdadero te diga el Corvacho ;

refer to the *Reprobación del amor mundano* or *Corvacho* of Alonso Martínez de Toledo. An examination of the texts, however, shows that certain passages of

Señor Menéndez y Pelayo, having in mind only the *Cassaria* and *Suppositi* of Ariosto, the *Calandria* of Cardinal Bibbiena and the *Mandragola* of Machiavelli, denied the influence of Italian literature upon the *Égloga de Fileno y Zambardo*, and declared that the tragic dénouement was suggested by the *Celestina* and the *Cárcel de Amor* [1].

Señor Cotarelo [2] accepts these conclusions. Dr. Kohler [3] denies the influence of these Spanish works and cites three Italian pastoral plays, the plots of which resemble somewhat the argument of *Fileno y Zambardo*. These are the *Filauro* by Bernardo Filostrato, an *Egloga pastorale* of Baldassare Taccone and the *Egloga pastorale di Flavia,* printed not later than 1503 [4]. Of the first of these, little is known save that it was called « *atto tragico* » by Crescimbeni. In the second, Phileno relates that he had seen a nymph who had refused his love ; wherefore he weeps and laments, and when his friend Aminta wishes to lead him to the woods, Phileno refuses, preferring to die rather than abandon the search for his nymph.

Still closer, says Dr. Kohler, is the resemblance between Encina's play and the *Egloga pastorale di Flavia* of Phylenio Gallo, or Filippo Galli. In this eclogue, the shepherd Filenio determines to commit suicide because his love for Flavia is not returned. He composes his own epitaph and is about to take his life when his sweetheart appears, stays his hand and explains that since women may not make advances in love, they must be understood, even though they do not speak. It will be seen that these two plays

Fileno's attack are translated almost literally from Boccaccio's *Corbaccio*, and only bear a general similarity in subject matter with the work of the Archpriest of Talavera.

1. *Antología de poetas líricos castellanos*, vol. VII, pp. lxxxvii.

2. *Op. cit.*, p. 170.

3. *Op. cit.*, pp. 127-129.

4. Carrara, *op. cit.*, p. 214. Kohler gives 1528 as the date of publication, following Carducci's statement in his essay on Tasso's *Aminta*, p. 37.

differ considerably from Encina's play, and the similarity of the names, Filenio and Fileno, does not offer a clue since it is found in many of the pastorals of the period.

Antonio Tebaldeo, whose second eclogue is the source of the *Égloga de Fileno*, was born at Ferrara in 1463 [1], and for some time instructed Isabella d'Este in the art of poetry. He went to Rome about the year 1513 where he became intimate with Bembo, Castiglione and Raphael. When the Imperial troops sacked Rome in 1527, he lost all his property and became a bitter enemy of Charles V. He died on November 4,1537. His Italian poetry, consisting of pastoral eclogues intended for recitation, epistles in *terza rima* and some three hundred sonnets, in which he exaggerates the traditional conceits of the Petrarchists, was published in 1499 without the author's knowledge by his cousin, Jacopo Tebaldeo. His verses were highly esteemed by his contemporaries and not less than eleven editions appeared between 1499 and 1550.

His second eclogue consists of 251 lines in *terza rima*. The interlocutors are two shepherds, Tirsi and Damone. Tirsi asks Damone the cause of his sorrow, but the latter bids his friend inquire no further and declares that he wishes to endure his grief alone. Tirsi pleads that their long friendship justifies his confidence and again asks him to reveal his secret. Damone rather brusquely replies that he wishes to be alone and Tirsi, apologizing for having been persistent, says that he must go to look after his flock. When Damone remains alone, he exclaims that he welcomes death since Amarilli turns a deaf ear to his courtship. He stabs

1. For details of the life of Tebaldeo, see Luzio-Renier, *La Coltura e le relazioni letterarie di Isabella d'Este Gonzaga*, Giorn. stor. della let. ital., vol. XXXVI, 1900, pp. 193-212 ; F. Cavicchi, *Intorno al Tebaldeo*, Giorn. stor. della let. ital., Supplemento, No. 8 ; Carrara, *op. cit.*, pp. 216-217 : D'Ancona, *Studj sulla letteratura italiana de'primi secoli*, pp. 191-202 and E. G. Gardner, *Dukes and Poets in Ferrara*, New York, pp. 470-76.

himself, bids a tender farewell to his sheep, now left without a shepherd, and with his last breath pardons Amarilli her cruelty.

Tirsi returns, still worried over the change which has come about in his friend. He sees Damone lying on the ground in a pool of blood and a dagger at his heart. He tenderly mourns his death and reproaches himself for having left the unhappy Damone. He then carefully prepares the body for burial and composes an epitaph for his tomb.

It is of interest to note the changes made by Encina in adapting this eclogue to his own purpose. He expands the Italian work of two hundred and fifty-one lines into a play consisting of thirty-seven pages in the printed version. He introduces the shepherd Zambardo for comic effect, and the dialogue between the latter and Fileno is doubtless a reminiscence of some of the comedy scenes in his early plays. In the original, Damone refuses to disclose the cause of his grief and churlishly charges his friend with being importunate, while Fileno is only too ready to confide in the other two shepherds. As we have seen, the *contrasto* between Fileno and Cardonio concerning the virtues and shortcomings of women treats a subject which was exceedingly popular among the poets of the time. Encina's play seems to be independent of Tebaldeo's eclogue up to the point where Cardonio leaves Fileno, but the rest of the play follows closely Tebaldeo's eclogue, as a few examples will prove [1].

Cardonio leaves Fileno, saying that he must look after his flock [2]:

> Tambien porque me es, Fileno, forzado
> Que vaya esta noche dormir al lugar,
> Y con mi ida poner el ganado
> Do lobo ninguno lo pueda tocar.

1. I have used the edition of Tebaldeo's eclogues contained in Vol. XVI of the *Parnaso italiano ovvero Raccolta de'poeti classici italiani, Egloghe boscherecce del secolo XV-XVI*, Venice, 1785.

2. *Teatro completo*, p. 212.

Compare Tebaldeo, l.46-48, Tirsi :

Rimanti in pace, ch'io me ne vo via :
Tornar vo'al gregge, che il lupo rapace
Facilmente assalire ora il potria.

When Fileno remains alone, he bids death come quickly which will release him from his suffering and bids farewell to his sheep[1] :

Sólo el partir de tu compañía
Me causa pasion ¡ oh pobre ganado !
Mas place á Cupido que quedes sin guía,
Al cual obedezco á mal de mi grado.
Sé que los lobos hambrientos contino,
Por ver si me parto, están asechando.

Compare Tebaldeo, l. 176-87, Damone :

Povero armento mio ! chi fia tua guida,
Da poi che il tuo pastor da te si parte ?
Quando più troverai scorta si fida ?
Già parmi di veder tutto straziarte
Da'lupi ch'ognor stanno intenti e pronti
Aspettando ch'io vada in altra parte.
Mai più non ti vedrò per questi monti
Pascer le tener'erbe, e al tempo estivo
Scacciar la sete a questi freschi fonti.
Tu puoi viver sicur mentre son vivo ;
Ma il mi convien morire ; ond'io ti lasso :
Amor vuol che di me tu resti privo.

As Fileno stabs himself, he exclaims :

¡ Ay triste de mí, que fuera de tino
La lumbre á mis ojos se va ya quitando !

In the Italian eclogue, Damone pardons Amarilli with his last breath, l. 191-93 :

1. *Teatro completo*, p. 219.

Oimè, ch'io non so più dove mi sono!
Le tenebre son giunte innanzi sera:
Vale, Amarilli mia, io ti perdono.

Cardonio returns to the spot where he had left Fileno:

¡ Oh Dios, cuánto se es Fileno mudado
De aquello que era desde agora dos años!
. . . . . .
Quiero tornar, por oirle siquiera
Quejar de Cupido y su poca fé,
. . . . . .
Que si tanto á Fileno soledad le placía,
Pudiera muy bien quedar ascondido
Dentro del bosque por ver qué hacía.

Compare Tebaldeo, l. 194-202, Tirsi:

Quanto è Damon mutato da quel ch'era!
Già viver senza me non sapea un giorno;
Or fugge com'io fussi un'aspra fiera:
Ma fermo io nel pensier di far ritorno
Là dove il lasciai pien d'afflizione,
E star nascosto a quel boschetto intorno,
Tanto che intender possa la cagione
De l'interna sua pena aspra ed acerba,
Per cui fugge la luce e le persone.

Cardonio sees Fileno lying motionless on the grass:

Veslo dó yace en la yerba tendido.
¡ Ay, que he tenido contino temor
Que solo algún lobo lo haya hallado!
Mas quizá durmiendo su pena é dolor
Mitiga, dejándole el lloro cansado.

Compare Tebaldeo, l. 203-205:

Ecco che giace là disteso in erba:
Veggo disperso andar tutto il suo armento:
Forse il dolor dormendo disacerba.

Cardonio steals up to him noiselessly :

Mejor es salir de tanto dudar,
Y ver bien si duerme ó qu'es lo que hace.
La boca cerrada por no resollar.

Compare Tebaldeo, l. 206-207 :

Anderò a lui col piè tacito e lento :
Tener bisogna ben chiuse le labbia.

Cardonio sees blood on Fileno's breast :

¿ Y es sangre aquella que en su pecho yace ?
Sin duda él es muerto de algún animal
Del modo que siempre yo, triste, he temido.

Compare Tebaldeo, l. 208-11 :

Oimè ! parmi il terren sanguinolento.
Temo che morto qualche animal l'abbia,
Trovandol qui dormir soletto e stanco,
Che molti vengon per gran fame in rabbia.

He then sees the dagger by which Fileno has met his death :

¡ Oh Vénere sancta ! ¡Y aquel es puñal
Que tiene en el lado siniestro metido !
¡ Oh triste Fileno, y cuál fantasía
Te ha conducido á tan áspera suerte !

Compare Tebaldeo, l. 212-14 :

Che ferro è quel ch'ha nel sinistro fianco ?
Ahi misero Damon, come t'hai morto?
Come in brev'ora sei venuto manco ?

Cardonio reproaches him for having left him without even a farewell :

Pues díme, enemigo, ¿ por qué me negaste
El último abrazo, siéndote hermano ?
O ¿ cuál es la causa que no me tocaste,
Como era razon, al menos la mano ?

Compare Tebaldeo, l. 224-26 :

Deh perchè almen la man non mi toccasti,
Dicendo : resta in pace, Tirsi fido ?
Perchè l'ultimo bacio a me negasti ?

He says that Fileno's reputation will suffer because of his suicide :

Y peor es que, siendo por sabio estimado,
Luego que sea tu muerte sabida,
De todos serás por loco juzgado ;
Porque el fin es aquel que honra la vida.

Compare Tebaldeo, l. 227-32 :

Che si dirà, quando fia sparso il grido :
Damon s'è ucciso con sua propria mano,
Come già per Enea l'infausta Dido ?
Tu sarai da ciascun chiamato insano,
Ch'eri fra noi tenuto il più prudente :
Il fine è quel che loda il corso umano.

The epitaphs written by Cardonio and Tirsi also bear a marked similarity.

The fact that the *Égloga de Fileno y Zambardo* is derived from an Italian work has considerable significance in the history of the Spanish pastoral drama in the sixteenth century. The *Égloga de Plácida y Vitoriano*, which was performed at Rome in 1513, was undoubtedly inspired by the Italian pastorals, and we find plays with somewhat similar themes throughout the sixteenth and early part of the seventeenth century. A careful comparison of these productions with works of similar character in Italian literature will almost certainly add to our knowledge of the early

Spanish drama, and of the influence of the Italian Renaissance in Spain[1].

The text of *Phylenio et Saphyra* was published by Percopo in *La prima imitazione dell'Arcadia*, Naples, 1897, and the summary given by Carrara, *op. cit.*, p. 213, shows that it has no connection with Encina's play. The names Phylenio and Saphyra or Zefira are found in many of the Italian eclogues of the time.

J. P. Wickersham CRAWFORD.

1. Cotarelo, *Estudios de historia literaria de España*, p. 170, speaks as follows of a translation, imitation or extract in Italian of the *Égloga de Fileno*, in the Biblioteca Colombina, with the following title : *Eglogha pastorica Asdrucciolo di Phylenio Gallo da Montiano. Interlocutori, Phylenio et Saphyra Nympha. Stampata in Siena p. M. di B. F. Ad istansia di su C. di A. L, XXX de luglio 1524. Como se ve los dos únicos personajes que se citan son los mismos que hay en la obra española (Fileno y Cefira) con leves alteraciones.* Kohler, *op. cit.*, p. 129, reproduces this note without comment. Cotarelo also includes this title as No. 147 among the rare anonymous Italian works in his *Catálogo de obras dramáticas impresas pero no conocidas*, etc., Madrid, 1902. As a matter of fact, this play was written by the Sienese Phylenio Gallo, or Filippo Galli, who died in 1503.

EL *PERIQUILLO SARNIENTO*

Y LA CRITICA MEXICANA

En los albores del siglo XIX, los graves maestros de los Seminarios, ostentando las borlas y los arreos de su ministerio, empuñan el cetro de la literatura oficial. Mientras tanto, la literatura libre se asila en los tenderetes y escondrijos de los libreros : la representan los zumbones redactores del *Diario de México*, los epigramatarios, los críticos desabridillos y alegres. Más tarde, acrecido el tumulto de la revolución, rotos los frenos de la tribuna pública, surjen aquí y allá los periodistas valientes, los porta-voces del pensamiento nuevo, — luchadores que usan de su pluma como de algo vivo y cuotidiano. En este mundo de escaso valor artístico, pero de mucha *letradura*, de mucho ambiente y vitalidad, descuella por el vasto esfuerzo de su obra, por su prestigio moral, y aun por su buena suerte de haber novelado el primero en nuestro país, — hasta el punto, al menos, en que fué Cervantes el primero en novelar en lengua española, — José Joaquín Fernández de Lizardi, el constante y honrado *Pensador Mexicano* de las polémicas tenaces y de las ironías sencillas. Como quiera que se lo considere, es un centro. El tomo de la *Antología del Centenario* en que figura, parece que se le ha dedicado. En las Conferencias del Centenario tuvo un lugar de honor.

Carlos González Peña ha dicho con razón que trajo una nota de realismo al mundo artificial y opaco de las poesías pastoriles, animado por una tendencia más moralizadora que estética. Pero

trata de demostrar que la novela de Lizardi no deriva de la Picaresca Española, asegurando que los novelistas del siglo de oro « no pretendían filosofar, ni moralizar, ni enseñar ». Creemos, por el contrario, que la Novela Picaresca es culpable de nuestro *Periquillo Sarniento;* que de aquellos *Guzmanes* vienen estos *Periquillos*. Sin la Novela Picaresca ¿ qué habría escrito nuestro *Pensador?* La influencia que sobre él ejerció aquella se descubre hasta en los títulos de sus libros : *La Quijotita y su hermana*, *Don Catrín de la Fachenda*... Y, por otra parte, en el autor del *Lazarillo*, en Espinel y en Cervantes (para no citar sino los nombres a que acude el mismo González Peña) fácil es rastrear las tendencias morales. En el *Lazarillo*, las momentáneas apreciaciones sobre la educación moral del personaje son rapidísimas, pero definitivas : algunas nos asombran aún como profundas intuiciones psicológicas. En el *Escudero Marcos de Obregón* cada aventura tiene moraleja, y con razón pudiera decirse que es todavía, en cuanto al procedimiento, un libro derivado de la fábula antigua, como el *Conde Lucanor*. En Cervantes la moralidad, o está directamente formulada en algunas *Novelas Ejemplares*, o se halla esparcida como el sol y el aire en las llanuras del *Quijote*, — al punto que muchos no ven en este libro sino un símbolo moral. ¡ Como si fuera posible desarrollar símbolos que caben en una parábola brevísima a través de las mil y una aventuras de aquella selva de invención ! Que si vamos al *Guzmán de Alfarache*, — verdadero paradigma del *Periquillo*, como siempre lo ha proclamado la crítica, — descubriremos el aire familiar en lo de sacrificar el episodio al sermón. Lo que hay es que el *Periquillo* deriva de la Novela Española como deriva una mala copia de un buen modelo. Lo que hay es que para el novelista español el arte es lo primero (consciente o inconscientemente), en tanto que Lizardi, por tal de sermonear a su antojo, desdeña el arte si le estorba. Porque está, como él mismo dice respondiendo a uno de sus críticos, persuadido de que los lectores para quienes escribe « necesitan que se les dén las moralidades mascadas y aun remolidas, para

que les tomen el sabor y las puedan pasar; si nó, saltan sobre ellas con más ligereza que un venado sobre las yerbas del campo. « Sólo que él llamaba « dar las moralidades mascadas y remolidas » a diluirlas enfadosamente en discursos adonde se anegan las salteadas anécdotas novelescas. Lesage o Moratín, — que quizá gustaban demasiado de este género de cirugía, — habrían propuesto amputar al *Periquillo* de los sermones, cual lo propusieron para el *Guzmán de Alfarache.*

Si Lizardi, como los dialoguistas de la Etica, no hubiera revestido sus peroraciones sino con el escenario esencial, no nos habría engañado por lo menos. Pero, dada su pasmosa facilidad de *costumbrista*, se explica que haya incurrido en la novela.

Lizardi ha venido a ser, con el tiempo, un símbolo histórico: ahí están, todavía, los *léperos* que pintó su pluma; ahí está el Café de Manrique, adonde el Periquillo pasó una noche. La ciudad de México, — dice Urbina, — está reproducida con una fidelidad de grabado antiguo. El *Romance del Periquillo,* como decían entonces, es amado sin ser leído, — mucho menos gustado. Pero la gente vulgar, siempre complicada, cree que gusta de él. La popularidad de Lizardi (como novelista, se entiende) es la popularidad de un nombre o, mejor dicho, de un seudónimo. *El Pensador Mexicano* se llamó su periódico; *El Pensador Mexicano*, acostumbraba él firmarse; mas la gente vulgar piensa que la posteridad le atribuyó el mote de *Pensador* porque lo era. El *Periquillo Sarniento* ha tenido estrella. Ha sido, desde la cuna, un libro simbólico, nacional.

El día 11 de enero de 1825, publica Lizardi un *aviso* en *El Sol*, invitando a sus amigos a que contribuyan para una nueva edición del *Periquillo.* Por él sabemos que cuando el Virrey Apodaca prohibió que saliera a luz el cuarto tomo de la obra, — porque contenía un ataque a la esclavitud, — los tres tomos anteriores, que se vendían a doce pesos, subieron a veinticinco, treinta, cincuenta y aun sesenta pesos en el mer-

cado [1]. La obra llevaba en sí, desde ese momento, algo de martirio por la libertad: sufría por los ideales del pueblo: era una obra nacional.

Mas la crítica que, al andar del tiempo, pudo disimular en el patriota los errores del literato, no siempre le fué benévola entre los contemporáneos.

Podemos creer que el primero que conoció el *Periquillo* es José Mariano Beristáin de Souza, puesto que lo hojeó antes de publicado. En Beristáin no hay que confiar mucho: como erudito, se equivoca; como hombre público, flaquea. Bustamante, en el *Cuadro histórico de la revolución de la América Mexicana*, carta VI, ha dicho de él: « el Canónigo don José Mariano Beristáin, aquel Beristáin que pasará a la más remota generación americana por el mayor adulador abyecto que ha nacido en la Puebla de los Angeles, así como ha pasado *Picio* por el más feo en México y Esopo en Atenas ». Éste, pues, dice, refiriéndose a Lizardi, en su *Bibliotheca Hispano-Americana Septentrional ó Catálogo y Noticia de los Literatos que ó nacidos ó educados ó florecientes en la America Septentrional Española, han dado a luz algún escrito, ó lo han dejado preparado para la prensa* [2]: « Ingenio original, que si hubiera añadido a su aplicación más conocimiento del mundo y de los hombres, y mejor elección de libros, podría merecer, si nó el nombre de *Quevedo americano*, a lo menos el de *Torres Villarroel mexicano*. Ha escrito varios discursos morales, satíricos, misceláneos, con los títulos de *Pensador Mexicano* y de *Alacena de Frioleras;* y tiene entre los dedos la *Vida de Periquito Sarniento* [3] que, según lo que he

1. Publicóse por primera vez la obra en 1816. Tanto ésta como la segunda edición, sin fecha, constan sólo de los tres primeros volúmenes. La tercera edición, 1830-31, aparece ya completa.

2. El titulo es tan *abyecto* como su inventor.

3. Léase: *Periquillo Sarniento*. Es característico en Beristáin trastrocar los nombres.

visto de ella, tiene semejanza con la del *Guzmán de Alfarache* ». La comparación final se impone casi ; todos la han hecho. La que sí es inexplicable es la que nuestros críticos han venido estableciendo entre el *Periquillo* y el *Quijote,* sólo porque en ambos hay algunas escenas libres. Por lo demás, el esfuerzo de Beristáin para no conceder mucho a Lizardi es notorio.

El dieciocho de diciembre de 1818, publica el *Noticioso General* un *remitido* firmado por *El Tocayo de Clarita* (Ya es sabido que era moda literaria el usar seudónimos ; el que con éste firma no ha sido identificado aún). Trátase de un breve cuento crítico cuyo asunto, por infantil, merece callarse. De paso se cita al *Periquillo :* « Tiene manojos ó racimos de sentencias, autoridades y refranes para toda clase de personas ; pero principalmente a las del pueblo bajo les habla al alma y las vá á buscar por todos los andurriales, cárceles, presidios, hospitales, pulquerías, lupanares, velorios, tabernas, bodegones... con el caritativo fin de que reformen sus depravadas costumbres y se hagan miembros útiles de la sociedad, ya que en toda su vida anterior lo fueron podridos y agusanados. » Creemos notar, bajo estas palabras, una ironía cobarde, recóndita, aunque sea por el exceso de matiz con que pinta la perversión del plebeyo y lo elevado del propósito de redimirlo. Tal propósito es, por otra parte, la general excusa de los autores de la Picaresca. Hernando de Soto lo ha dicho refiriéndose a la vida de Guzmán de Alfarache :

> Enseña, por su contrario,
> la forma de bien vivir.

Mucho más importantes son las opiniones sobre el *Periquillo* que el mismo periódico publica el día primero, el doce y el quince de febrero de 1819. Fírmalas *Uno de Tantos ;* pero el autor es el poblano Terán. Es ésta una página curiosa en la historia de nuestra crítica. Era Terán viejo contrincante de Lizardi y ya, oculto bajo el consabido seudónimo, había atacado su *Calendario ;* a lo que Lizardi había contestado diciendo que, por ignorar quien

fuera el autor de la censura, se abstenía de responder, pues no sabía si se trataba de « persona suficientemente abonada ». Terán escribe: « Por acá (en Puebla) no tenemos la honra de saber otro nombre del autor del *Periquillo* que el de *Pensador Mexicano*... Bajo este aspecto, juzgamos del escritor por sus producciones: del individuo en sus demás relaciones, decimos con Tácito: *nec beneficio, nec injuria cognitus* ». Lo cierto es que Terán y Lizardi se conocían, y que Lizardi llama a su crítico *el señor Ranel* y *D. M. T.*: anagrama e iniciales de Terán.

« La circunstancia, — dice éste, — de que Periquillo no escribe sus aventuras con más fin que el de instruir a sus hijos, no sirve más que para limitar el campo que debía resultar de la invención; para amortiguar la acción y disminuir su interés. Porque si bien es un objeto de mucha importancia la enseñanza de la juventud considerada en su totalidad, los medios particulares de que un padre se vale privadamente para la de sus hijos nada interesan al mundo, a no ser muy extraordinarios... Si en los libros encontramos las peores gentes de la sociedad obrando ordinariamente según las vemos, hablando según las oímos, nuestra curiosidad no se excita y dejamos de sentir el atractivo que en el arte se llama interés ». Además, añade Terán, los episodios en el *Periquillo* son por extremo vulgares, « se les ve sucios, violentos y degradados... El arte que gobierna toda la obra es el de bosquejar cuadros asquerosos, escenas bajas, para contemplarlos muy despacio, predicar enfadosa y difusamente, y sacar al fin una moralidad trivial, como la única que puede dar de sí el escrutinio de las últimas prostituciones de la canalla... Está en todo muy de manifiesto que las variedades de la acción se determinan expresamente para depositar en ellas las doctrinas... » El *Pensador* es el primero (¡y quiera Dios que el último! añade) que novela en el idioma de la canalla. Su estilo « tan uniforme como en su acción el chorro de una alcantarilla, propio para arrullarnos, se suelta desde el prólogo, dedicatoria y advertencias á los lectores hasta la última página del tomo tercero... La manía de

explicar dilata enfadosamente los períodos: cada frase determina el sentido de la que la antecede y la recorre exactamente para fijar la acepción de la palabra. Difuso y relajado, le parece que para persuadir es necesario presentarnos la idea con cien construcciones diferentes, y por poco quisiera definirnos cada vocablo en forma de diccionario... Se dirá que este método es propio en un padre que instruye a sus muchachos, y entonces salta otra vez el inconveniente de que semejante invención no es adecuada al desembarazo que debe proporcionarse en el plan un escritor ingenioso para dominar sus materias, y de que el autor del *Periquillo* se esclavizó él mismo, y se ciñó á la empresa de hacer un romance con toda la frialdad de un comentario ». Compara después el *Periquillo* con el *Gil Blas*, por compararlo con algo, pues declara no hallar manera de definirlo en cuanto al género. Tampoco él (como Carlos González Peña) quería manchar con el paralelo los nombres clásicos del habla española. Entra después en una disertación de literatura preceptiva (no tan larga y enojosa como pudiera temerse) para distinguir las varias especies de lo cómico. Señala el desorden y la contradicción que afean, en el *Periquillo*, la propiedad de los caracteres. Y continúa censurando la manía del *Pensador* de que para decir cosas útiles hay que escribir mal:

« Escarrón, el cínico de la literatura ¿sería capaz de decirnos que, tratando de conciliar su interés particular con la utilidad común, atropella á sabiendas con las reglas del arte cuando le ocurre alguna idea que le parece conveniente poner de éste ó de otro modo? ¡Esto sí que es insultar á las gentes! El público de Nueva España es, en el concepto de este autor, una congregación de parbulillos, y él una vieja cuentera dispensada de toda regla y arte por la imbecilidad de sus oyentes. ¿Qué utilidad puede encontrar el común de las gentes en que un escritor obre desatinadamente, sin más guía que su capricho y por medios arbitrarios, con el fin (dice él) de ilustrarnos? ¡Luego lo que se escribe con regla y gusto es perdido e insuficiente para nosotros! »

Y de propósito he dejado para el fin esta importante observación de Terán:

« Hablando de lo cómico de esta composición, es preciso notar que falta también, porque los sucesos están tomados en las últimas extremidades de la miseria humana. — No produzco ésto por haber visto regla alguna, sino por mi propio sentimiento. Un sepulcro, un calabozo, no pueden presentarse bajo un aspecto ridículo: no me reiré ni divertiré aunque me lo describa Terencio... A estos lugares, en donde la humanidad sufre las últimas desgracias, no debe llegar, naturalmente, la burla del estilo cómico, y sólo la sensibilidad y filosofía son á propósito, con el patético, para pintar cuadros que no deben excitar más que la compasión ». Es verdad; por eso la Novela Picaresca, como conjunto, no nos parece propiamente cómica, sino grotesca, en sus excesos de hambre y de locura. No sabemos, sin embargo, si lo mismo parecería a sus autores: evoluciones de la sensibilidad, — ha dicho Azorín.

En cuanto a Lizardi, incapaz de contestar las críticas de Terán, se defendió de la manera más torpe, comparando su obra con la de Cervantes. « Ha navegado la obra, — dijo, — para España, para la Habana y para Portugal, con destino de imprimirse allí: me aseguran que los ingleses la han impreso en su idioma y que, en México, hay un ejemplar ». Estos datos, aunque tomados en serio por un académico mexicano, José López Portillo y Rojas, es bien sabido que son los únicos que quedan de la traducción inglesa del *Periquillo* y de sus reproducciones extranjeras: datos, sin la menor duda, aun por el tono con que están vertidos, hijos de la polémica y de las flaquezas humanas.

Hacia 1832, Tadeo Ortiz, que acostumbraba no leer lo que cita, dijo del *Periquillo*, en su *México considerado como nación independiente y libre*: « Crítica ingeniosa de ciertas costumbres bizarras de los mexicanos. Es obra de bastante mérito; se encuentran en ella rasgos de originalidad y sátira fina que recuerdan de algún modo muchos de los pasajes del célebre *Don Quijote* y, con parti-

cularidad, del *Guzmán de Alfarache* ». Esta opinión favorable, por ser de quien es, nada pesa.

A título de curiosidad notaremos que Lorenzo de Zavala, en su conocido *Ensayo histórico de las Revoluciones de México desde 1808 hasta 1830,* adonde sólo se habla de la labor política del *Pensador*, dá prueba de no conocerlo bastante cuando le llama *Pedro* en vez de *Joaquín.*

*
* *

En el mundo de la literatura nacional, Ignacio Ramírez, el *Nigromante*, es otro símbolo. Su discurso sobre el *Pensador*, leído en el Liceo Hidalgo, está lleno de soltura y brío ; empieza con lejanas evocaciones de Berceo, echadas a perder por las aplicaciones de actualidad política. Podemos creer que en estas evocaciones clásicas, como en el lirismo de su estilo, los hombres de su época lo admiraban sin entenderlo. Corre el discurso inspirado por la fantasía y por la musa política del partido ; corre como río de fuego y sueño, donde truenan y se atropellan imágenes gallardas y vigorosos cuadros históricos. Y tras de fulminaciones irónicas, y tras de equivocadísimas generalizaciones (a que era tan desordenadamente afecto) define su crítica en estos términos : « no hay que confundir al revolucionario con el artista, ni aun en el caso de que ambas vocaciones se presenten juntas... El disertador que hoy nos parece fastidioso ; el novelista, que hoy no competiría con Sosa ; el periodista, inferior a la *Voz de México ;* el más humilde, aunque el primero de nuestros *panfletarios ;* el *Pensador Mexicano*, propone cuestiones que medio siglo después hemos resuleto ». ¡ Ojalá fuera verdad ésto último !

Guillermo Prieto, que era demasiado insustancial para crítico, casi acusa de traición a la patria a los censores del *Periquillo.* Su preocupación patriótica, sinembargo, le arranca una frase elocuente : « Es, — dice del *Periquillo,* — el libro-anatema contra

los vicios de la Colonia, y la justificación más fundada de nuestra Independencia. »

Altamirano lo compara con el *Quijote, Rinconete y Cortadillo,* el *Guzmán de Alfarache,* el *Lazarillo de Tormes*, el *Gran Tacaño* y el *Gil Blas*. Hay algo de pedantería en citar tantos libros : ellos, entre sí, difieren ya profundamente.

Pimentel, que parecería el señalado para hacer el panegírico del *Periquillo* desde el punto de vista estético, le juzga duramente. « En lugar de dar reglas de moral por medio de la acción como corresponde a la novela, Fernández Lizardi se distrae en disertaciones y pláticas interminables, verdaderamente fastidiosas, como que están fuera de lugar, como que no corresponden a una obra cuya base esencial debe ser el entretenimiento... » Lo que es la obra de Walter Scott para la Edad Media, — dice, - le es el *Periquillo* para nuestra historia colonial. Entra después en *pequeñismos* muy de su gusto, como el discutir si *perra*, *gata* y *burra* son o no palabras nobles. (Disculpémoslo, en memoria de Longino). Contra alguna defensa del estilo de Lizardi hecha por Altamirano, hace notar, atinadamente, que los giros bajos y las frases equivocadas no sólo se hallan en boca de los personajes, sino en los monólogos del autor : lo que mata toda excusa posible en nombre del realismo.

Sánchez Mármol dice en *Las Letras Patrias* : « Don José Joaquín Fernández de Lizardi es el fundador de la novela netamente nacional. El *Periquillo* y la *Quijotita*, sus capitales producciones, vivirán como monumento imperecedero de la sociedad mexicana, tal cual España la dejó educada. La primera no tiene menos valor para nosotros que el que para ésta el *Gil Blas* ; la *Quijotita* es muestra viva del producto de la educación femenina de aquellos tiempos, indigesto amasijo de vanidad, falsa cultura y mentida religiosidad. Ambos son documentos histórico-sociológicos de inestimable precio. »

Sólo don Luis González Obregón (cuyo estudio sobre el *Pensador*, publicado en 1888, no tiene, por otra parte, preten-

siones críticas, sino que es un notable trabajo de documentación bio-bibliográfica) ha pronunciado francamente la palabra *genio* a propósito del *Periquillo*. ¡ Disculpable pasión de biógrafo! Los ataques al *Pensador* fueron tan rudos, tan inícuas las persecusiones que padeció, que con razón el biógrafo, tras de andar entre los recuerdos de la época, se hace (encarándose con las figuras de la historia), ciego defensor del hombre que tuvo tan ciegos enemigos.

En la *Antologìa del Centenario*, desgraciadamente interrumpida, Luis G. Urbina, con su humanísimo sentimiento del ambiente nacional, ha dicho, entre otras cosas bellas: « El *Periquillo Sarniento* es un cuadro completo de la existencia colonial, de la que nos quedan, todavía, vestigios característicos. Es la historia de un mexicano de entonces... ¡ ay ! y de muchos de hoy. »

Alfonso Reyes.

DIÁLOGO INTITULADO EL CAPON

ADVERTENCIA

La novelita ó diálogo, como la titulaba su autor, que hoy sale á luz por vez primera, se encuentra original en la Biblioteca de la Academia de la Historia, formando parte de uno de los tomos de la magnífica coleccion de manuscritos que pertenecieron á don Luis de Salazar y Castro. Una copia debió existir tambien en la Biblioteca Nacional pues en sus antiguos catálogos se lee : *Narbaez (El Bachiller) Diálogo intitulado El Capon*. p. n. 3. S-98. Desgraciadamente este tomo fué desglosado hace ya mucho tiempo y desaparecieron en la operacion cuantas cosas curiosas contenia. A tal causa ha sido debido sin duda, el que hasta ahora estuviese inédita tan entretenida y curiosa obra.

El bachiller Narbaez que figura como el autor en el Catálogo de la Nacional, aparece tambien en la obra que nos sirve de texto y que empieza : *Diálogo intitulado el Capon compuesto por el incógnito*. Encima de esta última palabra y de la misma letra se ha añadido : *Vachiller Narvaez*.

Si este fué en realidad su autor es cosa que ignoramos por completo ; la obra está reunida con otros varios documentos relativos unos á la casa de los Rojas, (á la cual pertenecia el Conde de Mora á quien fué dedicada) y otros á la capilla de los Reyes Nuevos de Toledo, á la que es muy fácil que perteneciera el autor de la sátira contra los capones. Era este tambien amigo de don Pedro Salazar de Mendoza, cuya historia del Cardenal Tavera menciona.

En el catálogo impreso de la Biblioteca que perteneció al Conde de Montealegre, antiguo poseedor del códice, se dice al detallarlo que el autor de *El Capon* era el maestro Francisco de Belilla, afirmacion basada quizás en el conocimiento de algunos datos que ignoramos en absoluto. Los únicos que pueden servir para averiguarlo son los que figuran en el *Prólogo al lector* : es

decir que el autor, sea quien fuere, habia escrito tambien una obra acerca de *la antigüedad de la ciudad de Toledo y su descripcion* y una comedia titulada *La Menandra*. Esta última no figura en ninguno de los catálogos por mí consultados, y mi estimado amigo, el erudito y sabio académico Sr. Bonilla San Martin, persona quizás la mas competente hoy dia en lo referente al teatro español antiguo, no ha podido facilitarme dato alguno. En cuanto á la primera, son varias las obras de parecido título, aunque la que en nuestro sentir mas se le asemeja es la de Francisco de Pisa impresa en Toledo por Pedro Rodriguez en 1605 y que llevaba por titulo : *Descripcion de la imperial ciudad de Toledo, y historia de sus antiquedades y grandeza*, etc.

El argumento de *El Capon* no puede ser mas sencillo y todo él no es sino una sátira contra los capones que abundarian en Toledo en la época del autor : un capitan que regresa á su patria con cuanto ha podido haber en la guerra á tuerto ó á derecho, es robado por un mozo gallego á quien habia tomado por criado ; la falta de dinero le hace pensar que ántes habia sido fraile y quiere salvar su alma en tanto que hace pesquisas para encontrar al ladronzuelo, y para ello acude en busca de consejo á un padre jesuita para que, mediante su intercesion, se le absuelva. Mientras el jesuita da los pasos necesarios, el capitan, en busca del gallego abandona á Toledo, y sesteando en una arboleda encuéntrase á Velasquillo, seise de la catedral, que ha huido de con su maestro, á causa de una pendencia sostenida con un compañero, capon como casi todos los que figuran en la novela. Velasquillo cuenta su historia al capitan, historia que, con mas detalles y mas por extenso relatada, no envidiaria nada á la del célebre Lazarillo, á juzgar por los amos que tuvo y los detalles de laceria que cuenta del último, cura y capon por mas señas. Amigos Velasco y el capitan este le entrega su caballo, mientras hace ciertas diligencias y aquel huye con él, pero encontrando al gallego con la maleta y no convenciéndole de que se la entregue, vuelven los dos al capitan, que ya renegaba de su fortuna, y que recobra caballo y dinero. Sepáranse los tres y el capitan vuelve á Toledo, no sin encontrarse en el camino con otro capon muy pagado de su persona, y el jesuita le da la buena nueva de que en su religion no quieren admitirle en razon á ser converso.

El estilo es bastante castizo y á mas de una gran riqueza de frases y refranes, ofrece la particularidad de que, por estar hecha toda en forma dialogada, nos muestra y enseña como hablaban nuestros antepasados en los comienzos del siglo XVII, en cuya época creemos que fué escrita.

Lucas DE TORRE.

PRÓLOGO AL LECTOR

La hambre (discreto lector) es madre tutriz de buenos y aun de malos vicios; esta enseña á hablar los pícaros, tordos y pagagayos; esta despierta los dormilones, aviva los perezosos y es maestra de todo género de hombres menesterosos. Pues como yo me criase en casa de mis padres, personas bien nacidas, aunque no muy ricas, y algunas veces mis hermanos y yo nos juntasemos á cenar, y por no haber mas que un poco de pan y algun rábano, que hace un eco admirable en la boca de un hidalgo, y mi padre en lugar de la cena nos leyese la hidalguia, apenas tuve diez años cuando me dió apetito de salir á volar como cernicalo hambriento; pues viéndome una Pascua con un real que alleguè de aguinaldo, que fué la primera hacienda que Dios me dió, sin decir nada en mi casa, determiné de dejar el nido y salir á ver mundo.

La primera jornada que hice fué á la ciudad de Santo Domingo de la Calzada, poco distante de la villa de San Asencio mi patria; detúveme en ella un dia buscando de casa en casa un amo, pero como todos los prebendados de aquella Santa Iglesia tuvieren los criados que habian menester, y los demas vecinos se sirven de sus hijos, fuéme forzoso pasar adelante. Determinéme de llegar hasta Burgos, ciudad mas populosa, y aunque la bolsa no me animaba mucho, encomendéme á Dios y á la buena gente y partí para allá. A poco trecho me alcanzaron dos peregrinos, de los muchos que suelen venir á ver el milagro del gallo y la gallina de Santo Domingo, y de allí pasar en romeria al crucifijo de Burgos; ellos venian con sus esclavinas y bordones, sus rosarios,

sus cajas de [h]oja de lata colgadas de la parte delantera de la pretina y sus calabazas de la trasera; yo iba con mi capilla al hombro, y en emparejando conmigo me preguntó el uno, que para dónde era el viaje y de qué lugar era natural; yo respondí, que iba á Burgos á servir un amo y que era nacido y criado en San Asencio. No hube dicho el nombre de mi lugar cuando dijo el otro: — ¡ Buen vino hay en él ! —, y como me vieron vozalejo y de poca edad, dixeronme si sabia el camino; respondí que nó, pero que lo preguntaria. Dixo el otro: — Anda, que, si te vienes con nosotros aqui te lo enseñaremos; que todos vamos allá. — Yo [h]olgué con la compañia, pero luego me comenzaron á decir, que para qué queria servir á nadie, que para lacayo era chico, y para paje, aunque era apropósito, que no ganaria para zapatos; que si me queria ir con ellos me enseñarian una vida holgada y de provecho con que pudiese pasar sin servir á nadie como ellos pasaban; y que lo que habia de hacer, era pedir limosna en todos los lugares donde llegase, y comprar della una esclavina y un bordorello y vender la capa, que con este traje me podia andar por el mundo y que no habia en él tal amo. Yo, aunque de poca hedad, no me contenté mucho de las razones; pero, como no sabia el camino, acepté su compañia y llegamos aquella noche á un hospital de Montes de Oca, y habiendo dado una vuelta, todavia truxo cada uno pan sequeron para sí y algunos ochavos para vino, con lo cual, y limosna ordinaria, pasamos la noche. A la mañana partimos, y como ellos creian que no tenian de que recatarse de mí por mi poco saber, todo su rezo y trato era nombrar los lugares que habia hasta Santiago de Galicia, y desde allíal Crucifixo de Zalamea, y á Nuestra Señora de Guadalupe, y á Toledo, y contar las ventas y aun los nombres de los venteros, y posadas donde habia buen vino y se podia descansar algun dia y pedir lismosna. En fin, llegamos á Burgos, pero á poco rato que anduvimos por la ciudad, llegó á nosotros un alguazil de vagamundos, y aunque de mi no hizo caso, les pidió qué recados trahian para andar en aquel trance (de lo cual que seria bien que

se hiciese en todos los lugares de España para atajar é acabar todos estos peregrinos; por que dicen que no hay un lacayo, ni quien quiera servir, despues que han dado este género de gente en andarse bordoneando). Ellos al principio, hicieron de los honrados y religiosos, y respondieron con algun desden y zeño; pero como el alguazil era porfiado, dixo que se viniesen con él ante el procurador. Así, despues de haberles tomado unas cajuelas de [h]oja de lata, en que trahian ciertos papeles, y preguntádoles algunas cosas, como no correspondiesen bien cada uno de por sí, cogiólos en algunas mentiras y mandólos llevar á la cárcel; y aunque desde este punto yo los desamparé, oí decir que el procurador habia averiguado que el uno era fraile apóstata, y el otro casado dos veces, y que los tenia muy apretados. Yo atendí á buscar un amo y asenté con un clérigo que no me trataba muy mal, pero era pobre, y como yo venia huiendo de la pobreça y deseaba studiar algo, y no tenia lugar para ir á oir gramática, habiendo estado algunos meses con él, le pedí el sueldo y determiném ir á Salamanca con el dinerillo que me dió.

Llegué á aquella Universidad con algun trabajo, y andando mirando lo que habia en la plaza, topé con un pupilero que andaba comprando rábanos y lechugas, y preguntéle si sabia de algun amo. Puso los ojos en mí, y, despues de haberme preguntado si era recien venido y si pensaba studiar y otras cosas ordinarias, me dixo, que, si queria asentar con él, que él me recibiria y daria studio y de comer y me trataria bien; yo acepté el asiento hasta ver naypes, y con ánimo de pasar adelante con él si me estuviese á cuento, y si no, procurar informarme de[l] puesto. Pidió á una verdulera conozida una espuerta, y cargóme de tanto rábano y lechuga, que pensé que tenia algun convento que substentar. Este pupilero, segun despues supe, hábia sido repasador de gramática del maestro Torrijos en Toledo, y, pareciéndole que este oficio era una mina, se habia venido á Salamanca. Luego que entré en la casa, lo primero que ví fué unos rafageros de meados en el zaguan, que era menester ir saltando charcos para

pasar indemne. Subido á los corredores hallé muchos recados á cada rincon, de que luego dí en la causa. Saliéronnos al encuentro una docena de pupilos muy flacos, largos de pescuezo, descoloridos, tan enjutos de tripas que parecia que se les habian sacado con las pechugas, como á gallinas de hacer manjar blanco. Parecia la casa hospital de convalecientes de cámaras y era ello así, por que todos eran unos meones y andavan de ordinario con seguidillas, tan blandos de bientre y agujero, que no les daba lugar la prisa á llegar á las letrinas, y assí tenian la casa con esta malaventura. Llegó uno por mis espaldas, recatándose del diablo del pupilero, que iba delante guiándome, y sacóme tan sotilmente un rábano, que, quando le sentí, ya tenia dos ó tres trozos en la boca con un poco de pan á vueltas. Volvió el pupilero al ruido que hacia el rábano en la boca del pupilo y dixo: « Esto si, golosmear y dalle; pues por las barbas que tengo, y por vida de Doña Maria Pasamano mi mujer, que será en gloria, que se le [h]a de quitar de los de hoy á la comida ». Pasamos con todo esto adelante y díxome: « Francisco, laba muy bien estas lechugas y rábanos y anda á la ama ». « Yo hice lo que supe, y, aunque con alguna arenilla, inchimos la holla de lechugas y de rábanos, no de las que traximos, sino de los que habian sobrado en el refectorio la noche antes, porque desto habia abundancia á Dios gracias. Estos tenia él ya recogidos y labados y entregados á la ama para hecharlos á un poco de carnero y alguna baca y una corteza de tocino, que no untara con ello el lacayo de Antonio de Nebrija los cascos á su mula. Tomó todo esto, y él y su ama lo comenzaron á embutir en una grande olla de agua para que hubiese harto caldo. Como yo vi la mescolanza dixe: « Señor, el tocino no me contenta, que está muy ranzio ni las [h]ojas de rábano; las lechugas pasen, pero bien fuera sin cocerlas ». Respondió él: « Anda, que es mucho regalo y se desustancian y hazen el caldo tan claro que verás en él las siete cabrillas; mejor es que se queden en la olla ». Tras esto me comenzó á decir tanto bien del toxino ranzioso para la olla, y de las [h]ojas de rábano para la

vejiga, y las lechugas para la blandura de las tripas, que abrí los ojos como de un sueño y dixe entre mi: « Que me maten si no es esta la causa de que estos pupilos sean tan meones y cagones, y tan descoloridos y flacos y hambrientos como convalecientes ». En este tiempo tenian los pupilos otro criado llamado Gobreiro, natural de la Villa de Pancorbo, no lejos de la mia; este solia servir de todo, en casa y en la plaza y en el refectorio y camas de los pupilos y tenia fama de gran sison y que se comia la mitad de la fruta que trahia, y se bebia el azeite de las lámparas como lechuza, porque si iba por vino se bebia la tercera parte. Pues, como yo fuese vezolejo y novato y recien venido, y mirasen que procedia bien, inviabánnos los pupilos quando jugaban por bino y pan, y decíanme á mí que yo lo comprase y lo traxese y el otro me enseñase solamente las rondas adonde habia de ir; sucedió que un dia de fiesta, jugaron una colazion y vino y fruta, y inviáronnos por ello, con órden que Gobreiro me enseñase adonde habia de ir, y io llevase el dinero y traxese la fruta y no se la entregase. No se puede creer la retórica con que me persuadió á que sisásemos ¡ Mal año para Zizeron, ni Demóstenes, ni Períclés, de quien[es] tantas cosas contaba el pupilero! pero no lo pudo acabar conmigo. Quando vió esta puerta cerrada, persuadíame que comiésemos de las guindas; yo dixe que no, que le hecharían de ver. Viendo esto y que se hecharían de ver sus faltas, por cubrirlas me dixo, ya que llegabamos cerca del pupilaje: « Por un solo Dios, Vañuelos, que ya que no quieres que sisemos, ni comamos, ni vebamos entrambos, que bebas tu solo; esto te ruego por la patria y por la amistad que hemos trabado ». Yo me quedé espantado, y no pudiendo imaginar por que me pedia esto en que él no era interesado, cay que lo decia por que no hechasen de ver sus faltas ni infidelidad, como ya se conocian; porque viendo el buen recado que yo traya, todos me enviaban á mi á la plaza y no hacian caso dél, cosa que Gobreiro sentia en la alma y en la vida. Pero tal sea su salud como ellos me lo pagaban; porque un dia, habiendo almorçado muchas

guindas meladas, que parecia mierda de las bacas flacas de Ejipto, me dixo: « Toma Vañuelos este plato con estos guesos, que mas vale el caldillo que las guindas. « Pasé con este trabajo, que se me recreció por ser fiel, algun tiempo, hasta que, hablando en puridad con Gobreiro, le dixe que le confesaba que habia errado en no tomar su consejo, pues que gastaba muchos zapatos, sin provecho, en servicio de aquellos phantasmas. Con esta ocasion tornó Gobreiro á catequizarme y me dixo: « Yo, hermano Vañuelos, como tan asendereado, te aconsejé lo que te convenia luego que veniste á casa y rebentaste de fiel, y el pago que has sacado es el que has dicho: pero por la amistad que tenemos y ser de una patria, te aconsejaré otra vez lo que te conviene; si lo recibieres, bien; si no, harás tu gusto. » Yo se lo agradecí, y ofrecí de hacer puntualmente cuanto me mandase, y endereçado esto, dixo, mesurándose mucho en silla de costillas: « Este señor nuestro, hermano Vañuelos, sirve en tres partes: en la plaza maior, y en el refitorio donde comemos, y en las camas de los pupilos. Si te enviare á la plaza, di que otro pupilo de los mas antiguos te manda ir á un recado á la cibdad; si fuere el mas antiguo el que te quisiere inviar fuera, dile que el pupilero te envia por de comer, y si el pupilero te mandare algo, di que vas á leccion, aunque sea á las doce de la noche, por que de otra manera gastarás tu legítima en zapatos. Si te mandarén hazer las camas, no hay que cansarse mucho en mullir los colchones ». Dixe yo: « Y si está el pupilo delante, ¿ que haré ? ». Dixo él: « Distingo: ó te mira como lo hazes, y en tal caso es forzoso hazerla bien, ó no te mira, ó stá fuera, y entonces lo mismo [h]a de ser hechar el postrero colchon que la primera frazada. En el refitorio es necesario abrir el ojo, por que en él se han perdido los mejores ingenios de criados que [h]a habido en los pupilajes de Salamanca. En traiendo la olla al refitorio la has de pegar al rincon donde la asentemos, y poner por los lados los trapos con que la traxeres, y tapar la luz de aquel vazio del ángulo, y en metiendo la cuchara para sacar el caldo, has de azotarle que se

desvie la grosura y sacarás una escudilla de labazas pura, claras como el ojo, y la mejor sustancia dejarás en la olla; pero si en la cuchara sintieras que alguna tajada entra en la cuchara, vazia el caldo haciendo como que dejas otra cosa y héchala detrás de la olla; porque, si con tu razion se quieren estos sustentar, pasarias mucha necesidad; y si alguno estuviese delante, con buen ayre vuélvele las espaldas y haz lo que digo, y podrás hazer lo que quisieres, y comerás ». Yo me admiré del discurso de Gobreiro, y tomé tan bien su doctrina, que hera un águila con una cuchara en la mano y la olla en un rincon.

Serví algunos años con deseo de aprender latin, pero el pupilero me ocupaba tanto y él me enseñeba tan à forro que salí muy mal gramático. Fué Dios servido que dió á mi amo el pupilero una enfermedad de que murió, y ia que estaba en lo último de su vida me llamó y díxome: « Hijo Vañuelos, bien sé que te debo muy buen servicio y quisiera pagàrtelo, pero no tengo dinero alguno al presente; lo que puedo hazer por tí, es dejarte tres opúsculos que tenia para imprimir; el primero, es *De la antigüedad de la cibdad de Toledo y su descripcion*, cosa que me la han alabado mucho; el segundo, es un diálogo intitulado *El Capon*, de entretenimiento y risa, pero que tiene su moralidad y erudicion; el tercero, es una comedia llamada *La Menandra*, de buena traza, que tambien entretiene y enseña á vivir al lector. Por tu vida que los hagas imprimir de la manera que yo los dexo, dedicados al Conde de Mora, que solia ser un caballero amigo de letras y libros, en tanta manera, que habiendo la Condesa entendido que el estudio distraia la imaginacion y era malo para tener hijos, y habiendo oido que decia Don Juan Manrique, que era caballero agudo y de buenos dichos, que el desposado habia de ser necio y recio y buen comedor, llevaba mal que su marido fuese letrado y quiso quemarle la libreria. Pero si por lo dicho te pareciese otra cosa, imprímelas en tu nombre, que yo te los doy para que saques de la impresion algun dinero por cuenta de tus salarios ». Con esto me entregó los tres opúsculos, y dió su

alma á Dios, con harta hambre por cierto; pero yo, por haber hecho confianza de mí, los saco á lúz como el los dexó, en su nombre, reservando para él la honra, y para mi el provecho. Recibe, lector amigo, mi voluntad, y perdona las faltas, que, si las hay, no son mias

---

DIÁLOGO INTITULADO EL CAPON

COMPUESTO POR EL INCÓGNITO

PERSONAS : EL CAPITAN MONTALVO, FRAILE APÓSTATA ; VELASQUILLO, SEISE DE TOLEDO ; UN CONFESSOR ; UN LABRADOR ; UN GALLEGO ; UN CAPÓN Y SU CRIADO.

CAPITAN. - Notable cosa es, que permita Dios que á cabo de diez años que huí de un monasterio de esta cibdad, donde fuí fraile profeso, me haya vuelto á ella, y permitido que, cuanto [h]e podido haber á tuerto ó á derecho en la guerra, me lo haya urtado un galleguillo mochacho, y al parecer tan vozal y sencillo que me engañase como á una criatura, habiendo trahido, como dicen los atabales á cuestas tantos años! Hora, ello es permision de Dios, y sin dubda son aldabadas que me dá para que me recoja á mi religion, y salga de tan mal estado como el que trahigo.

En gran congoja me ha puesto esta desgracia. No sé que me haga ; para pasar adelante con mis pretensiones de soldado fáltame el dinero, pues no me han quedado sino diez escudos que trahia

en la bolsa. Si vendo el caballo, es cossa dura á un soldado tan honrrado como yo, andar á pié por esos caminos. Volver á mi religion es cosa pesada, pues cuando bien libre, me darán algunas disciplinas y cárzel perpétua. En resolucion, quiero irme à encomendar à Nuestra Señora del Sagrario, y de allí á la compañia de Jesus y tratar con algun padre confesor de mi remedio : quizás Dios me abrirá el camino, pues ha sido servido de quitarme el dinero, con que me ha hecho mas contrito y devoto que á un ahorcado. Nunca pensé que el no tener blanca podia ser de algun provecho hasta [a]hora. ¡ Que diferentes pensamientos trahia yo ayer cuando entré en esta cibdad!. No pensaba sino en [h]olgarme, enamorar. pasear, recorrer cañoles antiguos y buscar otros nuevos, sin mas memoria de Dios ni de sus Santos que si no fuera baptizado. Hahora en fin, quiero entrar encomendandome á Dios á esta Santa iglesia. ¡ Que templo tan santo! ¡ Cuanto mas quieto te solia visitar en otros tiempos! Dios se lo perdone á quien fué causa de mi perdicion. Reyna de los angeles, señora mia, no mireis á mis grandes culpas ; supplicóos, Señora, seais mi intercesora, y me alumbreis para que vuelva á mi religion, si me conviene para salvarme. Por cierto que me alegra el alma esta santa iglesia, y que no parece sino que todos los que en ella están reciben un contento spiritual extraordinario. Pero que mucho, si vos, Señora, la enriquecisteis con vuestra presencia. ¡ Màs que contemplativo stoy ! como no hay blanca en pared. Dios sabe lo que fuera si hubiera tras que parar. Pero ¿ Que digo ? bien será abreviar aquí con las devociones, no haya entre estos eclesiàsticos quien me saque por la pinta. Quiero irme á la compañia donde soi menos conocido ; veamos como va, que no hizo Dios á quien desampare del todo si se encomienda à Él ; en maiores trabajos y peligros me [h]e visto ; no hay sino buen ánimo y á ello.

¡ Oh, que buena gente es esta de la compañia de Jesus! discretos, religiosos, humildes, caritativos. Deo gracias, padre mio ¿ quiere oir una palabra?

Confesor. — Dios sea con su alma de Vm. ¿ Que es lo que Vm. manda ?

Capitan. — Padre mio, quisiera confesarme si hubiese lugar.

Confesor. — Si habrá, señor ; si Vm. quiere que yo le sirva en esto, lo haré con mucha voluntad.

Capitan. — Hacerme ha vuestra parternidad muy gran merced.

Confesor. — Pues éntrese Vm. en esa celda por que estemos con mas quietud.

Capitan. — Sea como vuestra paternidad mandare ; pero antes que me comience à confesar, queria hablar con vuestra paternidad una palabra fuera de confesion, aunque debajo de todo secreto.

Confesor. — En buen hora, señor; siéntese Vm., y perdone el asiento que no los tenemos mejores.

Capitan. — Meior es que yo lo merezco; muy bien estoy en este banquillo.

Confesor. — Pues diga Vm., señor mio, lo que fuere servido.

Capitan. — Padre, vuestra paternidad tiene delante de si uno de los mayores pecadores que tiene el siglo en que vivimos y que mas necesidad tiene de remedio espiritual.

Confesor. — Otros habrá en el mundo, señor, maiores ; de ninguna cosa nos espantamos los confesores. Vm. descubra su llaga, que todo el remedio que yo pudiere le applicaré para sanarle.

Capitan. — Vuestra paternidad sepa que yo soy fraile profeso de cierta casa y religion de esta ciudad, ordenado de grados y corona, y que por mi ingenio tal qual, fuí lector de artes y de theologia con acepcion de los religiosos que me oian, i tuve un superior, capon, por mis pecados, tan sobervio, mal acondicionado, vengativo, implacable, que, forzado, de la pesadumbre y molestia que me daba, vine á poner las manos en él y à huirme de mi religion, de la cual ando apóstata diez años [h]a.

CONFESOR. — ¡ Alabado sea Dios !. Él encamine y reduzga á Vm. para que haga penitencia de su error y le sirva. Y ¿ es posible que tanto le apretó, que le dió acasion á hacer un exceso tan exorbitante ?

CAPITAN. — Si, señor, y por cosa la mas liviana del mundo y en que no tenia yo mas culpa que vuestra paternidad.

CONFESOR. — ¡ Bendito sea Dios ! Verdaderamente que son los capones extraordinario género de gente, y que no se puede negar sino que el defecto natural les acarrea mill faltas, por las cuales, en nuestra religion á lo menos, huimos dellos como de pestilencia, y aun creo que en otras es lo mismo, aunque no sé si tanto. Y ¿ que fué la ocasion, si es cosa que se puede decir, de tan gran desgracia. ?

CAPITAN. — Señor, yo acerté un dia á llegar á la porteria á tiempo que unas mujeres tapadas llegaron á pedir un poco de agua al portero ; y cierto, prometo á vuestra paternidad, que era un viejo religiossisimo y sin ninguna sospecha. Él, movido de charidad, díxome : « Padre, tenga cuenta con la porteria en tanto que saco un jarro de agua para estas señoras ». Yo hízelo, y stuve [h]ablando con ellas un poco de tiempo, en tanto el portero volvia con el agua, y no cosas deshonestas ni indecentes. En este punto acertó á venir de fuera el Padre Prior ó Capon, y como vió las mujeres tapadas y de buenos talles, y á mí que no era muy viejo, y que no staba allí el portero, comenzó á soltar la maldicion contra mí y contra ellas, y á decir tan exorbitantes cossas, que no vastó decille lo que pasaba, ni fué posible lo creiesse. Pasó tan adelante con su mal término, que una de las mujeres, ya mohina de oille, dixo « ¡ Jesus y que escropuloso fraile ! ». « Vámonos — dixo otra — no fuere el capon ». Señor, quando esto oió ¡ alza Dios tu ira ! tratólas de desvergonzadas, díxoles tan malas palabras y tan soberbias, como si fueran sus novicios, y llegó á tal término que dixo una criada dellas : « Señor vainazos, sea bien criado, que no sabe con quien habla ; si no, mal me haga Dios si no le doi con un chapin en esa cara

de vieja, ya que no tiene barbas para mesárselas ». Aquí perdió los estrivos : quiso poner las manos en ellas si no se lo estobara el compañero. Entróse dentro y dióles con la puerta en los ojos, y bufando y hechando espumarajos como javalí y saltándosele las lágrimas de coraje, volvióse á mí que estaba temblando, y contra el buen viejo del portero, que venia con su agua muy sosegado y sin sospecha, y tratóle como á un motilon ; pero el viejo, muy quieto y sosegado, respondió : « ¡ Jesus ! padre Prior. ¿ Que es esto ? ». « No teneis vos la culpa — dixo el Prior capon — sino quien os hace portero stando caduco » y á mi tratóme como un desuellacaras, y mandóme que me entrase en el claustro y me postrase, donde me tuvo sin remedio hasta que fué hora de cenar; y no contento con esto, juntó capítulo y dióme una fraterna braba, encareciendo el delito mas mucho de lo que era ; mandóme desnudar las espaldas y hízome dar una disciplina cruel, persuadiendo á los frailes que yo habia hecho un grave exceso; y en realidad de verdad, era mas sentimiento de lo que las mugeres le dixeron, que zelo de la religion, porque cuando á él le hablaban algunas mugeres no habia Mazias tan derretido, ni que tanto gallease ni se engriese como él; en fin, pasé por entonces mi trabajo, no obstante que despues, el compañero y el portero, en secreto desengañaban á los frailes, porque en pùblico, no osaban desplegar su boca de miedo del capon.

Confesor. — ¡ Sea Dios bendido y alabado! ¡ extraña cólera, notable rigor !

Capitan. — No paró aqui. No me podian ver de sus ojos; cada trinquete me penitenciaba por pisar el sol y por que no lo pisaba; íbanlo ya murmurando los frailes ; parecíales demasiado rigor, y en fin, como dize San Hierónymo ; la paçiençia irritada muchas veces se convierte en furor; tanto me persiguió, que olvidado de la merced que Dios me hazia en darme ocasion de mereser, y visto que en el convento hablaban mal dél, un dia le topé en las secretas, y hecho el comedimiento debido, le dixe : « Padre Prior, por amor de Dios que se canse de afligirme, pues sabe que

no tengo culpa, y que de obra ni de palabra no le he offendido; si aquellas mujeres fueron libres, yo no fuí señor de sus lenguas. Dios sabe si me pessó de oirles dezir á vuestra paternidad capón y vainazas ». Cierto yo no quisiera ser nazido; airóse tanto desto, que arremetió á mí y me quiso arañar y morder la cara, olvidado de su auctoridad y religion; yo, como indignado y colérico, assíle de un brazo y dí con él en el suelo como con una dueña podrida, y ia fuera de mí con la ira, díle mucha coz y arrastréle de un pié, y aunque dió muchas voces, no acertó á oille nadie. Dexéle muy mal parado, y salíme lo mejor y mas sosegado que pude, y hallando la puerta entreabierta, cogí una demanda que acertó á star en la porteria, y salíme del monasterio pidiendo limosna; y por mis pasos contados vine á dar en casa de un ropavejero, y díxele que tenia necesidad de un vestido pardo, para un hermano mio, en que hubiese un capotillo de soldado, y un greg[u]esco, y unas medias, y un jubon, y sombrero, y que se lo pagaria muy bien si lo había; díxome que si, y como yo no llevaba dinero, comencé á rascarme la cabeza, y el ropavejero entendióme y dixo: « ¿ Que es padre?. ¿ No hay dinero de presente? ». « No por cierto — dixe yo — y tenia mucha necesidad de este vestido luego, porque acaba de llegar de la g[u]erra hecho pedazos; pero tengo liçençia de mi padre Prior para pedillo de limosna y pagallo ». El ropavejero respondió: « Cierto que hay necesidad de dinero en casa, pero por hacer una buena obra yo se lo fiaré si me promete de acudir con la limosna. » Yo prometíle montes de oro y ofrecíle fianças, aunque no las tenia: él respondió que no eran menester, que vastaba mi palabra. Con esto, como yo no paré mucho con él en el precio, y él tenia cobdiçia y ocasion de encojerme la saya, dióme todo lo que le pedí, y dixe que me diese un muchacho que me lo llevase; diómelo y cogílo todo, y à boca de tarde partí como un rayo hazia Puerta de Alcántara, y allí dixe al muchachuelo que se volviese, que yo lo llebaria hasta un meson que staba fuera de la cibdad, que allí me aguardaba mi hermano. Con esto despedí

al mozo y vajéme debajo de la puente y aguardé á que anocheciese, harto temeroso de no ser visto; pero como la noche es capa de pecadores, mudé el vestido y cojí mis hábitos y demanda, y partí por el camino de Sevilla, y con el primero que topé fué el hermitaño de Sancta Ana que me pidió lismosna. « Harto mas necesidad tengo yo della — dixe yo — que Vm., padre mio. » Hablóme bien y combidóme á beber en la venta, y retirándole afuera, en secreto díxele : « Padre, por amor de Dios, que sobre estos vestidos que traygo y sobre esta demanda, que me haga charidad de prestarme algun dinero para llegarme aquí cerca á un lugar, que me vá la vida en ello ; que yo le doi la palabra de mañana á estas horas de star aquí de vuelta y pagarle lo que me diere y regalarle con otra cossa mas. » Él se escusó mucho y dixo que no sabia si era [h]urtado, y començó á temer ; yo quando vi aquello, y que quizá me pusiera algun mal nombre en la venta, donde suele haber mil quadrilleros, tuve por mejor descubrirme y díxele : « Padre, todos somos religiosos — quitándome el sombrero para que me viera la corona ; — por amor de Dios que me socorra en esta neçesidad que no aventura nada en ello ». Él se escandalizó al principio, pero como conoció que no era ladrón, dixo : « Padre, yo desseo hacerle plaçer, aunque no le conozco, que arrieros somos ; pero pesarme ia de que se huiesse del Monasterio. » « No me pasa por el pensamiento — dixe yo ; — mañana staré aqui y volveré á tomar mi hábito, y trahiré el dinero sin dubda, y serviré esta merced como verá ». Tanto le supe en[za]-lamar que me prestó doze reales, entendiendo que, me iba á holgar con algunas damas, y aun me offreció de acompañarme ; yo le respondí que era un viaje secreto, que para mas dias nos conoceriamos ; que me guardase el hábito, y que, por amor de Dios estuviese en la hermita el dia siguiente. Con esto me despedí, y con los doçe reales fuí por mi camino adelante un poco de trecho, y luego, por si me buscasen, volví hazia el camino de Ocaña, y caminé toda la noche ; y llegando á una venta mas acá de Yepes, comí y bebi no se qué, y descansé y dormí un poco, y pedile des-

pues unas tigeras para cortarme un callo; ya que era de dia diómelas, y entréme en un corralillo, y lo mejor que pude cortéme todo el cabello igualándolo con la corona, y disimuladamente volvíselas. Llegado á Yepes hallé una campañia de soldados donde asenté á la vandera, y del primer voleo dí conmigo en Italia, y de allí en Flandes, donde [h]e servido al Rey con harto peligro de la vida y de la alma, y llegué á esta cibdad, donde acordándome de la vida pasada y del mal estado que tengo, quise tratar de dar órden como ser absuelto ; ó volviendo á mi religion si no hay otro camino, ó quedándome fuera, si acaso no me quisiesen recibir en ella mis frailes, de que gustaria mas; lo uno, por que mi enemigo es necio, y estos capones no saben perdonar ; lo otro, porque ya yo con la soldadesca haré muy mal fraile.

Confesor. — ¡ Alabado sea el niño Jessus! Verdaderamente señor, que yo tengo gran lástima de Vm. por que le va como al pez fuera del agua, con la soga arrastrando, muy á peligro de perder el alma; y así, tengo á gran ventura que haya venido á mis manos, porque spero en la bondad de Dios reducille, sin mucho travajo ni pesadumbre suya; y por ahora quanto á la confesion, no hay que tratar, por que yo no puedo absolverle sin que vuelva á la religion, ó haga de su parte lo que pudiere para que le reciban en ella.

Capitan. — Asi lo estiendo yo ; pero si fuera posible, yo no querria volver allá, por que sé que no [h]e de tener paz con ese caponazo.

Confesor. — ¡ Jessus, Jessus ! calle: acuérdese que es fraile y spere en Dios, que todo eso lo acabará ; que en fin son religiosos, y aunque la parte offendida sea capon, es christriano y fraile y ha de perdonar.

Capitan. — Christiano capon, que es como dicen los lógicos *Alloque secundum dentes*. Mal conoce vuestra paternidad al caponcito; no es género de gente esta que sabe perdonar. No hay mujer tan cruel como un capon; no hay áspide ni vívora tan

ponzoñosa; no hay fiera infernal tan executiva en su enojo.

CONFESSOR. — Algo tienen de eso; pero, con todo su enojo, yo me atrevo á mitigarle.

CAPITAN. — ¿ No podria haber algun remedio sin volver á la religion ?

CONFESOR. — No lo se yó, si no es el del Papa; pero temo que no absolverá á Vm.

CAPITAN. — Ese ya yo lo [h]e intentado en Roma y no ha lugar. Pero digo yo una cossa: si la religion, ó por el escándalo que dí, ó por tenerme ya por incorregible, ó por otra razon, no me quisiese recibir, ¿ yo no quedaba libre y me podrian absolver de la excomunion ?

CONFESOR. — Si; pero nunca lo haçen; antes procuran recoger los apóstatas y enmendarlos, y si los frailes los admitten no tienen escusas.

CAPITAN. — Una cosa [h]e pensado: en mi religion hay statuto de limpieza, y tan riguroso, que despues de ser un fraile professo, si se sabe que no es limpio le hecharán de la religion; si yo probasse que no lo soy y que la informacion que me hicieron fué falsa, ¿ bastaria eso para que no me recibiesen y quedar libre ?

CONFESOR. — Si bastaria, si ellos quisiesen; y si fuese eso cierto seria posible, que, iuntado con lo pasado, no le recibiesen; pero verdaderamente que hasta [h]oi nunca pensé que ser confeso podia servir de nada ¿ y esto es asi ?

CAPITAN. — Es sin dubda.

CONFESOR. — Pues hagamos una cossa. Yo quiero tratar de este negocio y tomarles el pulso á los frailes; veámos como lo reçiben, y supuesto que no ar[r]ostra á volver allá, diré, con su licençia, lo que pasa en materia de su linaje, y quizá se dará órden que quedando fuera de la religion, salga de pecado. Dígame el monasterio.

CAPITAN. — Que me plaçe, pero en confesion.

CONFESOR. — Ya yo lo [h]e entendido; yo lo recibo asi. Muy

bien conozco al prior que [h]oi es, y tambien á su amigo el capon. En el ínterin que lo trato, que será mañana, si tiene neçesidad, yo hablaré al padre prepósito para que tenga por bien que sea nuestro huesped, que hacerlo [h]a por charidad.

Capitan. — Padre, no estoy muy rico; ántes me ha suçedido una desgraçia; que un muchacho gallegüelo, que reçibí en una venta viniendo de camino, me [h]a [h]urtado mill escudos y una cadena de oro, que trahia en una maletilla, y me dexó con hartos pocos dineros; y conviéneme buscalle que traigo lengua dél; y asi no podré reçibir esta merced; pero yo volveré mañana á la hora que vuestra paternidad mandare.

Confesor. — Pues vuelva Vm. á las dos, que yo tendré resoluçion de este negocio.

Capitan. — Beso á V. P. las manos por la merced que me [h]a hecho y haze. Perdoneme V. P. la pesadumbre.

Confesor. — Dios dé á Vm. el consuelo que yo le desseo, y paz con su próximo y con su conciencia, que yo no recibo sino mucho gusto en ocuparme en el servicio de Nuestro Señor, que para esto stoy aquí. Vaya Dios con Vm..

Capitan. — Él quede con V. P.. Dios creo que anda por aquí. Él sabe que yo valgo poco para servirle en la religion y que quizá por la soldadesca seré de mas provecho. Él lo encamine, que, en realidad de verdad, me parece que lo dexo en buenas manos. El padre es prudente, y yo fio que lo ha de tratar de manera que yo salga de mal estado. En tanto, bien será dar una vuelta á la posada y haçer alguna diligencia; veamos si puedo hallar rastro de ese ladronzillo que me ha tullido de piés y manos.

Confesor. — Verdaderamente que quedo espantado y abobado desta tragedia. ¡ Válgame Dios ! ¡ quando un alma va caiendo de un pecado en otro, qual la trae el demonio ! ¡ Que de peligros habrá passado este triste capitan ! ¡ que al tablero habrá trahido la vida ! ¡ quan á riesgo de perder el alma ! ¡ y de que pequeño precipicio se levanta una polvareda tan grande !. Negocio es de gran consideracion en los religiosos, mirar á quien se elige

por superior y aun para religioso. Por cierto los capones, con justo título son mal reçibidos en ellos: son altibos, ambiciosos, mujeriles en sus cosas, niños de teta, imprudentes, malos para gobernar y peores para ser gobernados. ¿ Quien creerá su amor y su aborrecimiento, sus rencillas, sus treguas, sus amistades, sus enojillos ? Cuando los ruegan se ensanchan, y cuando no pensais hacen con una mutabilidad extraña, sin que se lo pidan, lo que no vasta todo el mundo á acabarlo con ellos, particularmente si por alguna via les stá bien á su comodidad. Yo no los quiero mas que por ser criaturas de Dios ; pero sus malas inclinaciones, sus gustos extragados, sus parlerias, sus embustes, sus rencores, no me pareçen bien ; á lo menos por mi voto no entraran ellos en mi religion. Pero, dejado esto, yo quiero tratar deste negocio con estos frailes. Iré esta tarde á verme con ellos, para que esta noche lo consulten y mañana tenga la respuesta el capitan, ó, por mejor decir, fraile, que me pareçe que anda de priesa con el cuidado de hallar el ladroncillo que le [h]urtó el dinero. Hora, yo voy. Dios lo ordene como mas se sirva y convenga á las partes.

Velasquillo. — ¡ Bendito sea Dios y que bien se [h]a hecho ! ¡ Milagro ha sido no quebrarme los pies al caer de la ventana ! ¡ Allá quedaréis, maestro de capilla, y seises, y ama ! ¡ reniego de tan mala criatura como aquel seisecillo ! Capon es ; ¡ que tramposo en el juego ! ; mill pandillas me hazia el medio hombre ó media mujer, y, tras esto, si le ganaba algo no me queria pagar. Quede con Dios, que bueno queda ; yo le perdono lo que me debe, que á fé que se le [h]a de acordar de la fiesta para quanto viviere. ¡ Que lindos mojicones le dí ! ¡ que cozes ! ¡ que bañado en sangre le dexé !. Pero si aguardara un poco, ¡ qual me parara el Maestro ! yo quedara hecho un *ecce homo. Mas vale salto de mata que ruego de buenos.* Hora en fin, esto es hecho. Algo destroncado stoy del salto que dí por la ventana, pero con todo eso, es menester poner la persona en cobro. Ya es muy de noche ; las puertas de la cibdad estarán cerradas ; no hay blanca, porque con los ochavos dí al caponcillo en la cara ; menester es

poner pies en polvorosa y buscar por donde salir de la cibdad, que desde aquí á Anover, [de] donde soy natural, poco hay; en un trote de gizque me pondrá allá, la ribera arriba. Por la huerta de San Pablo puedo vajar, y lo que queda de la noche gastarlo [h]e en el asserradero debajo de aquellas tablas, y á la mañana tomaré las de Villadiego. ¡ Adios, que me mudo! ¡ No faltaba sino topar con la justicia! ; la capa no me la quitarán ciento de á caballo ; no hay que temer, esta la çerca; apenas veo el vajadero; no querria dar con la imagen en el suelo. Ya que Dios me libró del salto de la ventana, no permita que me tuerça algun pié ahora, *que cantarillo que muchas veces va á la fuente ó deja el asa ó la frente.* Ya, ya, *en salvo está el que repica ;* por aquí salen al rio llano ; no hay que temer; andallo [he] con la fresca ; no me parece que será bien hablar á nadie en el aserradero, porque á la mañana tomen lengua de mí. A solas me quiero haber que no me comerá el Coco ; poco hay hasta la mañana ; ya llego cerca ; aqui no hay luz y está desviado del camino ; acorruquémonos aquí, que si la hambre no me desvela, yo sé que lo dormiré qual sea mi salud. ¡ Adios, paredes!

Capitan. — Ya es muy noche; quiérome ir á [a]costar, y segun me [han] desuelados mis cuidados no será mucho que lleve la noche toledana. ¡ Notable cossa es, que poco rastro [h]e hallado deste ladronçillo en todo[h]oi. !. Ni[h]e dejado alguaçil ni puerta de çibdad donde no [h]e preguntado ; veámos con que pasamos mañana, que si hallo algun rastro, no se me irá aunque se meta en el vientre de la vallena. Adios. Él encamíne mis cosas.

Confesor. — Ayer dejé en buen punto el negocio del Capitan; los frailes me prometieron de consultarle esta noche en su capítulo con su General, que [h]a sido Dios servido que esté aqui en esta sazon ; ya es de dia claro; quiero deçir misa y luego volver por la respuesta, porque á el capitan tiene talle de no perder puncto. Encomendémonos á Dios, que todo se hará bien.

Velaquillo. — ¿ Que es esto Dios ? ¿ el sol en casa y io dor-

mido en el duro suelo como si stuviera sobre quatro colchones ? ¡ O que linda cosa para un fugitivo ! Alon, alon ; no sé por dónde me vaya ; si voi por el camino real, no puede ser menos sino que [h]e de dejar rastro como culebra ; si voi por fuera dél, es intolerable la hambre que llevo ; hora en fin, salgamos de vereda, que con ir á la vista saldré, cuando la [h]ambre me diere garrote, hacia la venta del Moral ó á Azuqueica y encomendarme [he] á Dios y á la buena gente como Lazarillo de Tormes, que nunca nadie murió de hambre. Dios que sustenta los lilios y los pajarillos, las lagartijas y los demas animales, me sustentará á mí. Adios, señora posada ; no le pago la cama por que no hay blanca. No la [h]e tenido tan barata ni tan en paz en toda mi vida.

Capitan. — Tarde es ; pegádoseme han las sabanas ; pero ¡ que maravilla ¡ no puedo dormir de par de noche con el cuidado ; quiero irme un rato á pasear ; daré vueltas por ese Zocodoved y bodegones, sin dejar taberna que no ande, que no es posible que no halle algun rastro de mi gallego, y acudiré al padre confesor ; veamos que [h]a hecho. Quiero entrar aquí, en este tabernáculo, é informarme si [h]a entrado aquí de ayer áca, que mas amigo es de un torrezo y una vez de vino que de oir misa, y de camino cortaré la cólera y almorzaré como dizen de prisa, *que quien no tiene criado, forzosamente [h]a de acudir á lo guissado.* Luego daré una vuelta á la iglesia y toparé con Montesinos el alguacil : quizás tendrá alguna buena nueva desta lanza gallega, que él es diablo, y, como le prometí buenas albricias, no habrá dejado piedra que no mueva.

Confesor. — Espantado vengo. ¡ Jessus, que mala bestia es este fraile capon ! mejor dixera capon á solas, que de fraile no tiene sino sola la apariencia. ¡ Que verde está en su enojo, que fresca tiene la injuria, que en su puncto la venganza, que hazé de ir y venir en ella, que amenazas mujeriles, que poco recato, que aun siquiera por mí no ha sabido disimular ! No pudiera tener un soldado de Flandes tan colgada la honra de un

cabello como él. *Aun no amasamos* [*y*] *ya emprigamos ;* ¡ no parece sino que tiene ya al capitan en un zepo para matarle á pellizcos! *Con su pan se lo coma.* ¡ Que poca impresion hicieron en él mis palabras ! En fin, el que offende dicen que scribe en el polvo y el offendido en el mármol ; ya le parece que le tiene entre las manos ; *pero uno piensa el vayo y otro el que lo ensilla.* En realidad de verdad, el sexo tiene la culpa en estos capones ; mejor término tiene[n] el prior y el general [y] mas desapasionadamente lo miran ; desseo tengo de ver al capitan para deçirle lo que pasa. Pero ¿que digo ? sin dubda que es este que entra á rezar à la capilla del Crucifijo. Él es, que en las plumas le conozco. ¡ Gentil talle de fraile ! ¡ Harto mejor le está el hábito de soldado que la capilla ! Gran yerro es torcer la inclinacion á nadie. Quiérome llegar à él que no trahe aire de pasar el psalterio. Deo gracias, señor capitan ; huélgome de ver á Vm. tan devoto.

Capitan. — Padre mio, Dios guarde à Vuestra Paternidad, señor, que no hay hombre tan malo que si [h]a sido algun tiempo bueno le haya quedado algun rastro de virtud, y aunque yo [h]e andado en tan malos pasos, siempre fuí amigo de oir misa y rezar en la iglesia, y por lo menos á mis solas, particularmente quien tanto lo [h]a menester, y asi me vine por la iglesia maior y me encomendé á Nuestra Señora del Sagrario, á quien soi muy devoto ; y á fe que me sucedió un buen entremés stando oiendo la música de la iglesia.

Confesor. — Entrémonos acá á la zelda, que tengo mil cosas que contar á Vm. ; pero, dígame primero que ha hecho de ayer acá, y si [h]a hallado algun rastro de su dinero.

Capitan. — Señor, esta mañana entré en un bodegon haciendo pesquisa y hallé que habia almorzado allí, y un alguacil que se llama Montesinos, me dize que tiene lengua que vá camino de Aranjuez, donde dizen que está el Rey, y que venia á Azeca. Yo stoy determinado partirme tras dél, y hubiéralo hecho sino fuera por ver á vuestra paternidad y saber lo que ha passado en mi negoçio, que estotro es materia de dinero que no me dá tanto

cuidado ; quanto mas, que aunque tenga alas no se me perderá, que yo tengo un buen rozin en que seguirle, y cuando no parezca mas sé perder que eso ; la conciencia aseguremos, que es lo que importa.

Confesor. — Bien me parece eso, pero ¿ qué es lo que le ha sucedido en la iglesia ? ¿ hánle conocido acaso ?

Capitan. — No, padre, que yo uiuo con cuidado, aunque stoy muy mudado de edad y hábito ; solo un clérigo coxo, con quien topé en la iglesia, pareçe que me quiso conocer, porque me dixo no sé que remoquette. Señor pasó así : que yo me llegué á oir la música de la iglesia hacia el cepo que stà junto á Nuestra Señora del Sagrario, donde me arrimé al lado de un hombre honrado que staba oyéndola con un rosario en la mano ; stando bien descuidado, pasaron unas mujeres tapadas y como me vieron tan galan llegáronse á mí, y, con la libertad que suelen, no sé qué me dixeron : yo no las respondí palabra apropósito, ántes las dixe, que mirasen que staban descomulgadas si hablaban palabras indeçentes en la iglesia, y con esto se fueron. Azertólo á ver un clérigo ó guarda de la iglesia, que anda con un zetro en la mano, que por mas señas es capon, que no parece sino que tienen estrella sobre mí.

Confesor. — Conózcole como á mí ; un deslauado es, muy libre, chocarrero. Siga Vm. adelante, que no puede ser malo el quento segun en lo que andamos.

Capitan. — Llegòse á mí muy denodado y dió con el quento del zetro en el suelo, y dixo : — Señor soldado : sepa que en esta santa iglesia no se puede hablar con mujeres —. Yo respondí : — Señor clérigo, ya yo lo sé — Dixo muy colorado, como si en llamarle clérigo le dixera capón : — Clérigo soy y christiano viejo —. Dixe yo : — Christiano sea, que viejo no le importa —. El hombre del rosario sonrióse un poco, y el diablo del capon volvió á replicar contra él y contra mí : — Ser christiano importa y tambien viejo, que nuevo no lo querria ser ni Dios lo quiera por que si fuera (*en illis*) no pudiera traher este zetro

y sobrepelliz, á lo menos en esta santa iglesia que es *como el mar, que no sufre cuerpos muertos*. — Hartos tiene — dixe yo — ; no sé como le levanta ese testimonio á la iglesia. — Bien sé lo que digo — dixo el capon — entiéndame quien me entiende. — Yo lo le entiendo por cierto — dixe yo — ni tengo para qué — A esto dixo el hombre que yo tenia al lado : — Mejor es asi, pero dexemos eso que es plática pessada, y volvamos al propósito : este caballero, no habló palabra con aquellas mujeres mas de quanto respondió á çierta libertad que le dixeron, y la respuesta fué deçirles que se fuesen con Dios, que staban en la iglesia y pareçeria mal —. Dixo el caponcillo desuergonzadamente : — Dórelo él ; ¡ como que yo no uiera ! — Verlo ia — dixe yo : — pero no oiria lo que pasó, que staba lejos —. A estas últimas palabras, como ya hablábamos un poco mas alto, llegó un racionero de mala cara, corcobado un poco, y un clérigo coxo, y un seglar con tantas narices como Judas Machaueo, y hablando con el capón dixo el racionero : — ¿ Que es esto Fulano ? — ; Respondió él ; — Aquí era una palabra con estos señores. — Conmigo no — dixo el que staba junto á mi, y diçiendo y haziendo despidióse de mí y dejólos con la palabra en la boca, sin hazer caso dellos. A esto dixo el clérigo coxo : — *Non contunt Judei samaritanis* —. Dixe yo : — Por cierto, señor, para ser Vm. sacerdote, aunque coxo, mal ejemplo nos da con esa palabra — ¿ Conózele Vm. ? — dixo él. — No en verdad, ni le vi en mi vida, — dixe yo. — Pues si no le conoce, dixo el coxo — poco hay perdido. — Podríale yo conozer adelante, — dixe yo, — Pues cuando le conozca perderá menos ; sepa Vm. que no le leuantamos nada — No por cierto — dixo el racionero. Acudió el seglar, que pareçia en las narizes mayor judio que el otro y dixo : — Fusillo es —. A esto dixo el capón con una risa muy descompuesta : — Asi lo dice la executoria que tiene en San Vicente —. Ya yo no lo pude sufrir y dixe : — Señor, yo juro por el templo en que stoy, que no sé quien es aquel hombre, ni le ví en mi vida ; pero lo que yo he visto en

él es mucha devoçion rezando en su rosario, y por haber vuelto por mí me obliga á hacerle buenas absençias. Suplico á Vms. no pase mas adelante esta plática. Asióme de la capa el coxo, y riendo dixo : — No hay tales amigos como soldados ; Vm. ha hecho scripto de bien probado y de buen amigo ; no se hablará mas palabra en esta materia, pero sepa Vm. que es negocio tan notorio, que, sin ningun scrúpulo, iré yo á dezir misa sin reconçialiarme de lo pasado. Por vida de Vm. que estos no rezan en el rosario sino, quántos christianos viejos hay en el lugar, como los engañaran y en que se podrán vengar dellos ; no pueden oir palabra que huela á statuto ni á christiano viejo. — Pero dexemos esto — dixo el cojuelo — ¿ donde es Vm. y como se llama, si se puede dezir, que me pareçe que [h]e visto a Vm. y no sé adonde ? — Señor, hespañol soy — dixe yo — y llámome el capitan Montalvo. — Buen nombre. No es Vm. de esta cibdad que aqui no hay Montalvos. ¿ Por ventura, Vm. tiene algun hermano fraile ? — No por cierto — dixe yo — ni aun seglar. — Paréçese — dixo él — Vm, à un religioso que yo conocí aqui y no poco. — No tengo hermano en el mundo — dixe yo. — Vea Vm. si manda otra cosa. — Y con esto despedime dellos algo colorado, y vueltas las espaldas dí mil gracias á Dios de verme libre del capón y del coxo.

Confesor. — Ya yo los conozco : una gente es á quien aquí llaman testigos synodales ; ellos hacen y deshacen christianos viejos, y no hay otros sino ellos y quien ellos quieren que lo sean ; no lleva remedio, aunque se [h]a procurado atajar el mal lenguaje de esta quadrilla y de otros sus semejantes, que, por ese camino, se quieren hazer christianos viejos, no haciendo sino murmurar en todos los rincones de la iglesia, y si juridicamente los preguntan algo, ó se excusan de decirlo, ó no dicen verdad, ó la tuerçen y encubren por qualquier intercesion ó interes, haciendo de lo negro blanco y de lo blanco negro.

Capitan. — Malo es eso por cierto, pero el capon me enfadó mas, ¡ que desvergonzado es ! ¡ que raído ! ¡ que insolente !

esta casta, *nescit habere modum aut ardenter amat aut capitaliter odiit* como mujeres. Pero señor, dexemos esto que es nunca acabar, y volvamos la plática á las hubas de mi majuelo. ¿ Como le fué a vuestra paternidad con mi convento ?

Confesor. — Con el padre capon muy mal ; tan reciente tiene la llaga como si ayer pasara ; no hiçe mas mella en él que en un diamante ; tan sordo stuvo á quanto le dixe como un áspide contra el encantador.

Capitan. — ¿ No se lo dixe yo á vuestra paternidad ? no son estos capones de la specie humana.

Confesor. — Pues de qual, ¿ de la angélica ?

Capitan. — De la angélica, porque por hay se allegan mas al diablo.

Confesor. — A, a, a, cierto que me ha hecho reir ; pero no sea murmurador Vm. que no se ha dar mal por mal. Abreuiemos que es tardezillo ; yo hablé con el capon, y, como digo, no hize mella en él : traté despues el negocio con el Prior, á quien hallé con mejores desseos, y con el General, el qual me dixo que aconsejasse á Vm. que se pusiese en sus manos ; yo le repliqué que creia que seria mejor dar algun medio como no uolviese Vm. á la religion, porque entendia que no convenia. — ¿ Que remedio puede tener ese desdichado — dixo él — si no es entregarse á su superior ó condenarse — ? Dixe yo — Señor, tambien es necesario ver si conviene á la religion tener un hombre schandaloso en ella, y ia tan hecho á ser soldado de Flandes, que dificultosamente le traherá vuestra paternidad á la melena, particularmente que dá él una causa, para no volver, extraordinaria si yo la [h]e oido en mi vida —. Replicóme él : — Si no es mas que ser incorregible, acá sabemos corregirlos en una cárcel y con otros remedios rigurosos ; pero ¿ que causa puede él alegar de su parte que vaste á estorbarle la vuelta á su religion ? — Señor — dixe yo — él diçe que es confeso, y que conforme al statuto desta órden no puede ser religioso. — Notable cossa — dixo él General — que llegue la apostasia à que un mal fraile quiera

afrentarse á sí y á su linaje á fin de exemirse de ser religioso, que debe ser mentira. — Dixe yo : — Prometo á vuestra paternidad que, segun él lo afirma, que creo que dize verdad, y que entiendo que es fáçil de aueriguarlo. — Facilísimo — dixo él — por que es de aquí y de gente muy conozida y aun algo sospechosa, que no es la primera vez que yo lo [h]e oido ; pero su buena habilidad y letras y no infamarle habia dissimulado con él ; hora bien : hacerse [ha] de nuevo la diligencia y veremos lo que hay, y si èl fuere de esta nazion, él saldrá con su intento por ese camino.

Capitan. — Si yo no lo fuera ¿ que seguridad tenia yo con mi conçiençia absolviéndome por esa causa ?

Confesor. — Ya yo le hize al general esa réplica y se persuadió á creello, y tomó muy á su cargo de informarse por su persona, y hallando ser verdad dixo, que, aunque Vm. quiera volver á la órden, no le reçibirán ; y así yo soy de pareçer, por ahora, que Vm. se entretenga buscando su gallego, y que al cabo de algunos dias vuelua por acá, que este negocio lleva camino de hazerse à su voluntad. Mejor es que sea buen soldado que ruin religioso. Vàyase Vm. con Dios, que es tarde.

Capitan. — Dios quede con vuestra paternidad y le pag[u]e tan buena obra como me haze. Yo me parto luego del lugar.

Confesor. — Dios g[u]ie à Vm. y le traiga en bien.

Capitan. — Tard'es ; pero ya yo [h]e almorzado lo que me vasta y mi caballo ha comido : no quiero detenere, sino picar y buscar ese ladroncillo. Sol haze, pero ¿ que se puede haçer ? si me aquejare mucho sestearé à horilla de ese rio. Esta es mi posada ; no hay que detenerme ; pagada está la hué speda. Señor caballo, salga ácà que se huelga ya mucho. ¡ Que bueno stá ! ¡ linda bestia ! en dos dias que ha olgado stá que se puede ruar en él. ¡ Adios que me mudo ! Yo tengo de salir por la puerta de Visagra y no he de dejar venta ni persona á quien no pregunte por esta lanza gallega. Ea, señor rocin, apreste

los pies que pica la mosca. ¡ Que bien anda ! ¡ mal año para una posta ! Quiero preguntar en estas ventas ; veamos si hay algun rastro del. Este lugarejo creo que se dice Azuchica, podria ser que stuviese en él, que muchachos nunca dejan de detenerse, si ya él no lleba algun angel de la guarda, que es muy de temer.

VELASQUILLO. — ¡ Válgame Dios ! ¡ que acosado vengo del sol y de lo que [h]e corrido ! ¿ Hay tal desgraçia como la mia ? donde pensé hallar algun mendrugo de pan aina hallara mi perdiçion. ¡ Válgaos los diablos por ventero y ventera ! ¡ Dios nos libre de trahidores ! mas, à no tener buenos pies ¡ que mal habia librado ! Ha[h]ora, pues el sol va entrando à mas andar, aunque no coma bocado [h]oi y perezca de hambre, no tengo de salir deste soto ; sin dubda que deben haber venido á buscarme y prometido algo á quien me cogiere, pues el ventero y la ventera me querian pescar tan de veras. ¡ Hay tal cosa ! ¡ y lo que corrió el hi de puta tras mí ! Esta es la alameda de la huerta vieja de Higares ; aqui puedo starme enrramado entre la maleza como conexo ; comeré azederas, que un dia un dia es ; no moriré de hambre.

CAPITAN. — A fé de soldado que haze gran calor y que si no sesteo que me [h]a de dar alguna modorra ; quiero meterme por este soto, que ya tengo lengua de que al gallego va por aquí con su maleta de cuero. Huélgome que vá solo ; assi me lo ha dicho la ventera del Moral que le vió pasar por la puerta á buen paso, y me dixo que otro gentil hombre iba en una mula, tras un seise de Toledo, adelante, y que habia offrecido albricias si llegando alli se le prendiesen, y que poco despues llegó y se les fué à uña de caballo, como diçen, por este seto adelante ; quizàs que sestearán estas piezas de Rey por estas alamedas y los cogeré junctos. Harto olgara de alcanzar al que venia tras el seise, pero él pasó muy de mañana, ya starà lejos de aqui ; no hay sino paziencia hasta que caiga el sol, que mas va en la salud. ¡ Que hermosas alamedas, que frescura, que som-

bras tan agradables y que pasto para mi caballo ! ¡ á fé, señor rocin, que hay inchimiento ! comé y olgad que vuestro es el mundo ; quiero manearle con todo eso, no se vaya tras el gallego.

VELASQUILLO. — ¿ Que es esto Dios, que hombre es este ? ¿ si me viene à buscar ? Quiérome llegar pasito y reconocer quien es, que la espesura vasta à impedir la vista de un linçe. No le conozco, ¡ buena persona de hombre ! soldado parece. Quiero starme quedo, veamos que haze ó si habla, que por aquí entenderé que es su intento.

CAPITAN. — ¡ Que hermoso soto ! ¿ hay tal cossa en el mundo ? No por cierto, ni de tanto deleite. No le llega todo quanto yo [h]e visto en Italia ni en Flandes.

VELAQUILLO. — ¿ Italia y Flandes dixíteis ? nunca vi malo ni peor para mi próposito.

CAPITAN. — Por cierto que es gran deleite oir estos ruiseñores. ¡ Que de flores, que varias ! Todo el artificio de los jardines no llega á lo que Naturaleza produce sin él. Pero todo este contento me agua mi mal stado, y la congoja que me dá pensar que soi fraile y no saber en que [h]e de parar.

VELAQUILLO. — ¿ Fraile dixo ? ¡ Viue el Señor que éste que es apóstata y fugitivo ! En buen hora ¡ topádonos hemos ! todos somos del oficio, cada uno en su tanto. Quiero asegurar á este, ya que yo lo stoy del algun tanto, y salirme un poco afuera, y hacer que vengo cantando al descuido por aquí y juntarme con él, que no pueden dejar de ser pasos seguros.

Hermosa Filis, si saber deseas
la causa de mi mal y mis enojos.

CAPITAN. — ¿ Que es esto, Dios ? ¡ Que linda voz, que garganta tan agradable ! ¿ Es encantamento este ? Quiero levantarme y ver quien canta ; un mochacho es, que viene descuidado : ojalá fuera mi gallego.

VELASQUILLO. — Di hija ¿ por qué te matas
por amores del capon,

que tienes grandes las patas
y chiquito el espolon ?
Mira hija, no seas loca
y no busques el placer
en el hombre que es mujer
con solamente una toca ;
andarás seca la boca
y abrasado el corazon,
que tiene grandes etc.
El arcabuz sin pelota
despues del fuego encendido
no mata con el ruido,
antes la casa alborota ;
la calabaza sin gota
¿ para que quiere tapon ?
que tiene grandes, etc.
Finalmente yo los tacho
por una gente infernal ;
yo reniego de animal
que sin ser hembra no es macho ;
y que es de seso borracho
la que en él pone aficion,
que tiene grandes las patas, etc.

Capitan. — A fé de soldado que son apropósito las coplillas, aunque viejas ; que me maten si este no es el seise que me dixo la ventera ; yo tengo buena siesta con él, por lo menos tendré música ; quiero blanquearme con él y salirle al encuentro. Dios os guarde, galán.

Velasquillo. — Mantenga Dios á Vm. ¿ Que manda en que sirvamos ?

Capitan. — No os estrañeis de mi ni huygais, que soldado soi, buen compañero y amigo de amigos ; si no vais de priesa y quereis tener la siesta en buena conversacion, llegáos por acá que olgaré mucho de vuestra amistad.

VELASQUILLO. — ¿ Soldado es Vm. ?

CAPITAN. — Si, hijo ; no temais, que amigos somos.

VELASQUILLO. — En esa fee de soldado me quiero llegar, que pensé que era otra persona y por eso me recataua.

CAPITAN. — ¿ Quien por mi vida ? que á mí bien se me puede decir que soi forastero.

VELASQUILLO. — Acá es un quento, un negocio de honrra es que no hay para que decillo ; cossas son de hombres ; pero todavia no querria, que, con buenas palabras, quisiese cojerme como ciertas personas esta mañana.

CAPITAN. — No temais ; digo que os doi la palabra, á fé de quien soi, que ni os enojaré ni permitiré que nadie os enoje ; en lo demás que deçís no me marauillo de nada ; ninguna cosa me diréis que me espante ; sentáos y ved si teneis ganas de comer ó de beber, que haze calor, que bota traigo y no chica.

VELASQUILLO. Y io muy buena hambre, no hay que encubrilla ; llaneza, que aquí donde me vee su merced tambien tengo mis puntas y collar de soldado.

CAPITAN. — ¡ Bueno es el mochacho, por Dios ! soldado habeis sido y tan chico ?

VELASQUILLO. — Soldado, y perdido por mala paga.

CAPITAN. — Hartos perdidos hay por esa razon, no sois vos solo. Sentáos y bebereis, que luego trataremos de la soldadesca, que vos mochilero debéis de haber sido, que vuestra edad no es para mas.

VELASQUILLO. — Assi es verdad ; pero venga si hay algo de comer, porque, si no son unas azederas, no traigo cossa en el cuerpo desde ayer acá.

CAPITAN. — Con eso hacíais tan buenos pasos de garganta.

VELASQUILLO. — Stá limpia como un christal ; pero mejores se harán con este paneçillo y jamon que Vm. saca de la mochila, que, á fé de hidalgo, que se me quitaba ya la vista de los ojos de hambre.

CAPITAN. — ¿ Hidalgo sois ? pues es *miel sobre ojuelas* la hambre sobre la hidalguia.

VELASQUILLO. — De la hambre yo mostraré la executoria ; de la hidalguia no la traigo, que me embaraçara mucho segun yo partí de priesa.

CAPITAN. — Hora, comé en buen hora, que os prometo que no me pudo llegar mejor conversaçion.

VELASQUILLO. — Pues coma Vm.

CAPITAN. — Yo de beber tengo gana no mas, que comí un buen torrezno esta mañana, pero comida no la he menester ; yo os hago gracia della.

VELASQUILLO. — Dios se lo pague à Vm. No hay tales hombres en el mundo como soldados ; con ellos me entierren, que saben de mal y de bien ; más que boberia hubiera hecho en huir de vuestra merced, que stuve por hacerlo.

CAPITAN. — Grande por cierto, pero ¿ tan amigo sois de soldados ?

VELASQUILLO. — Mucho.

CAPITAN. — ¿ Y que otra gente os agrada en el mundo ?

VELASQUILLO. — Señor, frailes tambien.

CAPITAN. — ¡ A, a, a, gracioso quento !

VELASQUILLO. — Frailes pues que son muy partidos (?) y buenos compañeros.

CAPITAN. — No todos tenemos una ventura ; *cada uno quenta de la feria como le va en ella.*

VELASQUILLO. — A mí bien me fué una vez con un fraile en un camino.

CAPITAN. — A mi me fué harto mal con otro, pero era capon.

VELASQUILLO. — ¿ Capon ? ¡ huego de Dios en él !

CAPITAN. — Capon, pues.

VELASQUILLO. — ¡ Mal animal ! yo no los puedo ver.

CAPITAN. — Pues vos parecéislo en la voz.

VELASQUILLO. — Pues no lo soy ni quisiera serlo por todo el

mundo ; mas quisiera ser chinche. Antes los aborresco como al diablo ¿ que me trahe á mi por casas ajenas sino un capon ?

Capitan. — Bonísimo es el mochacho. Comé á buestro gusto y matad la hambre, y luego me contareis vuestra vida, que tengo gran desseo de saberla y por qué queríais huir de mí al principio, que no puede ser mala la historia.

Velasquillo. — ¿ Mala ? No fué tal la de *Lazarillo* con mil leguas.

Capitan. — Pues por vida vuestra que bebais y que en acabando me la contéis, que gustaré mucho de oirla.

Velasquillo. — Ya yo [h]e comido lo que me basta, y en pago de la merced que [h]e recibido, se la quiero contar à Vm. sin quitar ni poner una letra mas ni menos. Yo me llamo Nicolas de Velasco ; mi padre fué de Anover, cerca que aquí ; fué soldado en Orán, donde se casó con mi madre (mujer honrada aunque siguió la guerra desde moza) pero eso no embotó la lanza. Yo nací en Orán ; murió mi padre siendo yo de hasta ocho años ; de allí á poco quedé huérfano de mi madre. Asenté con un esgrimidor en Orán, que fué el primer amo que tuve en este mundo ; con este pasé á Hespaña, pero en poniendo los pies en ella le dejé, y luego assenté con un saludador, notable hombre ; luego con un zahorí, otro que bien baila ; fuí suplicacionero y mozo de una comadre, con quien me pasaron extraños quentos ; serví despues á un cura capon, que sin dubda debió de ser pupilo del clérigo de Maqueda á quien sirvió *Lazarillo de Tormes*, y con todos estos me pasaron cossas de que pudiera haçer otro libro mejor que el suyo ; y aunque voy abreuiando, no quiero pasar en silençio los quentos que me sucedieron con el cura capon. Diré algunos, por que si contase los que ví y los que oí, no cabrian en tanto papel como los libros del *Caballero de la Cruz ó Amadis*.

La primera noche que dormí en su casa me dió á çenar un poco de pan, mas duro que bizcocho de galera, y unos higos mohosos y una corteza de queso muy dura, con unas [h]ojas de

rábano que le sobraron á él diciéndome ; « Tomá y matad la hambre que esta noche sois huesped ; bien es que toméis amor con la posada ». Yo bien olí la miseria de la casa, pero como trahia picado el molino comílo con buen aire. Comenzóme luego un sermon de la templanza, que Sant Hyerónimo ni todos los monjes de los desiertos de Ejipto no la subieran mas de punto ; dixo mil propiedades de la dieta que no las dihera Galeno ni Hiprochras ; en fin ella era una oracion de ciego que tenia deazada (?) para decirla á todos los criados que reçibia, la primera vez que comia ó zenaba el criado en casa, y con esto se fué á [a]costar. Yo dixe entre mí : ¡ trauajo tenemos ! pero *la habilidad y buena diligencia es madre de buena ventura ;* quedéme parlando con una criada y una sobrina que le seruian, con las quales me hiçe luego muy compadre. Tenía en su casa una yegua y una galga y una gata, flaquísimas en extremo ; él era tan seco como una Anathomia ; las moças tambien eran una blanca de hilo, aunque con la edad y buena cara disimulaban la flaqueza. Yo dentro de ocho dias estaba tan desfigurado que pareciamos todos las bacas flacas de Ejipto. No pudiera yo sufrir tan extraordinaria hambre, pero lo que me tuvo en casa era la buena condicion de la sobrina y la moza, con quien yo galleaba un poquillo, las quales me regalaban por que no contase á mi amo ciertos amores que la sobrina tenia con un mozo, labrador rico del mismo lugar, con cuios regalos nos entreteniamos á ratos. La galga era buena y prestábala con mil usuras, diciendo que le habian de dar la mitad de las liebres, y que la habian de tener ocho dias despues, si él no la hubiese menester ; esto era por engordarla á costa ajena para que quando él fuese á caza corriese mejor. La yegua era notable personaje ; sustentábala con mendrugos de pan quando la galga no staba en casa, los quales compraba á los pobres, que andaban en el lugar á pedir, por muy poco dinero.

Staba la yegua tan çebada en el pan, que, yendo yo una vez á atollar comiendo un poco de pan, me asió del pan y de la mano que aina me la arrancara del brazo ; yo pensé que rabiaba, y sin

dubda era así, sino que la rabia era de hambre, y salí dando uoçes : ¡ que rabia la yegua ! y quejándome de mi mano, que me la dexó lastimada ; á esto acudió el cura y como me vió la mano medio desollada, cayó en ello, como le sabia las mañas, y dixo : « — Yo seguro que llevabas tu algun pedazo de pan en ella, que no te mordiera de otra manera. Andá que no es nada ; no rabia la yegua, sino que es muy amiga de pan, que la [h]e criado yo con ello como á la galga. — »

Dios sabe el deseo que yo tenia de quebrantarle los huesos con un palo, pero disimuléle y dixe : ¿ Estas manchas tiene ? yo le guardaré la boca —. Soltábala de noche y pacía en todos los sembrados ; de dia se andaba de yugero en yugero á comérseles el pan que tenian en las alforjas, y como ya la conozian, algunos salíanle al camino, porque no llegase á las alforjas, con las aguijadas, dicien[do] : ¿ Guarda la hambre, ola, guarda la hambre ! pero ella era tan diligente, que una vez, aunque le quebraron una aguijada en las costillas, llegó al hato y cogió las alforjas en la boca, y corrió con ellas un gran trecho sin que la pudiesen alcançar, y á tres bocados que dió en ellas, que staban atadas, las rompió y sacó el pan como un perro de muestra, y tornó á correr con ellas en la boca, hasta que se lo comió y despues volvia por mas y andaba al rededor del hato ; asi lo contó un labrador delante de mi quejándose al cura dello ; quando ella se sentia harta se venia á recoger á casa, donde por milagro le daban sino una poca de paja. Una vez vino mal tratada y él queria ir fuera, y acordó de darle un poco de zebada, y comenzó á contarle los granos uno á uno ; yo entendí que se la limpiaba, pero despues, como vi lo que pasaba, díxele : — Señor, héchele buen golpe de zebada que viene muy trasijada ; no le tase la comida que pareçe que limpia arroz — : Dixo él : — Bueno es lo honesto, Velasco bueno es lo honesto ; no es bien haçella comilona, y si se çeba en casa á la ceb[a]da, no habrá quien la tenga en el campo donde paze de noche —.

La gata no solo era buena cazadora de ratones, porque uiuia

por su pico, pero no habia cossa segura en la vezindad della: quándo venia con el pedazo de pescado, quándo con el torrezno, quándo con el carnero, quándo con el pichon. Él tenía en ella un nido del águila; principalmente si criaba era cosa notable; no habia garabato seguro della en la media region del aire, y como le sabia las mañas, en no viendo la gata en casa, la aguardaba hecho todo ojos, y, en viniendo, la [h]alagaba y cogíale lo que trahia y dábale siempre un poquito, y decia: -- No comais mas, que perderemos la rentilla si engordais —. Era tan notable su miseria con los vezinos, que, con proueerse de mil cossas menudas de sus casas como çebollas, especias, ajos, etc., en que no gastaba jamas una blanca, no prestara ni diera un jarro de agua á su padre. Yo ví por mis ojos lo que diré: una mañana, antes que él se levantase de la cama, entró una chiquilla por un poco de lumbre, y al salír vióla desde la cama, y aunque tenia la camisa llena de epitafios y con mil palominos y descosida casi hasta el sobaco por un lado, saltó de la cama como un rayo y quitóle la teja á la muchacha, y, por su persona, bació una ascua que llevaba en la lumbre diciendo: — Tomá vuestra teja, que no tengo yo carbon en todo lo que se hace en los montes de Toledo para mis vezinos - -; y io fio que, en los dos años pasados, no habia llevada otra ascua de su casa. Hacia otra cosa notable contra sí, que ataba un poco de tozino á una cuerda y lo hechaba en la olla, y quando le pareçia que le habria dado algun sabor, lo sacaba y guardaba para otras dos veces, y deçia, que aquello hacia porque no se hiciese el caldo muy graso que le engordaria mucho, lo cual era muy gran bision. Tenia un peral en una huerta y los labradores del lugar hurtábanle las peras, que eran muy buenas, y no hacia sino llevar una espuerta de guijarros y mandarme que yo las fuese poniendo en las ramas por todo el peral, de tal manera, que, quando algunos viniesen á varearle ó á sacudirle, caiesen las piedras. No tenia temor de irregularidad donde se atravesaba interés.

CAPITAN. — ¡ Cosas notables son esas !

VELASQUILLO. - ¿Notables? Pues paso [a]delante. Servia en la iglesia de monazillo un hijo del sacristan; el capon andaba diçiendo responsos por toda la iglesia de mujer en mujer, con que les sacaba los ochauos desvergonçadamente, porque si no se lo pedian que diziese un responso, él les salia al camino y las reñia por el poco cuidado que tenian de sus defunctos, y no era sino por el interesíllo que él pretendia; en fin, el hijo del sacristan cobraba los ochauos y por que no se los hallase, hizo que tosia y metióselos en la boca; quando acabò, pidióle el dinero de los responsos, y en contándolos dixo: — Quatro ochauos faltan aquí ¿piensas tu hecharme dado falso? — El muchacho negaba cruelmente; andúvole todas las faltriqueras y bolsillos, hasta la camisa y los zapatos,y quando no se los halló dixo: — ¡Bellaco! daca quatro responsos que faltan, si nó acabarte tengo la vida —; El mochacho comenzó á hablar para disculparse, y él uió que no hablaba muy claro y caiò en que los tenia en la boca; assióle de un brazo con una mano, y con la otra apretóle la garganta de manera que los tres ochavos que acertaron á estar cerca de la nuez se colaron la garganta abajo, y el otro, que estaba bajo de la lengua, saltó de la boca con la tos que le dió al mochacho de la pretura de la garganta y de la tragazon de los otros tres ochauos. Quando el capón vió esto, cogió su ochauo y asió al monazillo por los arrapiezos, y llevóle dando gritos á su casa, y, despues de haberle dado una tunda de azotes, atóle las manos y los pies con una soga y hincó una estaca en el corral á la cual le maneó como jumento, diçiendo: — Por las órdenes que tengo, don bellaco, que hasta que cagueis los ochavos que tragásteis que no os habeis de soltar de esta estaca —. A todo esto el sachristan no se halló presente; andaba haciendo la matrícula por el lugar en nombre del cura; no faltó quien se lo dijo y vino tras su hijo, y díxole al capon: - Señor, ¿que[h]a hecho mi Joanito? — Dixo él: — Ahí stá en el corral, preguntárselo vos . El padre entró al corral y como le vió, dixo: — ¡Que has hecho? — Dixo el mochacho: — Señor, echéme dos ochavos en la boca por desembarazar las

manos para tomar el hisopo, y señor pensó que se los [h]urtaba; ya casi me ahogara —. Dixo el capon — Bellaco, tres son y cuatro eran y sisarlos queríais; no engañéis á vuestro padre —. Entonces el sacristan dixo: — Señor, no halla más: [h]e aquí los dos ochauos y suéltele vuestra merced —. No son sino tres; dejalde prouéase que allí veremos quien diçe verdad —. El Sacristan era tambien miserable, y stuvo regateando sobre si habian de ser dos ó tres; atraueséme yo y dixe: — Señor, conténtese Vm. con dos limpios, y déle á su padre los tres con su peregil —. Rióse el capon y dixo: — Hora, vengan los dos ochauos, que por vuestro buen servicio yo os hago gracia del otro —.

CAPITAN. — Notable caso á fé de soldado.

VELASQUILLO. — ¿Notable? Pues oigame Vm. otro cuentezillo.

CAPITAN. — Oiré mil de esos.

VELASQUILLO. — El capon tenia tinajas de bino en una bode-g[u]illa para su regalo, que, aunque era miserable y bebia poco á su costa, bebíalo bueno. Dios nos guarde que fuese conbidado, que entonces un saludador no bebía más; en fin, yo neg[u]é que bebia bino por engañarle y que me fiase la llabe de la bodega, y fiábamela, pero hacía una invencion notable para que no le engañase, por que trahía en la boca un refrán muy ordinario que dize: *no te fies y no te engañarán*: y era, que antes que entrasse en la bodega me mandaba que inchese la boca de agua y que saliese con ella, pareciendo imposible que pudiese beber del bino teniendo la boca llena de agua; y io stuve al principio una ó dos veces algo bobo, pero despues caí en la cuenta, y baciaba la agua en el jarro, y por una spita de la tinaja bebia quanto queria, y luego tornaba á coger la agua del jarro y sacaba el vino que era menester; pero como él nunca se aseguraba, azechóme y cogióme con el [h]urto en las manos, y dióme algunos torniscones y cozes con que se desenojó, y con todo eso rió dispues mucho el quento á sus solas; y por esta razon perdí el crédito con él, y despues jamás me inviaba solo á la cueba, sino

él por su persona tomaba un ja[r]rillo empegado, y sacaba su bino antes de comer y de cenar, y staba una hora escurriendo las gotas como si fuera de azeite, y luego me lo daba y deçia : — Tomá, señor aguado fino —, y, sin perderme de vista, salia conmigo porque no prouase si estaba bueno de sal.

Capitan. — ¡ Viue Jessuchrysto, que tal laceria no[h]e visto ni oido ni leido en mi vida !

Velasquillo. — Pues con este acabo, que vale mas que todos los otros. Pasó asi : que como dije poco [h]a, un mozo labrador andaba perdido por la sobrina ; ella tenia ojo á casarse y túbole á diente, aunque le hablaba amorosamente ; el labrador moria por la mochacha. Vínolo á entender el capon por cierta via, que seria nunca acabar contarlo todo ; tuvo tan gran recato en su casa, y hizo tantas prebenciones para que ni de noche ni de dia no se pudiesen ver, que fué cossa admirable ; en fin el labrador moría por casarse con la sobrina, que era lo que el capon desseaba, aunque fingia lo contrario por lo que luego diré, y como no pudiese ver á su dama, el mozo vino á enflaquezer de manera que su madre le preguntó qué tenia ; el mozo descubrió su llaga y dijo, que si no le casaban con aquella moza que él moria mala muerte ; la madre, con la piedad del hijo, comunicólo con su marido, el qual aborreçía al cura como al diablo, pero como uió que su hijo iba cada dia secándose, acordó de rendirse y tratar del casamiento por via de algunos terceros. El caponazo, aunque gustó dello, dixo que su sobrina queria ser monja y que era muchacha tambien, que si esto no stuviera de por medio que por cierto que él[h]olgara dello. Tornaron á apretarle, diciéndole : que quanto á la edad, que ya tenia veinte años; que quanto al estado, que ella gustaba de ser casada, que no la forçase su inclinacion. Entonces el traidor del capon dixo : — Yo para Dios la tengo consagrada ; pero si ella se quiere casar, á lo menos no será á mi costa —. Dixieronle : — Déle Vm. siquiera en dote lo que habia de dar al monasterio —. Eso no, — dixo él — si ella haze su voluntad, dótela su marido ó Dios que la crió —. Quando no vastó con

él dixeronle que se contentaban con que la vistiese. — ¿Vestir? — dixo él — aunque fuera señora de título le sobran los vestidos que tiene —. Y no tenia camisa que no pareçia á la bandera de Orán, ni manto con que poder salir á misa. En resolucion, dixeron los casamenteros que con la moza en camisa se contentaban; entonçes dixo él: — ¡Bueno sería que se muriese el desposado y quedase mi sobrina sin hijos y sin haçienda! hánla de dotar, si nó no saldrá de mi casa —; tanto porfió en esto que la dotaron en quinientos ducados. Llamaron luego al escribano, y stando ya de acuerdo para haçer las scrituras, dixo: — Señores, esta moza me servía á mí como una sclaua y stá en lo mejor de su vida para servirme; no es razon que yo pierda sus servicios; se me ha de dar una buena esclaua ó doscientos ducados para cómpra|r|la ó no hay nada hecho —.

Capitan. — ¡Extremado quento, por vida del Rey!

Velasquillo. — No es cosa de burla, sino que fueron y vinieron los casamenteros de una parte á otra, y que, con amenazarle que perdia el mejor casamiento del lugar, tuvo tieso, por ver picado al mozo, hasta que en oro le contaron doscientos ducados, y entonçes hizo la scritura y entregó la sobrina, y yo me salí de su casa porque sin los amores acabábase el granillo y io pereciera dentro de ocho dias.

Capitan. — ¡Desde que nazi no|h|e oido semejante quento! digo que el diablo no sabe lo que un capon en lo que le conviene, ni en materia de ahorrar y miseria.

Velasquillo. — No se puede encarecer con palabras su avaricia; vello ó deçillo es *como lo vino respecto de lo pintado;* en fin dexéle, y últimamente asenté con un fraile trinitario, buena persona, con quien duré mas que con los demas amos. Este, pareciéndole que yo tenia bonilla voz, me enseñó á cantar y io lo tomé con afficion, y ia que me parecia á mí que era un Juaquin, vine con el fraile á Aranjuez y oi decir que Añover staba çerca, y accordéme haber oido en mi niñez que dezia mi madre que mi padre era de Añover, y determiné de ir á saber mi linaje y á

conozer mis parientes, y saber si mi padre tenia alguna haçienda; hallé un tio clerigo viuo; éste, por el gesto y por las señas que yo le dí y por haberse scrito con mi padre cuando staba en Orán, me conozió y amparó, y por que pasase adelante con la música, asentóme por seise de la iglesia de Toledo, para que andando el tiempo, ó por la voz ó por ser músico de chirimia me ualiese; yo túbelo por bien y el maestro de capilla me queria mucho y gustaba de mi desemboltura; no habia otro entretenimiento en casa sino con el soldado de Oran, que asi me llamaban; sus misas eran que le contase mi vida que es la que he dicho, que si como ella ha pasado se contara por extenso no habrá tal *mapa mundi:* pero abréuiola por no cansar á Vm.

Capitan. — ¡ Bueno es eso! ninguna cossa oiré yo de mejor voluntad. Y ahora caigo en lo que me dixo la ventera de la venta del Moral, preguntándole yo por un gallegüelo que me hurtó ciertas cossas en Toledo y me dió nueua dél, y dixo que tambien habia pasado por allí otro gentil hombre á caballo, preguntando por un seise, y que les habia prometido buenas albricias si le cogiesen, si acaso llégase á la venta, y que poco despues llegó el seise y se le habia ido al ventero por los pies.

Velasquillo. — Todo eso es verdad; pero á lo menos no diria que llevaba nada [h]urtado como su gallego de Vm., porque un palmo de cara y esa descubierta por todo el mundo. Fué cosa graciosa; yo salí de Toledo de noche huyendo de mi amo, y dormí en una casilla de tablas del aserradero, y descuidéme hasta que era bien de dia; el maestro debió de enviar tras mí, á un criado grande que tiene, muy de mañana, y cogióme la delancera y así me erró, que pescárame si se detiene; por esto dicen: *por mucho madrugar no amanece mas aina,* ¡ y yo queríame ahorcar por haberme dormido hasta salir el sol ¡ en fin, la hambre me hizo llegar á la venta á pedir un bocado de pan por caridad; la ventera miróme un poco y parecióme que se habia hecho del ojo con otra mujer y dixo: — Aguardad, hijo, que yo os lo daré —; tomó el pán en la mano izquierda, y, quando yo lo fuí áto mar

con descuido, quiso asirme con la derecha; yo retiréme atrás. La otra mujer, que era mas moza, arremetió á asirme; yo díle un empujon y tomé la puerta con rrecelo de alguna trampa, aunque no la habia; salieron entrambas dando vozes tras mí: — ¡ Marido, marido, teneldo, teneldo que es el seise que buscaban poco |h|a! Salió el ventero de entre unas cambroneras, y en viéndome caió en lo que era y dixo: — ¡ Voto á tal! que es él —, y corrió tras mí diciendo: — ¡ A|h| vellaquillo, no os me ireis, que buenas albricias me han mandado! —. Como yo entendí que era conocido, alas me nazieron en los pies, y sacando fuerzas de la flaqueza y hambre, fuímele por uña al ventero que me siguió gran rato hasta llegar á los membrilleros, donde por la espesura y maleza me desparecí, caminando ya muy de espaçio por lo mas espesso del soto con ánimo de no salir dél hasta que fuese bien de noche, aunque me aquejaba la [h]ambre tanto, que si no topara con Vm., creo fuerac ausa de mi captiuerio.

Capitan. — Sin dubda que vos sois quien á mí me dixeron.

Velasquillo. — Es la misma verdad.

Capitan. — Mas, ¿ y si os cogieran?

Velasquillo. — Llevára una tunda de azotes que me dejara el maestro hecho un *ecce homo*.

Capitan. — Dios sabe lo mejor; quizá os staba bien eso pero ¿ que fué, por mi vida, la causa de la huida, que lo habeis pasado entre renglones?

Velasquillo. — No es cosa de gusto.

Capitan. — Por la amistad que hemos trabado que me la digais, que yo os prometo el secreto y aun y ainda para defenderos aunque os tope el hombre que os fué á buscar; demás que el camino vuestro y el mio creo es todo uno, porque yo voy á Azeca y Aranjuez y asi hos haré escolta.

Velasquillo. — Señor, una colerilla fué que tube con un seisecillo capon, la mas mala criatura que ví en mi vida ni spero de ver; gran vellaco, de malas entrañas.

Capitan. — Bastábale ser capon; no lo tengais á burla, que ha diez años que otro capon me trahe á mí harto desasosegado.

Velasquillo. — ¿ Es el gallego, señor ? porque gallego sobre capon es *miel sobre ojuelas*; aunque creo que los capones todos son gallegos en las mañas.

Capitan. — No, este no es sino un mochachuelo que topé en una venta viniendo á Toledo, el mas vozal del mundo, el qual me servia muy bien y habia tres dias que le dí la llave de mi aposento para que me truxera unas cartas, y cogióme una maletilla con algunas cosas de valor y fuéseme; y traigo lengua dél, y que va solo, de que me [h]e [h]olgado mucho, porque, quando le recibí, staba con él un picarón que me lo abonó mucho y temí que no fuese su angel de guarda. Lo que mi capon es otro quento mas pessado; dejémoslo ahora, que no me querria acordar dél, y passad con vuestra historia adelante, que es mas gustosa; otro dia sabreis la mia, que es mas larga.

Velasquillo. — Señor, pasó así : que yo dormia con este caponcillo harto contra mi voluntad, porque en invierno él se acostaba en mitad de la cama y se aseñoreaba della y de la ropa y el diablo no se la arrancara, yo moria de frio; en verano olíame á húmedo como zorro, que no le podia sufrir, y no sabia que era ni lo podia entender, hasta que despues caí en ello como luego diré. La ama era una buena vieja y queríame mucho; contábale yo lo que pasaba con el medio hombre, y decíale que no sabia que remedio me tuviese con él, porque de mas desto él era el señor del aposento y el que mandaba; si él queria burlar conmigo yo habia de passar por ello, y si yo le deçia á él la menor chocarreria, particularmente si le llamaba *quiqueriqui*, el demonio no era peor. Era soberbio, goloso, mal criado, suçio, desuergonzado, y quantas trauesuras él ó los otros haçian en casa, que no se supiese el delinquente, luego parlaba al maestro que yo era, y juraba y perjuraba contra mí como un Judas; en fin, como la ama era mi deuota, regalábame con cuanto el maestro

tenia para su regalo, y aunque yo procuraba que él no lo supiese, andábame tan á los alcanças, que una vez que otra no dejaba de entender algo, y luego lo pintaba al maestro con mill mentiras á vueltas, haciendo de una mosca un elephante. Todo lo pasaba yo con paciença, saluo el dormir con él, porque el olorcillo, que creo que es general á todos los capones como la grasura á los negros, me atosigaba de noche, y como yo contaba mis trabajos á la ama, ella era tan buena que me dixo un dia : — Por tu vida, Velasquillo, que no duermas con él, sino haz que te acuestas, y, en sintiéndole dormido, déjale en la cama y vente á la mia, y dormirás á los pies y calentármelos has, que muero de frio de noche ; que no te sentirá, que ya sabes que duerme como una piedra . Y es verdad, que como estos capones tienen mucha humedad, creo que causa en ellos un sueño profundísimo. Yo tube esto por mejor partido, y hízelo así, y veníame con la buena uieja muy ordinariamente, que gustaba de tenerme á sus pies, y aun á ratos á la cabeçera : pero no sé como una noche entramos en calor y olióme la vieja al capón, y dixe entre mí : — ¡ Vive el Señor, que este es el olor del capon y que estos huelen á vieja, y que no habia caido en ello! —. Ya me pesaba de la conuersaçion, porque salté de las llamas y dí en las ascuas, pero como de noche en invierno dormia abrigado, y de dia era mas regalado que mi amo, pasábalo en paçiença, apartando las narizes lo mas que podia quando la buena vieja me daba alguna estocadilla.

Capitan. — ¡ Estremada historia á fé de gentil hombre ! pasá adelante.

Velasquillo. — No pudo durar esto tanto que el capon no despertase alguna vez, y como ellos son timidos, aunque revientan de valientes, en no sintiéndome junto á él se leuantaba y daba vozes por la casa : — Velasquillo, Velasquillo, — Yo salia muy pasito de la cama de la vieja en oiéndole, y venia dándole al diablo, y deciale : — ¿ Que quieres, mujercilla ? piensas que te ¦h¦a de comer el trasgo ? No tengo de ser señor de leuantarme á proueherme, quando has de inchir la casa de voçes ? que me quieres,

hediondo ? — Él á ratos callaba por que no sabia mi nidal, y como via mis vestidos juntos con los suios rendíase, y io acostábame hasta que le sentia dormido, y luego me volvia á abrigarme con mi vieja que me speraba con sus brazos abiertos y una boquita de lamprea, fria por los extremos y caliente en el centro como pajar viejo.

Capitan. — ! Rica cosa á fé de soldado !. ¿ Hay novela de Juan Bocaçio como esta ?

Velasquillo. — No finjo palabra. Duró esto que he dicho largos dias, que nunca me entendió, porque á las mañanas, antes que él despertase, staba yo vestido. Algunas noches no habia quien le hiçiese acostar y la buena vieja porque se fuese, decíame : — Velasquillo, léeme un poco del *Flos Santorum* —; no lo habia comenzado á leer, quando se iba y se acostaba quedándonos nosotros riyendo. Pero era maldito ; no supo la culebrilla que engañó á Adan mas que él. Una noche él se hizo del dormido y, en saltando que salté de la cama, vínose tras mi y véeme entrar en la cama de la ama, y debió de azechar y oirnos, y quítase de ruido y vasse al aposento del maestro, y despiértale y quéntale lo que pasaba. El maestro, por ver si mentia, levantóse con una ropa de pellejos y enciende una linterna que tenia para vissitarnos, y con todo el silencio del mundo vino guiado del capon como un ziego, y en llegando al aposento, que staba entreabierto, descubre la luz y el capon arremete á la cama ; y aunque yo me ascondia con la ropa áse della y descobíjame diciendo : — Señor, por que vea Vm. á quien da su pan, mire aqui los novios —, y tras esto dále tan gran risa que [h]undia la casa; el maestro santiguóse y espantóse, y díxole á la vieja las lexes, y á mi asióme por un brazo y con una pretina del capon dióme una disciplina bien asentada, y con esto cerróme en mi aposento, y al caponcillo dixo que se fuese á dormir con otro de los seises aquella noche por que yo no riñese con él. A la mañana llamónos y hízonos un sermon como Dios padre á Adan y á Eva. La vieja dixo el negocio lo mejor que supo, dando

causas de su parte y de la mia y cargando al capon y diçiendo que á ella su edad y á mí la mia nos saluaba, que no tenia ella ningun empacho por çierto del caso ; que si no staba contento con su servicio, que *donde una puerta se çerraba otra se abria*. El maestro, aunque mostró algun enojo, como la vieja servia muy bien, no tuvo gusto de despedilla y así dixo : — Si yo no estuviera sin sospecha por vuestra edad y la de ese mochacho, desnudos como stabais os echara de casa ; pero como lo stoy no lo hago. Con todo eso, muchas cosas son en sí buenas, que por tener apariençia de malas se han de dejar de hazer, y esta es una de ellas, y no os sta á vos bien ; pero de aquí adelante cada uno se caliente por sí, y andá en buena hora, y por esta vez pase, y no se hable mas en ello — ; y salímonos juntos, cabizbajos y avergonzados como nuestros primeros padres del Paraiso, y conjurámonos de vengarnos del capon, y aunque la ama se quiso despedir luego, lo dilató á mi instançia hasta que nos vengásemos. La conjuracion fué que yo armase pendencia con él en alguna ocasion, quando el maestro no stuviese en casa, y que para asegurar al capon me reconçiliase primero con él y que por ¡*básteme allá* ! cerrase con mis bienes y le dejase medio muerto á cozes y puñadas, cossa que á mi me era facilísima llegados á las manos, porque estos desuenturados son como unos cañutos de cañamazo, flojos, sin fuerza ni brio quando es menester, y quien los oie hablar, quando hay quien meta paz, Rodamonte ni Mandricardo no les llega en valentia. En fin, señor, yo no hallé otra ocasion sino una noche, que, despues de acostado el maestro, jugamos á las quínolas ; él començó á perder los quartos que tenia y á renegar como un carretero ; mordia los naypes, turbábasse con la cólera, hacia trampas, y una vez quiso retirarme una carta ; ; yo vílo y ásgole de la mano y vuelvósela hacia arriba, y con la otra doyle con los ochavos en la cara y luego una bofetada ; assímonos y dí con él en el suelo y cozes en él, y pateéle la boca, llenéle de sangre ; en fin, como vió que yo lleba [ba] camino de acaballe, fueron sus gritos tales que el maestro

despertó, y se leuantó y vino á tiempo que ya yo staba fuera del aposento. A todo esto la buena vieja hízose muerta; el maestro entró á oscuras dentro, y como habia sentido que reñiamos y topó con él, cerró con sus bienes y dióle otra vuelta, hasta que sentí que dixo : — Señor, señor, por amor de Dios que me mata sin tener culpa; no la tengo yo, señor, sino aquel Velasquillo que me [h]a querido matar por lo de la otra noche —. A esto dixo el maestro : ¿ Que es de aquel vellaco ? alumbra acá una vela —. A este tiempo ya yo andaba descolgádome por una ventana que salia á la calle, y dí un salto que no sé como no me perniquebré. En fin, el miedo de que me cogiesen aliuió las plantas de los pies y salíme de Toledo anoche sin saber mas lo que sucedió, ni en que paró mi buena vieja ; solo[h]e entendido que me han inviado á buscar porque haré falta para çierta fiesta. Vea aquí Vm. mi historia y la causa de mi huida, y la razon por que yo stoy tan obligado á aborreçer capones, aunque sin esto naturalmente lo[s] queria yo mal desde que tuve uso de razon.

Capitan. — Y justamente por cierto, y aun si supiéseis lo que por mí [h]a pasado en esta materia os abobariais mas, pero son negocios secretos. La summa desto es que ella es mala nazion : no son hombres ni mujeres, ni mujer y hombre junto, ni tercer compuesto de entrambos, aunque un auctor que se llama Zelio Rodiginio dize que esta péssima generacion de los capones es *tertium genus hominum*, que quiere deçir, tercero género de hombres ; yo no sabré deçir lo que es aunque sabré deçir lo que no es.

Velasquillo. — Estas ¿ son criaturas de Dios en quanto capones ?

Capitan. — ¡ Buena pregunta à fé de quien soy !

Velasquillo. Pues qué ¿ es heregia ? si lo es, yo me subjeto à la correccion de la iglesia ; pero yo he oido en un sermon que el defecto no se atribuie á la primera causa sino á la segunda, como la cojez no se atribuye á Dios sino á la pierna coja, y por esto negamos absolutamente que Dios sea causa del

peccado, y por este camino se podria decir que el capon, como capon y defectuoso en aquellas partes naturales, es hechura del capador, por que Dios entero le crió y no menguado.

CAPITAN. — Todo eso se dice de los defectos, pero no os metais, Velasco, vos, en esas Theologias ; ellos son criaturas de Dios absolutamente aunque imperfectas, como son los coxos, tuertos, mancos, enfermizos y lunáticos ; como las lagartijas, ratones, murciélagos, avispas, salamanquesas, topos, musganos, moscas, mosquitos de verano, piojos, pulgas, chinches, y otros animales semejantes.

VELASQUILLO. — Y aquello de Salomon : *vanitas vanitatum et omnia vanitas*, ¿ no se podria entender de los capones ?

CAPITAN. — A lo menos de su vanidad y faltas.

VELASQUILLO. — Y ¿ por que no de sus vainazos?

CAPITAN. — ¡ Digo que sois gran theólogo ! Pues no falta quien diga, aunque por mofar, que las primeras mujeres que hubo despues del dilubio de Deucalion se hallaron entre las malas sauandijas del rio Nilo, y hay auctores que dizen que las sauandijas eran los capones ; pero dexémonos de donaires. Galeno dize que los capones no son aptos para servicios porque los testículos tienen gran correspondencia con el zelebro y que en los capones queda leso, y así, qual ó qual sabe algo y esto á poder de mascar.

VELASQUILLO. — Yo he leido eso en un libro de romance, que se llama *Examen de Ingenios*, que lo tenia el fraile à quien serví.

CAPITAN. — Tiene razon, pero tomólo de Galeno.

VELASQUILLO. — Pues yo conocí un fraile capon gran letrado y predicador y aun dos y otros aventajados músicos y maestros de ceremonia.

CAPITAN. — Tambien los conozí yo, pero los letrados son rarísimos ; músicos es verdad que los hay, pero notá una cosa : que muchos dellos estraga la música, porque nunca stan en el coro

sentados que no inquieten á los demàs quando han de tener silencio con su contrapunto entre dientes, hechando sobre el órgano mas corcheas y semi corcheas que Juschin, y quando es menester cantar, ó callan ó se van porque se hechen de ver las faltas de los otros y los stimen á ellos en algo, y si cantan solos ó entonan á otros, tiene unas voces trémulas y tímidas, que se caen como monjes viejos ; y de unos de los que vos podistes conozer por gran músico, me acuerdo yo que no habia otra hablilla entre los músicos sino : si entona, si no entona ; y de estos me parece que se podia dezir lo que dezia un italiano de su caballo : — *Senor il mio cabalo non sa correre ma fafar gambete.*

Velasquillo. — La cosa mas afrentosa que hay en ellos, á mi pareçer, es la esterilidad.

Capitan. — Asi burlando nos vamos mas lejos. La *Sagrada Escritura* dize en el *Deutheronomio*, Cap. 20, que mandaba Dios à los hijos de Isrrael que quando cersasen alguna cibdad conservasen los arboles fructíferos del contorno, pero que los stériles los cortasen para el fuego ; y asi justamente los llama Isaias en el capítulo 56 : leños áridos ó secos, y en razon de esto el matrimonio de los espadones es ninguno y prohibido, porque es causa ordinariamente de adulterios, como dize San Hieronymo en la *Espístola ad salvinan* aunque breuemente y de paso ; extendiólo mas Erasmo en los scholios sobre ella cerca de aquella palabra *(que uxor en noche)* donde dize que la ama de Joseph, que le solicitó en Egypto, era muger de Putifar ennucho de Pharaon, y lo que San Hierónimo dexó de dezir de vergüenza es, que no hay mujer de capon ó impotente que no procure tener hijos cometiendo adulterio. Y que la sterilidad haya sido genero de afrenta en el pueblo de Isrrael es cosa muy llana, porque sabian que el hijo de Dios segun la humanidad habia de descender de aquel pueblo, y por que el culto divino se comunicaba de padres à hijos, lo qual çesaba cuando no habia generacion ; y asi Anna madre de Samuel, y antes della Sarra, Rabecha, Rachel, sen-

tian tanto la sterilidad que encareçiendo esto la *Scriptura sagrada* dize que Sarra rogó à Habrahan que ya que ella no tenia hijos que los enjendrasse en su sclava y que ella se la entregó de su mano ; y añade la *Scriptura* que la sclava, viéndose preñada, menospreció à su ama como stéril ; y en resolucion, todo puede callar con lo que dixo un fraile á otro capon de su órden enfadándose dél por sus niñerias : — Mirá fulano, por el habito que traigo que no quisiera ser capon por quanto hay en este mundo. — Replicóle el capon : — ¿Pues para que queria ahora vuestra paternidad lo que á mí me falta ?. Respondió el viejo : — Sençillamente, porque quando Dios me resucite no tenga necesidad de añadirme nada. — Creedme Velasco, que estos son nubes sin influençia que las trahe el viento por donde quiere, árboles del otoño arrancados y infructuosos, olas [h]inchadas, spumas de la mar sin sustancia, cometas vanos que ligeramente pasan por el aire ; son como la higuera loca sin fruto, maldecida de Chrysto en el Evangelio.

Velasquillo. — Pues yo he oido de algunos capones que han sido amançebados.

Capitan. — Esto bien lo creo yo dellos, no porque tengan potencia ni gusto alguno, por que yo oi dezir à un capon muy donoso : — Quien dixere que los capones tienen alteraçion alguna, miente —. Pero las vellacas que con ellos se amanceban hàcenlo, de muy redomadas y auarientas, por pillarles quanta hacienda tienen, porque si fuese de veras el amor que fingen, podríamos dezir dellas lo del psalmo 4° : *ut quid diligitis vanitatem et quiritis mendatium.*

Velasquillo. — Llamarles vanidad ó nada no me descontenta, pero lo que es mentira no me parece que es apropósito dellos, sino de las mujeres ; se dize que son todas mentira, porque quitado un palmo de copete y otro de chapin son nada.

Capitan. — Mejor mucho se puede deçir de los capones que son mentira, porque si quieren parecer hombres son mugeres

en sus hechos, y si mugeres no son lo uno ni lo otro. Bien es verdad que son vanagloriosos en esta materia de generaçion de que se veen privados, y así, no hay maior lisonja para ellos que llamarles amançebados ; acéptanlo riendo, colorean de contento como una castaña, pero, rematadamente, sus amores son de phantasmas, son Sant Telmo en la gauia, espantajos de hig[u]era, poluareda de juego de cañas, sortija sin cascabeles ó cascabeles vaçios, calabazas sin vino ni tapon, cañutazos floxos y huecos, casas sembradas de sal, tierras salitrales, montes de Gelboé sin rozio, cibdades despobladas como Nínive ó Babilonia, donde no habitan, como diçe un propheta, sino animales ponzoñosos y ganinos que son sus malas inclinaçiones ásperas y prodigiosas ; son, como dize el mismo propheta, cabañas de pastores desamparadas, cisternas rotas sin agua, ventas asoladas y de poco abrigo, mantas que no calientan, frias de invierno y pesadas de verano, tablillas de meson caido sin cama ni albergue, y en fin son gente de quien se puede decir con propiedad : *donde pensais que hay tozinos no hay estacas* ; y de la sterilidad les vino ser animales afrentosos y tenidos en poco, y tanto, que en el capitulo 23 del *Deuteronomio* les prohibió Dios que no entrasen en el templo como á los Ammonitas y Mohabitas, y Santo Tomas dize en la 12 q. ios ar 3 ad^{m}, que los spurios y capones eran excluidos de los officios honrados de la sinagoga, y San Athanasio en la *Epístola ad solitariam uitam agentes*, dize que, tambien la iglesia catholica por lei publica los excluia de los concilios, y de aquí es que en nuestros tiempos son mal recibidos en algunas congregaciones y en otras no son admittidos en ninguna manera, y en las que los admitten los quieren priuar de los oficios, como en las cofradias, por que estos son naturalmente mal acondiçionados. Y tiene esto su razon y fundamento, porque como las mujeres á quien no les vaja el menstruo se haçen melancólicas y enfermizas y las donçellas por la retencion de la simiente se envejecen y malean, segun dice algunos philósophos, así los capones, como no pueden expeler los excrementos y super-

fluidades que naturaleça ordenó para la generacion, vienen à convertírseles en ponzoña y á causarles mala condicion y desabrimiento, y por verse priuados desto, dize San Athanasio en el dicho lugar. que, si se trata desta materia, huien de la conversaçion y la aborreçen.

VELASQUILLO. — Cossa notable es, que con ver ellos quan impertinentes enamorados son, con todo eso se derriten de amores y apetesçen las mujeres mucho mas que los otros hombres.

CAPITAN. - Es eso tan çierto que todos los santos de la iglesia griega como Sant Basilio, Sant Gregorio Nazianzeno, y de la latina Sant Hieronymo, dicen contra ellos cosas notables en esta materia ; San Basilio en la *Epístola ad simpliciam*, dize que este linaje tan ignominioso y perniçioso de los capones, con ser un género de hombres que ni bien es maculino ni femenino, que con todo eso tiene çerca de las mugeres tan loco y desordenado apetito, tan inuidioso y de vil preçio y de baja stima, tan furioso, feroz, afeminado y zeloso, que ningun animal le iguala ; y el mismo Basilio en el libro de *Vera virginitate* despues de haber dicho muchas cosas contra ellos, cuenta de un capon que no pudiendo cumplir su desordenado desseo con una donçella començó á morderla con los dientes de pura rabia ; y Sant Gregorio Nazianzeno *in menodia* los nota tambien de licenciosos, y Sant Hierónymo en muchas partes, pero particularmente en el libro 15 sobre Isaias capitulo 56, los llama desdichados por esta razon y trahe aquí aquel verso del poeta nen. *infœlice ferro truncata inventus adque erectu virum ;* donde llama á los capones juventud desdichada, infeliz, podada antes de tiempo y truncada con el hierro ; y el *Esclesiástico* en el capítulo 20 dize, que los malos jueces son como los capones que corrompen las virgenes que les entregaron para que las guardasen ; y el mismo *Esclesiástico*, en el capítulo 30, las compara á los hombres ricos que no pueden gozar de los bienes que tienen : *videns oceulis et ni gemiscens s'*

aspado complectens virgenem et suspirans : donde se puede notar que, aunque la scritura y los santos hablen muchas veces dellos, nunca los comparan á cosa buena porque rarísimas veces la hay en ellos.

VELASQUILLO. — Pues lo bueno es que tras esto son muy zelosos

CAPITAN. — ¿ Zelosos ? de tal manera es esto verdad, que por esa razon antiguamente los eunuchos eran guardas de las damas.

VELASQUILLO. - Eso tambien se podria atribuir á su seguridad.

CAPITAN. — ¿ Seguridad ? nunca tal ; antes yo me acuerdo haber leido en Sant Hieronymo en la *Espístola ad Letam* que no por ser capones son mas honestos y exemplares y así le aconseja que no deje labarse á su hija en el vaño delante de algun capon y da la razon : *quia depositis testiculis deposuerunt animo viroro ;* lo qual explicó Erasmo con su sencillez acostumbrada elegantísimamente diciendo : *cum membra et sures deposuerunt animum tamen et voluntaten non deposuerunt sino quo menus posunt hoc magis appetunt ;* que en buen romanze quiere dezir el uno y el otro : que no se [h]a de haçer confianza en esta materia de los capones, porque, aunque les falta la potencia y los instrumentos, nunca les falta el desseo uano, antes quanto son mas impotentes tanto mas lo dessean ; y el mismo Sant Hierónymo en otra parte, en la *Epístola ad Demetriadem*, dize, que las virgenes se han de guardar de los eunuchos y da la razon : *quia est trunculator corpor violenta pudicitia*, como si dijera en castellano : porque la castidad de los capones no es voluntaria sino violenta y á mas no poder, como lo fué el caparlos ; y de la misma manera los trata afrentossísimamente el mismo Santo en otras mil partes llamándolos *simiuminos* que quiere decir medio hombres.

VELASQUILLO. — Otra cosa [h]e yo notado en ellos, que son extremadamente desvergonçados.

Capitan. — Assí como quiera para darnos á entender eso, naturaleza los priuó de la barba de donde nació el refrán: *á poca barba, poca vergüença*. Antiguamente la barba fué insignia de honra, respecto y autoridad, y de hay quedó en costumbre traher los papas y cardenales la barba larga, y á estos imitaron los hombres principales antiguamente y los religiosos, como los cartújos legos, y aun los hermitaños hypócrytas, para mejor engañar la gente, dejan creçer la barba.

Velasquillo. — Otra contrariedad hallo yo en ellos, que con ser auarientos son tahures y largos en el juego.

Capitan. — Esta largueza no les naze de liberalidad, sino de codiçia de lo ajeno, por lo cual aventuran lo propio, y desta desenfrenada sed de haçienda les naze ser gariteros, y por el interesillo que desto tienen sufren mil afrentas á los jugadores que van á sus casas. Yo conozí un capon vejíssimo y rico que vivió y murió con garito, y aunque los tahures le comian la cena muchas veces, y le azotaban en la cama y hacian otras mil afrentas, hasta que lloraba como una criatura, otro dia les recibia con tan buena cara como si nunca tal pasara.

Velasquillo. — ¿ Sabe Vm. que reina en ellos por exçelençia la crueldad ?

Capitan. — Yo diré en que tanto grado es eso verdad que creo que en ellos no hay rastro de misericordia ¿ queréislo ver ? En el 4º libro de los *Reyes* en el Capítulo 9, se cuenta que Jehu, siendo elegido por mandado de Dios por Rey de Isrrael y habiéndole dicho que destruyesse la casa del rey Achab con toda su desçendençia, quando llegó á matar á Jezabel, no puso él las manos en ella ni algunos de sus soldados, sino unos eunuchos criados de la misma Jezabel, á los cuales mandó que la hechassen una ventana abajo, y ellos, con haber comido su pan y star obligados á haçer su deber escondiéndola y librándola con alguna maña, ya que no eran hombres para defendella, no solo no lo hicieron, pero apenas lo hubo mandado Jehu quando los eunuchos le pusieron en execucion y la hecharon la ventana abajo, cossa que

no lo hicieran otros criados, pero ni un tigre ni un leon hambientos no lo hicieran si se hubieran criado con ella, antes la defendieran; pero Je[h]u no pudo encomendar el castigo á mas crueles verdugos que ellos, y asi no lo mandó á soldados ni á otra gente que á los dichos capones, pareciéndole que no podia escoger ministros mas vengatiuos; y no pára aquí el negocio, que generalmente son aparejados para executar otra cualquier bellaqueria que se les encomiende. En el 3º libro de los *Reyes* en el capitulo 22, se quenta que habiéndose juntado Josaphat, rey de Jerusalen, con Achab, rey de Samaria, para hacer g[u]erra al Rey de Syria y habiendo dicho muchos prophetas falsos que venzerian, y no obstante esto queriendo el Rey Josaphat consultar algun propheta de Dios, dicen que inbiaron á un eunucho á preguntar al propheta Micheas si vençerian, y que no respondiendo el propheta á gusto de los reyes le quiso estragar el eunucho y persuadirle que prophetizase lo que los demas prophetas falsos, y que stando Micheos firme en decir lo que Dios le revelaba, hizo mucha instancia el eunucho para que mintiese, aunque no lo pudo acabar con el propheta; á este propósito quenta Sant Athanasio en el lugar arriba dicho, que queriendo Constancio emperador de Constantinopla pervertir al Papa Liberio y atraherle á la heregia de Arrio, escogió por maestro desta bellaqueria á un capon, el cual hizo notables diligençias con el Pontífiçe, al principio con presentes, y cuando vió que esto no vastaba, despues con amenazas y crueldades para inducirle á forçarle ser Arriano y para que condenase al mismo Sant Athanasio, que era una columna firmísima de la fé contra los arrianos; pero como nada desto vastase con el buen Pontífiçe, el maldito capon quiso consagrar á la iglesia de los apostoles Sant Pedro y San Pablo los dones y presentes que trahia para corromper al Pontífiçe, y para esto los colgó de las paredes de la iglesia. Como Liborio supo esto riñó mucho al sachristan que los habia recibido, y mandólos hechar del templo y descomulgar al capon. Indignóse tanto desto el eunucho que scribió á Constançio y á los de su Consejo, que eran tambien

eunuchos y arrianos como él, y dixo que no habia de sperar de Liberio nada, porque era intimo amigo de Athanasio y perseg|u|i-dor de la seta arriana. Enojado desto Constancio y su Consejo de capones, scribieron al prefecto que tenian en Roma, que en todo caso, por fuerça ó engaño, enviase á Liberio al Emperador. Púsose esto en execuçion con gran crueldad y persecuçion de los cathólicos, y es cosa dignísima de ser leyda la *Epístola*, porque se lamenta Sant Athanasio en ella grandemente, de que gente que no es buena para gobernar una manada de gansos rigiese el mundo y quisiese regir la Iglesia. En fin, desterrado el triste Pontífice de Roma pareció ante Constançio, y hablándole con la misma libertad y constancia en la fee que al capon, indignó tanto al tyrano Emperador que le desterró de Roma y de Constantinopla por consejo de los eunuchos, los quales le aconsejaron para maior crueldad que porque no tuviese consuelo en el desterro de dos ecclesiásticos que el Papa truxo consigo, desterrase el uno, que era presbítero, á diverso lugar que el Pontífice y al otro, que era diácono, mandaron azotar cruelmente blasfemando de su pertinazia y del Pontifiçe. En fin, dieron tan mala vida á Liberio que le forçaron á apostatar, si no con el corazon al menos con la boca, de todo lo qual eran auctores los eunuchos como principales arrianos, y no contentos con esto persuadieron á Constancio que hiciese lo mismo con Ossio obispo de Cordoba, que era otra columna de la fee en España, como Athanasio en Alexandria y todo Egypto, y tanto pudieron estos eunuchos con el emperador que invió á llamar á Ossio y le rogó quisiese comunicar con los Arrianos ; pero el buen obispo supo de tal manera hablar al Emperador que con una elegantísima y chrystianísima oración le convençió, y le dió liçençia para que se volviese á España ; pero como los eunuchos tornasen á instar de nuevo con el Emperador sobre el mismo negocio, tornó á scribir de nuevo á Ossio, con muchas amenazas para que consintiese en la heregia arriana; pero el obispo respondió en una carta á el Emperador firmísamente que no lo queria haçer ; el impésimo Constancio

mandó otra vez, por consejo de sus capones, que Ossio pareciese delante dél, y no pudiendo acabar con él lo que pretendia le desterró á Ermirna, donde le hizieron padecer tantos trabajos que el triste viejo al fin uino á condescender con los ruegos y amenazas del Emperador y de sus eunuchos arrianos, á lo menos en lo exterior, que en lo interior mostró lo contrario en su muerte, como lo refiere el mismo Athanasio, porque protestó que lo que habia hecho habia sido forçado del Emperador y de sus capones. ¿ Que os parece, Velasco, de la gentezilla ? yo os prometo que habia de andar esta *epístola* de Sant Athanasio traducida en quantas lenguas hay, para que esta canalla fuese conozida, porque en ella los pinta el Santo con sus colores, diçiendo otras muchas cosas, que dexo por la brevedad y por que allí sta tan bien dicho, que referido yo es stragarlo.

Velasquillo. — Pues otra cosa tienen : que es gente de cuia amistad no se puede fiar un costal de pulgas, porque ni se sabe con ellos quando son amigos ni enemigos.

Capitan. — Son atraidorados; no se lo levanto, que en el libro de Esther capitulo 2°, se scribe que los eunuchos que residian á la puerta de palaçio y eran porteros, de quien ordinariamente haçen los reyes gran confianza, se determinaron de entrar y matar al Rey, de lo qual, como lo entendiese Madorcheo, dió luego al Rey, y por esto le hizo despues grandes merçedes, y sobre este lugar dize la glosa interlineal que, por Mardocheo se pueden entender los predicadores, y por los eunuchos, dize la glosa marginal que se entienden los hereges y cismáticos.

Velasquillo. — Cuando servia á el fraile, me acuerdo que le oí predicando en una aldea una cosa de los capones que nunca se me [h]a olvidado: tratando de la cura que Elisseo hizo á Nahaman syro y de su lepra y de como su criado Giezi viendo que el propheta no habia querido recibir de Nohaman ninguna dádiba, salió al camino secretamente á estafar á Nohaman, y de cómo el propheta le maldixo por ello y le inchó á él de la sarna de Nahaman, dixo que el dicho Giezi era capon y acotó con la his-

toria de la vida[1] del cardenal Tabera y que lo hallarian en uno de los capitulos que trataba de la huerta de la Alcurnia de la cibdad de Toledo.

CAPITAN. — No tubo razon el fraile, ni vos creais que la historia dirá tal[2], por que la maldicion de la sarna no solo la hechó Elisseo á Giezi, pero tambien a su posterioridad para siempre jamás, y si Giezi fuera capón no habia para que maldecir su posteridad, pues no la habia de tener ni podia; asi que el mismo texto reprueba ese comento fabuloso. Otras cosas hay en la *Scritura sagrada* y en los doctores eclesiásticos y profanos contra estas malas sabandijas sin torçer el sentido á los textos ni levantarles nada; pero déxelos porque seria nunca acabar y porque no me lleve la venganza tras sí y me castigue Dios por ello en cierto negocio que pretendo; demas que ya el sol va caiendo y será bien que nos vamos, por si acaso esta tarde pudiera hablar al Rey en Azeca ó topase mi gallego de oro, que tal seria él para mi.

VELASQUILLO. — Por cierto señor que yo les tenia mala voluntad; lo uno por las generales, que son aborrecidos de todos, lo otro por el particular que [h]e contado a Vm.; pero que despues que [h]e oido á Vm. sus malas propiedades é inclinaciones endemoniadas, que me [h]e quedado espantado y abobado, y mucho mas de que, siendo Vm. soldado, sea tan leido.

CAPITAN. — Poco sé yo respecto de otros soldados que yo [h]e visto.

VELASQUILLO. — ¿Poco? Si yo supiera tanto pensara que pudiera catredar en Athenas, como dezia Zisneros en un entremés; sin dubda que si Vm. se subiera en un púlpito que predicara muy bien.

CAPITAN. — Dexemos esta platica, que la abo[r]resco poco menos

1. Antes decia: « con un historiador moderno que poco[h]a cumpuso la vida...

2. Antes decia: « que el historiador diria tal cosa porque es persona grave y verdadera en sus cosas, que yo le conozco ».

que la de los capones; de una cosa me pesa : que engolosinados de la conversaçion [h]e perdido la música; pero venga el rozin, que por esta riuera nos iremos hechando varetas de contrapunto y seguidillas.

VELASQUILLO. — Vamos en buen hora pero, si topásemos á mi perseguidor ¿ que hemos de hazer?

CAPITAN. — Decid vos que no le conoçeis, que, con esa ocasion, yo os defenderé aunque sea del Zid Rui Diaz.

VELASQUILLO. — Alto; suba Vm. y vamos.

CAPITAN. — Subí vos á las ancas.

VELASQUILLO. — Dexemos eso para quando me canse; ahora descansado voi; no cansemos al rozin sin qué; ¡ aupa!

CAPITAN. — No dixera mas un senequilla; pero piquemos un poco y vos alargad el paso.

VELASQUILLO. — En buen hora.

CAPITAN. — ¡ Linda rivera es esta; que llana, que fresca; que poblada de arboles y de aves, que de conejos! sin dubda que esto es vedado.

VELASQUILLO. — Asi es; esta tierra que dexamos atrás es del Señor de Higares, y estotra que sigue es una recreaçion del conde de Zifuentes.

CAPITAN. — Rica cossa por cierto para pasar la vida humana; pero ¿ que es esto que viene por el rio?

VELASQUILLO. — La madera que baja por él hasta el aserradero de Toledo.

CAPITAN. — Si, si, ya me acuerdo; ¡ O! que de gamos andan por aqui; ¿ no los veis? que mansos. ¡ notable cossa! no se espantan de nosotros.

VELASQUILLO. — Son de Azeca; tienen el Rey en el cuerpo ¿ si hay algun capon entre ellos?

CAPITAN. — Ese no, yo lo aseguro; ¿ que casa es esta que stá junto al soto?

VELASQUILLO. — Azeca.

CAPITAN. — ¿ Es posible? mas lejos pensé que stavamos.

VELASQUILLO. — Muy poco camino hay.

CAPITAN. — Pues lo que habeis de hazer en tanto que yo procuro hablar al Rey, si hay lugar, y doi una vuelta á estas caballerizas y cozinas buscando á mi gallego, [es] tenerme aquí este rozin, y no os canseis si me tardara algo.

VELASQUILLO. — No me cansaré de servir á Vm. toda mi vida. Pero señor, una cosa[h]e notado caminando que no la habias advertido.

CAPITAN. — ¿ Qué, Velasco ?

VELASQUILLO. — Que el roçin que trahe Vm. es capon ; espántome que Vm. se sirva dél segun aborrece la casta.

CAPITAN. — Hízome un enojo una vez estando por capar, que se me fué á unas yeguas, y capéle, pareciéndome que no podia tomar mayor venganza dél aunque le matara, y aunque anda bien, con todo eso quedó lerdo respecto de lo que solia ser, que era un viento en la carrera, pero rijossimo, y así, quando se soltaba, no habia yegua ni mula segura dél ; andaba muy flaco, ahora stá gordo, lustroso y muy manso que puede ruar el Rey en él.

VELASQUILLO. — Paréceme que se podria decir por él la fábula que Mazannos, un hombre muy gracioso natural de Toledo, contó á un capon muy desvanecido con su voz y música, habiendo acabado de cantar en unas vísperas, y dándole la enhorabuena del canto unos amigos suios.

CAPITAN. — ¿ Que fué, por vuestra vida ? que tiempo tenemos. Harto conozí á Manzanos yo como á mí en tiempos pasados ressidiendo en Toledo.

VELASQUILLO. — Hallóse él en las vísperas que [h]e dicho, y como vió al capon hecho un pauón de vanidad de las alabanças que los amigos le daban por haber cantado tan bien, llegóse á él y díxole ; — Señor Fulano : todos estos señores os dicen que habeis cantado como un ángel, yo tambien lo confieso, pero quieróos contar una fábula. Sabed que un asno staba en una caballeriza con un caballo y llegándose á comer del verde que sobraba al caballo, dióle una coz el caballo y un bufido y díxole:

— Quitate allá ¿ no tienes mas respecto que ese ? — Dixo el asno : — Paso, paso, señor caballo ¿ no sabe que le sirvo de traherle el arcaçel y de sacar el estiercol de la caballeriza ? trátenos bien y no se entone tanto, que ¡ por su vida ! que no trueque yo mi vida por la suya — : Dixo el caballo : — ¡ Que disparate ! ¿ tú no vees el regalo que yo tengo ; el cuidado que hay de almohaçar me, de limpiar la cebada que como ; para un dia que salgo á pasear, los jaezes que me ponen y otras mil preheminençias y exenciones que los caballos tenemos entre los demás animales ! — Replicó el asno : — Vm., señor caballo, ¿ engendra de quando en quando ? — Ni por pensamiento — dixo el caballo — antes me guardan de eso como de pestilença —. Repondió el asno : — Pues no estimo yo todo su regalo en lo que piso ; mas vale un dia que á mi me sueltan y me voi al prado y doi un salto á una borrica y otro á otra, que quanta honrra y preminencia Vm. tiene —. Asi que señor Fulano — dixo el Manzanos — entendiendo por lo dicho lo que quiero deçir, digo : que cante Vm. todo lo bien que quisiere, haga mas pasos de garganta que un ruiseñor, lóenle y traíganle sus amigos en las palmas, que mas me huelgo yo un dia, aunque sea con una picaña, que Vm. en toda su vida con su voz —. Quedó el capón con la fábula tan triste, tan melárchigo, tan cabezgacho, que luego deshizo la rueda y se despidió dél sin rezponderle palabra.

Capitan. — ¡ Ha, ha, ha ! ¡ donoso quento, propio de Manzanos ! quiérome apear ; tenedme el rozin aquí por vuestra vida, que yo abreviaré lo posible.

Velasquillo. — Vaya Vm. que yo aguardo aquí como una piedra. Por mi vida, que este señor Capitan, que para saber tanto de mundo que se fia demasiado ; ayer al gallego la bolsa y oi á mí el caballo, ¿ que maiores fianzas tiene de mí que del gallego ? Todos estos soldados viejos tienen esto ; como ellos son honrrados y no saben hazer bajeza piensan que nadie la ha de hacer con ellos ; y así son fáciles de engañar. Pues á fé de caballero que me tienta el diablo de subir en el roçin é ir á buscar al

gallego ; quizás con las señas y el caballo le engañaré y le cogeré la numerata peccunia y quedaré hecho hombre para toda mi vida. ¡ Viue el señor, que no sé en que pienso ni en que me detengo, y que creo que quanto más me detengo pierdo la ocasion ! Pero tambien y todo, si açertase á salir el Capitan, y me viese huir y me cogiese, ¿ qué le diria ? todo es menester mirarlo. Ea ; hay mas que fingir una mentirilla, y que me asomaba á ver este sitio, ó que me quitaba de aquel puesto por ser muy público, porque no me topase el criado de mi maestro que me anda buscando. ¡ Animo y á ello ! quiero salirme poco á poco hasta entrar en el camino, y, en perdiendo de vista la casa y la gente, picar un rato por la posta preguntando á los que topasen si han visto un gallegüelo con una maleta de cuero, que esto servira de que no piensen que huigo con el caballo ; y si mi desdicha me truxere a manos del capitan, diré que tuve lengua de que iba çerca y que le quise haçer este servicio, y que no le pude avisar por no dejar el roçin solo, y si escapo y no topo al gallego, cuando todo corra turbio no ha de faltar quien me compre el caballo aunque sea un gytano. Adios, señor capitan, que me mudo, y es menester subir yo tambien un poco en el caballo, como él, que no se apeó en todo lo que venimos juntos. El corazon me dá mil sobresaltos ; ¡ ea, que no hay que temer ! á los atreuidos aiuda la fortuna y á los mediosos desampara ; andando. Todos los que topo en el camino me miran ; no querria que alguno preguntase adonde llebo el caballo bien será ir dissimulando con ellos y preguntarles algo ; este labrador me dirá quizá algo del gallego. ¡ Ola hermano ! ¿ habeis topado por ese camino con un hombre sobre una mula buscando un muchacho, ó un gallegüelo con un vestido de gerga y una maletilla de cuero ?

Labrador. — Esta mañana topé camino de Aranjuez ese hombre de la mula y iba preguntando por el camino de Añover ; ya stará allá ; pero el gallegüelo muy cerca de aquí le vi yo, desviado un poco del camino, recostado sobre la maletilla ; sin dubda es él segun las señas. Si no se [h]a ido, çerca queda, pero aun

quando haya caminado no puede ir un quarto de legua de aquí.

VELASQUILLO. — Dios os guarde, que me habeis dado una muy buena nueua.

LABRA. — Manténgale Dios.

VELASQUILLO. — La del mozo que va á Añover no es muy buena ; ¡ al puto que fuese allá esta noche ! Lo que pienso haçer es alcanzar al gallego y, de una manera ó de otra, cogerle la maleta y dar vuelta á algun lugar de esta Sagra y si me sé dar maña yo quedo hecho un Fúcar. Pero ¿ que digo ? menester es mirar lo que hago, que es hurto qualificado y, si no me preuengo, podrá ser que la justicia me leuante los pies del suelo. ¡ Animo Velasquillo, que hoy sales de malaventura ! Pero ¿ que es lo que veo ? ¡ Vive Dios, que es el gallegüelo el que va allí delante ! ¡ que cansado va ! ¡ que floxos son estos diablos de gallegos ! ¡ que poca pesadumbre le da el hurto ! ¡ ya le pareçe que stá en el carro ! quiero picar y alcanzarle como que voy a la posta tras dél, que no se me puede ir ; él es ; él es ; todas las señas que el capitan dixo tiene ; ¡ loado sea Cristo ! ¿ Dónde bueno, gentil hombre ?

GALLEGO. — Mantengo uos Deos.

VELASQUILLO. — ¿ Es buen negocio hurtar la maleta que llevais á vuestro amo, y acogeros ? ¿ asi os pensabais desliçar, sin despediros dél ? — ¡ Que muerto se ha quedado ! ¡¡ que poco ánimo tiene un ladron quando le cogen con el hurto en las manos ! ¡ A ladre, ladre ! teneos, no paseis mas adelante que aqui viene el capitan. ¿ Conozeis este caballo, ganzua gallega ? Dad acá la maleta.

GALLEGO. — Beni le conozo ; mais ¿ que se o se vos le habedes furtado ? non vos las queiro dar ; venga el miño amo.

VELASQUILLO. — Peor stá que staba ; no sé que consejo tome. Si se la quito él ha de dar vozes y no ha de faltar gente de la que va por el camino, que un pastor, que algun pescador ; quiero ver si por bien se la puedo sacar engañándole. — Hora bien, señor

gallego ; yo quiero ser vuestro amigo y sacaros deste trabajo, venga la maleta que yo os doi la palabra de interçeder con vuestro amo que no os entregue á la justicia.

GALLEGO. — Non lo queiro façer ; venna el miño amo que o folgaré de voluérseila, que non teño tanta culpa como vos pensades; que un mozo, miño compañeiro, me engañó e fizo furtar, la maleta.

VELASQUILLO. — Y el dinero, ¿ que se hizo, señor galan ? llevóselo la camarada ?

GALLEGO. — Non señor, non me falta mais de tres reales que gastamos en un bogedon, é dos que le di para que traigese unos pasteles é fugime dél en tanto, é no me osé volver al mio amo.

VELASQUILLO. — Ea, ea, venga, digo, la maleta.

GALLEGO. — Otra vez vos digo que no vos la queiro dar.

VELASQUILLO. — ¡ Válgate el diablo por gallego ! no lleva remedio. Dios anda por aqui; no le quiero tentar. que un mochacho como este no podia saber tanto. Hora en fin, *de sabios es el mudar consejo ;* si yo se la quito hále de coger á él el capitan y io no puedo huir mucho sin que me conozca alguno y me coja la justicia ; mejor es hacer del ladron fiel con el capitan y volver á Azeca, y decirle lo que tenia pensado si me viera huir, y hazelle creer que le he hecho un buen gran seruicio ; y quizás con él contento, si me cree, me dará algunos escudos. Mas vale poco en paz que el Pyrú con mala conçiencia y peligro del cuerpo. Ea, señor galiçiano, volué el paso atrás hasta llegar á vuestro amo y entregarle eis la maleta, que en Azeca queda. ¡ Mal haya la casta puta que á Castilla os envió !

GALLEGO. — E iso yo lo faré de boa voluntade ; vamos.

CAPITAN. — ¿ Que se ha hecho Velasquillo ? ¡ Boto á Dios que no parece ! ¿ Yo no le dexé aquí junto á esta puerta ? quiero mirar si se ha desviado un poco ; no hay rastro dél. ¡ Dios es Dios, que se ha ido con el caballo, y á boca de tarde para caminar toda la noche ! ¿ Hay en el mundo tan tonto hombre como yo ni tan confiado ? ¿ no tengo de escarmentar en toda la vida ?

Quiero preguntar por él á este labrador, que viene por el camino. — Ola hermano, ¿ habeis topado por ese camino un mochacho desbarbado, sin capa, encima de un rozin ?

LABRADOR. — Si señor ; por ese camino adelante va preguntando por un hombre que va en una mula, de quien yo le dixe que le habia topado esta mañana, y por un gallego con una maleta, de quien tambien le di nueva que quedaba a[h]í cerca fuera del camino sentado, y el mozuelo apretó las piernas al caballo per alcanzarle, pero no sabré decir mas á Vm.

CAPITAN. — ¿ Iran muy lejos ?

LABRA. — No, señor.

CAPITAN. — Dios os guarde. No sé que consejo, me tome : si me detengo aqui hánseme de alejar estos ladroncillos, y si se aunan caminaran con el rozin toda la noche y no habrá remedio de alcanzarlos, y iran con el diablo rocin y manzanas ; seguillos á pié es trabajosa cossa para quien es tan mal peon como yo, y aun afrenta con tanto penacho y galas ir por este camino hecho guiton ; pero ¿ que se puede hacer ? *necesitas caret lege*, que quiere decir que, á la necedad no le vale la iglesia. Alto, no hay que hacer sino subir en una senda y picarla que *la buena diligencia es madre de buena ventura ;* quédense por ahora los negocios. Estos pícaros han de ir por este camino de Aranjuez ; no se me pueden perder. Dios lo guie todo como mas se sirua, y tenga por bien no castigarme como yo merezco ; quiero ir rezando el rosario de nuestra Señora por las ánimas del Purgatorio que [h]a años que me va bien con esta deuoçion en otras ocasiones, y io prometo de dar un escudo de limosna si alcanzo estos mochachos. Pero, ¿ que digo ? ó la vista me engaña ó es aquel mi caballo y Velasquillo el que viene ençima ; otro mochacho viene á pié ¿ qual seria si Velasquillo le hubiese visto pasar al gallego por el camino y hubiese ido tras él y le hubiese alcançado ? ¡ Viue Dios que es él y que mereze haçelle una estatua ! El de á pié es el gallego, que en el capotillo de sayal le conozco. Ya me han visto ; Velasquillo viene haciendo señas de alegria.

VELASQUILLO. — ¡ Albricias, albricias señor, que traigo á toda Galiçia conmigo ! Dios guarde à Vm., que no via la hora de llegar á Azeca, imaginando que Vm. andaria á buscarme con pesadumbre.

CAPITAN. — Con la maior del mundo ; pues ¿ Velasco como ha sido esto ? ¿ no fuera razon que me dixérais donde íbais, y no asustarme con vuestra partida sin saludarme ? y vos, gallego, traidor, latre, ¿ paréceos bien lo que habeis hecho ? por vida del Rey que os tengo de desollar como á Sant Bartholomé. ¡ Que cabizvajo stá el bellaco y que lloroso ! renegad de llorones ; no le faltaba sino ser capon.

VELASQUILLO. — No, sino detubiérame á buscar á Vm. en palacio, ó aguardara á que saliera y fuérase la ocasion de las manos. Io pregunté á un caminante que pasaba de largo si habia visto a esta pieza, y díxome que iba tan cerca de aquí que no quise detenerme ; lo mismo me dixo despues de partido un labrador. Avisar á Vm. antes de partime no lo pude hacer sin dexar el rozin sobre su palabra, que era muy peligroso en el campo y en palacio, donde andan mil ladroncillos tras la corte á carga perdida, como ellos dizen, y asi por no perder tiempo acordé de partir tras él. Dé Vm. gracias a Dios que no le faltan sino çinco reales, tres que gastó en un bodegon, y dos que dize que dió al camarada que andaba con él, con que le engañó y dió cantonada y se alçó con las moscras, quiero decir con la maleta, porque vea Vm. si sabe su quento ; por este se dixo *debajo del sayal hay al* : esto es lo que me ha contado : si dize verdad ó no, no lo sé ; él solo iba, si le falta mas dinero, yo no lo |h|e tomado, porque aunque le pedí la maleta no me la quiso entregar, ni yo tampoco tuve mucha codicia della por lo que |h|e dicho.

CAPITAN. — ¡Que contrito stá el ladron, que cazurro, que mala casta es esta galiciana ! Velasco, vos lo habeis hecho como hidalgo.

GALLE. — ¿Fidalgo, señor ? Por la mia vida que se o se la entregaira que vosa merçé non la veira mas en toda la sua vida,

que muytas vezes me la pidió para fugir con ela é con el cabalo. La sua merced me perdone, que por vida de miños padres, que aquel mi compañeiro fo la causa de furtar la maleta, porque me engañó como á mozuelo, é despues de partido dél non me atrebí á voluer á vosa merced.

Capitan. — ¡Que humillada stá la zorra gallega y que contrita con sus manos puercas! Pues ¡por vida del Rey! que os tengo de colgar de un arbol de estos con la maleta al pescuezo. Y vos, señor Velasco, no os compurgais bien de la retirada que hizísteis; mal me parece lo que dice el gallego, pero yo os quiero creer por haber vuelto; si no os viera voluer, por mi vida que era peor vuestro delicto que el del gallego, por ser vos de mas edad.

Velasquillo. — Espantado stoi de Vm. siendo hombre tan rompido y que tanto sabe de mundo crea a un vellacuelo como este. Si yo tuviera el ánimo que él dize ¿habia mas que quitalle la maleta á cozes y irme con ella, ó si no con el caballo? ¿quien me lo estorbaba? ¡Vive nuestro Señor, que gallegos que son peores que capones, y que si algun capon pudiera engendrar que creiera que toda la gente de Galicia descendia de capones.

Galle. — Boa esta la chancha; mas si yo uos entregaira la maleta, vos forais el verdadeiro galego é capon.

Capitan. — ¡Que fino es diablo del gallego! Velasco, ¿que os pareçe que hagamos del gallego? ¿ahorcarle hemos?

Velasquillo. — No señor; paréçeme que le capemos que es maior castigo y mas largo, porque ahorcándole dura poco la pena.

Capitan. — Bien dezis; atalde esas manos atrás.

Galle. — Señor, Señor, por las entrañas de Deos, que Vm. me mate é non me cape, que mais quiero morir aforcado que viuir capado; mais queria ser filio de un can que capoun.

Capitan. — Dejalde, dejalde, Velasco, que yo le perdono con condicion que no ha de hurtar más ¿prometéislo así, gallego?

Galle. — Si señor, si señor.

Capitan. — Pues desde [h]oi sois libre, y, aunque no lo mereçeis, tomá este real de á quatro con que teneis para haçer un maio-

razgo en Galicia ; y vos, señor Velasco, veis a[h]y un escudo para el camino, que cerca stais de Añover. Yo stoy determinado de irme solo ; cada uno tire por su parte.

VELASQUILLO. — Beso las manos de Vm. ; yo me voi en buen hora pues Vm. lo manda. ¿ Parece que todavia le dura la sospecha y que no se asegura de mí ? perdóneme Vm. la pesadumbre que le [h]e dado.

CAPITAN. — ¡ Por mi vida ! que yo no quedo con sospecha de vos, antes [h]e recibido gusto y prouecho de vuestra compañia. Y vos gallego ¿ adonde habeis de ir ?

[GALLE.] — Yo señor, non queiro ir por donde va ese mozuelo, no me quite los quatro reales. A la casa del Rey queiro volver á seruir algun cabaleiro.

CAPITAN. — En buen hora ; andad delante. Adios, Velasco.

VELASQUILLO. — Dios vaya con Vm.. No se deshaga Vm. de ese paje.

CAPITAN. — No tengais pena, no tropezaré dos veces en un mismo canto. Dios lo [h]a hecho bien conmigo ; quiero disponer en mis negoçios. Al Rey no hay poderle hablar aquí, pues no da audiençia ; en Toledo, adonde me diçen que irá mañana, le hablaré ; á mí me viene bien ; no quiero detenerme aquí, sino picar y voluerme esta noche á Toledo, que mucha gente va por el camino, y aunque lleg[u]e una hora ó dos de noche hallaré possada ; quiero picar, que aquí veo gente que va haçia allá ; bien será ir en camarada, así por la seguridad como por la conversaçión : juntarme quiero con esos que van á caballo vno tras otro ; ecclesiástico pareçe el delantero, estotro debe ser su criado ; quiero preguntarle quien es. — Loado sea Christo gentil hombre.

CRIADO. — Dios venga con Vm.

CAPITAN. — ¿ Adonde es la jornada ?

CRIADO. — Señor, á Toledo.

CAPITAN. — Todos vamos allá, y si no reçiben desgusto iremos en compañia.

Criado. — Yo, por lo que á mí toca, recibo merced por cierto, señor.

Capitan. — ¿Quien es el que va delante?

Criado. — Señor, cortesano es que va rezando sus [h]oras, y por eso me dixo que me viniese un poco atrás.

Capitan. — ¿Es músico?

Criado. — Si señor, y de los mejores de España; así tuviera él la condicion como la voz, que no hubiera tal hombre en el mundo.

Capitan. — Qué ¿capon es? en mal punto acá hechamos, y ¡juro á Dios! que con él que no dé yo paso; pero, mientras reza, vamos juntos y murmuraremos un poco de capones, que no los puedo tragar si no son asados ó coçidos.

Criado. — Con este á lo menos no pienso yo hacer año y dia; en llegando á Toledo le diré que busque quien le sirua, que da muy corta razión y gruñe mucho.

Capitan. — ¿Qué tanto, por mi vida?

Criado. — Treçe maravedis y dos libras de pan.

Capitan. — Esta es buena razion para un zernícalo ó gauilán. ¿Y salario?

Criado. — ¿Salario? no hay que tratar de eso. Díxome en Madrid que nunca le daba á sus criados, sino que siempre los recibia á merced; yo, por comer siquiera y por ver naypes, como dicen, entré a seruire en tanto que hallaba otro amo; offrecióse luego esta jornada y así no pude dejarle.

Capitan. — ¿El merced? la que se soltare de la ballesta. Y en la jornada ¿no anda mejor la bucòlica?

Criado. — No, sino muy peor, porque estos, como son desuergonzados y míseros, con quantos cortesanos andan con el Rey se hacen gorros; son chocantes, noueleros, aduladores, tiranos, y con esto cada dia son conuidados sin comer jamas á su costa, que aun quando no lo son todavia sobra algun relieue, aunque bien poco, y quando no es cossa que se puede guardar, que se puede conseruarse, como un jamon de tozino ó zezina no

hay que esperar nada; media pera le [h]a acontezido al que va delante guardar para cenar y comerse á mediodia la otra media.

CAPITAN. — Bien encarecido stá.

CRIADO. — No es encarecimiento, que otras poquedades tiene él maiores que esta; pero hablemos paso, que nos oira, que ya se ha parado y debe haber acabado de rezar. Lléguese Vm. á él y irse han en buena conuersaçion.

CAPITAN. — Eso no, ¡ juro á nuestro Señor! y adios, señor galan, que yo quiero picar; ni aun saludalle no pienso.

CAPON. — Loado sea Jessuchrysto; ¿para donde es el viaje?

CAPITAN. — Para donde me llevare el camino.

CAPON. — Todos uamos por él y podemos ir en compañia.

CAPITAN. — Más me quiero ir solo.

CAPON. — ¿Es inhumano Vm.?

CAPITAN. — Eso fuera asi si yo fuera capon.

CAPON. — Otros soldados he visto yo mas corteses.

CAPITAN. — Eso no puedo yo deçir de los capones.

CAPON. — Mucha descortesia es esa. ¿Conózeme ó sabe con quien habla?

CAPITAN. — Por la barba le conozco y esto vasta para mi; no quiero ir con él; ¿que quiere? ¿que descortesia es no querer su compañia, ó que obligacion tengo yo á acompañarlo? ¿quiere algo?

CAPON. — Bien pareçe que me ve sin espada, que si la truxera, aunque soi clerigo, le respondiera.

CAPITAN. — Tome la de su mozo, no quede por eso.

CAPON. — Vaya, uaya con Dios, que soi clérigo, que á no serlo *tomado se habia Joancho con su rozin*.

CAPITAN. — ¿Que Joancho ni que rozin? ¿que pudiera él hazer con sus piernas de unto sin sal?

CRIADO. — Señor soldado, suplico á Vm. se vaya su camino.

CAPITAN. — Ya yo me iba y aun mirarle no quise.

CRIADO. — Señor, este caballero gusta de irse solo; no hay que hablar mas en ello; vaya Vm. en hora buena.

Capon. — Vaya en la que quisiere.

Capitan. — Quede mucho en hora mala para él.

Capon. — ¿Por qué se ha endiablado este soldado conmigo? ¿que le dixisteis vos? ¿no veniais hablando en paz?

Criado. — Si señor, y muy cortesmente y con buena gracia, y me preguntó quien era Vm., y deseaba alcanzar á Vm. antes que le viese la barba, pero cuando vió que no la tenia preguntó si era Vm. capon y ió no se lo pude negar, ni entendí que importaba nada, pero el dixo que no queria ir con capones que era muy ruin gente.

Capon. — Mas ruin es él y vos tambien pues no le disteis una cuchillada.

Criado. — ¡Bueno es eso! ¿por treçe maravedis de raçion y dos libras de pan, quiere Vm. que me tome yo con un soldado desesperado? ¿Para qué llora Vm. por eso? ¿Que afrenta hizo á Vm. en no querer ir con Vm.?

Capon. — ¡Por vida del cielo, que en llegando á Toledo que me tengo de quejar dél al mismo Rey y hacelle hechar á galeras!

Criado. — ¿Para qué, señor? ¿porque le dixo capon á Vm.? Que no se ponga Vm. en eso, que no servirá de mas que de que se tome en rissa y fisga de Vm.

Capon. — ¿Rissa y fisga? no me quiere á mí tan poco el Rey nuestro señor como eso, quanto mas que debe ser algun salteador, y por juntarse con otros tales como él debe haberse apartado de nuestra campañia. ¡Mal haya quien anda sin arcabuz un paso fuera de su casa!

Criado. — Ya se ua meando el diablo.

Capon. — ¿Que deçis de mear?

Criado. — Digo, señor, que quizá el diablo del soldado, con todos sus fueros, se va meando de miedo de Vm. y Vm. piensa que le ha de saltear.

Capon. — A lo menos en vuestro esfuerço poco fiaré yo, pues mal me conoze; otros mas balientes [h]e yo hallanado.

Criado. — Si, si.

CAPON. — ¿ Que deçis ?

CRIADO. — Digo que sí, señor ¿ por que no ?

CAPON. — ¡ Piensan esos fanfarrones que él ánimo stá en las barbas !

CRIADO. — Y aun no piensan mal.

CAPON. — ¿ Como deçís ?

CRIADO. — Digo, señor, que piensan mal y se engañan.

CAPON. — ¡ Y cómo ! ; yo os prometo que conozí yo un soldado capado natural de Auila, tan baliente como le habia en Flandes y muy amigo mio ; y que aunque mi profesion no es la balentona, que con una espada y un broquel que no temiera yo al soldadillo de ciento en carga.

CRIADO. — Muy bien se [h]a parecido por cierto.

CAPON. — ¿ Que decís, que no os oigo bien ?

CRIADO. — Digo señor, que bien se le [h]a hechado de ver á Vm., pues sin armas le cargó de palabras.

CAPON. — Por vuestra vida, ¿ quedé satisfecho ?

CRIADO. — Digo señor, que sí, á mi parecer.

CAPON. — Con solo eso [h]e perdido el enojo ; pero porque no hay que fiar destos en caminos, paréceme que no uamos por el Real, hechemos por Azucheica ; no quiero mas encuentro con ese soldado, pues hemos salido bien de la gresca ¿ paréceos ?

CRIADO. — Paréceme de oro el consejo. No las lleva todas consigo.

CAPON. — ¿ Que decis. ?

CRIADO. — Digo, que no las debe llevar todas consigo el capitan á mi juizio; pero vamos por abajo.

CAPON. — Mejor es quitar ocasion.

CAPITAN. — ¡ Qual quedará el diablo del caponazo, que enberrinado vendrá ; no tenia yo en que entender sino en venirme á su paso entreteniéndole, y sacáramos de aquí posar juntos, y hecháraméne las cabras dél y de su mozo con chanzonetas ! Mejor es haber llegado con tiempo á Toledo ; *huesped con sol ha honor* ;

yo vengo un poco cansado, quiero irme á mi posada antigua; cenaré un bocado y pensaré mi caballo y acostarme [h]e, y mañana iré á ver á mi Teatino. Dios me ha librado del capón, que si viniera conmigo no me pudiera suceder cosa bien.

CAPON. — Ola ¿ que lugar es este? ¿ es Azucheica?

CRIADO. — Si señor.

CAPON. Ya es muy anochecido y forçosamente hemos de salir al camino Real, y quizá toparemos con el soldado. ¡ Dios nos libre de trahidores! mejor seria, si aqui hubiese possada, no pasar adelante hasta mañana.

CRIADO. — ¡ O, que de liebre [h]a comido el señor caponazo!

CAPON. — O ya que pasemos, desuiémonos del camino Real, que no podemos errar, por un sendero que va orilla el rio.

CRIADO. — Señor, no tengo por buen consejo ese; á toda lei camino Real; la noche obscura y es tarde, y quizá fuera de camino libraremos peor, que hay mil moriscos en esas casillas de campo, y ia Vm. lòs conoze.

CAPON. — Teneis razon; salgamos al camino Real y sacad esa espada de los tiros; venga lo que viniere ¿ vos no sois para deteneros un rato, si saliere el soldado.

CRIADO. — Señor, como viere; la espada, rato ha que la traigo fuera de los tiros; quanto á esperar haré lo que me conviniere, que tanto la llevo assi por huir mejor, quanto por esperar.

CAPON. — ¡ O hi de puta! ¡ que Roldan llevo yo conmigo!

CRIADO. — Tampoco creo yo que voi con don Reynaldos.

CAPON. — Dáme acá esa espada.

CRIADO. — Tómela Vm. y ríñaselo todo, que buena gracia tiene en eso.

CAPON. — ¿ Burláisos? pues vereis lo que pasa si se offreçe ocasion. Tened, no paseis adelante ¿ quien está aii? ¿ Quien va allá?

CRIADO. — Quien ha de ir, que es una cambronera.

CAPON. — Por Dios que pensé que era hombre parado. ¿ No lo parece ?

CRIADO. Muchísimo ; como una cambronera parece al soldado ; pero ¿ que se le cayó á Vm. aii, que no sé que sonó ?

CAPON. — La espada fué, que la fuí á desenuainar y no sé como se me deslizó. Tomadla vos allá, que clérigos no somos buenos para pendencias.

CRIADO. — No tenga Vm. pena, que debemos ir cerca.

CAPON. — ¡ Mi padre ! ¿ cerca ? en la peña vamos, el mas mal paso es del mundo ; teneos, veamos si oimos algo ; stad quedo.

CRIADO. — Que no hay nada, pique Vm.

CAPON. — Bien deçis, andemos ; ¿ que es eso que veo, es casa ?

CRIADO. — Si señor ; unas casillas de tablas son.

CAPON. — Ya, ya, no hay que temer; es el asserradero. En el primer meson que topáreis os meted, que vengo cansado, que mañana no faltará un amigo que nos hospede ; una noche, una noche es.

CRIADO. — Yo seguro que aiunamos á pan y agua.

CAPON. — ¿ Que decis ?

CRIADO. — Digo señor, que vamos tarde, que quiera Dios que hallemos pan y agua.

CAPON. — Vos possad como pudierdes, que yo no pienso çenar, que comí [h]oi mucho.

CRIADO. — No se le probará eso al criado.

CAPITAN. — ¡ O quien topara á esta hora con el capon en ese camino ! pero ya debe haver llegado que son las onze; quiérome acostar ; llévele el Diablo. Dios sea conmigo.

CAPON. — ¿ Hay possada en ese meson ?

CRIADO. — Si señor, todo recado hay de camas y cebada y paja para los mulos, pero no hay que çenar.

CAPON. — Para mi no es necesario ; vos aiuná una noche.

CRIADO. — Si el caponaço çenara á costa agena no tubiera ahito

de lo que comió; pero ¡como ha de ser! á su costa está harto hasta no mas.

Capon. — ¿Que decis? tenedme ese estribo y preguntad por el aposento, que me quiero acostar; dad acá ese candil.

Criado. — ¡Vive Dios! por no pagar la vela lo haze.

Capon. — ¿Que decís de vela?

Criado. — Digo señor, que el huesped nos dará una vela.

Capon. — No es menester, dejaos de autoridades; poné en recado esos mulos que bien veo acostarme.

Criado. — Lo mismo haré yo; ¡llévele el diablo á él y á ellos!

Confesor. — ¡Válame Dios, que larga es esta noche! harto stoy de dormir, pero no es de dia; no hay para que leuantarme. ¿Que habrá hecho Dios de mi amigo el capitan, fraile por dezir mejor? Buena nueua le traigo si vuelue, que su general dize que no le quiere recibir; sin dubda que él ha sacado executoria de hijo de algo. Mucho me pesaria que no voluiese.

Capon. — ¡Pareçe que amaneçe! ya entra la luz por la ventana; ya es de dia; quiero vestirme, que entretanto que doi de comer á mi caballo será bien de dia, y se hará hora de ver á mi teatino; quiero aderezar primero de almorçar.

Capon. — ¡O que mala posada [h]e tenido, que mala cama! chinches ó pulgas me han querido comer vivo esta noche. Ola, pagad la posada y cebada y vámonos.

Criado. — ¿Que se [h]a de dar de posada, y adonde hemos de ir sin almorçar ni haber cenado?

Capon. — De posada un real y medio. La ida ha de ser en casa de un amigo mio que possa en el lejio de los Infantes; allá almorçareis.

Criado. — ¡Eso sí, hechar la costa fuera! Señór ¿es el que fué nuestro huesped en Madrid?

Capon. — Ese es, que le pienso comer un lado, que no meto aguja donde ne saco reja.

Criado. — Señor, la posada se le hace poco á la huéspeda.

CAPON. — Sobra y resobra.

CRIADO. — Señor, mire Vm. que es afrenta y que dizen mil leyes de Vm.

CAPON. — Dejáos de vos de afrentas, yo stoy reñido con la honra ¿ que os va á vos en eso? que pueden deçir ? de caponazo arriba no habrá que dezir.

CRIADO. — Al pie de la letra.

CAPON. — Digan lo que quisieren, no le oiga yo, que en la paga me vengo. Dad acá esa mula, y, si no se contenta, pagalde conforme al aranzel.

CRIADO. – Démosle medio real más, aunque sea á mi quenta.

CAPON. — Eso como vos mandardes, hay stá vuestra raçion; de mi hacienda no hagais vos liberalidades.

CAPITAN. — Quiero ir á ver mi confesor que ya será [h]ora de hablarle. ¿ Si fuera Dios servido de darme ventura con estos mis frailes ? quiero entrar á rezar primero. ¡ Que aseados tienen los altares estos de la Compañia !

CONFESOR. — ¿ Quien es este que entra en la iglesia ? en verdad que es el capitan. ¡ Como me huelgo de verle! Sea Vm. muy bien venido.

CAPITAN. Vuestra paternidad muy bien hallado. ? Sta vuestra paternidad muy bueno, padre mio ?

CONFESOR. — A servicio de Vm. Salud hay, a Dios las gracias: ¿ como le ha hido á Vm. en el viaje ?

CAPITAN. — Señor, bien, pues alcancé al gallego y cobré mi dinero, que no le faltaba sino cinco reales.

CONFESOR. — ¡ Gran ventura ! pues verdaderamente, que aunque indigno, que [h]e tenido cuidado de encomendar á Dios á Vm. y á sus negocios.

CAPITAN. — En verdad señor, que me ha pareçido que se podia hacer un *alivio de caminantes* de mi jornada ; solo me fué mal en que no hablé al Rey ; pero aqui ha de venir [h]oi y mañana lo haré. Digame vuestra paternidad ¿ que tenemos de mis negocios ?

Confesor. — Señor, sus frailes de Vm. han mirado bien este negocio á mi pareçer y han determinado de no reçibirle en su órden, y para esto y para absolver yo á Vm. tengo licencia del general y una patente para que nadie le haga molestia, aunque yo mas quisiera que Vm. volviera al iugo, que, llevándole por Dios, es suaue.

Capitan. — Señor, por mi vida, que con la soldadesca ya me he hecho muy duro para doblarme. No soi ordenado sino de grados, y así, creo que Dios lo dispone todo como conuiene porque yo se lo [h]e supplicado.

Confesor. — En buena hora; entrémonos acá, absolverle [h]e y darle [h]e su patente.

Capitan. — Señor, todo eso creo que se [h]a hecho por la oraciones de vuestra paternidad; yo le [h]e dado mill pesadumbres; supplico á vuestra paternidad se sirva destos cinco escudos para libros.

Confesor. — ¡ Jessus. Jessus ! Señor, *munera tua suit tibi;* los verdaderos escudos son la alma de Vm. para mí y su saluación, en lo demás no hay que tratar.

Capitan. — Pues señor, sean para algunas misas siquiera.

Confesor. — No recibimos nosotros dineros por las misas; si nos hazen alguna limosna rogamos á Dios por quien nos la dá y á cada uno le cabe conforme á la buena obra que nos hace; pero eso allá lo dan al portero; yo no lo puedo recibir. Tome Vm. su patente y advierta que quanto al voto de castidad que queda obligado; quanto á lo demás con esa patente queda libre. Vm. [h]a cumplido con haber affrecido de volver á su religion si le quisieran reçibir y no hubiera otro remedio.

Capitan. Si no le hubiera volviera sin dubda, que mas quiero mi alma que mi gusto.

Confesor. — Ello se ha hecho bien.

Capitan. — Y mi amigo el capon, ¿ que dize á esto?.

Confesor. — Tan asentada tiene la injuria en el alma como el primero dia, y quando refiere lo que pasó entre Vm. y él, de

ninguna cossa haze tanto caso como que Vm. le repitiese que las mugeres le llamasen caponazo y vaynazos.

CAPITAN. — Sin dubda que lo sienten muchisimo eso, porque viniendo de Azeca me topó mi mala fortuna con uno muy reverendo y me conuidó con su compañia ayer, y porque no la açepté me quiso comer y me forçó á llamarle caponazo, que lo sintió en el alma.

CONFESOR. — Mejor es estorbarlo, por que ellos se afrentan mucho de que se lo llamen.

CAPITAN. — En tanto grado es verdad eso, que estando yo en Madrid un tiempo vendia un pregonero un arco turquesco en la plaza, y un moro embajador del Tarife llegóse á comprarle y dixo : — ¿Quanto quereis por ese arco? —. Respondió el pregonero : — Veinte reales —. Dixo el moro : — Catorce os daré por él —. Dixo el pregonero : — Por diez y ocho se lo daré á Vm. Si quereis catorçe, — dixo el moro — yo os lo daré y si no quédese. — Con esto íbase ; el pregonero quando vió que no volvia llamóle á voces diciendo : — Señor moro, tómelo Vm. —. Un hombre que staba junto dixo : No le llameis moro, en hora mala, que es embaxador . Entonces respondió el pregonero, que no se me olvidará en mi vida : No le llameis vos capon, ni gallego, que de que le digais moro no se enojará —. Pero ¿ que me manda vuestra paternitad en que le sirua, que le ocupo mucho ?

CONFESOR. — Con solo ese quento quedo muy bien pagado de la ocupación, que es extremado. Si yo valiese algo para el servicio de Vm. me hallará aquí muy á la mano.

CAPITAN. Vuestra paternidad vale mucho y io muy poco para seruir tanta merced. Dios pag|u|e á vuestra paternidad tanta merced.

CONFESOR. — Él vaya con Vm. y le guarde.

Finis operis.

COMPTES RENDUS

Julio Puyol. Vida y aventuras de don Tiburcio de Redín, soldado y capuchino (1597-1651). Madrid, Renacimiento, 1913, in-8, 188 pp. — 2 ptas.

Faut-il tenir rigueur à M. Julio Puyol d'avoir porté la cognée dans l'inextricable fourré de divagations philosophiques et morales, de données historiques ou fabuleuses dont le Père Aguiano entoure la pittoresque biographie de D. Tiburcio de Redin ? Nous ne le croyons pas et quiconque aura lu la courte préface de ce singulier petit volume ne pourra guère manifester une opinion opposée. La meilleure des raisons est que si cette histoire nous eût été donnée in-extenso, personne — ou presque — ne l'aurait lue. Publiée en 1704, elle ne présente plus pour le linguiste l'intérêt qui s'attache à d'autres ouvrages antérieurs de cette nature. La curiosité littéraire, d'autre part, défaille bien vite devant cette œuvre informe et illisible. Seul l'historien des mœurs devait y trouver son compte, mais au prix de quels baillements et de quelles migraines ! Grâces soient donc rendues à l'écrivain diligent et tenace qui a ramassé, en un récit alerte et rapide mais toujours fluide et cohérent, tous les traits piquants ou simplement curieux de ce *capharnaum*. Non que la vie intense et dangereuse — pour parler le langage du jour — de D. Tiburcio de Redin (né en 1597), vie interrompue par une brusque conversion, fût exceptionnelle au XVIe siècle et au commencement du XVIIe. Peu de périodes furent aussi abondamment pourvues de diables en passe de devenir ermites et d'ermites ayant dépouillé leur diablerie. Sans sortir de la littérature, les noms affluent sous la plume de ces hommes à l'existence tumultueuse et à la vieillesse morigénée et austère. Bien des auteurs de *comedias* ou de romans picaresques, en décrivant telle situation invraisemblable ou telle péripétie miraculeuse, faisaient appel à leur mémoire plutôt qu'à leur imagination. N'empêche que Tiburcio de Redin méritait l'honneur que lui a fait M. J. P. Parmi tous ces hommes rudement trempés, il se distingue par sa trempe spéciale. Sa manière est la manière forte. Soldat du roi d'Espagne sous les plumes et les panaches ou soldat de l'Église militante sous le froc de St. François, il a l'âme d'un chef, d'un conquérant, d'un meneur d'hommes. Toute autorité lui pèse, toute contrainte l'exaspère. Son outrecuidance est tellement

formidable qu'elle en deviendrait bouffonne si chez lui les actes ne suivaient pas les paroles. Les grands mots sont à peine lâchés que les grands coups d'épée ou de dague arrivent à la rescousse. Personne autant que lui n'a justifié cette définition de « gascon tragique » appliquée à l'Espagnol par Elisée Reclus. A lire certains traits on remonte involontairement aux temps épiques, on évoque la grande figure du Cid dominant, dans l'épisode bien connu, celle du pape lui-même lorsqu'on lit le dialogue suivant entre D. Tiburcio et Innocent X :

« — Beatísimo padre, yo soy un pecador de carácter altivo y soberbio ; asi es que si vuestra Santidad no me ayuda á ser humilde, me perderé sin remedio.

« — ¿ Tan altivo sois — contestó el Pontífice — ó lo decís por humildad ?

« — Soy tal — replicó vivamente Don Tiburcio — que la misma tiara de San Pedro no estará segura de mi soberbia en la dignísima cabeza de Vuestra Beatitud. »

Mais il faut croire qu'Innocent X était de meilleure composition que le bouillant pontife qui excommunia Ruy Diaz, ou plutôt qu'instruit par l'exemple il ne voulut pas se mettre dans le cas de se déjuger comme lui, car le digne P. Aguiano ajoute aussitôt que le pape fut très édifié et ne voulut plus contrarier ce diable d'homme.

Et toute l'œuvre n'est que le récit des manifestations de ce caractère follement altier et prodigieusement susceptible. D. Tiburcio avait d'ailleurs de qui tenir : sa mère Doña Isabel de Cruzat était si fière et si jalouse de son autorité que ses enfants la craignaient « plus que de nombreux escadrons ». Un trait délicieux la peint tout entière et éclaire du même coup la psychologie de sa race. Comme elle allait un jour rendre visite à la femme du vice-roi, la duègne qui l'annonça et qui connaissait sa morgue aristocratique, crut bien faire en rappelant la haute dignité dont était revêtu un de ses enfants et en annonçant à sa maîtresse la mère du Grand Prieur de Navarre. Piquée au vif, Doña Isabel lui tint ce petit discours : « Prenez garde, lui dit-elle, qu'il vous arrive jamais de transmettre de tels messages. Ma noblesse ne se suffit-elle pas à soi-même ? Qu'ai-je à faire de mon fils, lequel n'est connu que parce qu'il est mon fils et non pas moi parce que je suis sa mère ? »

Le Père Aguiano, pour la plus grande gloire de sa patrie et de son ordre, ne craint pas d'appuyer sur le panégyrique de son fougueux héros. M. J. P., avec un criterium très sûr, a remis les choses au point. Son style, saupoudré d'une indulgente ironie, prévient notre incrédulité en souscrivant à notre méfiance. C'est pourquoi ce petit livre, qui n'est pas sans remémorer celui de *La Monja Alférez*, a sa place marquée dans la bibliothèque des gens de goût.

H. Peseux-Richard.

CHAPTERS ON MAGIC IN SPANISH LITERATURE

Chapter I.

SCHOOLS OF MAGIC AT TOLEDO AND SALAMANCA.

I. THE RODERICK LEGEND AND THE CAVE AT TOLEDO.

The study of magic during the Middle Ages was regarded as a legitimate intellectual pursuit. It was even sometimes classed as one of the seven liberal arts. Petrus Alphonsus in his *Disciplina Clericalis* [1], after naming six of the arts says. « De septima diversae sunt plurimorum sententiae, quaenam sit, Philosophi qui prophetas non sectantur ajunt nigromantiam esse septimam. » In the *Pseudo-Turpin,* the seventh art is astrologia which has a daughter in nigromantia. « In aula regis depictus non fuit, quoniam libera ars minime habetur. Sciri enim libere potest, sed operari nisi daemonorum familiaritate nullatenus potest [2]. This subtle distinction between the study and the practise of magic seems to have been universal in the Middle Ages and it was probably responsible for the two classifications, white and black magic.

There were schools for the study of magic, where the great

1. VI, 7.

2. Chap. XXXI. *De septem artibus quas Karolus depingi fecit in palatio suo.* Cf. ed. F. Castets, Montpellier, 1880.

magicians were reputed to have learned their art, at Naples and Padua in Italy, at Orléans in France, but the most renowned of all were in Spain at Toledo, Seville, Cordova, and Salamanca. It is easy to understand why Spain should have been looked upon as a centre for the study of the black arts during the Middle Ages. There the Arabs and Jews kept the torch of learning aflame through the eleventh, twelfth, and thirteenth centuries, and since such sciences as mathematics, astrology, astronomy, and alchemy were closely associated with magic both black and white, Spain very naturally acquired this reputation. Toledo, Seville, and Cordova were the great seats of learning of Arabic Spain where magic was alleged to have been taught. Consequently when Salamanca became a famous seat of learning of Christian Spain, it was natural that this city too should be associated with the study of magic.

That Toledo was the most universally known of the three Arabic Spanish cities is shown by the fact that *ars* or *scientia toletana* were frequently used as terms for magic. The association of Toledo with magic dates from the twelfth century, when after the reconquest of the city, Christian, Moor, and Jew, under an enlightened rule, worked together there for the advancement of learning. At this period there flourished at Toledo a famous school of translators headed by Archbishop Raimundo to which flocked scholars from all parts of Europe [1]. Toledo became an academic centre and the schools of Cordova and Lucena were moved there. The books translated were mainly those of Greek, Arabic, and Hebrew writers. They dealt with metaphysics, astronomy, and mathematics.

The Jews were at this time deeply engaged with their cabalistic works, and their mystic signs and figures were popularly

1. Cf. V. Rose : *Ptolomaeus und die Schule von Toledo*, in *Hermes, Zeitschrift für Classische Philologie*, vol. VIII, 1874, p. 327.

regarded as belonging to the paraphernalia of magic. The Arabs had brought along with them from the East their traditions which had a strong magical flavor. Most of the magicians of the early Middle Ages were either Moslems or Jews; the Christian magician came later. Moreover the Arabs and Jews in Spain studied and wrote works on judiciary astrology, on the power of talismans and amulets, and on the interpretation of dreams. Menéndez y Pelayo speaks of a catalog which gives a list of 7700 books written by Moors and Jews on this last subject alone[1]. This number must have seemed prodigious to the mediaeval mind, but when we consider that the famous library of Al Hakem at Cordova is said to have contained 600.000 works, it is not unbelievable. Even assuming that these figures represent the padded lists of Arabic chroniclers, nevertheless the widespread learning manifested by Moors and Jews in Spain must have sent travelers away with wondrous tales which were soon exaggerated and embellished.

Archbishop Raimundo's principal translators were Juan Gundisalvo, and the Jew Juan Hispalense. The latter is credited with having translated many books on magical subjects, and was described as being « insigne en arte mágica y en ciencia astrológica[2] ». Among the books on magic written by the Arabs in Toledo at this period is a work entitled *Picatrix* ascribed to a certain Norbar and translated into Latin by command by Alfonso el Sabio[3]. The work is divided into four books. I. *De Caelo*, II. *De Figuris Caeli*, III. *De Propietatibus Planetarum*, IV. *De Propietatibus Spiritum*. This treatise gives an excellent insight into the close relations that existed between magic, astrology, meta-

1. *Historia de los Heterodoxos Españoles*, Madrid, 1880, vol. I, p. 574.
2. Menéndez y Pelayo: *Op. cit.*, vol. I, p. 576.
3. There are two extant versions of this work in the Bib. Nazionale at Florence, XX, 20 and 21. Cf. J. W. Brown: *Life and Legend of Michael Scot*, Edinburgh, 1897, chap. IX. p. 183.

physics, and alchemy. Mr. J. W. Brown tells us that the text deals mainly with explanations of reactions and their transformations or magical changes in three different regions of being[1]; (1) reactions among elemental spirits, (2) reactions of one kind of matter on another, as in alchemy. The second book is elaborated at great length. The influence of matter upon heavenly spirits is admitted, and Aristotle is often quoted. We have in this work a dissertation on what was known as white magic, but since it was written by an infidel and in Arabic characters it would of course become black magic in the popular eye.

The name Picatrix is especially interesting because it appears in Rabelais. Panurge tells Frère Jean about a « reverend père en diable, Picatris, recteur de la faculté diabologique » at Toledo[7]. Since the name Picatris is used by Rabelais to designate the head of a school of magic at Toledo, the book must have been known or its title at least connected with black magic at Toledo in his time.

Whenever a European scholar, desirous of adding to his stock of learning, went to Spain, he was immediately classed as a magician and dabbler in the black arts. Two famous examples are Gerbert, who subsequently became Pope Sylvester II., and Michael Scot. Gerbert suffered in after ages because of his great mathematical knowledge. He was far more advanced than his brother priests, and his sudden rise to power coupled with his profound learning earned for him the title of magician. The fact that he had been to Spain only served to reinforce this belief. There is no doubt that he visited Spain, but he made a very short stay there and probably did not get beyond Catalonia[2].

For the purposes of this study only the legendary matter concerning his sojourn in Spain interests us. William of Malms-

1. *Pantagruel*, I, III, 23.

2. Cf. A. Olleris: *Œuvres de Gerbert*, Paris, 1867; A. Graf: *Miti, Leggende, e Superstizioni del Medio Evo*, vol. II, chapter on Gerbert. Cf. also Menéndez y Pelayo: *Op. cit.*, vol. I, p. 575.

bury records that Gerbert fled from France to Spain in order to study astrology and the like arts with the Saracens [1]. Going to Seville he practised there divinations and incantations as was the custom among the Saracens [2]. He learned to interpret the songs and flights of birds, and became an expert in calling up the spirits from Hell. Our chronicler includes a fantastic tale of his adventures with a certain Moorish philosopher and magician at whose house he lived. He had learned a great deal from this sage, but there was much magic lore still unknown to him. This was contained in a rare book in the magician's possession. With the help of the old man's daughter, Gerbert succeeded in getting the magician intoxicated and while he slept stole the book and fled. When the Moor awoke he discovered his loss and knowing without the aid of any magic formula in the book where it was, set out in pursuit of Gerbert. But the thief had made an agreement with the devil, promising to surrender his soul if he might elude his pursuer. Thus he escaped the Moor and became the possessor of great magic secrets. The date of this story was about 1150, a century and a half after Gerbert's death, ample time for legends to have sprung up about him. Stories of devil pacts and marvelous magic books are common features of all legends dealing with men accused of dabbling with the black arts. Gerbert like many other magicians of the Middle Ages was said to have possessed a silver head endowed with prophetic powers [3].

Scot actually lived at Toledo while Raimundo's school was flourishing [4]. He made several translations from Aristotle and

1. *De Gestis Regum Anglorum*, II, 10.

2. Del Rio, in his *Disquisitionum Magicarum*, Libri Sex, Bk. VI, p. 219, tells the same story about Gerbert, substituting Toledo for Seville.

3. Graf: *Op. cit.*, vol. II, chap. I.

4. Cf. J. W. Brown: *Op. cit.* and Graf: *Op. cit.*, vol. II, chap. on Michael Scot.

Averroes both of whom were magicians in the Middle Ages. Whether or not these translations were made from the originals we do not know. At any rate, Scot must have had help from some Moor or Jew. Furthermore, he interested himself in astronomy and alchemy, and after leaving Spain became court astrologer to Frederic II. of Sicily. It is small wonder then that a mass of legends was woven about him in all countries of Europe.

According to popular tradition he became to Frederic what Merlin was to Arthur. None of Scot's contemporaries, Roger Bacon, Vincent of Beauvais, or Albertus Magnus, accuse him of being a magician, but in later times he was almost universally accepted as such. Dante brands him as a vulgar conjuror in the well known lines:

> « Quell' altro che ne' fianchi è cosi poco,
> Michele Scotto fu, che veramente
> Delle magiche frode, seppe il gioco [1]. »

Boccaccio calls him a « gran maestro di nigromanzia » [2], and Teofilo Folengo in his maccaronic poem, *De Gestis Baldi* [3], makes him a magician. In Sir Walter Scott's *Lay of the Last Minstrel*, this « wizard » has studied magic at Salamanca [4]. There his mighty book of magic lore is dug up from his grave as he himself had directed.

The tradition having spread that magic was studied at Toledo, it was natural that the site of the school should have been definitely located. Magic in all ages having been frowned upon by the ecclesiastical authorities, its study was assumed to have been conducted clandestinely. Therefor a cave was invented, not at all an unlikely place for the pursuit of a forbidden study. We

1. *Inferno*, XX, lines, 115-117.
2. *Decameron*, VIII, 9.
3. Canto, XVIII.
4. Canto, II, stanza, 13.

have classic traditions of the cave of the Sybil in the *Aeneid* and that of Trofonius in Beotia where oracles were questioned. Furthermore, since the study of black magic presupposed dealings with the devil who dwelt in the infernal regions, an underground school would seem entirely appropriate. The topographical situation of Toledo helped the legend of a cave. Built on a high bluff which contains many natural hollows, a site could be easily selected. Greater authority was given the tradition of a cave by gradually placing its foundation in more and more remote times, first in the Visigothic, then the Greek, and then even in the Phoenician period.

There is a well known legend still current in Spain to the effect that the downfall of Roderick the Goth was predicted to him by an inscription which he found in a famous magic cave at Toledo said to have been built by Hercules. In the contemporary Christian chronicle of the epoch, the anonymous *Epitoma Imperatorum* of 754, there is no mention whatever of this legend, which was treated in later times as sober history [1]. It would appear therefor that the legend was of Arabic origin, since we find it first in their records, and afterwards embellished by Christian writers of the fifteenth, sixteenth, and seventeenth centuries.

The earliest account comes from Ibn Habib, an Hispano-Arabic writer of the latter part of the eighth century who tells us that at Toledo Musa found a sacred house of Kings in which there were twenty-five crowns, each inscribed with the name of a Visigothic King. Near this house was another one furnished with twenty-four locks, one of which had been added by each successive king until Rodrigo came to the throne. Filled with curiosity to see what was within this bolted house, Roderick broke open the locks in spite of the warnings of the priests.

1. Cf. L. P. Tailhan: *L'Anonyme de Cordoue*, and Introduction.

Within he found a wooden coffer on which figures of Arabs were depicted. Close by was an inscription saying, « When this house will be opened and entered, a people whose figures and aspect resemble those here represented will invade this land, will overcome it, and conquer it [1] ». Ibn Kostadbeh (also Jordadbeh) who wrote about the middle of the ninth century tells substantially the same story, adding that in the house of the crowns the famous table of Solomon was found by Musa.

Ibn Alkutiya of the tenth century has a more plausible tale. The Gothic Kings used to keep in a certain palace the four gospels on which they took their coronation oaths. The palace was opened only on the death of a king, at which time his name was inscribed therein. In this version, after forcing the doors, Roderick finds wooden statues representing Arabs with the same prophetic inscription. In this simple story probably lies the germ of the fancifully elaborated tales which developed from it. As Eduardo de Saavedra says there no doubt existed at Toledo a basilica where each king deposited a votive crown, took his oath of office on a casket containing the gospels, and swore to respect the church treasures. Roderick running short of funds looted these treasures with the result that his downfall was afterwards ascribed to this sacrilege. Saavedra's explanation of the prophetic inscription is that it was most likely a papal bull excommunicating the person who should dare to violate the consecrated property of the church [2]. It is interesting to note in passing that at Guarrazar, a town about seven miles from Toledo, eleven votive Gothic crowns made of gold and precious stones were found in 1858 [3].

1. Cf. Juan Menéndez Pidal: *Leyendas del Ultimo Rey Godo*, Madrid, 1906, p. 11 ff. and René Basset : *La Maison Fermée de Tolède*, 1898.

2. *Estudio sobre la Invasión de los Arabes en España*, 1892, p. 40.

3. Cf. P. Madrazo's article on this discovery in *Monumentos Arquitectónicos* de España, vol. I, and M. A. S. Hume : *The Spanish People*, N. Y., 1906, p. 61.

Another version of our legend is told by Al Makkari and according to Basset was probably taken from Al Homaidi of the eleventh century[1]. The Greek kings of Andalus, fearing the invasions of the Berbers, constructed talismans to ward them off. One of these charms they placed in an urn in a palace at Toledo. As in other accounts, the kings of Spain kept adding locks which are eventually broken by Roderick who finds the urn containing the prophetic inscription[2]. Al Makkari recounts another tale of a palace built at Toledo by a certain wise king who placed in one of the rooms a magic amulet which should preserve the land from invasion. If the amulet should be destroyed, as it was by Roderick, the country would be invaded[3]. There is an Egyptian legend somewhat analagous to this one of a talisman which pointed in the direction of an invading army upon which this story is probably modelled[4]. Washington Irving uses the same motif in his *Legend of the Arabian Astrologer*. He places the talisman on the top of a tower. It is a mounted figure who levels his lance in the direction of an invading army.

Still another tale of a magic amulet is told by the prolific Al Makkari[5]. It is localized at Cadiz, but some of its details are used by later writers in the Toledo accounts. A certain Greek King of the island of Cadiz had a very beautiful daughter for whose hand two kings in Andalus were rivals. The father not wishing to offend either suitor hesitated to favor one. The princess who was as wise as she was beautiful suggested that they be asked to

1. *Op. cit.*, p. 9. Cf. also F. Pons Boigues : *Ensayo Bio-Bibliográfico sobre los Historiadores y Geógrafos Arabigo-Españoles*, Madrid, 1898, p. 164.

2. Pascual Gayangos : *History of the Mohammedan Dynasties of Spain*, London, 1840, vol. I, p. 259 ff.

3. Gayangos : *Op. cit.*, vol. I, p. 257.

4. René Basset, *Op. cit.*, p. 19.

5. Although Al Makkari belongs to the first part of the seventeenth century, he drew from Arabic sources of the period which we are discussing. For that reason I include his tales here.

perform tasks which the king sorely needed to have done. The one who succeeded best was to have the daughter. The King proposed this plan to the rivals who agreed to the terms. One was asked to construct a hydraulic machine which should bring water from Africa, and the other was to provide a talisman against the invasions of the Berbers. This talisman consisted of a tower seventy cubits high on the top of which was placed a statue made of copper and iron. In the extended right arm which pointed out to sea were held keys and a padlock. The attitude seemed to say. « No one may pass this way. » As long as this statue remained standing the magic spell retained its power and no ship of the Berbers could ever sail into the strait. The builder of the aqueduct finished his task first and won the princess. His unfortunate rival threw himself from the top of his own magic tower [1].

The talismanic tower of this story is doubtlessly one of the pillars of Hercules. In several thirteenth century Spanish accounts of the building of the pillars by Hercules at Cadiz there are very similar details. The *Crónica General* of 1289 says that Hercules « fizo y una torre muy grand, e puso ensomo una ymagen de cobre....e tenie en la mano diestra una gran llave en semeiante cuemo querie abrir puerta [2]. » In the *Estoria de los Godos*, a Spanish version of the *Historia Gothica* of Archbishop Rodrigo of Toledo which is mentioned as one of the sources of the *Crónica General*, we find the idea of magic power in connection with the pillars. « Hércules auie un estrument que era bueno contra el canto de las Serenas [3]. » In an old Spanish geography of the same century the statue is an « ydolo.....e tenie en su mano una llave [4]. » An

1. Gayangos : *Op. cit.*, vol. I, p. 259 ff.
2. Cf. ed. Menéndez Pidal, Madrid, 1906, p. 8.
3. *Doc. Ined. para la Historia de España*, vol. LXXXVIII, Madrid, 1887, p. 9.
4. In the *Boletin* of the Geographical Society of Madrid, 1879, appendix III.

interesting analogy is to be found in the *Pseudo-Turpin* where the tower at Cadiz becomes a magic idol built by Mohamet. The figure holds a key in the hand and, « ut ipsi Sarraceni aiunt », when this key should fall a king of Gaul would conquer the land [1].

In the so-called *Crónica del Moro Rasis*, incorporated in the *Crónica General* of 1344, there is a very elaborate account of the palace at Toledo, the first of a long series of fantastic descriptions recurring again and again in the works of Spanish chroniclers [2]. It was this account rather than that of the earlier *Crónica* that was used by later historians. According to this rendering, Hercules through his great astrological knowledge, foreseeing that Toledo was to become an important city, built a tower there so high that a stone thrown up from the ground could not reach the top. It stood upon four metal lions, and its exterior was of polychrome mosaic depicting various historical events. What the interior contained was a mystery, tradition had it that it was an « encantamiento ». Twelve men only, the guardians of the palace knew what Hercules had placed within. Their number was kept intact by filling vacancies caused by death. When Roderick looted this palace he found an interior of marvellous beauty. One hall was black, one white, one green, and one red. Not a nail or piece of wood was used in the construction of the whole building. It was formed entirely of mosaics, beautiful beyond the power of man to describe. It was a veritable palace of Aladdin's lamp.

1. Cf. ed. Castets, p. 8.

2. This chronicle is said to have been translated from a Portugese version of Gil Perez, now lost, which was in turn supposed to have been translated from the Arabic of Ahmed Ar-Razi an Arabic historian of the ninth century. Cf. R. Menéndez Pidal : *Crónicas Generales de España*, Madrid, 1898, p. 17 ff. for a reprint of this account. Cf. also Pascual Gayangos : *Memoria sobre la Autenticidad de la Crónica Determinada del Moro Rasis*, in *Memorias del Academia Real de la Historia*, vol. VIII, 1852.

This tower is nothing but a transplantation of one of the pillars of Hercules. The fact that it should be found as far north as Toledo need not surprise us. According to local traditions the Spanish peninsula is liberally supplied with pillars built by Hercules. They are even found as far north as La Coruña, at which place Hercules is said to have constructed a huge magic mirror on a tower in order to keep hostile ships off the coast [3].

It seems that the cult of Hercules had existed in Spain as late as the fifth century A. D. Many sigilla of this god have been discovered in the Iberian peninsula [2]. He has been identified with Melcarth, the astrologer and soothsayer god of the Phoenicians, who built a temple in his honor at Cadiz [3]. Through this confusion, Hercules himself became in time endowed with magical attributes. He was probably that wise king of the Greeks who constructed the talismanic tower at Cadiz mentioned by Arabic and early Spanish chroniclers.

In the development of the legend of Roderick, the prophetic inscription is first found in a simple house, then in a palace, and later in a tower associated with magic. In the *Atalaya de las Corónicas* of Alfonso Martínez de Toledo (1443) it was a « cueva » that Hercules built. Lying on a couch in this cave was a statue holding in its hand the same prophetic inscription which appeared in the other versions. It would appear as if the introduction of the magical element into these stories required a more secluded setting than that afforded by a structure on the surface of the earth. Hence the cave which was destined to play so important a part in Toledo's magic fame. The fact that Toledo had, long before this chronicler's day, been associated with the study

1. Cf. Lucian García del Real : *Tradiciones y Leyendas de España*, Barcelona, 1898, vol. IV, p. 36 ff.

2. Hübner : *Arqueología en España*, Barcelona, 1888, p. 265.

3. Altamira : *Historia de España*, vol. I, p. 69.

of magic may have influenced the author in substituting a cave for a palace.

Although this is the first mention of a cave in connection with the Roderick legends, it is by no means the first appearance of Toledo's cave. As early as the first *Crónica General* we learn about a certain King Rocas, a descendant of Hercules, who was so desirous of gaining knowledge that he left his kingdom and traveled in search of it over many lands. At length he came upon seventy pillars, thirty of brass and forty of marble upon which was written all learning. Rocas copied it all down in a book « por o adeuinaua muchas cosas de las que auien de seer, e fazie tan grandes marauillas que los que lo ueyen tenien que fazie miraglos. » At a spot where Toledo now stands « fallo y una cueua en ques metio o yazie un dragon muy grand...e fizo una torre sobraquella cueua [1]. » He lived in this cave for some time with a dragon and a bear. The tale of the book of knowledge and of Rocas' companions probably gave rise to the tradition that the language of animals could be learned at the cave of Toledo.

Another early reference to a cave is found in Rodrigo Yannes' *Crónica Rimada de Alfonso Oceno* of the first half of the fourteenth century.

« Merlin fabló d'Espanna
E dixo esta profeçia
En las couas de Ercóles
Abrán fuerte lid enplasada [2]. »

The next development of the Roderick legend definitely locates the cave. Blas Ortiz, a vicar general of Toledo who wrote about the middle of the sixteenth century, states that it was situated on the highest point of the city. He identifies it with

1. *Crónica General*, p. 12 and 13.
2. Cf. ed. Madrid, 1863, I, 1808 ff.

the « cueva de San Gines », the crypt of a church of the same name [1]. Pedro de Alcocer, a contemporary of Ortiz, says that a Greek, Ferecio by name, « un gran astrólogo y nigromante » lived in a cave with a dragon and taught the people to make sacrifices to the gods, especially to Hercules [2]. In Miguel de Luna's *Verdadera hystoria del rey Don Rodrigo* (1589), which he claimed was a translation from an Arabic chronicler [3], the stone statue of Hercules becomes a mighty figure of bronze striking the ground repeatedly with a battle axe [4]. This flight of fancy is an example of the heights to which the imagination of the Spanish chronicler of the time could rise.

According to Pedro de Rojas who declared that his knowledge was derived from historical documents and manuscripts, it was Tubal who founded the city of Tubaletum whence comes the modern Toledo, and it was he who built the cave there [5]. Hercules, who came later, merely enlarged it. The latter was « muy sabio en la magia.....y labró mucho en la Cueva que halló empezada donde leyô la magia algunos años. » The entrance to the cave is situated beneath the church of San Gines, and it runs under the city for more than three leagues. In one part of this vast cavern Hercules is said to have built the famous enchanted palace. The cave was used by the Romans as a sewer through which ran an underground river. Rojas goes on to cite Pedro de Salazar who tells of an exploration of the cave made by Cardinal Martínez y Siliceo. Salazar who rejects all stories of the study

1. Cf. *Descriptio Templi Toletani* in PP. Toledanos, Madrid, 1793, vol. III, appendix II, p. 376.

2. *Historia ó Descripción de la Imperial Cibdad de Toledo*, 1554.

3. Albucacem Tarif Abentarique, an author who doubtless belonged to the same Arabic literary school as his famous contemporary, Cide Hamete Benengeli.

4. Lope de Vega in his *Ultimo Godo* and Sir Walter Scott in his *Vision of Roderick* both use this version.

5. *Historia de Toledo*, 1654, Parte I, chap. XIII, p. 93 ff.

of magic in the cave, gives the following account of the expedition. The explorers « declararon con juramento que aviendo caminado como media legua entre Levante y Septetrion aunque á ellos les pareció que quatro leguas, por el trabajo con que yvan, toparon con unas estatuas, a su parecer de bronce, sobre una ara, y que cayó una de ellas con ruydo que los espantó. Passando adelante toparon con un golpe de agua, que no pudieron atrauesar, por no tener recado para ello, y causoles mucho miedo por la fuerça con que corria. Desde alli se bolvieron, penetrados de el frio y de la humedad, y enfermaron, y murieron quasi todos [1] ». This expedition Salazar says took place in the year 1546. In the same year the cave was closed up by order of Martínez y Siliceo.

Embellishment after embellishment is added to the original legend by contemporary and later writers. The palace, the tower, and the cave, sometimes all three combined are found in their accounts. Gorgeously decorated rooms, fabulous treasures, famous books of magic are minutely described. Inscriptions are multiplied, over the entrance gate, on the statue inside, on the walls, on the locks, in the chest. They are written in Arabic, Hebrew, Greek, and Latin. Solomon's precious table assumes talismanic powers, magic mirrors are found, flasks are discovered containing Moors' heads. Imprisoned imps jump out from boxes, eagles swoop down upon the tower carrying blazing brands to set it on fire when Roderick leaves. Never is the imagination of these writers exhausted. Their stories are worthy of being included in the *Thousand and One Nights*. Sober historians of Toledo narrate these wild tales as authentic facts [2]. Even Mariana leaves

1. In the *Crónica de el Gran Cardenal de España, Don Pedro Gonçalez de Mendoça*, Toledo, 1625, p. 4.

2. José Joaquín de Mora satirizes these pseudo-historians in his poem, *Don Opas*, canto 59, London, 1840.

it to the reader's judgement to decide whether or not the accounts are false [1].

That the Roderick legend was popularly known in early times in Spain is attested by two ballads which tell the story in its simplest form. One speaks of the « casa de Hércules. »

« Vino gente de Toledo
por le haber de suplicar
que á la antigua casa de Hércules
quisiese un candado echar... [2] »

Another mentions the « torre de Hércules. »

« En Toledo está Rodrigo,
al comienzo del reinado
vinole gran voluntad
de ver lo que está cerrado
en la torre que está allí,
antigua de muchos años.
En esta torre los reyes
cada uno echó un candado
porque lo mandó así
Hércules el afamado [3]. »

In all its variations the story of the cave at Toledo still remains one of the most widespread legends in Spain. According to Olavarria y Huarte tales of the palace and cave of Hercules are told in Toledo to-day [4]. One popular legend has it that the palace fell with a crash after Roderick's sacrilegious violation, leaving nothing but a black abyss inhabited by supernatural beings. It was in a gloomy spot, half a league from the city, a site differing entirely from that of most of the other legends which placed the entrance

1. Cf. *Biblioteca de Autores Españoles,* vols. 30 and 31.
2. Durán : *Romancero General,* No 583, anonymous.
3. *Ibid.*, No. 584, from Lorenzo de Sepulveda's collection.
4. *Tradiciones de Toledo*, Madrid, 1880, p. 29 ff. and p. 121 ff.

to the cave in the heart of Toledo underneath the church of San Ginés. As soon as night fell, strange lugubrious noises could be heard issuing from the abyss. Mingled with these sounds were the echoes of gigantic hammers beating upon an anvil, the neighing of horses, the shrill cries of birds, the hissing of serpents. Intermittently human voices shrieked. The sounds ceased at dawn. At the bottom of this terrible chasm gleamed a radiant light. The fabulous treasures which the avaricious Roderick failed to get were still there guarded by the spirits of the cave who in spite of their forbidding surroundings were kind and gentle. The man who could acquire the magic knowledge secreted in the cave would become omniscent, for there he might learn the speech of birds, the power to dominate wind and sea and all the forces of nature. Wanderers who strayed into the district about the cave, « el recinto encantado », and slept within its boundaries would awaken with their pockets filled with gold and precious stones. Those who ventured too near the chasm would be lost forever.

In addition to the two sites mentioned, there is a third which is still pointed out to travelers in the old Jewish quarter of Toledo. Here Enrique de Villena who has a reputation as a master magician in Spain practised his art. Feijoo says that a friend of his who lived in Toledo told him that some ruined houses were still standing in that city in whose subterranean rooms Villena formerly taught magic [1]. The flimsy source of this legend lies in the fact that the property had once belonged to the Villena family. It is not certain that Villena ever lived there at all. The combination of the name Villena and the city of Toledo was too strong, however to combat popular tradition.

In 1851 a society was formed to explore the opening which had been closed up by Siliceo. Olavarria y Huarte quoting their

1. In *Teatro Crítico,* vol. VII. Cf. *Bib. Aut. Esp.*, vol. LVI, p. 374 ff.

report says that they cleared a place « de 50 piés de largo por 30 de ancho, en el que se alzan tres grandiosos arcos de buena piedra silleria y dos muros de lo mismo á los costados de estos, sosteniendo dos fuertísimas bóvedas, de construcción evidentemente romana [1]. » Their researches ended there, for they reached live rock and could penetrate no farther.

There have been many conjectures as to the origin of this cave legend. Menéndez y Pelayo among others attributes it to the existence of two famous water clocks built by the Arabs at Toledo, and operating cisterns with subterranean connections [2]. Others assert that the cave was originally a Roman sewer [3]. Amador de los Ríos offers the most plausible explanation. According to him the cave was nothing but the crypt of an old Roman temple [4]. Whatever may have been its origin, the whole idea of a cave seems to have been a fabrication of Spanish chroniclers. It was grafted on to the Arabic legend of Roderick with the spread of Toledo's reputation as a centre of magic studies.

2. MAGICIANS AT TOLEDO.

The first two magicians credited with having studied their art at Toledo are, as has been shown Rocas and Hercules, mythical characters. Michael Scot and Gerbert, both branded as magicians, were historical personages known to have studied in Spain, the former at Toledo itself. Following in their steps, the famous magicians of Europe go to Spain, most of them to Toledo. It is a

1. *Op. cit.*, p. 300 ff.

2. *Op. cit.*, vol. I, p. 580. Al Makkari gives a full account of the mechanism of these cisterns, in Gayangos : *Op. cit.*, vol. I, p. 82.

3. Pedro de Rojas : *Op. cit.*, Parte I, chap. XIII.

4. *Artes Mágicas en el Suelo Ibérico* in *Revista de España*, vol. XVII and XVIII.

curious fact that the earliest records of magicians studying at Toledo are to be found not in Spanish literature but in that of Germany and France.

Caesar von Haisterbach of the early part of the thirteenth century, who is so fond of telling stories of the devil and the black arts, places two tales of students of magic at Toledo. In one, two Swabian students pursuing the « arte nigromantica » in that city, ask the professor for a demonstration of his powers. They are taken to a field and commanded to form a circle with a strict injunction not to break it. The professor then invokes the « daemones » with incantations. The spirits immediately appear and try to force the students out of the circle, first by pricking them with swords, and then assuming the forms of beautiful alluring maidens. One unlucky youth, seduced by the charms of a fair siren is captured and led away by the demons. Thereupon the students make a great clamor and threaten to kill the teacher unless their comrade is returned to them forthwith. The « princeps daemonorum » is summoned and assures the students that their friend will not be harmed, but that having disobeyed his teacher, he should be punished. The professor insists however that his pupil be restored to him at once. The prince of the demons then calls upon « Olivere quendam daemonem » to decide the matter. Olivere advises his chief to give up the student. This is done and the beguiled youth comes back « macer et pallidus » The call was a very close one ; the chastened pupil will take no more chances in this world of temptation and enters a monastery — the usual dénouement in Haisterbach's tales [1].

In the second story there are two men who in their youth pursued the black arts « apud Toletum ». They had agreed that he who died first should return and give an account of his experiences beyond the grave. One of them having died, his spirit

1. *Dialogus Miraculorum*, ed. Strange, I, 33.

appears to his friend announcing that because of his connection with the forbidden arts, he has been eternally damned. He beseeches the friend to abjure necromancy and save his soul. Profiting by this warning of the doomed spirit, the living sinner follows the advice and becomes a monk [1].

In addition to Haisterbach's stories, there are two other German thirteenth century references to Toledo as a magic centre. One is found in the poem *Die Gute Frau.*

« Diu selbe vrouwe bî ir het
Einen Meister von Tôlet
Der von Nigromanzîe las
Und des Listes gar ein Meister was [2]. »

The other is in the *Biterolf und Dietlieb* whose hero, Biterolf, is a Spanish king with his capital at Toledo.

« In der houbetstat dâ er saz :
Tôlêt was diu genant,
dar inne dienten im diu lant.
ein berc lit nâhen dâ bî
dâ der list nigrômanzi
von êrste wart erfunden,
den man bî unsern stunden
noch vaste üebet und liset [3] : »

The literature of the thirteenth century in France also knows of Toledo's fame. Helinandus, a Latin chronicler of the early part of this century, writes, « Ecce quaerunt clerici Parisius artes liberales, Aurelianis auctores, Bononiae codices, Salerni pyxides, Toleti daemones, et nusquam mores [4]. » Renard learned his craft at this school at Toledo.

1. *Ibid.* V. 4.
2. Cf. M. Haupt : *Zeitschrift für deutsches Alterthum*, Leipzig, 1842, vol. II, p. 463.
3. Oscar Jänicke : *Deutsches Heldenbuch*, p. 2, l. 73 ff. Cf. also Knust's ed. of the *Conde Lucanor*, notes, p. 327.
4. Cf. Tissier : *Biblioteca Cisterc*, vol. VII, p. 257.

« ..... A Toulete en est venus
Où il refu moult bien conus,
Car autrefois i eut esté
Tout un ivier et un esté.
Apris avoit del nigremance,
Onques ne fu clerc qui en France
Séust tant des enchantemens,
D'apresté et d'esperimens [1]. »

Rutebeuf, in his fabliau, *La Bataille des Sept Arts*, an imaginary discussion between the liberal arts of the Universities of Paris and Orléans, speaking of a certain doctor says :

« De Toulete vint et Naples,
Qui des batailles sont les chapes,
A une nuit de Nigremance ;
Qui lor dist bien lor mésestance [2]. »

Here we find Naples rivalling Toledo as a centre of the magic arts, a reputation which it gained in connection with the Vergilian legends. It must be remembered also that the French, during the Middle Ages, placed Naples in the Iberian peninsula [3].

Rutebeuf's contemporary, Gauthier de Coinsi, after describing the death of Sainte Léocade of Toledo, exclaims :

«Ençois fevriers devenra mais
Que Tolete la r'aient mais :
Ja por tote lor nigremance
Ne la r'aront bien la lor mant ce [4]. »

---

1. *Renart le nouvel*, in ed. Méon of the *Roman du Renart*, vol. IV, l. 2949 ff.

2. Ed. A. Jubinal : *Œuvres complètes de Rutebeuf*, Paris, 1875, vol. III, p. 335. Cf. also Legrande d'Aussy : *Notices des Mss. français de la Bib. Nat.*, p. 496.

3. Cf. *Maugis d'Aigremont*, ed. Castets, p. 335 note.

4. *De sainte Léocade*, in E. de Barbazon, *Fabliaux et Contes*, Paris, 1808, vol. I. p. 336.

Francisque Michel mentions an anonymous poem at the end of one of his manuscripts of the *Roman de la Rose* in which he finds the following lines :

« Et il est cornart et deceu
Qui de tail créance est meu.
Jà n'ert par les arz de Tolete
Fine amour quise ne parfete [1]. »

There is no doubt that the « ars de Tolete » was equivalent to « ars toletana. » The expression « jouer les arts de Tolède » seems to have been a common French term for conjuror's passes and sleight of hand tricks, developing later the significance of deception of any kind. The following couplet from Gaidoz et Sebillot's *Blason Populaire de la France* is an illustration :

« Il fait d'un coq une poulette
Il joue les arts de Toulète [2]. »

One of the exciting romances of mediaeval France is that of the magician and free lance, Eustache le Moine, the history of whose exploits also falls in the thirteenth century. Eustache is described as « Illuecques noirs moignes.....ke de Toulète revint, où il ot apris nigremanche [3] ». There his professor of magic was the devil himself.

« Il avoit à Toulète esté
Tout .j. ivier et un esté
Aval sous terre en .j. abisme
Où parloit au malfé méisme,
Qui li aprist l'enghien et l'art
Qui tout le mont dechoit et art.
Il aprist mil conjuremens,
Mil caraudes, mil esperimens [4].

1. Ed. of *Eustache le Moine*, Paris, 1834, p. 86 ff. notes.
2. p. 349.
3. *Roman d'Eustache Le Moine*, ed. Michel, l. 5-8.
4. l. 11-18.

One of his companions « un viex barbés... à Toulete ot .XX. ans més...[1] ».

As far as I have been able to determine, this is the first record of a magician studying the black arts at Toledo in a cave, for so the phrase « aval sous terre en .j. abisme » must be interpreted. Michel dates this romance between 1221 and 1284. This is also the first appearance of the devil as professor of magic at Toledo. It was a common belief in the Middle Ages that all magicians derived their knowledge of the black arts from the Prince of Darkness, and the closer their relations with the devil the greater their proficiency. The price paid for such teaching was popularly supposed to have been the soul of the student.

In a chanson de geste entitled *Maugis d'Aigremont*, of the latter part of the thirteenth or first part of the fourteenth century, the hero, Maugis, is likewise a brigand magician of the Eustache type. He first appears in the *Quatre Fils Aymon*[2] as a cousin to the four brothers, and is called a « larrons ». The first suggestion of his magic powers is found in the *Renaud de Montauban*. In the *Maugis d'Aigremont*[3] the author further develops the magic powers of Maugis in describing his youthful adventures[4]. Oriande, « la fée, » and her fairy attendants have charge of the early training of the hero. Her brother Baudris, an alumnus of Toledo's school, gives Maugis his first lessons in magic. In this chanson Toledo rises to the dignity of a centre of universal learning where all the arts including magic may be studied. Baudris

1. l. 101-102.

2. Cf. ed. P. Tarbé, Rheims, 1861.

3. Cf. ed. Castets, Montpellier, 1893 and *Recherches sur les Chansons de Geste*, Paris, 1887, for a discussion of this work by the same author.

4. On the name Maugis, Italian *Malgigi*, connected with the Germanic *Madalger*, son of a queen of the dwarfs, cf. P. Rajna : *Le Origini dell' Epopea Francese*, p. 434 ff.

« Moult fu bien des .VII. arz entroduiz et apris,
Il ot plus de .C. anz, si fu vi(e)lz et floriz [1]. »

That magic was included in these seven arts is shown later when Maugis speaking of the « art de l'ingromance », says :

« ..... Bien ait Baudri, mon bon mestre sachant,
Qui cest art me mostra a Toleite la grant [2]. »

Espiet, the dwarf « folet », Maugis' close friend and helper, is likewise a magician.

« Onques mes hon ne vit ausi fort souditor
Ne de l'art d'ingromance nul tel enchanteor [3]. »

Espiet himself tells Charlemagne in another passage :

« Je sui nes de Tolete, filz d'un tresgeteor [4],
(Il ne fu si bon mestre) jusqu'en Ynde major,
De son mestier m'aprist et de ses geuz pluisor,
Tant en sai que vos onques ne veïstes meillor [5]... »

Just as Oriande is telling Maugis that she is not his mother, but that he is the son of « Bues li sire d'Aigremont », there suddenly arrives a messenger from « Toleite le grant ».

« ..... si salua Baudri,
Puis li a dit : « Biaus sire, entendez a mes diz.
Li sages Goliaz, (Anfares et (Lan)dris
Vos mandent qu'a Tolete soiez ainz .XV. diz,
Car trove ont soz terre en .I. celier (voltiz)
.I. livre merveilloz qui moult est de haut pris
Que li (sage Ypocras i ot repost et mis) [6]. »

1. l. 634 ff.
2. l. 9019 ff.
3. l. 2130 ff.
4. Variant gives *encanteour*
5. l. 5622 ff.
6. l. 1899 ff.

Maugis accompanied by Baudris and Espiet reaches Toledo after many adventures.

> « A joie les reçurent li haut mestre honore,
> Moult i ot despendu avoir et richete.
> A Tolete la grant ont longuement este,
> Por apenre Maugis se sont tuit moult pene
> Tant qu'il fu des .VII. arz apris et doctrinez.
> Mestres Maugis estoit a Tolete apellez,
> Des autres mestres fu tenez li plus senez.
> Rien ne veïst ja fere, ce est la veritez,
> Einçoiz ne fust l'afere mestre Maugis conte,
> Et, s'il alast encontre, ja puis n'en fust parle [1]. »

I have no explanation to offer as to who the three sages, Goliaz, Anfares, and Landris might be. They were probably Arabs since Toledo was considered a Moorish city at the time these events transpired in the author's imagination. The « livre merveilloz » of Hippocrates is another example of the tendency in the Middle Ages to associate all learning and learned men regardless of their epoch with Toledo. Hippocrates was but a name, a by-word in medical lore, and since the Arabs in Spain were the great physicians of the time, it is not surprising to find his name connected with Toledo. The book is one of that great library of magical works attributed to scholars and writers of antiquity and preserved for the guidance of future generations. The words « soz terre en .I. celier » suggest a subterranean study. In a sixteenth century prose version of the early *Maugis d'Aigremont*, the magician during his visit to Toledo was recognized as having become so proficient in his art that he was made a member of the faculty, « on le laissoit en chaise [2] ». We search in vain in the chanson for further mention of this marvelous book when

1. l. 2539 ff.

2. *Les deux très-plaisantes Hystoires de Guerin de Montglave et de Maugist d'Aigremont*, Paris, 1518, feuillet LXI.

Maugis and his companions reach Toledo, but the author, carried away by his interest in the principal character, has completely forgotten it.

Although in France and Germany the literary possibilities of the legends centering about Toledo's magic fame were recognized as early as the thirteenth century, it was not until the fourteenth century that the legends make their appearance in the literature of Spain. In Juan Manuel's story of Don Yllan and the Dean of Sanctiago, one of the best examples of early Spanish narrative, Toledo's cave figures as an underground study where magic is taught. The dean « avia muy grant talante de saber el arte de la nigromancia. Et oyo dezir que don Yllan de Toledo sabia ende mas que ninguno que fuese en aquella sazon. Et porende vinose para Toledo para aprender de aquella sciencia [1] ». Don Yllan is loth to teach him an art through which he might achieve great distinction and afterwards forget his benefactor. The dean protests that he will never be ungrateful, and the magician finally consents to receive him as a pupil. He is asked to descend a stone stairway which leads into a passage that seems to run beneath the Tagus. At length he reaches a room filled with many books, Don Yllan's study. To put the dean to the test, the magician gives him the illusion that he is passing through many years of his life, during which he is successively raised in ecclesiastical dignity until he reaches the topmost point, the papacy. Yllan was confident that the dean would show himself ungrateful in his supposed elevated position, and the experiment proved it [2].

The underground room is not referred to as a cave, it seems to be rather a private study where our magician wished to work

1. *Conde Lucanor, Exemplo XI, De lo que contescio a un dean de Sanctiago con don Yllan, el gran maestro de Toledo.* Cf. ed. H. Knust, Leipzig, 1900.

2. Cf. a similar apologue told in the *Novellino*, 21, and another in the *Paradiso degli Alberti* told by Michael Scot.

his arts clandestinely. Amador de los Ríos says that the name Yllan was well known in Toledo in the twelfth and thirteenth centuries, and that the family was associated in popular tradition with the practice of magic[1]. Gamero, an historian of Toledo, however, in a letter to Knust in which he speaks of this family, writes, « en ningún documento ni aun aparece en las obras que incidental ó directamente se han ocupado de la nigromancia[2] ». The connection, therefor of this family with the study of magic probably had no basis in fact.

This tale of Manuel furnishes the nucleus of one of Ruiz de Alarcón's plays, *La Prueba de las Promesas*. He himself acknowledges his source in the last lines :

> « Esta verdadera historia
> Senado ilustre y discreto
> Cuenta el conde Lucanor
> De un mágico de Toledo[3]. »

Nothing is added in this play which might give any further clue to the identity of Don Yllan or to the location of his magic study. The action takes place in Yllan's « estudio », there being no intimation that it is underground. In the actual space of time that it took to saddle a horse, Juan, one of the characters, is raised step by step from a simple gentleman to a grandee, and instead of rewarding his benefactor he heaps indignities upon him. As in the *Conde Lucanor* he fails in the « Proof of his Promises ». It is not probable that Alarcón connected the legend of the cave of Hercules with the apologue of Juan Manuel. At the time Alarcón wrote, Salamanca and not Toledo was regarded as

1. *Historia Crítica de la Literatura Española*, vol. IV, p. 280, note.
2. Knust ed. of the *Conde Lucanor*, notes, p. 325.
3. Cf. *Comedias de Alarcón* in *Bib. Aut. Esp.*, vol. XX. The date of the play is about 1620.

the centre of magic in Spain. The very title of his play, *La Cueva de Salamanca,* corroborates this opinion.

Virgil, the resuscitated magician of the Middle Ages, also studied at Toledo. Among other accounts, the *Faictz Merveilleux de Virgille* tells us that he « s'en estoit allé a tollette pour apprendre, car il apprenoit trop volontiers et moult fut sage des ars de nigromence ». The Virgil of Cordova transformed into an Arabic philosopher interests us here. In the Biblioteca Toletana, Martin Sarmiento (1695-1772) unearthed a manuscript dated 1290 ending with the following statement [1]. « Istum librum composuit Virgilius Philosophus Cordubensis in Arabico, et fuit translatus de Arabico in latinum in civitate Toletana [2] » Both the date and the origin of this document have been questioned. Sarmiento, quoted by Feijoo, says that it was written a century later [3]. Menéndez y Pelayo also puts it in the last half of the fourteenth century [4]. The work no doubt belongs to that long series of fictitious translations from the Arabic in Spain. The pretended translator probably knew no Arabic as his Arabic names are impossible. His Latin is barbaric.

The author begins by enumerating the various philosophers at Toledo who had come from all parts of Europe to study there. They were in the habit of discussing the most difficult problems, but on one occassion they arrived at a question which they could not solve. They turned for assistance to Virgil of Cordova, « magistrum scientiae quae vocatur apud nos refulgentia, apud alios dicitur nigromantia. » They invited him to Toledo but he

1. Feijoo: *Op. cit.*, in *Bib. Aut. Esp.*, vol. LVI, p. 374 ff.

2. Published by Gotthilf Heine in his *Biblioteca Anecdotorum*, Lipsiae, 1848, Pars I, p. 211 ff. I have been unable to find a copy of this book in the United States; furthermore it is out of print. My knowledge of the work is derived from extracts given by Feijoo in the article cited above, from Menéndez y Pelayo, and from Comparetti's *Virgilio Nel Medio Evo*, vol. II, p. 95 ff.

3. *Op. cit.*, p. 379.

4. *Op. cit.*, vol. I, p. 579.

bade them come to Cordova instead. This they did, and at their instigation Virgil composed the masterwork in question in the first person. The book dealt with the science of « refulgentia » which had been revealed to the author by spirits. This science is not a vulgar study, only the chosen philosophers, those without sin, understand this « ars et scientia sancta » which was revealed by the good angels to Solomon. He enclosed all the evil spirits in a bottle, but one in making his escape was lamed. The *City of Brass* of the *Thousand and One Nights*, Guevara's *Diablo Cojuelo*, and the many tales of bottled imps are variations of this same legend. Our author goes on to say that Aristotle accompanying Alexander to Jerusalem found there Solomon's lost *Book of Wisdom* in which this King learned the art of summoning spirits and questioning them. Through Aristotle this art was passed on to later philosophers. The writer goes on to name the philosophers and astrologers who studied with him at Cordova and Toledo. His list is a mixture of absurdly sounding names and actual historical characters thrown in pell-mell regardless of chronology. Among them are for instance, Calafataf, Gilibertus, and Aladanfanc at Toledo ; at Cordova Seneca, Avicena, Averroes, « et nos Virgilius », the modest author.

Although the accounts of the spirits and the lost book of Solomon have an Arabic flavor, they are not necessarily of Arabic origin, but may have come from some aljamía source, Jewish or Arabic. They certainly have many of the characteristics found in that mongrel literature. Sarmiento identifies the « refulgentia » with the Cabala [1]. Whoever the author was, it is very evident, as Menéndez y Pelayo aptly says, that he « decía bernadinas [2] ».

The first Italian reference to Toledo's school comes in the fifteenth century. In Pulci's *Morgante*, we have perhaps the most

1. *Memorias para la Historia de la Poesia y Poetas Españoles*, p. 79.
2. *Op. cit.*, vol. I, p. 579.

frequently quoted passage referring to the study of magic at Toledo. In Canto XXV, the author, speaking of a certain « negromante sendo in Tolleto, » says :

« Questa città di Tolleto solea
Tenere studio di negromanzia :
Quivi di magica arte si leggea
Pubblicamente e di piromanzia :
E molti geomanti sempre avea,
E sperimenti assai d'idromanzia,
E d'altre false opinion di sciocchi
Come è fatture o spesso batter gli occhi [1]. »

Although Maugis was often mentioned in connection with Toledo's school, his Italian counterpart Malgigi is never credited with having studied there.

Notwithstanding the fact that Pulci was familiar with the tradition that magic was studied at Toledo, as the above quotation shows, he puts the famous cave at Saragossa. This occurs in the passage where Marsilio, having just received from Charlemagne the false message from Ganelone, is about to reply.

« Poi finse una sua novelletta
In una selva presso a Siragozza
Per quel ch'io udi gia dir sendo in Toletta
Dove ogni negromante si raccozza
E una buca ne lo entrare stretta
Ma poi sotterra molto spazio ingozza.
Dove stanno a guardar sei gran colonne
Certi spirti gentil con varie gonne [2]. »

The author goes on to say that the columns are of different materials, gold, silver, brass, iron, pewter, and lead. This is certified by people who saw them. The six spirits take rank according

1. Stanza 256.
2. Canto, XXV, 42.

to the value of the columns which they guard, and most fortunate is he who receives help from the spirit of the golden pillar. The six pillars are doubtless an echo of the famous six pillars built by Hercules at Seville [1]. Of course the « buca » is Toledo's cave embellished by Pulci's fertile imagination. The shifting of the site from Toledo to Saragossa is merely a wide stretch of poetic license. Pulci says that he had always understood that the cave was at Toledo, and seems surprised to find it at Saragossa where for purposes of his narrative he himself has placed it.

Rabelais whimsically supplies our school of magic at Toledo with a whole faculty of professors. Panurge tells Frère Jean, « au temps que j'estudiois à l'escole de Tolete, le reverend père en diable Picatris, recteur de la faculté diabolologique nous disoient que naturellement les diables craignent la splendeur des espées, aussi bien que la lueur de soleil [2] ». It is apparent from this that as early as Rabelais' time, the whole subject of magic at Toledo was treated as an old wives' tale.

Toledo plays an interesting part in the *Wagner Buch*, sequel to the *Faust Buch*. The work is anonymous and bears the pseudonym Fredericus Scotus Tolet, the last part being of course Toledo. It appeared first in 1593 giving no place of publication or publisher [3]. The author claims that his book is a translation of a Spanish work dated 1523, a copy of which he received from a Benedictine monk, Fray Martin, at that time living in Germany. Faligan scouts the idea of a Spanish source for this *Wagner Buch*, pointing out that the Faust legend did not develop until later than 1523 [4]. There is no doubt that both the Spanish source and the date are fictitious. The book belongs to the date 1593 when it first appeared, and to Germany, not to Spain. In

1. Cf. *Crónica General* of 1289, sec. 6, and Durán : *Romancero*, No. 456.
2. *Pantagruel*, III, 23.
3. Cf. Scheible's *Kloster*, vol. XI, p. 590 for 1593 edition.
4. E. Faligan : *Histoire de la légende de Faust*, Paris, 1888, p. 278 ff.

one of its adventures Wagner and his Spanish friend Juan de Luna are transported to Toledo on enchanted cocks as large as horses. They betake themselves to an inn there frequented by students of the black arts, of whom they request a demonstration of their magic powers. Luna, forthwith, finds a pair of donkey's ears on his head. Wagner, in revenge, changes all the students into pigs, and not a magician in all Toledo can help them regain their former shape. This episode is only one of many of the same kind, belonging rather to the category of student pranks than to the domain of magic proper.

As late as the seventeenth century Toledo still retains its reputation for magic. In the « Second Livre des serées de Guillaume de Bouchet » of 1634, we find an allusion to a magic mirror « qui fust fasciné et garny de magie diabolique de Tolette[2] ». In another of Ruiz de Alarcón's plays. *Quien mal anda en mal acaba*, the protagonist, Ramón Ramirez, a Morisco magician who makes a pact with the devil, hails from Toledo. Don Gil, the hero of Mira de Mescua's *Esclavo del Demonio*, also makes a pact with the devil with whom he studies magic at a « cueva cerca de Toledo ». It is very likely that Calderón who took other suggestions from Mira de Mescua had the cave of Toledo in mind in his *Mágico Prodigioso*. He has Cypriano study magic with the devil in a cave near Antioch where the action takes place[2].

3. Magicians at Salamanca.

It has been shown how the Moorish cities, Seville and Cordova, shared with Toledo the reputation of being associated with

1. p. 193. Cf. p. 87 of Michel's ed. of *Eustache Le Moine*, notes.
2. I hope to publish soon a detailed account of the devil pact motif in these plays.

the black arts. In the sixteenth century, Salamanca also became a rival of Toledo, so great a rival that its fame eventually overshadowed that of Toledo. This rivalry was brought about by the renown that the University of Salamanca acquired soon after its foundation in the thirteenth century [1]. It became rapidly recognized as one of the leading institutions of learning in Europe, rivalling Paris and Bologna where its professors were invited to lecture. In its early days, members of its faculty assisted in drawing up the astronomical tables of Alfonso, a task which of course would be allied in the popular mind with astrology and magic. Furthermore many Arabic books were translated here under Alfonso's orders. It was not at all unnatural then that since Toledo a great seat of learning of Moorish and Christian Spain was popularly associated with the study of magic, Salamanca, later acquiring fame for its learning should also be connected with the forbidden arts. It was not until the sixteenth century however that the tradition of a school of magic at Salamanca became widespread. Its school is at first usually mentioned along with that of Toledo, but later on it acquired an independence of its own. This popular belief is not hard to understand when it is remembered that not only during the Middle Ages but in the Renaissance as well the sciences and magic were confused.

An isolated reference to a magic school of Salamanca is very puzzling. In the second book of Lefèvre's *Recueil des Histoires de Troye* of 1464 « qui parla des prouesses du fort Hercules », there is an elaborate account of a cave-school at Salamanca [2].

« Hercules... s'en alla en la cite de Salamanque et pour ce qu'elle estoit bien peuplee il y voulut faire une solonelle estude. Si fist faire en terre ung tres grant trou en maniere destude et y mist les sept ars liberaulx avec plu-

1. Cf. Vidal y Diaz : *Memorias acerca de la Universidad de Salamanca*, Salamanca, 1869, and C. Graux : *l'Université de Salamanque*, Paris, 1887.

2. Cf. O. Sommer's ed. of Caxton's English translation of 1471, and introduction which offers no solution as to the source of this account.

sieurs aultres liures. Puis y fist venir ceulx du pays estudyer, mais ilz estoyent rudes et ne sauoyent riens comprendre. Et lors pource que Hercules vouloit voyager et vouloit aussi que ceste estude fust maintenue, il fist une statue doz a sa semblance qu'il esleva au millieu de lestude de sur ung pillier et fist par son art que tous ceulx qui venoyent devant la statue pour declaration dauscune science a to propos et de toutes sciences la statue respondoit et ensengnoit les escolliers ainsicome se fust Hercules en personne. La renommee de ceste estude fut grande par le pays et dura lestude depuis iusques au temps que saint iaques convertit espaigne en la foy. »

There is no doubt that this is a repetition of the stories of the Spanish chroniclers with Salamanca substituted for Toledo and an elaboration of the statue of Hercules which becomes a magic head — one of the long series of supernatural heads which appeared in tales of magic of the Middle Ages and Renaissance. That Toledo's reputation was well known in France is attested by the many passages already cited and the current expression « jouer les arts de Tolete. » Rabelais' reference to the « faculté diabolologique » comes as late as 1546. The substitution in Lefèvre's work may be explained by the fact that in his day the fame of the University of Salamanca was at its height, and so he simply changed the name of the city where Hercules was said to have founded « les sept arts liberaulx. »

It is close on to a century before another citation of Salamanca's magic school appears. Pedro Ciruelo, the famous mathematician of the University of Salamanca, in his *Reprobación de las Supersticiones y Hechicerias* (1541) tells us : « Aquella arte (nigromancia) en tiempos passados se ejercito en nuestra España... mayormente en Toledo y Salamanca [1] » The author proceeds to thank God that through the diligence of the servants of the church, this art has been banished.

The magician Fitón in Ercilla's *Araucana* lives in a cave which offers close similarities to that of Toledo. When Fitón

1. Part II, chap. 1, p. 17.

describes the various famous cities of Spain on his magic globe, it is Salamanca and not Toledo where the black arts are taught :

« ..... Salamanca que se muestra
Felice en todas ciencias, do solia
Enseñarse tambien nigromancia [1]. »

Conrad Gestner in a letter to John Krafft of Krafftheim, dated August 1561, writes speaking of astrology and necromancy : « Equidem suspicor illos ex druidarum reliquis esse qui apud Celtos veteres in subterraneis locas daemonibus aliquot annis erudiebantur quod nostra memoria in Hispania adhuc Salamancae factitatum constat [2]. » He goes on to tell that from here came wandering scholars like Faust.

Del Rio adds Seville to Toledo and Salamanca. « Legimus post sarracenicam per Hispanas illuvionem tantum invaluisse magicam ut cum literatum bonarum omnium summa ibi esset inopia et ignoratio solae firme deamonicae artes palam Toleti, Hispali et Salamanticae docerentur. In hac quidem civitate bonarum nunc artium matre cum illic degerem estense mihi fuit crypta vestigium quam virilis animi mulier Isabella Regina, Fernandi Catholici uxor vixante annos centium caementis faxis iusserat obturari [3]. » We have already had eye-witnesses of the cave of Toledo, now we have one of Salamanca's cave. In Del Rio's version of the Aegidius legend, the devil in human form leads Gil to a « vastum specum prope Toletanam civitatem », where he teaches him the black arts [4]. Francisco de Torreblanca informs us in his *De magia* that the story about the devil who acted as an

1. Spanish Academy ed. of 1866, part III, canto XXVII, stanza 21.
2. In Scheible's *Kloster*, XI. Band, p. 223. Cf. also Faligan : *Op. cit.*, p. 32.
3. *Op. cit.*, Prolog.
4. Book VI, cap. 2, sec. 3, quaestio 3.

oracle and gave lessons in magic in a cave at Salamanca is false ; it was really a sacristan named Clemente Potosi who secretly taught magic there [1].

Both Alarcon's *Cueva de Salamanca* and Rojas' *Lo que queria ver el Marques de Villena* are plays in which an attempt is made by each author to vindicate Villena's name [2]. But we are interested here only in what concerns the cave of Salamanca. In describing the cave, Zambapalo, the « estudiante gorron » of Rojas' play, in true « gracioso » fashion tells Villena that it contains « en un redoma un demonio [3] ». He continues :

« . . . . . es
Todo el cuarto chimenea.
Hay en aquesta espelunca
Alcázar de Noruega,
Un lampion, que desde el techo
De un cordel de lazo cuelga,
Solo la puerta es un ojo
Por donde un rayo aun no entra,
Raras son cuantas alhajas
Hay en su cuarto [4]. »

In this cave lives Fileno the magician who possesses a marvelous magic mirror by the aid of which Villena is able to see and hear as in real life the actions and words of those in whom he is interested.

In Alarcón's play the legend of the cave is rationalized. Villena having come from Madrid to Salamanca in search of the cave meets Don Diego and tells him :

1. Chap. II, 4.
2. *Bib. Aut. Esp.*, vol. XX, and LV.
3. I have made a detailed study of Villena as a magician which I hope to publish soon.
4. Act. II.

« La parlera fama allí
Ha dicho que hay una cueva
Encantada en Salamanca,
Que mil prodigios encierra,
Que una cabeza de bronce
Sobre una cátedra puesta,
La mágica sobrehumana
En humana voz enseña :
. . . . . .
Supe de la cueva el sitio,
Y partíme solo á verla[1]. »

Don Diego replies :

« Oid de la cueva, Enrique,
La relacion verdadera.
Rétorica la fama, de figura
Alegórica usando, significa
La verdad de la cueva en pintura.
Esta que veis, obscura casa, chica.
Cueva llamó, porque su luz el cielo
Por la puerta no más le comunica,
. . . . . .
Y la cabeza de metal, que puesta
En la cátedra, de lá lenguaje nuestro
A la duda mayor clara respuesta,
Es Enrico, un frances, ...
. . . . . .
Y porque excede á la naturaleza
Frágil del hombre su saber inmenso,
Se dice que es de bronce su cabeza. »

This logical explanation of the cave which Alarcón puts into the mouth of Don Diego is based no doubt on the legend that Villena used to practise magic in an old ruined house of Salamanca, which according to tradition was still standing in the

1. Act. I, p. 88.

eighteenth century. A similar myth, it will be recalled, connected Villena's practise of magic with a ruined house in Toledo, a fact which substantiates my belief that Salamanca's magic fame was only an echo of Toledo's. In this play the cave is very close to a church. Another version of this legend, as we have seen, states that the magic haunt is in the very sacristy of a church with the sacristan as professor of the forbidden art. Can it be that the tradition of the subterranean passage beneath the church of San Ginés at Toledo was carried on to Salamanca ? Considering that the church has at all times been severe with magicians, and especially in Spain, the placing of a school of magic under the very roof of an ecclesiastical edifice strikes one as peculiarly daring. It may be accounted for, however, by the fact that convents were used as colleges by the University of Salamanca. Furthermore the monks were the learned men of the times and many of the students took holy orders.

In addition to these plays, there is an entremés by Cervantes entitled *La Cueva de Salamanca*. Its plot, however, is too trivial to permit it to be ranked with the literature of magic ; it belongs rather like the adventures in the *Wagner Buch* to the realm of student pranks. Of this entremés there are two pale « refundiciones », one by Calderon entitled *El Dragoncillo* and another by Zavala y Zamora entitled *El Soldado Exorcista*, neither of which offers anything new in the development of the cave legend [1].

Johann Limberg, a German who travelled in Spain toward the close of the seventeenth century, brought back home a story of a marvelous cave at Salamanca in " S. Pollo " Street under a house formerly inhabited by a baker. In palatial apartments with beautiful gardens the devil conducted a school of magic in which Enrique de Villena had been one of his most proficient pupils [2].

1. Cf. Menéndez y Pelayo : *Op. cit.*, p. 584, note.

2. In *Denkwürdigen Reisebeschreibung*. Cf. Edmund Dörer : *Heinrich von Villena* in *Archiv für das Studium der Neu. Spr.* LXXVII, p. 129 ff.

Salamanca's cave is treated in a somewhat different spirit in Botelho's *Cuevas de Salamanca* of 1733, a fanciful burlesque in which Celestina and Amadis figure. This work consists of six books of satire and commentary on stories of the cave, or as the author chooses to call them, caves. In book I. we are told that the devil, who is a professor of magic in the caves, had been outwitted by only one mortal, the Marqués de Villena. This professorial devil has one human attribute, a hand. One story tells of a girl who follows a magician into one of the caves which is supposed to contain great treasures. She is bewitched, takes the form of a snake, and slays her own mother. The principal cave is called « La Cueva de San Cypriano », after the saint of that name who was said to have been a magician before his conversion. In Calderón's *Mágico Prodigioso*, Cyprian actually studies magic in a cave. It was at the entrance to this cave that the author, while listening to various puerile tales of the caves, perceives a woman coming out clothed in black with griffin's feet and lion's claws. This is the Madre Celestina. Under the guidance of Celestina, the author descends into the cave where he comes upon a beautiful land of eternal spring. No cities with streets and common houses here, but gorgeous palaces and exotic gardens. Crossing a river of milk the visitor and his guide reach an island all of whose inhabitants are enchanted. The ruler of this island is Amadis de Gaula.

The author is welcomed by Amadis who gives him an account of the origin of the cave. A certain Oxyartes is commanded in a dream by Mercury to found the caves of Salamanca. This he does with the aid of Amadis. After founding the caves, Amadis goes off to perform his deeds of knight-errantry, and upon his return is made « Archibrujo y Dueño de las Cuevas de Salamanca ». A visit is then paid to the « Nigromantesa Universidad » where the invisible professor is heard lecturing to his students. All that can be seen of him is an arm, gesticulating. The lecture is a hodge-podge of nonsensical etymologies and inane

literary commentary, much in the vein of the rest of the book. The work is in the main a confused jumble of anecdotes and legends concerning Celestina, Amadis, Villena, Roderick, and Cyprian, all characters in some way connected with magic in Spain. It is a very weak attempt to rationalize some of the established legends and to add to them puerile and meaningless embellishments. On the whole the *Cuevas de Salamanca* is pseudo-learned and pedantic treatment of a theme which in its earlier versions interested us with its freshness and naïveté.

Feijoo tells us that while investigating the legend of the cave of Salamanca, a certain Juan de Dios, a professor then holding a chair at the University of Salamanca, sent him the following story which he claimed to have found in an old manuscript [1]. In the church of San Cypriano there formerly existed a subterranean sacristy which had the appearance of a cave. In this cave there lived a sacristan who taught the magic arts, judiciary astrology, geomancy, piromancy, aeromancy, chiromancy, and necromancy. The first seven pupils agreed upon a certain sum which was to be paid to the teacher. They then drew lots to see which one should pay for all seven. The unlucky one must pay at once or be imprisoned in the sacristy until the money was raised. The next seven followed the same procedure and so on. Sometimes as many as four students at a time were kept imprisoned. This method prevailed until the son of the Marqués de Villena came to Salamanca. It fell to his lot to pay on the first drawing, but a second time he refused to pay, and upon being imprisoned, succeeded in playing a trick on the sacristan and escaped [2]. After this incident the school was closed. The date is given as 1322. Villena lived a full century later.

1. *Op. cit.*, p. 274 ff.

2. This story of Villena is found both in Rojas and in Alarcón's plays. The version in which Villena escaped leaving his shadow behind has an analogy in Chamisso's *Peter Schlemihl*.

It is Villena himself who figures in most versions of this tale. Feijoo remarks that the legend probably arose from the fact that a sacristan had once lured some boys into the sacristy of his church where he amused them with sleight of hand tricks, extorting from them a few pennies in return. He evidently makes this explanation up out of the whole cloth, and I see no reason for accepting his conjecture.

Scott, who was well versed in the magic lore of the Middle Ages and who probably knew perfectly well Michel Scot's connection with Toledo, writes in the *Lay of the Last Minstrel :*

« In these far climes it was my lot
To meet the wondrous Michel Scot ;
A wizard of such dreaded fame,
That when in Salamanca's cave
Him listed his magic wand to wave,
The bells would ring at Notre Dame [1]. »

It would seem by Sir Walter's notes in which he refers to Lefèvre's *Recueil* where Hercules founds the school of magic at Salamanca, that he probably separated Michel Scot's authentic studies at Toledo from the legendary accounts which grew up about him as a magician.

Theodor Körner in his poem, *Der Teufel in Salamanca*, credits the devil with a professorship of the black arts [2].

« Zu Salamanca im Kellergewölbe.
. . . . . .
Da hatt'er viel Zulauf, das lässt sich denken,
Es wimmelte alles auf Tischen und Bänken,
Denn er verstand sich herrlich darauf ;
Und ward die Magie ihm gar zu trocken,
So gab er weislich lustige Brocken
Und spasshafte Schwänke die Menge in Kauf. »

1. Canto II, 13. Cf. ed. of 1807 and Scott's own notes.
2. *Sämmtliche Werke*, ed. Streckfuss, Berlin, 1855, vol. I, p. 227.

In return for the instruction in magic, the devil was to have the soul of the man who left the cave last each year on the day of the final lesson. It fell to Villena's lot to be last, and as in the Spanish stories, he tricked the devil, leaving behind his shadow and escaping with his body.

There is a Basque story also using this shadow motif [1]. The devil had founded a school for priests in a grotto at Salamanca. Those who finished a year's instruction there were especially strong in conjurations. One unhappy pupil was to remain behind each year. One priest, who later became curé of Barkoche, tricked the devil with his shadow, and thereafter, no matter how brilliantly the sun shone, he never had a shadow.

I have made an attempt in the foregoing pages to gather together from every source within my reach, every allusion direct or indirect, to schools of magic in certain cities of Spain. There is no doubt in my mind that the existence of such schools is purely legendary and has no basis in fact. I have therefor treated the subject as folk-lore and not as history.

1. Cf. Jules Vinson : *Folk Lore du Pays Basque,* Paris, 1883, p. 6. Cf. also by the same author, *Essai d'une Bibliographie de la Langue Basque,* Paris, 1891, p. 90.

Chapter II.

CALDERÓN'S MÁGICO PRODIGIOSO.

ITS SOURCES AND ITS RELATION TO THE DEVIL PACT IN LITERATURE

The Cypriano of Calderón's *Mágico Prodigioso* has frequently been called the « Spanish Theophilus » or the « Spanish Faust ». This classification is largely due to the fact that all three, Theophilus, Faust, and Cypriano, under varying circumstances, entered into pacts with the devil. It is the purpose of this study to point out in what essential particulars these three types are allied, and in what respects they differ. For a complete understanding of the subject it is necessary to go back to the first appearance of the devil pact in legend and literature.

The first devil pact of which we have any record in Christian times is that of Theophilus, a priest who lived in Adana, Silicia, in the sixth century, and who figured in one of the many legends of the Virgin Mary cult of the Middle Ages [1]. Eutychianus, one of his disciples, whose story has come down to us in two Latin versions, describes his master as a very holy and humble ecclesiastic, who held the position of « vice-dominum » in his bishopric. When his governing bishop died, Theophilus, being next highest in rank, was acclaimed bishop by the clergy and the people. The modest Theophilus refused this exalted honor, and another priest was chosen in his stead. The new bishop, having been influenced against Theophilus, deposed him from his position of « vice-dominum ». In despair, Theophilus appealed for help to a

1. Cf. A. Sommer : *De Theophili cum Diabolo Foedere*, Berlin, 1848.

Jew, reputed to be skilled in the black arts. The Jew agreed to consult his master, the devil, and bade the priest return on the following night. This Theophilus did, and was told that if he would abjure Christianity, and deny Christ and the Virgin, the devil would have him reinstated. A pact was signed to this effect, Theophilus signing it with his own signet.

Through the devil's help he regained his former position. Some time later, however, he was seized with remorse, and prayed to the Virgin for forgiveness. After many days of prayer and fasting, the Virgin pardoned him. But Christ would not so readily forgive the sinner. Whereupon Theophilus implored the Virgin to intercede for him, reminding her that David, Paul, and Peter had been forgiven for their sins, as had also Cyprianus who was converted by Justina. After having been pardoned by Christ, Theophilus begged to have the pact which he had signed with the devil returned to him. Three days later, he saw it in a vision, and when he awakened, he found it on his breast. He immediately took it to the bishop, and in the presence of all the faithful, he confessed his sin. The bishop had the paper burned publicly. In another three days, Theophilus was found dead in the church of the Virgin who had aided him.

Here then, is a priest who makes a compact with the devil, agreeing to sell his soul in return for worldly prosperity. This is the primitive form of the legend which is at the basis of so many future versions found in the lives of saints and in their literary adaptations of the Middle Ages. We are concerned in this study with but two : Hroswitha's poem, *Lapsus et Conversio Theophili Vicedomini* [1], of the tenth century, and Rutebeuf's play, *Le Miracle de Théophile* [2], of the thirteenth century. Hroswitha changed Theophilus' country from *Cilicia* to *Cicilia*, an error

1. Cf. *Opera*, ed. Strecker, Leipzig, 1906.
2. Cf. A. Jubinal: *Œuvres complètes de Rutebeuf*, Paris, 1874, vol. II. p. 231.

readily comprehended, thus transplanting Theophilus into Europe. Hence Theophilus came to be called later the « Italian Faust ». With Rutebeuf the legend underwent a more important change. Beside the fact that Theophilus prayed « en françois et en latin », the contract is described as sealed with blood. As far as I have been able to discover, this is the earliest example we have of a devil pact signed with blood. Roskoff mentions another rendering of the legend, still in manuscript form, by Brün von Schönbecke, entitled, *Die Ehre der Maria*, dated 1276, in which the contract is signed with blood [1]. This date is contemporaneous with that of Rutebeuf's *Miracle* which was written about 1260. The *Ehre der Maria* cannot naturally have had so great an influence on future literature as Rutebeuf's play, since it has never been printed.

Of course there are countless stories of the power of blood symbols among primitive peoples, even as late as classic Latin times. Human blood was drunk with wine, and blood was transfused from the veins of one man to those of another in token of brotherhood [2]. It can be readily understood how a compact signed with blood would seem more binding and at the same time more dramatic as in the case of Rutebeuf's play. But how the use of blood for the signing of devil pacts suddenly jumped into favor in the thirteenth century in two contemporary versions of the Theophilus legend is a puzzle. It may be explained by the fact that about the middle of this century a long series of blood accusations against the Jews was begun in Europe [3]. The magician in Rutebeuf's play is not a Jew, as in the old version. His name Salatins indicates that he is a Moslem. The contract

1. G. Roskoff : *Geschichte des Teufels*, Leipzig, 1869, vol. I, p. 347.

2. Cf. Jacob Grimm : *Deutsche Mythologie*, vol. II, p. 969 ff. and H. C. Trumbull : *The Blood Covenant*, Philadelphia, 1893.

3. Cf. *Jewish Encyclopedia* under *Blood*, and Jessopp and James : *St. William of Norwich*, Cambridge, 1896.

moreover stipulates seven years' service to the devil. We shall see how future contracts also required a certain number of years of servitude in return for the devil's favors. Curiously enough, in a naive poem of Gauthier de Coinsi, *Le Miracle de Theophile* [1], which belongs to the first part of the thirteenth century, the devil contract was sealed with a ring and not with blood. Every language of Europe has examples of this motif.

In Spain we have three renderings of the legend in the vernacular. One is by Berceo, (d. 1264). It appears in his *Milagros de Nuestra Sennora* [2]. Another forms one of the *Cantigas de Santa Maria* [3], of Alfonso El Sabio (d. 1284). A third is in Sanchez de Vercial's *Libro de los Enxiemplos por a b c* [4], of the fifteenth century. There are also two unedited manuscript versions, one from a *santoral* of the thirteenth century or early fourteenth [5], and the other from a *flos sanctorum* of the fourteenth century [6]. In none of these accounts is the devil pact signed with blood. Along with these variations of the Theophilus legend proper, which became so well known thruout Europe, we find a number of other legends somewhat analogous to it and doubtless inspired by it. Among these are the *Eugendus* legend [7], which goes back to the sixth century, and the *Militarius* legend first told by Caesar von Heisterbach in his *Dialogus Miraculorum* [8]. Here begins a series in which the hero does not deny the Virgin, and so is saved through her. Another rendering is the *Légende du Chevalier qui donna sa femme au Diable*. Still another is the famous *Robert le Diable* cycle.

1. *Miracles de la Vierge*, éd. Poquet, Paris, 1857, p. 26.
2. *Biblioteca de Autores Españoles*, vol. LVII.
3. Cf. Spanish Academy, ed. 1889, vol. II, p. 5.
4. *Bib. Aut. Esp.*, vol. LI, nº. 237.
5. Sanchez Moguel : Appendix to his *Memoria acerca de el Mágico Prodigioso*, nº. 2.
6. *Ibid.*, Appendix, nº. 3.
7. Roskoff : *Op. cit.*, vol. I, p. 274.
8. Cf. ed. Strange, II, 12.

In the fabliau of Jehan de St. Quentin, *Le Dit du Chevalier et de l'Escuier* [1], the chevalier who would not renounce the Virgin, was saved, and the « escuier » who did renounce her was carried off by the devil. This second motif figures again in the *Enxiemplo del Ladron que Fizo Carta al Diablo* of Juan Ruiz [2]. None of this series has the contract signed with blood.

The love element appears to have been first introduced into the Theophilus story in an apocryphal legend of St. Basil, found in the famous *Legenda Aurea* of Jacomo di Voragine, of about 1275. The story goes that Proterius or Herodius as he is sometimes called, a former Roman senator who had become converted to Christianity, had a daughter who had made a vow of chastity. A slave of the household, inspired by the devil, fell in love with this daughter and sought a magician's aid to gain the maiden's love. The slave was advised to consult the magician's master, the devil. A contract was signed, not however in this case with blood, and the devil enflamed the heart of the maiden with love for the slave. Proterius, much against his will, was finally prevailed upon to consent to the marriage. Later the wife, struck by the fact that her husband never entered a church, begged him to tell her the reason. He confessed his pact with the devil to his wife who immediately appealed to St. Basil for counsel and help. After a long and fierce struggle, St. Basil succeeded in forcing the demon to give up the pact which fell fluttering in the midst of an assembled multitude. Lope de Vega dramatized this legend in his *Gran Columna Fogosa, San Basilio Magno*, of 1629 [3].

According to this legend the devil pact would date from the fourth century when the saint lived. We may safely assume,

1. A. Jubinal : *Nouveau Recueil de Contes, Dits, Fabliaux, et Autres Pièces Inédites des XIIIe, XIVe et XVe siècles*. Paris, 1835, vol. I, p. 118.

2. *Bib. Aut. Esp.*, vol. LVII.

3. Cf. Menéndez y Pelayo's Span. Acad. ed. of Lope, vol. IV.

however, that this pact is of a later date and belongs really to the Theophilus cycle. The underlying idea of both legends is practically the same. A man makes an agreement with the devil and is subsequently freed from his obligation by divine intervention, in one case through the intercession of the Virgin, in the other through the mediation of a saint of the Church. The motive for making the pact is different, however. Theophilus sought ecclesiastical honors, the slave of Proterius carnal love. It seems to me that there is here for the first time, a combination of the Theophilus and Cyprian legends. Cyprian as we shall see later went to the devil for aid in the conquest of Justina, who had also made a vow of chastity.

Attributed to this same century, we find in the Spanish peninsula another legend belonging to this cycle. Aegidius, or Frey Gil, who according to Del Rio died in 1265, is the hero [1]. Aegidius is the protagonist of Mira de Mescua's play, *El Esclavo del Demonio*, which will be discussed later [2]. Del Rio cites Hernando de Castilla [3] and Villegas [4] as his authorities. Gil was the son of a Portugese nobleman. He took orders and studied logic, philosophy, and medicine, leading meanwhile a wild, riotous life. He seems to have pursued his studies not from a desire for learning, but from curiosity. Wishing to perfect his knowledge of medicine, he set out for Paris, but on the way he met the devil who beguiled him into going instead to a cave near Toledo where he might study magic. There, in exchange for lessons in the black arts, he denounced his faith, denied baptism, and signed a pact with the devil written with blood. He remained at Toledo seven years, and then went on to Paris where he eventually received his

1. *Disq. Mag.*, Bk. VI, cap. 2, sec. 3, quæst. 3.

2. Cf. M. A. Buchanan's, ed., Baltimore, 1905, and its excellent introduction.

3. *Historia General de S. Domingo y de su Orden*, Madrid, 1584.

4. *Flos Sanctorum*, Madrid, 1589.

degree in medicine. He was by that time a renowned magician and physician, but lived a life of vice and iniquity. One day there suddenly appeared before him a knight riding furiously on a black charger who commanded Gil to abandon at once his wicked ways. Terrified by this apparition, he repented of his sins, and ultimately went to Portugal where he entered a monastery. There he spent another seven years praying for forgiveness, tortured by fiery bands of demons who tried to lead him astray again. At length through the mediation of the Holy Virgin, the devil was forced to give up the written pact. This hero lived to perform many beneficent deeds, and died in the odor of sanctity.

As far as I have been able to make out, the first known account of the Frey Gil legend is that of Hernando de Castilla, of 1584. It would be interesting to find the manuscript mentioned by the biographers of Gil, so that we might know exactly where to place the legend [1]. It is probably another case of a « lost manuscript » which never existed, and we can safely assume that the legend belongs to the time when it first appeared in printed form, namely the latter part of the sixteenth century. To my mind, the Gil legend represents the closest approach, in the literature of southern Europe to the Faust legend. Gil is a composite of Theophilus and Faust. Like Theophilus he was a prelate of the Church ; he entered into a pact with the devil, repented later, and had his pact returned to him through the intervention of the Virgin. Like Faust, he was a student of philosophy and medicine, he led a wandering, riotous life, finally making a contract for a stipulated number of years with the devil who in return taught him magic. He was famed for his knowledge of the black arts, and like Faust, he was warned that he would be doomed if he

1. Cf. Buchanan's introduction to Mira de Mescua's play for a discussion of this point.

did not repent. Here the similarity ends. Faust refused to repent and was damned : Gil, like Theophilus, was saved [1].

To me Gil and Faust are both characters exemplifying the deep thirst for knowledge of the Renaissance, a period when any manifestation of profound learning was likely to be interpreted as evidence of an understanding with the devil. The sharp theological distinction so often pointed out by critics is to my mind exaggerated, the Protestant Faust damned, the Catholic Gil saved. Faust had a chance to save his soul by repenting ; he was warned by the writing *Homo Fuge* on his arm. He had still another opportunity to give up his sinful life when he was drawing near the twenty-fourth year of his pact. The old man of the *Faust Buch* told him that if he would repent he would be saved, even as was Simon Magus in the *Acts of the Apostles*. Another point of dissimilarity in the two characters is that Faust conjured up the devil, whereas Gil was tempted by him. In the *Faust Buch*, moreover, the adventures of Doctor Faustus are more elaborated than those of Gil, but the germ in both legends is the same. Furthermore the adventures of Faust are but the sequel in the Renaissance of the tales of the resuscitated magician Virgil of the Middle Ages.

Now that we have traced Theophilus down to the threshold of the seventeenth century, let us turn to Cyprian and Justina, martyrs of Antioch of the third century. There are two distinct versions of this legend. The first has come down to us in a history of the lives of the saints which was made known to Western Europe through a Greek version of Metaphrastes written in the tenth century, and later translated into Latin by Lipomanus [2].

The first rendering begins with an account of the miraculous

1. Cf. Theophile Braga's, *Estudios da Edade Media, Lenda do Doutor Fausto*, p. 89.

2. Cf. *Acta Sanctorum* of the Bollandists, Sept. of vol. VII.

conversion to Christianity of Justina and her parents. A certain youth Aglaidas, having seen her on her way to church, fell in love with her and asked her hand in marriage. He was informed by her parents that she had made a vow of chastity. Trying to overcome her by force, Aglaidas was repulsed through the power of Justina's cross. He then went for help to Cyprian, a famous magician of Antioch, who immediately summoned a demon to give him counsel. The demon bade Aglaidas spread an ointment over Justina's house, a charm which would render her powerless to resist him. But Justina turned to her cross, and the demon was routed. A second demon was summoned who failed in his turn. Finally the prince of devils was called in. Taking the form of the Virgin, he ingeniously tried to persuade Justina that God has commanded us to increase and multiply. Justina was on the point of being convinced, when suddenly she realized that she was being tempted by the devil in disguise. Thus he too was defeated. Cyprian then forced the devil to confess why he and his menials had failed. The prince of devils, much against his will, at length admitted that he was powerless against the cross of Christ. Thereupon Cyprian became converted to Christianity, and later met martyrdom with Justina. There is no mention in this version of any love existing between Cyprian and Justina.

The second rendering of the Cyprian legend is that of Gregorius Nazienze, an archbishop of Constantinople who lived in the fourth century [1]. This account is simpler than the first and begins with a long preamble in praise of Cyprian, who is confused with a bishop of Carthage of the same name, an error which those who followed this version pointed out. In his youth, this Cyprian was given to magic. Falling in love with the beautiful Virgin, Justina, he called to his aid the demon of lust, who was

1. Cf. Migne : *Pat. Græc.*, vol. XXXV. Cf. also a Latin translation of Gregorius Nazienze : *Opera omnia*, Paris.

unsuccessful in his attempts to conquer her. Finding that the demon was powerless against the cross, Cyprian became a convert to Christianity, and rose in time to the rank of bishop. Both Cyprian and Justina, as in the Lipomanus account were ultimately martyred. The main points of difference between the two renderings are that the second is told with less elaboration of detail, there is no mention there of Aglaidas, and, what is still more important, Cyprian himself falls in love with Justina.

M. Morel-Fatio, in his discussion of the sources of Calderón's *Mágico Prodigioso,* says that he thinks the Latin version of Lipomanus was used as the principal source [1]. Schmidt [2], Von Schack [3], and Menéndez y Pelayo [4] are also of this opinion. M. Morel-Fatio goes on to say that he is led to this belief because he can find no version of the legend in the vernacular in Spain, not even in the best known lives of the saints, the *Flos Sanctorum* of Villegas or that of Ribadeneira. Sanchez Moguel in his *Memoria Acerca del Mágico Prodigioso* [5] points out eleven Spanish versions of the legend preceding the *Mágico Prodigioso.* Six of them he gives in his appendix. Among them are the two versions of Ribadeneira and Villegas, which M. Morel-Fatio could not find. Furthermore in Cayrasco de Figueroa's *Templo Militante* [6], a sort of rhymed *sanctorum*, there is a poem in octaves on the lives of Cyprian and Justina. It is an apotheosis of the love and martyrdom of the two characters, and was either based directly

1. Introduction to ed. of *Mágico Prodigioso*, Heilbronn, 1877.

2. F. W. V. Schmidt: *Die Schauspiele Calderons*, 1857, p. 349.

3. *Geschichte der Dramatischen Literatur und Kunst in Spanien*, vol. III, p. 120, note.

4. Biblioteca Clásica. *Teatro Selecto de Calderón*, introduction.

5. This book (Madrid, 1881), though a very uneven piece of work is in spite of severe criticisms, one of the most valuable studies of Calderon's play ever published.

6. The third ed. 1615, contains the lives of our saints. I am indebted to Sanchez Moguel for knowledge of the existence of this poem.

on Gregory's version or upon a Spanish version of Ortiz Lucio, which was taken from Gregory. There is no mention of Aglaidas in this poem.

In addition to all these, there is an analogous legend in the account of the lives of San Luciano and San Marciano [1], which seems to me none other than the Cyprian legend transplanted on Spanish soil. During the reign of the emperor Decius, two gentile magicians, Luciano and Marciano, made a pact with the devil. Their lives were filled with wicked deeds, and they committed many acts of violence. Finally a virgin, who had made a vow of chastity, repulsed their attacks with a prayer to Christ. Seeing the power of the God of the Christians, the two magicians were converted and suffered martyrdom. There seems to be a divergence of opinion as to where these events took place. A local legend claims that the two magicians lived at Vich, in the province of Barcelona, and that they were buried in the church there. Another report has it that they lived in Nicodemia and that their remains were brought to Vich. However this may be, their remains were discovered under a church near Vich in 1050. If we substitute the names Luciano and Marciano for Aglaidas and Cyprian we have substantially the Cyprian legend ; the magic element, the virgin who makes a vow of chastity, the conversion of the unbelievers, and their final martyrdom. Nicodemia is in Asia Minor, so is Antioch. Decius was also emperor at the time of the martyrdom of Cyprian and Justina, according to Gregory and Calderón. It is important to note the appearance of the devil pact in this apochryphal legend, for as such we must accept it. In the Cyprian legend no actual compact is made.

Thus, in addition to the eleven Spanish versions found in *santorales* and *flores sanctorum*, there existed also one other version

1. Menéndez y Pelayo points this out in his *Historia de los Heterodoxos Españoles*, vol. I, p. 254. For an account of this legend, Cf. E. Florez : *España Sagrada*, vol. XXVIII, p. 209 ff.

in verse and an analogous transplanted legend, all before the appearance of Calderón's *Mágico Prodigioso*. It would seem very unlikely that Calderón should have gone back to a Latin version for his plot when he had so much material at hand in the vernacular. Of the three latest versions which Calderón had at his disposal, two follow the Gregory text, one is in the *Flos Sanctorum* of Villegas (1594) and the other is in the *Compendio de Vidas de Santos* of Ortiz Lucio (1597). The third is found in Ribadeneira's *Flos Sanctorum* (1601) and is modelled on the Lipomanus text.

Sanchez Moguel and Krenkel [1] are of the opinion that Calderon did not go back to the Lipomanus text, but based his play either on the Villegas or Lucio accounts. Sanchez favors the Lucio theory. Independent of these two theories, after reading carefully all versions preceding the *Mágico Prodigioso*, I have come to the conclusion that for his Cypriano material, Calderón drew from Lucio, although he very possibly knew the earlier versions.

Before giving my reasons for this conviction, let me outline brietly Calderón's plot. Cypriano is a young pagan philosopher of Antioch who is introduced to us in the opening scene studying in a secluded spot the meaning of a passage in Pliny on the definition of God. The devil, disguised as a traveller who has lost his way, meets Cypriano and there ensues a long, scholastic discussion on the nature of God, in which the devil who champions the pagan doctrines acknowledges himself defeated. He departs vowing that he will ruin Cypriano and make him forsake his philosophical studies by tempting him with a beautiful virgin, Justina, whom he also wishes to destroy.

Lelio and Florio, galanes, rivals for Justina's hand, are about to fight a duel near by, when they are stopped by Cypriano who promises to find out from Justina who the favored one is.

1. In *Klassische Bühnendichtungen der Spanier*, introduction to *Der Wunderthätige Zauberer*, vol. II, p. 73 ff.

Meeting Justina, he too finds himself enflamed with love for her, and completely forgets his studies. Justina repulses all three, but importuned later by Cypriano, she tells him that she can love him only after death [1]. Soliloquizing over his love, he cries out that he would give his soul to the devil to possess Justina. Whereupon the invisible devil exclaims, « I accept. » Soon after, he appears in the guise of a shipwrecked traveller and asks Cypriano for shelter, promising to teach him the wonders of magic in return. Cypriano, delighted at the prospect of learning magic, welcomes him heartily. Some time later, seeing Cypriano in a very disconsolate mood, he inquires the reason. Cypriano confesses his love for Justina, reiterating his willingness to sell his soul to the devil if he might win her. The devil offers to teach his host how to get Justina in his power, and when Cypriano is sceptical, he causes a mountain to disappear to prove his supernatural skill. Then in order to tempt the lover with a more alluring proof, he presents to Cypriano's startled gaze the sleeping form of the virgin. Cypriano, now convinced, signs a pact with blood by the terms of which, in return for his soul, the devil is to teach him magic in a certain cave for a year, at the end of the stipulated time, he is to possess Justina.

The appointed time having arrived, Cypriano demands his prize. The devil tries to lure Justina into the impatient lover's arms, but is unsuccessful. He then takes the form of Justina and attempts to deceive Cypriano, but when the latter is about to embrace his supposed beloved, he finds a skeleton covered with a cloak. Reproaching the devil for his deceit, he forces him to confess that his failure was due to Justina's trust in the true God against whom he is powerless. The terrified student realizes that he is the slave of the devil, who in accordance with the terms of

1. In *Los Amantes del Cielo*, a play by Calderón similar to this one in some respects, Daria makes a like promise to Crisanto.

their compact prepares to carry his victim off to hell. But Cypriano calling upon the God of the Christians for help, is saved. The lovers meet martyrdom later during a violent tempest in which the devil appears, asserting that he had been sent by God to proclaim that Cypriano and Justina had been received into the heavenly kingdom.

In M. Morel-Fatio's edition of Calderón's unfinished draft of the play, a prologue or *loa* precedes the first act. In this, the devil appears on a chariot of flames drawn by dragons and announces that he has permission from God to tempt Justina, a beautiful Christian virgin, and Cypriano, a learned youth, who was on the verge of accepting Christianity. This is a forerunner of Goethe's *Prolog im Himmel*, which Goethe tells was suggested to him by the *Book of Job*. We cannot establish any connection between the Spanish and German plays because not only does Goethe fail to mention the *Mágico Prodigioso*, although he knew others of Calderón's plays, but he could not have seen this *loa* since it was in manuscript form until 1879. It must be also borne in mind that the *Mágico Prodigioso* was not among Calderón's best known works. It is since Goethe's time that it has come to be overpraised by enthusiastic critics [1]. The Spanish prologue too seems Jobian in conception, but I think I can see the germ of it in Lucio, whom I have mentioned as Calderón's immediate source.

« Ay de ti », begins Lucio's account, « dice Isaias hablando del demonio, y del q̄ es su miembro : ay de ti, que andas e haces gente para el infierno, andas en caça de almas, y por ahi te ha de caçar, andas en hacer mal, y encarnas venganças y escupes al cielo y cō los mismos instrumentos con que hazes mal, te ha de hazer mal, y con lo que pensauas y pretendias ganar, has de perder. »

1. Notably the Schlegels and Karl Rosenkranz in his *Ueber die Tragödie vom Wunderthätigen Magus*, Halle, 1829.

The devil is like a bound greyhound, this version goes on to say, who can bite only those who want to be bitten. Calderón's devil is certainly a bound greyhound. He is not only defeated at every turn, but he freely acknowledges his defeat. Again I find in Lucio a suggestion of a devil pact, the first in any of the Cyprian legends. It will be remembered that in the other accounts, Cyprian is a magician who calls up the devil. Lucio says, « Cypriano.....llamó a los demonios y pidioles ablandassen el coraçon de Iustina, pues en pago desto el les avia dado su alma, que es lo que ellos pretendian. » Both Calderón's play and Lucio's story seem to be an apotheosis of the triumph of free will over the powers of evil. Neither mentions Aglaidas and both exalt the love of Cypriano and Justina.

The general contention made, and elaborated especially by M. Morel-Fatio, for supposing that Calderón drew his inspiration from the Metaphrastes-Lipomanus version is that the two *galanes,* Florio and Lelio, are his substitution for Aglaidas. I think this alleged resemblance is far-fetched, two insignificant rivals are not necessarily suggested by one lover. Calderón scarcely needed a suggestion to introduce a rival or rivals, his plots abound in them. No matter how serious or lofty his subject, we inevitably find in Calderón, the most conventional of the Golden Age dramatists, the jealous *galán.* To me there is absolutely no suggestion of Aglaidas, the youth who goes to Cyprian for magic help, in Florio and Lelio, the two pale figures, rivals for the hand of Justina, who are so completely overshadowed by Cypriano's great love. Moreover if we accept the fact that Calderón drew from the Gregory text, represented by the version of Lucio, we need not try to explain the absence of Aglaidas.

To my mind Calderón's most important addition to the legend is the devil pact, already suggested by Lucio and possibly by the story of Luciano and Marciano. The devil pact signed with blood is as M. Morel-Fatio says, an anachronism, but so is the

whole play. The names and events are of the third century, but all the characters, the devil included, are contemporaries of Calderón. Cypriano is not at all a pagan philosopher, he is a seventeenth century *galán*. He uses the same arguments that a contemporary of Calderón might have used to defend Christianity.

Where did Calderón get the suggestion for the elaboration of the devil pact motif? From Mira de Mescua's *Esclavo del Demonio* [1], published in 1612, a dramatized version of the Gil legend which has already been discussed. Mescua made one innovation. Beside the prospect of learning magic, Gil sells his soul to the devil in order to possess Leonor, also a virgin who has made a vow of chastity. It will be remembered that we already had the love motif in the Theophilus cycle in the St. Basil legend of Proterius and the slave. Von Schack [2] and Krenkel were the first to point out the resemblance between the *Mágico Prodigioso* and the *Esclavo del Demonio*, but when Krenkel tries to show that Calderón borrowed also from Mescua's *Hermitaño Galan* [4], and Guillen de Castro's *Santa Barbara*, he overshoots the mark. Simply because characters in these plays have relations with the devil, and as in the *Santa Barbara* make pacts with blood, we need not jump immediately to the conclusion that Calderón borrowed from them.

We find relations with the devil in very analogous situations in Lope de Vega's *Columna Fogosa*, the dramatized version of the St. Basil legend, and in Alarcón's *Quien Mal Anda En Mal*

1. Cf. Buchanan's ed. cited above.
2. *Op. cit.*, vol. II, p. 464.
3. *Op. cit.*, vol. II, p. 73 ff.
4. There are two distinct plays with this same name confused by La Barrera and by Ticknor who quotes him. Mescua's play is found in vol. XXXIX of *Comedias Escogidas*, Madrid, 1653-79. The other play of the same name is by Zabaleta, and is found in vol. V, of the same collection. The second play is of a later date than the first.

Acaba, of 1602 [1], which really presents a closer similarity to the *Mágico Prodigioso* than do either the *Santa Barbara* or the *Hermitaño Galan*, but which I should not care to assume that Calderón knew. There is, moreover a play with a like motif by Calderón himself, *Las Cadenas del Demonio* [2]. Plays of this type were not at all uncommon during the Golden Age.

In what way does the *Mágico Prodigioso* resemble the *Esclavo del Demonio?* In act II, line 1432 of the *Esclavo*, we read :

> Gil : Por goçar de ti, Leonor,
> daré el alma
> Angelio (the devil) : Yo la aceto.

Compare these lines with the following from the *Mágico Prodigioso*, act II, line 1584 :

> Cypriano : Por goçar á esta mujer
> Diera el alma.
> Demonio : Yo la aceto [3].

Neither Gil nor Cypriano knew that it was the devil with whom he was making his contract, and in both cases the devil was « vestido de galan ». In the *Esclavo*, the compact is made on the spot and is more effective, but in the *Mágico*, the act is padded and the actual pact is not signed until later when the challenge

1. We find in this play the devil's trick of appearing to come out of a lady's house secretly but so as to be seen by her lover. This device is also employed by Calderón. We find here, too, the magic mirror, used in a situation similar to that in the Mágico, where the devil presents Justina to Cypriano's view, but these are all part and parcel of the magic paraphernalia of the period. Sanchez Moguel sins the other way when he ignores Mescua's *Esclavo del Demonio* in his discussion of Calderón's sources,

2. In this play, a pagan woman, Irene, makes a pact with the devil from whose « chains » she is saved by Saint Bartholemew who converts her to Christianity.

3. Cf. Krenkel : *Op. cit.*, Einleitung, p. 75.

is repeated and the force of the situation much weakened. The devil promises to teach both magic and to deliver over Leonor and Justina, both of whom had made vows of chastity. In neither case was the devil conjured up, and both students were to study magic « en una cueva ». In the *Esclavo*, it is the « cueva de Toledo. » In Calderón's play, the scene is at Antioch, and we find simply « cueva ». Both Gil and Cypriano become slaves of the devil. Cypriano, line 2636, says, « Confieso que soy tu esclavo ». Gil says, line 1568, « Tu esclavo para siempre quedo hecho. » Later in line 3071, Cypriano exclaims, « Esclavo yo del demonio ? », the very title of Mescua's play.

The next great point of resemblance I find in an incident which Calderón may have taken from the Cyprian story in the *Legenda Aurea* [1], or from a fourteenth century Spanish version, which Sanchez Moguel has included in his appendix, and which I am inclined to believe is a copy of the *Legenda Aurea* text [2]. The incident common to both is the deception practised by the devil in assuming the forms of Justina and Leonor. In both cases, when the lovers are about to embrace their sweethearts, they each find a skeleton wrapped in a cloak. It is their revulsion of feeling that makes both doubt the power of the devil. This is a very common motif in Spanish literature and in spite of what non-Catholic critics have said to the contrary, it is a powerful *coup de théâtre* which is not at all repulsive to a Spanish audience.

To discuss the last important point of resemblance between the two plays, we must turn to M. Morel-Fatio's edition of the unfinished fragment of the third act. In the completed text of the

1. Cf. ed. Graesse, Leipzig, 1850, cap. CXLII.

2. I find only a very slight discrepancy. Instead of Aglaidas who in the *Legenda Aurea* takes the form of a bird but who must change to his original form in Justina's presence, it is Cyprian who undergoes the transformation. As this incident is found only in the *Legenda Aurea*, I feel sure that the early Spanish account was modelled on it.

play, the martyrdom follows closely after the conversion. In the first draft, it is evident that Calderón originally intended to have Cypriano recover the written pact. He sees in a vision just as Gil does, the struggle for the paper between the forces of the angels and devils. In Mescua's play an angel returns the pact to Gil, in Cypriano's case, while the angel comforts him and is about to return the pact, the act abruptly comes to an end. This vision of a struggle between angels and devils is original with Mira de Mescua. In most of the Theophilus stories, it is the Virgin Mary herself who restores the pact. Thus it would seem that along with other suggestions, Calderón borrowed this idea also from Mira de Mescua.

Besides these essential points of resemblance, I accidentally hit upon another. In the facsimile of the first page of Calderón's manuscript, reproduced in M. Morel-Fatio's edition, after the word « Demonio » in the cast of characters, « Angel » is crossed out. *Angelio* is the name of Mescua's devil. It looks as tho Calderón at first intended to call his devil *Angelio* also.

But the resemblances on which I wish to lay greatest stress are the incidents connected with the devil pacts. In both plays the protagonists are students tempted by the devil to whom they agree to sell their souls. Both make compacts signed with blood; both are to be taught magic and gain possession of a woman; both receive their instruction in the black arts in a cave, and in both cases they become slaves of the devil. Calderón's Cyprian varies from the old conception of this character in two respects: (1) his Cypriano is not a magician when we first meet him, (2) he makes a pact with the devil in order to learn magic and gain possession of a woman, thus following Mescua's Gil and incidentally the conventional motive for making pacts with the devil in the sixteenth and seventeenth centuries. It is evident then that Calderón's *Mágico Prodigioso* is a combination of the Cyprian legend and the Theophilus story as found in Mira de Mescua's *Esclavo del Demonio*.

I have already stated that Gil seemed to me very like Doctor Faustus. What is the relation between Calderón's Cypriano and the Doctor Faustus of the Renaissance? — not Goethe's Faust, for all comparison between these two characters is and always must remain futile. Calderón's Cypriano and Goethe's Faust belong to distinctly different ages. They were remotely separated, more separated than the years show, for Calderón was essentially a man of his day: he incarnates the spirit of seventeenth century Spain. Goethe, on the contrary, was a man who was years ahead of his time. Between the two, there lie insurmountable differences of epoch and inspiration.

Does Calderón's Cypriano resemble Doctor Faustus in any way? No. Faustus is the wandering scholar, the loose-living conjuror of the Renaissance; Cypriano is the pagan philosopher on the threshold of Christianity. He makes a pact, it is true, to gain possession of a woman, but we are not concerned with his conjuror's tricks as is the case with Faustus. It is the struggle between the power of pagan magic and the Christian faith in God that holds our attention, abstract ideas represented by Cypriano and Justina. For unlike his contemporaries, Marlowe's Faust and Tirso de Molina's Don Juan, Calderón's Cypriano is not one of the world's great literary characters. But if we have not powerful character drawing in the *Mágico Prodigioso*, we have at least the conception of a lofty idea, the power of man's own volition to overcome temptation and to win grace. Cypriano and Faust have nothing in common but the devil pact, a pact introduced into the legend by Calderón, and suggested by a seventeenth century version of the Theophilus story, which is in all probability the source also of the pact in the Faust legend. Once we take out of consideration this devil pact which probably goes back to a common source, all analogy between Faustus and Cypriano ceases.

Chapter III.

ENRIQUE DE VILLENA, THE MAGICIAN.

I. VILLENA IN HISTORICAL DOCUMENTS.

Enrique de Villena, better known in Spanish tradition as the Marqués de Villena, was Spain's contribution of a sage transformed into a magician to the Europe of the Renaissance. Unlike Virgil and Faust, Villena's reputation was almost entirely local. I shall endeavor to trace in this study, first the historical accounts of Villena's life and works in their connection with the black arts, and then their development in legend and literature.

Enrique de Villena was born in 1384, the son of Pedro of Aragon and Juana of Castile, an illegitimate daughter of Enrique II. Very little is known of his early life except that he was more given to study than to knightly feats of arms. His father having died when he was a year old, and his mother having remarried, he was brought up by his paternal grandfather, Don Alfonso of Aragon.

Through some pretext, Enrique III. had despoiled Alfonso of several estates, and when Enrique, the grandson, came into the succession, he found his patrimony still further depleted by the rapacious monarch. He never obtained the marquisate, with which legend has credited him. Before he had completed his twentieth year, he married María de Albornoz, daughter of the « mayordomo mayor » of Enrique II. His wife attracted the king's fancy and became his mistress. In order to placate and silence Villena, Enrique made him Conde de Cangas y Tineo.

But he was not long a Conde. The « maestrazgo » of Cala-

trava having become vacant, Villena sought the position. In order to hold this office, it would be necessary to give up his wife and the newly acquired estates. This he did, and obtained the « maestrazgo », his wife meanwhile having sued for divorce on the ground of his impotence — an absurd excuse since he left two illegitimate daughters. This fact however did not save him from the ridicule which naturally followed such an accusation. But the unlucky Villena was not permitted to continue in the enjoyment of his ecclesiastical dignity. He had never received a unanimous welcome from the members of the order on account of the scandal attached to his appointment, and in 1406, when Enrique III. died, they refused him obedience. It was not until 1414, however, after a long and bitter struggle, that Villena was officially deposed and his divorce annulled.

That same year, we find him at Barcelona at the Consistorio de la Gaya Ciencia, where he wrote his *Arte de Trobar*, of which only fragments remain. He spent most of the rest of his life in obscure retirement, giving himself up to study and writing. Having lost both his countship and « maestrazgo, » he then possessed only an insignificant estate at Torralba. To 1417 belongs his *Trabajos de Hércules*, and to 1423 his *Arte Cisoria*. The *Libro del Aojamiento* was finished in 1425. He also translated the *Aeneid* and the *Divina Commedia*, two landmarks in the renaissance of Spanish letters. Several writers speak of his poetical works, none of which have come down to us. He died of gout in 1434 [1].

While at first sight the incidents of Villena's life, unusual as they were, do not seem to offer material on which a reputation for magic powers might be based, yet there were circumstances which viewed in the light of the prejudices of his day, might have given rise to just such a reputation as posterity has actually

1. Cf. Cotarelo y Mori : *Don Enrique de Villena,* Madrid, 1896.

conferred upon him. In the first place, he was intellectually far superior to his contemporaries in Spain, and that of itself was sufficient reason for his title of magician. His unusual thirst for knowledge, the fact that he preferred quiet study to feats of arms and to the gaieties of court life, to which his rank entitled him, naturally caused him to be regarded with suspicion. Furthermore his secluded habits lent him an air of mystery, giving rise to stories, circulated even during his lifetime, that he had dealings with the devil. He was avowedly interested in astrology, divination, superstitions, and in all things supernatural. He frequently mentions works on astrology and divination, showing his acquaintance with tabooed subjects. The only work of his which has come down to us, having any relations with the supernatural, is his *Libro del Aojamiento ó fascinología* [1], an unfinished treatise written about 1411.

This work gives us an excellent insight into Villena's critical mind. He was more curious than scholarly, more of a pedant than an original thinker. He paraded his learning on every possible occasion, and honeycombed his work with copious quotations from Hebrew, Greek, Arabic, and Latin authorities. He evidently believed in the power of the evil eye, and in cures for it, in so far as they were not forbidden by the Church. « Tomad de todo esto lo bueno, » he says toward the end of his work, « es á saber lo que la Iglesia universal ha por bueno é consiente vuestro cuerpo, mucho mas lo aparte vuestra anima de pecado viviendo virtuosamente. » Not only does he, in this treatise, advocate the use of remedies prescribed by the authorities he quotes, but he condemns his contemporaries for refusing to believe in them. « Los fisicos de ahora saben de esto poco porque desdeñan la cura de tal enfermedad, diciendo que es obra de mu-

1. Cf. *Revista Contemporánea*, vol. IV, 1876, p. 405 ff. for a text published by Rafael Floranes. Cf. also Cotarelo y Mori, *op. cit.*, chap. IV.

jeres, y tienenlo en poco é por eso no alcanzan las diferencias é secretos de ellos que se alcanzan en parando en ello mientes [1]. »

A treatise entitled *Tractado de Astrologia*, long credited to him, is no longer believed to be his. A lengthy gloss found in a copy of the *Aeneid* which once belonged to Villena in which he separates the forbidden arts into forty divisions is interesting.

« E la cabeza y totalidat de las vedadas sciencias es la mágia, de la cual salieron quatro principales, que son matemática, prestigio, maleficio, encantacion. De matemática salieron nueve, que son : ydromancia, piromancia, geomancia, spatulmancia, fulguraria, ciromancia, tremularia, sonorotica y auspicium. De prestigio salieron seys, que son : absconsoria, pulsoria, ludybra. De maleficio salieron dies que son : mediaria, sopniaria, invocatoria, nigromancia, stricatoria, fíbrica extoria, sortilejo, amatoria, vastatoria. De la encantacion salieron tres, que son : empérica, imprecatoria, ligatoria. De nigromancia salieron quatro, que son : atromancia, conomancia, pedoxomancia, aromancia. De stricatoria salieron dos, que son : cursoria y fascinatoria. De conomancia salió una, que es litomancia. Y así son cumplidas las cuarenta artes vedadas [2] ».

Villena was then interested in the supernatural wherever it did not lead him from the orthodoxy of the Church or from the traditional authorities of the sciences. He shared the superstitious beliefs of his epoch and was impatient with those who did not. He probably made no attempt to investigate the unknown for himself. He assimilated all that he could find that had been said, and since he had a remarkable gift for languages, the amount of material that he accumulated was stupendous for his time.

One of the chief causes for the spread of Villena's fame was the burning of his library by Lope de Barrientos, at the command of Juan II. Barrientos himself tells us in his *Tractado de Divinar*, speaking of a certain book entitled *Raziel*, « Este libro es aquel

1. p. 419 ff.
2. Cf. Menéndez y Pelayo : *Historia de los Heterodoxos Españoles*, vol. I, p. 610.

que despues de la muerte de Don Enrique, tú, como rey cristianissimo mandaste á mí tu siervo y fechura, que lo quemase á vueltas de otros muchos, lo cual yo puse en ejecucion en presencia de algunos tus servidores[1] ». He goes on to say that all the books were not burned ; some were preserved so that, in the hands of trustworthy persons, they might be used to defend the Christian religion and to discomfit necromancers and idolaters.

Juan de Mena, Villena's contemporary, laments the loss of this library in his *Laberinto*, which was written ten years after Villena's death.

« Aquel que tu uees estar contemplando
en el mouimiento de tantas estrellas,
la fuerça la orden de aquellas,
que mide los cursos de como y de quando,
y ovo noticia philosophando
del mouedor y los comouidos,
de fuego de rayos de son detronidos,
y supo las causas del mundo uelando.

Aquel claro padre aquel dulce fuente,
aquel que en el castolo monte resuena,
es don Enrrique señor de Villena
honrra de España y del siglo presente
o inclito sabio autor muy sciente
otra y aun otra vegada yo lloro,
porque castilla perdio tal tesoro
no conocido delante la gente.

Perdio los tus libros sin ser conocidos,
y como en exequias te fueron ya luego
unos metidos al auido fuego,
y otros sin orden no bien repartidos
cierto en athenas los libros fingidos
que de protagoras se reprobaron,
con cerimonia se quemaron,
quando al senado le fueron leydos[2] ».

1. Cf. Ticknor's ms. copy of this work in the Boston Public Library, p. 10.
2. Cf. ed. Hernan Nuñez, Anvers, 1552, stanzas 126, 127, 128.

Mena then goes on to treat of magicians and sorceresses, but he does not mention Villena in connection with them. According to Mena, Villena is the only modern « sabio » worthy of a place among the ancients, and he pictures him as an astrologer and philosopher. He accuses Barrientos of burning some of the books without examining them, and disposing of others without authority from the King. What eventually became of the books that were not burned has never been known.

The Marqués de Santillana, in his *Defuncion de Don Enrique de Villena* [1], is hyperbolical in his praises.

« Y bien como templo á quien falleçido
han sus columnas con gran antigor,
y vna tan sola le hace fauor,
así D. Enrique nos ha sostenido :
el qual ha por suyo el cielo elegido,
y puesto en compaña de superno coro :
con todos lloremos tan rico tesoro,
como sin recurso auemos perdido.

. . . . . .

Sabida la muerte d'aquel muy amado,
mayor de los sabios del tiempo presente,
de dolor pungido, lloré tristemente,
y maldixe Antropus, con furia indinado,
y la su crueza que no cata vado,
ni cura de sabio más que de prudente
y haze al menguado ygual al potente,
cortando la tela que Cloto ha hilado ».

Like Mena, Santillana calls Villena a « sabio » in astrology and philosophy ; there is not the slightest insinuation that he practised magic. Fernán Perez de Guzman (1405-1470), whose early life was contemporaneous with Villena's later years, was one of the first to speak disparagingly of Villena and his achieve-

1. Cf. Fernando de Castillo's *Cancionero General*, vol. I, p. 82.

ments. Although he does not actually accuse him of magic practices, he points out that Villena's studies carried him beyond the bounds sanctioned by the Church.

« Naturalmente fué inclinado á las sciencias y artes, mas que á la caballería, é aun á los negocios del mundo civiles ni curiales : tan sotil é alto ingenio había que ligeramente aprendia qualquier sciencia y arte á que se daba..... y porque entre otras sciencias y artes se dió mucho á la Astrología, algunos burlando decian, que sabía mucho en el cielo y poco en la tierra. E ansi en este amor de escrituras, no se deteniendo en las sciencias notables y católicas, dexóse correr á algunas viles ó raeces artes de adivinar é interpretar sueños y esternudos y señales é otras cosas tales, que ni a Principe real, é menos á católico Christiano convenian. Y por esto fué avido en pequeña reputacion de los Reyes de su tiempo, y en poca reverencia de los Caballeros. Todavía fué... muy copioso y mezclado en diversas sciencias. Sabía hablar muchos lenguages [1] ».

In the *Crónica de Don Juan II.*, compiled by this same Perez and others, we find : « El rey mandó que le fuesen traidos todos los libros que tenía (Villena) los cuales mandó que viese Fray Lope de Barrientos, maestro del Principe, é viese si habrá algunos de malas artes : é Fray Lope los miró é hizo quemar algunos é los otros quedaron en su poder. » This last phrase seems to give a simple explanation of a very simple fact. Lope examined Villena's library, burned some of the books and kept others which, singularly enough, he later used in his own work on divination.

The notes in Hernán Nuñez's edition of Juan de Mena, explaining the passage on Villena, are pertinent here. Ticknor dates the work 1499 [2]. Hernán Nuñez is the first to attribute the study of magic to Villena. « Diose al estudio de la sciencia y supo mucho no solo en la poesia, philosophia, astrologia, mas aun en el arte de la magica tanto que se cuentan del

1. *Generaciones y Semblanzas*, cap. XXVIII.
2. Cf. *History of Spanish Literature*, vol. I, p. 348.

cosas marauillosas[1]. » But he does not in any way detract from Villena's intellectual standing. « Despues que ha el autor tratado de los sabios presentes, y pone solo uno, Don Enrique de Villena, porque mas se dauan en los tiempos del autor a otros exercicios que no a la sciencia lo qual aun haze su singular sabiduria mas clara que fue en siglo de tanta ignorancia[2]. »

Commenting on the passage about the burned books, the editor says :

« Este sabio cauellero don Enrriq̃ de Villena siendo de grande saber, segun el autor arriba ha mostrado, dexo muchos libros de varias y diuersas doctrinas entre los quales dexo algunos del arte de la magica : los quales fueron quemados en el monesterio de Santo Domingo el real de Madrid, no por sentencia de don Lope de Barrientos como algunos falsamente piensan : sino por mandado del rey don Juan, y quemolos en el sobre dicho lugar don Lope de Barrientos obispo de Cuenca[3] ».

He then goes on to quote Lope's own statement about the matter, which I have already cited[3]. « En estas palabras, » he continues, « demuestra don Lope de Barrientos auer el quemado los libros de la magica de don Enrriq̃ de Villena, pero no por su sentencia sino por mandamiẽto del rey don Juan, el qual segun dizen se arrepintio de auerlos mandado quemar. » This seems fair, open-minded criticism. Although Villena was a sage and philosopher, he did dabble in the black arts, and although Juan II. ordered his suspected books to be burned, he afterward regretted his decree.

Zurita, in his *Anales de la Corona de Aragon* (1610), mentioning Villena's death, says :

« Tuvo una de las mas famosas librerias de todas sciencias que uvo en España que se estimaua por muy rico thesoro ; y como en ello auia muchos

1. Cf. ed. of Antwerp, 1552, p. 138.
2. p. 137.
3. p. 139.
4. Cf. p. 96.

libros de astronomia y alquimia de las quales artes fue temido como escriue Pero Carillo en la Historia, que compuso de aquellos tiempos, por uno de los mayores sabios del mūdo, quemaro muchos como si fueran de nigromancia [1] ».

Mariana refers to Don Pedro de Villena as « padre..... del famoso don Enrique de Villena de quien se tuvo por cierto que por el deseo que tenia de saber, no dudó de aprender el arte condenada de nigromancia [2]. »

Francisco de Rades y Andrada, in his *Cronica de Calatrava,* written early in the seventeenth century, goes farther than the others, and says that Villena was thought to have dealings with the devil.

« Fué grandísimo letrado en sciencias de humanidad, es á saber : en artes liberales, astronomía, geometria, aritmética y otras semejantes... de la judicaria y necromancia supo tanto, que se dizen y leen cosas maravillosas que hazía con tanta admiración de las gentes, que juzgaron tener pacto con el demonio : compuso muchos libros destas sciencias en las quales, aunque avía muchas cosas de gran ingenio y artificio útiles á la República, avía otras de mal exemplo y sospechosas de que su autor tenía el dicho pacto [3] ».

In a work entitled *Centon Epistolario,* a collection of one hundred letters, purporting to have been written by one Bachiller Fernan Gomez de Cibdareal, dated Burgos, 1499, we find a letter addressed to Juan de Mena. This book is now generally regarded as a forgery, belonging to the seventeenth century [4]. I quote the letter here in full because it was long accepted as

1. Vol III, p. 227, ed. Caragoça, 1610.
2. Bk. XIX, chap. 8.
3. Cf. Menéndez y Pelayo : *Antología*, vol. V, p. XXXVI.
4. The work was first mentioned in 1647. Llaguno, editor of the second edition, first doubted its authenticity. Cf. Ticknor's *History of Spanish Literature*, vol. III, p. 415 ff. and Puymaigre : *La Cour Littéraire de Juan II*, vol. 3, p. 167, and an article in *Revue des Questions Historiques*, vol. XI, 1872, p. 526, for a full discussion of this question.

authentic and had a great influence in shaping the tradition about Villena's library :

« No le basto a don henrrique de villena su sauer para no morirse ni tampoco le basto ser tio del rey para no ser llamado por encantador, ha venido al rey el tanto de su muerte, e la conclusion que bos puedo dar sera que asaz don henrrique era sabio de lo que a los otros cunplia en nada supo en lo que le cunplia a el dos carretas son cargadas de los libros que dexo que al rey le han traydo, e porque diz que son magicos e de artes no cunplideras de leer, el rey mando que a la posada de fray lope de barrientos fuesen llevados, e fray lope que mas se cura de andar del principe ca de ser reuisor de nigromançias fizo quemar mas de zien libros ca no los vio el mas que el rey de marroecos, ni mas los entienda ca el dean de çida rodrigo ca son muchos los ca en este tiempo se fan dotos faziendo a otros insipientes e magos, e peor es ca se fazan beatos faziendo a otros nigromantes, tan solo este denuesto no hauia gustado del hado este bueno e manifico señor, muchos otros libros de valia quedaron a fray lope ca no seran quemados ni tornados si Vr. M. me manda una epistola para mostrar al rey para que yo pida a su señoria algunos libros de los de don henrrique para vos, sacaremos de pecado lanima de fray lope, e la anima de Don Henrrique habra gloria ca no sea su heredero aquel ca le ha metido en fama de brujo e nigromante... nuestro señor, etc [1] ».

Again in the seventh letter, addressed to the « virtuoso doctor Periañez del consejo del Rey, » a man who rode a long distance in a very short time was said to have done it « por arte de Don Enrique de Villena, » that is, by magic.

It was in the seventeenth century that the belief in Villena's magic powers reached its height. Not until the eighteenth century, was the Villena of Spanish literature separated from the legendary character, about whom magic tales were circulated. Both Pellicer [2] and Feijoo [3], among others, defend him. « Y lo peor es » says Pellicer, « que no se limitó a su siglo (su fama de nigromantico), sino que se propagó á los siguientes como lo manifiestan tantas hablillas y fábulas que corren aun de él. »

1. N°. LXVI. I have used the Ticknor copy of this spurious edition, Burgos, 1499.

2. *Ensayo de una Bibliotheca*, 1778, p. 65.

3. *Apologia de Algunos Personajes* in *Bib. Aut. Esp.*, vol. LVI, p. 316 ff.

2. VILLENA IN LEGEND AND LITERATURE.

In the foregoing historical and semi-historical accounts, we find already accusations against Villena of magic practices and insinuations of his dealings with the devil. Add to these rumors about him, Villena's secluded life, his abnormal learning, especially in matters closely related in the popular mind with magic, together with the burning of his suspected books, and we have ample material for the more embellished legends which followed. Villena appears in legend and literature under two widely divergent characterizations, both of which find their origin in actual historical accounts of the man. One pictures him in the dignified role of a great sage and poet. The other, which is more common, shows him a skilful magician and powerful nobleman. The evolution of a sage into a magician was not uncommon in the Middle Ages, as is shown by the legends which grew up about Solomon, Aristotle, and Virgil.

The earliest document we have, showing the legendary belief in Villena's magic powers, is a letter from « los veinte sabios cordobeses [1] », addressed to the « muy alto y mui poderoso de la insigne y gloriosa prosapia real el señor D. Henrrique, biblioteca sciencial no conocido por los Reyes de la tierra. » To Villena they turned for help in one of their experiments, for he had penetrated deeper into the secrets of the unknown than any man, and had taught them things they never dreamed of knowing. They well remembered that once, in their presence, he had called to him a flock of doves, and had caused the sun to redden with the « piedra heliotropia. » All that he had foretold with the

1. Cf. José Ramón de Luanco : *La Alquimia en España*, Barcelona, 1889, vol. I, p. 9 ff.

aid of his « piedra chelonites » had come true. Not only had he done all these things, but he had made himself invisible with the « hierba andromeno. » He had produced thunder and rain within a room, and had performed many other wonderful and unusual feats.

This letter is signed by « Los vuestros indignos servidores, humildes discipulos, los XX de la compañia, no para nombrarnos ante la alteza de vuestro saber. » Villena's reply is a long-winded, alchemical disquisition. He had spent many days and nights trying to solve their problem without success, until at last he fell asleep, and dreamed that Hermes, gorgeously attired and mounted on a peacock, appeared before him. The god led him through the five great circles of alchemical transmutations. In the fifth circle, he learned the great alchemical secrets, unknown to man, and was warned not to tell them to anyone, except those worthy of such knowledge.

We have no ground for supposing that this allegorical missive comes from Villena. Its extravagant conception strongly suggests the spirit of the Virgilius Cordubensis[1]. There is no documentary evidence to support the assumption that Villena was actually interested in alchemy, altho he may have studied it. The correspondence is important chiefly because it shows the popular opinion of him during his lifetime. It may have been the basis of some of the later developments of the Villena legends.

In the realm of folk-lore it is peculiarly difficult to establish any chronological sequence. It is very often evident that a tale belongs to a much earlier period than that in which its written form appears. We have no alternative, however, but to follow, as far as possible, the dates of the actual appearance of our material. In this particular instance, except for historical or pseudo-historical records which attribute magic powers to Villena, I find

1. See Chapter I, of this study for a discussion of the Virgil of Cordova.

no written material on the Villena legend, after the appearance of this letter and its reply, until the sixteenth century.

Luis de Pinedo, in his *Libro de los Chistes*[1] of the sixteenth century, tells the following tale. Suero de Quiñones who guarded the famous pass, and Diego, his brother, asked Villena to call up the devil for them. He refused at first, but at last yielded to their insistence. He invited them for dinner one day, arranging with the devil to serve them as waiter. The devil so impressed Suero with the excellence of his service that the latter remarked to Diego, « He is the finest fellow I have ever seen. » The dinner over, they asked Villena who his waiter was. Villena simply laughed. The waiter came into the room where Villena and his guests had withdrawn, and stationed himself there, calmly leaning against the wall. Again Suero asked who he was. Villena smiled and answered, « The Devil. » Suero turned and looked at the pretended waiter again, but overcome with the realization that he was in the presence of the devil, he covered his face with his hands, crying out, « Oh, Jesus, Jesus ! » Whereupon, he fell to the ground and was carried away in a swoon. Imagine what would have happened to him if he had seen the devil in his actual terrifying and loathsome form.

Another anecdote is told by Roman de la Higuera[2]. Some courtiers were engaged in a dispute in the presence of the king over the respective valor of Achilles and Hector. The partisans on each side became so heated that at length they came to blows. The King attempted to pacify them by separating them. Seeing that neither side would give in, Don Enrique de Aragon, Marques de Villena, called also « el Astrólogo, » a great defender of Hector, cried out : « Let us see whether these ' aquilistas ' are as brave in actions as they are in speech. » Scarcely had he spoken

1. In Paz y Melia : *Sales Españolas*. Serie I, Madrid, 1890, p. 272.
2. In his *Historia de Toledo*. Cf. Cotarelo y Mori, *op. cit.* p. 133.

when they beheld, entering the room, a phantom with flames issuing from its mouth. « Who of you dares to say that Achilles was braver than Hector ? » shouted the spectre, in a hoarse, fearful voice. And those who had been loudest in upholding Achilles were the first to take to their heels and flee [1].

It is natural that the great play-writing age of Spain should have produced works utilizing the fertile material furnished by the incidents, real and supposed, of Villena's life. The first play, of the Villena cycle, is an amateurish piece of student work by Alarcón. It is entitled *La Cueva de Salamanca*, and is one of his earliest productions, having been written about 1600 [2]. It is a confused jumble of magic tales, centering about Villena's adventures at Salamanca. The play has very little literary merit. It interests us mainly because it contains a mass of magic material, undigested by the youthful author. Chronologically, it is important, since it is the first to tell the tales about Villena which were used by later writers.

The plot is very flimsy. It is little more than a peg, on which magic tricks are hung. Two students of Salamanca are sought by the police for having participated in a midnight escapade in which the chief « alguacil » is killed and the « corregidor » wounded. Don Garcia is captured, but Don Diego, in his flight, stumbles upon the cave of Salamanca, whose magician, Enrico, rescues him, and by the aid of his magic power renders him and his servant, Zamudio, invisible to their pursuers. The Marqués de Villena, who has come to Salamanca from Madrid, falls in with Diego and Enrico. Garcia, who is a kinsman of Villena, is freed by Diego through magic, which he has learned from the

1. Luis de Zapata, in his *Carlo Famoso*, Canto XXXI, speaking of magic, says,

« La supo don Enrique de Villena
Qu'entrar à Hetor y à Achiles hizo arma. »

2 In *Bib. Aut. Esp.*, vol. XX, p. 83.

two masters Enrico and the Marqués. Meanwhile Enrico has been arrested and is about to be tried for illicit magic practices. He is defeated in a debate on magic by the « pesquisidor, » but confesses his guilt and is pardoned. The play closes with an apology of the Gran Marqués de Villena.

The following words, addressed to Villena by Diego, are puzzling, since they imply that he is not the great Villena, but a descendant, possibly a son. Don Diego calls him « Gran Don Enrique, » but adds,

> « Que sois quien del Gran Maestre
> El valor y sangre hereda. »

Also, in the apology at the end, the Marqués of the play speaks of the « Gran Marqués de Villena » whose memory he wishes to vindicate. It would seem as if Alarcón separated the Maestre de Calatrava from the Villena, who, according to legend, studied in the magic cave of Salamanca. It will be remembered that Feijoo also tells of a son of the Marqués de Villena who studied in the cave at Salamanca [1]. Villena, as a matter of fact, left no son, only two illegitimate daughters. The creation of this character is probably one of the embellishments which time gave to the actual facts of Villena's life.

In Alarcón's play, Villena has come to Salamanca in search of the cave, whose fame has reached his ears. He is eager to see the magic head, and to find out the truth about the story of the seven students who study in the cave and draw lots to see which one shall remain behind.

It is perfectly logical that Villena, the magician, should have come to study magic at Salamanca, where legend had placed a school of magic. The same explanation holds good for the placing of Villena's underground study at Toledo [2]. The play goes

1. Cf. chap. I, of this study.
2. Cf. *Ibid.*

on to tell that he had been to Salamanca before as a student, and although « amante de las ciencias, » was lured away by the call of arms to Italy. There he encountered Merlin, « hijo del diablo, » who taught him

« los efetos
Y cursos de las estrellas;
. . . . . .
Las quirománticas lineas
. . . . . .
Y por remate de todo,
La arte mágica me enseña,
De cuyo efeto las causas
No alcanza la humana ciencia,
Pues con caracteres vanos
Y con palabras ligeras
Obra prodigios, que admira
La misma naturaleza [1] ».

Zamudio, who is incredulous of the magic powers of Enrique, is the victim of several magic tricks. His wine and food are made to suddenly disappear, and a piece of coal remains in their place. He is about to embrace his sweetheart, when he finds a lion in his arms instead. Still unconvinced, he would see more proofs, so the head of an executed criminal is made to appear before him and to talk and spit forth fire. Enrique is not only a magician, but he is the powerful noble as well, and when his influence is strong enough at court to gain a point, he will not resort to magic.

It has already been shown how Diego, in answer to Villena's questions about the cave and the bronze head, tries to rationalize the legend [2]. Enrico is this living « cabeza de bronce », who teaches students the magic arts. Villena, in common with the other magicians of the Middle Ages and the Renaissance, accord-

1. Act. I, p. 88.
2. Cf. chap. I, of this study.

ing to popular belief, possessed a magic head. The attempt on the part of the author to explain this constantly recurring magic apparatus falls flat. This Enrico is Alarcón's professor of magic in Salamanca's cave. We have already seen how, in some legends, the professor was a sacristan, and in others the devil himself. Fernandez-Guerra identifies Enrico with the French mathematician, Henri Martin [1]. That French magician also went to Italy and studied « nigromancia » under Merlin. I have been unable to find any adequate explanation for Alarcón's having Merlin teach magic in Italy, as he was sufficiently well known in Spain before the Italian romances of chivalry brought him there.

In Enrico's case, the magic studies are elaborated in greater detail :

« nigromancía
La que en virtud de caractéres vanos
A la naturaleza el poder quita,
Y engaña al ménos, cuando no la imita.
Con esta los furiosos cuatro vientos
Puedo enfrenar, los montes cavernosos
Arrancar de sus últimos asientos,
Y sosegar los mares procelosos,
Poner en guerra y paz los elementos,
Formar nubes y rayos espantosos,
Profundos valles y encumbrados montes,
Esconder y alumbrar los horizontes.
Con esta sé de todas las criaturas
Mudar en otra forma la apariencia :
Con esta aquí oculté vuestras figuras :
No obró la santidad, obró la ciencia [2] ».

It is interesting to note that, in this last line, Enrico admits that these powers do not belong to the domain of white magic. In spite of his deep knowledge of magic, he confesses his inferiority to Villena.

1. *Juan Ruiz de Alarcón*, Madrid, 1871, p. 177.
2. Act. I, p. 86.

« Largamente ha disputado con él (Villena)
Admirado el viejo está
Y despues de Merlín, da
A don Enrique el laurel [1] ».

Enrico's trial consists of a scholastic debate on the question.

« Si es lícita ó no la magia
Y que fundamento tenga [2] ».

Enrico weakly defends himself with the syllogism that the study of all natural sciences is permitted ; magic is a natural science, and therefore is a legitimate study. There are magic powers in certain herbs and stones, and in certain animals, which are all created by God, a conclusive proof that magic should be placed among the recognized sciences. Furthermore, God taught this science to Adam and Solomon « como mil santos lo prueban », therefore it cannot be wicked, since it came from God. Enrico, however, does not mention the other magic powers, which he knew were not sanctioned, and which he boasted of in the preceding act. He says nothing about « nigromancía » or black magic. He describes and defends only white, or natural, magic.

To Enrico's arguments, the « pesquisidor's » assistant, a Dominican doctor, replies :

« La mágica se divide
En tres especies diversas :
Natural, artificiosa,
Y diabólica ».

Natural magic he explains in the same way as Enrico. The second species,

1. Act. III, p. 95.
2. Act. III, p. 99.

« La artificiosa consiste
En la industria ó ligereza
Del ingenio ó de las manos.
. . . . . .
Estas dos licitas son ».

The third kind, introduced by the devil, is the « diabólica ».

« se funda
En el pacto y convenencia
Que el demonio hizo
El primer inventor della ».

It would be enlightening to know who this « primer inventor » was. Perhaps this is an allusion to Theophilus.

« qué virtud,
Qué actividad, qué potencia
Tiene un carácter inútil,
Corta linea ó breve letra,
Para formar de repente
Nubes, truenos, valles, sierras,
Cosas que sin mucho espacio
No puede naturaleza ?
. . . . . .
Y asi es forzoso afirmar
Lo que muchos santos prueban,
Que es ilícita, pues obra
Por el demonio esta ciencia ».

Enrico is, of course, overcome by these irrefutable arguments, and confesses that diabolic magic, which in reality he had not defended,

« Es arte mala y perversa ».

It would appear as though Alarcón were saving his own head with this condemnation of black magic, after having permitted both Enrico and Villena to practise it during the action of the play.

The last lines of the *Cueva de Salamanca,* which are a vindication of the « Gran Marqués de Villena » although they have no direct bearing on the plot, are of great interest to us, because they introduce two of the most important motifs of the Villena cycle, the bottle and the shadow stories.

« Y porque es justo
Que el noble auditorio sepa
Por qué dicen que engañó
El gran marqués de Villena
Al demonio con su sombra,
Oid : la razon es esta.
Como el Marqués estudió
Esta diabólica ciencia,
Tuvo el infierno esperanza
De su perdicion eterna.
Mas murió tan santamente,
Que engañó al demonio : y esa
Es la causa porque dicen
Que con la sombra le deja.
Dicen que entregó su cuerpo
A una redoma pequeña,
Porque en su sepulcro breve
Incluyó tanta grandeza.
Que quiso hacerse inmortal,
Dicen, porque su nobleza,
Su saber y cristiandad,
Alcanzaron fama eterna [1] ».

It looks as though Alarcón had not been able to work the bottle and shadow episodes into the play proper, and had crammed them in at the end in this way. As in the case of the magic cave and bronze head, here is again an attempt to give a plausible explanation of supernatural phenomena. I should like to trace these two accounts to their earliest appearance. I am inclined to

1. Act. III, closing lines.

believe that they belong to an earlier date than the first years of the seventeenth century. There is a popular verse which may possibly be older than this play :

> « Como el Marqués de Villena
> te llegará á suceder:
> se picó en una redoma
> y no valió su saber [1] ».

Both this « redoma » tradition, and the shadow story, we shall find more fully developed later.

In his play, really nothing more than a student sketch, Alarcón had an abundance of material which he could not then utilize to good advantage. He gives us the first appearance of the flask and shadow stories, the first attempt to connect Villena with the cave of Salamanca and its school of magic, and the story of the seven students. But when we look for a characterization of Villena, we find none. We learn that he has studied magic in Italy, and has come to Salamanca in search of the cave. He performs a few magic tricks, and then is forgotten in the midst of the other events of the play.

Quevedo, in his *Visita de los Chistes*, of 1622, which was originally entitled, *Sueño de la Muerte y el Marqués de Villena*, makes a more artistic use of the bottled Villena story. In his dream, the author came upon a « grandísima redoma de vidrio » in which he perceived some finely chopped pieces of flesh boiling vigorously and dancing about. Little by little, one slice of flesh joined another, and from these pieces there was gradually formed an arm, a thigh, or a leg. Finally, out of the concoction, arose a full grown man. « What manner of man is this », I said, « born of a stew and a bottle ? » Whereupon, I heard a voice issuing from the vessel, saying, « What year is this ? » « Sixteen hun-

1. Cf. Cotarelo y Mori, *op. cit.*, p. 134.

dred and twenty-two, » I answered. « That is the year I was waiting for » said the voice. « Who are you ? » I asked, « you who are born in a bottle, and who yet speak and live ? » « Don't you know me ? » he demanded, « do not the bottle and the pieces of flesh tell you that I am the famous magician, Villena ? Have you not heard the story that I had myself cut in pieces and put in a bottle, so that I might become immortal ? » « All my life I have heard that story » I replied, « but I thought it a fairy tale. »

Villena then asked to be set free, but first inquired about the financial condition of Spain, a question which gives the witty author a chance to satirize the abuses of his time. After satisfying himself on Spain's status, through a long series of questions, the reconstructed Villena finally overturned the bottle, came out, and went off. Quevedo goes on to the next shade. Here we have a dramatic elaboration of Alarcón's lines, told in piquant style by a master wit. Of course this satire does not represent Quevedo's own belief. In 1629 he wrote of Villena as one « á quien la ignorancia popular ha vuelto el túmulo de piedra que tiene su cuerpo de San Francisco desta corte en redoma [1]. »

Legends of magicians seeking immortality by having themselves cut up and bottled were not uncommon in the Middle Ages and the Renaissance. The story is told of Faust, Roger Bacon, Paracelsus, and Cornelius Agrippa among others [2]. All these tales probably go back to the mediaeval legends of Virgil, who had his body cut up, pickled, and then put in a cask, which was set beneath a dripping lamp [3]. There is a curious analogy in the Greek legend of Media, the sorceress, who, in order to

1. Cf. Cotarelo y Mori, *op. cit.*, p. 42, note. The quotation is taken from a letter to the Conde-Duque de Olivares.

2. Cf. J. G. T. Graesse : *Sage vom ewigen Juden*, Dresden und Leipzig, 1844, p. 44.

3. D. Comparetti : *Virgilio Nel Medio Evo*, vol. II, p. 156.

avenge Pelias, prevails upon his daughters to cut their father in pieces and boil him, promising to restore him to youth again by her magic art [1]. This story was known in Spain, altho M. Mallinger does not mention it, as is shown by Lope de Rueda's *Armelina* which will be studied in detail in another chapter [2]. There may possibly be some connection between these reincarnation legends, and those of the *homunculus* and Mediaeval Hebrew *golem* [3].

Rojas Zorrilla, in his *Lo Que Queria Ver el Marqués de Villena* makes his protagonist a *galán* and *précieux*. His Villena puts all his learning into insipid compliments to his lady love. As in Alarcón's play, the historical setting has entirely disappeared, and the scene is again laid at Salamanca, where the magic cave also plays a part. The shadow motif is elaborated and the bottle legend is touched upon. There is again in this play an attempt to vindicate Villena.

Serafina is about to organize an « academia », a sort of poetic tournament, to which Villena, as one of the leading lights of learning in the city, has been invited. At this tournament, different questions are debated. Fileno, a magician, defends his calling and is attacked by Villena, who refuses to believe in the magic powers of man. The magician invites Villena and his friends to his magic cave, there to see and judge for themselves. The audience learns in the cave « Lo que queria ver el Marqués de Villena. » After several visits the magician makes the students draw lots to determine who is to remain behind as hostage, in return for their lessons in the magic arts. Villena is the victim, but he tricks the magician by leaving his shadow behind in his stead. An intricately involved by-play runs through this story. Villena is in love with Serafina, Serafina is in love with el Doc-

1. Cf. L. Mallinger : *Médée, Etude de Littérature comparée*, Paris, 1898, p. 5.
2. Cf. chap. IV, of this study.
3. Cf. *Jewish Encyclopaedia*, vol. VI, under *Golem*.

tor Madrid, a woman in man's disguise. Bermudez is in love with Madrid, whom he knows to be a woman, and Madrid herself is in love with Villena. Through his magic powers, Serafina is forced to love Villena, whom she begs for mercy. He promises to give her up to the one she really loves. When she discovers that Madrid is a woman, Villena is avenged for his unrequited affection. This is a bare outline of a long play full of incident and counter intrigues.

The Marqués here is not the son of the great Villena, but Villena himself, as he is called « nieto de un rey de Castilla. » This fact is all that is in any way historical about the character ; the rest is purely imaginary or traditional. This Marqués galán has turned all his learning to love pursuits.

« Por amar mi entendimiento
Con perfeccion noche y día
Cursé en la filosofia
De vuestro conocimiento :
. . . . . .
Luégo con mayor desvelo
La astrología estudié,
Por saber todo lo que
Hay dentro de vuestro cielo.
Mas si no os he de alcanzar,
Mejor me está, Serafina,
Estudiar la medicina
De saberos olvidar [1] » :

When the question is put at the poetic tourney :

« Cuál ciencia, pues,
Para la conservacion
Nuestra es la más útil ? »

the marquis answers :

1. Act. I, p. 323, col. 2 ; ed. *Bib. Aut. Esp.*

« Son
Las leyes[1] »

Why he should have chosen to offer that subject, I do not know. It does not seem to be based on any traditional study of the Marqués.

We are interested more, however, in the Marqués' attack on the defense of magic made by the magician of the cave of Salamanca, Fileno. According to him, magic is a :

« Filosofía perfecta,
Y es una ciencia evidente,
Que si el hombre la alcanzára,
Todo cuanto deseára
Consiguiera fácilmente :
Hacer que esté oscuro el día,
Que mengüe el mar cuando crece,
Ven que á todos nos parece
Milagro, pues es magía[2] ».

To which the marquis answers,

« La magia está prohibida ».

Fileno replies,

« La natural no lo está,
La diabólica será »

Whereupon Villena asks

« Quién sabe esa magia ? »
« Yo »

answers Fileno.

« Eso es lo que yo he de ver »

1. Act. I, p. 324, col. 3.
2. Act. I, p. 325.

continues the marquis, and there we have the point of the play. Fileno promises to make the sea produce flowers and to force a river to flow backward. Villena professes to have no interest in these phenomena. The magician finally tempts him with,

« Dama que te aborreciere
Haré que te quiera bien ».

Here the chorus sings,

« Eso es lo que queria
Ver el Marqués de Villena ».

After the meeting of the « academia » is over, Fileno invites the marquis to come to his cave on the morrow [1]. The marquis goes, and as he is about to enter, his student servant, Zambapalo, warns him not to do so.

« Señor, el que entrar te vea,
Cosas sobrenaturales
Ha de imaginar que intentas.
Advierte, Señor, que cria
Enemigos la grandeza » :

To which the marquis retorts,

« Qué importa, si no entro en ella
Con intento de saber
Más ciencia, aunque haya otra ciencia
Que la magia natural [2] ».

As they enter the cave, Zambapalo facetiously tells Villena not to stumble against the bottled devil, which Fileno is reputed to possess.

1. For a description of this cave, see chap. I, of this study.
2. Act. II, p. 328, col. 3.

« Mira no sea
Que encuentres con la redoma
A tiento, que si la quiebras,
Se derramará el demonio [1] ».

By means of his magic, Fileno makes chairs move about of themselves, but the marquis is unconvinced and refuses to believe the demonstration magical. The magician then bids Villena ask him to perform the most difficult task he can think of. Upon which the marquis asks to be shown everything that is happening outside in the city. In a magic mirror, he is made to see his friends engaged in a student prank. The marquis, encouraged, then wishes to see Serafina. He would also like to speak to her, but that is beyond the power of the magician. Villena, however, can hear all that Serafina says and what is said to her. Through this play within a play, the marquis learns that Serafina does not love him. To give further proof of his abilities, Fileno promises to turn her hatred into love. But even yet, Villena is not ready to admit Fileno's magic powers.

The next day Serafina comes to implore Villena to free her from the spell he has cast upon her,

« Libradme á mí mi albedrio,
Que amor tengo y quiero bien ;
Y aunque me estorbais el lazo,
No descomponeis la red : »

In Serafina's long entreaty we learn more about the marquis' position at Salamanca :

« Digo, que habrá cuatro ó seis
Años que á esta gran ciudad
De Salamanca á aprender
Ciencias y artes os condujo

1. Act. II, p. 329.

Vuestro grande ingenio, á quien
Los mayores de la escuela
Rinden vasallaje, pues
En Leyes, Filosofía
Natural, en conocer
Por la docta Astronomía
Cuanto en ese azul papel
Escribieron las estrellas
Para el mal y para el bien :
En la magia natural,
Tan dificil de entender,
Que nadie piensa que la hay
Y vos solo la sabeis :
El último y el primero
Sois,... [1] ».

A few days later, Villena and his companions are again invited to the cave. Since his last visit, he has gained the reputation of being a greater magician than Fileno. He has learned, among other things, to control the natural phenomena like all other great magicians. He can subdue the winds and obscure the light of the sun ; he can make the moon swallow up water and he can cause mountains to quake.

One of his friends, much troubled over his going to the cave, warns him of the many reports that have circulated concerning his magic powers and their possible consequences. One story has gone about, he tells Villena,

« De que á un esclavo has mandado
Que te haga gigote.
. . . . . .
Que le mandaste despues
Te meta en una redoma.
. . . . . Para ser
Immortal [2] ».

1. Act. III, p. 342.
2. Act. III, p. 344.

The real purpose of Fileno's invitation to the cave is to get Villena and his comrades imprisoned there, and then to force them to draw lots in order to determine which of them shall remain, because his master he says,

« Cuando me enseñaba,
Con condicion me enseñó
Esta ciencia no adquirida,
Que aqui venís á aprender
Que su esclavo habia de ser
Como en la muerte en la vida,
Y que de cuantos mi engaño
Enseñase la magia,
Un discípulo le habia
De dar por feudo cada año [1] ».

The four students protest that they had made no such agreement; but the magician has them at his mercy, and compels them to do his bidding. The marquis is the unlucky one, but in no way perturbed, he tells his friends to go to Serafina's house, where he will shortly join them.

« Mi sombra le he de dejar ».

says the marquis to himself.

« El sol he de escurecer,
No me he de apartar de aqui :
A la noche semejante,
Vario el dia quedará :
. . . . . .
Pues ahí queda mi sombra [2] ».

As he says this, the stage direction adds, « When the magician is about to grasp the marquis, the light is obscured with a veil

1. Act. III, p. 345.
2. Act. III, p. 346.

and instead of the marquis, Fileno seizes Zambapalo. » Upon discovering that he has been tricked, he cries out :

« Ay, el Marqués me engañó !
Vive mi pena inmortal,
Con la magia natural
La diabólica burló,
Siendo yo quien la ha enseñado : »

Then he sinks beneath the earth exclaiming,

« Infierno, dónde te escondes[1] ? »

Suddenly the daylight appears again, and Zambapalo finds himself in front of Serafina's house. On entering, he sees the marquis, who explains his presence,

« Burlé al mágico Fileno,
Porque tiene tanta fuerza
La natural magia, que
La demoníaca mesma
Quedó burlada con ser
Espíritu quien la enseña ».

But the play is not over yet. The marquis must make another apology to posterity,

« Porque la magia he estudiado,
Y no por usar mal della,
Que el deseo de saber
Sólo ha sido por saberla :
Piensa el mundo que me quiero
Hacer inmortal,.... »

In this play both the bottled devil and the bottled Villena motifs are touched upon. They were probably distinct legends,

1. Act. III, p. 346.

one going back to the Virgilian cycle, and the other possibly to post-biblical tales of Solomon [1]. It is not clear in what respect Villena's so called white magic differs from Fileno's black magic. Perhaps Rojas Zorrilla too was trying to avoid any difficulties with the authorities by calling the variety of magic he uses white, condemning at the same time black magic. This author is the first to use the story of the seven students of the cave of Salamanca and the escape of Villena, who leaves his shadow behind, Here there are but four students and their instructor is a magician who has dealings with the devil, not the devil himself. The episode is very dramatically worked out and is one of the best parts of the play.

The obvious attempts to vindicate Villena's name in both Rojas Zorilla's play and Alarcón's, after the exploitation of the legends about him, are puzzling. It requires no less than eighty lines for Rojas Zorrilla to assert that Villena's influence was for good. We may find a possible explanation in the fact that Villena was of royal stock, and loyal subjects might be accused of lèse-majesté in ascribing to him dealings with the devil. Although Alarcón and Rojas Zorrilla utilized the legendary matter, they took great pains to label it as such. Villena was not handled so carefully by writers of the nineteenth century.

Towards the close of the century (1690) a German traveller, Johann Limberg von Roden [2], tells a marvellous story in which he combines the shadow incident and the bottled Villena myth. He had been told that in « S. Pollo » street, under a house formerly inhabited by a baker, there used to be a cave, containing palatial apartments and beautiful gardens, where the devil conducted a school. There he always maintained and instructed

1. Cf. chap. I, on Virgil of Cordova.

2. In *Denkwürdigen Reisebeschreibung*. Cf. Edmund Dorer : *Heinrich von Villena* in *Archiv für das Studium der Neu. Spr.* LXXVII, p. 129 ff.

seven students until they became proficient in all arts and sciences, making the condition, however, that when they had finished their studies, the last of the seven must serve him forever in payment. Now it happened that in one of the groups, the « Marqueso de villano » was the last to finish his studies, and according to the contract, should remain behind as the devil's hostage. « Stay here, Villano, you are the last, » said the devil. « No, I am not the last, » answered the Marqueso, « take this, » and he left behind his shadow. The devil seized the shadow, and thereafter, neither by night nor by day, did the Marqueso possess a shadow.

Among other secrets, Villano had learned of the devil how the old might make themselves young. He thought to profit himself by this magic knowledge. Accordingly, in his last years, feeling that his end was approaching, he bought some black slaves, and, after sending away all his other servants, he commanded the new ones to kill him, to cut his body up in small pieces, to put the pieces into a glass bottle, and then to bury the bottle in a pile of horse manure. The slaves carried out their master's commands. Some time later, the old servants of the marquis returned and demanded of the slaves what had become of their master. They answered that they did not know. Suspicion having fallen upon them, the blacks were imprisoned, and under torture confessed what they had done at the command of the marquis. The officers of the law went to the spot where the bottle had been buried, and, on causing it to be dug up, they found in it a well-formed child. After a long deliberation, it was decreed that the bottle and its contents, being a diabolical manifestation, must be destroyed by fire. Thus was Villano's attempt at attaining immortality frustrated.

This story of Johann Limberg, which we shall see further developed in chap-book literature, seems far more realistic and less puerile than the Virgilian legend of reincarnation. There, when the cask containing the remains of the magician

is opened, a naked child flies out and circles about [1].

The statement that « thereafter neither by night nor by day did the marquis possess a shadow » seems to afford a point of departure for Chamisso's *Peter Schlemihl*, for in none of the preceding accounts are we left to infer that, after tricking the devil, the marquis was obliged to go through the rest of his life without a shadow. It would be interesting to find out whether there is any connection between Villena and Peter Schlemihl. That the Villena story became known in Germany is evident by this account of Johann Limberg. Moreover, in some descriptions of him Villena is made to appear somewhat of a « schlemihl. »

In the seventeenth century treatments of the Villena legend which we have just reviewed, there is little or no historical matter. In the series which follows, the historical setting forms the background and the legendary element is incidental. In *El Rey Enrique el Enfermo*, « de seis ingenios, » of 1657, the Marqués de Villena plays an important role [2]. Despite an overabundance of authorship, the play has some sequence. It adheres, in the main, very closely to historical facts. The plot centers about the love of King Enrique for María de Albornoz, who has just been married to Villena. She repulses the king, but he, in order to possess her, puts Villena out of the way by making him Maestre de Calatrava, the former incumbent having just died. To accept this position, Villena must give up his wife. This he does, obtaining a divorce on the grounds of impotence. María, however, still loves him and tries to win him back, even after the divorce. Villena ignores her and goes to Calatrava. María enters a convent in despair. Although the King has appointed Villena Maestro,

1. Cf. Comparetti : *Virgilio Nel Medio Evo*, vol. II, p. 156.

2. In *Comedias Nuevas Escogidas de los Mejores Ingenios de España*, vol. IX, Madrid, 1657. According to La Barrera, the six authors were Zabaleta, Rosete, Villaviciosa, Martínez de Meneses, Cáncer, and Moreto. The last pages of the play are lacking in the volume of the Ticknor Collection.

the pope refuses to sanction the decree of divorce, and the marquis is obliged to give up the position. On his way back to his estates, he meets María who has repeatedly repulsed the King. Villena does not recognize her, and she attempts once more, disguised as a shepherd girl, to recover his love. The outcome probably is that Villena and María will be brought together again. Villena is referred to by different characters of the play as « astrólogo », « duende, » « hechicero, » « brujo, » and « nigromante. » He boasts to the queen that with his magic mirror :

« Con mi arte peregrino
quanto viue, y ay presente
traigo a los ojos patente [1]. »

By the aid of this mirror he presents to the gaze of the Queen. the King making love to María.

According to Villena's servant Cortés, the marquis is on familiar terms with demons.

« y que con sola una voz
al demonio mas feroz
miras a tus pies postrado [2].
. . . . . .
De los diablos no me espanto
que suelo en mi casa ver [3]. »

This servant also is destined to put his master into a bottle :

« Si es verdad que he de picarte
y hecharte en una redoma
para que siendo inmortal
veas desta Monarquia
los aumentos cada dia,
. . . . . .

1. Act. I, p. 436.
2. Act. I, p. 435.
3. Act. II, p. 440.

Y aquesto de la redoma
es verdad ?
MAR. Como es possible.
CORTÉS. Quien suele hazerse inuisible
y lo que sucede en Roma
sabe desde su aposento :
porque no lo podrà hazer ?
que de cosas podràs ver,
de pesar, y de contento
si viues diezientos años,
en essa redoma, o bote,
hecho tu cuerpo gigote [1]. »

Villena is represented then as an unfortunate individual who was loved by a beautiful woman, yet gave her up, acknowledging himself impotent and refusing her love, although she offered herself to him after divorce. Not only did he lose his wife, but also his « maestrazgo, » for which he had sacrificed her. This was the Villena who knew,

« mucho del cielo, y poco de tierra, »

as one of the chroniclers has described him. Here again Villena is characterized as something of a fool.

Lope de Vega's *Porfiar Hasta Morir*, a play of the Macías series, contains a character named Maestre de Santiago. No other name is given him thruout the piece. Since later plays made Macias servant of Villena, this one has been included among the Villena cycle. There is in it, however, absolutely nothing to substantiate the belief that the maestre of this play is really Villena. None of the incidents of Villena's life, historical or legendary, are utilized. Furthermore this maestre is not the head of the order of Calatrava, but of that of Santiago. In Lope's play, the wife of the maestre is Juana and not María [2].

1. Act. I, p. 435.
2. See Menéndez y Pelayo's ed. of Lope, vol. X.

In the *Español Mas Amante y Desgraciado Mazias*, de Tres Ingenios [1], we have a very mediocre play, in which Villena is actually master of Macias. The first to associate Villena with Macias was Argote de Molina [2], and later authors have accepted this relationship although Macias died a few years after Villena's birth. In this play the marquis is :

> « el que con su Astrologia,
> puede ser, que alguna vez
> que los Luzeros atisva [3]. »

We learn also that master and servant studied at Salamanca together. The action, however, is mainly concerned with Macias, and Villena is a minor character.

The eighteenth century gives us very little Villena material. I have already mentioned [4] that it was the son of the marquis who tricked the sacristan at Salamanca in Juan de Dios' account quoted by Feijoo [5]. The manner in which he made his escape required no magic knowledge. In the little room where he was imprisoned for not being willing to pay for his six colleagues, there was a large earthen water jar. It was cracked, and therefore happened to be empty. Villena hid himself in it, replacing the cover in such a way that the objects on top remained as if undisturbed. That evening when the sacristan and his servant came to bring the prisoner supper and a light, they were astounded at not finding him. Seeing that one or two magic books were lying open on the table, they immediately inferred that the marquis had utilized his magic knowledge to free himself. They went out, not troubling to lock the door after them. As soon as

1. In *Comedias Nuevas Escogidas*, Parte 48, Madrid, 1704, p. 361.
2. *Nobleza de Andaluzia*, Seville, 1588, chap. CXLVII.
3. Act. I, p. 364.
4. Cf. Chap. I, p. 57.
5. *Teatro Critico*, Cf. *Bib. Aut. Esp.*, p. 377.

the marquis was satisfied that the sacristan and his students were asleep, he climbed out of the jar, picked up a bunch of keys, which he found hanging on a door, and made his way to the church. By the dim light of the altar lamp, he was able to distinguish a curtained alcove. He hid behind the curtain and waited for the church door to open for service the next morning. As soon as he dared, he got down from the altar, and falling on his knees, he pretended that he had entered the church to pray. He watched for his opportunity and slipped out without being seen. A few days later, the marquis returned the keys and made public the whole affair, saying that he had joined the class merely out of curiosity. Subsequently he used his influence to have the school discontinued and the sacristan removed.

The first half of the nineteenth century was very prolific in Villena literature. The romantic movement resurrected Villena, and along with him, Macias, the ideal poet-lover, whom popular tradition made the servant of the great magician. Based on the Villena legends, we find a long novel, two chap-book stories, a short tale, two plays and a poem, all of which are Spanish except the poem which is German.

In Mariano José de Larra's *Doncel de Don Enrique el Doliente* of 1834, Villena plays as important a part as the Doncel Macias himself. He might even be called the protagonist. It must be remembered in reading this novel that it was written when the author was but twenty-five years old. In spite of Larra's unquestioned precocity, this was hardly an age for him to have produced a mature, finished piece of work. Yet with all its imperfections, this is the only novel of the Romantic period in Spain that has survived. The greatest defect of the work lies in the fact that Larra has not given us an accurate picture of the early fifteenth century. He has not only distorted the setting, but the characters themselves. We have a powerful, vivid portrayal of Villena who is blackened into a cowardly, unscrupulous vil-

lain, in vivid contrast with Macias, the model of honor and chivalry. The love of Macias for Elvira forms but a sub-plot. It is not a love of the fifteenth century, but a Romantic love of the early nineteenth.

It is difficult to determine the source of Larra's novel, which presents many new features, not found in the legendary accounts prior to the nineteenth century. Is it based on a chap-book entitled *Historia de los Principales Acontecimientos del Celebre Hechicero Don Enrique de Villena*. The edition of this chap-book that I have used is dated 1848, but it is entirely probable that the story, as it is told there, was known long before that time. If Larra did not use this chap-book story, then its compiler made use of Larra's novel because there are paragraphs in both that are absolutely identical word for word. Yet in certain important incidents in the plot, they differ widely. In the chap-book version, which is a mere sketch compared with Larra's elaborate work, the events are fierce and bloody. In the novel they are softened by a literary pen. The characters in both, many of them new to the legend, have absolutely the same names.

Whichever way it was, Larra's Villena is purely fictitious. There is very little trace of the historical personage in him. The plot is this : Villena, in order to become Maestre de Calatrava has his wife María kidnapped and gives out that she has been killed. Elvira, lady in waiting to María, accuses Villena of the crime. The king orders her to produce a champion to prove her assertion by the test of arms. Macias champions her cause, and Vadillo, Elvira's husband, jealous because of his wife's love for Macias, offers to fight for Villena. Meanwhile Villena has spirited Macias away to the same castle where his wife is confined, and thus Elvira is left without a champion. Suddenly Luis de Guzman, rival for the « maestrazgo » appears on the lists in Elvira's defense. He is vanquished by Vadillo. Just as the king is about to pronounce against Elvira, María, who has been freed from her prison, appears, and Villena is forced to flee. He exculpates

himself later by saying that he divorced his wife because he was impotent. Through María's intercession, Villena is pardoned and lives the rest of his life in retirement. But Macias and Elvira must be disposed of by the author, and in true Romantic fashion he has Macias killed in the struggle to capture Villena's castle, and he makes Elvira die mad.

In his characterization of Villena, Larra keeps the traditional features of his great learning and his reputation as a magician. But with his Romantic desire to create an antithesis between Macias and Villena, he makes the latter a violent and ambitious schemer, who would stoop to every villainy short of murder. « Soy ambicioso, pero creo que hay un Dios [1] », he tells the astrologer Abenzarsal, when the latter counsels him to murder one of his enemies. He is an « incomprensible mezcla de devoción y de impudencia, de religion y de vicios [2] ». In his endeavor to persuade Macias to abduct his wife he calls the chivalrous scruples of Macias « fórmulas vacías de sentido, inútiles. » His unreasoning anger blinds him when his plans are crossed, and on one occasion, he very nearly strangles a servant who had bungled an order.

To his wife who loves him, he is cruel and calculating. He insults her, when she attempts to win his love. When his ambitious projects require an annulment of his marriage, he would force her to consent to it at the point of the dagger. In the incident of the abduction of his wife, Larra would make Villena a hypocrite to boot. As he is feigning a reconciliation with her, six masked men suddenly enter the apartment, bind Elvira to a post, and carry off María. Villena, meanwhile pretending to fight valiantly, as if to prevent them. This same incident occurs in the chap-book, where there is much bloodshed. There it seems to be in keeping with the rest of the story, and is what might

1. Cf. ed. Garnier : *Obras de Figaro*, Paris, 1870, vol. I., p. 331.
2. p. 334.

be expected. In Larra's novel, on the other hand, the episode seems puerile and crude. It lacks the force of the chap-book's naive account. It is one of the passages which leads me to believe that Larra's work was taken from the chap-book story.

According to Larra,

« Don Enrique era corta estatura ; sus ojos hundidos y pequeños tenian una expresión particular de superioridad y predominio que avasallaba desde la primera vez á los más de los que con el hablaban : su voz era hueca y sonora, calidades que no contribuían poco á aumentar en el vulgo la impresión mágica que en los ánimos débiles ejercía. Su nariz afilada y su boca muy pequeña le daban todo el aire de un hombre sagaz, penetrante, vivo, falso, y aun temible [1]. »

The only absolutely true part of this description is the shortness of Villena's stature. The rest is traditional, embellished by Larra's imagination.

There is an element of mystery in everything that Villena does. His private study is an alchemical laboratory very minutely described, a description which is paralleled in the chap-book story. This laboratory is held in great awe by his servants. « No tocaría á una redoma de esas por mil demonios. Quien sabe cuantas legiones de demonios podrán caber en cada uno ? » says one of them who considers his master a full fledged « nigromante [2] . » His writings are considered by them « signos diabólicos » and « encantos. » When Villena gives money to his « juglar », Ferrus, he threatens to turn it to lead and even to fire if he is not served faithfully. He is represented as making all his exits and entrances through secret doors.

His castle at Arjonilla, where he has hidden his wife is enchanted. The astrologer Abenzarsal has promised to make him a magic head. « Os aseguro », he tells the astrologer, « que

1. p. 255.
2. p. 232.

si la tuviera en mi poder, como debiera a la hora esta, ya la habría hecho decir cosas buenas y oportunas acerca del asunto [1] ». Villena's rival Guzman, in his struggle to oust him from the « maestrazgo », accuses him of having « inteligencia con los espíritus », and brands him as an

« afeminado cortesano, un intrigante ambicioso, un rimador, un nigromante... Había quien lo habrá visto horas enteras evocando manes de los difuntos... Había quien le habia visto sepultarse en una larga redoma y desaparecer á los ojos de los circunstantes ; y hasta llegaba á probar que había estado en más de una occasion en dos partes opuestas á un mismo tiempo, lo cual como convinieron todos, no podía obrarse sino por arte de demonio... de lo cual era forzoso inferir que don Enrique le habría vendido su alma [2]. »

Larra disposes of Villena at the end of his novel by stating « es cosa sabida que después de su muerte quedó hecho trozos en una redoma, como hechicero que había sido. »

The chap-book, *Historia de los Principales Acontecimientos del Celebre Hechicero Don Enrique de Villena*, contains practically the skeleton of Larra's *Doncel*, with a few variations and a different ending. Villena is endowed with still another magic power. By the aid of certain varicolored powders he is enabled to hear any conversation that he wishes. Toward the end of the story, Villena, with the help of the devil, puts the king in a bottle to get him out of the way, and he has himself proclaimed regent. Later, when it suits his pleasure, he frees the king. Villena's end is much more dramatic than in Larra's novel, for, true to his character of alchemist, he is finally destroyed by an explosion in his laboratory.

A few months after the *Doncel* was written, Larra's play *Macías* appeared. Here he made use of the same principal characters as in the novel, but the centre of interest has changed. The action is concerned only with Macias and Elvira ; Villena

1. p. 464.
2. pp. 320 and 371.

is but a subsidiary character, as in the earlier plays of the Macias cycle. The play is written in the old Spanish meters of the Golden Age, but its spirit is romantic. It is a pale reflection of *Antony* and *Hernani*. Larra, however, was neither a poet nor a dramatist. In spite of its weak points, he was more felicitious in the *Doncel*, for his real talent lay in his mastery of a vigorous prose style.

The Villena of the play is no longer the scheming villain and magician, he is the dignified noble and man of letters, the protector of his followers. In his earlier work, Larra, as we have seen, tried to vilify Villena in every possible way ; in the play, on the other hand, he seems to wish to defend Villena's reputation against his own former attacks. This same difference in the characterization of Villena is to be found in the earlier plays of the Macias cycle and in the chap-book story.

Angered by the request of a friend to foretell the outcome of a certain event by the aid of his astrological knowledge, the Villena of Larra's play exclaims :

« Vulgo estúpido, ignorante !
Yo dado á la nigromancia ?
Yo astrólogo ? Yo adivino ?
Yo docto en la judiciaria ?
Solo porque ven mas libros
Reunidos en mi casa
Que en todo el reino ? Y acaso
No pueden ver lo que tratan ?
. . . . . .
Y ese espíritu que llaman
Maligno, puede en el mundo
Hacer bien, ni mal ? Me holgara
De saber en donde habita
Y verle á alguno la cara [1] ! »

1. Act. II, sc. 2.

He is not concerned with summoning demons, as the ignorant believe, he is quietly engaged in his literary work. To his servant he says :

« Rui Pero, aquellos papeles
Que dejo esparcidos guarda,
Que es el arte que le escribo
De trobar en ciencia gaya
A don Iñigo Mendoza,
El Marqués de Santillana [1]. »

Espronceda, in his *Diablo Mundo*, makes a passing reference to Villena :

« Es cierto que allí van también profanos
En busca de las lindas profesoras,
Hombres sin duda en su pensar livianos,
Que de toda hacen burla á todas horas.
Sin gravedad, de entendimiento vanos,
Gentes de natural murmurdoras,
Que se mofaran de Villena mismo
Evocando los diablos del abismo [2]. »

La Redoma Encantada (1839) of Hartzenbusch is the only play in Spanish literature in which the bottle legend is elaborately developed. The author, who is very fond of introducing magic elements into his plays, takes us into the world of witches and enchantments. It is the year 1610. Garabito, the gracioso, has taken refuge from a pursuer in the house of the witch, « la tía Marizápalos », who has just died. He stumbles into a large tub, filled with a magic liquid, and immediately takes the form of the dead witch. He next finds himself in the cave of Baharona, the meeting place of witches and wizards, where the « archi-

1. Act. II, sc. 5.
2. Canto I, p. 201, ed. *Obras Poéticas*, Valladolid, 1900.

mága Marizápalos » held sway before her death. Thinking that he is their queen, the throng greets him with :

« Marizápalos inclita viva
De la magia maestra sútil[1]. »

In the stage directions of this scene, we read, « En el fondo se ve en un nicho, la redoma encantada. » The greetings over, Garabito, without any preamble, makes the following speech to the assembled company : « Sabios compañeros..... la hora en que el ejercicio de la hechiceria se abandone para siempre en España, va á sonar al instante. Excrito[2] estaba, como sabeis, en nuestros libros profécticos que nuestra secta cesaría de existir en esta Pecninsula 273 años después que desaparecciera del mundo el superemínente mágico de las Españas, el célebre Don Enrique de Aragón, Marqués de Villena ! »

We are not told how Garabito, a stranger to these witches and wizards, knew all this. Interrupted several times in the course of his speech, he subdues his subjects with the terrible oath, « si me faltan al respeto..... voto á la redoma del Marqués de Villena ! » He continues : « en esa redoma yace, cual sabéis, encantado el reformador de la magia en Castilla el nunca bastante redomado, digo, renombrado Marqués de Villena..... En el momento en que una mano atrevida quebrante ese vaso, volverá el Marqués de Villena á contarse en el número de los vivientes. » He then dismisses the company, and declares the sect of witches and wizards extinct in Spain. Villena alone of the magical band remains, bottled up in the « redoma ». Striking the bottle with his staff, Garabito breaks it. A flame bursts forth, followed by a

1. Act. I, sc. VIII.

2. The fantastic spelling of this and other words in this passage is a comic mimicry on the part of Garabito of the pronunciation of certain words by the secretary of the guild of witches and wizards.

cloud of smoke, which gradually dissipates, revealing the figure of the magician, Don Enrique de Villena.

The first words of the marquis are spoken in the Spanish of the early fifteenth century, a manner of speech which he preserves during several scenes. Hartzenbusch later finds this archaic phraseology too difficult to maintain, and he permits Villena to lapse into modern Spanish. Garabito tells Villena that he is in the magic cave at Baharona, whereupon the latter soliloquizes :

> « A las mientes se me viene
> La mi redoma, mi gran
> Encantamiento. »

Garabito wants to be restored to his former shape, and Enrique, desirous of testing the power of his magic ring, cries out :

> « Criatura contrafecha
> Torna á tu ser natural. »

The conjuration proves effective, and Garabito is once more a man.

Enrique then asks Garabito to name a wish that he would like to have fulfilled. « Vengeance on one Conde de Biznaga » cries Garabito. Enrique then invokes the « genios del aire » to help him. Through their magic assistance the marquis and Garabito are enabled to see and hear the conde and his minions plotting to carry Dorotea off to the « Castillo de la Cabeza Encantada. » There the conde plans to deceive Dorotea by a mock marriage. Garabito praises the beauty of Dorotea, and Villena commands the spirits to place her before his eyes. Struck by her charm, Villena espouses her cause, and determines to frustrate the count's schemes.

Chastened by the errors of his former existence, the marquis from this time decides to lead a virtuous second life with Dorotea as his companion. By the aid of the magic ring, Garabito assumes

the form of his enemy, Don Lain, major-domo of the count, and Enrique becomes the count himself. The rest of the play is woven about the comedy of errors that ensues, sometimes humorous, at others puerile and tedious. Enrique, in the form of the conde makes ardent love to Dorotea and marries her.

The next act takes us to the « Castillo de la Cabeza Encantada », whither Enrique and Dorotea have gone. The witches have been robbed of their wealth by the marquis, who accuses them of evil practices and has them all imprisoned in a wood near the castle. Garabito comes among them and is mistaken for Don Lain. They try to enlist his help in capturing the marquis and gaining their freedom. Forming an army of which the actual conde is general, they prepare to attack the castle. To oppose them, Enrique proposes to use the inhabitants of an enchanted cave which is near the castle. But some other than he must cast the spell to disenchant them. Garabito is given the magic book, but makes a slip in the conjuration, and, instead of an army of soldiers, he calls up a horde of monkeys.

Enrique, meanwhile, has disclosed to Dorotea that he is not the Conde de Biznaga, but « Enrique de la redoma. »

> « La magia es mi profesión
> Pero es blanca, y te aviso
> Que la ejerzo con permiso
> De la Santa Inquisición [1]. »

In the last act, the marquis and his simian army are defeated, and the castle is captured and blown up. Dorotea and Enrique are in the « Cueva de la Cabeza Encantada, » filled with statues in stone of persons who have been enchanted. They too soon turn to stone in each other's arms. Garabito has been blown to pieces in the fray, and parts of his body come flying down a chimney

1. Act. III, sc. 8.

in a house where some soldiers of the conde are stationed. They sew his body together, fire a volley into it, and he comes back to life. He has lost his magic book however, and is powerless against the hostile soldiers who throw him into the enchanted cave. Here he has hair-raising adventures with statues and monsters. Fulfilling certain conditions which he finds written on the wall, he breaks the magic charms, and frees the marquis and Dorotea from the enchanted spell, restoring them to life again.

To my mind, the bottle scene, which is not entirely original with Hartzenbusch, is the best of the play. While there are, here and there, in this work humorous touches, in the main, it is loosely constructed, filled with impossible situations, and entirely lacking in any literary merit. Although Villena plays so large a part in the actual incidents of the plot, his role is that of any magician. Of the traditional Villena there is no trace, with the single exception of his reincarnation through the bottle.

There is another chap-book, dated 1864, *La Historia del Marqués de Villena ó la Redoma Encantada*, which gives us the most elaborate of all the accounts of the bottle episode. It is, in my opinion, the best told of the Villena legends. The plot is developed as follows. It is widely known that the Marqués de Villena made a pact with the devil, promising to surrender his soul at death in return for having every wish fulfilled during his lifetime. Villena occupied himself constantly in trying to find a means of enjoying the advantages of the devil's help, and then, in the end, outwitting him, for the devil is not so crafty as most people believe him to be. The problem of the Marqués was to evade his obligation in the pact by prolonging his life indefinitely, or by returning to life after death. He possessed a secret formula for reincarnation, which he could use in a last extremity. To carry out his schemes, Villena must provide himself with a substitute, who should assume his form when he came to die, thus deceiving the devil into believing, on seeing the supposed marquis go about as usual, that he was still alive. The marquis had a black

slave of whom he was very fond, and who never left his side, either by day or night. Many persons, seeing this constant companionship and knowing Villena's reputation, insisted that the slave was a fiend of hell, an obviously impossible supposition, since the marquis planned to deceive the devil through him, by making the black his substitute after his own death. Among other magic paraphernalia, Villena had in his possession a magic hat, which was to play an important part in the deception he planned to perpetrate.

One night he awakened the slave and gave him his instructions.

« Mark this, dear Ali, when you see me at the point of death, do not leave my bedside for a single moment, and above all let no one in to see me. I want no doctors, for they would kill me before my time. I want no servants for they would rob me of everything I have. Neither do I wish to see my wife, for from the moment she would be sure my end was near, she would set about planning another marriage. You alone must stay with me, and woe to you if you do not carry out all my commands ! »

The slave promised to obey his master's orders to the letter. Then the marquis continued.

« Do you see this hat ? As soon as I cease to live, put it on your head, and you will immediately assume my form. Everybody will believe that you are the marquis, and you will enjoy all the advantages of my position. But be careful to keep your head covered at all times. Never take the hat off, for if you do, you will at once resume your own shape and that will ruin me forever. Take my body to my laboratory, to which you alone have the key, lay it on the big table there, and cut it up into the smallest possible pieces. Mix everything together, bones, flesh and blood, and, when the mixture looks like hash, put it all into the bottle standing behind my easy chair. Then hide the bottle, and take every precaution that no one touches it. See to it that you carry out these instructions, for even after my death, I can find a way to destroy you. »

Sometime after this conversation, the marquis fell very ill, and the slave, following his master's wishes, allowed no one to go near him. The marquis died, and Ali immediately put on

the magic hat. Thus disguised he received the congratulations of Villena's friends on his supposed recovery. He then cut up his master's body and hid the pieces in the flask, as he had been instructed. Eight months passed. Everybody treated Ali exactly as if he were the marquis. The good slave enjoyed the situation and hoped it would continue. But presently it became noticed that the marquis never took off his hat; neither at table, nor in bed, nowhere did he uncover his head. At first this peculiarity was regarded as an eccentricity of the marquis, but, when it was remarked that he never went to court nor to church, and in general avoided mingling with his fellows, it began to be whispered about that he was a magician and sorcerer.

What was the devil doing meanwhile? Nothing, for duped by the marquis' ruse, he supposed that Villena was still alive. But dark deeds cannot remain hidden forever. One morning the marquis, or rather Ali, was forced to pass a church. He quickened his pace so that no circumstance might force him to take off his hat. Unlucky chance! The church door opened and a priest appeared, carrying the viaticum to a sick person. Everyone near paid fitting honor to the holy emblem except the supposed marquis, who tried to hide himself in a doorway to avoid uncovering. His action only emphasized his unwillingness to follow the simple custom. A crowd immediately gathered, crying out against such heresy. One bystander, more indignant than the rest, knocked off the hat.

How startled were the spectators on perceiving before their astonished eyes, instead of the marquis, his ugly black slave, Ali! Completely bewildered, the imposter did not have left sufficient presence of mind to pick up his hat and cover his head again. The crowd swelled, and clamored for a punishment of the miscreant. Every one had a different explanation to offer for the miracle, certain ones among the crowd even asserting that the marquis had been changed into this horrible form because of his godless behavior.

The police took the matter in hand, and the trembling black was dragged before a court of justice amid the jeers and jostlings of the people. In the presence of the magistrates, he confessed the plot, revealing the spot where the bottle was hidden. Followed by the multitude, the judges went in a body to the place designated, found the bottle, and carefully examined it. What was their astonishment to perceive within it a body resembling that of an eight months child, floating in a yellowish liquid ! It lacked but one month for the marquis to be born again and to enter once more into the light of the world ! The slave was beheaded for his participation in this unholy business, the bottle was broken, and its contents safely buried out of sight. The death of the marquis was thus assured, and the devil won the game.

The date of this legend is of course earlier than 1864. Its principal elements were already used in the story told by Johann Limberg in 1690. But here the details are more elaborately worked out, and the story is told more forcefully and dramatically. Furthermore one single incident of Villena's magic career is skilfully developed, with the result that this anonymous tale has more coherence and unity than many another more ambitious literary production of this Villena cycle, most of whose authors have tried unsuccessfully to weld all the different legends into one single story or play.

There remain to be discussed two versions of the shadow motif. One is a short tale found in Fernan Caballero's *Cuentos y Poesías Populares Andaluces* [1]. A chance allusion to the Peña Carmesí offers an excuse for the story. The Marqués de Villena studied with the devil at the Peña Carmesí. Every day the devil lifted up a slab which covered a tablet where the daily lesson was written. In this school the marquis learned so much that he

1. Seville, 1859, p. 75.

finally surpassed his master. The devil, becoming jealous, one day let the slab fall on the marquis intending to kill him. But Villena, suspecting the devil's scheme, was on his guard, and at the critical moment, he leaped aside, thereby saving his life. But the descending slab caught his shadow, and so it came about that the marquis was thereafter shadowless. Caballero herself, in a foot-note discussing the provenance of this story, mentions *Peter Schlemihl*, and she acknowledges an uncertainty as to whether the shadow legend comes from northern or from southern Europe.

The only non-Spanish treatment of the Villena legend is Theodor Körner's poem, *Der Teufel in Salamanca* [1], which offers no new material.

> « Zu Salamanca im Kellergewölbe
> Der Teufel auf dem Katheder sass
> Wie andre Doctoren, und derselbe
> Schwarze Kunst nach eigen Heften las. »

As in the Spanish versions, Villena, « der Graf », tricks the devil by leaving his shadow behind.

> « Doch noch was Wunderbares sich fand
> Denn als er in lichter sonne stand
> Erschracken alle und staunten sehr :
> Der Graf warf keinen Schatten mehr ! »

A study of the Villena legends brings the conviction that they contain ample material for a great masterpiece, but, as Menéndez y Pelayo has somewhere said, Villena lacked a Goethe to make him immortal. It is true that many of the stories circulated about Villena were told also of Virgil and Faust, but in their Spanish form, they undoubtedly have an individuality and an

1. *Sämmtliche Werke*, ed. Streckfuss, Berlin, 1855, vol. I, p. 227.

originality all their own. The divine touch of a genius might have made the Spanish-nobleman-magician a character known to universal literature.

I have endeavored to gather together here all the legends centering about this unique personality, as they have been so far put into popular and literary forms. The genius who will more fittingly employ them may even now arise in this twentieth century renaissance of Spain.

Chapter IV.

SOME MINOR MAGICIANS IN SPANISH LITERATURE.

Although Villena far overshadowed any other character in the magic literature of Spain, there have appeared here and there a few minor magicians worthy of consideration. Villena's principal rival is perhaps Eugenio Torralva, made famous by the magic pen of Cervantes. Before passing on to him, however, the Moorish magician, Mulien Bucar of Lope de Rueda's *Armelina* [1], should be mentioned on account of the use which the author made of the Medea legend—a legend which has been referred to in connection with the bottled Villena [2]. Viana, in search for his lost daughter Armelina, comes to Mulien Bucar for aid. The Moor immediately calls upon Pluto and Proserpina to help him in conjuring up Medea, the sorceress. « Haya, haya, xiñora Medea, venir á mi llamamiento. » She promptly answers his summons and gives the audience an account of herself. « Ves me aquí, yo soy aquella que por amores de aquel mancebo que tú sabes, fuí fratricida desmembrando en piéças menudas á mi pequeñuelo hermano Absirto, porque el viejo padre de entrambos, en tanto que yo huia de su vista por seguir al mi Fason, recogiendo los esparcidos y sangrientos pedaços del amado hijo, por algun espacio de tiempo se detuviese, en tanto que yo con mi nuevo esposo en las naves me recogia sin otras cosas que asi por mi sabiduría como por mi crueldad viviendo procuré efectuar. »

1. In *Colección de Libros Raros ó Curiosos*, vol. XXIV., Madrid, 1896; ed. Fuensanta del Valle. The play belongs to the third quarter of the sixteenth century.

2. Cf. chap. III, of this study.

Mulien is impatient at this long harangue. He knows Medea well enough. His interest is to discover the whereabouts of Armelina, and what magic herbs, stones, or infernal powers must be used in finding her. When Medea tells him that the lost girl is in the very city where he lives, the magician has no further use for her, and dismisses her, sending his compliments to Pluto, Proserpina, and « Canxerbero ». The fact that a Moorish magician should be made to call up a Greek mythical sorceress shows the confused, embryonic condition of Spanish playwriting in the middle of the sixteenth century. Lope de Rueda used classic figures which had filtered into Spain through Italian channels, but apparently he could not conceive of a magician who was not a Moslem. Medea's account of herself shows a second-hand knowledge of the legend, for it was Pelias who was cut up in the original story.

Torralva owes his fame chiefly to two sources, his own confession and Cervantes' lines. Curiously enough his magic reputation was not based on posthumous legends but on his own description of his magic feats. This, together with the accusations brought against him at his trial, form the basis for the accounts we have of his life[1]. In his confession, he was astute enough to mention only dead men, with the exception of Diego de Zuñiga, his accuser. Doctor Eugenio Torralva was born at Cuenca toward the close of the fifteenth century, and at an early age entered the service of Don Francisco Soderini, Bishop of Volterra, as his page in Rome. He obtained a degree in medicine in 1501, and he must have been a skilful physician, for during his lifetime he served many high dignitaries.

According to his confession, he studied philosophy and metaphysics at Rome. His excursions into these fields, and the dis-

1. Cf. Antonio Llorente : *Historia Crítica de la Inquisición en España*, Madrid, 1822, vol. III, p. 228 ff.

putes which he had with free thinkers, finally made a sceptic of him. One of his Roman friends, a Dominican named Fray Pedro, who was interested in the occult sciences, offered Torralva, in return for some slight favor, the services of a certain spirit, Zequiel. This spirit is the most lovable of any created by the sixteenth century writers. Torralva tells us that he was an « angel bueno, espíritu de intelligencia. » He abhorred the very suggestion of a pact, and sought no return for his services, « Yo seré tuyo mientras vivas, » he told Torralva, « y te seguiré á donde quiera que te vayas. » Zequiel must have indeed found Torralva more to his liking than his former master, whom he never again mentions. He does not once advise Torralva to do anything that is not sanctioned by the Church, and he even accompanies the doctor to mass. He often censures his new master for petty sins, and rebukes him many a time for professional avarice. He usually assumes the form of a blond youth, dressed in a red suit with a black surtout. Sometimes, however, he appears as a pilgrim or hermit. Although he knows other tongues, Zequiel speaks to Torralva only in Latin or Italian.

Like so many other spirits of the sixteenth century, Zequiel knew the magic secrets of herbs and of animals, that is, white magic. This knowledge he taught Torralva, and through it the doctor made marvellous cures, thereby becoming famous. He also furnished his master with money whenever he needed it, but would never disclose the source from which he himself received it. Torralva, in his confession, admits that he had gone deeply into the study of chiromancy, and that people often came to him to have their futures revealed to them. Zequiel always helped him with his prophecies which were mainly concerned with political events. Whenever he accepted money for these prognostications, Zequiel would rebuke him, telling him that he had expended no effort worth a return in money. On one occasion, when at the court of Fernando el Católico, he foretold to cardinal Cisneros the loss of a battle by the Spanish arms in Africa, the latter,

having heard that Volterra had once seen Zequiel, expressed a desire also to see him. Torralva tried to persuade Zequiel to present himself in any form he might choose, but the spirit would not consent to appear.

One day at Rome, Torralva was asked by a friend named Salcedo to accompany him out of town. He would have gone willingly, had not Zequiel dissuaded him. On that excursion, Salcedo was slain. On one occasion, Zequiel warned the doctor to tell a certain friend, Margano, not to leave the city, but Torralva, not having an opportunity to see his friend that very day, put off his visit until the next morning. Not finding Margano at home, he began a search for him. His body was eventually found a short distance outside of Rome.

The cardinal of Santa Cruz once asked Torralva to go with his doctor Morales to the house of a Spanish lady La Rosales. (Torralva evidently did not rack his brains for names, Smith or Brown would do). This lady was terrorized every night by the appearance of a phantom in her room. Morales had spent a night in the room, but could see nothing. Torralva, however, saw the figure of a murdered man, and behind it what looked like a woman. « Qué buscas aquí ? » he asked the phantom. « Un tesoro, » it answered, and immediately disappeared. When asked to explain the meaning of this reply, Zequiel said that the body of a murdered man was buried beneath the house, at a spot where a treasure had also been hidden.

Once when Torralva was out walking with a party of friends, Diego de Zuñiga, his future accuser, saw something indefinable pass by the side of the doctor. He asked what it was, and, when informed that it was Zequiel, he expressed a desire to see the spirit. Although Torralva was again willing for him to show himself, Zequiel refused to become visible.

Zequiel's greatest magical triumph was his wonderful airship. « Cavalgado en una caña por los aires y guiado por una nube de fuego » Zequiel and Torralva travelled thousands of miles in as

many seconds. The doctor went back and forth from Spain to Italy before his absence was noticed by his friends. His most famous flying trip was made in 1527. When foretold by Zequiel of the sack of Rome, he declared his intention of seeing the great event. Mounted on a « palo llano de nudos » — it seems this was the masculine substitute for the witch's broom — Torralva and his attending spirit travelled from Valladolid to Rome in one hour. « Cierra los ojos », commanded Zequiel, « no tenjas miedo, ten eso en la mano y no te resultara mal alguno. » When Torralva opened his eyes, they were so near the sea they could easily touch it. He beheld a dark cloud in front of him which gradually lighted up so that he feared he should be burned. Zequiel calmed his apprehension, and Torralva closed his eyes again. He did not reopen them until he felt himself once more on *terra firma*. About him he recognized the familiar sights of Rome, and heard the clock of San Angelo strike midnight. They had left Valladolid at eleven. At the close of this memorable day, they went back to Valladolid by the same means which had brought them to Rome. The return journey, however, took them one hour and a half.

Back in Spain, Torralva gained a wide reputation as a « nigromante » and « hechicero » by describing the terrible details of the sack of Rome, long before any official news of the disaster could be received. He took no pains to conceal the method of transportation he had employed in making the journey to Rome and back. The story of this feat brought about his arrest by the officers of the inquisition at Cuenca in 1528. Even then he could have avoided punishment had he not been bent on forcing a belief in his magic exploits.

The principal informer against him was his former friend, Diego de Zuñiga, who, having believed the stories that Torralva had told him, and fearing the consequences of his connection with such questionable proceedings, reported them to the officers of the inquisition. Then came Torralva's confession, on which

most of the facts here given are based. The Spanish inquisition, so often accused of fanatical barbarism, seems to have been very lenient with Torralva, considering his sweeping confession. On account of the inconsistencies in his story, he was not sentenced to death. He was, however, put to torture, in order that the inquisition might ascertain more about the spirit, whether it belonged to the evil order, with what intention he had received it, and similar information. The torture brought only more inconsistencies in Torralva's answers. Whereas before he had insisted that the spirit was of the good order, he now admitted that it must be evil since it had caused his present misfortune. When asked if Zequiel came to him in prison, he replied that the spirit had visited him, but against his wish, and he had no power to keep it away. He could only promise never again to summon it. The inquisitors themselves seem to have imbibed the superstition of the time, for they asked Torralva to ascertain Zequiel's attitude toward Luther and Erasmus. The wily doctor of course replied that Zequiel condemned both of them.

Torralva was finally sentenced to wear the « sambenito » and was sent to prison. The length of his punishment was, however, left to the will of the inquisitor general. He was commanded not to communicate with Zequiel for the good of his soul. Through the mediation of the Almirante de Castilla, Fadrique Enriquez, whose physician Torralva had been, the prisoner was freed in 1531, and once more resumed his position with the Almirante. Thus the period of his trial and detention lasted only three years.

It must have been fairly evident to the inquisitors that Torralva was anxious to pass as an accomplished master of the black arts. This may account for their clemency. A man who would be willing to undergo torture and even jeopardize his life in order to gain notoriety is certainly an unusual figure in history. But posterity will not have legends foisted upon it ; it must be allowed to create and evolve them spontaneously. Thus it was

that the magical reputation of Villena was far more widely known than that of Torralva, who really owes his immortality to a greater creative genius than himself.

And yet the spirit that Torralva invented is intensely original. Zequiel has nothing in common with the evil counselling demons of the sixteenth and seventeenth centuries. Like Socrates, Torralva would have a good angel whispering words of wisdom in his ear. There can be no doubt that Torralva was an excellent physician, else he would not have held the high positions conferred upon him by nobles and ecclesiastics. He had, however, a monomania in regard to the spirit, and had probably persuaded himself that Zequiel actually existed.

The one incident of Torralva's life which posterity, with the help of Cervantes has remembered, is the flight from Valladolid to Rome. Stories of this character are not uncommon in and out of Spain in the sixteenth century. Two of the best known are told of a curé of Bargota and a bishop of Jaen. The Bargota priest also had a spirit companion and made long journeys through the air, but only on beneficial missions. One day the spirit told the priest that the pope (Alexander VI) would that night die a violent death at the hands of a band of ruffians hired by an irate husband, whose wife had been carrying on an intrigue with him. The spirit rejoiced over the calamity, but the priest wanted to save the pope's life. He pretended to the spirit that he wished to see the excitement the event would cause, and also to witness the funeral. The wish was granted and in an incredibly short time, the priest was transported to Rome. He warned the pope of the impending danger, and so saved his life. If this tale goes back to the time of Pope Alexander VI, who died in 1503, it might have offered suggestions to Torralva[1].

1. Thos. Wright : *Narratives of Sorcery and Magic*, London, 1851, vol. II, ch. 18.

Feijoo comments on a story about a bishop of Jaen who was said to have gone to Rome « caballero sobre la espalda de un diablo de alquiler. »[1] When he came back his hat was covered with snow which fell on it during the passage over the Alps. This same hat was, at the time of Feijoo's writing, reported to be still preserved at Madrid. While crossing the sea, the devil tried to make the bishop say the word « Jesus », thereby affording an excuse for the spirit to drop him into the sea. But the bishop suspected the trap and said instead, « Arre Diablo », making the demon fly on faster.

Some thirty-five years after Torralva's trial, in 1566, Luis de Zapata introduced this magician into his epic *Carlo Famoso*[2]. Whenever Torralva makes his appearance, two asterisks are placed in the margin to show that that part of the work is imaginative and is to be separated from the historical events of the life of Charles V. According to Ticknor, the stanzas on Torralva and the account of the death of Garcilaso are the best sections of the poem[3].

Torralva first appears in canto XXVIII. We are given to understand that he is one of the imperial suite and is called upon to give some information about a certain town of Llerena. Here he is characterized as,

> « un grāde hōbre y Nigromante,
> Médico y familiar del Almirante ».

The arrival of the royal party at Rome in 1527 offers Zapata an opportunity to tell about Torralva's flying visit to Rome during the sack of that city.

> « Torralua aquel famoso Nigromante
> . . . . . .

1. In a letter found in the *Bib. de Aut. Esp.*, vol. LVI, p. 499.
2. Cf. ed. of Valencia, 1566.
3. *History of Span. Lit.*, vol. II, p. 461.

En su casa encerrado con semblante
Pensatiuo y profundo este dia estaua,
Y ya à unos y otros libros reboluia,
Y à pensar el de nueuo se bolvia.
Zaquiel un familiar qu'en la figura
De un uiejo sano ant'el se aparescia,
Con un bordon, y en cuerpo en uestidura
Blanca que hasta el suelo le cubria :
Y con la barba blanca à la cintura,
Como assi tan pensoso estar le uia,
En la cerrada pieça en este instante
Se aparescio à Torralua nigromante [1]. »

It will be remembered that, according to Torralva's own confession, Zequiel ordinarily appeared to him in the form of a blond youth, sometimes also as a hermit or pilgrim. The above description of the spirit then is suggested by Torralva's confession, but embellished by Zapata. When asked why he was pensive, the magician is made to answer that he had read in the stars the foreshadowing of a great event. An astrological knowledge is new to Torralva. He himself never mentioned it. Zaquiel explains the prophecy by announcing that on the morrow Rome will be sacked.

« Haura sangre y crueldad en abundancia
De que yo espero auer muy gran ganancia. »

This is maligning Torralva's spirit, who, we were assured, never rejoiced in anything evil.

Night was falling when the doctor and Zaquiel left Medina. Outside the city

« donde havia
Unos casares propios para Magos »,

they found two steeds, « dos negros quartagos. »

1. Canto XXX, p. 165.

In another passage these steeds are described as

« quartagos de malin
Color, con el espíritu malino ».

The cane which, according to his confession, Torralva used as a mount is here used

« para regir la bestia fiera ».

As in the original story, Torralva is asked to close his eyes. Then off they flew.

« Se uio muy espantado yr mas ligero
Que si fuera en el uiento cauallero. »

But the experience was so vertiginous that Torralva had to close his eyes again immediately.

« Y uieron junto à si de Çaragoça
Las torres, ni una hora era passada ».

He wanted to exclaim « Jesus » but did not dare ; it seemed to him as tho he were in a dream.

The journey took them across the Mediterranean. Over the waves they sped ; Torralva, filled with terror, commending himself to God's care. The waters were soon crossed and they were up in the air again, so high that the view of land was lost. Finally they reached Rome, alighting at a spot where they could get a good view of the city.

« Y ya à un lado del cielo rompia el alua ».

It had taken them from twilight until dawn to complete the journey on their black steeds, which could not have been so speedy as the cane on which they travelled the distance in one hour. Zapata then describes the sack. After it is over, the visitors turn back to Spain.

« Y en un dia natural a ella uiniendo
Lo uisto al Almirante lo contava,
Y en un dia solo assi se supo quanto
En Roma havia passado por encanto ».

Several stanzas having no connection with the Torralva account follow. Then suddenly the author reverts to it.

« Torralva en tanto el magico severo
Que la nueua de Roma havia antes dado,
Por hauer salido el tan uerdadero,
Biuia de todo el mundo honrrado :
Y de un caso liuiano à otro mas fiero,
(Como en el mundo acaesce) levantado,
De à todo el mundo dar buelta en rodeo,
Le tomo uoluntad y gran desseo [1] ».

This desire of Torralva's comes entirely from Zapata who promises to narrate his extraordinary adventures. Now and then the author remembers that it is Torralva and Zaquiel who are seeing the things he describes, and then he mentions them by name. But he soon wearies of the fiction and neglects Torralva completely. In Canto XXXI describing the magic powers which God has given man, wherein are

« Sujetos los diablos con encanto ».

we are told that

« Est'arte Zoroastro diò à la gente,
Que hoy no hay creo que Torralua la sauia.
Pues siempre a aquel espiritu à su lado
Le tenia, como he dicho à su mandado ».

Villena, however, also knew this art. To help him on the long journey, Zaquiel has given Torralva the power of distant vision and has fortified his head against dizziness.

1. p. 169.

« La frente le tocò, y por ambos lados
Con no se que, qu'en ella le ponia
. . . . . .
No se le desvanezca la cabeza ».

Torralva is warned by Zaquiel of the difficulties attending a long flight, of the exposure to heat and cold, to wild beasts and monsters of the sea and air. But Torralva had full confidence in Zaquiel's powers, and off they went.

« Pues luego à leuantar se començauan
Torralua y Zaquiel altos por el uiento,
Debaxo de los pies negros llevaban
Los quartagos pelotas aun de uiento :
Que en tocando en el mismo ayre botauan
Al cielo, y menester era gran tiento,
Porque no se subiessen sin parallos
De bote en bote à lo alto estos cauallos ».

Here Zapata reverts to his main theme, and without describing the promised adventures, tells about Torralva's increased fame on his return to Spain.

« Y assi huvo muy gran fama entre las gẽtes
Que despues que torno el mago à Medina
De aquel uiage acabada la conquista
Fue un hombre de gran seso y de gran uista ».

After these lines he dismisses Torralva again, promising to recount his further adventures. He simply mentions his arrival thereafter at the different cities which are alluded to in the course of the poem. After Canto XLI., he drops Torralva and Zaquiel completely.

The only substantial divergence that Zapata made from Torralva's confession is in the substitution of the horses for the cane. The author probably considered equestrian transportation more in keeping with the dignity of his epic. This chance would not require great imaginative capacity since magic flights on enchant-

ed steeds were common at the time. Moreover Zapata had the precedent of the winged animals in the Italian romances of chivalry. As may be said in general of the *Carlo Famoso*, Torralva's story is well told, but there is very little poetic inspiration in it. What Zapata took from Torralva's confession is better than what he adds. The main importance of Zapata's description of Torralva's adventures lies in the fact that he perpetuated the doctor's own story.

It is fairly certain that Cervantes knew the *Carlo Famoso*. Among the books which were cast into the fire without examination in the *Don Quixote* was « los hechos del emperador compuestos por D. Luis de Avila [1]. » This is probably a slip on the part of Cervantes, as most commentators agree, and for « Avila » we should read « Zapata. » These books Cervantes goes on to say, « sin duda debian de estar entre los que quedaban, y quizá si el Cura los viera no pasaran por tan rigurosa sentencia. » We may gather then that Cervantes did not rate the *Carlo Famoso* as highly as the books that were saved ; he put it in the second rank.

The *Don Quixote* is a mine of magic lore, and it is not surprising to find there a parody of the many magic flights through the air. Don Quixote and Sancho have mounted Clavileño with eyes blindfolded, much to the discomfort of the squire who was oppressed by the warm bandages [2]. He was about to tear them off when Don Quixote exclaimed : « No hagas tal, y acuérdate del verdadero cuento del licenciado Torralva, á quien llevaron los diablos en volandas por el aire, caballero en una caña, cerrados los ojos, y en doce horas llegó á Roma, y se apeó en Torre de Nona, que es una calle de la ciudad, y vió todo el fracaso y asalto y muerte de Borbon, y por la mañana ya estaba de vuelta en Madrid, donde dió cuenta de todo lo que habia visto ; el cual

1. Part I, chap. VII, opening lines.
2. Part II, chap. XLI.

asimismo dijo que, cuando iba por el aire, le mandó el diablo que abriese los ojos, y los abrió, y se vió tan cerca, á su parecer del cuerpo de la luna, que la pudiera asir con la mano, y que no osó mirar á la tierra por no desvanecerse. » Neither Torralva's own confession nor Zapata's poem gave him the immortality which became his through this chance allusion of Cervantes.

Campoamor's *Licenciado Torralva* (1888) is a light, fanciful poem in eight cantos full of the author's platitudinous and paradoxical philosophy. All the names of his characters are taken from Torralva's confession, but they are completely distorted to fit into Campoamor's plan. In the original account no woman figures. Campoamor of course felt obliged to introduce the feminine element. The poem is divided into two parts, *La Mujer* and *El Hombre*, each subdivided into four cantos. The name *Licenciado Torralva*, Campoamor probably got from Cervantes. In the introduction, Torralva, like Socrates, is said to have had a « genio familiar, » Zaquiel, a fallen angel, one of four sent to take the soul of a child to heaven. On the way, he had gazed longingly upon a beautiful woman of flesh and because of this sin he was forbidden entrance to heaven until he could bring back with him a redeemed soul. He picked out Torralba.

> « Y siempre aventurero
> seguía la conducta descreída
> de Eugenio de Torralba.
>
> . . . . . .
>
> De la ciencia escolástica aburrido,
> dejó por el amor la teología,
>
> . . . . . .
>
> algun patriarca era un Don Juan con canas. »

In addition to being a sceptic and Don Juan, he was an epicure, and had as his motto,

> « Come bien, bebe más, goza de prisa
> porque esto es todo, y lo demas nada ».

The woman of the poem is Catalina upon whom Zaquiel had cast amorous eyes. Campoamor calls her later La Rosales, thus identifying her with the woman who, in the confession, saw the phantom of the murdered man in her room. There seems to be no good reason why Campoamor should have taken such pains to use the actual names of the confession which do not in any way suggest his characters. Catalina and Zaquiel in their pure, childlike love, are seen by Torralba, who becomes enamored of the beautiful girl, and inspires her with earthly love. Her affection for Zaquiel turns cold and she follows the fortunes of Torralba. Zaquiel goes down to hell, learns its ways and comes back to earth transformed into an evil demon. He wins Catalina back again through his newly acquired knowledge, the author's philosophy evidently being that a woman once fallen sinks deeper and deeper.

But Catalina ultimately sees the error of her ways and becomes redeemed. Two rivals for her hand, Salcedo and Margano — two more names taken from the confession — wound each other mortally in a duel. Catalina rushes to their aid followed by Torralba who had been informed of the tragedy by Zaquiel. Catalina recognizes her former lover, and her love for him returns, but the dying rivals, with one last effort, put an end to her life in their jealousy of the living Torralba. Her spirit however will not leave him, and remains on earth. Torralba struggles with this spirit, for

> « ella sentía una afección divina
> pero él buscaba en el amor lo humano »,

The first part of this poem may seem like the decadent work of a senile pen. The second part is far superior. « Para qué sirve un alma? « Torralba asks himself, « Para nada. » And so forthwith he proceeds to fabricate a « muliércula. »

> « Y prepara un matraz donde fermente sangre desfibrinada,
> mucho almidón de grano de cebada,
> y cáseo de la leche de jumenta ».

But although the result gives the most beautiful Venus imaginable, she is completely lacking in soul. Complaining of his failure to his friend Fray Pedro, another name from the confession, the latter gives him directions to find

« la hechicera Estrella,
. . . . . .
Con su conjuro, opino
que encontrarás el medio
de hallar el *quid divinum* femenino.
. . . . . .
Después que esté *muliércula* formada
le llevarás para acercarla al foco
del fuego del infierno, y ya tostada,
tendrá, cual debe, la mujer creada
algo de Dios y del Demonio un poco ».

Following this advice, Torralba betakes himself to the « laboratorio de hechiceras » and explains to doña Estrella,

« como otros el *Homúnculus*, señora,
Yo busco la *Muliércula* en la ciencia ».

After several stages of development,

« *Muliércula* se alzó galvanizada
mas dormida por dentro todavía. »

She is now ready to be taken to hell where she receives the finishing touches from one Juan García, who was a

« sabio en astrología
canónigo y doctor en Barcelona, »

a personage whom I have been unable to identify. Pouring hot coals upon the unfinished embryo, García cries :

« En el nombre de la santa
Madre naturaleza !
. . . . . .

Marcha ahora á vivir. ama y se amada !
Así fué la *muliércula* aquel día
con fuego del infierno bautizada. »

Meanwhile Zaquiel again restored to his angelic form, together with Catalina's spirit, pray for the pardon of the sinner.

In the last canto, entitled, *Torralba halla la dicha en la muerte* we are suddenly transported to the prison of Cuenca. Here Torralba is facing the charge of having an attendant spirit, and of being

« alquimista, hechicero, mago, y brujo. »

Campoamor was little concerned with the feats of the original Torralva; they appear only in the accusations brought against him now. It is charged that he

« aprendió la ciencia ignota
del cura de la aldea de Bargota
que en minutos, montado en una caña
iba y venía desde Italia á España. »

Among other heresies, he is also charged with having created the *muliércula*, and

« teniendo con las brujas y los brujos
muchas cenas con pan, con vino y queso. »

In answer to the question « Estáis arrepentido ? », Torralba makes a declaration of faith which smacks very strongly of Campoamor's own philosophy of life :

« En religion desprecio mas que el clero
la ignorancia del díscolo Lutero :
y si estudio el problema
de si es peor la vida que la nada,
eso lo ví en Pirrón, ...
. . . . . .

No extrañéis que mi juicio
prefiera, con perdón del Santo Oficio,
á una existencia ascética, la muerte ;
el amor es la vida en ejercicio,
. . . . . .
Dudo mucho, es verdad ; y cuando niego
es que imito el estilo
de aquel divino Sócrates, »

Torralba is condemned to the torture, and the *muliércula* or « Torralbesa » is consigned to the flames. On the rack, Torralba stoically meets his end.

« Y oh, divina ilusión ! Ya agonizante
cree oir Torralba en el postrer instante
la voz de Catalina que le dice :
por aquí... por aquí... sigue adelante,
que el cielo por mi mano te benedice ! »

As in the case of his poem on Don Juan, Campoamor has distorted Torralba beyond recognition. The best part of the *Licenciado Torralba* is the *muliércula* motif, aside from its pseudo-philosophical meaning. We are not interested in its philosophy; we are mainly concerned with the magical concoction of the *muliércula* which is very ingeniously developed. All through the poem we are constantly reminded of Dante and Goethe. Campoamor also was ambitious of being ranked as a philosophical poet. This poem illustrates how far he fell short of that mark.

Ramón Ramirez is another Moorish or rather Morisco magician. In March 1600, the inquisition of Toledo tried this Morisco doctor on the charge of having intercourse with the devil. Del Río tells us that under torture, Ramirez confessed that he had once abjured Mohammedanism but had lapsed into it again [1].

1. *Disq. Mag.* Bk. II, *quaest.* 24.

He had made a pact with the devil, and paying with his soul, had learned the magic secrets of herbs and stones, whereby he had attained high rank in the magical profession. His services were in much demand and he became very wealthy. He too could conjure up a magic horse which would travel through the air. Del Río, who delights in elaborating magic conjurations, describes how Ramirez washed himself early in the morning and turned toward the east repeating certain prayers and bowing to the ground with palms outstretched. This is of course nothing but the Moslem method of prayer. Up to this point, in Del Río's description, except for the Morisco element, Ramirez might be Torralva since he is credited with many of the same characteristics.

Del Río goes on to relate one or two stories told about Ramirez. Once at Deza he was asked to restore a wife who had suddenly disappeared and who was supposed by her husband to have been carried off by demons. Ramon told the husband to go to a certain spot, make a circle and stand in the middle of it. When he should hear a band of men about him — even though he would not be able to see them — he must throw them a letter, which Ramirez would give him, and ask where his wife was. The husband followed out these instructions and his wife was restored to him by the demons. Stories like this one are very common in the sixteenth and seventeenth centuries.

Alarcon probably based his *Quien Mal Anda en Mal Acaba* on the following tale, also found in Del Río. A woman of Deza, on the first day of her marriage, showed signs of great depression and, for some unknown reason, conceived a violent hatred for her parents and her husband. The latter, conjecturing by these signs that she was possessed with demons, went to a priest to have them exorcised. But when one was removed, a hundred others took its place. Finally Ramirez, famed for his powers in exorcising demons, was summoned. He ordered the demons to relinquish their prey and threatened them with dire consequences

if they should refuse to depart. Seeing that the demons obstinately remained, he requested all those present to withdraw. He then expostulated at great length with the evil spirits, imploring them not to humiliate him and destroy his reputation. Finally he obtained their promise to leave the woman for fifteen days. Ramón had won his point, for he possessed a means of keeping them away forever, once they were out, if he so desired. Dissatisfied with his meagre pay, he told the parents that the demons would come back in fifteen days. This they did, with greater violence than before. In despair, the parents sent for Ramirez, but not until he had been given a large sum of money would he consent to provide a remedy by which the woman was finally cured.

It will be remembered that *Quien Mal Anda en Mal Acaba*[1] was cited in connection with the *Mágico Prodigioso* and the devil pact plays[2]. Alarcón seems to have had a liking for the magic element, as is evinced by his use of it in *La Prueba de las Promesas*[3], and the *Cueva de Salamanca*[4]. The scene of *Quien Mal Anda en Mal Acaba* is laid at Deza. We learn in the opening lines that Ramirez is a Morisco for he eats no ham and drinks no wine. Just as in his *Cueva de Salamanca*, Alarcón introduces a descendant of the great Villena, in this play he makes Ramirez a grandson of the magician. In the first case a reason may be found for the substitution, in the second there appears to be none. Alarcón uses the same method employed by Mescua and Calderón to present the devil. Ramirez meets Aldonza and, smitten with her charms, he cries out:

> « Hay un demonio que escuche
> Estas quejas, estas voces,

1. *Bib. Aut. Esp.*, vol. XX, p. 211.
2. Cf. chap. II.
3. Cf. chap. I.
4. Cf. chap. III.

Y por oponerse al cielo
Dé remedio á mis pasiones [1] ? »

The devil, as in the other plays, appears « en forma de galan » and offers to help him, saying :

« Yo soy tu amigo, que soy
Quien á tu abuelo ha servido
De familiar :
. . . . . .
Pues con recíproco pacto
Nos obligamos los dos :
Tú á adorarme á mi por Dios,
Y yo, igualando al contracto,
A cumplirte ese deseo,
Y hacer que de Aldonza goces,
. . . . . .
Riqueza, honor y opinion
De noble y sabio he de darte,
Y tras de todo, librarte
Del poder y la opresion
De las justicias : de suerte
Que te valga mi amistad
Eterna felicidad
En la vida y en la muerte [2]. »

A blood pact is signed between Ramirez and the devil who calls himself « Belsebú. »

Ramirez, an ignorant fellow who can neither read nor write, is to pose as a skilled physician, Demodolo, who has come to settle at Deza. The devil is to supply him with the knowledge necessary to play this part. He is then to create in Aldonza a loathing for her betrothed, Don Juan, and, at the same time, inspire her with a love for Ramirez, who is summoned to cure

1. Cf. Act. I, sc. V.
2. Act. I, sc. VI.

her of this sudden revulsion of feeling. With the help of the devil's magic, Ramirez gradually wins Aldonza, and just as he seems about to grasp his prize, a « familiar del Santo Oficio », in the form of the *deus-ex machina*, arrests him on the charge of practising the Moslem faith. He is taken to Toledo where he confesses his dealings with the devil and is burned at the stake, for « quien mal anda en mal acaba. »

During the course of the play, the devil is constantly playing the conventional magic tricks on Tristan, the « gracioso. » At one time his dubloons are mysteriously changed to pennies, and then back to dubloons[1]. Again a bottle of wine and a loaf of bread become now a corpse and now ashes and ink[2]. As I have already shown, the incident of the devil taking the form of a rival and leaving the lady's house at night, is paralleled in the *Mágico Prodigioso*[3]. We have the blood pact elaborately developed in the first act, but it is never mentioned again. The devil takes to his heels upon the appearance of the officers of the inquisition, saying :

« mi furor,
Ramon, no os puede valer.
Aquí dió fin mi poder
Porque el del cielo es mayor[4]. »

Neither this play nor his other magic plays shows Alarcón at his best. The characterizations of Ramirez and the devil are weak. The plot centres mainly on the rivalry of Ramirez and Juan for Aldonza's hand. The play is in reality more a conventional love « comedia » with the « galan, » « dama » and « rival, » than a devil pact drama. Alarcón, unlike Calderón, is not exercised over

1. Act. II, sc. VI.
2. Act. III, sc. VIII.
3. Cf. chap. II.
4. Act. III, sc. XX.

the great question of the consequences of the pact on the soul. In spite of the moral in the title, his main interest is the rivalry of Ramirez and Juan, and the puerile magic tricks that the devil plays on the « gracioso. »

There remains to be discussed Don Juan de Espina, or as Quevedo calls him, Spinas. According to Quevedo[1], he was an estimable gentleman, son of Diego de Spinas, « contralor » under Philip II. He was very fond of music and painting, and was a much more learned man than most of his contemporaries. He paid the usual penalty, in being popularly considered a magician. That is all I have been able to find out about this man, who is the protagonist of two eighteenth century plays, both ascribed to José de Cañizares, *Don Juan de Espina en Madrid* and *Don Juan de Espina en Milan*[2].

I shall pass rapidly over the first play, which is a worthless piece of work and which well illustrates the state into which the Spanish stage of the early eighteenth century had fallen. Espina owes Aniceto a sum of money, and in order to avoid payment, the magician mystifies his victim by causing flights of stairs to disappear and doors to change their positions. To divert him from his financial business, Espina entertains his creditor with operas produced by magic.

In a later edition of this play dated 1775[3], operas and saynetes are actually incorporated, making the performance extremely long. There is no attempt whatsoever at character-drawing or literary construction. It is more of a « zarzuela » than a serious play.

The second play, *Don Juan de Espina en Milan*, is written in a

1. *Anales de Quince Dias. Bib. de Aut. Esp.*, vol. XXIII, p. 219.

2. Both appeared as « sueltas » in 1730 with no author given on the title page. « De un ingenio de esta corte » is all that appears. La Barrera ascribes both to Cañizares, and Menéndez y Pelayo refers to them as his.

3. Also a « suelta ». Cf. Ticknor collection.

far more serious spirit. Had not the author of the first play promised to recount the further adventures of Espina in Milan, I should certainly pronounce the play written by a different hand. All the characters are different, including Espina's servant, the « gracioso », which seems peculiar. This play belongs to the same series as Juan Manuel's story of Don Yllan and Alarcón's *Prueba de las Promesas*. In spite of the fact that Espina was the chief character in a previous play, we learn something about him here for the first time.

« Don Juan
de Espina, esse celebrado
milagro de Europa à quien
por ser de ciencias un pasmo
llaman el docto Español
en Milan [1]. »

Telling about his studies in Spain, where he possessed a magic head whose wonderful powers astonished every one, including king Philip, he is very careful to make it clear that the kind of magic he learned was white and not black. He had not studied.

« El abominable trato
de superstición perstigio
nigromancia, ni encanto,
pues essa es la magia negra [2]. »

Don Cesar, a scion of the famous Borgia family, reduced to poverty and disappointed in love, comes to Espina in Milan for help. Espina hesitates, having had experience with the ingratitude of fallen nobles. But Cesar promises to reward him when restored to power. As in the *Prueba de las Promesas*, Cesar is made to believe during the time it takes to prepare a meal, that he is

1. Act. I, p. 2.
2. Act. I, p. 4.

being raised step by step until he reaches the throne. Espina asks the newly made king for a reward, but is bluntly ordered to withdraw on pain of death. Although there is nothing original in this motif it is well developed. Espina is represented as a dignified, disillusioned old scholar, and not the vulgar conjuror of the first play.

Samuel M. Waxman.

FRA ANSELM TURMEDA

ET SA CONVERSION A L'ISLAMISME

I

Une thèse manuscrite récente de notre ami le Docteur Calvet de Barcelone sur Fra Anselm Turmeda, auteur catalan de la *Disputation de l'âne*, livre satirique mais chrétien, dans lequel les animaux contestent à l'homme sa suprématie sur eux, vantent l'instinct, les qualités des bêtes, critiquent au contraire les imperfections physiques et les vices humains, énonce une hypothèse trop simple sur la conversion de Turmeda à l'Islamisme. Ce franciscain de Majorque, aussi connu en Occident par ses prophéties astrologiques en catalan que par le curieux livre de la *Dispute*, dont nous possédons seulement la traduction française [1], est en effet définitivement identifié depuis les travaux de Stanislas Aguiló, Rubió y Lluch, Miret y Sans [2] avec Abdallah-ibn-Abdallah l'auteur du traité arabe antichrétien connu : *Tahfa el Adib* (*Présent de l'homme lettré pour réfuter les partisans de la Croix*) [3].

---

1. *Disputation de l'Asne contre frére Anselme Turmeda, sur la nature et noblesse des animaux*, faicte et ordonnée par ledict Frère Anselme, en la cité de Funias l'an 1417. Lyon 1544, reproduite dans Revue Hispanique, tome XXIV, 1911, p. 360 et ss.

2. Revue Hispanique, tome XXIV, 1911. Miret y Sans : *Vida de Fray Anselmo Turmeda*.

3. Revue des Religions, tome XII, 1885. Traduct. française du *Présent de l'homme lettré pour réfuter les partisans de la Croix*, pp. 68 et ss., 179 et ss., 278 et ss.

Calvet veut que Turmeda-Abdallah ait regretté ses vœux de chasteté et de pauvreté et fait de ce personnage un cynique intéressé.

D'autres comme Eugeni d'Ors, l'érudit catalan, accordent une importance extrême à l'influence de l'école averroïste de Bologne sur les convictions d'un religieux à demi sceptique.

M. Miret y Sans, enfin, incline vers des raisons à la fois temporelles et spirituelles, admet des sympathies réelles de Turmeda vis-à-vis de l'Islamisme [1].

Ces trois suppositions, malgré le talent de ceux qui les ont formulées, ne nous satisfont pas. Les deux premières sont à rejeter, la troisième a besoin d'être complétée et rectifiée.

Certains passages des écrits du Majorquain permettent sans doute d'admettre des mobiles intéressés de sa conduite, d'autres semblent témoigner d'une conviction sincère et solide, mais il faut compter avec la prudence nécessaire dans les temps troublés, peu sûrs du Moyen-Age et lire la vérité entre les lignes des textes que nous possédons.

Il n'est pas douteux par exemple que Turmeda ne se soit marié avec plaisir et n'ait retiré de sa conversion d'assez grands avantages. Il nous le dit lui-même d'ailleurs dans le *Tahfa el Adib* : « Le feu sultan [2] m'accorda un traitement de quatre dinars par jour, me désigna comme demeure son palais particulier et me fiança avec la fille de Hadji Mohammed Assafar. Le jour de mon mariage, il me gratifia de cent dinars d'or et d'un magnifique habillement. Peu de temps après, ma femme mit au monde un fils que j'appelais Mohammad, pour lui obtenir les bénédictions attachées au nom de notre Prophète Mohammad [3]. — Cinq mois après ma conversion à l'Islam, le sultan me donna le poste de chef des douanes, pensant que dans cette place j'apprendrais vite

1. Revue Hispanique, tome XXIV, 1911. Loc. cit., p. 261.
2. Abou'l Abbas Ahmad, bey de Tunis.
3. Revue des Religions. Tome XII, 1885, p. 80, fin du ch. I.

la langue arabe, à cause des nombreuses relations entre Chrétiens et Musulmans, auxquels je devais servir d'interprète [1]. »

Ces évènements heureux sont, à mon avis, des résultats de sa conversion plutôt que ses causes déterminantes. En effet Turmeda n'était pas sûr en embrassant l'Islamisme d'obtenir à la fois la main d'une jeune musulmane de bonne famille, une charge officielle et de riches présents. L'expérience a prouvé, au contraire, que beaucoup de renégats menaient une existence médiocre dans les pays barbaresques, si quelques-uns, très rares, occupèrent un rang élevé. Les musulmans considèrent en effet la conversion comme un acte qui acquiert le salut de l'âme à celui qui a été touché de la grâce divine ou pénétré de la vérité souveraine du Qoran. On ne lui doit rien et la plupart du temps on lui procure tout juste le moyen honorable de subvenir à ses besoins.

Turmeda-Abdallah a soin de faire dire au prêtre qui, d'après le *Présent* le poussa à devenir musulman : « Dès que l'on s'apercevrait de quoi que ce soit de ma tendance vers l'Islam, tout le peuple (chrétien) me tuerait à l'instant même. Mais admettons que je réussisse à leur échapper et à me mettre en sûreté chez les musulmans, voici ce qui se passerait : je suis venu en musulman auprès de vous, leur dirais-je. — En entrant dans la vraie religion, me répondraient-ils, tu t'es fait du bien à toi-même, mais à nous tu n'as rendu aucun service, car par ton entrée dans la religion de l'Islam tu as échappé au châtiment de Dieu. — Après cela, je resterais au milieu d'eux, vieillard de 70 ans, pauvre, ne sachant pas leur langue et condamné à mourir de faim, tandis qu'ils ignoreraient ma position [2]. »

Beaucoup d'aventuriers instruits deviendraient musulmans, en effet, si un brillant avenir leur était assuré.

Abdallah-ibn-Abdallah obtint par son intelligence, ses capacités administratives, sa connaissance de l'arabe, celle-ci peut-être

1. *Idem*, p. 80, commencement du ch. II.
2. Revue des Religions. 1885, même ouvrage, p. 77.

acquise à Majorque dans sa jeunesse, des faveurs considérables, mais n'avait pas besoin, à cause de ces qualités mêmes, de se réfugier chez les Tunisiens pour réussir. Il dit dans le *Présent de l'homme lettré* qu'il avait appris de bonne heure les langues anciennes (sans doute le latin et l'hébreu, si ce n'est le grec) : « Je me suis mis à étudier l'idiome de l'Evangile et la logique pendant six ans [1]. » Il ajoute aussitôt après : « Ayant achevé ces études, je me transportai de Majorque à la ville de Lérida, dans la Catalogne, ville réputée par sa science chez les chrétiens de cette région... Pendant six ans j'étudiai dans cette ville la Physique et l'Astronomie, après quoi je me mis exclusivement pendant quatre ans à l'étude de l'Evangile et de son idiome. Au bout de ces études je quittai Lérida pour me transporter à Bologne en Lombardie [2]. »

Turmeda pouvait, avec une semblable instruction, remplir une fonction convenablement rétribuée dans sa patrie ou en Italie, servir de secrétaire à un prélat ou à un gentilhomme, devenir précepteur d'un enfant de noble famille, enseigner publiquement les langues, la théologie ou la philosophie, poursuivre médiocrement la carrière sacerdotale.

Il prévoit lui-même dans son livre arabe qu'on cherchera à expliquer son changement de religion par le désir de se marier, d'abandonner ses vœux monastiques [3] : « Alors, dans ce moment même (dit-il), en présence des chrétiens, je prononçai la profession de Foi. Les chrétiens se signèrent sur leur visage et dirent : le désir de se marier l'a poussé à cette action (car chez nous le prêtre ne se marie pas) et ils quittèrent le palais profondément affligés [4] ».

1. *Idem*, p. 73.
2. Revue des Religions. 1885. *Présent de l'Homme lettré*, p. 74.
3. Miret y Sans établit après Stanislas Aguiló et définitivement que Turmeda Abdallah appartenait à l'ordre des FF. Mineurs. Revue Hispanique, 1911. *Vida de fray Anselmo Turmeda*, pp. 269, 275.
4. Revue des Religions. 1885. *Présent de l'Homme lettré*, p. 79.

Si Turmeda eut été un débauché, « un sans vergogne », comme le dit brutalement M. Calvet de Barcelone dans sa thèse, rien ne l'eût empêché de vivre à sa guise à Bologne, de prendre une maîtresse et de mener une existence joyeuse, sans quitter pour cela le Catholicisme. Certains prêtres espagnols et italiens n'étaient pas embarrassés par tant de scrupules. Personne ne se fût étonné à l'Université bolonaise, foyer d'averroïsme latin, c'est-à-dire de libre-pensée, de naturalisme, de voir un étudiant franciscain violer sa règle sans rompre ouvertement avec son ordre. Le désir de se marier ne paraît donc pas suffisamment impérieux pour avoir pu motiver une rupture définitive de Turmeda avec les FF. mineurs, à plus forte raison avec la Foi catholique.

Quant à des sympathies religieuses dogmatiques pour l'Islam, même si nous les voyons formellement affirmées dans le *Tahfa el Adib*, aucun argument logique ne permet de les invoquer avec quelque solidité.

Nous n'accorderons guère de créance, par exemple, au passage du *Tahfa el Adib* que nous résumons ici : un prêtre très âgé, de très grande autorité, dont nous avons rapporté plus haut certaines paroles, lui aurait expliqué après dix ans d'études en sa compagnie, à Bologne, la signification du nom de Paraclet, cité dans une discussion d'étudiants, comme désignant Mohammed, prophète des Musulmans, et l'aurait engagé à embrasser l'Islamisme, la vraie religion de Dieu, révélée, à cause de l'infidélité des chrétiens à la doctrine primitive et pure de Jésus. Turmeda aurait naturellement demandé pourquoi son maître n'avait pas lui-même embrassé l'Islamisme et celui-ci invoquant son intérêt qui le retenait parmi les chrétiens, qui le considéraient et le respectaient, aurait aussi allégué son grand âge, son ignorance de la langue du Qoran, et l'aurait engagé à partir pour le pays des musulmans, chercher son salut [1].

1. Revue des Religions. 1885. *Présent de l'Homme lettré.*

Il eut fallu vraiment que le théologien subtil de la *Disputation de l'âne*, du *Tahfa el Adib*, l'astrologue savant des *Prophéties* en vers [1] eut été aussi crédule et aussi fanatique que les Maures des classes inférieures de Tunis, portefaix ou matelots, pour se laisser convaincre par des discours aussi affirmatifs et dogmatiques.

Cette remarque me permet de considérer dès maintenant le *Tahfa el Adib* comme un ouvrage de controverse populaire contre les chrétiens, écrit par Anselme Turmeda-Abdallah sur l'ordre du monarque tunisien et selon un plan imposé d'avance, sous promesse d'une riche récompense, ou peut-être simplement pour fournir un gage de fidélité formel à sa nouvelle foi. Les idées qu'il contient sont assez courantes chez les musulmans, enfin son grand succès parait dû en partie à la qualité de converti de son auteur et, qui sait aussi, peut-être, à l'ordre logique dans lequel il disposait les matières. Le livre développe les sujets suivants : les quatre évangélistes ; les schismes des chrétiens ; la réfutation par les Evangiles de l'article de Foi de la Religion chrétienne ; la démonstration, par le texte des Évangiles, que Jésus n'est pas Dieu, mais prophète envoyé ; le désaccord entre les quatre Evangélistes et leurs erreurs ; les paroles attribuées à Jésus par les Evangélistes quand ce sont eux qui se trompent ; les accusations que les chrétiens lancent contre les Musulmans ; les preuves de la mission prophétique de Mohammad, par la Thora, les Psaumes, les Evangiles, les autres prophètes [2].

Ce ne serait donc pas dans le *Tahfa el Adib* qu'il faudrait chercher la vraie pensée du Majorquain, sans pour cela rejeter en bloc tous les renseignements autobiographiques qu'il contient.

Puisque ni l'intérêt ni les attraits de l'Islamisme traditionnel ne semblent des mobiles satisfaisants de la conversion, peut-on faire appel à l'averroïsme ambiant de l'Ecole de Bologne et de Padoue, sorte d'arabisme savant ?

1. *Las Profecias*, ms. du XVe s. Escorial, pp. 75, 76, 77.
2. Revue des Religions, 1885, ouvr. cité, pp. 79, 80.

Des esprits distingués de Barcelone, comme Eugeni d'Ors, le prétendent, d'autant plus que d'autres Espagnols anciens, comme Sepulveda, subirent plus tard l'empreinte puissante de l'averroïsme italien, à Padoue [1], mais cette hypothèse ne résiste pas plus que les autres à une critique un peu serrée.

L'Averroïsme, j'en ai parlé longuement dans mon livre sur les Idées de Ramon Lull [2], enseignait d'une manière générale les doctrines hérétiques suivantes : la négation d'un Dieu Providence qui connaît le Monde ; l'Eternité de l'Univers et l'impossibilité d'une création dans le Temps ; le Monopsychisme humain et la périssabilité des âmes individuelles à la mort du corps ; le déterminisme absolu et la soumission des évènements humains à l'influence des forces astrales [3].

Or ces propositions déjà condamnées à Paris au XIIIe siècle, combattues par R. Lull et toute la Scolastique orthodoxe, étaient aussi anti-musulmanes qu'anti-chrétiennes. Elles n'ont absolument rien de commun avec l'esprit arabe, sont au contraire en horreur aux Docteurs de la loi coranique, dont elles battent en brèche les vérités fondamentales, dont elles sapent les bases dogmatiques.

Ibn Rochd et ses successeurs ont commenté Aristote dans un sens naturaliste ou panthéistique, continuant plutôt la pensée grecque que la spéculation sémitique.

Une doctrine anti-religieuse en somme (malgré certains ouvrages d'Averroës comme le Traité de l'*Accord de la Philosophie et de la religion*, étudié excellemment par M. Gauthier [4]), dont la sincérité n'est pas absolument prouvée, et qui fut en tout cas

1. Voir l'*Histoire de la philosophie du moyen âge* de M. de Wulff. Louvain, 1912, p. 574.

2. *Caractère et origine des Idées du B. Ramon Lull.* Toulouse, Privat, 1913.

3. *Idem*, ch. VII, p. 132 et ss.

4. L. Gauthier. Trad. du traité de l'*Accord de la Religion et de la Philosophie* d'Ibn Rochd. XIVe Congrès des Orientalistes. Alger.

exagérée par les averroïstes latins [1], ne saurait inspirer le désir de devenir musulman. Tout au plus pourrait-elle détacher du christianisme, inspirer des doutes, ce qui est peut-être arrivé dans le cas de Turmeda.

Mais ne rencontre-t-on pas des indices en faveur d'autres hypothèses dans les écrits européens de notre personnage ? Il semble en effet que la *Disputation de l'âne* fournisse de précieuses indications sur la psychologie de son auteur, diminue la valeur de certaines affirmations du *Présent de l'homme lettré.*

Turmeda devenu malade à Tunis, écrivait pour vivre, des ouvrages sans caractéristiques musulmanes à l'usage des gens qui l'avaient connu à Bologne et surtout en Catalogne, ne manifestait jamais son islamisme dans ses correspondances avec eux, dans les écrits qu'il leur destinait. Probablement Menéndez y Pelayo, le grand polygraphe espagnol, voyait-il la vérité définitive, comme en beaucoup d'autres matières hispaniques, quand il signalait les fluctuations métaphysiques de Turmeda, son attachement foncier à certaines idées chrétiennes, malgré sa conversion apparente. Les paroles suivantes de ce grand critique demeurent inébranlables après plusieurs travaux récents : « Pero (las sátiras) de Fr. Anselmo tienen un sello peculiar de violencia que delata al fraile corrompido, al vicioso apostata cuya conciencia fluctua entre la ley mahometana, que exteriormente profesa y defiende ; *el cristianismo, al cual en el fondo de su alma no renunció nunca,* y ciertas ráfagas de incredulidad italiana o averroïsta, que le llevan a insinuar por boca del asno mal veladas dudas nada menos que sobre la inmortalidad del alma [2] ».

Notre renégat paraît en effet conserver des opinions capitales chrétiennes, des enseignements trinitaires par exemple, dans la

1. Voir Keicher. *Raymundus Lullus und seine Stellung bevor die arabische Philosophie.* Munster, 1909, pp. 49 et ss.

2. Menéndez y Pelayo. *Orígenes de la Novela.* Madrid. Bailly Baillière, 1905. Tome I, introduction p. CIX et citation de la *Disputation*, p. 84.

Disputation de l'âne, écrite en 1418, deux ans avant le *Tahfa*, longtemps après sa conversion à l'Islamisme [1].

Nous lisons entre autres passages curieux celui-ci : « Et sur cela disait Sainct Augustin : la Parole du Seigneur est le Fils du Père éternellement et Fils de la Mère temporellement [2] ». Un chapitre tout entier de la *Disputation de l'âne* reprend même minutieusement la preuve connue de la Trinité divine par la division tripartite des choses naturelles et notamment de l'âme humaine, défendue longuement par Lull dans le *Felix de les Maravelles*. En voici le titre très significatif : « L'asne déclare comme en l'âme intellective y a troys Puissances, les comparans à la Sainte Trinité et dict que pour cela l'âme est faicte à l'ymage et semblance de Nostre Seigneur Dieu [3] ».

Les deux éditions françaises de la *Disputation de l'Asne*, l'une de Lyon (1544) et l'autre de Paris (1606) concordent et tout soupçon d'interpolations chrétiennes doit être écarté de ce fait même. Nous devons donc tenir le texte français pour authentique jusqu'à la découverte du Manuscrit catalan original ou de l'édition de Barcelone (1509), dont l'unique exemplaire signalé au registre du fondateur de la Bibliothèque Colombine de Séville a malheureusement disparu [4].

Nous avons une preuve que l'on regardait en Espagne l'apostasie de Turmeda comme superficielle dans la lettre sauf conduit que le roi Alphonse, en 1423, accorde à : « fratrem Encelmum Tur-

1. Miret y Sans donne 1390 comme date de la conversion dans la *Vida de Fray Anselmo Turmeda*. Revue Hispanique, 1911, p. 281. Abdallah ibn Abdallah affirme d'ailleurs dans le *Présent* qu'il était trésorier du sultan en 796 de l'hégire, c'est-à-dire en 1394. Revue d'histoire des religions, 1887, p. 78.

2. Revue Hispanique 1911. *Disputation de l'âne*, p. 479.

3. *Idem*, p. 423 ; comparer loc. citat. d'autres passages trinitaires et chrétiens, pp. 398, 406, 417, 423, 424, 479.

4. *Catalogue of Library of Ferdinand Colombus*. Reproduced in fac simile from the unique Manuscript in the Colombine Library of Sevilla by Archer M. Huntington. New York. 1905.

meda, alias alcaydum Abdallah... non obstantibus quod fidem christianam, ut percepimus, abnegaveritis et propterea crimina plurima et enormia comiseritis[1]... » Le monarque considère évidemment la rédaction du *Présent de l'homme lettré*, qui avait fait grand bruit, comme un crime énorme, mais permet néanmoins à Turmeda d'aller et de venir librement dans ses possessions (dans l'espoir de le voir sans doute rentrer dans le sein du christianisme) avec ses femmes, ses fils, ses filles, ses serviteurs et ses servantes, sarrazins et chrétiens[2].

Si donc Turmeda ne peut être accusé d'avoir surtout cherché en Afrique la liberté des mœurs ou la situation pécuniaire que lui refusait l'Europe chrétienne, s'il ne semble avoir été séduit ni par les enseignements ordinaires de l'Islam, ni par les subtilités théologiques et philosophiques de l'averroïsme, où faut-il chercher la cause vraisemblable de sa conversion ?

A notre sens, 1° dans un désir de simplicité et de réforme morales, sociales, religieuses, qu'il n'a pu réaliser dans le christianisme de son temps et qui l'a poussé à voir de près les Musulmans ; 2° dans les circonstances qui ont dû accompagner son séjour à Tunis.

Turmeda, moine franciscain du parti des rigoristes, c'est-à-dire de ceux qui voulaient, comme leur maître saint François, retourner à l'humilité, à l'honnêteté parfaite des premiers chrétiens, a été sans doute profondément indigné des hypocrisies, des péchés commis contre la règle par la plupart des religieux de son temps, par le luxe, l'égoïsme, la débauche qui régnaient chez les prélats et les prêtres. De là à considérer le christianisme contemporain comme dévié, si ce n'est erroné, le pas a été vite franchi. Les histoires scandaleuses de la *Disputation de l'âne*, celle de Frère Julot, du curé de Pérouse, du frère Cytges, à propos de la viola-

1. Revue Hispanique. Miret y Sans. *Vida de Fray Anselmo Turmeda*, p. 281.
2. Revue Hispanique. Miret y Sans. *Vida de Fray Anselmo Turmeda*, pp. 281 et 283.

tion des commandements de Dieu et de l'Eglise, témoignent de cet état d'esprit [1].

A ce dégoût général de la façon dont l'Evangile était obéi au XIVe siècle en Espagne et en Italie, se mêlèrent peut-être des griefs personnels contre de mauvais camarades de cloître, haineux, méchants, dont Turmeda avait gardé un pénible souvenir.

Le séjour de plusieurs années à Bologne, centre d'averroïsme, donc de libre-pensée ou tout au moins de demi scepticisme, avait pu éclairer Anselme sur la vanité d'une vie monastique impossible à mener dans les couvents de son siècle, si ce n'est sur le caractère contre nature de l'ascétisme catholique, lui faire même concevoir des doutes sur la vérité de dogmes secondaires de la Foi chrétienne.

Il avait entendu parler à Majorque, dans sa jeunesse, de la simplicité, de la sincérité religieuse des Musulmans et peut-être avait-il fréquenté quelques étudiants arabes ou turcs à Bologne, si l'influence de l'énigmatique prêtre Myrtil dont il parle dans le *Tuhfa* était une invention explicative de sa part [2]. En somme, on ne sait si Turmeda, émancipé en partie, n'a pas désiré dans son inquiétude religieuse et sociale, voir de plus près les sectateurs de l'Islam ou même n'a pas conçu le dessein de réformer le christianisme par l'adjonction d'idées musulmanes, de fonder une secte chrétienne rapprochée de l'Islam.

Ces hypothèses sont plausibles, puisque Ramon Lull, un catalan lui aussi, avait rêvé de convertir les Musulmans au Catholicisme, en conservant leurs meilleures pratiques compatibles avec la Foi Trinitaire, comme on le sait par le *Blanquerna*, entre autres ouvrages [3].

Parti pour Tunis avec des marchands gênois, Turmeda comptait sans doute satisfaire sa curiosité et mener à bien son dessein

1. Revue Hispanique, 1911. *Disputation de l'âne*, pp. 437 et ss.
2. Revue des Religions, 1887, *Présent de l'Homme lettré*, pp. 76, 77.
3. *Caractère et Origine des Idées de Ramon Lull*, introduction.

d'unification des deux religions, dessein peut-être très pur, très droit malgré son imprudence évidente, qui frisait l'hérésie. Les circonstances ne l'ont pas favorisé. Selon toute vraisemblance, les chrétiens l'ont repoussé très vite, à Tunis, comme un utopiste et un fou, quand au contraire les Musulmans l'ont bien reçu. Il en a conçu un dépit momentané et s'est converti dans un moment de dépression morale, attiré peut-être par quelques pratiques hygiéniques et sociales de l'Islamisme, par l'égalité et la solidarité qu'il notait chez les Tunisiens, la charité, la dévotion vraies qu'il pouvait remarquer tous les jours autour de lui.

Turmeda était sans doute arrivé à Tunis sans grandes ressources, espérant trouver aide morale ou pécuniaire chez les chrétiens qui y étaient déjà établis. Mais ces hommes peu intellectuels en général, commerçants ou pêcheurs, peut-être même contrebandiers, aventuriers, durent ne pas le comprendre, repousser ses idées larges, libérales, réformatrices, si ce n'est le considérer comme un insensé. Ils ne s'occupèrent pas vraisemblablement de lui procurer une situation en rapport avec sa condition sociale et son instruction, ne l'aidèrent pas comme ils eussent pu le faire. Réduit probablement à une demi-misère, trop fier pour demander des subsides à Bologne ou à Majorque, après son escapade en Afrique ou l'échec de ses desseins, ne sachant comment retourner en Europe, craignant des réprimandes, si ce n'est des pénalités ecclésiastiques, Turmeda se tourna vers les seuls qui pouvaient utiliser ses talents de comptable ou de linguiste, puisqu'il devint vite chef de la douane et interprète officiel du sultan Abou'l Abbas Ahmad[1]. Probablement d'ailleurs que le futur Abdallah ibn Abdallah avait des amis musulmans fidèles et bons à Tunis, dont il connaissait les excellentes dispositions à son égard. Il n'avait pas le choix, à mon avis, et devint donc sectateur de Mohammed autant pour subsister

1. Revue des Religions. 1887. *Présent de l'homme lettré*, p. 80.

honnêtement, que par sympathie pour certaines coutumes simples, fraternelles, égalitaires, de nature à plaire à un ancien franciscain. Il fut publiquement fidèle à sa nouvelle religion, par reconnaissance d'abord envers ceux qui l'avaient tiré d'embarras et lui avaient procuré une situation matérielle assez brillante, par affection pour ses parents musulmans quand il fut marié et père de famille, par habitude et amour de la vie arabe luxueuse et agréable.

J'ai taxé provisoirement le *Tahfa el Adib* de livre composé pour plaire aux Musulmans, je l'ai jugé comme une action assez honteuse accomplie par intérêt plutôt que par conviction. La *Disputation de l'Asne*, tout au contraire, affirme des dogmes chrétiens capitaux, mais ne flatte pas du tout les partisans actuels de la Croix. Elle critique si ouvertement l'Eglise, le clergé, les ordres mendiants eux-mêmes dont Turmeda fit partie, qu'on ne peut la croire inspirée par le désir de rentrer en Europe, de se ménager une porte ouverte chez ses compatriotes catalans. Le livre circula sous le manteau en Espagne et en France, puisque l'Inquisition en avait prohibé la lecture. Turmeda, malgré les conclusions chrétiennes de la *Dispute*, les réfutations des arguments plus ou moins empruntés à la philosophie naturelle mis dans la bouche de l'Ane, avait encouru la colère de ses supérieurs ecclésiastiques en critiquant les mauvaises mœurs de certains chrétiens, de plusieurs prêtres et moines pécheurs de son temps, surtout aussi pour avoir désiré des réformes. Les tendances de ce genre étaient punies comme des crimes. Le roi Alphonse dans son sauf-conduit de 1423 amnistiait aussi bien sans doute l'écrivain de la *Disputation* que celui du *Présent*, mais tenait les deux ouvrages pour des « crimes énormes » de F. Anselm Turmeda alias Abdallah.

Nous admettrons dans l'état actuel des études catalanes qu'Anselm Turmeda, devenu Abdallah Ibn Abdallah, n'abandonna jamais tous les dogmes du Christianisme, malgré son Islamisme apparent et même militant, puisque son principal traité européen, la *Disputation de l'Asne*, très chrétien de plan, de

pensée, de conclusion, affirme sans contrainte la Trinité, la Divinité de N.-S. Jésus-Christ, se met en contradiction avec le Livre arabe, le *Présent de l'Homme Lettré,* est enfin écrit cependant comme ce dernier à Tunis, en pleine époque de prospérité musulmane matérielle du Majorquain.

Le fait d'avoir été composé et rédigé à Tunis, quand Turmeda était déjà officiellement musulman, nous porte une fois de plus à croire que notre auteur fut probablement conduit à un Islamisme superficiel, dont il se drapa jusqu'à sa mort comme d'un manteau, autant par nécessité urgente que par tendances chrétiennes, libérales ou indépendantes. Le texte de la *Disputation* réhabilite un peu à nos yeux le renégat combattif du *Présent de l'Homme Lettré,* si nous le considérons jusqu'à nouvel ordre comme sincère. Nous y constatons, en effet, une insistance remarquable à affirmer, malgré les critiques de la discipline et des mœurs qu'il contient incontestablement, les croyances fondamentales chrétiennes. Il nous semble y lire la joie profonde qui animait Turmeda-Abdallah quand il pouvait à peu près impunément confier au parchemin ou au papier sa pensée intime de prisonnier moral.

Si les problèmes de la vie et de l'œuvre ne sont pas définitivement résolus par nos hypothèses, puissions-nous du moins avoir soulevé, et si peu que ce soit, le masque de Turmeda. Nous croirons avoir accompli une tâche intéressante et utile, si nous avons laissé entrevoir quelques traits de son énigmatique visage.

II

LES SIGNIFICATIONS FRANCISCAINES DE LA DISPUTATION DE L'ASNE DE FRA ANSELM TURMEDA

La *Disputation de l'Asne* de Fra Anselm Turmeda, terminée à Tunis en 1418, quand l'auteur était officiellement musulman depuis plusieurs années, est un livre chrétien dans ses lignes

générales et dans ses conclusions, comme on l'a dit plus haut.

Un passage paraît même indiquer que le Majorquain souffrait de ne plus pouvoir lire d'ouvrages sacrés catholiques, puisque l'Ane dit : « Mais il ne vous en souvient, tant il y a de temps que n'avez rien veu ne leu en aulcuns livres de Sainctes Escriptures, ainsi comme est ceste autorité qui est mise au premier chapitre de Genèse, qui dict. etc... [1]. »

Probablement destinée à ses compatriotes, puisque la *Disputation* fut primitivement écrite en catalan, cette production morale et philosophique paraît contenir la pensée profonde de Turmeda. Sous la forme vivante et attrayante du dialogue, l'auteur y compare les animaux obéissants à la Nature et à Dieu et les hommes pécheurs contre les deux Lois Naturelle et Révélée. Peut-être les moines et les religieux y sont-ils hardiment malmenés, mais il fallait montrer dans l'intérêt même de la Doctrine chrétienne pure violée, que les hommes dont on devait attendre, en raison de leur rôle capital, une obéissance stricte aux ordres de Dieu, aux buts assignés à notre espèce dans la création, c'est-à-dire à l'amour, à la louange et au service de l'Eternel, méconnaissaient leurs obligations. Il n'y a rien d'impie dans ce dessein, rien de cynique, mais au contraire un désir d'inspirer un retour naïf à la simplicité des temps apostoliques.

Avec moins de réalisme, mais avec autant de force, Ramon Lull émettait des idées analogues dans un chapitre du gran *Llibre de Contemplació en Deu :* « Com hom se pren guarda de ço que fan les besties » [2]. Après lui, le grand franciscain de Gerona, Fra Francesch Eximeniç, confirme au XIVe siècle, dans le *Terç del Crestiá*, que l'homme vit contre sa nature et contre l'intention de la création, quand les bêtes donnent au contraire aux fils d'Adam des leçons de sagesse, de reconnaissance. Les titres de

1. *Disputation de l'Asne*. Revue Hispanique, tome XXIV, 1911, p. 478.

2. *Llibre de Contemplació en Deu*, edit. Obrador y Bennassar. Palma de Mallorca, tome III, ch. 108, pp. 43, 44.

chapitres suivants sont très nets : « Caput que posa alcuns eximplis de besties ensenyants elles fort amar conexensa. » — « Com lo cavall proua que l'hom es animal fort desconexent. » — « Com lo bou e l ase e l ca confirmaren aquella matexa sentencia [1]. »

On trouverait ailleurs dans la littérature catalane profane d'autres parallèles de la conduite normale de l'animal et de la folle vie de l'homme, par exemple dans le petit livre : « *Disputacio d'En Buch ab son cavall* » récemment réimprimé à Barcelone [2]. Cette comparaison morale est fréquente chez les auteurs chrétiens, en Catalogne comme ailleurs.

Quant à la critique des mauvaises mœurs de certains religieux et de plusieurs prêtres, elle n'est pas spéciale non plus à la *Disputation de l'Asne*. Elle est courante chez les Franciscains et se retrouve chez plusieurs catalans de l'ordre des FF. MM., partisans si ce n'est des doctrines des « spirituels », tout au moins d'un christianisme respectueux des vertus de l'Evangile. Arnaldo de Villanova, dans le *Rahonament d'Avinyo*, signalait au Pape les abus de la société catholique des XIIIe et XIVe siècles [3]. Ramon Lull dans le *Blanquerna* et le *Felix de les Maravelles* blâmait les prélats luxueux, prodigues et vicieux [4]. Turmeda, un peu plus réaliste peut-être, dans plusieurs des anecdotes où l'âne « récite » du religieux et du prêtre, comme il dit, ne paraît guère plus libertin. Ce n'est pas un « sin vergüenza », mais un ancien franciscain désireux d'une réforme de la discipline et des coutumes des chrétiens de son époque. Son attitude n'a rien d'inusité

1. Eximeniç. *Tere del Crestià*. Bibl. Univ. Barcel., arm. II, I, 5. Ms de 1389, f. CCXXVII et ss.

2. *Disputatio d'En Buch ab son Cavall*. Barcelona, 1911.

3. Arn. de Villanova. *Rahonament d'Avinyo*. Barcelona, 1909.

4. *Blanquerna*, édit. de la Revue de Madrid. Suarez. Madrid, 1881, tome I, pp. 199 et ss., 133 et ss. *Félix de les Maravelles*, édit. Roselló. Palma, tome II, ch. XXVII, pp. 120, 121.

après les écrits de tant d'autres auteurs appartenant à son ancienne règle.

Ces significations très franciscaines avaient été méconnues de la plupart des historiens de la pensée espagnole, même du grand Menéndez y Pelayo [1]. Leur importance mérite cependant à elle seule un article spécial.

Cet aspect du Livre n'est pas le seul qui soit digne de retenir notre attention. Une autre finalité capitale de la *Disputation de l'Asne* un peu plus timide sans doute, mais très affirmée, est d'inspirer aux lecteurs de la charité, de la pitié pour tous les animaux, nos frères comme les appelle Saint François. Elle transparaît dans tout le traité et se précise même dans la fin du Dialogue, lorsque l'âne vaincu par frère Anselm conclut : « vous priant et suppliant de tout nostre povoir qu'il vous plaise prescher, dire et admonester aux filz d'Adam que les pouvres de nos animaulx leur soient recommandez ; car ilz en auront mérite de celuy qui vit et règne par tous les siècles [2]. »

L'affection de Saint François pour toutes les créatures de Dieu est manifeste dans les *Fioretti*, dans la légende du Loup de Gubbio, par exemple. Ceci est trop connu pour insister. Ramon Lull, tertiaire franciscain, compare souvent avec une admiration très tendre l'homme pécheur à l'animal qui obéit à Dieu, et se montre sobre et sage. Il s'élève avec indignation contre la chasse dans le chapitre précité : « con hom se pren guarda de ço que fan les besties », disant, pp. 43 et 44 du Tome III du gran Libre de Contemplació en Deu : « Tots les aus e les besties salvatges veem en treball e en afany per los Reys et per los grans Senyors e per les homens mundans qui dia ni nit n ols lexen estar en pau, ni en plans ni en munts, ni en boscatges ni en locs agrests, ni en poblats, car no ls fan sino encalçar nit a dia a amunt e a avall. On més lur valria que les laxassen estar en pau e que

1. Menéndez y Pelayo. *Heterodoxos*, tome I.
2. *Disputation de l'asne*. Revue Hispanique, tome XXIV, p. 480.

contemplassen en Vos e que donassen laor de Vos. » Eximenis exalte la reconnaissance des animaux dans les chapitres mentionnés plus haut avec un esprit de bonté très manifeste.

Turmeda suit la tradition franciscaine de pitié vis à vis des animaux, fournissant des raisons à la sympathie qu'il veut que nous montrions pour eux, avec une connaissance de la psychologie animale, souvent très fine et très juste. Il se rencontre évidemment dans la *Disputation* des réminiscences fabuleuses des bestiaires qu'il avait lus et du folk-lore des milieux où il avait vécu. Cet essai de psychologie animale n'en sera que plus curieux à examiner en détail, scientifiquement, dès qu'il sera possible.

Si les Directions morales paraissent nettement franciscaines, plusieurs détails théologiques et philosophiques témoignent d'une fidélité évidente aux doctrines de l'ordre des FF. MM., ou de Saint Augustin, que ses religieux ont souvent suivi. C'est ainsi qu'on y reconnaît : l'exemplarisme, le volontarisme, la division tripartite des puissances de l'Ame intellective ou supérieure, le rôle de la Grâce.

Le titre d'un chapitre de la *Disputation* : « Des animaulx lesquels sont tous faictz en plusieurs semblances et comme ils sont tous d'une pensée et volonté à adorer ung seul Dieu qui les a créez » indique déjà l'importance que Turmeda attribue à la volonté. Les paroles suivantes du même chapitre sont encore plus claires : « Nous aultres avec nos diverses semblances tous d'ung accord et d'une pensée, croyons et adorons ung seul Dieu lequel nous a faictz. Et luy voyant nostre bonne et pure intention nous donne à boire et à manger sans peine, sans travail de labourer, de semer ni creuser puits : et vous aultres avec telle et si belle semblance que vous dictes avoir, parce que vous ne faictes pas ce qu'il veult et commande, il ne vous donne à manger ny a boyre sinon avecques grand travail et sueur de vostre visage, etc. [1] »

1. *Disputation de l'asne*. Revue Hispanique, 1911, tome XXIV, p. 406.

Il identifie même la volonté et l'acte en Dieu et chez l'homme dans plusieurs passages. Notons que la partie du Livre à laquelle ils sont empruntés est d'un exemplarisme augustinien sans doute, mais un peu qabbalistique et astrologique. Tous les chapitres comme ceux-ci : l'asne déclare comme au corps de l'homme y a douze conduictz a la semblance des douze signes — icy l'asne parle des quatre éléments — l'asne déclare à quoy est comparée la partie de devant du corps de l'homme — idem, la partie de derrière du corps de l'homme — l'asne déclare comme la dicte authorité se doibt entendre — etc. [1], sont exemplaristes dans leur sens général, mais insistent sur la correspondance du Macrocosme et du Microcosme. Nous y reviendrons quand nous étudierons plus tard les prophéties de Turmeda. Cette identification est formelle ici : « Dieu tout puissant, au poinct et instant qu'il veult et luy plaist qu'il soit fait quelque chose au monde plus grand, c'est à savoir au ciel ou en la terre, incontinent au même poinct, et moment est faict et accomply, sans qu'il lui soit besoing de dire : telle chose soit faicte, mais au même instant qu'il veult et lui plaist que quelque chose soit faicte, au mesme poinct et instant est faict et accomply, tellement que le vouloir et estre faict sont tout ung [2]. » A propos de l'homme il écrivait un peu plus haut : « au mesme poinct et instant que l'âme veult que aulcuns desdictz mouvements (du corps) seront faictz, le vouloir et le faict sont tout ung. Tellement qu'il n'est besoing, que l'âme dye aux yeulx fermez vous : ou dye aux jambes, courez ; ou aux aultres membres, faictes ainsi, et ainsi : mais comme ia vous ay dict, le vouloir et le faict sont tout ung [3]. »

Turmeda accorde une énorme importance à la Volonté on le voit, mais ailleurs même la compare au Saint Esprit. Cela ne surprend guère puisqu'il a été franciscain. Comme les disciples

1. *Ibidem*, pp. 420, 421, 422, 423, 424.
2. *Ibidem*, p. 422.
3. *Ibidem*, p. 422.

de Saint Augustin et beaucoup d'écrivains de la règle de Saint François, il donne cette comparaison dans un passage où il énonce la *Tripartité* traditionnelle des Puissances de l'Ame supérieure, rationnelle : Mémoire, Entendement et Volonté, et rappelle en même temps la *correspondance* qu'établissait l'évêque d'Hippone *entre la Trinité divine et la Trinité psychologique humaine* et que Lull avait reprise dans son *Félix de les Maravelles :* « l'Asne déclare comme en l'âme intellective y a troys Puissances, les comparans à la Saincte Trinité, et dict que pour cela la dicte Ame est faicte à l'ymage et semblance de N.-S. Dieu [1]. » — « L'âme de l'homme (explique-t-il aussitôt après) n'est autre chose sinon troys Puissances, à sçavoir, Mémoyre, Sens et Volunté. Et ces troys Puissances font ung âme et ainsi comme Dieu le Père nayst le Filz, et du Père et du Fils egallement procède le Sainct Esprit. Ainsi en semblable manière de la Mémoyre nayst l'Entendement et de la Mémoyre et de l'Entendement égallement procède la Volunté. Et ainsi comme la Personne du Père n'est pas celle du Filz, ne celle du Filz celle du Sainct Esprit, ne la Personne du Sainct Esprit celle du Père ne du Fils. Ainsi l'acte de la Mémoire n'est pas en l'Entendement, ne l'Acte de l'Entendement n'est pas la Volunté : mais ainsi ces troys Puissances sont une âme intellective. Voyez frère Anselme, comme l'Ame intellective est faicte à l'ymage et semblance de Dieu [2] ».

Il invoque le témoignage de Saint Augustin à propos de l'Incarnation, ce qui prouve qu'il en connaissait les enseignements. Frère Anselme vient de dire que Dieu s'était fait fils d'Adam et de citer Saint Jean : « La parolle a esté faicte chair et a habité entre nous. » il ajoute : « Et sur cela disait Sainct Augustin : la parolle du Seigneur est le Filz du Père, c'est à scavoir Iesus Christ qui est le Filz du Père éternellement, et Filz de la Mère temporellement [3]. »

1. *Ibidem*, p. 423.
2. *Ibidem*, p. 423.
3. *Ibidem*, p. 479.

Quand l'Ane enfin s'avoue vaincu par l'argument théologique de Frère Anselme, il parle de la Grâce en ces termes : « car en vérité iamais ie n'eusse pensé que en vous eust tant de science et d'entendement : mais Dieu Tout Puissant donne la Grâce à qui luy plaist [1]. »

Il n'est pas jusqu'à l'Astrologie et jusqu'aux Prophéties qui ne viennent à l'appui de l'assertion initiale de cet article : la *Disputation de l'Asne* est un ouvrage d'inspiration nettement franciscaine.

Ramon Lull admit en partie l'astrologie, c'est-à-dire tout au moins l'influence des astres sur les corps terrestres [2]. Le Bienheureux eut d'ailleurs des visions relatées dans la *Vita Coetana*. Frère Jean de Pierre Taillade ou en latin Joannes de Rupescissa, commentateur des prophéties de Saint Cyrille et de l'abbé Joachim fut un franciscain catalan s'il faut en croire Menéndez y Pelayo [3]. Fra Francesch Eximeniç, F. M. de Gerona, prédit l'avenir des principales nations européennes, surtout par l'examen des emblèmes de leurs blasons, dans le *Primer del Crestià* [4], et annonça en 1385 qu'à la fin du siècle il n'y aurait d'autre prince descendant direct des rois contemporains sur le trône que le Roi de France et cela se réalisa exactement, nous dit Massó y Torrents dans son excellente monographie de l'Anuari de l'Institut d'Estudis Catalans [5].

Sans doute le don de prophétie des Catalans nécessitera-t-il une étude ultérieure approfondie et intéressante. Disons dès maintenant qu'ils appartinrent tous à l'Ecole franciscaine, sans emprun-

1. *Ibidem*, p. 478.

2. *Felix de les Maravelles*. Tome I, p. 101. — *Doctrina pueril*. Barcelona, 1907, p. 188.

3. Menéndez y Pelayo. *Heterodoxos*, tome I, p. 485.

4. Eximeniç. *Primer del Crestià* : Lambert Palmart. Valence, 1483, ch. CCLV et ss.

5. Massó y Torrents, Anuari de l'Institut d'Estudis Catalans : *Les obres de Fra Francesch Eximeniç*, etc., 1909-1910, pp. 682, 683. Tirage à part. Barcelone, 1910, pp. 96, 97.

ter à Joachim de Flore, qu'ils citent presque toujours et dont ils commentent souvent les prophéties, ni son trithéisme ni ses doctrines sur l'Evangile Eternel.

Se livrer à l'Astrologie et écrire des Prophéties était une occupation fréquente chez les grands Franciscains et Turmeda, dès lors, ne paraît guère excentrique en suivant leur exemple.

Les citations théologico-philosophiques et les passages astrologiques ou prophétiques, intermèdes de la *Disputation* dans la pensée de Turmeda, nous le supposons du moins, offrent pour nous non seulement un intérêt d'érudition, propre à inspirer de curieuses études particulières, mais surtout confirment puissamment ce que l'impression d'ensemble du Traité nous avait laissé deviner.

Le détail nous semble en effet concorder si harmonieusement avec l'ensemble du Livre qu'on ne saurait invoquer le hasard pour expliquer cet accord. On peut donc admettre que certaines finalités générales franciscaines ont déterminé la composition de Turmeda, que certains buts traditionnels ont été clairement poursuivis. C'est ainsi qu'on y reconnaîtra :

1° Une comparaison théologique et morale de l'existence naturelle, sans péché de l'animal, avec la vie anormale, insensée, déréglée de l'homme désobéissant à la fois à la Loi de Nature et à la Loi Révélée.

2° Un tableau hardi mais utile des vices et des fautes des mauvais religieux et des méchants prêtres, provoqué par le désir très chrétien de voir ces pécheurs retourner à la morale simple et droite de l'Evangile.

3° Une exhortation à la bonté envers les animaux, un plaidoyer chaleureux en faveur des créatures de Dieu que nous méprisons dans notre orgueil égoïste et qui méritent cependant justice et charité à cause de la sensibilité, de la mémoire, de l'intelligence, de la volonté et aussi des infaillibles vertus morales naturelles dont elles nous montrent des preuves tous les jours.

Tout cela est très franciscain.

III

LES ARABISMES DE LA DISPUTATION DE L'ASNE LEUR IMPORTANCE TRÈS RELATIVE

J'ai reçu une brochure, intitulée « *El original árabe de la Disputa del Asno contra Fr. Anselmo Turmeda* », que m'envoie son auteur M. Miguel Asín Palacios, professeur d'arabe à l'Université Centrale de Madrid et membre de l'Académie Royale d'Histoire.

Ce travail de 55 pages, publié en 1914, dans *Estudios de Filologia Romanica*, commente le texte publié par la *Revue Hispanique* et tente de réfuter mes théories. Le savant arabisant croit y prouver définitivement que le livre du Majorquain n'est qu'un plagiat typique d'apologues arabes célèbres. Il obtint, dit-il, la confirmation de soupçons déjà anciens quand il découvrit dans sa bibliothèque un opuscule réimprimé au Caire en 1900 : « *Al hayaúan ou al insán* », l'animal et l'homme, qui se trouve d'ailleurs dans toutes les éditions d'une *Encyclopédie* des Frères de la Pureté « *Rasail i Rhouan as Safa* », à la suite d'un compendium de zoologie populaire, qui est le XXIe traité contenu dans le tome II de l'édition de Bombay datée de 1306 de l'hégire [1].

M. Miguel Asín Palacios n'aurait rien publié à ce sujet, dit-il, si la réimpression de la version française de la *Disputation* par la *Revue Hispanique*, ne lui avait procuré l'occasion de confronter les deux textes devant les érudits [2]. Il ajoute aussi que je suis pour quelque chose dans la mise au jour du document qu'il suppose si

1. *El Original arabe de la Disputa del Asno contra Fr. Anselmo Turmeda* por Miguel Asín Palacios. — Extracto de *Estudios de Filologia Romanica*. Madrid, 1914, pp. 3 et 13.
2. *Ibidem*, pp. 3 et 4.

important, en termes un peu vifs peut-être : « El efecto de profunda convicción que este plagio ejemplar de Turmeda produjo en el ánimo del luliano M. Probst, cuando, en la pasada primavera de 1913, se lo presentaba yo como caso análogo al de Lulio, cuya originalidad obstinábase en defender en su reciente tesis doctoral, me animó a no demorar mas tiempo su divulgación [1]. »

Très honoré qu'un érudit de la valeur de M. Miguel Asín Palacios consente à combattre mes humbles opinions, je ne peux cependant, après une lecture attentive de son mémoire, me résigner à m'avouer vaincu. Tout au contraire, sans méconnaître les arabismes de forme chez Turmeda, je maintiens les hypothèses émises, car les arguments de l'académicien espagnol ne me satisfont pas entièrement.

Il conclut de quelques ressemblances, de certains emprunts, importants sans doute, au plagiat de Turmeda. Or M. Miguel Asín Palacios constate aussi des différences, qu'il semble considérer comme secondaires, accessoires [2].

J'accepte volontiers que Turmeda n'ait pas imaginé de toutes pièces son ouvrage, mais les emprunts si fréquents en Catalogne après le XIIIe siècle ne signifient pas grand'chose, s'effacent enfin devant les différences, seules capitales, à mon sens.

Je n'ai jamais soutenu que Turmeda fut absolument original, mais je distingue en tout cas, ce que ne fait pas mon contradicteur, entre la forme et le fond de la *Disputation*.

J'ai dû jadis réfuter les opinions exagérées du savant de Madrid sur l'arabisme de Ramon Lull, dans un chapitre de ma thèse : « Caractère et origine des idées du Bienheureux Ramon Lull. » M. Asín Palacios insiste encore dans un livre de 1914, sur Aben Masarra et son école, mais n'apporte aucun argument nouveau. On n'est pas élève philosophique ou théologique des musulmans, comme je l'ai démontré définitivement, quand on ne leur

1. *Ibidem*, p. 4.
2. *El original árabe*, etc. pp. 41, 45, 46.

emprunte que des façons de parler, des proverbes, des lieux communs, des exemples, même sans les citer [1]. Les idées, les doctrines, le but d'un ouvrage doivent être considérés avant tout. Le fond doit prouver plus que la forme.

Force m'est d'avouer ici que les passages relevés par M. Miguel Asín Palacios dans la *Disputation*, s'ils témoignent d'imitation ou de copie d'écrits arabes, paraissent par contre mis au service des desseins de Fra Anselm, très franciscains : moraux, réformateurs et charitables envers les animaux.

Mais examinons, sans entrer dans une discussion trop minutieuse et inutile de la récente brochure, quelles sont les raisons de son auteur, prises dans l'analyse qu'il fait de l'opuscule oriental.

La Dispute arabe des animaux contre l'homme est comprise dans l'*Encyclopédie* des Frères de la Pureté, adeptes d'une école philosophico-politique orientale du IVe siècle de l'Hégire (Xe de J.-C.), introduite en Espagne au commencement de notre XIe siècle [2].

Devant le tribunal des génies les animaux intentent un procès aux hommes en les accusant de les avoir soumis à une servitude injuste au titre de la supériorité qu'ils prétendent avoir sur eux. Des députés humains de chaque peuple, de chaque race et de chaque religion, apportent leurs preuves de supériorité vis-à-vis des animaux, preuves que réfutent successivement les députés des diverses espèces zoologiques.

La *thèse* et la *forme interne* de la fable sont, pour ainsi dire, identiques à celles de la *Disputation*, nous dit M. Miguel Asín [3].

Les *dix-neuf preuves* de supériorité humaine discutées chez

1. *Caractère et Origine des Idées de Ramon Lull*. Dr Probst. Toulouse. Privat, 1912, pp. 240 et ss.

2. *Ibidem*, p. 11.

3. *Ibidem*, p. 13. Mr M. A. P., pour le prouver analyse tout l'apologue arabe.

Turmeda existeraient presque toutes dans le livre arabe, ce sont :

1° La proportion harmonique des membres de l'homme ;

2° La perfection de sens corporels et de la mémoire ;

3° La perfection de l'intelligence ;

4° La variété et la délicatesse de nos mets ;

5° Nos plaisirs, nos jeux, nos arts ;

6° Le don exclusif à l'homme de la Loi révélée ;

7° L'usage de vêtements fins et luxueux ;

8° Les classes humaines éminentes : rois, nobles, sages, avocats, poètes, etc., que ne possèdent pas les animaux ;

9° L'unité d'aspect de l'homme, la diversité des formes animales ;

10° Les hommes achètent, vendent les animaux, leur donnent à manger et les soignent.

11° Les hommes savent construire avec ingéniosité des maisons, des palais ;

12° Les hommes mangent la chair des animaux [1]. (Les animaux dans l'apologue arabe réfutent ces douze premiers arguments comme le fait l'âne dans la *Disputation*).

13° L'âme de l'homme est immortelle et celle des bêtes ne l'est pas, assure triomphalement Fr. Anselme. L'âne met en doute l'immortalité de l'âme humaine pécheresse, selon M. Asín, nous verrons tout à l'heure que ce n'est pas tout à fait cela.

14° L'homme a été fait à l'image de Dieu, l'âne soutient que l'homme entend cela dans un sens erroné et expose la théorie du macrocosme et du microcosme.

15° Les hommes ont des frères et des moines qui servent Dieu. L'âne prouve que les frères commettent les sept péchés capitaux ;

16° Les hommes ont seuls une âme intellective et de la pudeur. L'âne réfute l'argument ;

1. *Ibidem*, pp. 8, 9, 10. — *Disputation*, édit. *Rev. Hisp.*, pp. 417-418.

17° Les hommes sont plus propres et sentent meilleur. Réfutation de l'âne ;

18° Les hommes possèdent beaucoup de sciences et l'astrologie judiciaire. L'âne prouve que les animaux sont supérieurs à l'homme en science astrologique et fait une prophétie sur le même thème qu'une prophétie de Fr. Anselm ;

19° Dieu s'est incarné dans un corps humain et non point dans un corps d'animal. La Disputation s'achève sur cet argument que ne peuvent rétorquer les animaux, qui s'avouent les sujets de l'homme.

M. Miguel Asín Palacios trouve cinq des sept derniers arguments dans l'*Encyclopédie* des Frères de la Pureté, mais les quatorzième et dix-neuvième sont, de son aveu, exclusifs à la *Disputation de l'Asne* [1].

Il constate des *emprunts* presque textuels et qui le sont, en effet — p. 378 : de l'Eléphant — à — la iuste proportion en leurs membres ; — ibidem l. 4 : Frère Anselme ...ne sachiez — à — qui les a créés ; — p. 379, l. 8 : le chameau pour ce qu'il — à — les extrêmes parties de son corps ; — p. 407 : Reverendissime Asne — à — leurs subiectz et esclaues ; — p. 388 : Et davantage — à — ostent l'escorce ; — p. 389 : Je vous veuls parler, Frère Anselme — à — s'en vont pour leurs affaires [2]. Quant à la théorie du *microcosme* contenue dans la page 420 de la *Disputation*, elle serait conforme, presque mot pour mot, dit-il, aux textes arabes des pp. 297, 302, 303 du tome II de l'édition de de Bombay de la « Rasail i Khouan as Safa », l'*Encyclopédie* des Frères de la Pureté [3].

A côté des imitations, des emprunts assez frappants, M. Miguel Asín Palacios, critique sincère, loyal, signale aussi quelques *différences*, mais espère trouver un jour leur modèle dans d'autres

1. *Ibidem*, p. 41.
2. *Ibidem*, pp. 42, 43, 44, 45.
3. *Ibidem*, pp. 47, 48, 49.

éditions de l'*Encyclopédie* conservées en Europe et qu'a peut-être connues Turmeda, ou dans quelque autre auteur arabe. Ce sont les trois passages où il s'agit : des trois merveilles exclusives à l'homme : la physionomie, le langage, l'écriture (*Disput.*, pp. 403-405) ; de la comparaison de l'arbre et de l'homme (*Disput.*, pp. 466-469) ; des observations sur les instincts de beaucoup d'animaux. (*Disput.*, pp. 458-464).

L'auteur de la brochure ne cache pas que la *zoologie moralisée* des Aristote et des Pline, fut la source d'inspiration commune des livres arabes d'*el Chahid* (IXe s.), de *Ghazali* (XIIe s.) et de *El Damiri* (XVe s.) et des deux *Hexaemeron* de Saint-Basile et de Saint Ambroise chez les chrétiens (au IVe s.), dont la popularité fut immense en Orient et en Occident et fut imitée dans bien des apologues [1].

Turmeda a supprimé de son livre : la préparation rhétorique arabe pour entrer dans son sujet ex abrupto ; la mise en scène musulmane du tribunal solennel ; un grand nombre de personnages, hommes de races et de religions diverses répondant à des animaux différents ; les fleurs brillantes du style arabe ; tous les passages qui font allusion à des croyances islamiques [2].

Fra Anselm est pour le grand arabisant de Madrid, en somme, et il le dit brutalement, un plagiaire sans originalité, ni invention (quoiqu'en ait pensé le grand Menéndez y Pelayo, le maître incontesté des savants espagnols actuels). La *Disputation* lui paraît une traduction littérale d'un apologue arabe, œuvre grossière d'un abréviateur maladroit, de mauvais goût, ignorant la langue arabe littéraire, incapable de rendre l'esprit et la forme de son modèle musulman [3].

Bien plus, Anselme utilisait chez les Arabes les antilogies

1. *Ibidem*, p. 50.
2. *Ibidem*, pp. 45, 46.
3. *Ibidem*, pp. 45, 53. Cf. Menéndez y Pelayo. *Heterodoxos*, pp. 646-8. *Orígenes de la Novela*. Madrid, 1905, tome I, p. CV et ss. de l'introduction.

évangéliques du *Fisal* du cordouan Aben Hazam, falsifiait les dogmes et les textes chrétiens, quand il écrivait le *Tabfa el Adib*, copiait les apologues arabes dans sa *Disputation*, pour se rendre célèbre à la fois chez les Tunisiens et chez les Catalans, trompant les uns et les autres par manque de conviction, de sens moral [1].

M. Miguel Asín Palacios aurait la part trop belle si je me contentais de son plaidoyer pro domo. Arabisant, il voit trop souvent partout des inspirations ou des imitations arabes.

Je ne nie pas leur existence dans le cas présent, mais le parti qu'on veut en tirer me semble exagéré.

Reprenons un à un les arguments du Professeur de l'Université Centrale :

1° La forme interne de la fable est peut-être identique dans la *Disputation* et dans le traité arabe, mais la thèse ne l'est pas.

Les animaux dans le texte arabe analysé par M. Miguel Asín Palacios prouvent qu'ils suivent la Loi naturelle, quand l'homme non content de désobéir à la Loi révélée, la méconnaît elle aussi. Le parrallélisme est très net. Mais on n'y trouve aucun blâme des marabouts ou des membres des confréries religieuses, enfin aucun appel à la pitié en faveur des animaux.

J'ai dit que la forme interne était peut-être la même, mais non pas qu'elle l'était certainement. En effet, le nombre des preuves de la supériorité de l'homme est de dix dans l'*Encyclopédie* des Frères de la Pureté et de dix-neuf chez Turmeda. Certaines manquent, on l'avoue, dans le livre musulman, d'autres auraient été dédoublées par le Majorquain, enfin la neuvième preuve arabe, celle par le plus grand nombre d'hommes que d'animaux, n'existe pas dans la *Disputation* [2].

Ce défaut de concordance générale, malgré le grand nombre de coïncidences, de preuves identiques, de part et d'autre, ne permet

1. *El original arabe*, etc., pp. 53, 54.
2. *Ibidem*, pp. 41, 38.

pas de conclure définitivement à un emprunt ou à une imitation d'un écrit déterminé. N'ayant rien d'extraordinaire, ces preuves peuvent se trouver un peu partout dans les bestiaires chrétiens, aussi bien que dans les recueils musulmans de même genre. M. Miguel Asín Palacios dit lui-même que les productions littéraires de zoologie moralisée, abondent chez les sémites et les chrétiens, viennent des *Histoires Naturelles* d'Aristote et de Pline [1].

2° Les emprunts dont il donne des exemples intéressants ne prouvent presque rien. Dès le commencement du XIIIe siècle, surtout en Catalogne, comme l'ont souvent répété les érudits barcelonais, à l'exception d'Eximenis qui citait ses sources, on insérait dans les ouvrages des passages assez longs traduits ou copiés, sans scrupule aucun. C'est ce que j'appelle l'*emprunt anonyme de remplissage* [2]. Corneille, Molière, Descartes, ne prenaient même parfois pas la peine de démarquer des scènes, des pages entières découpées dans les œuvres d'autrui. Le mérite de nos grands classiques en est-il diminué ? Je ne le crois pas.

Si Turmeda n'avait commis que des emprunts, qu'on appelle plagiats dans notre époque de probité littéraire, M. Miguel Asín aurait raison, mais il y a certes des parties personnelles dans son œuvre.

C'est ainsi, quoiqu'on en pense à Madrid, que le sens de la *Disputation* n'est pas celui de l'apologue arabe, ouvrages distincts commencés et terminés d'ailleurs de façons complètement opposées.

3° La théorie du *Microcosme* est une doctrine commune aux néo-platoniciens, aux Qabbalistes juifs, aux Frères de la Pureté ou *Khouan as Safa*, aux exemplaristes chrétiens, et parmi eux, surtout, aux Augustiniens et aux Franciscains, dont était Turmeda.

Qu'importe, si Fra Anselme au lieu d'inventer un développe-

1. *Ibidem*, p. 52.

2. Témoins le *Somni* de Bernat Metge (XIVe s.) et la *Theologia Naturalis* de Ramon de Sibiude (R. de Sebonde) (XVe s.).

ment à l'appui d'une de ses idées, l'a traduit de l'arabe en catalan, sans mentionner ses sources, puisque beaucoup en firent autant au Moyen Age.

4° Les trois passages : des trois merveilles humaines ; de l'arbre et de l'homme ; des instincts multiples animaux, n'ont pas d'origine connue.

5° La préparation du dialogue est plus longue, moins abrupte dans le prétendu original arabe. Il s'y trouve une mise en scène, une organisation du tribunal plus complète que dans la *Disputation*. L'œuvre de Turmeda est un dialogue à deux interlocuteurs, Fra Anselm et l'Ane, quand l'apologue arabe présente une grande richesse de personnages [1].

Ces différences sont moins superficielles que ne le croit M. Miguel Asín Palacios. Il semble, par exemple, qu'entrer dans le sujet sans vaines péroraisons préliminaires, simplifier le dialogue et le réduire à une claire polémique entre deux antagonistes, réduire l'usage des fleurs de rhétorique à leur minimum, ne sont de la part de Turmeda ni des maladresses, ni des fautes de goût, tout au contraire.

Sur cinq chefs d'accusation, un seul reste donc à demi debout, le deuxième, et encore la réfutation des quatre autres en diminue-t-elle singulièrement la portée.

Avant de conclure, signalons cependant à l'attention de Monsieur l'académicien de Madrid quelques détails de la *Disputation de l'Asne*, pris au hasard, qui ne se trouvent pas dans l'apologue arabe, analysé par lui.

1° Le lion demeure le roi des animaux chez Turmeda, quand le prince des génies préside l'assemblée chez l'auteur arabe. Le Majorquain eut très bien pu remplacer le génie par un ange, par exemple, s'il n'avait été qu'un servile copiste de l'apologue oriental [2].

1. *El original arabe*, etc. p. 45.
2. *Ibidem*, p. 15.

2° L'âne, s'il ne met pas en doute l'immortalité de l'âme humaine, comme le dit à tort M. M. A. P. [1], répond à Frère Anselme que les animaux obéissants à la Loi Naturelle donnée par Dieu et qui ne pèchent pas, doivent être immortels, et même aller en Paradis, plus aisément que les hommes pécheurs, désobéissants aux ordres divins naturels et révélés.

3° M. M. A. P. conclut à une imitation quand il trouve un mulet, dans le livre arabe, prenant part au dialogue. Or l'Ane est un personnage principal dans la *Disputation*, le mulet au contraire, un porte-parole exceptionnel, qui parle une fois et disparaît dans la coulisse. Les rôles sont à l'antipode l'un de l'autre [2].

4° Enfin pour ne pas insister davantage, (car les trois quarts des considérations de l'apologue oriental sont absents du traité de Turmeda et seule une lecture parallèle facile, mais trop longue pour être résumée ici, le prouverait), comparons seulement les fins des deux ouvrages.

L'œuvre des *Khouan es Safa* se termine par la preuve humaine de l'immortalité de l'âme qui convainc définitivement les animaux, quand le dialogue du Majorquain s'achève par un recours à l'Incarnation de N.-S. Jésus-Christ dans un corps d'homme, démonstration suprême d'ordre théologique de la supériorité des Fils d'Adam [3].

Rien de commun entre ces deux conclusions à ce point de vue, rien de semblable non plus quant à la morale dégagée. L'auteur arabe se contente d'une résignation pure et simple à servir l'homme moral et mystique exclusivement [4]. Turmeda concède que l'homme est le légitime maître des êtres vivants, mais n'oublie pas de faire prononcer au lion un appel à la pitié de l'homme, tout à fait franciscain [5].

1. *Ibidem*, p. 9.
2. *Ibidem*, pp. 45 et 46. Cf. toute la *Disputation*.
3. *Ibidem*, pp. 39 et 40. Cf. *Disputation*, pp. 479, 480.
4. *Ibidem*, p. 40.
5. *Disputation de l'Asne*, p. 481.

M. Miguel Asín Palacios a peut-être indiqué des sources partielles de la *Disputation de l'Asne*, signalé les emprunts que Turmeda a trouvé commode de faire, quand ils pouvaient exprimer exactement sa pensée, mais n'a pas démontré de manière irréfutable, définitive, que Turmeda était un adaptateur inintelligent, de mauvais goût, un abréviateur maladroit, par ignorance de l'arabe littéraire ou par mesquinerie d'esprit. Il ne me semble pas avoir davantage ruiné la thèse de l'originalité relative et de l'esprit d'invention de l'auteur majorquain, défendue par Menéndez y Pelayo, le grand polygraphe espagnol[1].

Peut-être ai-je au contraire, à l'occasion de la brochure : l'Original arabe de la *Disputation de l'Asne*, mis en relief beaucoup de différences, de particularités, qui militent en faveur d'une certaine originalité de plan et de facture.

En tout cas, rien dans l'étude de M. Miguel Asín Palacios, si érudite et si intéressante soit-elle, ne détruit nos hypothèses d'inspiration franciscaine, indépendante sans doute de l'aménité et de la modération générale des Frères Mineurs, mais d'accord en somme avec leurs doctrines principales.

J.-H. Probst.

1. Menéndez y Pelayo. Voir *Origenes de la Novela*. Tome I. Introd., p. cv et ss. — *Historia de los Heterodoxos españoles*, tome I, pp. 646-648.

EL LIBRO DE LA GUERRA

ADVERTENCIA

En la Sección de Manuscritos de nuestra Biblioteca Nacional existe un volumen en 4º escrito en pergamino con letra del siglo XV, catalogado con las signaturas R-263 antigua y 6503 moderna, y en cuya portada se lee lo siguiente :

« Trabaxos | de Ercules | y libro de la guerra | compuesto por el Sr. D. Henrique | de Aragon Marques de Villena a | ynstancias de Pedro Pardo Caballero Catalan ; en Valen | cia en el año del Sr. | M. CCCCXX ».

Aunque los *Trabajos de Hercules* fueron escritos primeramente por Don Enrique en lengua catalana, hoy día no se conoce sino la traducción que él mismo « a suplicacion de Johan Fernandez de Valera el mozo » su criado, hizo al castellano, de la cual es copia la contenida en el códice citado.

Conocida y muy citada ha sido la obra anterior, pero en cambio *El libro de la Guerra* no ha sido nunca mencionado siquiera por ninguno de los escritores que se han ocupado de Don Enrique. No sabemos si su silencio obedece á no considerar tal obra como suya ó á no haber visto el códice en que se contiene, lo que sería inexplicable, toda vez que desde hace muchos años viene figurando en los catálogos de la Sección.

Si la obra, como parece indicarlo la portada, es verdaderamente de Don Enrique, su importancia es grande, pues nos muestra un nuevo aspecto de aquel magnate cuya ilustración y conocimientos eran superiores á los de la mayor parte de las personalidades de su tiempo ; y si no lo es, no por eso pierde su importancia, pues, perdidas las obras militares del Infante Don Juan Manuel, queda ésta que nos ocupa como la primera obra militar escrita en español, ya que, por el carácter de letra y demás circunstancias que en ella concurren, ha tenido que ser escrita en la primera mitad del siglo XV.

LUCAS DE TORRE.

Empieça el libro de la guerra, que escribo por utilidad i beneficio de todos, y principalmente para los Caballeros a quienes

pertenece mas por raçon de la nobleça ꝛ buen gobierno, cuidando en las batallas de saber offender i defender, ganando premio, honrra i gloria.

PROLOGO.

Todas las cosas por vso ꝛ por costumbre se acresçientan ꝛ conseruan, asy pequennas commo grandes, segun manifiestamente por experiencia paresçe; ꝛ commo el arte de la caualleria ꝛ batallas sea mas noble que ninguna otra, la qual guarda ꝛ acresçienta la libertat ꝛ dignidades ꝛ honrras ꝛ conserua las prouinçias ꝛ regnos, ca por ella es todo conseruado cada cosa en su estado. Por la qual los antigos dexaron todas las otras, non curando de aquellas, pugnaron en guardar ꝛ saber solamente aquesta commo aquella, por que se alcança honrra ꝛ vida ꝛ victoria, ꝛ asy vsaron de aquella trabajando ꝛ vsando por alcançar victoria ꝛ honrra que benieron a tanto que la pelea que primeramente era en venta, traxieron arte ꝛ sabidoria ꝛ platica de aprender; ꝛ porque los despues de aquellos sopieren la dicha arte, aquellos escriuieron las cosas pasadas ꝛ los acaesçimientos de las batallas ꝛ el arte de aquellas, lo qual los buenos cabdillos sabios deuen fazer, mandando ꝛ faziendo a su gente vsar la manera de pelear porque puedan aprender ꝛ saber la dicha arte ꝛ ser maestros en aquella, sin la qual las otras non valen nin pueden fazer; auiendo enxienplo en los romanos, los quales auiendo gran deseo de alcançar honrra ꝛ victoria de sus contrarios, escriuir fezieron la dicha arte ꝛ guardar ꝛ tener las ordenanças de aquella, por lo qual fueron señores de todos sus contrarios. Ca no fallamos cosa que bastasse los romanos subiugar todo el mundo, saluo el gran vso de las armas ꝛ arte ꝛ sabidoria de asentar su hueste ꝛ ansy mesmo de pelear.

Otrosy, por escoger cabdillo ardid ꝛ acuçioso ꝛ sufrido ꝛ sabidor ꝛ artero en pelear ꝛ tal que sepa ꝛ pueda enseñar el arte ꝛ vso de las armas ꝛ peleas, lo qual faze a los que lo saben ser osados ꝛ sin temor ꝛ de gran coraçon, que non ha tal que tema

de fazer lo que bien sabe ca lo faze sin miedo; por lo qual acaesçe muchas vezes que los sabidores de la dicha arte ꝛ vsados en aquella, aunque sean pocos, ꝛ vencer ꝛ an victoria de la gente ruda ꝛ non auisada en caso que sea mucha. Por lo qual, entre los romanos era guardada tal costumbre, que no dauan sueldo a cauallo fasta que en presençia del capitan mayor de las legiones mostrasse commo lo meresçia : ca en todas cosas se puede emendar el yerro, mas los yerros de las batallas non se pueden reparar, que la pena viene en pos del yerro.

Por ende todos los que deste ofiçio quieren vsar con gran estudio ꝛ trabajo ꝛ alegre voluntat se deuen disponer a vsar ꝛ aprender la dicha arte; la qual sabiendo, auiendo fiuza en el vençer de las batallas, seran dignos de alcançar honrra ꝛ victoria que es el fructo ꝛ galardon de los trabajos ꝛ afanes de la dicha arte; lo qual faziendo, segun dicho es, en este mundo viuiran en honrra ꝛ buena fama, ꝛ en estotro alcançaran gloria.

Como declarar que cosa es hueste se deua dezir ante de todas cosas diremos ꝛ mostraremos que cosa es aquella, ꝛ commo se deue de asentar ꝛ en que lugares, ꝛ guarnesçer ꝛ basteçer ꝛ mouer porque sea mejor conseruada ꝛ guardada, ꝛ dende en adelante proçederemos declarando las otras cosas neçesarias ꝛ complideras a lo suso dicho.

Capitulo primero.

QUE COSA ES HUESTE ꝛ COMO CAEN POR MENGUA DE BUENA ORDENANÇA.

Hueste es muchadumbre ayuntada de gente de cauallo ꝛ de pie, ꝛ asy lo dixieron los maestros de las armas; ꝛ si los fechos leyeremos del rey Xerces, ꝛ de Dario, ꝛ de Poro, ꝛ de otros reyes que ayuntaron pueblos sin cuento, magnifiestamente paresçera que las grandes huestes abastadas de muchas gentes, por mengua de buena ordenança son muy aynas vençidas,

mas por mengua de aquella, que por fuerça ꝛ virtud de los enemigos.

Ansy mesmo la muchadumbre de las gentes por muchas maneras lo pasa peor : ca en los caminos siempre tardan mas ꝛ pueden resçebir mayor engaño, asi en los lugares estrechos ꝛ asperos commo en los pasos de los rios. Otrosy, con gran trabajo pueden auer viandas, ca es mala de auer la prouision para la muchedumbre.

Et quando aquella por mengua de ordenança es vençida, peresçen muchos. Onde los antigos que auian visto los peligros non quisieron auer hueste de gran numero de gente, ante con gran examinaçion trabajaron por auer omnes prouados en las armas en la hueste ; ꝛ por quanto en las mayores batallas ellos creyeron bastar vna legion con algunas ayudas, que eran diez mil peones ꝛ dos mill de cauallo; pero sy los enemigos eran muchos, enbiauan vn gran conde con veynte mill peones ꝛ quatro mill de cauallo, ꝛ fallauan ser mas prouechosas muchas huestes que non grandes.

Capitulo segundo.

EN QUE LUGARES SE DEUE ASENTAR LA HUESTE.

La hueste se deue asentar en lugar seguro, ꝛ en tal que aya bastamiento de leña ꝛ agua ꝛ viandas, ꝛ sy por luengo tiempo ouiere de morar, escoja lugar sano ꝛ guarde que non asiente la hueste açerca de alguna altura por que dende non le venga daño. Item : se deue guardar el numero de los cauallos ꝛ fardajes por que non se apierte en lugar pequeño, sy fuere muchedumbre, ꝛ sy poca, non se estienda mucho.

Capitulo tercero.

EN QUE MANERA SE DEUE ASENTAR LA HUESTE.

La hueste se deue asentar vnas vezes en figura de quadra, otra, de triangulo, otra, redonda, segun el lugar o la neçesidat lo demandare, ꝛ la puerta prinçipal del real deue ser a oriente ꝛ de cara los enemigos; ꝛ sy la hueste andodier camino, deue ser la puerta fa|z|ia la parte do quisieren ir. Item : deue auer la hueste otra puerta a la qual deuen estar las justiçias, por la qual deuen asacar a justiçiar los que cometieren los maleficios.

Capitulo IIII°.

COMO SE DEUE GUARNEÇER ꝛ GUARDAR LA HUESTE DESQUE ASENTADAS.

El asentamiento de la hueste es en tres maneras : la primera, quando la neçessidat, deuen de tajar cespedes ꝛ fazer çerco en derredor de la hueste, que aya en alto tres pies, ꝛ que aya delante vna caua que aya en alto quatro pies ꝛ en ancho seys; la segunda, manera es si los enemigos fueren cerca, conviene que en la caua aya en alto nueue pies ꝛ en ancho doze, con su estacada con la tierra que sacaren de la caua amontonada, ꝛ que aya la dicha estacada en alto quatro pies ; la terçera manera es que sy la neçesidat lo aderedare, la estacada deue ser fecha de reyzos maderos, la caua segun dicho es; para las quales obras la hueste deue traer açadones ꝛ palas de fierro ꝛ picos ꝛ los otros instrumentos para lo semejante neçessario.

Capitulo v.

QUE HA DE FAZER LA HUESTE DESQUE ASENTADA ꝛ LOS ENEMIGOS PARESÇIEREN.

Ligera cosa es de aperçebir ꝛ basteçer la hueste quando los enemigos son absentes, mas quando son presentes non es tan ligero de fazer; por qual es neçesario que por pregon se sepa quales conplieron su obra, ꝛ los çenturiones vean las cauas, ꝛ aquellos que fueren fallados que non conplieron su obra, reçiban la pena estableçida ꝛ cunplan las dichas cauas; para lo qual fazer es neçesario, sy los enemigos fueren presentes segun dicho es, que la meitat de la gente de los de cauallo ꝛ de pie se pongan en la batalla a toda su mejoria a rostro de los enemigos, porque las dichas cauas se puedan fazer ꝛ acabar sin peligro ꝛ toda la otra gente de la hueste que non fuere ocupada en las dichas cauas, este armada ꝛ aperçebida segun que el caso requiere.

Capitulo vi.

DE LA SANIDAT DE LA HUESTE.

Sobre todo es de proueer que la hueste sea en sanidat; por lo qual se deue guardar de lugares en que aya pestilençia, eso mismo non deue morar çerca de lagunas nin de lugares secos sin....., nin deuen estar los cauallos en el tiempo del estio sin tiendas, porque el enojamiento ꝛ calor del sol se faria grandes enfermedades. Item: en la fortaleza del inuierno non deuen de andar camino, nin estar en lugar do aya mengua de agua, leña nin aguas malas: ca el beuer de las malas aguas engendra dolençias. Item: cada dia se deue fazer pesquisa por los prinçipes ꝛ tribunos ꝛ el conde que ha mayor poder como pasan los enfermos, que sean proueydos. Item: todos los de la hueste con gran estudio deuen

ser enseñados por que cada vno sepa el arte ꝛ vso de las armas con que ha de pelear : ca la costumbre ꝛ vso de las armas lo puede saluar y dar victoria.

Capitulo vii.

DE LA PROUISION DE LA HUESTE.

La razon manda que digamos de la prouision, ca muchas vezes se pierde la hueste antes por mengua de aquella que por pelea : que mas cruel es la fanbre que el fierro; que gran golpe ꝛ gran dardo es contra los enemigos que tu ayas prouision abasto ꝛ el los mengua. Por ende todo rey o principe con gran cuydado deue buscar las prouisiones por las comarcas con tiempo ꝛ siempre en mayor copia que es menester, ꝛ sy por venta los tributos de en enprestidos o de otra manera non bastaren prouisiones ꝛ le cumplan todas las cosas que son menester; que possessiones nin bienes ꝛ riquezas non pueden ser seguras, saluo sy son defendas por armas, quanto mas que muchas vezes acaesçe por mengua de la dicha prouision doblarse la neçessidat ꝛ menester, ꝛ la guerra durar mas.

Item : todas las prouisiones que los enemigos pudieren ocupar se deuen con tiempo leuar a los lugares seguros; lo qual non solamente se deue fazer por mandamiento, mas aun por premia.

Item : antes que la neçessidat venga, deuen ser reparados ꝛ basteçidos asy de prouisiones como de instormentos para defender todos los lugares a que los enemigos en qualquier manera puedan allegar : ca sy con tiempo no lo fazen, podrian ser ocupados por los enemigos, de que vernia muy gran dapño ꝛ quiça tal, que nunca seria reparado.

Item : lo[s] omnes deuen ser escogidos para la batalla, ꝛ los que non fallaren tan aprouados deuen ser enbiados ꝛ puestos en las fortalesas, que los que no aprouechan en la batalla pueden

aprouechar en defenssion de villa o de castillo : que vna de las mayores artes de la caualleria es conosçer a cada vno en que ofiçio puede mas aprouechar, porque aquello le sea mandado fazer.

Capitulo viii.

QUE HA DE GUARDAR LA HUESTE QUANDO SE QUISIERE MOUER.

Como sea verdat que muchos peligros suelen acaesçer a la hueste en los caminos, por lo qual el cabdillo o capitan deue prouer el remedio, por que andando camino non aya a sofrir fortuna ꝛ sy les veniere, sean aperçebidos a lo resestir ꝛ echar de sy ; ꝛ para lo qual deuen..... conplidamente todos los caminos de las comarcas, e lo mesmo deuen saber los lugares ꝛ quanto ha de vno a otro, ꝛ los caminos ꝛ senderos ꝛ atajos, lo qual deuen preguntar muy secretamente a aquellos que lo saben.

Item : deuen auer aguardadores fieles que lo sepan fazer, por que las carreras sean todas guardadas en manera a que non pueda venir por ellas dapño a la hueste.

Item : deuen de guardar que non sepan los lugares ꝛ caminos por donde ha de venir la hueste nin quando han de mouer ; ca por esto los antigos ouieron señal de mouimiento, ꝛ todo cabdillo deue de enbiar omnes fieles ꝛ ardidos con caualleros prouados por que vean los lugares por do ha de venir la hueste, asy delante como detras, ꝛ a la parte diextra o siniextra, porque non puedan reçebir dapño por causa de sobreuienta, ꝛ esto se haga asy de noche como de dia ; lo qual fecho ꝛ ordenado, tomen el camino primeramente los caualleros, ꝛ despues los peones, ꝛ los enbargos ꝛ cargos ꝛ pertrechos ꝛ armas sean puestos en medio de los caualleros ꝛ peones ; ca los que van delante viene el peligro de fruente, ꝛ a los de detras, de spaldas, ꝛ a las costaneras deue estar egual parte de armas para enbargar las entradas ; ca los que estan en la çelada muchas vezes encontran al treues ; por lo qual,

a la parte que los enemigos pueden venir, deuen ser puestos omnes de cauallo armados ligeramente, ꝛ eso mismo peones ꝛ vallesteros ꝛ porque los enemigos arrebatadamente non enpescan ꝛ deuen ser amonestados los caualleros que sean apercebidos de coraçon, ꝛ tengan las armas en las manos, por que las cosas prouadas ꝛ apercebidas non suelen ser espantosas nin dapñosas.

Otrosy : non deuen ser apartados los vnos de los otros nin amontonados, mas en buena manera que non se enbarguen los vnos a los otros. ꝛ eso mismo deuen de ordenar çierta señal a que aguarde el fardaje por que vaya todo junto ꝛ non reçiba dapño nin enbargue a los que han de pelear. Eso mesmo deue de guardar el cabdillo los lugares en que han de pelear, que sy el tiene ventaja de los de cauallo, deue pelear en los canpos llanos ꝛ rasos, ꝛ sy de los peones, en los lugares estrechos ꝛ asperos ; por lo qual deuen ser amonestados los tribunos o mariscales que detengan los delanteros ꝛ acuçien los perezosos ; ca los que mucho van delante, quando acaesce alguna sobreuienta, mas son prestos a fuyr que tomar, ꝛ los que van detras, ayna son vençidos.

Otrosy : todo cabdillo se deue guardar de las çeladas, que acaesçe algunas vezes estar la çelada puesta ꝛ fazer rebato manifiesto, por lo qual todo cabdillo deue de trauajar por destruir los lugares de las çeladas, por que ay conosçimiento de aquellas ; el qual auido, las puede engañar por aquella via ꝛ manera que el podia ser engañado.

Item : todo principe o cabdillo deue conoscer ꝛ saber la costunbre de sus enemigos, si acostunbraron cometer ꝛ venir a los cansados caminantes de noche o a la mañana, o quando sientan real para comer ꝛ guardar se deuen en aquellos tienpos.

Item : deuen el cabdillo saber sy tienen ventaja de los peones o de los omnes de cauallo o vallesteros, o por numero de omnes o por guarnesçimiento de armas ; asy que verdaderamente sepa lo prouechoso a el ꝛ a sus enemigos dapñoso.

Item : deue el cabdillo saber si le cunple andar de noche o de

dia, ꝛ quantos son los lugares por donde han de yr, ꝛ quanto ha de vn lugar a otro, ꝛ que lugares son por que se guarden del dapño que les puede ser fecho, ꝛ de la mengua del agua en el estio e de la sonbra de las nieues ꝛ frios en el ynuierno, en tal manera que la hueste non se falle engañada en el camino ꝛ lugares por donde ꝛ adonde ha de yr.

Capitulo ix.

EN QUE MANERA DEUE PASAR LA HUESTE LOS RIOS GRANDES.

En el pasar de los rios muchas vezes acaesçe gran dapño a los que no son auisados; por ende quando acaesçiere que el agua sea mucha ꝛ rezia, deue de buscar el vado con los cauallos grandes y fuertes, ꝛ desque fallado, poner çiertos omnes de cauallo arriba ꝛ otros ayuso porque los omnes ꝛ moços ꝛ fardaje ꝛ bestias flacas pasen por medio; que los que estan arriba quebranten el agua que non venga tan rezia, ꝛ los que estan abaxo recogen los que estan trastornados.

Item: quando la agua fuere alta ꝛ non consienta pasarse, deue la hueste traher consigo varquetas anchas ꝛ tabladas aparejadas con clauos de fierro, ꝛ tales pert[r]echos que se pueda fazer puente sin tardança.

Item: por que en los tales lugares enemigos no fagan dapño, todo cabdillo deue ser aperçebido de poner gente de vna parte ꝛ de otra por defendimiento de los que pasan por el rio.

Capitulo x.

EN QUE MANERA SE DEUE ORDENAR LA HUESTE QUANDO ESTA APOSENTADA.

Cosa sin saber ꝛ llena de peligro es asentar la hueste sin prouision ꝛ basteçimiento, como sea verdat que los caualleros derramados por buscar prouision ligeramente son engañados. Asy

mismo la oscuridat de la noche ꝛ la necessidat del sueño ꝛ el derramamiento de los caualleros son ocasion de muchas soberuientas ꝛ acaesçimientos contrarios. Por lo qual non basta el asentamiento de la hueste ser lugar bueno, mas que se[a] tal que otro mejor non se pueda fallar.

Item : deuen de guardar que la hueste no sea asentada en tal lugar que tenga açerca el agua mala ꝛ alexos la buena.

Item : que en ynuierno se asiente en tal lugar que non fallesca el mantenimiento nin leña, porque en los tienpos afortunados del inuierno non se ayan de mudar, ꝛ asy mismo que non sea assentada en lugares asperos ꝛ apretados, nin çerca de monte alto ꝛ altura de otro.

Item : la hueste se deue asentar segun la neçessidat del lugar, conuiene a saber; quadrada o redonda o luenga ; pero la mas fermosa forma es que sea vn terçio mas luenga que non ancha.

Item : las cauas que se fazen a la hueste es en tres maneras : la primera es por v[na] noche, la qual se ordena con çespedes, ꝛ sy los enemigos [e]stan çerca, deue ser la caua de çinco pies en ancho ꝛ tres en alto; pero sy la morada de la hueste fuere por algun tienpo, entonce deuen fazer las cauas con mayor cura ꝛ trabajo, ꝛ que aya en la caua en ancho doze pies ꝛ en alto ocho ; ꝛ sy los enemigos fueren mas poderosos, faganla de diez ꝛ ocho pies en ancho ꝛ doze pies en alto ; ꝛ sea fecha con palancas fincadas ꝛ rama texida ; ꝛ los tribunos tomen cuydado de las mandar fazer, ꝛ porque non aya algun rebato o sobreuienta de los enemigos, çiertos de cauallo ꝛ peones de los que non fazen la dicha caua, esten armados ꝛ apercebidos delante de la dicha caua, ꝛ toda la noche velen ꝛ guarden en manera que por sobra de sueño nin pereza nin por mengua de discreçion ꝛ auisamiento non sean engañados ; ꝛ los tribunos tengan cargo de las dichas velas ꝛ pongan quien ronde porque vean las menguas dellas.

Item : los caualleros deuen poner sus guardas de dia fuera de lo çercado, ꝛ eso mismo deuen de guardar los pastos ꝛ lugares de

las prouisiones que le non pueden ser ocupadas por enemigos : quel enemigo de mala voluntat va a lugar do entiende que ha de ser resistido.

Capitulo xi.

QUE DEUE FAZER EL QUE NON TIENE LA HUESTE VSADA.

Todas artes ꝛ obras vsandose acresçientan ꝛ non vsandose menguan. Quien dubda que la arte de las batallas non sea mejor que otras, por la qual la libertat es conseruada ꝛ la dignidat acresçentada ꝛ las prouinçias del inperio ꝛ reygno conseruadas; la qual es tan neçessaria a los que han de pelear como aquella por la qual cobran vida ꝛ alcançan victoria. Por ende auisado deue ser el cabdillo o principe a que tanto poderio es dado, ꝛ a cuya virtud son otorgadas tantas bien auenturanças como por las victorias se ganan, asy mismo deperdimiento de la tierra, salud de los caualleros, gloria del pueblo, que non tan solamente ayan cuydado de toda la hueste, mas de cada vno de aquella, ꝛ sy algun mal veniere a la hueste o parte della por publica injuria, deue ser culpado; que la culpa es de aquel, por que tiene su hueste de moços ꝛ non vsada en armas; por lo qual con gran trabajo ꝛ diligençia deue constreñir aquella porque sea vsada en las armas, ꝛ sepa el arte de las batallas. Por ende todos los de la dicha hueste deuen ser en el canpo muchas vezes ordenados ꝛ enseñados, segun el arte de las batallas ordenando el haz en luengo, en manera que este derecha ꝛ non tenga senos ni entornaduras, en tal guisa que cada vno este arredrado del otro segun deue; ꝛ despues el dicho cabdillo o principe les deue mandar, que apriessa ꝛ de rezio doblen el haz en manera que en aquella priesa guarden la ordenança en el espacio que primero tenian.

Item : les deue de mandar que breuemente ꝛ apriesa muden el haz en manera de triangulo, que es dicha haz de cuño, lo qual fizo gran prouecho a muchos sabios cabdillos en algunas batallas.

Item : les deue de mandar que fagan otra vez el haz a manera de cerco, guardando cada vno su ordenança, por la qual guisa los caualleros bien vsados se suelen de defender quando la fuerça de los enemigos los apremia, ꝛ este remedio se faz porque rompida la haz, non fuya la gente.

Item : todo sabio cabdillo deue trabajar por conosçer todos los suyos ꝛ sy pudiere ser, conoçer los por nombre, ꝛ qual es para mas o para menos.

Item : quando los enemigos andan seguros o derramados a robar, deue de enbiar quien les salteen y cometan, que cada que por alguna ocasion o acaesçimiento los enemigos sean vençidos, con gran pauor ꝛ miedo quedan, ꝛ los que los vençen con esfuerço ꝛ voluntat de pelear, ꝛ avn a los otros de la hueste cresçe la osadia.

Item : muy secretamente deue ordenar los rebatos y sobreuientas para los pasos de los rios, o desçendidas de los montes, ꝛ estrechuras de las sierras, o grandes lagunas, ꝛ para los caminos.

Item : deue el dicho prinçipe o cabdillo tener tal manera en el camino, que vaya aparejado para cometer sus enemigos, comiendo, o dormiendo, o estando de vagar, o seguros, o desarmados, o en otra manera sin sospecha.

Item : sy los enemigos venieron de luengo camino, acometanlos cansados, ꝛ cate manera que cometa los postrimeros, o a los que van descuydados; pero las tales cosas son de tentar primero, porque sy mal veniere, sea poco, ꝛ sy bien se diere, aproueche mucho.

Item : sembrar discordias entre los enemigos obra es de sabio cabdillo; ca ninguna naçion, aunque sea pequeña, dubda es poder ser conquerida por los enemigos, sy ella misma por sus propias maldades non diere lugar a ello; ca la mal querençia de los de la çibdat muy dañosa es a su propia defension.

Capitulo xii.

DEL OFIÇIO DEL ADELANTADO DEL ASENTAMIENTO DE LA HUESTE.

Auia mayoral del aposentamiento ꝛ asentamiento de la hueste, ꝛ a este pertenesçia aposentar ꝛ ver la estacada ꝛ caua, ꝛ mandar fazer las choças ꝛ casas de los caualleros, ꝛ fazer traer los embargos; ꝛ por su mandado se fazen las espensas destas cosas, ꝛ los carros ꝛ instormentos en que trayan las viandas para la hueste, ꝛ las ferramientas para hazer las cauas ꝛ estacadas ꝛ para conbatir ꝛ destruir los muros, ꝛ vallestas ꝛ ingenios, ꝛ todos los otros instormentos que son menester en la guerra; el cual era escogido entre los otros por avisado en armas ꝛ mas sabio que los otros en la arte de la caualleria.

Capitulo xiii.

QUE RAZON MOUIO A LOS ROMANOS FAZER LEGIONES.

El nonbre de las legiones permaneçe fasta oy; mas por la gran diligençia de los presentes, creo que es quebrantada la fortaleza de aquellas por la desordenada cobdicia de la honrra; la qual non meresçen los que la quieren, ꝛ ocupan los galardones a los que lo meresçen por sus obras ꝛ virtudes.

Item: los oficios ꝛ honrras que siempre fueron acostunbradas dar por trabajos ꝛ meresçimientos, danse por graçia ꝛ fauores a las personas non dignas de aquellas; por la qual se amenguan las victorias; ca las cosas que se fazen por antojo ꝛ voluntat son por algun tienpo, ꝛ las que se fazen por discreto consejo deuen durar para siempre.

Capitulo xiiii.

QUANTAS LEGIONES LEUAUAN LOS ANTIGOS A LA BATALLA.

E vsasse que los consoles romanos non leuauan a las batallas mas de dos legiones con sus ayudas contra muy poderosos enemigos ; ꝛ estos sabian tanto en las armas ꝛ auian tanta fiuza en aquellos, que entendian que para vençer qualquier batalla por grande que fuesse, bastauan aquellos. Onde es neçessario que finque con victoria la tierra, la qual el señor de aquella ꝛ los suyos son sabidores de la arte de pelear ꝛ batallas.

Capitulo xv.

EN QUE MANERA SE FORMA LA LEGION.

La legion se forma ꝛ ayunta en quatro meses, ꝛ los caualleros juran por Dios ꝛ por Jesu Cristo su fijo ꝛ por el sepulcro santo que guardaran la fe ꝛ faran fe ꝛ lealta[n]ça al señor rey o principe, ꝛ estaran por el bien comun de la tierra, ꝛ que noblemente ꝛ fiel faran las cosas quel rey o principe les mandare, ꝛ que non desanpararan la caualleria nin fuyran a la muerte por deffenssion de la tierra.

Capitulo xvi.

QUANTAS COORTES SON EN LEGION.

A vna legion son diez coortes. En la primera coorte tiene mill ꝛ ciento ꝛ cinco peones, ꝛ ciento ꝛ treynta ꝛ dos omnes de cauallo enlorigados, ꝛ llamase coorte *millaria ;* ꝛ esta es cabeça de la legion, ꝛ quando ha de pelear, esta es la que comiença, ꝛ tiene por señal vna aguila.

La segunda coorte ha quinientos ꝛ cinquenta ꝛ cinco

peones, ꝛ sesenta ꝛ seys de cauallo, ꝛ llamase coorte *quingentaria*.

La terçera coorte, otros tantos.

La quarta coorte, otros tantos.

La quinta tiene asy como la primera, ꝛ hase de poner en la siniestra ala como la primera en la diestra, ꝛ destas cinco coortes se pone la primera haz. La sexta coorte ha quinientos ꝛ çinquenta peones, ꝛ sesenta ꝛ seys omnes de cauallo. La VII coorte, otros tantos. La nouena coorte, otros tantos. La dezena coorte, otros tantos.

E destas diez coortes se faze vna legion, en que ha seys mill ꝛ çiento peones, ꝛ sieteçientos ꝛ treynta ꝛ seys de cauallo, ꝛ non deue auer menos numero; antes algunas vezes acostunbraron auer mayor, ꝛ esto es quando fazen todas las coortes yguales de la primera que es millaria.

Capitulo XVII.

DE LOS NONBRES ꝛ GRANDES DE LOS PRINCIPES DE LA LEGION.

Segun las nominas ꝛ matricolas, el tribuno mayor es nonbrado por cabeça del Rey o del prinçipe que lo faze capitan mayor. El tribuno menor es prinçipal de los caualleros de su linaje. Los ordinarios son llamados aquellos que guian las ordenes de los que han de pelear ꝛ los ordena. Enperiales llaman a los que por mando del emperador o prinçipes son ayuntados a los ordinarios que ordenan la batalla. Alferze dizen por los que lieuan los pendones. Otros llaman deseados, porque han cura de los enfermos ꝛ son deseados de aquellos. Otros llaman mensajeros, por quanto vean por mandado del cabdillo ꝛ fazen mouer la hueste.

Capitulo xviii.

DEL OFIÇIO DEL MAYOR DE LA LEGION.

En estas legiones enbiauan sienpre algunos de los consoles de Roma, a los quales obedeçian todas las legiones en la ordenança de la paz o de la guerra o de las peleas ; ꝛ estos consoles dexauan a las vezes en su lugar otros nobles caualleros por mayores, que llamauan *prefectos*, los quales regian ꝛ mandauan ꝛ tenia cada vno poder, asy como vicario del consolo, ꝛ todos fazian su mandamiento. E este ponia las velas ꝛ las guardas ꝛ fazia obedesçer a todos en las cosas que conplia fazer ; ꝛ sy algun cauallero fazia alguna cosa que non deuiesse, el tribuno le daua la pena por mandado deste prefecto, ꝛ [a] la cura deste estauan las cosas que pertenescian a los caualleros, asy como armaduras, vestiduras, ꝛ bestias, ꝛ viandas, ꝛ a el pertenesçia castigar ꝛ corregir los males que se fazian ; ꝛ por su mandado se trabajauan todos en los vsos de la caualleria ꝛ armas, asy peones como caualleros, ꝛ el se trabajaua de ser justo, cuerdo, mesurado, aperçebido en todas las cosas, ꝛ enformaua la legion en toda bondat ꝛ ardidez ꝛ caualleria; ca çierto es que los subditos sabidos, buenos, ꝛ virtuosos grand honrra es del señor.

Capitulo xix.

DEL MAYORAL DE LOS FERREROS.

En la legion auia ferreros, carpinteros, panaderos, ꝛ todos los otros oficiales que neçessarios eran para fazer lo a la guerra neçessario, asy choças como engenios, carretas, escudos, lorigas, capellinas, dardos, arcos, vallestas, pasadores, ꝛ todas las otras maneras de armas que eran conplideras para conbatir ꝛ defender ꝛ pelear en campo ; para las quales cosas auia vn mayoral cuyo cu[y]dado

era sobresto, en guisa que non falleçiesse cosa que fuesse neçessaria.

Capitulo xx.

DE LOS NOMBRES DE AQUELLOS QUE GUIAN LAS ORDENES DE LA BATALLA.

El primero prinçipe de la legion fue dicho *centurion,* porque regia quatro çenturios en la haz primera. El segundo prinçipe guyaua dos çenturias ꝛ llamauanle *doçentario.* E otro principe regia media çenturia, ꝛ este ordenaua todas las cosas que auian de fazer en la legion. Otro regia çenturia ꝛ media, ꝛ otro regia vna çenturia. En esta manera regian çinco ordenadores diez çenturias, ꝛ para estos ordenadores ordenaron los antigos grandes pertrechos de gran honrra, porque los otros caualleros trabajassen de alcançar los dichos ofiçios.

Item : auia otros çenturiones que regian sendas çenturias, ꝛ otros que llamauan *decuriones,* que regia cada vno diez caualleros. La segunda coorte de la primera haz auia çinco centuriones, ꝛ asy mismo cada vna de las otras fasta la deçima haz, asy que auia en toda la legion çinquenta y çinco çenturiones.

Capitulo xxi.

DE LOS QUE PROCURAN DESCORDIAS ꝛ COMO SE HA DE PROUEER.

Algunas vezes los de la hueste mueuen ꝛ procuran roydos ꝛ discordias, los quales lo fazen a fin de non pelear ; ꝛ fazenlo aquellos que son acostumbrados de beuir oçiosamente ꝛ son dados a juego de dados ꝛ comer ꝛ viuir desordenadamente, ꝛ non son acostumbrados del aspereza ꝛ trabajo de las armas ; el qual es forçado sofrir aquellos que por ellas quieren beuir ꝛ ser honrrados ; ꝛ por ende temiendo la batalla, son osados mouer discordias entre los de la hueste, por lo qual todo cabdillo o capi-

tan sabiamente deue trabajar por conosçer aquellos ꝛ amonestarlos que se quiten dello.

Item : deuen ser los tales mouedores de discordias por los tribunos vicarios a quien es dado el poder apremiados, ꝛ con grand rigor de justiçia se ensañe ꝛ ensayen en las armas ꝛ en el vso de aquellas, porque estos atales mas saben en mirar las armas que non en menearse nin pelear con ellas ; por lo qual deuen ser traydos por muchos dias ꝛ con gran vso fazer todas las cosas que conuiene a la pelea ꝛ desque asy fueren vsados poderan ser auidos por caualleros, porque cobdiçiaran mas la pelea que beuir oçiosos ꝛ desordenadamente, ꝛ jamas non curaran de la discordia nin de roydo : que todo aquel que en su arte o fuerça tiene confiuza menospreçia los roydos ꝛ discordias, ꝛ todo prinçipe o cabdillo deue ser diligente ꝛ acuçioso en saber sy ha en la hueste los tales amadores de discordia o pelea o reboltosos, ꝛ con cordura ꝛ sabio consejo deue apartar a los tales de la hueste, ꝛ enbiarlos en guardas de las villas o cavallos ; ꝛ en tal manera deue fazer, que quando los desecha, paresca que los escoje ; pero sy neçessario fuere melezina del cochillo, fagasse justicia porque todos aian miedo ꝛ pocos la pena ; pero mas de loar son los principes ꝛ cabdillos que por su trabajo ꝛ discreçion los traen por bien que por mal.

Capitulo XXII.

DE LAS SEÑALES DE CAUALLEROS.

Muchas cosas son de dezir ꝛ amonestar a los que han de pelear que guarden ꝛ fagan ; ca quando la contienda es sobre la honrra ꝛ la vida, non deue ser la mengua de la diligençia perdonada : ca non ha cosa por qu'el omne tan ayna pueda alcançar victoria como es obedeçer ꝛ conplir los mandamientos ꝛ señales de los mayores, que las señales fueron fallados ; porque en las peleas non pueden regir los cabdillos por palabra solamente, saluo

por las señales, las quales la hueste deue de entender ꝛ conosçer, porque sepan ꝛ conoscan lo que han de fazer.

Capitulo xxiii.

QUANTAS COSAS SON DE CONSIDERAR PARA ENTENDER SY CUNPLE PELEAR CON ÇELADAS O EN OTRA MANERA.

Todo aquel que quiere la obra de los delanteros de la arte de la batalla sacada breuemente de los auctores de aquella. Primeramente deue oyr la razon de la pelea ꝛ las reglas ꝛ mandamientos de aquella.

Pelea publica es cosa que se acaba en dos o tres oras, ꝛ la parte vençida pierde toda esperança; por lo qual todo cabdillo deue pensar primeramente todas las cosas antes que vengan a la pelea; ca los buenos cabdillos tarde o nunca atientan pelear en publica pelea o batalla, antes comete escondidamente, porque sean vencedores con menos peligro ꝛ dapño, ꝛ porque puedan mas ayna vençer a sus enemigos ꝛ fazerles mayor dapño.

Iten: gran arte ꝛ prouecho es al cabdillo escoger de toda la hueste omnes que sepan de batalla, ꝛ sabios, ꝛ auisados en pelear. Con aquellos deue de tractar muchas vezes del poderio de los suyos ꝛ del de los enemigos, non dando lugar a lisonja; en qual tratamiento deue saber ꝛ conoscer de entre sy ꝛ sus enemigos qual tiene mas omnes sabios de pelear, ꝛ qual mas armados ꝛ mas vsados de batalla, ꝛ quales tienen mejores cauallos. Asy mesmo deue saber quien tiene mejores vallesteros ꝛ mejores omnes de pie, ꝛ segund lo que touiere auantaja de su enemigo, asy cometa la pelea.

Iten: deue de saber qual de las partes tiene mayor prouision ꝛ mantenimiento.

Otro sy: todo buen cabdillo deue saber sy le conuiene pelear luego o alongar la pelea, que muchas vezes quando se lieua a la

luenga, enflaquesçe el aduersario, o por mengua, o por voluntat ꝛ deseo de los suyos se torna a su tierra.

Iten : non podiendo fazer cosa alguna acaesçe irse por desesperaçion, por lo qual algunos lo desanparan ꝛ aun acaesçe fazerle trayçion : que en las cosas contrarias rala es la fe ꝛ firmeza.

Iten : al fecho de la obra pertenesçe saber qual es el aduersario o sus cabdillos ꝛ gentes : si son sabios o atentados o osados o temerosos sabidores de arte de pelear, o no sy son fuertes o flacos ; ꝛ que coraçones han ꝛ en qual parte se promete mas victoria ꝛ galardones, ca non con semejantes cosas se acrescienta la virtud para la pelea, ꝛ por mengua de aquellas se quebranta.

Iten : deue el cabdillo trabajar que venga a los aduersarios cosas contrarias, asy como cometiendo a los que fallaren desarmados o mal caualgando : que toda cosa contraria que venga a los aduersarios da grand esfuerço a la vna parte ꝛ quebranta mucho a la otra.

Iten : deue el cabdillo catar su gente sy ha seydo en guerras luengo tienpo o poco, o sy han venido luengamente en paz. Ca por menos caualleros son auidos los que han venido en paz que en guerra ; por lo qual el cauallero deue fazer vsar a los suyos las armas porque puedan alcançar el arte de pelear, ꝛ sepan en que manera deuen estar aparejados, ꝛ obedesçer a los mandamientos de aquellos que les dieren cabdillos, ꝛ las señales del mayor, ꝛ sus mandamientos, ꝛ voluntades, ꝛ sy erraren en algunas cosas destas, fagangelas vsar ꝛ enseñar fasta que lo sepan.

Iten : el cabdillo deue ser trenpado en comer ꝛ en beuir ꝛ sabio en lo que han de fazer con consejo de los suyos.

Iten : deue ser auisado en conoscer entre su aduersario y el qual tiene mas avantaja, ꝛ sy fallare tenerla el, non dexe de cometer la conuenible pelea ; ꝛ donde touiere auantaja su aduersario, deuese guardar ꝛ deue vsar de rebatos ꝛ de sobreuientas ꝛ çeladas : ca muchas vezes acaesçio por aquesto vençer lo|s| pocos a los muchos ꝛ auer la victoria.

Capitulo xxiiii.

QUE COSAS SE DEUEN FAZER EL DIA DE LA BATALLA.

La razon nos conbida a la arte de la caualleria, como sea verdat que toda batalla la victoria de la qual esta, es vn acaesçimiento en el qual tienpo se espera gran gloria a los acoçiosos ꝛ ardidos, ꝛ gran peligro ꝛ dapño a los neçios ꝛ perezosos ꝛ negligentes; en qual tienpo el vso de la sabidoria ꝛ arte ꝛ conseio de pelear se aseñorea.

Iten : en los tienpos antigos auia en costunbre leuar a las batallas caualleros costunbrados a poca vianda porque fuessen mas osados quando comiesen algun tanto mas; ꝛ sy la pelea mucho durasse, sofriessen el trabajo ꝛ non canssassen por mengua de non comer.

Iten : quando el cabdillo acaesçiere estar en aquel lugar ꝛ sus enemigos lo venieren a buscar, non deue sacar su gente del lugar o moradas do estouieren; que en quanto la gente salen pocos a pocos, los enemigos que estan juntos ꝛ prestos pueden fazer dapño en los tuyos; por lo qual deues de proueer que tus caualleros salgan fuera ꝛ aparejan su haz antes que los enemigos vengan, ꝛ sy acaesçiere que los enemigos vengan aperçebidos, estando los tuyos dentro en la çibdat, entonçe tarda la salida para quando los enemigos dexaren de conbatir; ꝛ aquellos que ellos pensauan que non saldrian estan folgados ꝛ prestos. Que quando los aduersarios boluieren desordenados ꝛ cansados, salgan los tuyos de la cibdat alegres ꝛ folgados ꝛ den[en] ellos; ꝛ para mientes que non te aquexes nin lieues los caualleros a todo correr : ca el cauallero que ha de pelear, por el correr pierde el fuelgo; pues que fara aquel que no tiene aliento? Que desygual condiçion pelear el folgado con el cansado! Mas rigiendo bien los tuyos ꝛ esforçando los, acomete los enemigos con la mayor auantaja que tu podieres ꝛ duramente, ꝛ Dios mediante alcançaras victoria.

Capitulo xxv.

COMO EL CABDILLO DEUE SABER DE LOS CAUALLEROS QUE HAN DE PELEAR QUE ES LO QUE LES PARESÇE.

Quando los tus caualleros han de pelear, escodriña con todo tu saber que les paresçe, ꝛ la fiuza ꝛ espanto ꝛ miedo sy bieres en la cara ꝛ palabras ꝛ andar ꝛ mouimientos.

Iten : non te afiuzes por el mançebo cobdiçiar la pelea : ca dulçe es la pelea del que la non ha prouado.

Iten : a ti conuiene alongar la batalla sy los que son vsados ꝛ prouados en ella temen la pelea. Virtud de coraçon cresçe a la hueste sy el cabdillo los esfuerça ꝛ amonesta que fagan su deuer, mayormente sy han alguna razon ꝛ esperança de auer victoria.

Iten : en tal tienpo deues notificar a los tuyos el yerro ꝛ la mengua de los enemigos porque se les mueuan los coraçones con todo odio ꝛ ira contra ellos.

Iten : ante que pelees conuiene que ordenes muchas vezes tu hueste en lugares seguros : ca las cosas que son vsadas non las temen tanto.

Capitulo xxvi.

COMO SE DEUE ESCOGER EL LUGAR PARA LA PELEA ꝛ EL BUEN CABDILLO QUE QUIERE AUER VICTORIA.

El buen cabdillo que quiere auer victoria conuiene conosçer el lugar donde ouiere de pelear porque pueda tomar la mejoria de aquel ; el qual tanto es mas prouechoso quanto fuere mas alto ; que los dardos mas reyzos desçenden que suben, ꝛ el que contiende en el otero entra en dos peleas.

Iten : sy tu esperas que por los peones vençeras, deues escojer lugares asperos ꝛ de montes ; ꝛ sy con los de cauallo entiendes

auer victoria, deues escoger lugares llanos sin montes ꝛ lagunas.

Capitulo xxvii.

EN QUE MANERA SE DEUE ORDENAR LA BATALLA PORQUE NO SEA VENÇIDA.

Todo aquel que ha de ordenar batalla deue catar el viento ꝛ el sol; porque el sol quando da de cara tira la vista, ꝛ el viento la enbarga ꝛ mete poluo a los ojos. Por ende en tal manera se deue ordenar la batalla, que el viento ꝛ el sol le de en las espaldas sy ser pudiere, o a lo menos no de cara.

Ley de estableçimiento es que en la primera orden sean puestos los caualleros vsados de armas ꝛ en la segunda los caualleros ꝛ otros omnes con lanças ꝛ dardos; ꝛ cada vno dellos armados acostunbrauan a ocupar tres pies en guisa que en mill pasos se ordenan mill ꝛ seys çientos ꝛ sesenta ꝛ seys peones en luengo, en manera que la haz non se... ꝛ aya espaçio de se trabar las armas entre orden ꝛ orden. A las espaldas quisieron que ouiesse en ancho seys pies, porque los peleadores ouiessen espaçio de llegar ꝛ de tornar, ꝛ estas dos ordenes han de ser armados de armaduras mas pesadas por quanto estan en lugar de muro; los quales non deuen ser aparejados que se açerquen nin sigan en pos de los contrarios, porque non se desordenen; ca estos han de reçebir a los que foyeren ꝛ fazerlos tornar contra los enemigos, ꝛ estando quedos ꝛ peleando.

La terçera orden se conpone de vallesteros mançebos ꝛ omnes de pie con armaduras ligeras.

Iten : la iiii. orden se faze de omnes escudados de los mas mançebos ꝛ vallesteros desenbueltos ꝛ fonderos, ꝛ estos es dichos armadura liuiana.

Iten : las primeras dos ordenes deuen estar quedas como dicho es como muro, ꝛ la terçera ꝛ quarta orden deuen salir ꝛ pelear, lançando dardos ꝛ viratones; ꝛ sy estos vençieren a los enemigos, ellos ꝛ los de cauallo persiganlos, ꝛ sy los enemigos los fezieren

voluer, tornense a la primera ꝛ segunda orden, las quales so[s]-tienen la batalla fasta venir a las espaldas.

Iten : en la quinta haz se pongan los que lançan piedras con fondas funtas o con fondas de seda o de lino.

Capitulo xxviii.

QUANTO ESPAÇIO HA DE AUER DE VN OMNE A OTRO EN LUENGO ꝛ QUANTO DE VNA HAZ A OTRA EN ANCHO.

Declarado es en que manera se deuen ordenar las hazes, en la qual ordenaçion se contiene que mill pasos se ocupan con mill ꝛ seys çientos ꝛ sesenta ꝛ seys peones, porque cada vno ocupa tres pies, asy que para seys hazes en mill pasos de canpo es menester nueue mill ꝛ nueue çientos ꝛ nouenta ꝛ seys peones ꝛ seys pies de ancho de vna haz a otra. Asy que diez mill peones ordenados en seys hazes auera quarenta ꝛ dos pies en luengo, ꝛ sy la quisieres adelgazar el doblo torna en ancho de veynte ꝛ vn pies ꝛ en luengo dos, ꝛ segun este cuento ꝛ medida se quiera sean veynte o treynta mill, se podran ligeramente ordenar tanto que sepa el cabdillo que lugar es ꝛ quantos armados podera caber; pero sy el lugar fuere estrecho ꝛ los armados abastaren en tal caso, poderse han ordenar diez hazes o mas, segun fuere la gente : que mas seguro es pelear estando allegados que arramados, ꝛ sy la haz fuere muy delgada, ayna se puede ronper, ꝛ sy estodiere arredrada, non sera tan ayna acorrida.

Capitulo xxix.

DE LAS AYUDAS DE LAS HAZES.

Mucho ayna a la victoria quel cabdillo tenga aparajados detras de sus hazes omnes escogidos, asy de pie como de cauallo, asy en los cabos como en la meytat, con buenos capitanes sabios ꝛ

auisados ꝛ sin temor ; los quales han de estar sobresalientes, porque en qualquier lugar que los enemigos fizieren daño, estos lleguen ꝛ cunplan la mengua de los que fallesçieren, poniendo esfuerço a los suyos, quebrantando la osadia de los enemigos ; que por esto que los romanos guardaron, vencieron muchas batallas.

Iten : sy quisieres fazer cuño o tisera, o a haz de sierra o peña, fazelo de los sobejanos ; que sy tu quisieres sacar el cauallero donde lo has puesto, toda la orden turbaras ; ꝛ todavia sey avisado que pongas ayudas en las espaldas, que sy la haz o tropel de los enemigos fezieren dapño o ronpimiento, en qualquier parte de tu batalla las ayudas sobredichas con gran acuçia pongan remedio.

Capitulo xxx.

LOS LUGARES DE LA BATALLA [EN] QUE DEUEN ESTAR LOS CABDILLOS.

El cabdillo mayor deue estar a la parte derecha entre los omnes de cauallo ꝛ los peones ; ca este es el lugar donde se gouierna toda la haz ꝛ en que esta todo el acorrimiento, ꝛ por ende deue ser el cabdillo puesto en tal lugar, porque con seso ꝛ obra pueda regir asy los de cauallo como los de pie, ꝛ deue tener consigo muchos de cauallo ꝛ de pie sueltos, porque sy neçessario fuere, çerquen el cabo siniestro de los aduersarios ꝛ les pueda ferir por las espaldas.

El segundo cabdillo se deue poner en la meytat del haz de los peones para que los sostenga ꝛ esfuerçan, ꝛ este deue tener peones de los sobejanos muy fuertes ꝛ bien armados para que faga dellos cuño para ronper el haz de los enemigos, ꝛ sy los aduersarios fezieren cuño, faga el tijera que los pueda contrastar.

Iten : en la siniestra parte deue estar el terçero cabdillo sabio ꝛ esforçado porque la parte syniestra es mas flaca, ꝛ este deue

tener de los sobejanos buenos omnes de cauallo ꝛ peones ligeros para que puedan la parte siniestra estender porque non sea çercado de los enemigos.

Iten : las vozes de los que pelean non se deuen alçar antes que las hazes se ayunten, ca a los neçios ꝛ de poco saber pertenesçe dar vozes de alueñe ; mas quando juntamente los golpes llegan en vno, acaesçe poner espanto en los enemigos.

Iten : deues estudiar en las cosas que a ti son aprouechosas ꝛ al aduersario dapñosas, ꝛ deues acresçentar la osadia a los tuyos con fiuza de galardones, lo qual es esperança de victoria.

Iten : deues trabajar por cometer antes que seas cometido, ꝛ ser apercebido de ocupar ꝛ començar la cosa que tu aduersario.

Capitulo xxxi.

DE LOS REMEDIOS CONTRA EL PODER ꝛ ENGAÑO DE LOS ENEMIGOS.

Dicho auemos como la pelea es contraria a los que vienen canssados por los caminos, ꝛ a los que fincan en los passos de los rios ꝛ a los enpachados con las grandes aguas, ꝛ a los que trabajan en pasar puentes o oteros o montes, ꝛ a los que andan en los canpos derramados ꝛ seguros, ꝛ a los que duermen en el alojamiento, a los quales todos suelen venir sobreuienta ꝛ enojamientos arrebatadas ꝛ muy dapñosas. Por lo qual el cabdillo sabio ꝛ auisado siempre deue ser aperçebido ꝛ estar todos tiempos a buen recabdo, que quando los de la hueste se ocupan en juegos o en otros negoçios, que sean contrarios a la guarda ꝛ buen recabdo, antes son muertos ꝛ desonrrados que se puedan ordenar nin percebir nin fazer cosa que les preste para su defenssion.

Iten : en caso que de cometer supitamente acaesçe muchas vezes los pocos vençer a los muchos, pero donde non ay manera que se pueda fazer, conuiene pelear por ygual condicion : que

la arte de las batallas non ayuda menos a los ensenados en pelea publica que en los engaños ascondidos o ençelados.

Iten : mucho deues de guardar que los tuyos non sean çercados de muchedunbre de enemigos por la parte syniestra, lo qual muchas vezes acaesçe, o por la parte diestra en caso que a pocos acontesçe o de tropeles grandes de los enemigos para lo qual acaesciendo, el remedio es que fagas redonda la tu ala siniestra o diestra, qualquier que fuer tentada, porque los tuyos bueluan ꝛ defiendan las espaldas de sus conpañas, ꝛ en el rincon de aquella parte sean puestos omnes fuertes ꝛ esforçados porque ally se suele fazer mayor arremetida.

Iten : el cuño deue ser de peones que vayan juntos con la haz, ꝛ va primero angosto, ꝛ dende mas ancho, ꝛ ronpe las ordenes de los aduersarios lançando muchos dardos en vn lugar, a lo qual suelen los caualleros que saben el arte *cabeça de puerco* contra el qual cuño o cabeça de puerco se ordena la tigera ; la qual se faze de muy escogidos caualleros puestos en manera de tigera, ꝛ reçiben en sy aquel cuño ꝛ çercanlo de cada parte.

Iten : la haz de sierra es ordenada de los escogidos, la qual se pone ante la fruente de los enemigos, porque se repare la haz que estouiere turbada. Tropel es llamado [el] que apartado de su haz se va contra los enemigos con sobreuienta o rebate, contra el qual es mester otro tropel mas poblado de gente ꝛ mas fuerte.

Iten : deues guardar que en el tienpo que se cometa la batalla, non se mueuan las ordenes de las gentes nin los caualleros nin peones, nin se lieuen a otras partes, ca desto nasçeria confusion ꝛ roydos, ꝛ la gente turbada de ligero es vençida.

Capitulo xxxii.

EN QUANTAS MANERAS SE PUEDE FAZER PELEA PUBLICA ꝛ QUE CAPTELA SE PUEDE FAZER, QUE LOS POCOS VENÇAN A LOS MUCHOS.

Siete son las maneras de pelear. La vna es quando la hueste se ordena quadrada ꝛ con luenga fruente, mas los sabios en

armas non la han por buena ni prouechosa, porque se estiende en luengo espaçio e non se falla todavia canpo ygual para ella ꝛ fazese en el canpo abertura o seno o retuerta por lo qual acaesce muchas vezes ronperse la batalla ; ꝛ demas desto, el aduersario puede venir por delante, o por las costaneras, o çerca de la ala diestra o siniestra, en que es gran peligro ; para lo qual sy non tienen omnes sobejanos para resistir ꝛ contrastar a los enemigos, pueden ende resçebir gran dapño. En esta manera peleando, el que tenia muchos peleara solo.

La segunda manera de pelea publica es quando las hazes ordenadas se vienen [a] ayuntar, apartaras tu ala syniestra alueñe de la diestra del aduersario, ꝛ la tu ala diestra, la qual ternas bien esforçada, juntaras con la syniestra del tu enemigo ; ꝛ por ally començaras la pelea de guisa que la çerques, ꝛ asy cercado vengas a las espaldas del enemigo ; ꝛ sy por ally començares a rramar tus enemigos aueras victoria, ꝛ la tu ala syniestra que estouier arrendada de tu enemigo, durara segura.

La terçera manera de pelear es semejable a la segunda, ꝛ aunque es contraria porque enpieça a pelear el ala siniestra con la diestra de los enemigos, que manifiestamente cometen gran peligro los que pelean de la ala syniestra ; pero sy acaesçiere que tu tengas la tu ala siniestra mucho mejor ꝛ de mas fuertes caualleros ꝛ peones que la diestra, en tal caso allega la tu ala siniestra a la diestra del enemigo, ꝛ aparta la tu ala diestra de la siniestra del tu enemigo, a la qual sabes que tienes los peores batalladores porque non la cometan nin alleguen en esta guisa, pellearas prouechosamente, teniendo tu aduersario la su ala diestra flaca ꝛ tu la tu hueste rezia.

La quarta manera es quando ordenares la tu batalla antes quatroçientos o quinientos pasos que venga a tu enemigo non esperandolo, te conuiene mouer luego anbas alas, porque de cada parte fagas foyr tus enemigos, mas esta manera de pelea maguer ayna vença si el traxiere los omnes vsados en armas, puede ser peligrosa ; es forçado de espojar ꝛ desnudar la mediana parte de

su haz al que asy pelea, ꝛ partir su hueste en dos partes ; ꝛ sy el enemigo non fuere vençido en el primero golpe, ꝛ falle las tus alas paradas, la mediana haz desmanparada puede reçebir gran dapño.

La quinta manera es semejable a la quarta, pero ay diferencia en quanto ponen ante la primera haz vallesteros, porque con esfuerço de aquellos non se pueda el haz ronper ; ca asy como con la su ala diestra comete la syniestra del enemigo ꝛ con la su syniestra a la diestra de aquel, sy algunos puede fazer foyr, luego los vençe trabajando la mediana haz que esta delantera con armadura ligera ꝛ vallesteros.

La sesta manera es quando la haz ordenada se llega a los enemigos, tu allega la tu ala diestra a la syniestra de aquellos, ꝛ comiença la batalla con caualleros priuados ꝛ peones ligeros ; ꝛ la otra parte de la tu hueste, apartala mucho del tu enemigo, ꝛ tendela en derecho como espexo ; que quando començares a so... a la tu ala seniestra ꝛ a las espaldas, syn dubda le fagas foyr, ꝛ el aduersario non puede acorrer a los suyos, nin de la parte diestra nin de la haz mediana ꝛ porque la tu haz se estiende a semejança del espexo porque se apartan de los enemigos.

La septima manera es que sy cometes pocos ꝛ menos fuertes, cates lugar de meioria para que te puedas defender de tu enemigo. Si cometes altura, otero, o mar, o rio, o lagunas, o montes, o alturas, o lugar aspero en vna parte del qual el enemigo non puede llegar a ti, ordena la otra toda tu hueste en haz derecha ; mas en aquella ala que esta guarnimiento, pon todos los omnes de cauallo ꝛ las vanderas, ꝛ asy pelearas seguro con tu enemigo ; que de la vna parte la naturaleza del lugar te defendera, ꝛ de la otra parte se pone doblada caualleria. Que sy quisieres de la tu ala syniestra pelear, asy por los mas fuertes, ꝛ sy de la diestra eso mismo, ꝛ sy en medio quesyeres fazer cuños con que ronpas la haz de los enemigos, cata que el tal cuño ordenaras de omnes muy vsados en armas : ca muchas vezes acaesçio los pocos alcançar victoria seyendo ordenados ꝛ puestos en logares que la raçon manda. .

Capitulo xxxiii.

COMO SE DEUE DAR LUGAR A LOS ENEMIGOS QUE PUEDAN FUYR.

Los que no saben los fechos de las batallas ꝛ cauallería cuidan que es victoria cercar los enemigos en tal manera que non puedan foyr ; a los quales acaesçe con desperaçion creçer las osadias, por ende es de loar aquel que sabe aparejar el camino de los enemigos por do fuyan, quando fallan lugar abierto los coraçones consienten boluer las espaldas ; de lo qual a los vencedores non viene peligro, como los vençidos ayan bueltas las armas con que se auian de defender, ꝛ non se deue de fazer cuenta de la muchadunbre de aquellos de los quales el coraçon es espantado.

Capitulo xxxiiii.

COMO SE DEUE APARTAR LA HUESTE QUANDO NON QUIERE PELEAR.

Los sabios de la arte de batallas dizen como todo principe o cabdillo quando vee que non le cunple pelear, deue ser auisado ꝛ con gran maestria saberse apartar de los enemigos, non porque se aparte en la tal manera que amengue el esfuerço a los suyos, ꝛ a los enemigos acresçiente osadia. Para lo qual ha de tener tal manera que los suyos non entiendan que va por fuyr, mas que piensen ꝛ crean que por algun arte torna atras para que el enemigo se aluengue a otro lugar en que mas ligeramente sea vençido, o porque las çeladas se pongan mas seguras ; ꝛ aun a muchos acaesçio poner los de cauallo ante los peones, porque sus enemigos non viessen a los peones quando se fuessen.

Iten : otros entressacauan de las primeras hazes llamandolos atras, ꝛ los quedauan en su orden, ꝛ aquellos pocos a pocos ayuntanlos con los otros que auian llamado atras ; ꝛ primero algunos se yuan con la hueste de noche por algunos caminos que

buscauan, porque los enemigos veyendo el dia, entendiessen que non podian tomar a los que yuan delante.

Iten: a los que yuan ligeramente armados, enbiauanlos a las alturas para que ally fuesse la tornada de la hueste mas segura, ꝛ sy los enemigos los quisiessen seguir, los que estauan armados ligeramente ꝛ con los cauallos que estauan primeramente en el lugar persigianlos, ꝛ muy peligrosa cosa es quando los que estan en la çelada salen de rostro a los que van neçiamente en el alcançe; ꝛ este es el tienpo en que las çeladas ꝛ las asechanças mejor se puedan poner por quanto a los enemigos del que fuyo cresçe la osadia con menor cura, ꝛ neçesariamente la mayor seguridat puede padeçer ꝛ aun mayor peligro.

Iten: las sobreuientas ꝛ males suelen venir sobre los que estan mas descuydados ꝛ non se tema de mal, como a los que comen ꝛ vienen cansados del camino, ꝛ a los que dan a paçer a sus cauallos, ꝛ a los que non han sospecho de cosa ninguna tal. En las quales ocasiones conuiene mucho a todo principe o cabdillo de se guardar ꝛ trabajar por enpeçer a sus enemigos, ca este es vn caso que a los que mal pasan non les puede aprouechar muchedumbre ni gran poder nin la fuerça; ca el que en publica pelea es vençido puede acusar a la fortuna, mas el que padeçe por la manera susodicha non puede escusar su culpa, ꝛ gran necedat ꝛ pereza por quel se podia bien guardar o por otras muchas maneras.

Iten: ay otras maneras de çeladas, conuiene a saber: quando algunos de cauallo syguen el alcançe, ꝛ la fuerte gente enbian la ascondidamente por los lugares; ꝛ quando son venidos los de cauallo a los enemigos tientan la leuiauamente ꝛ vanse ꝛ los enemigos piensan que todas las asechanças son pasadas; ꝛ asy el non pensar se tornen en mengua ꝛ negligençia, ꝛ entonçe la gente que era enbiada, sobreuiene ꝛ vençe a los neçios.

Iten: si han de yr por montes, deuen de enbiar delante omnes que tomen los lugares asperos porque non padescan asechanças ꝛ se guarden de çeladas.

Iten: tajar arboles ꝛ cerrar en pos de sy los caminos, lo qual se llama encadenar, por quitar a los aueisarios el poder de los perseguir.

Iten: pocos mas o menos a cada parte que tenga sabio cabdillo ꝛ gente bien mandada es como la ocasion; ca el que va delante puede bien echar çeladas en valles conuenibles o montes espessos, ꝛ dexar en pos de sy las dichas asechanças ꝛ çeladas; ꝛ quando en ellas cayere el enemigo, tornara en ayuda de los suyos.

Iten: el que sigue por los contrarios senderos mucho antes enbie omnes sueltos, ꝛ quando va el aduersario, remueuele el paso de los rios ꝛ tiente ꝛ destruye a los que primero pasaren; ꝛ los que vienen detras, alleguen quanto puedan ꝛ destruyan ꝛ dapñen a los que no han passado.

Capitulo xxxv.

QUE MANERA DEUE HAZER EL PRINCIPE O CABDILLO SY FUYO PARTE DE LA HUESTE O TODA.

Es a saber que sy alguna parte de la hueste quedare ꝛ alguna parte fuyere, non deuemos por esso desesperar: ca en tal neçesidat la firmeza ꝛ constançia del cabdillo puede alcançar la victoria; ca sin cuento acaescio esto, ꝛ son auidos por mas altos de coraçon ꝛ esfuerço los que en este caso non desesperaron: ca por fuerte deue ser tenido aquel al qual non quebrantan las cosas contrarias, ꝛ este deue tomar primero los despojos de los enemigos vençidos, ꝛ por ello dizen: coja el canpo aquel que por su firmeza ꝛ esfuerço se allegro con los clamores de la batalla, ꝛ espanto a los enemigos, ꝛ doblo la fiuzia ꝛ esfuerço de los suyos, como sy de toda parte fuesse vencedor; mas sy por algun caso toda la hueste fuere a dest[r]uycion es la tal cosa, pero aun non fallesçio la forma de la reparacion, para lo qual es de mandar melezina ꝛ remedio. El cabdillo sabio con tal cautela deue pelear en publica batalla que sy alguna cosa acaesçiere por la deuilidat o desuario de las

batallas o de la condiçion de los omnes, que el libre los vençidos syn gran dapño ; ca si estan cerca algunos collados o oteros, ꝛ sy a las espaldas tenia guarnicion, ꝛ sy todo lo al fallesçiendo algunos muy fuertes estouieron ꝛ pelearon, ꝛ ellos guardaron a sy ꝛ a los suyos ; ca muchas vezes la gente vençida torno en sy mismo ꝛ vençio a los que la seguian : ca nunca mayor desbarato ni tan grande puede venir a los que estan alegres como quando supitamente la su fortaleza se les torna en espanto ꝛ pauor. Mas en qualquier cosa que sea, son de recoger los que quedaren de la batalla ꝛ leuantarlos con amonestamientos conuenibles, reparandolos con armas ; ꝛ entonçe los menos buscan nueuas ayudas, ꝛ lo que mas les aprouecha es cometer los mismos vençedores por ascondidas asechanças ; ꝛ sy la osadia es de reparar, catele oportunidat para ello ꝛ non fallesca : ca las voluntades de los omnes de ligero se leuantan a soberuia. Sy alguno pensare en este postrimero caso, pare mientes a los fines de todas las batallas, que los mas son contra aquellos que auian de ser vençedores.

Capitulo xxxvi.

DE LAS REGLAS GENERALES DE LAS BATALLAS.

La condicion de las batallas es que aquellos que a ti aprouechan dapñan al aduersario, ꝛ lo que a el ayuda, a ti estorua ; por eso non deuemos fazer cosa segun su voluntat.

Iten : el que mas velare ꝛ mas trabajare en el canpo ꝛ vsare sus caualleros en las armas menos peligro auera en la batalla : ca non es de leuar cauallero en la batalla que primero non ayas prouado.

Mejor es domar al enemigo con sobreuientas ꝛ rebatos ꝛ espantos que con pelea publica, en la qual la fortuna puede auer mayor poder que la virtud del tu poder ; non ha mejores consejos quel aduersario non saber lo que tu quieres fazer.

En la batalla mas suele ayudar la maña que poder nin fuerça.

En reçebir los enemigos sy con fe se vyenen a ti, gran fiuza es.

Ca mucho quebranta al aduersario los que se parten del o lo dexan ; mejor es guardar mucho defendimiento detras de la haz, que derramar en largo la caualleria.

Malo es de vençer el que verdaderamente judga el su poder ꝛ el de los enemigos.

Mas ayuda la fuerça ꝛ el saber que la muchedunbre.

Muchas vezes ayuda mas el lugar que el poder.

La natura pocos varones cria fuertes, mas la buena enseñança a muchos faze ardidos.

La hueste con el trabajo cresçe ꝛ con el vagar se mengua.

Non lieues cauallero a publica pelea, que non aya esperança de victoria.

Las obras arrebatadas espantan los enemigos.

La[s] vsadas se enuileçen.

El que los suyos tiene derramados ꝛ neçiamente persigue a los enemigos, dar quiere al aduersario la victoria.

El que no se aperçibe para dar a los suyos las cosas neçesarias, sin fierro sera vencido.

Quando la esculca anda ascondidamente en la hueste, todos deuen ser tornados a su[s] çenturias por vn dia ꝛ breuemente sera tornada.

Sy sopieres que tu consejo es reuelado a tus aduersarios, conuienete mudar el ardid.

Lo que se deuiere fazer tratalo con muchos, mas lo que ouieres concluydo, con pocos ꝛ fieles.

A los caualleros el temor ꝛ la pena los castiga en la paz ; mas en la guerra, esperança ꝛ galardones los faze obedientes ꝛ leales.

Los buenos cabdillos tarde o nunca pelean en batalla publica, saluo por ocasion o neçesidat.

Ellas conuiene vençer al enemigo por fambre que por fierro.

Asconde de tus enemigos la manera en que has de pelear, porque te non pongan contrarios remedios.

LA PICARESCA

Il ne semble pas que les œuvres de Manuel de Leon Marchante[1] (né à Pastrana le 15 août 1631, mort à Alcalá de Henares le 15 octobre 1680) aient jamais eu de très nombreux lecteurs ; il y aurait donc quelque inexactitude à ranger leur auteur dans la catégorie des écrivains oubliés, mais on ne se tromperait guère en classant ce conceptiste de grand talent[2] parmi les méconnus. La seule poésie de son recueil posthume qui ait acquis une célébrité relative est une *redondilla*[3] ; pourtant je n'oserais affirmer qu'elle ne soit attribuée

---

1. Marchante, d'après le volume imprimé en 1722 ; Merchante d'après quelques auteurs.

2. C'était, dans la vie, un homme d'esprit. Le prologue du volume imprimé en 1722 cite de lui, entre autres, les traits suivants :

A Dios Leon, le dixo en vna ocasion vn compañero suyo Eclesiastico, que tenia muchas manchas de tabaco, y le respondiò por esto : *A Dios Tygre.*

Lloviendo otro dia con abundancia, le hizo vna cortesia desde lo interior de su valcon vn señor Canonigo, con cevo, para que viendole se quitasse el sombrero ancho que llevaba, y se mojasse ; pero entendiendolo se passó sin quitarle, diciendo : *La debo para quando no llueva.*

Estando para embestir vn Toro en vna fiesta del mismo Mercado al Carnicero de la Ciudad, que le hacia vna suerte, dixo pronto : *Dale, que si no te ha de pesar.*

3. Volume de 1722, p. 168 :

A vna Dama, que murió de camaras, siendo soltera, aviendo deseado mucho el casarse ; para cuyo fin avia cuidado mucho de su ornato.

Redondilla.

Aqui yace Fierabràs,
La tocada, y retocada,
Por delante no empeçada,
Y acabada por detràs.

aussi à un autre poète. « El Maestro Leon », nom sous lequel le désignèrent ses contemporains, n'attachait pas une grande importance à ses vers [1] : quelques-uns furent publiés de son vivant, notamment des comédies, un romance *De vn viage que hizo en vna mula muy flaca* [2], et surtout une *Relacion de los Toros de Meco* [3], plusieurs fois imprimée. L'auteur, paraît-il, dut à cette *Relacion* une renommée éphémère. C'est longtemps après sa mort que l'on s'avisa de grouper tout ce que l'on put recueillir de son théâtre et de ses poésies, mais on ne sut pas en achever la publication : un volume [4] parut en 1722, un autre onze ans plus tard ; l'impression du troisième [5] fut interrompue à la page 184. Il serait à souhaiter que quelque Société de Bibliophiles les réimprimât, en y joignant les œuvres restées manuscrites dont M. Juan Catalina García a donné la liste [6].

La plus curieuse de ces œuvres manuscrites est une série de soixante-seize lettres adressées par notre auteur à une religieuse. « Valiera más — dit M. García — para la buena fama de éste que no escribiera las cartas ó que no hubiera amigo ó admirador cuidadoso que las coleccionase, porque son tan

1. Il les aurait même fait brûler au moment de sa mort (*Aprobacion* du volume de 1722).

2. Réimprimé dans le volume de 1722, pp. 161-165.

3. Réimprimée *ibid.* pp. 155-161. Calderon acheta un jour deux douzaines d'exemplaires de cette *Relacion* à un aveugle, rue d'Atocha, à Madrid, en disant qu'il jugeait les œuvres de Leon « mas dignas de las mejores librerias, que para abandonadas por los ciegos ».

4. Obras poeticas posthumas, que a diversos assumptos escrivio el Maestro Don Manuel de Leon Marchante, Comissario del Santo Oficio de la Inquisicion, Capellan de su Magestad, y del Noble Colegio de Cavalleros Manriques de la Universidad de Alcalá, Racionero de la Santa Iglesia Magistral de San Justo, y Pastor de dicha Ciudad. Divididas en tres classes, sagradas, humanas, y comicas... Dalas a luz un su aficionado... En Madrid, Por Don Gabriel del Barrio, Impressor de la Real Capilla de su Magestad. A costa de Fernando Monge, Mercader de Libros... M. DCCXXII, in-4, 12 ff. n. ch.-468 pp.-2 ff. n. ch.

L'intention de l'*aficionado* qui publia ce volume était de n'en publier qu'un seul : « Con razon salen en vn tomo los [escritos] que han podido recopilarse, porque no acostumbran los *Leones* tener mas partos, que vno, y à la sumo dos, ò tres, quales son las Classes de este Libro. » *(Aprobacion).*

5. Le second volume et le fragment du troisième sont de la plus grande rareté. Je les mentionne d'après J. C. García.

6. Juan Catalina García. *Biblioteca de escritores de la provincia de Guadalajara y bibliografía de la misma hasta el siglo XIX.* Madrid, 1899, pp. 240-250. La liste comprend quarante-six numéros.

enamoradas, tan sueltas de condición y á veces tan torpes, que poca honra nace de ellas para quien era anciano, sacerdote y comisario del Santo Oficio. » Leon Marchante était, en effet, prêtre et commissaire du Saint Office, mais les lettres à la religieuse s'échelonnent de 1667 à 1676 : la première fut écrite quand il avait trente-six ans, la dernière quand il en avait quarante-cinq. Il mourut quatre ans après, sans avoir connu la vieillesse. Ces lettres furent-elles adressées à une religieuse ? Cette religieuse était-elle cousine de l'auteur ? La destinataire exista-t-elle réellement ou ne faut-il voir dans ces lettres dont les réponses manquent — ce qui est grand dommage — qu'une simple fantaisie littéraire ? Rien ne permet actuellement de se prononcer. Quoi qu'il en soit, elles contiennent nombre de détails autobiographiques et présentent un intérêt indiscutable pour quiconque n'est pas exclusivement absorbé par ce que l'on nomme « édification ».

Le manuscrit que j'ai transcrit m'appartient. Il est du XVIIIe siècle et a pour titre : *La Picaresca. Cartas de correspondencia que tuvo con una Monja el Maestro Leon.* Je n'ai pas cherché à classer les lettres et j'ai préféré les laisser dans l'ordre où les donne le manuscrit.

R. Foulché-Delbosc.

Carta primera.

Prima mia, pero miento,
en sentir de los que tocan,
porque tu para ser prima
me pareces algo gorda.
Pero ya que has de ser prima,
lo seras por lo sonora,
porque mas que una guitarra
me hablas claro en mi deshonra.
Que me digas pluma a pluma,
por no poder voca a voca,
que tienes otro devoto,
y que viva yo y lo oiga,
(vendito seais vos, Señor !
que no me habeis dado honra)
y lo que siento es, que sea
un fraile quien te enamora.
Que tu tienes los cariños
mui golosos de coronas,
y por cumplir con los frailes
no cumples con la parroquia ;
de suerte que en devociones
confiesas que eres tu propia
la deshonra de los Leones,
descredito de Colomas.
Pues por el alma que tengo
en las carnes pecadoras,
que has de llevar, si te cojo,
dos bueltas como con gorra.
Infame deshonrabuenos,
agradece que eres monja,
porque yo siempre he tenido
mucho respeto a las tocas.

Dime, prima, por tu vida,
te ha faltado alguna cosa ?
mientras corres por mi quenta,
quando has estado achacosa ?
Faltaba yo de tu cama ?
No tenias siempre pronta
mi persona, por si acaso
tenias gana de persona ?
Que de veces ! que de veces
mi voca, aunque pecadora,
para darte a ti los vesos
se los quitó de la voca !
Dime, tengo yo en mi cuerpo
trasto de que no dispongas ?
No tienes a tu mandado
todo mi fuego de argolla ?
Dime, puerca, te he negado
yo alguna vez la vellota ?
Dime, para bugerias
que en la muger son forzosas,
aunque un Leon se hiciera araña,
te habia de faltar mosca ?
Lo que me podras decir
es, que desde que eres monja,
un abito no te he dado,
y es que mi amor no te goza.
Dejame hacerte las pruebas
porque el havito te pongas,
que ya me has puesto los cuernos :
y en llegando a ser mi novia,
verás que todos por mi
dicen : El toro la rompa !
Hija, muger que hace a frailes
es chula de executoria,
y en lances de voluntad
la que lo deja y lo toma,
la que lo mete y lo saca,
tiene amor de perinola.
No sin misterio en tu carta
me respondes, maliciosa,
al suceso de la purga ;
dando a entender, socarrona,
que tienes dos servidores,
por si es que la purga obra.
Plegue a Dios que mala maza
de caracolada trompa,
martes de carnestolendas
me vaia dando en las corvas
si mas contigo durmiere !
ni me han de ver en tu alcova,
ni aunque te mudes camisa,
te he de ver mas en pelota.
Y agradece a que se acaba
el papel, y que ya es hora
de la estafeta, y que tengo
echa el alma una ponzoña,
oy martes, a dos de Abril,
y a Dios, que pinta la rosa.

Carta segunda

Morena mia (o si fueras mia solo !) : Ya te considero por bandolerilla de Santa Fee; y porque he faltado a un correo con una charpa de desdenes, y un capote de los que tus ojos se ponen quando se enojan, y si yo la cogiera en un estrecho, la hiciera abrir la voca de un palmo, con lo que yo me sé y ella no ignora. Pero dirás : si con estos castigos se venga mi Leon, delinquiré al

dia trece veces. Digo, alma mia, que acavo de venir de la Corte, porque habiendome pedido segunda vez que hiciese los sainetes para los autos, me escusé con decir que era tarde, y que el año pasado por gusto lo hice, no por tarea. Oy me han pedido por lo meños haga dos: mira tu hasta el Corpus, que tiempo hay para que yo no ierre lo que escriba; pues aunque puedan ser disculpas el que lo oie, no le constara, y censurara sin conmiseracion. Estoy en embiarte los rosarios quando buelba a Madrid; avisame donde quedarán seguros, y en el interin reza por los dedos, que en las dos manos tienes un decenario de cristal, porque aun ay no te falta un padre nuestro; arto te digo: a Dios, mi alma; oy, 5 de Mayo de 76. Tuio hasta que seas boba.

Carta tercera.

Prima y señora mia: Media hora habrá que recivi su carta de Vm., y confieso que de haberla recivido tube vanidad y gusto: vanidad en merecer memorias de Vm., y gusto en la feliz nueba que me da de su mejoria. En los misteriosos puntos que mi prima me habla, voy a responder, y no acierto porque quiero mas ser infeliz engañado, que vivir desengañado y con desaire; y no sé quien tiene la culpa: si lo sé que yo tengo la desgracia, y en consecuencia de esto, fuera ignorancia mia decir que estoy mejor de mi melancolia. Pues quien tiene entendimiento como Vm., discurrirá que estoi en el mas infeliz estado que me puede poner mi estrella, si bien siempre al servicio de Vm.: que puntos de urbanidad no han de perderse por accidentes de ingratitud. En lo que toca a los villancicos de Alcalá, el maestro de capilla ha estado preso quatro meses en la carcel, y le cogio la Navidad con grillos, sin que le valiera el indulto del nacimiento del principe Soverano; y el organista, a falta de hombres buenos, compuso la fiesta de villancicos rancios, fiestas decrepitas, y letras caducas de *yn illo tempore*. La causa de la prision fue el reñir con un prevendado de esta yglesia; buena ocasion era de

decirle al señor Juan de Padilla : *memento, homo*. Yo, señora, a instancias de la capilla real, escribi tres para la fiesta de los Reyes, y dos letras para la Navidad, con dos letras mas para las Descalzas Reales. Hanme dicho que han salido buenas las de la Navidad; no sé como saldran las de Reyes. Yo no creo que puede hacerse nada con gusto donde no le hay. Remito a Vm. las que se cantaron en Alcalá con solfa de organista, que por ser fiesta con canas, la tengo respeto pero no embidia. Perdone Vm. si me alegro en perjuicio de su ypocondria, que yo me enmendaré, queriendo Dios que guarde y prospere la salud de Vm. como hemos menester sus servidores. Alcalá, y Henero 3 de 1670. Primo de Vm. hasta que mande otra cosa.

Carta quarta.

Prima y señora: Cuidadoso me tiene la porfia de su achaque en no dejarla; el tiene buen gusto, que tambien hay dolencias de buen garvo. Si el mal es cruel, bien tiene a quien parecer, y si el mal es malicioso, lo dicho dicho. Siempre que boy a San Diego (que aunque son pocas veces, son algunas) me acuerdo de mi prima, y aunque con desconfianza, hago mis suplicas. Pero, pues en Vm. no obra el buen despacho, no devo de merecerlo, ni hay sino apelar a la paciencia: que de una tolerancia se labra un merito, y el sufrimiento es el mejor obrador de lo espiritual; la melancolia en las discretas suele hacer maior bateria que los tabardillos. Vm. se alegre, y no se ponga de parte de el riesgo: que sobra el achaque donde hay tristeza. Yo espero en Dios que ha de ser mas feliz el aviso de otro correo en la mejoria, como se lo pido al Cielo que guarde a Vm. como puede. Alcalá, y Diciembre 10 de 1669. De Vm. quien mas la estima.

Carta quinta.

El no tener respuesta de Vm. de una que le escrivi con otra, me cuesta dos cuidados: y el principal es, de no saber si Vm.

vive sin la salud que la deseo. Quiera Dios que la goze mui cumplida, con las felices pasquas que desea quien mas la estima, porque vaia sin riesgo la ceremonia pasqual. Y esté cierta Vm., que si yo pudiera saber por otro medio el que estaba sin enemigos su salud, la escusara el enfado de preguntarselo. Pero no dejemos con quejas la cortesia, y suceda lo que permitiera la fortuna ; que yo no puedo tenerla, infeliz, en ofrecerme al servicio de Vm., a quien guarde Dios felizes años. Alcalá, 2 dia de Pasqua de 1670, de Vm.

Carta sexta.

Prima y señora mia : Vm. riñe con tal gracia, que parece que la dan el enojo de penitencia. Pero no me puede negar que en quejas amorosas está la sospecha de parte de quien se adelanta ; y quien da maior voz tiene mas grito, pero no mas razon. La que yo tubiere, la entregaré al silencio : pues es mejor morir de callado, que no dejar en cada palabra un articulado veneno. Solo me queda el consuelo de que me hará infeliz la desgracia, pero no el delito. Dirá Vm. : adonde irá mi primo con su enigma ? Y respondo : que no lo digo por nada (pero por algo lo digo), quando crey yo que era el fenix en el Arabia de su voluntad de Vm. ; renacemos muchos de sus llamas. Y no ser tan puntual el correo pasado, fue porque no hallé ociosa su pluma para esta Unibersidad, y como la quiero, por muchos dias no quise cansarla. Basta una correspondencia para empleo de una voluntad, pues querer embarazar a Vm. con muchas respuestas, es mas para tenerla lastima que amor. Desde que puse en su mano de Vm. la rienda de mi ymperio y de mi alvedrio, estoy tan bien hallado que me parece libertad la obediencia ; pero como el pundonor es patrimonio del alma, qualquiera sombra es culpa. Yo confieso que será la comunicacion de nuestro padre como Vm. me dijo ; para pariente es mui puntual la comunicacion del correo, y pudiera mudar la letra de los sobrescritos Vm., para que el reparo fuese menos. Aunque la nota sea la que mi prima gustare, qual debe de

andar el cariño quando no mira en nada el recato; pero en nada se mira, quando el amor es ciego. Esto, señora mia, no es quejarme, que ni aun aliento para la queja me permite el no merecer favores singulares; pues la estimo tanto, que siendo sus cartas las que me enojan, son sus cartas las que me alivian, y con leer las que guarda mi afecto, me da vida la que me mata. Y confieso que me hallo en feliz estado, aun confesando que me muero gozando bienes agenos. O infeliz de mi! Si son contra la voluntad del dueño! Que esta desconfianza cabe en mi insuficiencia! Pero no estuvo en mi eleccion los meritos de que tanto ilustró el cielo a Vm. He sentido que D. Francisco Benito no diese cumplimiento a su palabra, pues ha sido en la fiesta el perro del hortelano y me quitó la dicha de obedecer a quien me lo podia mandar; en todo me tiene atrasado la desgracia. De ella libre Dios a Vm. y la guarde muchos años. Oy, 27 de Septiembre de 1667. De Vm. Q. S. M. B.

Carta septima.

Muger mia: En haber estado malo he tenido desgracia, pero no culpa. Quien la tuvo fue tu carta, pues tan licenciosamente escribes que me pones los cuernos; pero no importa, que yo te los pondré si supiera quitarselos a la luna, y aunque no me quedara un querno que llegar a la boca. Y bolbiendo a mi achaque, digo: que todos los maios tengo vinculadas mis venas a las lancetas de los barberos, y pudiera Menga en mis brazos hallar los corales que perdio en el baile; y si este hipervole no le merece mi hermosura, pase por licencia poetica. En fin, sucediome la sangria bien y la purga mal, y atrasóme la combalecencia la carta de los cuernos: que son buenos para abrir las ganas de la purga, pero no las del comer. Ha tirana! Que presto te cansastes de ser fina! Sin duda degeneras de la casa en que vives, pues no sabes guardar fee; y quando crey yo que el niño Cupidillo era hijo de los dos, me sales aora con que tiene muchos padres, con poco temor de mi honra. Aqui me socorre la memoria con un

quento : oiele, y si no fuere a proposito, pase por mio. Has de saber, muger mia, que un quidam se casó con una quedam ; ella, grandisima picara, y el, grandisimo tonto (asi como nosotros) ; pero el quento desempeñará ambos encarecimientos. Sucedio en fin, que a dos meses de casados le nacio un muchacho (de tiempo) como un castillo (que si fuera como un Leon, tubiera yo menos que desear). El buen hombre, de lo que habia de formar queja tenia divertimiento, pues se volvia loco con el chiquillo. Y le decia aquellas algaravias pueriles que se oien y no se entienden. Y viendo un dia la taimada de la muger (que devia de llamarse Margarita) que el marido (que seria Buey o Leon) era tonto de quatro costados, quando le vio dibertido con el chiquillo haciendo el coco, le dijo la señorita (como quien sabia tambien que tenia otros padres) : « Anda, vete, coco, que no es tuio el niño. » Esto es, ingrata Margarita, falsa prima, y muger aleve, lo que nos pasa a los dos ; piensa en ello, que no perderas tiempo. Y pues es mio el quento, pon tu la aplicacion, y hallarás que lo que sucedio al necio con el niño, me sucede a mi con tu amor (que tambien es niño). Yo no quiero esperar a que me digas nada : « Vete, coco, que no es tuio mi amor », y pues le tienes repartido en tantos, como dice tu carta, quedate para ingrata ; que yo penaré hasta que no me quede cuerno en que persignarme, y a Dios que te guarde. Junio 27 de 1668. Tu menor marido.

Carta octaba.

Margarita de mis ojos (porque solo es Margarita de mis ojos el blanco) : no hay instante que no te mire con la memoria y te hable con el silencio ; singular armonia me hizo la pregunta de tu carta en saber la causa de mi achaque. Bien sé que tu no la ignoras, pues tienes mas cerca tus ojos que mis palabras. Yo, prima mia, te quiero tan apretado, que todo mi mal es de corazon. Tu sospechas que nace de haberse revelado las lises de Francia, y te aseguro que no tenia cosa tan fuera de la jurisdic-

cion de la memoria, como el descuido, o cuidado de Luisa. O que ingeniosa escuela es la experiencia! Y que docto catedratico el tiempo! Si yo te digera lo que sé de haber ignorado, digeras que dejaba alguna vez de ser necio, y si no repito las cartas para la prima, es porque canto mal para porfiar. Yo estube los dias pasados en Madrid a estrenar dos sainetes mios, que se hicieron veinte dias en la comedia de Campaspe y Apeles. Y pudo el triumfo de ser tan bien vistos, despertarme el deseo de ver a Lisis; y no quise, no sé si por no darla pesadumbre, o por recivirla. Porque las estrañezas han muerto mas que los tabardillos, y a mi sobrame achaque sin tirar de la capa al sentimiento. Ya estoy bueno y deseoso de que mi prima lo esté, y pues las lises de Francia se revelan, hagamos los dos liga; que para mi no habrá mas favor que la liga de mi prima, y sea el lazo para quien lo sintiere. Para San Juan me embia Vm. a pedir dos romances, y remito uno; porque de el mal el menos, como porque multiplicar yerros no es buen modo de obligar. Dios guarde a mi prima mas años que tiene perfecciones. Alcalá, y Junio 13 de 1667. Primo que posee quanto hai que desear.

Carta nobena.

Margarita: De que yo sea comisario del Santo Oficio, y me haia tenido fuera de Alcalá una ocupacion, no tiene ella la culpa, pero tiene la desgracia, pues no he podido responder hasta hoy, viernes, a tus dos cartas, en que me das a entender se introduce a firme, por medio de ser porfiada; y que blasona de constante con resabios de terca. Y estoy tan lejos de reñirla, que antes me doy por servido de su cuerda resolucion. Mire que persevere y que no tenga ocioso el auxilio eficaz; advirtiendo que si yo lo codiciaba, era para hacerla dueña de un manojo de llabes, siendo portera de mis cofres: que a muger que tiene tocas, no se le puede dar otro exercicio. Y por aora, entre las muchas cosas que la mando, una es que no me llame primo,

que no me estan bien estos parentescos. Y en quanto a lo que me dice, está para serbirme, digo : ya tengo recivida ama, fuera de que como ha de estar para servirme, quien está enfadosa aun para ser servida ? Y en quanto a las dos letras que me suplica remita para la Asuncion de Nuestra Señora, (Señora, digo, o para Nuestra Señora de la Asuncion : que dos cosas suenan, y una cosa son), iran ambas sin falta en la primera estafeta, para que esten allá el miercoles, veinte de Julio. Y en muestra del agradecimiento que me promete en su carta, digo : que la perdona la merced en agradecimiento, y a Dios que la guarde ; y sino, aqui quedo yo. Oi, viernes, 15 de Julio de 1667. Su amo y señor natural.

Carta 10.

Hija y Margarita mia : yo no puedo pasar sin ti ; y esto lo confieso porque sepas mi complexion, no para que formes vanidad, pero podras tenerla. Pues ya he despedido a mi ama y por tus amores, ya no tengo a quien me dé el pecho ni de quien tomar la teta. Si bien a esta piedad te moveras por darmela a mamar, yo te obedeci en despedirla, confiado en que no me has de dejar en los aprietos de amor ; pues por no tenerte con quejas, me privo de lo que hasta aqui me sirvio de gusto. Si bien son tus quejas de tan lindo aire, que por oir a tu entendimiento quisiera dar que sentir a tu voluntad. Y por esto sin duda dijo Seneca : que la fortuna malquistaba con las estrellas a los dichosos en discrecion, solo por oirlos una agudeza en cada queja. Todos nacimos sugetos a las estrellas, y aunque suelen ser madrastras, es preciso obedecerlas, sino por el influxo con que arrastran, por el cielo donde brillan. Y en consecuencia de esto digo : hija y Margarita mia (y no tengas a atributo paternal lo que es cariño), que te aguardo el correo que viene tan cariñosa y tan fina como si yo te estrenara el primer amor. Pues con el se desarman las iras de mi fortuna rigurosa, y se enflaqueze el golpe de mi irritada estrella para que yo me muera por ti, y no por el verano, que aqui es

muy penoso : pues las caniculas son muerte con ravia, y no saben los medicos atar el perro, con que las sincopales corren, y los hombres buelan. Dios te guarde, y a mi no me olvide. Alcalá, y Agosto nuebe de mil seiscientos sesenta y siete.

Margarita, en vano huies
de aqueste pobre dragon
que por lo virgen te quiere,
pero por lo martir no.

Carta once.

Prima y dueño mio : Por su comisario del Santo Oficio me han tenido ausente unas pruebas en la Alcarria, y me cogio tu carta acabado de llegar, que fue antes de aier, Domingo. Que porque vivas satisfecha de lo que recelas en tu carta, en esa que remito a Lisis sabrás lo adelantado que estoi con ella. Procura que se remita por camino que la reciva, que el medio que tu me diste no quise abenturarle ; porque no me avisas donde vive Diego del Campo, a quien se pone el sobre escrito ? O lo mas cierto fue porque no me mató por comunicarla ; porque prima por prima, Margarita en Castilla. Y yo conozco primas de mi majuelo y ya es tiempo de podar algunas ; pues Lisis, no estando ociosa ni ingrata con ninguno, está conmigo olvidadiza. En el punto de las letras a santo Thomas, las remitiré quanto antes. Y a Dios, que no te quiero escribir largo, sino tendido. Alcalá, y Febrero 2 de 1668.

Carta 12.

Tenga mui felices y repetidas pasquas la prima de mis ojos, y la Margarita de mi corazon ! Aqui me parece que la oigo decir que tengo el corazon de piedra ; pero es tan ingrata como señora mi prima, que no puedo negar que es piedra la margarita, y piedra donde el amor afila sus arpones, el rato que quiere estar cruel. Yo que soy uno de los heridos, pudiera deponer quando tomen

residencia a mi prima; pero si ha de parar en que la mande el amor, (mal dige) en que la suplique que no dispare flechas, atengome yo al dolor, si ha de doler mas el remedio. Y asi, prima mia, dispara arpones como halles adonde; pues sin que me valga la distancia, me alcanzarán los raios de tus ojos, y las saetas de tus discretas plumas, que buelan mas por instrumentos de tus discreciones, que por hijos de las alas. Embiasme una para que mi buelo salga de quartilla de papel, si ya no es, que como al Amor le pintan desnudo, y pobre, quiere juntar el cariño con el ahorro. Yo solo sé quando no me llebará el logro de adorar a mi prima, el interés de hacerme discreto fuera quien me eternizara por su esclavo. Pero es tan montaraz que obscurece mis finezas, y hace de mis cariños lo que el sol de las estrellas, que es desaparecerlas; ya mi prima sabrá como no ha respondido la Luisita. Yo crey sentirlo mas, pero a Dios gracias no he llorado, con que mi amor es niño que se fue sin agua; y digo yo que se habrá ido al limbo. A Dios, prima mia de mi vida, que te guarde para que yo la tenga. Oy, martes, 3 de Abril de 1668. El primo de la mejor prima.

Carta 13.

Hija mia: La viveza te quita las execuciones en tus enojos, porque te enfureces imaginandome culpado; y si me oies, verás que aspiras a degollar un inocente. Vn negocio de la santa (no eres tu) Inquisicion me ha tenido ausente en parage de no poderte escribir. El postrer dia de Pasqua llegué a mi colegio, y juebes me dieron una tuia, tan sangrienta y tan cruel que miré si firmaba D. Pedro. Engreime con engañarme, porque vi la rubrica de mi Margarita y beséla. No será menester advertirte, de que quien besa la firma, tambien besará la mano. Alma mia, tu tienes un cariño de Venecia que es como un vidrio: a qualquiera golpecito salta; y voluntad que se cansa, no es voluntad sino veleidad. Antes dejaré yo de ser, que dejar de ser tu esclavo, sin que los quilates de amor desmaien, porque para los finos se hizo el

sufrir mas por querer mas (que mas sufri do me quieres, tirana?). Aprende de mi a sufrir. El diamante que sufre las porfias de el buril descubre los fondos; la margarita, que lude mas con el rubi, queda mas lucida, y agradece en resplandores lo que tolera en sufrimientos; el oro que no se afina a las tolerancias de la lima, queda bruto, y aunque sea oro no lo parece. Prima mia, quando veo con las discreciones que te quejas, me da codicia de enojarte, pero tu poca paciencia es el freno que me para. Despues del penoso viage que me ha tenido peregrino (o si fuera Santiago de Margarita!), no tuve mas alivio que tu carta, y otra que me acedó el gusto, pidiendome de Madrid unos sainetes, en que es fuerza remar con la pluma. Si salen a gusto, yo te prometo un traslado; y hasta entonces, a Dios, alma mia, y perdoname que no puedo dilatarme a mas. De esta tuia, hoy, viernes, 19 de 1675. Quien desmentirá tu confianza adonde... Dueño mio.

Carta 14.

Prima mia: yo no crei que las margaritas eran musicas; pero ya discurro, que por lo que tienen de piedras, gozan privilegios de cantos. Y aora me socorre la memoria, con que la margarita desde que empieza a criarse, la enseñan el sol porque los raios de la aurora son dolores de el parto quando nace la margarita. Pero buenas cosas tengo yo, que no sabiendo de solfa ni de cantar mas que un serafin de noria, le busco la etimologia de musica a la Margarita preciosa. Digo, prima mia, que remitiré para otra estafeta de mis letras las que me diere el maestro de capilla; que yo no me quedo jamas con borradores de lo que escribo, y me pesa por estas y otras ocasiones en que el gusto tiene mas pronta la obediencia; y seran las mas nuebas porque no se canten con el susto de oidas. Y en quanto al punto de estar mi prima quejosa de mi y zelosita, me huelgo, pues no la devo un cariño desde que me alimentan sus memorias; y me tengo de dar a la primera que pase por la calle, solo porque si está en sus trece de monja, y yo

tengo la culpa, que la di mi albedrio sin fianzas y mi voluntad sobre su palabra. Pero que muger no es rica de palabras, y que Margarita no es fertil de desdenes y de ingratitudes? Mira, prima, no te he devido un requiebro de caridad siquiera desde que entré a servirte? Y yo, si le pido, es a quenta de mi soldada; pero llebese ese romance, que toda mi vida se lo agradeceré a mi musa, que en este romance ha savido desempeñar mi amor y la ingratitud de mi prima. Si es maestra de capilla, ponganle en buena solfa, o el maestro de esa santa yglesia, que me holgaré algun dia oirle de la causa de la letra. Y a Dios, que se va el correo, prima mia, que te guarde a mi deseo. Oy, 20 de Abril de 1668. El primo de su prima.

Carta 15.

Dueño mio: Tambien tiene el amor censuras para las iras de reincidencia, y quando vi tu carta con repetidos enojos, conoci podia el ceño poner en un angel la condicion de una suegra. Cierto que me has de obligar a pedir tu retrato; pues aunque se goze sin la prenda de la alma, por lo menos, en lo mudo de una pintura no caben los desabrimientos de una voz, ni el enojo del reñir; antes en el embeleso de la contemplacion amorosa, se juzga que si hablara un retrato, fuera para decir cariños, y solo de ti se pueden oir por contemplacion. Mira, Margarita mia, una muger ha de ser hermosa, pero ha de ser apacible; la rosa espinas tiene, pero ni esconde su purpura, ni recata su ambar en que son interesados dos sentidos (y esto no es decirte que tengas a dos, Rosa mia). Perdoname, que estos avisos los da mi desconfianza, nacida de que tu hermosura y discrecion no la goza solo Leon. Pero que estés tan esteril de requiebros, nace de que te falta el riego a su tiempo; no tengas tantas sequedades, y serás rosa fertil para los frutos de el amor. Cierto que me alegrará ser el jardinero de Santa Fee para ladear el riego acia la flor de mi Margarita, que hace que habia de ser del cañito mio. Trata de que yo viva,

que me tienen muerto tus despegos; y pues me tienes allá el alma, escribeme de manera que buelbas el alma del cuerpo. Yo me doi por vencido, publicando que Margarita es vencedora y esta victoria no la canta mi rendimiento, porque tiene mala voz; pero la rezaré, pues que soy mui devoto de mi morena, y en el punto de la fiesta de Santiago si fuera tu fiesta, yo sufriera desaparecer mi tema. Como lo haré quando corran por tu cuenta los romances? A Dios, angel mio, y mira por esta honra de tu primo y marido. Oy, viernes 13 de Mayo de 1668. La honra del mundo.

CARTA 16.

Prima y dueño mio: Ser discreta y ser señora muchas prendas son para una dama, y mucha bateria para un solo corazon; y es bueno haber triunfado del mio y hacer donaire de la flecha que por lisongear a su dueño se ensangrienta sobre la caliente herida. Yo no sé a quien atribuir la victoria: o a tu discrecion, o a tus cortapisas. Con que me dices que tienes un cuidado que se roza con el amor, y un amor que no llega a ser cuidado. Morena, explicate mas, o trae una glosa al lado; dime por tu vida, o por la mia (que todo es uno), como quieres estar cariñosa si rebientas de cortesana, y no sabes escribir en un tono de requiebro, y te estás en tus trece de la maldita palabra « Vm. » que basta para inficionar los amantes de Teruel? Morena mia, a quien se trata con cariño hablarle de Vm., solo lo hizo Doña Sancha Conejo con el pobre Arias Gonzalo. Bien sabes que hemos pasado el año de nobiciado, y esperando que te enmiendes, he disimulado, bien a pesar de mi afecto, el que naciese la enmienda de tu voluntad, y no de mi aviso. Pero me huelgo que con este recuerdo no habrá disculpa, y si la estudias, sabré que finges mas que amas, y que discurres mas que quieres: excelencia que te la agradecerá un catedratico, pero no un amante. Hija mia, cariños son amores, que no buenas razones. El amor, como es niño, como mas aprecio hace de un *vida mia* que de un aforismo, y gusta mas de un

requiebro que de una sentencia. Dueño mio, yo no te quiero Seneca sino Margarita; porque en las conclusiones de amor, los que saben mas son los besos, y los tuios seran los que mas aprieten la dificultad. Si es que como dices amas, y sientes como refieres, o no esconda tu pecho lo que merece mi influencia, y balgame el ser necio para ser dichoso en que me alcancen tus favores; que pasaré con gusto, por dar a entender la evidencia de que soy ignorante, por hallarme con apariencias de ser tu indigno favorecido. Hay remito los versos que hice a D. Diego; otros huvo que fueron peores que los mios, que por estar lleno el auditorio de estudiantes y soldados, logré el asunto a gusto de los oientes. Y te aseguro que ya que andan los muchachos (y en algunos estados) tomando las quintillas en la boca de la tuia, tengo necesidad para tomar la rosa; que en estos tiempos es antojo mio, y mandato del medico; de quien me libre Dios, y a ti no te olbide. De esta tuia, hoy, vispera de pasqua de Espiritu Santo del año de 1668: el primo que mas estima a la mas discreta prima.

Carta 17.

Yo prometo a Vm. no darla quenta en mi vida de mi salud ni de mis achaques: porque los que no se creen, no se remedian. Y todo el entendimiento de Vm. no puede contener haber estado yo sangrado, y despues hallarme en unas fiestas en Pastrana. Si fui, fue porque era mi patria, y porque me llevó en su litera Luisa Romero, la comedianta, que fueron a representar cinco comedias; y una de ellas era mia, que intitulé: la Estrella de la Alcarria. Y si este fue delito, le confieso con vanidad. Pero lo que siento es, que habiendo escrito a Vm. el mismo dia que llegué, me dijeron Frailes y Seglares que Vm. habia hechado un guante de villancicos para Santiago; y como yo estoy pronto para hacer aun los que manda para el maestro de capilla, y me escuso de los de su fiesta, confieso que lo tube por especie de locura, si ya no es efecto de la facilidad (O que prenda tan amable para

una señora!). Yo no tenia olvidada la fiesta de Santiago, pero lo haré para en adelante; que yo puedo escribir versos, pero no sufrir lo injusto: porque lo primero es gala, y vajeza lo segundo. Yo me huelgo de haver divisado a Vm. el naturalito para dar pasos de vidrio; y creame, que si tubiera mas correspondencia que la nuestra, me pareciera que tenia el gusto delinquente a vista de sus prendas, que sin duda son grandes, pues las confieso quejoso. Esto digo por la fantasma profesa a quien Vm. quiso dar cuerpo con una monja postiza; pero esto es tiempo perdido, y no es mercaduria con chisme para emplear en el caudal de las horas. Yo me alegraré que Vm. apure por la verdad, para que salgan colores a su malicia. A Dios, que guarde a Vm. muchos años. Alcalá, y Junio 26 de 1668: Besa la mano de Vm. el mismo, pero no el propio. Mi Señora Dª Margarita.

Carta 18.

Dueño y señora mia: Yo no puedo acallar el amor con el cumplimiento, indicio de que no es cumplimiento mi amor. Con razon dijo un discreto: que no hay distancia de padecer a ver padecer; asi no la hubiera de amar a ver amar, para que tu respeto se dejara vencer de mi cariño. Bien conozco, angel mio, que hoy tu corazon es todo del sentimiento, por ser el motivo tan del corazon; pero quando no sea por favorecerme a mi, pudieras ladearte al cariño y hacer treguas con la pena. Y pudieras aprender a amar, pues te enseña el padecer que es la mejor escuela del amor; y de no lograr este rendimiento, conoceré que eres ruda de voluntad, como otras de entendimiento. Y ya que no te merezca yo enamorada de fina, procura estarlo de curiosa: que en lo primero pudieran colorear tus muchos meritos, y en lo segundo no pasa de golosina del capricho, y no de desdenes de mis cuidados amorosos, que no es culpa en mi desear lo mas perfecto. Ya veo que diras que es especie de locura en tiempo de quebrantos despertar con requiebros; pero toma tu mi amor, y

verás lo que excede a tu cordura. Y en fin, bien mio, quando no te diviertan mis suspiros, serbiran de orearte el llanto. A Dios, que te guarde mas que a mi. Hoy, martes, 7 de Agosto de 68. Quien mas te adora, quanto mas te comunica. En haviendo menester poemas, no hay que escusar el aviso, si ya no se quiera gastar recato tambien en eso.

Carta 19.

Prima mia : No crey responder tan aprisa a la ultima que recivi, porque mis tercianas se pasaron a ser maliciosas siendo sencillas (que no hay simples que no sean maliciosos). Fue Dios servido que se arrepintiese el achaque (O si yo hiciera lo mismo en mis costumbres !) ; es cierto que las enfermedades, aunque son huespedes mal recividos, dejan al enfermo enseñado, pues al despedirse, dejan la alaja del escarmiento, y pagan el hospedage con el desengaño. Con dos sangrias me limpié, y estoy para servir a mi prima con mas alientos, y tan ganoso que no necesito de salsas ; porque antes estás disimulando ganas de comer, y para mi los gigotes son los dulces. Y pido a mi que no se ponga en el cuidado de las casas : pues o el carretero o los cocheros de Alcalá tocarán a rebato en ellas ; que si fueras casas de hacer gente, yo las tomara en el cuerpo de guardia de mi prima. Ay, pecador de mi ! que me olvido de que estube enfermo, quando estoi mas vellaco. Al tal Carrillo le dije que le habia de embiar una letra, pero doy segunda vez palabra a mi dueño de no embiarsela ; y a Dios, que te guarde muchos años. Alcalá, y Octubre, dia de Margarita, porque es dia de Angeles, año de 1668. Quien estima y adora a quien menos adora y estima.

Carta 20.

Oy, dia de los finados, me dieron una de su mano y letra de Vm., que pudiera resucitar a un difunto. Y cierto, que no menos remedio me diera atrevimiento a tomar la pluma, pero sufragios

de su mano desbanecen las penas que ocasiona la del medico. Yo llebé mui larga la carrera de mi enfermedad, porque tropecé dos veces, y casi casi di en la tumba de ocicos. Y no me oian mas que « donde estás, señora mia, que no te duele mi mal » ; no hay sino perdonarme la dilacion del aviso ; que yo tambien he perdonado al portador la de la carta de mi prima. Y cierto que se le conoce al padre Recoleto que camina descalzo, porque ha tardado quince dias en dar la carta ; pero paciencia, que mas ha tardado la mia. En Madrid estube, hoy hace ocho dias, y tube impulsos de ir a ver a mi prima a Toledo ; pero el no estar bien seguro en la salud (y no sé si en la honra), me atajó la jornada. Avisame de la vida de nuestra prima, que me deve tan poco que ni aun su casa sé. Y a Dios, que te guarde ; oy, dia de los que son medicos, 2 de Noviembre de 1668. El mas humilde combaleciente, Leon.

Carta 21.

Hija y prima mia : Quando esperaba lagrimas en consecuencia de mi enfermedad, veo que te pones a sustentar duelos en año que tiene el pan tan crecido precio, pero asi vinieran los trigos. Hasta hoy te tenia por dueño mio, pero aora me dan tentaciones de ser tu dueño, y mandarte (aunque te mortifique tu voluntad) que me quieras en virtud de santa obediencia. Pues quando no tengo un cariño con que persignarme, me haces fieros ; y presumia yo tener contigo los hijos hermosos a tiempos, y lo que mudas las esperanzas, pues quanto mas verdes, se miran marchitas a la montaraz condicion de una prima. Y yo, llorar que llorarás, sin esperar enjugar mi llanto hasta que te vea en la puerta de Santa Fee, y te dé mas besos que tienes discreciones : que esto solo parece encarecimiento. Bien sé que tu recato me pondrá dificultades ; pero sirba de disculpa el que un hombre con colera no repara, y yo estoy colerico y enamorado. O si fueran verdades los sueños ! A Dios, hasta que te coja donde sueño. Alcalá, y Noviembre 16 de 1668. Tu marido.

Carta 22.

Valgame Dios, que pocos cumplimientos se gastan entre marido y muger! Yo, prima mia, devo de estar mui casado contigo, porque no gasto cumplimientos ni obligaciones de matrimonio ; pero por eso soy tan buen marido. Aqui leyo Cornelio Alapide (tan grandisimo cornudo!) ; mio es el pensamiento, hija mia. Por que piensas que al Amor le pintan ciego ? Yo decia que se haga desentendido de lo que podia ver y no pudiera ignorar, y por eso dicen : que la afrenta, el que la padece es el ultimo que la sabe. Es mi desconfianza mucha, y mi honra ninguna ; por eso te quisiera tener siempre a mi lado, porque presumo que eres costilla de muchos Adanes. Prima mia, en aguinaldo te pido el perdon de haberme una ausencia diborciado de tus cartas, y no haverte dado estas Navidades villancicos a la mano. Pero estube tomado para palacio, y me han hecho hacer ocho quatros para Navidad, y quatro para Reyes ; y en ambas fiestas tengo hechos los negros : este color me tira desde que te conoci las xacaras y uno de los colores. Pero yo te los embiaré quando los reciva, que será mañana miercoles ; esos son los que cantaron anoche en Alcalá. Ay, no tengo mas que uno de todos los demas ! Puedes hablar bien, pero has de adivinar mis coplas, porque te tenga alguna costa el hablar mal de tu primo. No me olvido de que me mandaste te escribiese en verso, pero yo te obedeceré el correo pasado : que me huelgo de verte tan antojadiza por lo que supone. No tengo que embiarte sino muchisimos besos ; si no los quisieres recivir, repartelos entre las criadas : que enseñado estoy a travajos, y a que mis vesos consientas se den a criadas, sean las de fregar, porque tengo una lengua de estropajo ! Y a Dios, que te dé mui felices y repetidas pasquas. Oy, martes, primero de Diziembre de 1668. Tu mas venturoso chulo. Vuelvote a decir que adibines qual de esos es mi villancico, y te daré un beso. Por amor de Dios que aciertes !

Carta 23.

Prima y señora mia : Con decir que tu carta me la remitio mi criado a Madrid donde estoy pretendiente, te respondo a la queja que puede haver motivado la dilacion. Digo, dueño mio, que yo, por la antiguedad del grado de maestro, entraba en la racion de prevendado en Alcalá por uno que moria en Diciembre, mes de la Unibersidad ; y mi desgracia dispuso que muriese el ultimo dia de Diziembre, despues de las doce de la noche un quarto de hora. De forma que, por un quarto de hora, perdi la prevenda : desgracia que la atribuio a ser poeta ; infelicidad que no ha sucedido desde que tiene piedras la Unibersidad, el que por un quarto de hora diese en el mes del arzobispo. Con el es mi pretension, y la tengo tan desauciada como el que murio : *requiescat in pace*. Y porque no se pierda todo, digo, respondo a tu carta : que por divina te habia de dar doscientos (digo besos), y habia yo de ser el verdugo para darte los dos primeros mui recios y mui apretados, y los demas como los dos primeros ; pero todo esto no es mas que pintar como querer. Digo que el primero villancico era mio, pero el de los esdrujulos y los demas no lo eran, aunque lo parecian en lo malo ; eran de un canonigo que es prevendado en Alcalá. En quanto a los quatro villancicos que escribi para la Capilla Real en la Navidad, y los quatro que remiti para los Reyes, el maestro de capilla por acomodar su solfa me mudó los estrivillos y me quitó coplas ; cosa que lo senti de forma, que le embié noramala en cortesia con que no me remitio quadernos. Yo hice xacaras en ambas fiestas, negros y gallego, y uno de los colores. Si llegaren por allá, no atribuias a otro mis yerros. Tambien quiero que sepas que valiendome Madrid para mi pretension del secretario Villararan, que tiene dos hijas monjas en Alcalá donde está edificando un convento, me pidio que le hiciese para la fiesta del dia de san Anton un sermon burlesco (peticion que negué a sus hijas), y no tube alientos para no obedecerle.

Lo que te puedo asegurar es : que le he hecho en la posada de la Corte con la desazon de estar sin ninguna esperanza de mi pretension, y solo quiero que me agradezcas el que hize segundo traslado, para que le corrijas ; que a no tener pereza en trasladar mis obras, mas de quatro te fueran a visitar por el correo ; pero a mi lo que mas me pesa es la pluma. Otrosi, supe el otro dia que me vine de Madrid, que prendieron al doctor D. Diego Ortiz por la Inquisicion, porque le atribuian unas coplas que salieron contra el Confesor. O que mal hace estando tan ajado despertar los riesgos ! yo crey que los años le havian pacido los verdores, pero hoy se está tan verde, que es una lechuga con manto y sotana. Dios le alumbre, y a mi no me olvide ! En quanto al sermon, advierto que el thema del latin macarronico es uno de los muchos que una monja ignorante del mismo convento acostumbra a decir, de suerte que la llaman dentro y fuera de el, lo que la natura da, etc. ; y por eso, me vali de su ignorancia para tener con el exemplo disculpa en las mias, pero dirá mi prima : « Buenas cosas tiene un Leon » ; yo le perdono, porque Dios me perdone y me guarde lo que fuere servido. Alcalá, 7 de Enero de 1669.

Yo, prima, tengo empeñado
al cardenal D. Pasqual ;
Y teniendo un cardenal,
soy el menos señalado.

Carta veinte y quatro.

Prima y dueño mio : Que adolezca de los oydos quien mata con los ojos, es pagar justos por pecadores, y cierto que presumia que vivias tan sin achaques de humana, que ni aun el mal havia llegado a tus oydos. Aora te puedes enseñar a dolerte de los rendidos, pues te enseña el padecer ; pero siento que haces de mis rendimientos y finezas lo que de tus achaques : que por un oydo se entran y por otro se salen. De donde infiero que tu tienes

el achaque, y yo padezco el dolor; y hacer donaire de mis finezas, digo firmeza, es burlarte de las flechas, o tener el corazon de diamante. Contentate con ser Margarita, y no te pases a ser piedra en quien la dureza es sin segunda. Si yo pudiera hacer fuga de tus donaires, diera otra victoria mas a tus ojos; pero en vano huye del arco quien lleva clavada en el corazon la flecha, y declarandote mi afecto mui de veras, lo tomas como de burlas. De donde infiero que entre burlas y veras eres una ingrata. Sin haver conocido el correspondido amor, y a no tener esperanza que de tu enmienda se ha de labrar mi dicha, te recusaran el pleito que sigue mi amor en la audiencia de tus ojos alguaciles que prenden en sagrado. Prima mia, merezca yo en respuesta de esta dos dozenas de favores, o por lo menos sean veinte y quatro; que yo sé que te quedará el brazo sano, aunque no los oydos. Aqui me han empeñado en hacer para el santo Christo de la Esperanza esa troba y ese romance de retruecanos, porque lo embiaron a pedir en esa conformidad para el domingo de Ramos. Yo no he querido mudar de metro porque no digan que es huir la dificultad; y quien yerra obedeciendo, con disculpa yerra. Ay te embio los borradores, porque yo nunca los guardo; que si tengo algun acierto, es la desconfianza de los versos que escribo. Y mira, hija mia, que no desconfio en los favores de tu carta, pero si en los borrones de esos versos. A Dios, dueño mio, que te guarde con mejor nueba de tu salud, para que yo la tenga. De esta tuia, oy, 9 de Marzo de 1669. — Quien estima tus favores mas que el mes de Abril sus flores.

Carta 25.

Prima mia: De quien habla bien de todos los versos es sospechosa la censura; digolo porque tu encareces mis poesias, y son mui pocas las que me salen razonables. Hago este reparo para no ignorar con las lisonjas que entra la romana de tu dictamen en apoiar mis borrones.

Sin duda me tiene mi prima por hombre, que pongo buen rostro a la alabanza, y puedo asegurar que no la he tomado una mano. Hija mia, como las lisonjas no tienen espinas se oien bien, y por eso el aplauso, aunque sea bastardo, no hace yngratos (dichoso vicio!). Bien haias tu! por tres singulares prendas, vives libre de que los aplausos te suenen a lisonjas. Pareceme que la carta pasada me la escribiste, no con pluma, sino con saeta, porque me hiciste sangre; de lo qual infiero que me hablabas con pocas razones y mucho semblante. Desde que has dado en ser informante de mis razones, estás insufrible, y si no mudas de condicion, no te puedo serbir. Dices, y dices bien: que lo que es obligacion, no se ha de llamar obsequio; y cierto que te escusaras de la sutil formalidad, si atendieras a mi buena voluntad, y te dolieras de mi mal entendimiento, porque no es razon que mi ignorancia heche a perder mi cariño; y otra vez no atiendas a lo que te digo, sino a lo que te quiero. De ay, culpa mia, fuera no tener amor a tus ilustres perfecciones; pero no tener discurso para ponderarlas no es culpa mia. Atiende a la retorica de mi corazon, y no a las necias palabras de mi pluma, para que sepas disimular un defecto leve por una firmeza firme. Y de esa suerte me diras como si acertara errando, nunca he dudado que el adorarte no es obsequio sino obligacion; y que a no cumplirla, me pudieras poner delante del corregidor. Y a saber yo que mi carcel havia de ser la clausura de tu celda, me hiciera dichoso complice para tener por amparo el riesgo. Y a Dios que te guarde, hasta que yo haga en tu papel cartas, pues tu haces en el mio pruebas de esta tuia, porque estoy meando. Oy, martes, y Marzo 22 de 1669. Quien para ser cruel Leon, le falta tu condicion, señora doña prima, y no hay otra cosa.

Carta 26.

Prima y dueño mio: No sé con que conciencia lebantas testimonios a mi voluntad: pues sabiendo tu que no tengo mas dama que la Margarita, te enojas de que haga memorias olvidadizas de

otra dama, y no adviertes que es yra y no cariño. Nada siento mas que una purga, y tras todo es preciso tomarla en boca algunas veces, porque es preciso, no porque es antojo ni gusto. Y puedes creerme, que si tu me quisieras la decima parte de lo que yo te adoro, me tubiera por hombre mas dichoso de quantos rinden adoraciones en las aras de Venus; y persuadete a que para mi tu discrecion y tu hermosura te han hecho amable, y me pesa que la clausura no te haga algunos ratos odible. Vida mia, no tomes la palabra por donde quema; basta que la tomes por donde calienta. Si tu no fueras tan discreta, pudiera yo pensar alguna vez que me hicieras en favor; pero el no merecer vive mui lejos del conseguir. Por eso, la ausencia aun no me permite la cortesana conversacion de tus rendimientos, que te aseguro tengo los oydos mui golosos en oyendo a discretas. Siempre he traido el amor a sombra de tejados, porque nunca merezco ver al sol que adoro; y si no te estubiera viendo con las memorias que son los ojos de lo que se mira ausente, no, no viviera en la cama ni fuera de ella. Pero pienso que tu tienes ociosa la memoria para con tu primo, y lo infiero de que el desden es muy mala nacardina. No quisiera sino que supieras lo que es ser esclaba del amor, aunque el clavo que tu me le hechaste, te le clavara yo, que todo se quedaba en casa. Quando será aquel dia que me escribas cariñosa, para que persuada a que tengo una prima de carne? Que hasta aqui ha sido de marmol para mis cariños, y de marfil para mis sienes, cuerno por si fuere verdad. Pero esto es hablar; que yo tengo a mi prima por angel, y las que hacen ofensas al talamo son mugeres de la ultima plebe; y pues que te elegi por angel mio, de esta tuia, y Marzo 24 de 1669.

Que te adoro, prima bella,
dirá el alma que te di;
y si no me crees a mi,
preguntaselo tu a ella.

Prima mia y dueño, y otras muchas cosas.

Carta 27.

En sabiendo el dueño mio que acabo de llegar de Madrid de las fiestas de San Isidro, templara el enojo que tendran fulminado sus yras contra quien no se resiste; y soi tan dichoso que apenas entré en casa, quando me dieron la carta. Ha glorias! Y la fui leyendo con que tubo muchos descansos la escalera; y son la discrecion y donaires de mi morena. Cierto, vida mia, que no sabia yo besar papeles hasta que mereci tus cartas tan gustosamente recividas; que algunas pudiera decir de memoria donde vivirá siempre, aunque pese a la distancia que no hay ausencia que ympida los abrazos a el deseo ni al pensamiento la conversacion. O muchas veces dichosa el alma que merece tus memorias! Dime, gitana mia, pues hechizas los corazones, no haras que pueda yo verte con alguno de tus hechizos? Aora anatema de no escribirme, quedarle a el desesperado un cordel, no es dadiba de buena sangre, pues bien puede dormir la voluntad, y volar la pluma acia Alcalá. Asi guarde el cielo a mi prima infinitos años; oy, 27 de Abril de 1670. Siempre de Vm. Q. S. M. B.

Carta 28.

Las noticias que me dio su carta de Vm. de su salud fueron gustosamente recividas, prueba de que eran bien deseadas. Y porque ocultar los sucesos a quien tiene los influjos es especie de ingratitud, por si Vm. no le ha detenido, le doy aviso como de orden de nuestro tio, me escribieron esa carta. Y segun lo que se infiere de ella, me queria hacer canonigo (gran bocado!) de dos cientos ducados (como quien no dice nada!). Y porque mi señora prima no piense que la canongia es en Toledo, ni en Burgos, era en San Martin de Linis. Confieso que a el principio ygnoraba que tal lugar huviese en el mundo, con tener algunas noticias del mapa y saber adonde tira las lineas. Pero informandome de un

estudiante montañés, me respondio lo siguiente : « Yo, señor, por mi desgracia naci media legua de ese lugar, que está en lo mas fragoso de la Montaña, donde hay mas jabalies que personas, salvo que tienen mejor aspecto que las mugeres los jabalies. » Conque resolvi, antes que ir a ser canonigo a la Montaña, ser primero cura de el Pardo. Prima mia, bien conozco que Vm. influie en mis conveniencias, pero siembra en mala tierra. No dudo que en medio de su silencio gasta sus intercesiones en mis utilidades, y que a semejanza del relox sabe discretamente mober la mano para que llegue la hora de dar el veneficio del tiempo. Pero nuestro tio es relox de sol que apunta y no da. Ya yo respondi al secretario agradeciendole la honra, y omitiendo la conbeniencia con carta para su Ylustrisima, agradeciendole cortesanamente la memoria que tiene de favorecerme, lebantandole la liberalidad a las estrellas (y es la verdad que se lebantó) sin darme por entendido que es Vm. quien me favorece. Porque con esa maña viene la carta del secretario, y la mia fue con cortés agradecimiento: porque ser ingrato fuera culpa mia, como el ser escaso la será de su Ylustrisima. Y porque en fin, de pretendientes todos son buenos, pero de obligados pocos saben ser agradecidos; y yo no quiero mas veneficios que las memorias de mi prima, a quien me guarde Dios felices años. Alcalá, y Abril 29 de 1670. El primo mas favorecido de Vm. Q. S. M. B.

Carta 29.

Prima mia : Yo quisiera que Vm. gastara los cuidados en su salud y no en mis conveniencias. Pues para mi la de mas feliz logro será el verla segura de sus achaques, ya que los de vuestro tio son incurables, y de por vida ; y mas quando no falta a Vm. discrecion para conocer lo mucho en que se empeña, y lo poco que yo merezco. Sea Vm. como la diosa Diana, a quien la razon mas fuerte que la mobio a ser casta fue: que no queria hacer favorecidos, por no criar ingratos. Esto es lo que me quiere dar a

entender mi prima en su carta, pero yo pienso otra cosa. Mejor lo discurria mi tio (o miseria humana !) en querer darme cura en las montañas de Burgos. Como si ignorara ninguno que la patria de los Leones es la Hircania; honrandome con hacerme canonigo de su monte, y prevendado de estraza. Prima mia, pareceme, que ninguno fuera santo si huviera de ser canonizado por nuestro tio. Hame dado que pensar, si quando escribio mi prima a su Ylustrisima le dijo que me favoreciese, o que me castigase; porque sus demostraciones son hijas de la segunda clausula, si ya no es que mide el premio con mi insuficiencia, y no con las prendas de quien intercede. Sea lo que dispusiere la fortuna ; no me podrá quitar que he merecido las intercesiones, que pudieran embidiarme los demas meritos. Prima mia, basta intentarlo Vm. ; no se desvele en mi provecho, solicitandome honras, pues ya sabe que honras y provechos, etc., y yo estaré con presunciones de honrado, si en medio de su solicitud, se acuerda de mandarme Vm., a quien guarde Dios felices años. Alcalá, y Mayo 9 de 1670. De Vm. que mas le estima y venera.

Carta 30.

Prima y señora mia, (mia dige ? en buena hora lo miento !) : que me haias declarado el estado de aquel angel porque a mi me havian informado, y era de otra gerarquia; y es preciso que mis cuidados sean dos, quando me aseguras que el tuio no es mas de uno. Volvio el Victorio de esa ciudad y me ha dado en galantear (mas si presume que soy facil y varato); lo que te aseguro es : que por si lleban malicia sus preguntas, pongo grandisimo cuidado en las respuestas, y concluiendo siempre que se endulza la conversacion con Margarita, que no me has escrito muchos dias ha. Y que solo lo haces quando se ofrece zelebrar con versos alguna de las festividades de Santa Fee ; y que solo ese motivo te obliga a tomar la pluma para favorecerme, mandandome. Y lo que inquieta es, que el santo Victorio oye con gusto tus des-

denes en caveza de otro, y hace del satisfecho con ademanes de favorecido. Yo, prima mia, no creo, porque sobre considerarle fraile (que es asco verle en camisa) doy mas credito a lo que me aseguras, que a lo que el me finge. Olgaréme saber si te merecio hablar quando estubo por San Juan en Toledo; porque el lo da a entender, aunque no lo dice. Y pasando a los toros que se apedrearon en Meco (que no es salir de la materia ni mudar conversacion, el hablar de toros), sabras que pasando por las gradas de San Felipe en Madrid, oy en boca de tres ciegos la relacion de mi pasado naufragio. Y dige, riyendome por de dentro: relacion de palos preciso era que parase en ciegos; y de la prisa con que los vendian, solo puede ser encarecimiento la prisa con que los daban los de Meco. Yo no discurro el camino de haver dado mi umo de ojos en quien no los tiene. Asegurote, que mas mortificado no me he visto en mi vida, con llevar en la relacion calada la visera de no conocido. Pero diome horror el que hiciesen a mis costillas remembranza de la canela; que no quise poner los pies en la plazuela de la Leña, ni pasar por la calle de la Madera, y cierto que remaba pasar por la Ynclusa, porque temia que diesen sobre mis espaldas todos los niños de la piedra. Y porque no te parezca encarecimiento de los pedreros de Meco, hombres huvo en el villanage, que no teniendome cantos que tirar, se sacaron las piedras de las vegigas para apedrearnos. Y lo de matar con una piedra dos paxaros, hasta que vi los de Meco lo tuve por dificultoso; y para prueba de todo, en mi presencia le dieron al mesonero un balazo, con que no le tubo la muerte de costa ni un suspiro, y le hallaron con el canto en la mano; y cierto que no tenia traza de ser un San Geronimo. Pero esta especie de villanos, el Christo con que mueren es la piedra en la mano; y en aquel adagio que dice: que qualquiera tiene su piedra en el rollo, deven ser exceptuados los de Meco, porque solo ellos la tienen en las manos. Y lo mas penoso es que este linage de villania se introduce en los mas esclarecidos linages. Quien me digera a mi, que tu me havias de dar pedrada? Quien, que escon-

dias tal traicion? Buena la hubiera hecho si mi natural no hallara el consuelo a folio primero! Pero quedate con Dios, que ya sabes que soy tuio, y sé que no puedes decir otra fineza por mudable y por tirana y por...; pero esto solo quiero dejar en silencio por quien soy, y por quien eres. Alcalá, y Julio 8 de 1670. Tu esclabo a longe y tu primo fuera del quarto grado.

Carta 31.

Prima y señora mia: A causa de haber estado en los toros de Madrid, de donde llegué hoy, viernes, al amanecer, ambriento de sueño y desganado de comer: que ambos efectos se originan de los inmensos calores. Que aunque dicen que el ver fiestas en la Corte es gloria con mucho purgatorio y penalidad, que ni aun los reyes tienen bula de preserbacion. Yo si, que la tengo en la carta de mi prima alibio con que me he cobrado de la mala noche de el coche de camino. Al buen ayre de sus discreciones bolbiera en si el mas abochornado escudero; y no digo amante, por no hacer mal casados, y porque la futura posesion de marido aun no pienso que se me ha vinculado. Y dado caso que sea vinculo (termino es que no lo estraña el matrimonio), seran tantos los llamados, que antes me encontrará la muerte que el casamiento, aunque en sentir de un discreto todo es uno. No ignoro que hablaria de las bodas que hace el interes y no el cariño: que este es el mejor casamiento. Aqui me parece, que oygo a mi prima decir: que devo de haber llegado a mi casa tan cansado y rendido como amante. Y si tengo de hablar verdad, estoy mas para dormir que para ser nobio. porque a la hora de esta no sé si sueño o escribo. Heme alegrado que nuestro patron se celebrase, y que Vm. quedase gustosa como me dice en la suia descontando en la relacion la tarea de las lisonjas. Y en quanto a la comedia que Vm. me dice, yo responderé en despertando. porque aora la que represento es *la Vida es sueño*. Y a Dios, prima, que con mugeres casadas no ha de ser larga la correspondencia; porque dicen que

el onceno mandamiento es no estorbar la muger de tu proximo, y ya es fuerza, que es tiempo de havas. Que te juro de no valerme de lo de comisario y de poner perpetuo silencio a la venera, solo porque dispongas que nos veamos una noche aunque sea tarde, porque gusto de cogerte acostada: que no hay gloria para gozar a las damas sin cascara, y quitarle las perlas a la Margarita. Oyes, mi vida: tirame de la manga quando vieres que me paso de la raya, porque tus abugetas han obrado todo lo que tu quisieras; pues como las traygo donde tu sabes, me dan unos crecimientos (aunque sin calentura), y de estos achaques solamente es la cura quien es la enfermedad. A ti te lo digo, prima, entiendelo, Margarita, y no seas esquiva; que a verte yo en el aprieto que tu me tienes, te cubriera caritativo, pero no te devo un cariño; que parece que no te han quedado requiebros en que persinarte. Las colomas me las embias sin pedirtelas, y los cariños me los niegas pidiendotelos; hasta quando has de ser enigma? Y por vida de los dos, que no te he pedido unos besos porque temo que me los has de negar, y solo aguardo que me los des porque no los pido. Dueño mio, la comedia la tiene Vallejo, que es el autor de la compañia que la representó. Y en mi poder solo está el borrador, tan confuso, que es imposible unirlo por señas; que en tus sobrescritos hay escritos versos de ella: que las influencias de tu discrecion tienen lucimientos del rayo, que alumbran mas quanto mas se apartan de su cielo; aora se ha de imprimir y te la remitiré. El maestro de capilla de esa santa yglesia me ha escrito, pidiendome letras para el Corpus y Navidad. Como alquiles de casa en dos plazos, yo estoy escribiendo para las tablas de Madrid, y solo para el empeño de mi morena haré treguas. Avisame que te falta para tu fiesta, pues ya sabes que soy unico para faltas. Yo te vea con ellas, y a Dios, dueño mio, que te guarde de todos, sino de mi. Oy, viernes, 29 de Mayo de 1669. Tu quillotro.

Carta 32.

Digo, señora mia, que no ignoro que la cortesia es el esmalte de la nobleza, pero hay lances en que es grosera la cortesia. Doctrina es muy sentada en las escuelas del amor; y a prevenir yo la opinion tan singular de mi señora prima, me hubiera escusado el argumento tan repetido en nuestra correspondencia, propuesta que la dama mas uraña la hubiera concedido sin dificultad. Pero a la que nacio ingratona, solo me toca querer adivinarla. Mas si fuera adivino sin oficio a las estrellas, y anulara los destinos, prevenir los desdenes de una dama no es evitarlos. Yo bien sabia, que donde no hay meritos estan violentos los favores; y si a los de Vm. aspiraba enamorado, era en la confianza de que dicen que la fortuna es ciega y por dar a otro, podria darme a mi. Y lo infiero del melindre de mi señora prima, y del juicio amoroso mio (si es que hay juicio con amor); es que el querer mas o menos fino está en mi mano y en la de Vm. el ser dichoso o desdichado. No será dificultoso adivinar lo mas cierto, viendo a Vm. mas desdeñosa como esteril de finezas. Ello es cierto, que el cariño limitado no es cariño: amor que se viste de apariencias cortesanas no tiene mas que parecer amor. A quien no le pasa la flecha del vestido, quiere ser amante y no acierta a serlo. Sea geroglifico de lo que digo esa cruz roja que trae Vm. al pecho, que parece que sale la sangre con que se esmalta del corazon; y nunca ha tenido el corazon mas libre, ni el pecho mas ocioso a los arpones de la aljaba. El laurel se pasea libre del rayo por la region de el ayre, pero vive con la nota de ingrato, porque huye las caricias de los ardores del Sol. No sé si me entiende Vm., señora Daphne; que me reconviene en cada correo con el malogrado amor de Luisa, sabiendo que para mi, ni hay Luisa ni amor. Afecto que nacio de su desden o de su mudanza: si nacio de su desden, confesaré mi desgracia; si de su mudanza, la tendré lastima. Pues siendo dios el amor, quien es ingrato hace

un delito con resavios de sacrilego; y quien tiene este conocimiento, siempre hiciera lo mejor. Y crea mi señora prima, que a tener otro huesped en mi pecho no me huviera consagrado en sus aras de ser holocausto, y arder en la lumbre de mis ojos hasta que no me miren ayrados los de Vm. A quien pido me perdone la dilacion de este correo, que por haver estado en unas fiestas de toros (a la que me encomendé mui de veras quando estube malo), no respondi, fiado en que me admitiera la disculpa: porque unos son devotos de toros, y otros son toros de devotos; no sé de que gerarquia me hizo Dios, que guarde a Vm. como ha menester este su señor primo. Alcalá, y Julio 2 de 1669.

Margarita por hallarte
mas amante que cortés,
quisiera ser primo tuio,
mas no de vuesa merced.

Carta 33.

Prima mia: Confieso a tus repetidas cartas el alivio de mi enfermedad, y confieso que se havian de dar en las boticas por quintas esencias tu discrecion para los dolientes (que no seran pocos los que enfermen de tus cariños). Prima mia, no he apetecido mas que tus cartas, y la estafeta me ha cumplido los antojos; por lo que estoy con mas animos, y las ganas, haviendo cumplido tres faltas (salgo que no estoy preñado), siempre haciendo conmemoracion de mi prima en los suspiros. Cierto que me has pintado los toros con tan lindo aire que tuve tentaciones de (a fuer de comisario) llamar un familiar que me pusiese en Toledo en dos horas; y creiendo que estarias ocupada en el ordinario exercicio de las redes, mudé de intento. Como si yo huviera de entrarme sin llamar, pierde el susto; que quando vaia, no abriré la puerta sin toser, ni sin decir que soy cabro. Hija mia, los toricantanos como misacantanos, que son los que cantan toros, la primera vez me han hecho cosquillas. Pero soy devoto, y no qui-

siera hacer satira a los cuernos, que de los hombres hace Dios los toros ; ya tu los habras visto por el oydo, pues el ruido no se niega a la cercania de tus visitas. Si me cogieran con robusta vena, yo las hiciera un panegirico sin poner ni quitar porque el alma sobre todo, y el cuerpo sobre mi prima. Pero aun no es tarde, ni lo será para serbir a la morena de mis ojos, a quien guarde Dios felices años. Alcalá, 27 de Agosto de 1669. Tu menor marido.

Carta 34.

Prima mia : Menos penosa es la soledad de mi convalecencia, porque me asisten tus cartas, que son las mas deseadas visitas. Pues sobre ser discretas, no me replican en la conversacion que tengo con ellas ; pues para ser brebes las horas, me ando de carta en carta como tu de frayle en frayle, que de flor en flor. Hija mia, yo no he dado noticias a D. Francisco Benito, ni la llebó de acá el administrador, o alguna santa religiosa le daria el aviso para lograr la dicha que yo le embidio. Es un mozo de fresca chanza, de buen gusto, y de florido ingenio, y no se pierde el tiempo que con el se gasta, y pintará la fiesta si lo ha dicho ; porque tambien hace sus versos, tapado de medio ojo, y no de mal aire. Yo tengo la vena tan azabalada a sangrias como zapatos de verano, y lo malo es que tu me tienes la honra hecha un gigote en el tajon de los zelos. Desde que eres provisora, haces mas que tratar en carneros (Ai, quien fuera el Fenix para ser solo !) Aora me acuerdo de quando tenia las tercianas : que me solian dar unas calenturas como un toro, y haciendo misterio del caso, conozco que asi te devia la comparacion. No me dices nada del Padre Mercenario, digo del Trinitario ; que de dos, la una nadie la hierra. Yo te suplico que lo quieras mucho ; mira, que los que honran a los padres viven infinitos años, y no dejes de rendirte a sus ruegos : porque el corazon que no se ablanda, mas nacio para muro que para corazon amante. Y no te extrañe que te dé estos consejos ; que desde que estoy doliente, todo soy lastima y

vivo muchos ratos en juzgar por mi corazon el ageno. Y veo que diras que es flogedad de la honra, pero yo la perdi muchos dias ha, y antes me limpié de honra que de calentura. Dios te libre de ellas, y te guarde mas que a el pajaro gitano, por no decir de Egipto. De esta tuia, hoy 3 de Septiembre de 1669. Tu mas rendido esqueleto y algo mas.

Carta 35.

Prima mia : Cierto que me pesa (que me pesa) que seas tan discreta : pues aunque se desempeña mi voluntad con lo que te estima, se embaraza mi corto discurso (si acaso tengo alguno) en responder a tus cortesanas clausulas ; y quisiera que fueras discreta, solo para el gasto de tu marido ; pero no hay discreto ni hombre de buen gusto no le logre con mi prima (mal haya gracia que sirve de peligro !). Yo no dudo de tu ley, y que eres conmigo tan fina como la margarita ; asi lo sienten los lapidarios, y yo no lo ignoro. Pero de tus muchos meritos se engendran mis desconfianzas, y concediendote finezas, solo encuentro recelos : porque la red se hizo para coger palomas, y suelen caer las tortolillas viudas. Mira, prima mia, bien fio de tus discreciones que no ignoras las monedas que corren dentro del talego de un locutorio, y que sabras distinguir los chanflones, que entre las luces de tus ojos quieren pasar muestras de preciosos metales (que ya es maña antigua de los chanflones pasar entre dos luces). Pero a mi temor sabrale conocer que tus prendas son tan amables, que son de todos apetecidas ; y como dijo un cortesano en Alcalá : vive Leon, y Margarita en Toledo : el ausente, ella muger ; arto os he dicho : miradlo. O mal huviese las coplas y en fin, la letra mal haya ! que hiriendome en el oydo hace la herida en el alma. Dueño mio, ya se te han olvidado los requiebros tan pretendidos de mi afecto. Sentiré que los gastes con el padre de la victoria, y siento que no será el solo, porque para deidades grandes, sola victoria no es mucha. Y quando contemplo que me haces cosquillas

para pintarte las fiestas de toros, no quisiera mentar la soga : porque quien tiene cuernos de bidrio, etc. Ya habras sabido la relacion de la fiesta que prometio D. Francisco Benito ; que a no ser conocido, ya mi pluma se huviera dado a entender con las circunstancias que tengo de mi morena. Pero será desden de mi musa no dejar que corra sin competencia la de un amigo; pues será dicha que sean sus versos solos, ya que no unicos. De todo me avisará mi prima, a quien me guarde Dios para coronar a sus primos con la guirnalda del galan de Europa. Hoy martes, 27 de Septiembre de 1669 : Tu menor primo.

Carta 36.

Señora mia : Anoche, onze del corriente, llegué a esta Villa, de quarenta dias de ausencia de las montañas de Burgos, motivandome a tan precisa jornada el punto de unas pruebas de hidalguia de un pariente mio ; que hallandose enfermo, por no dejar el alcalde de los hijos dalgo sin persona que le asistiese, fui consorte de su peregrinacion. Y mereci en Burgos las honras del señor D. Enrique de Peralta, su arzobispo, que por colegial que fue de mi colegio, me hizo señalados favores. Dieronme, luego que llegué, dos cartas de Vm. en que muestra su justo enojo ; pues no es disculpa faltar de Alcalá para escribir desde Valladolid y Burgos, aunque fue tan de paso, que en parte pudo embarazar la brebedad ; y no dudo que escribiera, sino juzgara a Vm. tan dentro de la queja de la carta de marras. El termino no es mui cortesano, pero es significativo ; y finalmente sirbame de penitencia para haver purgado lo que ha desazonado a Vm. las asperezas de la montaña, y sobre todo las montañas que crian los jarales y breñas donde las mugeres aran. Yo prometo dar a Vm. quenta para otro correo, que este no permite ser largo. Dios guarde a Vm. muchos años. Alcalá, 12 de Noviembre de 1669. De Vm. siempre el permanente.

Carta 37.

Prima y señora mia : La mejor nueba que yo podia desear, me dio Vm. con el aviso de su mejoria. Bien conozco que mis cartas la sirben de ningun alivio, pues mi estrella desbanece lo que mi voluntad desea. Tambien lo atribuio a una melancolia que tengo mas que razonable : accidente que le padezco sin saber la mano que me le embia. Y paso sufriendo, pues que no me toca escudriñar las curiosidades de las influencias del cielo, espero las mejorias de mis melancolicos caprichos para serbir a su enfermedad, sino con mas acierto, con menos tristeza. Cierto que me asustó Vm. con la enorabuena del veneficio que me da, y que yo no tengo ni he pretendido ; y sino mireme todo, por vida mia, que como el aviso venia sin haver havido fundamento, crei que mi señora prima tenia principios de delirio nacido de su enfermedad. Y por si es veneficio que ignoro que le tengo, avisemelo o permita que la embie poder para que sirban sus frutos a los alfileres de mi prima (y advirtiendo que no es soborno). Pues no te doy nada en ofrecer lo que sabe mi prima que gozo, y a mi no me falta mas que saber que lo poseo. A Dios, angel. Alcalá, y Diciembre 17 de 1669. El veneficiado sin saberlo, y el desgraciado saviendolo.

Carta 38.

Mis afectos, prima y señora, mas que la ceremonia del tiempo me egecutan en la obligacion para desear que Vm. tenga mui repetidas pascuas en los puestos religiosos que merecen sus prendas. Pues a ser sus años tantos como sus meritos, estubiera siempre ocupando las mas autorizadas dignidades de su real Convento ; pues a sus acertados consejos se deverá siempre el lauro en las resoluciones de la primera estimacion y de la maior importancia. Y quien habla con la experiencia de oir tan repetidamente sus discreciones, será testigo que no podrá morderle la embidia, ni tacharle la emulacion. Y siento que su corta salud

tenga tan singulares prendas. Espero en Dios, nuestro Señor, sea la mejoria como Vm. busca, y pedimos sus serbidores a el cielo que guarde a Vm. con mejor salud y muchas felicidades. Alcalá, y Diziembre 29 de 1669. El de Vm. siempre.

Carta 39.

Prima y dueño mio : El dia mas gustoso de Santiago que tendré en mi vida me dio tu carta, con hallarme sangrado dos veces a causa de estar con tercianas desde el dia que remiti los versos, que fue la primera. Y se embrabecio de suerte que en tres dias me hize dos sangrias ; y ha sido Dios servido, que se ha desarmado la malicia de la calentura, pero no el ardor que vino : con el rescoldo del Jullio me desgana y me desalienta. Solo tengo el consuelo de que se han quedado sencillas, y el dia que me falta aliento, para el que viene, nada apetezco sino el beber. No deseo mas que tu bucaro de clabeles (pues no hay mas que desear). Vida mia, siento verte metida en cuidados ; pues aunque habrá quien te alibie en lo material de ellos, tu pundonor no sabrá tener ociosa la imaginacion a Padilla. Viendo que no se daba por entendido de que le havia marchitado la esperanza de los versos pedidos (que la tenia mui verde), le respondi tan claro, que a esta hora estará ya con mi carta en sal como puerco en canal. Y quando fuera mi hermano, hiciera lo mismo, fuera de que aunque es maestro de capilla, su musica ni me toca ni me tañe ; es obedecer a mi dueño. Perdoname, Margarita, que no puedo ser mas largo, ni este corto rato lo lograra contigo, a no ser el dia feriado. Yo quedo tan favorecido y gustoso con tu carta, que espero aprisa verme libre de mi mal, como es claro de mi bien, a quien me guarde Dios felices años. Oy, 26 de Diziembre de 1669.

Prima, tus cartas me dan
salud : que para un enfermo,
como las abes pechugas,
tiene tu pluma requiebros.

Carta 40.

Morena de mi corazon: porque eres la pictima con que se alegra, puedes estar satisfecha que te deseo tan felices y alegres las pasquas como para mi son tus cartas, aunque en la ultima me regateas los favores. O mal huviese el achaque que ocasionó el que no me enrriquezcas de cariños! Que de tu pico de oro todas son picas de corales o joyas de perlas, como si no vastara tu desden para atarte el brazo de la pluma, sin que consagre su venda el Dios flechero. Para que mi pluma estudie disculpas para no ser larga, alma mia, quanto tengo yo de merecer la mano, para pulsearte las amorosas arterias y saber de tus alteraciones los accidentes, antes que de tus palabras. Pero dirá mi dueño: que bobo es mi primo! si yo le pudiera dar una mano, quedara favorecido y yo vengada, y pudiera ser que le diera algo mas: que una dama con colera no repara. Ay, cielo hermoso, como tus discreciones son embeleso de mis esperanzas, y tus gitanerias hechizo hermoso de mis deseos! Pues sabiendo que no te he de gozar, me persuades a que te gozo. Digalo el gusto con que te escribo, y el regozijo con que repito las lineas que me escribes. Ya te considero de tus sangrias mas convalecida, y en albricias de la mejoria no te perdono el aguinaldo de pasquas librado en lo mas tierno de tus cariños. Pues haviendo procedido con dilatada abstinencia, fuera ya ingratitud sin segunda negarme al plato de tus ternezas. Y mas, sabiendo tu que ha dos meses que no como bocado de lo que pido, y tienes corazon de estarte sana como una manzana; no tanto por el encarecimiento de la vulgaridad, quanto por ser fruta vedada en el original parayso de tu hermosura. No quiero cansarte, porque te dé mayor para muchas noches. Las endechas estan decorosas: que lo mejor que tienen es merecer la piadosa censura de mi Margarita. Remitirélas otro correo, que este no las encuentro, y es tarde. A Dios, cielo mio, pues me has de llober favores que me cuelen hasta la camisa,

que no lo perderé por bobo. Oy, lunes de Pasqua de Resurreccion de 1670.

Vn Judas de pasqua soy,
que me deseo colgar
de la hermosa Margarita,
porque es horca de cristal.

Carta 41.

Si no fueran tan grandes las prendas que asisten a Vm., no fuera tan singular mi sentimiento, pues me ve Vm. empeñado en disimular y sufrir el motivo; porque a quien causa la pena, ni la satisfaccion ni el alivio se ha de pedir. Diceme Vm. que estoy enamorado; y a quien es la causa, no puedo negarle el efecto, ni malquistarme con el, porque fuera buscarle sentimientos al alma. Y vivo tambien aliado con mi dolor; que porque dicen que es menos comunicado, le callo y le padezco, y a vista de esta verdad bautiza Vm. con el nombre de veleydad la constancia. Pues es cierto que quien tiene perseverancia en sufrir, la tendrá en querer. Ni mi voluntad conocerá otro dueño, aunque Vm. influia en los dichosos con los favores, y suplico a Vm. lebante la censura en la que tenga mi pedazo de christiano, y conserbar esta negra honrilla de comisario del santo oficio. De esta de Vm., oy 8 de Agosto de 1670: todo de Vm. de corazon.

Carta 42.

Aunque mi confesor me manda que no hable con hermosas, no puedo dejar de hablar con mi prima. Y digame el mas escrupuloso, si el pecado dicen que es feo, el comunicar con una hermosa, como puede ser pecado? Pero diran los que cursan las escuelas de las hermosas: O si nos concluiera el maestro Leon, el fuera el mejor de los maestros! Margarita, el rendirme por hermosa es triunfo que lograrás en qualquiera que no sea ciego. Pero el triunfar con las discreciones es lauro que en lince y en

ciego le aseguras. Digalo yo, que con el genio y rostro me has cautivado dos veces, y agradezco al poeta empadronado la querella, por haber oydo a mi prima tan discreta censura: que yo he gustado mas de sus clausulas (dejo aparte que son lineas del sol de su mano) que de la gerigonza critica del apologetico. Que como es colegial de la Magdalena, muchas cosas trae de los cavellos; y es lastima que confiese que es letrado, sin decir: salvo mejor parecer. Mandame mi prima que remita la respuesta que le di; pero disculpeme el que no hize borrador, porque solo pidio recivo, y que digese no era yo su autor. Y para esta diligencia, hizo un propio; porque los calumniadores le daban el tiempo por horas, y los villancicos por adarmes; pero el se da tanta prisa, que si no le restañan la vena, se ha de coliguar. Perdonen los medicos. Hanme dicho que hizo un soneto en defensa de su inocencia, y haviendole presentado en el ayuntamiento de Cuenca, por tres veces le echaron los consonantes en la calle, y le dieron con los versos en las barbas (que no hay letrado lampiño); y está muy a pique de que le paseen con las coplas del pescuezo por los estrados y audiencias de Apolo. Pero lo que mas ha despertado las carcajadas, que es cosa de hacer reir a un pesame, es el que a un canonigo ciego de Alcalá le cogieron en un robo de tres villancicos que presentó al niño Jesus la noche de Navidad de el año de 70. Y como el letrado hace ecos con su apologetico a la borrasca del canonigo, todo es ponderar. Que por un letradillo de tres al villancico como al quarto, ha de formar queja de lo que ciegos de bien han hecho gala; y está con intento de hacerle un brazo de apologeticos (que ya sabes que los ciegos escriben a bulto). Yo le enciendo en colera, y digo no cumplirá con su obligacion, si no va a tener que ver con la muger del letrado: que siendo ciego, no es mala havilidad tener que (leer) ver, y lo mas precioso de todo es... pero no puedo decirlo, que se va la estafeta: A Dios, alma mia; oy, martes aziago para letrado y canonigo, 24 de Octubre de 1671. Quien es todo tuio y algo mas.

Carta 43.

Prima de mi vida: En fee de no hacerse mi comedia hasta los cumplimientos de años de la reyna, que es por Diziembre, dia de santo Thomas, y no haver tenido comedia nueba para santa Ana, me fui a Pastrana; y haviendo llegado, hallé un ramillete, porque las discreciones son flores del ingenio y las damas dicen tantas fraganzias como razones. Pero dirá mi prima: bueno es pedirle letras y unirse con flores; si como yo naci esclavo tuio naciera divino, no me asistiera disculpa por haver dilatado tu precepto. Pero la ausencia es madrastra de los amantes; sin duda en que yo me ausentase, influió contraria estrella, y pues eres tu mi cielo, castigalas. Pero por vida de quien me mire por sus ojos, que en la equivocacion de sus raios puedes cegarte con tus amenazas. Ayer, vispera de san Lorenzo, llegué a mi colegio de Pastrana, cazando y diciendo: os, que me quemo. Y aunque es tarde, remito las dos letras: una a la Asuncion, y otra al Trono sin estrivillo, porque no digan que son los versos urtados como la reliquia. Acuerdome que mi prima me mandó no escribiese letra por el maestro de capilla de Toledo; mas lo que dura la constancia en las Margaritas! Al fin tienen por patria al mar y por cuna las olas. Mas iva a decir, y el tiempo no permite que diga mas de que las letras no pueden ser como mi deseo. A Dios que te guarde para vice aurora del cielo Toledano! Alcalá, y Agosto 10 de 1674. La una letra va de veras, y la otra de burlas; que ya sabes que soy poeta entre burlas y veras. El primo que por ausente no puede ser obediente.

Carta 44.

Siempre dige yo que tenias ojos de bien adorada, y de mal agradecida; de esta verdad tengo tantas aprovaciones como cartas tuias. Pues en la menos cruel, apenas pronuncias un cariño

quando le anegas en rigores; que a fuerza de tu discrecion quieres que los trague yo por ternezas, y confieso que en mi vida he visto dama que con mas aliño labre sobre un desden un favor. Porque todas tres clausulas son amorosas fondo en crueles; y tienen sonido de agrado, y el metal parece que le disparan una pieza a evidencias de la saña, mas que para el triunfo de tus ojos, siendo para mis justos sentimientos la disculpa comun tu respuesta y tu decoro, pues con el callas mis ansias y apaciguas mis amorosos deseos. Dices negandote a favorecerme, que estaba mui herido de Lisis; porque, para haverme curado de su flecha tan presto y dandome por advertido, digo que he sido por milagro de la deidad de Margarita: que las deidades tienen poder para hacer marabillas. Y por si tu modestia no me pasa la disculpa, sabras, alma mia, (aprende) que suele pasar con las heridas de amor lo mismo que con las de Marte. Algunos con una estocada penetrante en dos dias se hallan fuera de la jurisdiccion del riesgo, y otros con un araño tienen que curar muchos siglos, porque tambien el amor va en encarnaduras. Aqui me parece que oygo preguntar a mi prima, con su discreta malicia llevada como siempre de la curiosidad mas que del amor: si adolezco de los primeros, o segundos harpones? Y digo que de ambos linages de flechas ha sido blanco mi corazon de Lisis. Recivi una herida mortal y divertida, o altanera me la polvoreo con el olvido, que duele mas que los polvos de Juanes. Yo hize balsamo de su desden, y se me cerró la boca de el corazon. (O si tubieras en el corazon la boca!) Quando libre y sin cicuta, diose mi prima al manejo de el harpa, y diome solo un rasguño: no porque ignora dar heridas de muerte, si porque quiso hacer examen de mis suspiros y aies, abandonando rigurosa mi alvedrio, y ocultandose, amante, a lisongear la llaga. Pues las pictimas de la pluma me regatea, y la miel rosada de el clavel de su boca me aplica en las recetas de sus cartas; y pues no hay dolor que no tenga disculpa en profanar el servicio, y me tienes herido bien y mal curado. Dime, ingrata, si no tiene mas letras un desden que un

cariño, porque hechas mano al rigor, antes que a la terneza ? Si los huvieras de cumplir, pudieras regatear mas los favores : buen fiador tienes en la clausura, para que lo prometido no tenga riesgos de executado. Y si en las esperanzas eres corta, que hicieras en las posesiones del talamo ? Mira que para prometidas, Indias de amores son pocas ; y pues no puedes hacerme los favores, porque no lo permiten las rejas, dimelos y no a manos del desden. Y pues tu fortuna me dice que te enseñe a tierna, por obedecerte y por el logro que tengo de interesar, pondré la firma que me dictare el alma, no tu curiosidad. Y advierte que es la muestra de la tela de que has de dar librea a tu carta y a tus clausulas. Y a Dios, adorado dueño mio ; oy, martes de Septiembre de 1674. El mas rendido y enamorado de su prima.

Carta 45.

Mi querida y adorada prima : No vive mas el leal que lo que quiere el doctor. Digolo porque cay en unas tercianas de haver tropezado en los melones ; que aunque no son mui rigurosas, tienen lo que bastan para ser vasallo de un medico. Que me consuela con decirme que no son de las que corren, y para ausentarme sobra que sean de las que andan. Que en mi que proceden de flema son calenturas que andan y no corren, y ruego a Dios que no sean de las que buelan, porque los enfermos buelan mas con la pluma del doctor que con las alas de la enfermedad. En el punto de letra digo, que siendo como un angel hablas con el diablo ; y es bueno que sea yo el comisario, y que tengas tu el familiar : digolo por el tal D. Fernando. Me habló tres veces sobre que le havia de hacer quatro letras por señas, que el tal Carrillo parece canonigo de faltriquera. Yo confieso que la primera vez que le vi crei que me hablaria de rodillas, hasta que conoci que el ser tan pequeño, lo tiene desde tamañito. Algunas esperanzas le di, pero con el aviso de mi dueño, se las marchitaré. Quien ausentandose de aqui no me molerá tanto,

porque siempre que me encuentra me embiste ; y si no me ve me busca, y en la conbersacion es una golondrina con gages de canonigo. Estoy en lo que me manda mi prima para no hacer los versos ; y a Dios, que disvario con la pluma mas que con la calentura : que aunque no son mas que unos ardores los que me dan, me desazonan, y no tengo mas dulces que los requiebros de mi prima, a quien guarde el cielo con mas salud que a mi. Alcalá, y Septiembre 18 de 1674. El mas dichoso enamorado que encontró la mas dichosa Margarita.

Carta 46.

Prima y señora mia : Acuerdome que Lope de Vega, que merecio estatua en el templo de los ingenios, como tu en el de la hermosura, dio fin a un soneto diciendo : « Y en fin, es la muger como sangria, — que unas veces da vida y otras mata. » Y Seneca que le prefirio en tiempo, no en discreciones, dijo : que nunca tiene el hombre mas salud que quando está enfermo ; digo yo porque se alimenta en el espiritu de aprovechados avisos. De el soneto de Lope de Vega hai tantos exemplares como hermosuras ; de la sentencia de Seneca, ay tantos testigos como dolientes. Yo que curso en una y otra escuela, aprendiendo de tus ojos a vivir con los muertos y a morir con los dolientes, estoy tan bien hallado con el mal que me ha causado mi bien, que no daré la muerte con que vivo por la vida con que muero, ni la dolencia a quien devo la salud. Y pasando de la misteriosa fiebre que me ocasionaron los soles de tus ojos, a la que yo he merecido por mis excesos, digo : que estoy mejorado, pero con mis resavios de enfermo, pues suelen darme unas calenturas errantes como estrellas ; y digo como estrellas, porque vienen con sus rayos : que no todos los dolores se hicieron para las que paren. Porque te quiero bien te quisiera ver con ellos ; pues aunque havia de dolerme verte con faldas, es lastima que tu Leon no tenga en ti succesion. O mal hayan los consonantes ! que para defenderme

de ellos, no me aprovecha haverme valido del sagrado de la prosa. Pero diras no mui bendito, si vuelbes los ojos a lo del vientre: perdoname, prima, que a los enfermos se les disimulan impertinencias. No quiero cansarte con mas, y a Dios, hasta que otro correo sea mas largo. Alcalá, y Octubre 9 de 1674. Quien adora con obras a quien solo ama de palabras.

Carta 47.

Prima mia: Recivi las cajas por los coches de Alcalá con carta de Madrid (y por lo bien que me estaba). Crey que estabas en la Corte; fuime al talon de la fecha, y di con Toledo; diciendo locura, fue de mi deseo. Pero no es mucho que yo haga las locuras, si las hace mi prima; pues son locuras de quatro costados (y si importa lo daré firmado de quatro colegiales de San Juan de la Leche) el que bengan peregrinando dos cajas desde la Ymperial Toledo hasta la escuela de Alcalá, sin correr las borrascas de los pajes y estudiantes, que son Caribdis y Scila de las cajas que nabegan dulces. Y en fin llegaron esteradas y colgadas, que para entrada de ymbierno no son malas comodidades. Aqui está mi prima esperando que se lo agradezca; y aunque me roze con los yngratos, no estoy de ese parecer, porque no repita el exceso. Y quando se dedique a ser mi conserbera, sepa que no quiero yo mas caja que la de su boca, ni mas dulces que sus besos, ni mas pastillas de boca que sus palabras; y para concluir, no quiero mas regalo que el de sus discreciones, que es el maná que sabe a quanto puede apetecer el entendimiento. Siento infinito el accidente de la jaqueca, y espero noticias de la mejoria. Yo estoy mas adelantado en la combalecencia, que es mas prolija que la enfermedad. Siempre para servir a mi prima, a quien guarde Dios mui felices años. Alcalá, y Octubre 16 de 1674. Quien será siempre de su prima.

Carta 48.

Prima y señora mia : Estimo el cuidado de mi salud y siento la desconfianza que ha presumido de mi segura voluntad ; pues finge escrupulos en sus meritos, porque carezca a ser el maior de los yngratos ; y no haver repetido los correos no es achaque de olvidado, ni de recaido. Y puedo asegurar que nunca he dado mas gritos que quando dice mi prima que he estado en silencio. Yo, Margarita mia, azerté a ir, malo dije, erré en ir a unos toros a Guadalajara; y las licencias del camino no solo sueltan la rienda a la mula, sino tambien a la gula ; que no sé qual de las dos es maior bestia, pues hasta en el consonante se parecen. Repitiome la calentura, y volvi qual digan medicos ; pues pronosticandome que havia de tener todo el ymbierno quartanas, yo les respondi que alguna vez se havia de errar el pronostico. Esto, no obstante, me puse tan triste, que podia vender quintas esencias de melancolia. Y confieso que en dos ocasiones que tomé la pluma para escribir a mi prima, me hallaba tan despechado que me parecia, por estar tan sin gusto, que havian de ser maiores mis males relatados que padecidos. Y pues cuento mis achaques, no quiero omitir el de el patriarca ; que se ha empeñado en que le tengo de escribir la Navidad para los reyes, sin que admita ni crea disculpa. La comedia no me la ha pedido el duque, ni yo se lo acuerdo ; si para esta Navidad, sin pedirla, le pediré licencia para darla al patio, que es como el perro del hortelano ; y digo perro, porque no saben dar otra cosa. Ley las coplas y esto lo cuento por el maior mal de los que padezco ; y si el doctor cura como escribe, no sabrá recetar ni puñaladas ; y cierto, que crey era yo solo el enfermo, pero tambien hay en Toledo poetas malos. Digale Vm. que conjure sus versos, porque estan endemoniados, pero no le diga nada, no sea que le responda en verso. Dios nos libre y guarde a mi prima ! Con mis desatinos no dejaré de escribir los correos. Alcalá, y Noviembre 12 de 1674. Quien ha de ser bueno, jamas bueno, si no es mi prima Galeno ?

Carta 49.

Aunque sea mui brebe, no quiero dejar sin respuesta a mi prima; porque es como la abadesa de las Huelgas de Burgos, que fulmina censuras. Y digo, Margarita mia, que unos musicos de la capilla de Alcalá, que es capilla de lego porque es media, me han ocupado la tarde en darme musicas que he pagado con desdenes que aprendi de mi prima. Y un musico tan lampiño, que sin tener buena voz puede salir con su cara descubierta por donde huviere capones con un estribillo mui anciano, me cantó unas coplas mui macarronicas; y le hice las que remito sobre el estribillo antiguo: *quien se ahorcara*, que es un mote escurridizo. Holgaréme que no sean peores que las de trilla, y que las prometidas del autor, me las remita en satisfaccion de este parto de mi musa; pero miento, que mi musa está donzella, y no havia de tener partos. Sea lo que mi prima quisiere; que tengo acuestas todo el Patriarca para la Nabidad. Valgame Dios, en todo tropiezo! Niego a mi señora musa partos, y la confieso nacimiento, y es que no me sé explicar; pero consuelome, que hablo con quien me entiende. Y pasando a la fraternal huespeda, la intimará Vm. que como dama de mi parte tendrá en mi un servidor, y como señora un capellan, y como dama corregidora, me tendrá por su menor alguacil sobre que es justicia que pido. Y a Dios, que me la guarde a mi Margarita en compañia de la huespeda. Alcalá, y Noviembre 20 de 1674. El mismo, el propio que es todo de su prima.

Carta 50.

Prima y señora mia: Tan lejos vivo de afectar lisonjas, que vendo por fineza el no haver leydo del pliego que recivi, mas que la carta de mi Margarita, que es lo mas que yo podia desear. Porque sobre los lazos del Patriarca he tenido la sobrecarga de el Duque del Ynfantado, sobre pedirme dos saynetes

para los años de la reyna, que son el veinte y dos de este. Y sobre no hablarme palabra de la fiesta pasada, que me hizo hacer ; (que aunque no me da cuidado el lograrla en el patio), siento que me dé un pesar para que le haga un gusto. Mira si es poca tropelia de ocupaciones esta que te refiero, para que puedas deponer los juicios temerarios, que haces en desdoro de mi voluntad. Pero lo que me toca es tenerla para con mi prima, sin hacer alarde de ella : que se malquista con lo fino, quien hace manifestacion de enamorado. Digolo porque me culpas lo sucinto de la pluma, sin pasar a que es falta de tiempo y no de cariño. Fuera de que si el geroglifico mas cierto de el amor es el silencio, porque nace del corazon, quien ama con retorica tendrá mas palabras, pero no mas razones : que estas son hijas del afecto, y aquellas de la lengua, y se diferencian en lo que va de un suspiro a una voz. O lo que tendrá mi prima que arguir contra mis pobres disculpas ! Pero por verla discreta y discursiba, me esfuerzo a impugnarla ; que si como siguio los locutorios, huviera seguido las escuelas, oy fuera la prima *la prima* de las discretas, siendo la menor circunstancia de ser toledana : pues en la licencia de las entendidas se lleba el primer grado. Si en su universidad graduara el amor las hermosuras, y a la que yo adoro la dieran la catedra (o si fuera de sexto !) ; que aunque soy el hijo segundo, cursara en el lugar que me diera mi prima, y acudiera a la sopa de los pucheros de claveles de su boca. El paladar se me hace agua. Prima mia, mira y discurre que será sucedido, y avisame : que la imaginacion suele cumplir los antojos al deseo. El mio será siempre de adorarte y obedecerte ; y a Dios, hasta que esté libre de embarazos. Alcalá, y Diziembre 4 de 1674 : a la señora huespeda B. L. M. su segundo y menor esposo.

Carta 51.

Prima y señora mia : No ha de poder mas su retiro que mi obligacion para desear las muchas y mui gustosas Pasquas del Naci-

miento de nuestro Amo : que para dejar quejosa la cortesia no hay disculpa. Estudio me cuesta el discurrir sobre la suspension de tu pluma, y solo me podia dar cuidado, que fuese el adolecer riesgo : que en las damas y en las rosas es mui repetido. Y si este no es el motivo, no sé que haya otro para castigarme con el olvido de cinco correos. Tambien me ha dado que temer el engaño que puede padecer mi Margarita en presumir que hize letra a el maestro de capilla de esta ciudad ; y porque vamos satisfaciendo a las quejas imaginarias, digo : que siempre negué al tal Carrillo, y haviendo hechado por empeño un ynquisidor para que hiciese quatro letras, remiti una que hize el año pasado para las Descalzas, y no otra copla ni verso. Porque la palabra que di a mi prima fue el teson y blanco a que tiré con la obediencia ; y si esta es culpa, desde luego me delato, a que mi Margarita me mate a patadas ; y esto fuera lograr favores y merecer castigo. Y una vez puesto a sus plantas (que no saben sino producir flores), podia ser que parasen en frutos. Y volviendo a la curiosidad de saber la omision en escribirme, sepala quien promete enmienda ; y desde luego consiento la sentencia, como no sea la de dejarte de escribir, ni amar ; porque a ninguno se le han de pedir imposibles. Y quando no quieras pagar mi voluntad, merezca yo una respuesta en aguinaldo ; cumple con la ceremonia, si no te saliere de afecto. Y a Dios, Margarita de mis ojos ; mira que hasta el dia en que te escribo, publica estoy sin culpa, pues es dia de los Ynocentes. Y en señal de que lo estoy, quedo con un dolor de garganta, porque no me falte circunstancia. A Dios, dueño mio. Alcalá, y Diziembre 28 de 1674. El ynocente culpado.

Carta 52.

Rigurosos son los ayres de Toledo, pues a mi prima la lleban la salud, y a mi no me quieren llebar a ver a mi prima. Siento tus jaquecas y dolores de caveza como propios, y el no poderlos remediar es otro nuebo dolor. Alma mia, muy de ordinario ado-

leces; y los achaques de las damas, aunque no se permiten tocar, ya se dejan discurrir. Yo no soy mas medico que otro, y a pocas visitas me obligo, si no a quitarte los achaques para siempre, por lo menos a que te falten por algunos meses. Y este milagro ha de ser sin el cruel medicamento de las sangrias, solo con seguir la metafora del mal de madre, que es ponerte en la boca del estomago (perdoname la frase, prima, que los que nacimos segundos al mayorazgo de tu belleza nos alimentamos de el mayorazgo de la picardia; y en hablar no hay nada perdido, pues yo me quedo tan picaro como tu donzella, que no puede ser mas). Prima mia: deseoso de que ocupes el tiempo, ya que no le diviertas, te embio ese libelo apologetico que ayer me remitio un poeta de Medellin, (porque nacio Bonete) llorando sobre mi, mas que Jeremias sobre Jerusalem, en razon de que declaré que no es mio el villancico que está al talon del impreso; porque siendo fruto de su cosecha, la calumnia cruel ha divulgado es mio. Asi lo depuse ante tres yngenios como ante tres escribanos, para que conste en testimonio el decir que lo hizo el sugeto. Parece ser que el tal le tienen por salteador de villancicos, como de caminos, y por poeta quatrero. Y no creiendo que la letra era suia, hizo esa satisfaccion impresa (digo que hay hombres que imprimen como si no se hubieran de morir). Y el colegial fuera mejor que gastara el tiempo en provar que era bueno, y no en que era suyo; pues lo primero fuera lustre, y lo segundo nadie se lo niega. Dijome en su casa mui tierno: que sentia que le quitasen las fatigas y le usurpasen los desvelos. Pues (mentecato!) si te quitaran el comer y las conveniencias, tubiera disculpa tu sentimiento; por quitarte las fatigas, devieras dar gracias a los mal intencionados. El hombre piensa que el ingenio sigue a la naturaleza en los partos, y que no ha de haver parto sin dolor; y ygnora que hay poetas comadres que equivocan los partos por usurpar los vitores al mayorazgo. Ya dige que no era mio (como es la verdad), y si con mi declaracion no le conocen por padre al querellante, me parece quedaran con el villancico en el hospital

de los niños expositos. Avisame si fuese asi, para avisarselo al padre putativo; y a Dios, que no me permite la estafeta que embanezca mas la carta. Holgarame que fuera el libelo de tacamaca, para que mejores de tu jaqueca. Alcalá, y Enero 20 de 1675. Tu primo mas que hermano.

Carta 53.

Prima y señora : No doy disculpas, porque con las incredulas se malquistan. Fuera de Alcalá he estado, y llegué ayer, quatro de Agosto ; y lo primero en que pongo la pluma es en el romance de la Asuncion y escribir a Vm. la prosa de recien llegado. Vengo bueno y gustoso de la quietud de una aldea, donde no saben las labradoras de que color son los celos. Y saben hacer un gusto sin la tara de amenazar con « mira ay que te aviso » ; y en fin, las aldeanas saben a mugeres y no lo parecen. Esto no lo digo por mi prima, porque no sé a lo que sabe por mas que la gusto con imaginacion ; pero pensar uno que come, no engendra porque da ambre. La mia es de dos platos de Margarita, pero espero nada entre dos platos ; porque aun hay mas que vencer en la clausura que en tu condicion. Dios te la mejore, y a mi no me olvide ! y a Dios, que no hay tiempo, lugar ni ventura. Oy, 5 de Agosto de 1675. El ausente, aun de la memoria de su prima.

Carta 54.

Mi señora doña Margarita : Ayer tube la dicha carta de Vm., y merecerla el precepto de saber si D. Lorenzo de Cardona, colegial mayor, está en esta escuela. Digo que le vi hoy con su manto de color de canela, y hame picado (a, socarrona, que has logrado la flecha !), hame picado, buelbo a decir, el que mi prima me niegue sus favores, y me fie sus curiosidades : aquellos porque me honran, y estas porque me desairan. Bien puede ser que

sea el motivo honesto : pero de dama hermosa, es mui sospechoso el motivo, y curiosidades de damas las mas veces son delincuentes curiosidades. Y aunque la modestia de las señoras vive sin riesgo de la mas escrupulosa zensura, suelen peligrar los olores de la buena fama. Y pregunto a mi dueño (protexto que es ceremonia de esclavo, aunque tiene visos de cariño) ; pero tomelo por donde quisiere mi prima, que no puedo negarla lo uno ni lo otro. Y pregunto, buelbo a decir, la mui discreta, que ha visto en mi para que yo compre un agrabio porque ella logre una noticia ? Sin duda me tiene en extremo por bien acondicionado o por bobo con extremo. Lo segundo bien me holgara yo poder negarlo ; pero lo primero me importa no concederlo por esta negra honra. Negra dije, y dije mal : por esta honra azul. O que discreto fue el que hizo a este color geroglifico de los zelos para que cante yo como en un potro ! Matarme quiere mi prima con los zelos que me da, como si tomara yo las cosas que me hacen mal. Pero, ay de mi ! que aunque los zelos desmiento, tengo un incendio en el alma y un basilisco en el pecho. Tambien contra mi se buelbe la brebedad del correo ; que si no yo la aseguro, ponerla qual digan zelos. Oy, viernes, 6 de Diziembre de 1675, años que la dé Dios de vida, a quien me la quita ! Ay de mi ! que de un feliz he hecho un infeliz.

Carta 55.

Margarita, dueño hermoso,
que aun mas que los dos hechizos
de hermosura y discrecion
me rinde el de tus cariños.
Confieso que por la carta
que recivi, dueño mio,
te diera doscientos besos
en menos que ha que lo digo.
Pero como eres discreta,
diras : yo sé que mi primo
me diera mejor los besos
a boca que por escrito.

Pero dejo los versos, alma mia, que se me malquistan las finezas; porque dicen, que los poetas mienten, y me retiro al sagrado de la prosa donde son mas creidos los afectos. Y pregunto a la que es por tantas razones mi dueño: si sabe con los cariños confeccionar el mas sabroso veneno de embelesar amantes, por que me los regateas? Si a precio de esperanzas compras esclavos, desde que vi tus ojos, arrastro la corona de oro: que no puede haver yerro en la de ser tu esclavo. Puedes creerme, que repeti tu carta en las clausulas de tus ternezas; porque eran de la alma tan bien admitidas como deseadas. Y pues me diste la posesion, prosigue en regalarme con esos dulces, y mira que aunque en la discrecion son todos de lindo gusto, se me antojan de mas azucar. Morena, dicesme en tu antecedente, que a folio quantos entras en el numero de las deydades que me avasallan? Y aunque conozco trae malicia la pregunta, te diré la verdad, asegurandote que las hermosuras que son acrehedoras de mi alvedrio son tres:

La primera, mi señora doña Margarita.

La segunda, mi señora doña Margarita.

La tercera, mi señora doña Margarita.

Aora mira tu el lugar que te toca, que no tengo yo de decirlo todo. O que abrazo me pierdo por no estar cerca de mi prima como la carta! pero lo cobraré algun dia con costas de versos. Tambien me mandas que te diga en la fortuna que me hallo con Lisis, y sé que estubo en esta escuela a dar lecciones de hermosura; me preguntó por la Margarita. Digo, alma mia, que vino con un luto mui por defuera y que no tenia mas de viuda que la toca; porque el vestido pudiera ser gala en una novia, y tan desnudos los pechos que pudiera darsela a mamar a qualquiera (no sé si lo hacia). Vino con otra viuda de la misma runfla; confiesote, alma mia, que no estoy bien con viudas de esta casta. Porque suelen dejar castas estas viudas, y se imposibilitan de repetir segundas nupcias; porque con el poco recato desprecian al mundo que pasó, y atemorizan al que ha de venir. En dos ocasiones me preguntó si me favorecias mucho por los correos,

suponiendo por ciertas las noticias que la havian dado de Santa Fee. A lo que yo respondi : que no hacian fee los chismes de un convento. Y con una risa falsa me repitio que no lo dudaba, porque conocia y sabia que gustabas de mis disparates (son palabras de la santa). Dijela porque las fiestas de Santiago me solias favorecer con algunas estafetas, pero tan dentro de la esfera del recato que nunca tube por donde introducir el cariño. Volviose a reir, y rempugéle la combersacion a otra materia; y por vida de los dos, que despues que estubo en esta villa, solo dos veces he estado en su casa : una la vi mui despacio, y otra no la hallé. Solo vi un D. Guindo, que me parecio que hacia papel (no sé si de primeros galanes). Confiesote que me asustó, quando yo iba a buscar el sol encontrar con sombras ; y desde aquel dia no volvi ni ha tenido carta mia ; pues te lo digera, o ella lo huviera escrito a su confidente. Morena mia, aora tengo yo quejas de ti, pues por obedecerte me has quitado este rato de enamorarte. Pero apelo para otro correo, pues este no permite mas digresiones ni mas tiempo que el que es menester para decir a Dios, alma mia, cielo de mi cama, y cama de mi cielo, que te guarde muchos años! Oy, lunes, de 1675 (*sic*).

Quien será dichoso,
siendo la coloma
gloria de mis gustos,
gusto de mis glorias.

Carta 56.

Prima mia : Mas alegres entradas de años y pasquas de Reyes te deseo que las que me has dado con tus dilaciones y argumentos ; pues en la que recivi ayer, mas parecia cartel de conclusiones que misiva de pasquas ; reduciendo tus quejas a tres puntos : que a los mismos se reduce el zapato de mi prima, y pudiera satisfacer a todos tres con el pie. Y por obedecer mas que por arguir con quien peina mas los discursos que el oro de sus trenzas, porque

son mas sutiles, digo al primer punto: que nunca pude yo despedirme de dueño a quien sirbo con el alma y con la vida. Y dijera a una gallarda africana, si supiera el ser africana con estar dentro de los muros de Santa Fee. Al segundo punto de que no paso por el registro del entendimiento de mi prima, mis borrones digo: que por no trasladar, dejara antes de no componer; porque desconfio tanto de los partos de mi ingenio, que por no repetir mis yerros multiplicara traslados. Aqui dice mi prima: pues el mui picaro, que obediencias me consagra, o que finezas me sacrifica, si vivo en la esfera que todos con la disculpa de que no vean sus yerros? Yo le quitaré el que tiene de esclavo mio, y la cadena que arrastra para que goze afrentosa libertad; y agradezcame que no le digo muchas. Al punto tercero, digo que no falte a la obediencia; pues me negué, hasta que un ynquisidor me amenazo con el brasero (aunque para el frio que hace, mas que amenaza fuera gusto), y embié uno antiguo, que para hechar a perder la fiesta sobra. De los quadernos de Reyes, me embiaron ese en que los dos ultimos son mios. Desde Navidad tengo cinco letras, que cantaron a los Reyes: en llegando quaderno a mis manos le remitiré. Y a Dios, dueño mio, que se parte el conde y se va el correo. Oy, martes, 7 de Enero de 1676. El mayor picaro que calienta el sol de Margarita.

Carta 57.

Prima mia. No se que hacerme contigo, aunque tu no ignoras lo que yo hiciera; los cariños los tienes con llabe y sin cuenta las desconfianzas. Pidote ternezas y embiasme amenazas; espero favores, y me haces pactos. Hija mia, explicate mas o trae una glosa al lado. En el brebe tiempo de dos correos, uno me escribes tierna, y otro te conviertes en marmol; para quien te busca jalea, es lindo donaire hallarte bronce. Sabes lo que pienso, morena de mis ojos? Que quieres ir siendo tierna por escalones, y vajar a ser amorosa por gradas, y es tirania: que los escalones no tengan algun descanso,

y que las gradas las quieras para vajar, y no para que yo suba a tu cielo. Alma mia, avisame hasta quando tienes proposito de ser imposible, para que yo entonces desista de batir rocas y peñascos. Mas que fuera, que Margarita bien hallada con su ceño, se olvidara de que el amor es niño, y que en viendo desdenes, se aprovecha de las alas para huir adonde le digan : el hijo mio y la alma mia. De suerte, que entre decirle un cariño y darle un beso, no quepa un cabello. Hazme el favor de hacermelos a mi : me haras pensar que tienes con quien gastarlos. Por vida tuia que te humanes, y mira que un primo tienes, no mas ; y si lo pierdes que haras ? Picara mia : mejor sabes tu lo que yo gusto, que yo sé pedirte ; y bien sabes que es para ti lo poco o mucho que tengo, y que un millon de besos los guardo para fundarlos sobre tus mexillas. Porque quiero plantar en ti el tronco de mi casa ; que no es razon, que el ymperio de los enamorados penda de la vida de solo un niño como Cupidillo. Quiero afianzar la corona, dejando un segundo en la mas hermosa Margarita de quantas cria el oceano y admira la tierra. No ignoras que se formó el rapaz en Chipre haciendo la cosquilla a Venus, y que ella se tendia de risa, siendo la cayda motivo de que la diese mal de corazon. Con que el que la asistia, le fue fuerza viendo su desmaio, apretarle el dedo de en medio, que es el de el corazon. Y te aseguro, aplicaria el remedio que se hizo con Venus, aunque me le andubieras pidiendo cada instante. Yo le aguardo de tu pluma, hasta merecerte a boca ; y a Dios, que te guarde menos esquiba ! Alcalá, y Febrero 4 de 1676. El pichon, que toma arrullos de su coloma.

Carta 58.

Picara mia : Con verte tan cariñosa como discreta, supiera yo a quanto puede llegar la dama mas cariñosa ! Pero pedirte cariños y responderme discreciones, es buscarte tierna y hallarte discursiva. Sabes lo que pienso ? que tu padre te engendró para catedratico y la naturaleza, al mirarte de tan lindo rostro, te

varajó el sexo, dandote lo que a ti te sobra, y a mi me hace mucha falta. Y por lo que me dices, que soy mui fertil de presunciones maliciosas, yo lo veré en visitandote, porque no se quede en presuncion la comedia : *No hay amar como fingir*. No puedo negar que es mia, ni tu que la representas haciendo la primera dama : que no hay mas que fingir, aunque haya mas que amar ; escribila quando hacia comedias de palotes. Y volviendo al tema de mi amor, digo que me quieras sin prologo de cortesias, porque tengo mui contentadora la voluntad ; y en tus clausulas, no haces mas que hacer gargaras con dos requiebros, que es lo mismo que enjuagarse y no tragar indicio de que no te entra el amor de los dientes adentro. Tambien me dices que haga unas endechas a una ausencia a ratos perdidos, que es decirme que contigo son perdidos los ratos. Y que fuera de mi si es otro el ausente que te desvela ? Y quieres que yo te haga la costa para que el titulo de mi comedia no te haga arruga. Y sea el que fuere, solo me toca obedecer sin dilacion, porque tengan disculpa los yerros en la brebedad. Vaya de ausencia.

ENDECHAS LLANAS.

ESTRIBILLO.

Que sera, Cielos,
que un sol me abrasa
estando de mi lexos !

De Matilde ausente
muerto estoy, pues tengo
el cuerpo en la aldea
y el alma en Toledo.
No arguian que vivo
de oyr que me quejo :
que no hay diferencia
del ausente al muerto.
Tan dentro del alma
vive, que mi dueño
siempre estará ausente,
pero nunca lexos.
Vn templo la oculta,
que es Matilde Venus,
y la que es deydad
no ha de estar sin templo.
De un velo se esconde
el rostro mas bello ;
que es divina ymagen,
y la cubre un velo.

Mis suspiros nunca
llegan a su cielo;
que aun siendo suspiros
no saben ser viento.
Zeloso y callado
vivo: que los zelos,
delito es pedirlos,
pero no el tenerlos.
Ausente Matilde,
oye mis acentos;
porque las deydades
oyen de mui lexos.
Si eres cielo, como
profanas los fueros,
dejando, aun ausente,
que pene en tu cielo?
El tiempo bien puede
apartados vernos
pero dividirnos
nunca podrá el tiempo.

ESTRIVILLO

Que será, Cielos,
que un sol me abrasa
estando de mi lexos!

Para antojo basta, y mas en quien no tienen riesgo los antojos, que es lo mas penoso que tienen. Alma mia: yo me quejo en el asunto, porque si quieres tu quejarte, no bastan las endechas. Todos estos cuidados me cuestas, y otros que tengo por pagar, si antes no hago pleyto de acrehedores. Porque tus desdenes haran que quiebre a un bronce; y vivo sin esperanzas de verte tierna, porque... pero mejor lo dirá mi musa.

Buena boberia es mia
esperar que has de ser tierna:
pues nunca las Margaritas
han de dejar de ser piedras.

Oy, 11 de Febrero de 1676. El ausente.

CARTA 59.

Angel mio: Caiste (consuelate con que no eres el primer Angel que cayo), digo, Margarita, que cayste porque el asunto (oyeme y sacarás risa de lo que has formado celos). Mi señora doña Ana de la Barrera, abadesa de Santa Clara, me pidio que que a el maestro Galan, de la capilla de las Descalzas, le pidiese

dos responsorios para las lamentaciones. No lo intenté, porque no quise hacerle unas letras buenas a la Navidad, con pedirmelas repetidas veces ; y acordandome que tengo una prima zelosisima, con estudiada malicia, fui con el empeño a el maestro de Toledo. Y con la inclusion que tu me has insinuado tienes con el, y el que tiene la boca mui floja de zerraderos, no podrá estar en secreto. Hecho y dicho. Dio lumbre el ardid en la lumbre de mis ojos; porque el maestro puso el chisme por eslabon, y Margarita, que es piedra herida, arrojó chispas y prendio como alquitran. Cielo mio, piensas que no te estimo la inquietud de imaginarme en otro cuidado divertido ? Pues te lo agradezco porque supones que me tienes cariño ; y si estubieras en parte que pudiera darte un millon de besos, te pagara de contado ; y me holgara que te condenara el amor, a que me los bolbieras a dar ; pero esto es besar como querer. Hija mia : mira que me ofendes con los pensamientos, quando los mios no tienen mas obgeto que a Margarita ; y no es culpa de mis hidalgas finezas que tu fabriques juicios temerarios, y que tu malicia se vaia tras los juicios. Y creeme, morena mia, que en tus antecedentes, te he conocido que estabas tocada de la flecha, ingenio de los zelos, que disparó mi malicioso ardid. Y ya que logró el tiro el ingenio, te desengaña mi buena ley, en que han sido ociosos tus desasosiegos y tus desvelos vanos. Pues ni en la Magdalena, ni en otro convento he tenido avasallado el alvedrio en esta villa. Y si supiera que pudiera la verdad peligrar, no te lo digera, por que sé con el cuidado que vives. Y a quien merece llamarse tuyo, no havrá disculpa que le asista para mirar otros ojos. Y estoy tan enamorado de ellos y de el dueño, que para mi no quisiera que me oyeras; en la Margarita de las encerradas no puede haber hechizo que me embelese, ni embeleso que me hechice como tu. Pues hablando sin prologo de lisonjas (aora quiero que me oygas) para obgeto amable de una voluntad, puede buscarse mas que una dama de noble sangre, de idalga hermosura, de singular discrecion, y de un filis en que se cifra hermosura, discrecion,

y nobleza? Pues todas estas prendas tiene mi morena: asi tubiera mas tierna la de amante! Empero no quiero que te fuerzen mis ruegos; mas bien oydos seran los cariños que nacen voluntarios. A Dios, alma mia, pues vivo con mi morena. Alcalá, y Febrero 25 de 1676. Al maestro, si le vieres, dile que ya tardan los responsorios: y si no puede, en Madrid los pondran de tono en solfa, que es como de oro y azul. Tuyo siempre.

Carta 60.

Enojado dueño mio: En Madrid estube 18 dias (testigo el maestro de capilla de esa Ciudad) en la pretension de la merced de un havito; y bolbiendo a esta tu cama, me dieron dos tuias. Cobré las albricias de el gusto de recivirlas, quando vi que en la tuia me mandabas hiciese una letra a santo Thomas, y quando vi no podia obedecerte, por ver el tiempo pasado, quedo con el sentimiento presente. Aora buelbo a el yntroito de la carta; para sacarte del cuidado digo: que el habito no era para mi (buenas cosas tengo!); era para un amigo, y me pidio le asistiese en la pretension. Estas noticias te doy, porque sepas que tus mandatos, si no se obedecen, se necesita de tan indibiduales disculpas. Aora me parece, que oygo a mi morena decir: pues picaro, la seguidilla dice: que de Madrid a Toledo doze leguas hay, que hacen seis pares; y yo te las diera de cozes, si te cogiera a mis plantas (no seré yo tan dichoso), porque me cantes el *conculcabis Leonem et draconem,* haciendo entre los dos la segunda parte de el peso de san Miguel, que es el santo que mas pesa. Angel mio: puedo asegurarte, que ni los embelesos amables de la Corte, ni los divertimientos del teatro (porque en quaresma guardan clausura) han embarazado escribirte. Solo las repetidas diligencias de la pretension, y el hallarme quatro dias rendido de calidad que comi carne, y me sangré, porque se me ensangrentaron los ojos (no heches la culpa a las niñas); aunque adelanté la buelta, porque no tengo devocion de estar enfermo fuera de casa, aunque

tengo fuera de casa devocion. Ya quando llegué, que fue antes de aier, domingo, hallé tu carta en estado de no poderte servir; y de disculpar mi desgracia aguardando los favores de la morena de mas filis, que han experimentado talamos imaginarios y locutorios de buen gusto. El que yo espero en respuesta de esta lo dirá: pues despues de larga ausencia, está mas dispierto el cariño mas fino, el afecto y las ternezas mas dulces. Pero a quien tiene tu entendimiento, sobran las advertencias: que en los incendios de amor. las morenas tienen la complexion de las rubias. A Dios, boba mia; que te considero que se te va la baba en la boca del estomago. Alcalá, y Marzo 17 de 1676. Quien no tiene que embidiar, si tu no me has de olbidar.

Carta 61.

No me preguntes porque, pero mucho riesgo tiene el que se halla con una prima hermosa y discreta, y mas si no la pesa de que la rueguen y la escriban diligencias que pocas veces salen vanas. Margarita hija, recivelos por cariño y luego por ardid: que como te veo inclinada a capillas, te llamo hija porque me quieras por padre. El no haverte escrito, ha sido falta de salud y sobra de piedad; que no es justo creerte los correos con mis disparates, teniendo que responder a discreciones. Yo no puedo negarme a tus preceptos y servirte, que mi obligacion no ha de faltar, porque tu tengas nuebo gusto, y que tu tengas la voluntad vizca que mira a dos partes; sufreme esta licencia por enfermo. Asi Dios te libre de que lo estés, que ya estás mejor. Oy, martes 4 de Abril de 1676. Tuio siempre.

Carta 62.

Valgame Dios, que fertil de quejas y que esteril de cariños viene la primavera en los abriles hermosos de mi prima! Pidenla rosas y escribe con espinas, que aun no reserba de las puntas su nebada

mano; por ofenderme el oydo, siempre estudia disculpas para esconderme sus amores y siempre las halla. No sé si me malquista con tus discreciones porque motivan el que me hables con ternezas. Y ya que aprendes a ser montaraz, quisiera que tus enojos tubieran la edad de la flor: que en el periodo de un dia tubiera oriente y sepulcro; pero es raro teson de cruel, el que hayas de amanecer siempre con desdenes. Aprende del rosal, que se precia de ser la mas noble zarza que brota rigores; tambien se precia de espirar fragancias, pero que teniendo tantas prendas de rosa, te malquistes con la mano que te alaga, y te erizes porque no encuentre el tacto mas que espinas? Dice que hay nobedades en la naturaleza: pues hay flor que nace solo a ensangrentarse con rendidos, y a enrrogecerse con la sangre, que vierte el triunfo de su saña. Alma mia: tambien te entiendo el ramilletico de maliciosas violetas con que me favoreces las clausulas de las damas, que dices que me ocasionan dilaciones en los correos. Y si no te embarazara la modestia, pudieras conocer que todas las deydades del templo de la red no hacen una Margarita (esto solo quisiera decirlo con el corazon, porque no padeciera las dudas de creido). Pues eres tan discreta, que no sé si tubiera igual gusto (pase por encarecimiento en los tertulios) en leerte que en gozarte. Y hasta entonces, a Dios que te guarde, para favorecer a un primo que te adora, aunque no admites el sacrificio de sus rendimientos, y el obsequio de la cadena, de que hago tanta vanidad como tu de ser ingrata. Alcalá, y Abril 22 de 1676. Quien es fino, de quien no quiere serlo. Hasta aier no recivi tu carta, que los temporales han extraviado los correos.

Carta 63.

Morena mia: Salud deve de tener tu complexion porque no está bien conmigo; pues sin atender a la fineza de dar la sangre de las venas, me trae cayendo y lebantando. Fui purgado de anillo, sin exercicio, y la purga la tomé con la fianza de la ley

de Toledo, porque la bolbi ella por ella. En consecuencia de el progreso de mi diligencia, me he discuidado con el hijo de Zacarias ; porque un dia amanecio de unguento blanco, y otro de unguento amarillo. Sin embargo que un fraile, era la anacardina de las letras, y es cierto que tengo lastima de verte en la taona de tantas correspondencias. Dios te dé fuerzas para no faltar a ninguna, y a mi, vida para reirlo! Alegraréme que esa letra se oyga con mejor gusto que yo la hice ; pues no puede haverle donde no hay salud. Que Dios te la conserbe, desearé yo para que dé buena vejez a tus padres y de ellos me guarde a mi. Alcalá, y Julio 16 de 1676. Tuio en el folio que me tocare.

Carta 64.

He suspendido el gusto que tube de saber que Vm. estaba en la cavalleriza, por embiarle las enhorabuenas a pares como cozes. Que mas, teniendolas tan merecidas! Lo que me admira es, que estando imposivilitado de casarse por cavallerizo, pues ninguna dama gusta de ser cavalleriza, se emplease con señora de tantos meritos. Que a no tener la musa en verde, hiciera un epitalamio, con la nobedad de no tomar en la boca a Himeneo : palabra que no se les cae de la boca a los malditos poetas que se emplean en semejantes poemas. Y no he sido mas puntual en insinuar este negocio por tocarme la catolica ocupacion de el general auto (otro digera del auto general) ; pues ya se sabe, que quando de auto general se trata, que un comisario en la Corte es gran pajaro en España. El duque de Medinaceli se hizo familiar ; y quiso Dios que le aprobamos de christiano viejo, que un ministro no tiene mas que ser limpio. Otros señores se hicieron familiares, que no es poca marabilla verlos familiares. Al fin les aprovamos las pruebas, aunque salieron por la suprema. En fin, domingo, 30 de Junio, en un suntuoso teatro representamos el auto para judios. Pues estaban mas de nobenta de runfla sin descarte, y entre ellos veinte y dos pastillas para el brasero (quiero decir los quemados) ; si

Vm. no fuera tanto ociosa, lo fuera mi advertencia. Entre los ministros, aunque yo lo diga, me llebé los aplausos; pues sobre no haber clerigo mas galan en todo el arzobispado, llebaba una venera de oro de candeleros, que pesaban dos libras carniceras; y la encomienda del Martes, que la llebaba en forma de adarga porque todos la viesen. Y por donde pasaba me llebaba los ojos, dejando en la calle mas de treinta muertos, sin los hombres y mugeres. Aqui dice Alfonso: si no ha perdido el titulo de bachiller, que para que llebaba venera tan pesada? Y respondio: que para un ministro es cuerda prevencion. pues con el golpe que da en el pecho se quitan las veniales manchas, pues no ignora que se quita las manchas veniales un familiar con un golpe de pechos (esto no es para tontos). La lastima fue que estube todo el dia en el coliseo de palo, reciviendo el sol a rostro firme; y en fin, el sol nos tubo tan tostados, que los ministros fuimos los quemados. Y esto no lo digo arto de pan ni vino, pues estube tan en ayunas, que quise comulgar en la misa que se acabó a las diez de la noche, y mas de media. Y no fue esta la postrer congoja; pues haviendo acabado el auto, uno de los ensanbenitados que yo prendi en Alcalá, donde tenia la administracion del tabaco *in utroque jure*, se me abalanzó con San Benito y soga diciendo: que a mi me devia aquella honra; a lo que yo le respondi: picaro, desuellate de la piel, y abraza sin cascara. El dijo que estaba *cum saco paratus* para ser agradecido. Confieso que no se ha visto ningun azotado en la verguenza que yo. A las once de la noche me fui a desaiunar a casa, y de alli a Alcalá, donde encontré a D. Luis de Quintanilla, que flojo de uñas y apretado de callos andaba, que parecia cochino despeado en camino de feria. Digele lo que havia pasado en el auto, y me pagó con las felices noticias de el nuebo estado en que Vm. se halla; las que despues supe, celebró este cavallero (digo el señor D. Luis, como buen pariente), encendiendo tres noches en su zaguan el farol en demostracion de el regozijo, y a costa de la ensalada. Y deseando cumplir con la corta cantidad de mi insuficiencia, dispondré embiar

una gruesa de decimas consagradas al vinculo; y asi remito la muestra de la gruesa. si puede haver cosa gruesa donde no se come.

Decima.

Digo por no gastar prosa,
que para tu amante anhelo
la vida estaba del cielo,
pues es un angel tu esposa,
la fortuna desdeñosa.
Que mira al merito siento
en qualquiera casamiento;
mas ya en afectos humanos
en los dos se dan las manos,
fortuna y merecimiento.

A mi musa le encargaré que prosiga para otro correo, advirtiendo que tiene hecha escriptura de obedecer, no de azertar. Pero consuelate con decir: que quien yerra obedeciendo no desmerece errando. A Dios, y a toda esa familia mis encomiendas, menos las de la Ynquisicion, que está empeñada. Alcalá, y Julio 10 de 1680. Leon, por no ser tigre.

Carta 65.

Prima: Ya me lebanto y estoy mejor y como de todo, con que mas he de menester freno que espuela en las ganas; si los melones no me aogan la salud o me la sisan, espero en Dios que no he de recaer. Procura mirar por tu salud, que adoleciendo el marido, tiene riesgo la muger; y como eres mi otra mitad (no es menos que de Adan el requiebro) te quiero a lo antiguo, porque el amor moderno es contrahecho. En mi enfermedad se me antojó una vez que me untaras las piernas, y por tener alguna dificultad no te lo dige; ya poco importa que lo sepas, pues no es menester. A Dios, angel, que te guarde felices años. Oy, 19 de Agosto de 1680. Tu señor y primo.

Carta 66.

Prima mia y señora : Protexto que esta cortesia no es respeto, sino es miedo ; porque tan mal picaro como yo, no le han conocido. Prima, dueño mio. quince dias que mi comedia ha durado en Madrid. ha sido la causa de no haver embiado esas letras tan malas, que temo que no las has de azeptar ; pues despues de mucha dilacion, van como diran ellas. Bien merezco que no me mires a la cara en dos horas. Jesus y que castigo ! No, prima mia, yo me enmendaré porque no me olvides ; pues ya veo, que el cielo no ha de guardar las espaldas al delito, ni ha de favorecer a quien solo se acuerda llamarle, y no de servirle. Dueño mio : yo tengo que sacrificarte un obsequio : y es que con el tiempo que he estado en Madrid, no he sabido (ni he querido saberlo) donde está Luis, siendo la comedia bastante motivo para la introduccion ; y te juro a Dios que es verdad lo que te digo. Y a Dios, que se va la estafeta. Tu menor chulo.

Carta 67.

Prima y dueño mio : No es menester ponderar que estoy con justo sentimiento de que ande en opiniones tu salud ; pero quiero que sepas que estoy reñido y atrabesado con mi corazon, pues necesita de tu aviso para saber que adoleces, estando en la obligacion de adivinar tus achaques, y sentirlos desde el instante que los padeces. Tener sentimiento quando estás doliente, lo hace el mas estraño ; y adelantarse a padecer el dolor, lo deve hacer el que blasona de fino. Pues no sabe amar quien no sabe sentir los achaques que amenazan a su dama, aunque venga el rayo sin la prevencion del aviso. Nada podia yo desear como cogerte en la cama, y nada siento hoy, como verte en ella ; porque te considero bien herida y mal curada. Y como tienes tantos que te adoren, estarás con astios de querida, y con desdenes de

adorada. Anoche, por cierto acerté a soñar (y como acerté!) que gozaba el favor de estar a tu cavecera. Pero aun durmiendo, conoci que era soñar mi dicha (ay, quien ha menester soñar para ser dichoso!) pero no para aqui el sueño; me parece que me decias: primo mio, aunque el medico me visita. solo para ti soy muger, y alzando mas la voz (lo que hace ser dama de poeta), soñé que me digiste esta copla:

Primo, en la cama me hallas,
y si estás enamorado,
vos soys hombre, y yo muger;
harto os he dicho; miradlo.

Confieso que fuy a pagarte las albricias con un abrazo, quando una criada (maldigala Dios!) me dixo: « Señor mio, Vm. no crea nada de lo que dice mi señora, porque desvaria con la calentura. Y puede conocer que no está en su entero juicio, pues dice entre sueños versos. » Pareciome, que no iba mui fuera de razon; y acordandome de aquel adagio de los siete durmientes, que dice... Pero, a la fee, prima mia, que los sueños sueños son, dige mui enojado, que en durmiendo suelo ser muy enojadizo. Miente el adagio, y el sueño que a mi prima la infunde iras. Y por cierto (avisame si fue verdad) que me descubristes un pie en cuia garganta estaba tan abrazada una venda, que embidiando su fortuna para ser mejor poeta, teniendola tu picada te hice esta copla al pie:

Prima, al favor de la colcha
descubriste un pie nebado;
si es asi el pie, qual será
lo restante del andamio?

Aqui me empezé a persuadir que no era sueño lo que pasaba; porque los sueños no tienen pies ni caveza y los pies; toméme la mano y desperté, y yo me hallé mui tuyo. Pues nada de apariencias turba el amor bien nacido, y el mio, por hijo de una buena voluntad y de un afecto fino, tiene padres nobles; y sé

que me perderá por mi prima, a quien me guarde Dios, mas que a mi ! Tuio, tuio, tuio.

Carta 68.

Prima del alma, y perdona
que diga : prima del alma ;
que es palabra de cariño,
aunque no es mui cortesana.
Prima mia, digo mia,
no en obras sino en palabras ;
que esto es tomar posesiones
de lo que no hay esperanzas.
Fuera de que tu tambien,
si bien me acuerdo, en tu carta
comienzas con primo mio,
que es un requiebro de gata.
Jesus, que indecencia he dicho !
pero las letras humanas
de la gatica de Venus
quentan maravillas raras.
Prima la mas peregrina
de quantas ninfas, de quantas
en vez de harpones dorados
flechan la sangrienta espada,
no lo dudes, pues amor
hizo de su pecho aljaba,
y digalo, o no lo diga
que a mi no se me da nada.
Cierto que estás tan discreta,
que a no saber que encerrada
has vivido, te digera
si has estado en Salamanca.
Pero buenas cosas tengo ;
nunca es mayor mi ygnorancia :
pues no se que las señoras
siempre nacen enseñadas.
Bien hayan tus discreciones
y tus cariños bien hayan !
pues sabes hacer ausente
pasadizos a las almas.
Prima, bien puedes creerme
que senti mucho la falta,
y tu tia y mi señora,
pues ya te dejo casada
conmigo, que aunque apartados
de la mesa y de la cama,
el divorcio al matrimonio
le afloja, no le desata.
No dudo que el sentimiento
es natural, pero trata
de consolarte en las penas,
que sufrirlas y llebarlas
podras con tu entendimiento
(y perdoname esta chanza),
que el entendimiento es
ganapan de las desgracias.
Prima, las cosas de Lisis
que discurro, las alcanzas ;
dos o tres veces la he visto
desde que salio de casa.
Y tu compañia, donde
no sé si su retirada,
o fue entrada por salida,
o salida por entrada.
Tu que eres mi estrella, puedes
alumbrarme en mi ignorancia :
por aora la comedia
no es facil el embiarla.
Llebarla tampoco es facil ;
demas que si tu gustaras,
prima, solo por verte
hiziera yo mil jornadas.

Muy ocupado me tiene
la fiesta ; Maria Ana,
que reyna por reyna ; solo
Margarita es quien me arrastra.
Fecha a veinte y dos de Junio,
quando el Leon arroja llamas :
que no le han de entrar con frio
siempre todas las quartanas.
Y a Dios que te guarde, tantos
años como tienes gracias ;
como has tenido devotos
que para ypervole basta.

Carta 69.

Sabiendo que su prima era tornera en su conbento.

Antes que me digeras
que eras la una, tu, de las torneras,
en la carta pasada
lo conoci, quando te vi enojada.
Que eres portera en el humor que crias,
pues me dabas un chasco que me abrias,
y por lograr el ver que te diviertas,
me olgaré que me cojas entre puertas.
Tambien me lo digeron tus enojos :
que eras ya sumiller de los cerrojos ;
porque a no ser portera Margarita,
nunca hubieras soltado la maldita.
Con los que ban a entrar es tu contienda
y a que te den la libertad en prenda,
hermosa los persuades ;
asi me dices tantas libertades.
Ya que en la porteria te pusieron,
no me dices la puerta que te dieron ;
pero será (perdona, prima mia)
por donde meten carne todo el dia.
Y si acaso he pecado en lo que digo,
la puerta del Perdon sea conmigo !
y por si me negases los perdones,
apelaré a la puerta de los Leones.
Mas ay de mi ! Que tienes siempre abierta
la voluntad a todos, y la puerta ;
pero yo miento, que de la tal coloma
soy el pichon, y ella es mi paloma :

y por favor preciso
es el angel que guarda el paraiso ;
solo quiero advertir a tu hermosura
que es dificil guardar una clausura.
Vn quento ha de decirlo que es contento,
porque a un pesame hará reir el quento.
Aun solo de pensarlo ya me rio :
ruego a Dios que no pierda por ser mio.
Sabras que hizo un buen hombre una jornada,
dejando a su muger encomendada
una hija donzella :
que acá en el siglo no fue poco el vella.
En fin se ausentó el padre
y de guardarla prometio la madre ;
no previniendo, que del dios flechero
no hay seguro en el mundo un agugero.
Ella creyo que estaba tan guardada
como pera en tabaque, y la cuitada
tuvo despues noticias verdaderas,
que un domine le daba para peras.
Vino el padre, y sabido ya el suceso,
a su muger culpó en el grave exceso
de ver a la doncella sin clausura,
porque el diablo rompio la cerradura.
Pero la madre respondio, afligida :
« No he de guardar doncellas en mi vida ;
que no es facil guardar aunque se clave,
zerradura donde hace qualquier llabe ;
y para la zerraja que tu abonas,
tantas llabes abrá como personas. »
Este es el quento en suma ;
y por no ser prolijo con la pluma,
digo que tengas como en un castillo
siempre guardado el virginal pestillo,
por si te descuidas o te tardas,
y falsean las guardas.
De tantas hermosuras
es mui facil romper las cerraduras :
guarda la tuia, pues vives adornada
con la llabe dorada.

Y si hubieres de hacer algun esceso,
yo tengo mi puntica de travieso ;
y tengo llabe, que el amor la abona :
si la pruebas, diras que no es capona.
Por el brio que encierra,
que es de gusto la alaja :
dos bueltas da y se queda en la cerraja.
Cuida de las que tienes por portera,
y a Dios, a Dios, bellisima hechicera.
Divina encantadora,
que al primo que te adora
le hicieras mil mercedes,
si le pudieras dar lo que no puedes.
Pero eres por desdenes tan bellaca,
que como el Marzo buelbes la casaca.
A veinte de el dicho ; quien te estima,
y el que quedar desea siempre encima.

Carta 70.

Prima en el grado que me tocare :

Pues el angel que adoro
tan mudable es,
que bolviendome el juicio
me deja sin el.
Ay de quien
en el nuncio no viene
y no en Santa Fee !

Que mi señora prima
sepa entretener
a un amante pandero
y a otro cascabel ?
Ay de quien
se condena a ser toro
hasta dar la piel !

Que diga que me ama
muy fina, y yo sé
el que no ha sido mora,
y guarda otra ley.
Ay de quien
blasona de libre
y vive en Argel !

En ofensas de afectos
devieran nacer
al delito colores
mejor que a la tez.
Ay de quien
en zelosos procesos
es parte y es juez !

Juzgué yo que un fraile
la daba en querer ;
y es que en la victoria
la hacen la merced.
Ay de quien
la tenia por angel
y la halló muger !

Ni lloro ni suspiro,
porque yo no sé
dar el viento a las aves
ni el cristal al pez.
Ay de quien,
porque mas no suspire
le dan un cordel !

Si quererme quisiera
como sé querer,
no blasonara tanto
de amantes Teruel.
Ay de quien
quanto mas quiere, exemplo
de ynfelices es.

Que hermosa sea mi prima,
tan señora y cortés,
y me arrastre una moza
de paño de buriel ?
Ay de quien
quiere ahorcarse con Lia,
teniendo a su Raquel !

Que me escriba mi prima
con tanta altivez,
y esperando un favor
me ha de hacer un desden ?
Ay de quien
oy rebienta de amores
y no de comer !

Si una fee no la pago
yo con otra fee,
es querer que un cariño
me cueste a mi diez.
Ay de quien
no le hace el amor
poner arancel !

A Dios, prima, y buelbe
por un Leon que fue,
(si cordero hoy)
tu marido ayer.
Ay de quien
quisiera ser largo
y acaba el papel !

Carta 71.

Dueño ausente de mis ojos
pero no de mi memoria,
que a pesar de la distancia,
vive en ella la coloma.

Has de saver que mi ydea
ha dado ya en ser pintora,
y porque me lisongea
te pinta a todas las horas.

Coloma, si estoy durmiendo,
si estoy despierto, coloma ;
coloma me pica, y quiero
que pues me pica, me coma.
Perdoname, prima mia,
si es que te enfadan mis coplas :
que no es bien con las discretas
el andar gastando prosa.
Yo te quiero en buen romance,
y como tu me enamoras,
me da polucion de versos,
si me acuerdo de tus cosas.
Si estubieras en mis brazos
como estás en mi memoria,
muy apriesa diera en tierra
la torre de Babilonia.
Morena mia, mi amor
va corriendo por la posta ;
porque siempre me cecea,
me das espuelas de alcorza.
O quien huviera penado
en tu garganta la olla,
y provara tus anises !
que luego hicieramos sopas.
Bien pudiera yo alabarme,
como dijo otro (en la glosa
que se alabó) : que la huvo
por dos varas de colonia.
Pero fuera comparar
con la luz, la bella aurora ;
con una bugia, al sol,
con una hortiga a la rosa.
Bien puede mi prima al alva
darle prestado el aljofar ;
porque tu lo das riyendo,
y el alva, si lo da, llora.
Claro está que Margarita
siempre ha sido la preciosa,
y en esto de perlas dicen :
que adonde las dan las toman.
Asi lo dice el refran,
no hay que lebantarme historias ;
prima, que has dado en decir
que es mi musa picarona.
Y en todas las nuebe hermanas
no hay muger mas virtuosa ;
porque siempre con las cuentas
en la mano está la moza.
Si la vieras, la embidiaras :
eternamente está ociosa ;
y en el uso que tu embidias,
hila siempre sus mazorcas.
No sabes lo que te pierdes
en haberte entrado monja ;
no me has de dejar sin fruto
la rama de las colomas ;
para darte besos andas
echando guante en las monjas ?
o no tienes boca o tienes
mui poquitisima honra.
Mal haya yo que me ando
enamorando a señoras :
para que quiero yo reynas
si hay en el mundo gorronas ?
Agradece, prima mia,
que estoy haciendo unas coplas
a San Diego, que el domingo,
primero de junio, toda
la capilla real asiste ;
yo te embiaré para otra
estafeta lo que hiciere.
Yo prometo con fee pronta
obedecer lo que mandas
del maestro que se cosa :
que es necio y es entendido,
es una aguila y es broma,
es alforja, y es maestro,
y no es maestro ni alforja.
Y en fin con enmienda suia,
yo no tengo de hacer coplas ;

y si es que aguarda mis letras,
bien puede empeñar su solfa;
porque lo manda mi dueño
a quien el alma enamora,
y a quien guarde Dios mil años!
Fecha, oy, viernes, a la hora
que se parte la estafeta.
Yo el primo de la coloma.

Carta 72.

Para los ausentes.
Margarita bella,
ni la Corte es larga
ni corta la ausencia.
Pues eres mi ama,
desde esta estafeta
con mi metedor
has de tener cuenta.
Procura no caygas
quando tu me llebas,
porque ayer me hizo
gipe tu agudeza.
Bien sé que me amas,
porque soy poeta;
porque tu te mueres
por una pobreza.
Pues no te hagas grave,
porque aunque eres bella,
ni mancos ni cojos
somos en conciencia.
Pues puedes dar quince
a muchos poetas,
bien puedes a mi
mear la pajuela.
Haz esto por mi,
Margarita bella;
pena de mi vida,
vida de mi pena!
Si entraste a serbirme,
ya por tu belleza
de parte del amo
está la obediencia.
Que este Leon te mira,
te palpa y te tienta,
quando se lebanta
y quando se acuesta.
No es dificultoso
que de mis finezas
oy haga memoria,
que tiene encomiendas.
Ya sé que en las redes
andas estas siestas
cogiendo galanes:
que hay mui lindas pescas.
Tan grande bellaca
no tienen las rejas
de los locutorios,
como mi morena.
Por Dios, que no sé,
hablando en conciencia,
de qual tienes mas:
de bellaca o bella.
Y si estar bellaca
es el no estar buena:
segun tu sangria,
tu me lo confiesas.
Bien pudiera yo,
pues tengo lanceta,
haberte sangrado
de la mejor vena.
Topé con el mes
de Agosto, es la regla:
si fuera Diziembre,
nacimiento hubiera.

Carta 73.

Haviendole embiado una cinta para una sangria :

No me diras, prima mïa,
que linage de dolencia
es el tuio, que me siento
mejor quando me le pegas ?
No me diras, dueño mio,
como, siendo tu la enferma,
es tu primo el que se muere
de achaque del mal de ausencia ?
Herido me tienes, prima,
tu me tiraste la flecha ;
no hay que negarme la herida,
pues tu me embias la venda.
Zinta que sirvio a tu planta,
pongo sobre mi caveza ;
porque de tus lazos puede
amor hacer diademas.
Que son tus prendas divinas,
la misma embidia confiesa :
y aunque no merezco, gozo
de mi dueño algunas prendas.
De tu sangria procede
emparentar con poeta ;
pues quando no por la sangre,
lo seremos por la vena.
Matizada de arreboles
me hizo cosquillas la venda,
porque estubo lo encarnado
en tu carne de doncella.
Hija, hechizado me tienes
con tu pluma y con tu lengua :
con cantaridas escribes,
y con piñones recetas.
Que poco, prima, te dueles
de mis amorosas quejas !
que es lisonja de la ingrata
el dolor del que se queja.
Y mal haya yo que pude
cogerte un dia en tu celda
sangrada de pie ! que nunca
por pies a mi te me fueras.
Claro está, que por si yo
he tirado por la yglesia
el pie de altar de mi prima,
quien quitarmele pudiera ?
Pasarme del pie a la mano
fuera alli lo mas que hiciera ;
y si no con gusto tuio,
en medio hicieramos venta.
Porque todo tu mal es
de corazon ; si te aprietan
el dedo de enmedio, tengo
por cierto que estaras buena.
Si quando te vi en la cama,
aquel sueño verdad fuera,
lo que yo hiciera, bien sé :
no sé yo lo que tu hicieras.
Si como yo estoy por ti
muerto, tu estubieras muerta,
hicieramos ; pero un quento
lo dirá, como le atiendas.
Mira, prima : entre las culpas
de un penitente se cuenta,
que dijo : « Acusome, padre,
que se lo hize a una muerta. »
No hay que estrañar el estilo,
que son las palabras mesmas :
y en cosas de confesion,
yo no encargo mi conciencia.

Pero has de saber que el padre
dijo arqueando las cejas:
« A una muerta? No es christiano,
quien con una muerta peca. »
Y entonces el penitente
aclarando la materia,
dijo: « Padre, no se altere:
repare su reverencia
que la muger con quien tuve
que ver por mi gran flaqueza
estaba muerta por ello;
y asi es menester que advierta,
que la tal muger no estaba
difunta, aunque estaba muerta. »
Y entonces respondio el padre:
« Pues eso yo me lo hiciera. »
Margarita, deseando
estoy que por mi te mueras,
para poderte meter
el arbol de las ziruelas.
(No es este su nombre propio,
que le callo por modestia);
prima mia, aplica el cuento,
no apliques la reverencia,
que el frayle que ronda, trae
estoque con vaina abierta.
Mi vida, de tu colonia
me he puesto dos agugetas:
en la bragueta la una,
y la otra en la bragueta.
Por no haver papel, no escribo
en orden a la comedia
que me pides; hablaremos
mas largo en otra estafeta.

De esta tuya, Alcalá, oy, viernes, diez de Mayo. A Dios, morena.

Carta 74.

Prima mia: Parece que a Vm. le han salido ingratos los favorecidos, en lo que regatea el favorecer; pero aunque sus ventajosas prendas hayan padecido la ofensa de la ingratitud (a fuer de discreta), no hay motivo para hacer tema y no razon. Pues no lo será hacer general el zeño, siendo tan singular, el que puede haver incurrido (si acaso puede haver ingrato de tan mala ley) fuera de que pasar el enojo a los postreros es bueno para el pecado original, no para un primo. Que para las memorias que hace de su señora prima, cuenta los instantes que tiene el dia. Si yo mereciera sus favores de Vm., esperara con alguna confianza; y fuera quitarle al favor todo el triunfo. Mayor fineza es la que se hace al vasallo, que la que se da al igual. (Ya Vm. sabe que el amor es rey). Que fuera de mi si el sol amaneciera solo a los dignos! Pues no siendolo, viviera en eterna

noche ; y si soy tan infeliz a fuer de necio que gozo las influencias, siendo el veneficio mio, es de el sol el lucimiento. Porque en deydades grandes, el gusto ha de hacer dichosos : trae el premio consigo. No digo yo que el amor ha de ser mas que uno : que es el argumento con que mi señora prima me enseña a amar, y me acuerda del amor que tube, diciendo que aquel o este es falso. De el que fue, no se hace question ; de el que tengo, es tan verdadero que viviera a pesar de repetidos desdenes de mi señora prima, como roca a las cristalinas porfias de las olas. Pues es tan fino el amor que hoy tengo, que el que tube puedo asegurar fue ensayo para acertar a la representacion de el segundo. Y a tener fuerza la sofisteria de : quien amó a un sugeto, no puede amar a otro, no hubiera amor. Y a mi señora prima, la provara yo la inconsecuencia, ya que no la nulidad, hallando al folio primero la doctrina practicada en contrario. Y pasando al riesgo que lleba una carta de perderse, entendia yo (brabo simple) que no llebando firma, se aventuraba poco. Pero conozco, que de las dudas de mi señora prima y de sus argumentos, se infiere mucho entendimiento y poca voluntad. La mia deve de ser mui castiza, pues crece con los desdenes, y se refina en los senos de quien no quiere sembrar favores, por el miedo de que han de nacer ingratitudes. Si esa cuenta hiciera el provido labrador, ocioso viviera el campo : favorecer con riesgo es el fino favorecer. Si por temor del cuchillo del cierzo no naciera la rosa, no huviera yo conocido a mi señora prima, pues se huviera quedado en el boton materno, y lo sintiera, aunque solo he merecido sus espinosos ceños. Pero apelo a un milagro : ahora se conocerá, Amor, si eres dios, que guarde a mi señora prima largos y felices años. Quien siempre es de mi señora prima, sin ficcion ni engaño.

Carta 75.

Prima y señora mia : Remito a Vm. tres villancicos ; no deven de ir mui buenos, pues ban sacramentados. Antes digo que ban

mui malos, porque son mios ; y si el maestro de capilla no me los guardara, ni aun estos tubiera que poder embiar. Mire el aliño que tengo en mis versos ; y con la desconfianza que escribo, por mas modernas podran servir, ya que no por azertados. Graciosa boberia es la mia : gastar cumplimientos con quien me está todo el año disimulando faltas ! Solo daré satisfaccion en la de no haber escrito el viernes en la noche como lo prometi ; pero la ausencia de tres dias en una diligencia de la Ynquisicion responda por mi. Y por vida de los dos, que vine anoche lunes, por no hacer falta, hoy martes, a la prima de mis ojos ! Que hasta ver los suyos, viviré muriendo ; porque dijo un discreto : que los difuntos de el amor eran los ausentes ; con que no puedo yo dejar de contarme con los muertos, hasta que me resuciten los requiebros de mi Margarita. Pero que milagro es me resuciten sus requiebros, si es cada requiebro un milagro ? Y pues la ausencia tiene propiedades de entierro, en el mio serviran tus memorias de sufragios, tus lamentos de clamores, tus tristezas de lutos. Porque el mas triste, es el edor mas negro ; y pues no puede haver entierro sin cera, los frailes te daran cirios : de unos y otros te libre Dios, Margarita mia, y te guarde mas que a mi. El menor difunto de su prima.

Carta 76.

Prima mia : No me preguntes por que, pero terrible cosa es, querer a damas celosas. Por ti lo digo, pues rompes la prision al silencio, y a la modestia, fulminando sinrazones, y relatando paulinas sin oyr disculpas ; y sin atender a que la salud no es vinculo, y que le puede faltar a un hombre que sea el mayorazgo de su dama. Yo que soy el segundo, he adolecido el tiempo que no has tenido carta mia. Y sino lo creyeres, no importa, que no me puede estar mal : que el que tube, sea menos imaginado que padecido ; y quando no estubiera bien convalecido con los cariños de tu carta, no necesitara de mas medicina. No quiero

que me agradezcas lo que te estimo ; si lo que te callo, en respuesta de la que acabo de recivir ; pues el estilo, podias omitirle para mugeres de otra gerarquia, y de inferior esfera. Acuerdome de los filosofos : que uno introducia en sus tragedias las mugeres virtuosas, y el otro, desahogadas. Y preguntando el primero el motivo de tan encontrado genio, respondio : « Yo las difino como deven ser, y el otro como son. » Fuera desconfiarte tu entendimiento el explicarme mas ; ya te se habrá pasado el hervor de la colera. Pues te sacó tanto de prudencia, que no estubiste para firmar, no lo hagas en la que espero : que ya estaré yo mas prevenido en no enojarte, y en estudiarte los gustos. A Dios, alma mia. Hoy, dia de venganzas. Quien adora hasta tus ojos.

TABLES

DU TOME XXXVIII

1916

I. TABLE PAR NUMÉROS

NUMÉRO 93. — OCTOBRE 1916

Ayres de Sá. — Frei Gonçalo Velho (Commentarios) 1

J. P. Wickersham Crawford. — The source of Juan del Encina's *Egloga de Fileno y Zambardo* 218

Alfonso Reyes. — El *Periquillo Sarniento* y la crítica mexicana 232

Diálogo intitulado El Capon, publicado por Lucas de Torre 243

COMPTES RENDUS

Julio Puyol. Vida y aventuras de don Tiburcio de Redin, soldado y capuchino (1597-1651). Madrid, 1913 [H. Peseux-Richard] 322

ICONOGRAPHIE HISPANIQUE

Planches 81 à 94 324

NUMÉRO 94. — DÉCEMBRE 1916

Samuel M. Waxman. — Chapters on Magic in Spanish Literature 325

J. H. Probst. — Fra Anselm Turmeda et sa conversion à l'islamisme. 464

El libro de la guerra, de Don Enrique de Villena, publicado por vez primera por Lucas de Torre 497

Manuel de Leon Marchante. — La Picaresca 532

ICONOGRAPHIE HISPANIQUE

Planches 95 à 108 613

II. TABLE PAR NOMS D'AUTEURS

Anonyme

Diálogo intitulado El Capon, publicado por Lucas de Torre 243

Crawford (J. P. Wickersham)

The source of Juan del Encina's *Egloga de Fileno y Zambardo*.. 218

Foulché-Delbosc (R.)

TEXTE. Manuel de Leon Marchante. — La Picaresca 532

Leon Marchante (Manuel de)

La Picaresca, publiée par R. Foulché-Delbosc... 532

Peseux-Richard (H.)

COMPTE RENDU. Julio Puyol. Vida y aventuras de don Tiburcio de Redin, soldado y capuchino (1597-1651). Madrid, 1913 322

Probst (J. H.)

Fra Anselm Turmeda et sa conversion à l'islamisme 464

Reyes (Alfonso)

El *Periquillo Sarniento* y la crítica mexicana..... 232

Sá (Ayres de)

Frei Gonçalo Velho (Commentarios)..... 1

Torre (Lucas de)

TEXTE. Diálogo intitulado El Capon..... 243

TEXTE. El libro de la guerra, de Don Enrique de Villena 497

Villena (Enrique de)

El libro de la guerra, publicado por vez primera por Lucas de Torre.. . 497

Waxman (Samuel M.)

Chapters on Magic in Spanish Literature 325

III. PLANCHES HORS TEXTE

Iconographie hispanique. Planches 81 à 108..... 324, 613

ABBEVILLE. — IMPRIMERIE F. PAILLART.

Juan Pantoja de la Cruz

REINA ISABEL DE VALOIS

Alonso Sanchez Coello

CATALINA MICAELA (?)

82

Alonso Sanchez Coello

ISABEL CLARA EUGENIA

Juan Carreño de Miranda

FRANCISCO BAZÁN

Juan Carreño de Miranda

CÁRLOS II

85

Mengs

CÁRLOS IV, PRINCIPE DE ASTURIAS

Mengs

MARIA LUISA DE PARMA

Princesa de Asturias

Nicolas Largillière

INFANTA ANA VICTORIA

Louis-Michel Van Loo

FELIPE V.

Alonso Sanchez Coello

LAS HIJAS DE FELIPE II

90

Bartolomé Gonzalez

ISABEL CLARA EUGENIA

Gaspar De Craver

FERNANDO DE AUSTRIA

Pierre Mignard

REINA MARIA TERESA DE AUSTRIA

Lauro Miguel Wiss, Lsc.

FELIPE, DUQUE DE PARMA

Van Dyck

FERNANDO DE AUSTRIA

Michel-Ange Houasse

FELIPE, DUQUE DE PARMA

96

Juan Bautista Martínez del Mazo

REINA MARIANA DE AUSTRIA

Antonio Moro

REINA CATALINA DE PORTUGAL

Juan Pantoja de la Cruz

INFANTA CATALINA MICAELA

Hija de Felipe II.

Jean Ranc

FERNANDO VI

100

Munich, Pinacothèque

Juan Carreño de Miranda

REINA MARIANA DE AUSTRIA

Munich, Pinacothèque

Rubens

INFANTE D. FERNANDO

Munich, Pinacothèque

R[illegible]

FELIPE IV

[illegible]

Munich, Pinacothèque

Rubens

REINA ISABEL DE BORBÓN

Munich, Pinacothèque

Goya

REINA MARIA LUISA DE PARMA

Munich, Pinacothèque

Juan Pantoja de la Cruz

ARCHIDUQUE ALBERTO DE AUSTRIA

Munich, Pinacothèque

Juan Pantoja de la Cruz

INFANTA CLARA EUGENIA

Musée de la Bibliothèque

Van Dyck

FELIPE SPINOLA

[illegible]

PQ
6001
R5
t.38

Revue hispanique; recueil consacré à l'étude des langues, des littératures et de l'histoire des pays castillans, catalans, et portugais

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY